



PIPGH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

MT
PROJETO

QUEM CONTA A HISTÓRIA?

A MEMÓRIA NO CONTEXTO DE DISPUTA PELA DEMOCRACIA



ORGANIZADORAS
ROSILENE DIAS MONTENEGRO
OLINDINA TICIANE SOUSA DE ARAÚJO
LESLEYANNE RODRIGUES DE LIMA
LAYSE FÉLIX OLIVEIRA
JESSICA KELLY NOBERTO DE SOUZA



AMPLLA
EDITORA



PIPGH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

MT
PROJETO

QUEM CONTA A HISTÓRIA?

A MEMÓRIA NO CONTEXTO DE DISPUTA PELA DEMOCRACIA



ORGANIZADORAS
ROSILENE DIAS MONTENEGRO,
OLINDINA TICIANE SOUSA DE ARAÚJO
LESLEYANNE RODRIGUES DE LIMA
LAYSE FÉLIX OLIVEIRA
JESSICA KELLY NOBERTO DE SOUZA



AMPLLA
EDITORA



2026 - Ampla Editora

Copyright da Edição © Ampla Editora

Copyright do Texto © Os autores

Editor Chefe: Leonardo Tavares

Revisão: Os autores

“Quem conta a História?” A memória no contexto de disputa pela democracia está licenciado sob CC BY-NC 4.0.



Essa licença permite que outros remixem, adaptem e desenvolvam seu trabalho para fins não comerciais e, embora os novos trabalhos devam ser creditados e não possam ser usados para fins comerciais, os usuários não precisam licenciar esses trabalhos derivados sob os mesmos termos. O conteúdo da obra e sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores e não representam a posição oficial da Ampla Editora. O download e o compartilhamento da obra são permitidos, desde que os autores sejam reconhecidos. Todos os direitos desta edição foram cedidos à Ampla Editora.

Catálogo na publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Q3

Quem conta a história?: a memória no contexto de disputa pela democracia /
Organização de Rosilene Dias Montenegro, Olindina Ticiane Sousa de Araújo,
Lesleyanne Rodrigues de Lima, et al. – Campina Grande/PB: Ampla, 2026.

Outros organizadores: Layse Félix Oliveira, Jessica Kelly Noberto de Souza.

Livro em PDF

ISBN 978-65-5381-365-6

DOI 10.51859/ampla.qch656.1126-0

1. História. 2. Memória. 3. Democracia. I. Montenegro, Rosilene Dias
(Organizadora). II. Araújo, Olindina Ticiane Sousa de (Organizadora). III. Lima,
Lesleyanne Rodrigues de (Organizadora). IV. Título.

CDD 901

Índice para catálogo sistemático

I. História

Comissão Organizadora

Cintia Glória Lima (UFBA)

Erykles Natanael de Lima Vieira (UFBA)

Fábio Ronaldo da Silva (UNEB)

Francisca Risomar Moraes do Nascimento (UFCG)

Herry Charriery (UFPB)

Izaak Emanuel Nunes Costa (UFCG)

Jessica Kelly Noberto de Souza (UFCG)

Joalisson Jeronimo da Silva (UFCG)

Juciene Ricarte Cardoso (UFCG)

Layse Félix Oliveira (UFCG)

Leonardo Tavares (UFPB)

Marcos Vinicios de Almeida Abrantes (UFCG)

Maria Liége Freitas Ferreira (UFCG)

Olindina Ticiane Sousa de Araújo (UFCG)

Olívia César Silva Ferreira (UFCG)

Raimundo César Vaz Neto (PUC-SP)

Raquel da Silva Guedes (UFPE)

Rosilene Dias Montenegro (UFCG)

Tatiana Mel C. Nascimento (UFBA)

Taywany Gomes Alves (UFCG/UFRPE)



Comissão Científica

Aline Lopes de Lacerda (FIOCRUZ)

Ana Maria Veiga (UFPB)

Andréa Bandeira Silva de Farias (UPE)

Andréa Casa Nova Maia (UFRJ)

Andréa Cristiana Santos (UNEB)

Cristiane Maria Nepomuceno (UEPB)

Fábio Ronaldo da Silva (UNEB)

Fernanda Abreu Oliveira (UERN)

Fernanda de Lourdes Almeida Leal (UFCG)

Francilene Procópio Garcia (SBPC)

Francisco Santiago Júnior (UFRN)

Giovanna Machado (CETENE/UFPE)

Herry Charriery da Costa Santos (UFPB)

José Gabriel Silveira Corrêa (UFCG)

Josinaldo Sousa de Queiroz (UFPE; UEPB)

Joyce Luciane Correia Muzi (IFPR/UTFPR)

Juciene Ricarte Cardoso (UFCG)

Karla Adriana Martins Bessa (UNICAMP)

Lêda Cristina Correia da Silva (IFPE-Recife)

Liedi Légi Bariani Bernucci (USP)

Lina Maria Garcés Rodriguez (USP)

Marinalva Vilar de Lima (UFCG)

Mércia Rejane Rangel Batista (UFCG)

Olívia Maria Cardoso Gomes (UNIFIP)



Olívia Moraes de Medeiros Neta (UFRN)

Patrícia Cristina de Aragão (UEPB)

Rafaela Duarte Vieira (Professora na Secr. Educação do Estado de São Paulo)

Rosilene Dias Montenegro (Projeto Memória/UFCG)

Sônia Regina Fortes da Silva (UPE)

Vladimir Sosares Catão (UFCG)

Weverton Socorro de Oliveira (UFPA)



APRESENTAÇÃO

O III Simpósio Nacional Projeto Memória (SINAPROM) teve como desafio o debate e reflexão sobre o lugar das universidades, da ciência, dos lugares dos segmentos acadêmicos e sobre a missão da universidade enquanto produtora de conhecimento e agente sociocultural comprometida com as transformações em benefício da sociedade brasileira. Dois acontecimentos concorreram para a escolha do tema ***Quem conta a História? A Memória no contexto de disputa pela democracia***: os 21 anos de criação e funcionamento do Projeto Memória da Ciência e Tecnologia em Campina Grande (Projeto Memória) e a intervenção realizada na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) pelo governo de extrema direita do presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), que nomeou o candidato colocado em terceiro lugar nas eleições, em vez daquele eleito pela comunidade e indicado em primeiro lugar pelo Colegiado Pleno desta universidade. A UFCG integra a estatística das 25 universidades federais que sofreram intervenção, o que corresponde a 36% de IFES brasileiras.

Fazem-se cruciais as reflexões sobre história e memória em momentos de contínua ameaça à democracia. Nesse sentido, as comunidades acadêmica e científica encontraram, neste evento técnico-científico, mais um espaço de resistência e discussão em defesa das ciências, das universidades e das pessoas que a constroem. É importante registrar, para a história e memória, que vivemos tempos de enfrentamento a perspectivas autoritárias da extrema direita, que atuam no Brasil na tentativa de colonização da política, representadas pelos segmentos mais autoritários das antigas e novas oligarquias. Os usos das emergentes tecnologias de comunicação de informação, incluindo-se manipulação de algoritmos nas plataformas sociais digitais e de Inteligência Artificial (IA), tem favorecido planos políticos baseados na desinformação e na conquista de seguidores que, muitas vezes, não percebem ou não desejam perceber, as ameaças que recaem sobre a sociedade como um todo.

Esses grupos políticos não apresentam um projeto democrático para o Brasil e atuam vinculados a interesses econômicos concentrados, cujas estratégias implicam a fragilização do tecido social, a negação da ciência, retrocessos dos direitos civis e trabalhistas, o aumento das desigualdades socioeconômicas, as privatizações das riquezas nacionais, inclusive no campo da educação superior, e o aprofundamento das



desigualdades de gênero e étnico-raciais, além de práticas de, necropolítica que atingem, de forma mais intensa, a população LGBTQIAP+, negra e indígena.

O III SINAPROM convidou pesquisadores e pesquisadoras das Ciências Humanas e Sociais, das Ciências Exatas e Tecnológicas, para o debate sobre a memória e seu lugar importante para a construção de uma sociedade menos injusta, mais diversa e democrática. A memória constitui esse ponto de encruzilhada por onde passam questões fundamentais relativas ao passado e presente, o poder e resistência, e a preservação e esquecimento (Le Goff, 1988). A disputa pela memória, em todos os tempos, e especialmente em contextos de avanço de perspectivas neofacista, mostra-se incontornável.

O III SINAPROM³ coloca a memória das universidades públicas e suas comunidades acadêmicas no centro da reflexão, sob o tema desafiador: ***Quem conta a história? A Memória no contexto de disputas pela democracia.*** Os pesquisadores e pesquisadoras que contribuíram para o êxito deste simpósio apresentam, nesta obra, suas análises organizadas a partir dos Simpósios Temáticos. Leitores e leitoras têm aqui pesquisas de variados temas e períodos históricos, com contribuições relevantes ao debate e construção de conhecimento para os quais contribuíram os autores e autoras que compartilharam suas pesquisas nesses espaços de discussão. O *ST 1: Estudos de Gênero e Transversalidades*, coordenado por Rosilene Montenegro (UFCG) e Rafaela Duarte Vieira (Professora na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo) abordou questões de gênero interseccionadas raça, classe, sexualidade e regionalidade; o *ST 2: Memória, Direitos Humanos e Transições na América Latina* Coordenado por Herry Charriery da Costa Santos (UFPB), Fernanda Abreu Oliveira (UERN) reuniu trabalhos sobre memória de violações de direitos humanos, educação para a cidadania, memória de resistências e lutas sociais; e, o *ST 3: América Portuguesa, Brasil Império e os espaços em disputas* abordou sobre problemas relacionados à História da América Portuguesa e do Brasil Império, no campo das artes, culturas, poder, gênero, religiões, movimentos sociais, e relações étnico-raciais e das disputas sobre narrativas silenciadas ou esquecidas, sob a coordenação de Erykles Natanael de Lima Vieira (UFBA), Tatiana Mel C. Nascimento (UFBA) e Éverton Alves Aragão (UFRPE).

Já o *ST 4: Narrativas midiáticas sob a lente dos estudos de gênero e sexualidade*, coordenado por Fábio Ronaldo da Silva (UNEB) e Weverton Socorro de Oliveira (UFPA), promoveu análises sobre narrativas midiáticas a partir dos estudos de gênero e sexualidade, com foco em representações, discursos e práticas que envolvem identidades



LGBTQIA+, contribuindo para a reflexão sobre as formas como a mídia reforça, negocia ou desafia normas de gênero e sexualidade em diferentes contextos e plataformas. No *ST 5: Questões Étnico-raciais na Pesquisa e no Ensino*, coordenado por Patrícia Cristina de Aragão (UEPB) e Cristiane Maria Nepomuceno (UEPB), articulou-se estudos e pesquisas étnico-raciais nas perspectivas dos povos indígenas, quilombolas, ciganos, imigrantes e população negra. Por fim, o *ST 6 : Tema Livre: Diálogos interdisciplinares - saberes em conexão*, coordenado por Andrea Bandeira (UPE), Raquel da Silva Guedes (Projeto Memória; UFPE), Josinaldo Sousa de Queiroz (UFPE/UEPB/TV Paraíba), trouxe trabalhos que dialogaram com história e memória, em suas variadas dimensões.

O III SINAPROM - *Quem conta a história? A Memória no contexto de disputas pela democracia*, cumpriu seus objetivos ao promover um espaço de trocas de experiências de pesquisa, análise de temas e abordagens pertinentes à historiografia, bem como de debate e provocação em torno da memória institucional para e das universidades públicas. Essas instituições são, historicamente, os principais espaços de produção de conhecimento e de contribuição para uma visão crítica sobre ciência, tecnologia e cultura. Daí as recorrentes ameaças dirigidas à universidade pública por defensores de perspectivas neoliberais, ao mesmo tempo em que se reafirma a necessidade de defendê-la enquanto instituição responsável por benefícios inmensuráveis à sociedade, especialmente à população em situação de vulnerabilidade social no Brasil.

O público em geral, e o acadêmico em particular, encontrará nos artigos que compõem este ebook um conjunto de ricas reflexões, experiências e compartilhamentos de pesquisas e temas atuais e centrais às diversas dimensões do debate sobre história e memórias.

Profa. Dra. Rosilene Dias Montenegro
Coordenadora Geral do III SINAPROM



SUMÁRIO

ST 01. ESTUDOS DE GÊNERO E TRANSVERSALIDADES	15
CAPÍTULO I. DESDOBRAMENTOS DO GÊNERO: DESFAZENDO SENSO COMUM E APROFUNDANDO CONCEITOS	16
CAPÍTULO II. ARQUIVOS PESSOAIS DE MULHERES COMO ESPAÇOS DE MEMÓRIA E RESISTÊNCIA: O CASO DE MÁRCIA STEINBACH SILVA KAPLAN NA MEMUS PB	25
CAPÍTULO III. NOS ATOS DO CORAÇÃO: REPRESENTAÇÕES DO RAPTO NA DRAMATURGIA VIGENTE NO CEARÁ ENTRE AS DÉCADAS DE 1900-1940	36
CAPÍTULO IV. REPRESENTAÇÕES FEMININAS NAS REVISTAS DOS ANOS DOURADOS: UMA ANÁLISE DE GÊNERO, CLASSE E ETNIA NA REVISTA <i>JORNAL DAS MOÇAS</i> (1950 – 1959)	47
CAPÍTULO V. EXPERIÊNCIAS TRANSGRESSORAS EM ITABAIANA – PB: VIVÊNCIAS DE SOCORRO COSTA	56
CAPÍTULO VI. OPERAÇÃO TARÂNTULA A PARTIR DE FERNANDA FARIAS DE ALBUQUERQUE: UMA PUTA HISTÓRIA	68
ST 02. MEMÓRIA, DIREITOS HUMANOS E TRANSIÇÕES NA AMÉRICA LATINA	81
CAPÍTULO VII. ENTRE A LAN HOUSE E O CANAVIAL: JUVENTUDE NEGRA, GÊNERO E A GEOGRAFIA DA MORTE NA PARAÍBA	82
CAPÍTULO VIII. O ANTICOMUNISMO BOLSONARISTA E A DESLEGITIMAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL	91
CAPÍTULO IX. REPARAÇÃO DAS MEMÓRIAS INDÍGENAS BRASILEIRAS: READEQUAÇÃO DAS NARRATIVAS EXPOSITIVAS E ESPAÇOS DE SABERES DA EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL NO MUSEU PEDAGÓGICO DA UESB	101
CAPÍTULO X. “GUEVARA DE BATINA”: A TRAJETÓRIA DE ALÍPIO CRISTIANO DE FREITAS E SUAS RECONSTRUÇÕES DE MEMÓRIA (1962-2017)	107
ST 03. AMÉRICA PORTUGUESA, BRASIL IMPÉRIO E OS ESPAÇOS EM DISPUTAS: TEMAS, ABORDAGENS E PROBLEMAS	116
CAPÍTULO XI. MEMÓRIA E INVISIBILIDADE DO TROPEIRISMO SUÍNO DE JAGUARIAÍVA: UM OLHAR SOBRE A HISTÓRIA LOCAL E O ENSINO DE HISTÓRIA	117
CAPÍTULO XII. ESTRUTURAS DE PODER NO IMPÉRIO ULTRAMARINO PORTUGUÊS: AS FALHAS DA LEGISLAÇÃO DO TRANSPORTE DE	



ESCRAVIZADOS E AS OMISSÕES NAS PUNIÇÕES DOS CONDENADOS C. 1723 – C. 1738.....	125
CAPÍTULO XIII. SOB O MANTO DOS SANTOS: COR, PODER E CARIDADE NAS IRMANDADES DE SANTO ANTÔNIO E SANTA IFIGÊNIA, BAHIA (1765-1834)	135
ST 04. NARRATIVAS MIDIÁTICAS SOB A LENTE DOS ESTUDOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE	146
CAPÍTULO XIV. MARIA LACERDA DE MOURA: DEGENERAÇÃO E O CORPO FEMININO NA VITRINE DO CAPITAL NAS PROPAGANDAS DA REVISTA FEMININA (1917-1920)	147
CAPÍTULO XV. “TÁ PASSADA?” REPRESENTAÇÕES MIDIÁTICAS E MITIZAÇÃO DE SILVETTY MONTILLA NO IMAGINÁRIO LGBTQIA+ BRASILEIRO.....	158
ST 05. QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NA PESQUISA E NO ENSINO	168
CAPÍTULO XVI. A ESCRAVIDÃO QUE NOS CIRCUNDA: NOTAS INTERPRETATIVAS E PROBLEMATIZADORAS DA OBRA ÚRSULA DE MARIA FIRMINA DOS RÉIS	169
CAPÍTULO XVII. A COLONIALIDADE NA MÍDIA: ANÁLISE DA CRIMINALIZAÇÃO DA NEGRITUDE NO TELEJORNALISMO POLICIAL BRASILEIRO.....	179
CAPÍTULO XVIII. POVOS CIGANOS E SUA INCLUSÃO EDUCATIVA NAS AULAS DE HISTÓRIA: EXPERIÊNCIA DO PIBID	189
CAPÍTULO XIX. TRAJETÓRIAS DE ESTUDANTES COTISTAS NA UFCG: OS USOS DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO PARA A ANÁLISE DAS PERMANÊNCIAS E DESIGUALDADES NA UNIVERSIDADE	195
ST 06. TEMA LIVRE: DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES - SABERES EM CONEXÃO	204
CAPÍTULO XX. LIÇÕES E MEMÓRIAS EM TORNO DO 27 DE MAIO DE 1977: NARRATIVAS, USOS DO PASSADO E REFLEXÕES SOBRE A ANGOLA CONTEMPORÂNEA	205
CAPÍTULO XXI. MEMÓRIAS EM TRÂNSITO NO DOCUMENTÁRIO LIBERTÁRIOS.....	214
CAPÍTULO XXII. MEMÓRIA ORGANIZACIONAL NA PESQUISA BRASILEIRA EM ADMINISTRAÇÃO: UM MAPEAMENTO DOS ENQUADRAMENTOS TEMÁTICOS E DA OFERTA EDITORIAL	225
CAPÍTULO XXIII. A CONSTRUÇÃO DO OBSERVATÓRIO DE ARQUIVOS PESSOAIS DA CIDADE DE JOÃO PESSOA-PB: UMA FERRAMENTA DE DIFUSÃO	236
CAPÍTULO XXIV. O ADVENTO DA MODERNIZAÇÃO EM PEDRA LAVRADA (PB)	246



CAPÍTULO XXV. O MASSACRE DA PRISCA: UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA DE INDÍGENAS E ESCRAVOS NO ALTO TOCANTINS	257
CAPÍTULO XXVI. STORYTELLING E A GESTÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL: NARRATIVAS, PERTENCIMENTO E EFEITOS PROSPECTIVOS NA PROCURADORIA DA UNIÃO EM SERGIPE.....	267
CAPÍTULO XXVII. ENTRE O PASSADO E O FUTURO: MEMÓRIA ORGANIZACIONAL E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO CONTEXTO EDUCACIONAL.....	277
CAPÍTULO XXVIII. O LUGAR DA MEMÓRIA E OS LUGARES DE MEMÓRIA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS E FÚNEBRES EM NOVA PALMEIRA-PB.....	287
CAPÍTULO XXIX. BRASIL PARALELO: MULHERES E HEGEMONIA DA NOVA DIREITA.....	299
CAPÍTULO XXX. QUANDO O SAMBA FALOU VERMELHO: O PAPEL DO PCB NA FORMAÇÃO DA UNIÃO GERAL DAS ESCOLAS DE SAMBA	309
CAPÍTULO XXXI. O VIVER NORDESTINO: A CULTURA REGIONAL EXPRESSA NA ARQUITETURA E O PROCESSO DE PERDA DO REGIONALISMO ARQUITETÔNICO NO BRASIL.....	319
CAPÍTULO XXXII. A ERA DIGITAL E O ENSINO DE HISTÓRIA: IMPACTOS DA EXPOSIÇÃO MIDIÁTICA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DAS JUVENTUDES	327
CAPÍTULO XXXIII. O MEME DE INTERNET COMO FERRAMENTA DE ENSINO APRENDIZAGEM HISTÓRICA	336
CAPÍTULO XXXIV. O VINIL, OBJETO DO PASSADO PERFORMADO NO PRESENTE: DESAFIOS ARQUIVÍSTICOS CONTEMPORÂNEO	343
CAPÍTULO XXXV. ECOS DA INQUISIÇÃO: A TRAJETÓRIA DO CRISTÃO-NOVO DIOGO NUNES NA PARAÍBA COLONIAL.....	350
CAPÍTULO XXXVI. “QUEM CONTA A HISTÓRIA”: ESTUDO DO DOCUMENTO FOTOGRÁFICO COMO DIREITO À MEMÓRIA	361

CADERNO DE RESUMOS

DESDOBRAMENTOS DO GÊNERO: DESFAZENDO SENSO COMUM E APROFUNDANDO CONCEITOS.....	371
ENTRE O CHORO E O MICROFONE: A CONSTRUÇÃO MIDIÁTICA DE ADEMILDE FONSECA NA IMPRENSA RADIOFÔNICA.....	372
ARQUIVOS PESSOAIS DE MULHERES COMO ESPAÇOS DE MEMÓRIA E RESISTÊNCIA: O CASO DE MÁRCIA STEINBACH SILVA KAPLAN NA MEMUS PB	373
NOS ATOS DO CORAÇÃO: REPRESENTAÇÕES DO RAPTO NA DRAMATURGIA VIGENTE NO CEARÁ ENTRE AS DÉCADAS DE 1900-1940 ...	374
REPRESENTAÇÕES FEMININAS NAS REVISTAS DOS ANOS DOURADOS: UMA ANÁLISE DE GÊNERO, CLASSE E ETNIA NA REVISTA JORNAL DAS MOÇAS (1950 – 1959).....	375
EXPERIÊNCIAS TRANSGRESSORAS EM ITABAIANA – PB: VIVÊNCIAS DE SOCORRO COSTA.....	376



“O DESTINO DE OFÉLIA”: REPRESENTAÇÕES, CONSIDERAÇÕES E REFLEXÕES SOBRE A LOUCURA FEMININA NO SÉCULO DEZENOVE.....	377
OPERAÇÃO TARÂNTULA A PARTIR DE FERNANDA FARIAS DE ALBUQUERQUE: UMA PUTA HISTÓRIA	378
TRAJETÓRIAS DE FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DOCENTE: OS MEMORIAIS DE PROFESSORAS DE HISTÓRIA DA USP E DA UNICAMP (2000 – 2015).....	379
ENTRE NARRAR O PASSADO E ESCREVER PARA O FUTURO: O PROTAGONISMO POLÍTICO DE UMA COMBATIENTE CUBANA.....	380
“NÃO NOS ESTIGMATIZEM”: O EDIFÍCIO DA POLÍCIA CIVIL DO RIO DE JANEIRO COMO SÍMBOLO DA REPRESSÃO PARA ALÉM DA DITADURA MILITAR.....	381
A HERMENÊUTICA JURÍDICA E CRÍTICA HISTÓRICA SOBRE OS CRIMES DA DITADURA MILITAR: UMA ANÁLISE DA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL N.º. 153 E A LEI DE ANISTIA DE 1979	382
O QUE RESTOU DO SISTEMA DE JUSTIÇA E DA SEGURANÇA PÚBLICA APÓS DITADURA MILITAR? UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO E OS LIMITES DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL	383
ENTRE A <i>LAN HOUSE</i> E O CANAVIAL: JUVENTUDE NEGRA, GÊNERO E A GEOGRAFIA DA MORTE NA PARAÍBA	384
O ANTICOMUNISMO BOLSONARISTA E A DESLEGITIMAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL	385
GETÚLIO VARGAS EM DISPUTA: O USO POLÍTICO DO EX-PRESIDENTE.....	386
NECROPOLÍTICA E O ATO INSTITUCIONAL N.º 5: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS MORTES DOS GRUPOS VULNERABILIZADOS DURANTE O PERÍODO DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA (1964 – 1985)	387
REPARAÇÃO DAS MEMÓRIAS INDÍGENAS BRASILEIRAS: READEQUAÇÃO DAS NARRATIVAS EXPOSITIVAS E ESPAÇOS DE SABERES DA EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL NO MUSEU PEDAGÓGICO DA UESB.....	388
A OMISSÃO QUE CONDENA: ANÁLISE DA FALHA ESTATAL NA AÇÃO PENAL DO CASO MANOEL LUIZ DA SILVA.....	389
GUEVARA DE BATINA: A TRAJETÓRIA DE ALÍPIO CRISTIANO DE FREITAS E SUAS RECONSTRUÇÕES DE MEMÓRIA (1962-1964)	390
MEMÓRIA E INVISIBILIDADE DO TROPEIRISMO SUÍNO DE JAGUARIAÍVA: UM OLHAR SOBRE A HISTÓRIA LOCAL E O ENSINO DE HISTÓRIA	391
ESTRUTURAS DE PODER NO IMPÉRIO ULTRAMARINO PORTUGUÊS: AS FALHAS DA LEGISLAÇÃO DO TRANSPORTE DE ESCRAVIZADOS E AS OMISSÕES NAS PUNIÇÕES DOS CONDENADOS C. 1723 – C. 1738.....	392
SOB O MANTO DOS SANTOS: COR, PODER E CARIDADE NAS IRMANDADES DE SANTO ANTÔNIO E SANTA IFIGÊNIA, BAHIA (1765-1834)	393
REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO NO IMPÉRIO ULTRAMARINO PORTUGUÊS: CATARINA JULIANA E A CONSTRUÇÃO DA MULHER COMO FEITICEIRA (SÉCULO XVIII)	394



ENQUADRAMENTOS DO GÊNERO E DA DIVERSIDADE SEXUAL NO JORNALISMO DIGITAL DE JUAZEIRO (BA).....	395
MARIA LACERDA DE MOURA: DEGENERAÇÃO E O CORPO FEMININO NA VITRINE DO CAPITAL NAS PROPAGANDAS DA REVISTA FEMININA (1917–1920)	396
TÁ PASSADA? REPRESENTAÇÕES MIDIÁTICAS E MITIZAÇÃO DE SILVETTY MONTILLA NO IMAGINÁRIO LGBTQIA+ BRASILEIRO	397
COBERTURAS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NA MÍDIA DIGITAL DE JUAZEIRO (BA): RESULTADOS DO OBSERVATÓRIO DE MÍDIAS.....	398
NEGROS BIOGRAFADOS: TENDÊNCIAS HISTORIOGRÁFICAS E PRODUÇÃO BIOGRÁFICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	399
O DISCURSO POR TRÁS DAS CÂMERAS: REPRESENTAÇÕES INDÍGENAS NA TV ABERTA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 80 E 90 E SEUS IMPACTOS NO IMAGINÁRIO SOCIAL	400
AS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS NA OBRA “IDEIAS PARA ADIAR O FIM DO MUNDO” DE AILTON KRENAK.....	401
A ESCRAVIDÃO QUE NOS CIRCUNDA: NOTAS INTERPRETATIVAS E PROBLEMATIZADORAS DA OBRA ÚRSULA DE MARIA FIRMINA DOS RÉIS	402
A COLONIALIDADE NA MÍDIA: ANÁLISE DA CRIMINALIZAÇÃO DA NEGRITUDE NO TELEJORNALISMO POLICIAL BRASILEIRO	403
POVOS CIGANOS E SUA INCLUSÃO EDUCATIVA NAS AULAS DE HISTÓRIA: EXPERIÊNCIA DO PIBID.....	404
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E O ENSINO SUPERIOR: ANÁLISE DAS PERMANÊNCIAS E DESIGUALDADES NAS TRAJETÓRIAS DE ESTUDANTES COTISTAS DA UFCG.....	405
QUEM MORRIA DE “PESTE BRANCA”? <i>PERFIL EPIDEMIOLÓGICO</i> DOS TUBERCULOSOS NA CIDADE DA PARAHYBA DO NORTE, DÉCADA DE 1920.....	406
POLÍTICAS CULTURAIS ENTRE MEMÓRIA E NARRATIVA: ALGUNS TÓPICOS PARA REFLEXÃO	407
LIÇÕES E MEMÓRIAS EM TORNO DO 27 DE MAIO DE 1977: NARRATIVAS, USOS DO PASSADO E REFLEXÕES SOBRE A ANGOLA CONTEMPORÂNEA	408
CABULA - LUGAR DE AFASTAMENTO DOS MALES: TERRITÓRIOS E MEMÓRIAS DE TERREIRO 1976-1986 (SALVADOR-BA)	409
MEMÓRIAS EM TRÂNSITO NO DOCUMENTÁRIO <i>LIBERTÁRIOS</i>	410
MEMÓRIA ORGANIZACIONAL NA PESQUISA BRASILEIRA EM ADMINISTRAÇÃO: UM MAPEAMENTO DOS ENQUADRAMENTOS TEMÁTICOS E DA OFERTA EDITORIAL	411
A CONSTRUÇÃO DO OBSERVATÓRIO DE ARQUIVOS PESSOAIS DA CIDADE DE JOÃO PESSOA-PB: UMA FERRAMENTA DE DIFUSÃO.....	412
O ADVENTO DA MODERNIZAÇÃO EM PEDRA LAVRADA (PB)	413



O MASSACRE DA PRISCA: UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA DE INDÍGENAS E ESCRAVOS NO ALTO TOCANTINS	414
STORYTELLING E A GESTÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL: NARRATIVAS, PERTENCIMENTO E EFEITOS PROSPECTIVOS NA PROCURADORIA DA UNIÃO EM SERGIPE	415
ENTRE O PASSADO E O FUTURO: MEMÓRIA ORGANIZACIONAL E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO CONTEXTO EDUCACIONAL.....	416
O LUGAR DA MEMÓRIA E OS LUGARES DE MEMÓRIA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS E FÚNEBRES EM NOVA PALMEIRA-PB.....	417
BRASIL PARALELO: MULHERES E HEGEMONIA DA NOVA DIREITA	418
QUANDO O SAMBA FALOU VERMELHO: O PAPEL DO PCB NA FORMAÇÃO DA UNIÃO GERAL DAS ESCOLAS DE SAMBA.....	419
O VIVER NORDESTINO: A CULTURA REGIONAL EXPRESSA NA ARQUITETURA E O PROCESSO DE PERDA DO REGIONALISMO ARQUITETÔNICO NO BRASIL	420
O PAPEL DO MUSEU DE ARTE POPULAR DA PARAÍBA NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA E PATRIMÔNIO EM CAMPINA GRANDE – PB.....	421
A ERA DIGITAL E O ENSINO DE HISTÓRIA: IMPACTOS DA EXPOSIÇÃO MIDIÁTICA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DAS JUVENTUDES	422
O MEME DE INTERNET COMO FERRAMENTA DE ENSINO E APRENDIZAGEM HISTÓRICA.....	423
O VINIL, OBJETO DO PASSADO PERFORMADO NO PRESENTE: DESAFIOS ARQUIVÍSTICOS CONTEMPORÂNEO.....	424
ECOS DA INQUISIÇÃO: A TRAJETÓRIA DO CRISTÃO-NOVO DIOGO NUNES NA PARAÍBA COLONIAL.....	425
“QUEM CONTA A HISTÓRIA”: ESTUDO DO DOCUMENTO FOTOGRÁFICO COMO DIREITO À MEMÓRIA.....	426



ST 01

ESTUDOS DE GÊNERO E TRANSVERSALIDADES

COORDENAÇÃO: ROSILENE MONTENEGRO (UFCG); RAFAELA DUARTE VIEIRA
(PROFESSORA NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO)

CAPÍTULO I

DESDOBRAMENTOS DO GÊNERO: DESFAZENDO SENSO COMUM E APROFUNDANDO CONCEITOS

Clara Freitas Santos ¹

O gênero é um processo que não tem origem nem fim, de modo que é algo que “fazemos”, e não algo que “somos”. (Judith Butler)

RESUMO

O artigo em questão discute o conceito de gênero como uma construção social, cultural e política em constante transformação. O objetivo é historicizar e aprofundar a compreensão do gênero, analisando como o termo foi apropriado e distorcido por discursos conservadores que o tratam como ameaça, conforme aponta Judith Butler (2024), para sustentar projetos autoritários e patriarcais baseados no medo. A pesquisa adota-se utiliza da revisão bibliográfica, fundamentada em autoras como Butler (2022, 2024), Scott (1995), Piscitelli (2008), Côrrea (2001), Hollanda (2019), Collins e Bilge (2021), para reconstruir o percurso do gênero desde o feminismo norte-americano até sua incorporação nos estudos brasileiros, mostrando sua relação com a militância política e o enfrentamento do determinismo biológico. A pesquisa destaca que o gênero, ao ser concebido como categoria relacional e performativa, permite compreender as dinâmicas de poder e as desigualdades estruturais. Com base na interseccionalidade, evidencia-se que gênero, raça e classe se entrecruzam, especialmente na realidade das mulheres negras, revelando opressões múltiplas e específicas. Diante do exposto e retomando Butler (2022), é possível afirmar que o gênero não é um estado fixo, mas um processo contínuo de construção e desconstrução. Assim, compreender o gênero criticamente é uma forma de superar o senso comum e reafirmar o direito à pluralidade e à existência sem medo ou discriminação.

Palavras-chave: Gênero; Feminismo; Interseccionalidade.

1. INTRODUÇÃO

GÊNERO: O MEDO COMO FERRAMENTA DE MOBILIZAÇÃO CONSERVADORA

Quando colocamos em pauta o conceito de *gênero* é preciso levar em consideração os aspectos sociais, políticos e históricos que cercam a área. Em primeiro plano, é válido destacar que essa é uma discussão que por ter sido inserida no discurso conservador, está imbuída de muita desinformação, e de acordo com Butler (2024) de um grande “medo da destruição”. Assim, por que alguém teria medo do gênero?

Dito isso, se torna imprescindível problematizar, quem está por traz desse medo? Quais as justificativas para ter medo? Ainda pensando sob a luz de Butler (2024), o gênero é colocado taticamente como uma espécie de fantasma que ronda os ideais conservadores, dessa forma, o medo

¹ Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Campina Grande e pós-graduação em andamento em História Afro e Historiografia Brasileira.

é alimentado de modo que aqueles que prometem aliviá-lo possam emergir como forças de redenção e restauração (Butler, 2024, p. 13). Com isso, é possível afirmar que o gênero, atua como um instrumento que, na pauta conservadora, é produzido e explorado visando a mobilização de pessoas a apoiar o desmonte de movimentos sociais que traçam essa questão.

Dessa forma, a ideologia de gênero seria nesse contexto, o fantasma do gênero em um formato sistematizado, servindo de ideologia guia para o discurso conservador, que promete nos reduzir a um mundo “anterior ao gênero”, retornando assim, a ordem patriarcal que ocupa o lugar do “natural” do ser humano.

“O gênero é tachado de ‘ideologia’, uma forma de saber falsa e unívoca que capturou a mente de quem atua dentro de seus parâmetros. No entanto, a alegação de que o gênero é uma ideologia reflete o próprio fenômeno que ela condena, pois o ‘gênero’ se torna não apenas um monólito, mas um monólito de enorme poder – uma jogada ideologia por excelência.” (Butler, 2024, p. 25).

Portanto, a política antigênero, fomenta o desejo de restaurar o privilégio masculino em uma estrutura patriarcal, ou seja, retroceder nos avanços conquistados nos movimentos sociais, além de constituir um projeto social próprio que legitime a autoridade masculina. O ataque ao gênero, faz parte de uma conjuntura mais ampla e complexa, de restauração e fortalecimento de ideais autoritários e conservadores, criando-se assim um “fantasma do gênero”, de acordo com Butler (2024), esse cenário fantasmagórico é uma forma de organizar o mundo forjado pelo medo de uma destruição, ao qual o gênero seria o responsável.

De maneira análoga, o discurso da “ideologia de gênero” está repleto de incoerências, reunindo a aqueles que bebem do medo da destruição da família e da moral cristã, todos os seus “maiores medos” em uma só pauta, abarcando qualquer ansiedade ou medo que a ideologia antigênero queira, para nutrir seus próprios objetivos. No contexto em que estamos trabalhando, a recusa ao gênero é a recusa com a complexidade, ou seja, recusar-se a deixar que o pensamento seja transformado pelas questões que envolvem as mudanças na vida contemporânea.

Dessa forma, o esvaziamento e banalização do conceito de gênero, atua diretamente na perpetuação de um senso comum que não ameaça a hegemonia da ideologia conservadora, levando em consideração que, *as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes*¹, criar um consenso ao redor de uma concepção de mundo diferente da dominante, é o que nos permite a superação do “fantasma do gênero”. Afinal derrotar esse fantasma é no fundo uma questão de afirmar a maneira de viver no próprio corpo, o direito de existir no mundo sem medo de violência ou discriminação, por que não gostaríamos que todas as pessoas tivessem essas liberdades fundamentais? (Butler, 2024, p. 15).

¹ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007

Assim sendo, o objetivo desse artigo, reside em explorar o caminho que a categoria de gênero percorre, a fim de propor uma historicização do tema, entendendo as diferentes análises propostas através de uma revisão bibliográfica que perpassa as autoras: Butler (2022, 2024), Scott (1990), Piscitelli (2001, 2008), Côrrea (2001), Freitas (2022), Hollanda (2019) e Collins e Bilge (2021). Com isso, podemos entender um panorama mais amplo do surgimento do feminismo, de como essa discussão chega ao Brasil e “recria” a categoria *mulher* através do gênero, bem como, quando a interseccionalidade adentra o debate para tentar suprir uma lacuna bibliográfica que não levava em consideração as diferentes faces sociais que cruzavam os estudos de gênero, para assim chegarmos a um aprofundamento da categoria de gênero que leva em consideração as mudanças da contemporaneidade.

2. DESENVOLVIMENTO

DA PALAVRA AO CONCEITO: A TRAJETÓRIA DAS QUESTÕES DE GÊNERO

Para se pensar a categoria de gênero, antes é preciso pensar o feminismo. Ainda de acordo com Butler (2024), o gênero faz parte do feminismo há muitas décadas, quando nós, feministas, levantamos a questão ‘o que é uma mulher?’, estamos reconhecendo desde o início que o significado dessa categoria permanece incerto e até enigmático (Butler, 2024, p. 22). Dessa forma, se torna fundamental historicizar a discussão sobre gênero, entendendo primordialmente a relação que se dá entre corpo e sexo para a ciência e como essa reflexão chega aos estudos feministas.

Para tanto, Scott (1990) traça em seu estudo como a categoria de gênero, passa de uma “palavra” para um conceito, ou seja, como o gênero demonstra um processo socialmente construído que tem seu significado marcado pelas mudanças sociopolíticas, ao invés de uma mera marcação biológica binária, que divide os seres humanos em homens e mulheres. Assim, a categoria surge dentro do feminismo norte americano, a partir da necessidade de se designar um conceito que rejeitasse o determinismo biológico, mas que ao mesmo tempo, sublinhasse aspectos relacionais.

Além disso, o gênero é um conceito proposto por aqueles que defendiam uma pesquisa sobre as mulheres, nesse contexto, uma *história das mulheres*, as pesquisadoras feministas assinalaram muito cedo que o estudo das mulheres acrescentaria não só novos temas como também iria impor uma reavaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico existente (Scott, 1990, p. 3). É nesse cenário, que o termo “gênero” aparece como sinônimo de “mulheres”, Scott afirma que,

Enquanto o termo “história das mulheres” revela a sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais), que as mulheres são sujeitos históricos legítimos, o “gênero” inclui as mulheres sem as nomear, e parece assim não se constituir em uma ameaça crítica. (Scott, 1990, p. 6).

Dessa forma, o uso do termo gênero, também se insere em um contexto de procura por legitimidade dos estudos feministas, no âmbito acadêmico dos anos 1980.

Sob o mesmo ponto de vista, Piscitelli (2001) pontua que todas as correntes do feminismo questionam o suposto caráter natural da subordinação feminina. Colocam, portanto, que a subordinação é fruto de uma construção social, assim se o que pode ser construído pode ser modificado, alterando a maneira como as mulheres são vistas socialmente, é possível mudar o espaço social por elas ocupado.

Ademais, diante dessa compreensão, “gênero”, como substituto de “mulheres”, é igualmente utilizado para sugerir que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica no estudo do outro (Scott, 1990, p. 7). Assim, o conceito de gênero surge para sublinhar construções sociais, oferecendo dessa forma, um meio para distinguir a prática sexual e social dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens, dito de outra forma, o uso do “gênero” dá ênfase a um complexo sistema de relações sociais, que podem incluir o sexo, mas que não é determinado pelo sexo ou sexualidade. De acordo com Piscitelli (2001),

o conceito de gênero se desenvolveu no marco dos estudos sobre "mulher" e compartilhando vários dos seus pressupostos. Mas, a formulação do conceito de gênero procurava superar problemas relacionados à utilização de algumas das categorias centrais nos estudos sobre mulheres. (Piscitelli, 2001, p. 8).

Entretanto, é importante destacar que a discussão acerca do conceito de gênero, perpassou diferentes autoras que contribuíram e problematizaram a proposta colocada por Scott (1990), como Butler (2022) que coloca a compreensão sobre gênero aqui citada, como limitada já que, não dimensiona os aspectos culturais, deixando de lado os indivíduos que não se enquadram nas normas sociosexuais. Com isso, se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra, de um sexo desta ou daquela maneira (Butler, 2003, p. 26). Assim o gênero necessariamente inclui a dimensão subjetiva que permeia a cultura, o corpo em si constitui uma construção, dessa forma,

As fronteiras que o conceito de gênero ultrapassou [...] descortinam também, um quadro diversificado de categorizações que diferencia e distância as concepções de gênero engendradas pelo sexo. Dentre essas interpretações e críticas, percebemos caminhos que apontam para outras direções, destoando cada vez mais de uma visão monolítica. Novos fluxos circulam pelas questões de gênero e nos levam a outras materialidades. É preciso apreender que diferentes culturas possuem diferentes formas de experienciar o corpo e a sexualidade. (Freitas, 2022, p. 49).

Levando em consideração o que foi exposto, em relação ao surgimento da categoria de gênero, dentro dos estudos feministas, é preciso entender como essa discussão chega ao Brasil e como a pauta foi incorporada nas produções acadêmicas. Dessa forma, diferente dos Estados Unidos, no Brasil o

que vemos nos estudos feministas, é que estão geralmente ligados a militância política, no contexto da ditadura militar entre 1960 e 1970. Côrrea (2001), diz que “Creio que havia um traço comum à todas, pelo menos em São Paulo e no Rio, que foi onde circulei mais durante aqueles anos: eram mulheres de esquerda e eram mulheres profissionais ou em vias de se tornarem profissionais” (Côrrea, 2001, p. 15).

Importante destacar que, ainda em concordância com Côrrea (2001), isso não implica somente, em negar a existência de pesquisadores não envolvidos com a militância hoje, mas implica sim em enfatizar a impossibilidade da existência de estudos de gênero que não tenham uma dimensão política, como parte de sua história. Dessa forma, fica claro que a produção acadêmica feminista no Brasil está intrinsicamente ligada a conjuntura política do país, exercendo importante influência na emergência dos estudos de gênero.

Os estudos feministas acadêmicos no Brasil, alargando seu campo de estudo, abarcaram a categoria de gênero sob a ótica de desconstruir e desnaturalizar o determinismo biológico binário, assim a questão fundamental é que gênero se constituiu num divisor de águas dentro e fora do movimento feminista. Enquanto teoria, abarcou não só os estudos feministas, como ditou outro tom (Freitas, 2022, p. 53). Os primeiros núcleos de estudo que surgiram no país, tinham o intuito de proliferar essas discussões que vinham do seio da militância política, fomentando assim os temas de pesquisa que pautavam as questões de gênero. Posteriormente, o debate tomou outras formas, incluindo temas mais específicos como a sexualidade.

De acordo com Hollanda (2019), a experiência brasileira com as produções acadêmicas feministas, antecede o gênero como categoria de análise. Os estudos feministas, surgem em contraposição ao saber científico masculino que se colocava como “saber universal” dentro das Ciências Sociais. Esse movimento vem, também, da visibilidade que essas discussões teóricas passam a ter sobre temas relacionados a sexualidade causando grande impacto sobre a noção heteronormativa e interseccional (Freitas, 2022, p. 56).

Além disso, no Brasil o que vemos é uma discussão sobre gênero e sexualidade que só alcança as mulheres, ainda sim, essa temática associava as experiências femininas com as relações entre o público e o privado e suas intersecções sociais, levando em consideração as questões de classe. Dessa forma, os estudos de gênero avançam nas décadas seguintes, reconhecendo novas formas de experiências sociais na contemporaneidade, levando em consideração as diferentes identidades e orientações sexuais. É possível identificar trabalhos nesse campo que questionam a estrutura patriarcal heteronormativa que baseia a sociedade.

De acordo com Freitas (2022), a mudança dos “estudos sobre a mulher”, para o estudo de gênero, permitiu um amplo debate sobre a escolha ideológica do termo, uma vez que, caracterizava,

como já citado aqui, uma forma de reconhecer as mulheres, mas sem as nomear, ou seja, um meio de “despolitizar” a discussão. Na contramão, no Brasil temos uma mudança menos problemática, já que o uso do termo “mulher”, abarcava implicitamente a história de mulheres das mais diferentes e plurais vivências no país.

Não menos importante, Côrrea (2001) nos coloca a problemática da lacuna bibliográfica existente na relação entre gênero e raça, em suas próprias palavras “em relação a questão racial havia uma cegueira estrutural na sociedade brasileira” (Côrrea, 2001, p. 26). Pontuando nessa interface, Piscitelli (2008) ao considerar os diversos aspectos que compõem os estudos de gênero, trabalha as questões interseccionais como ferramentas analíticas para apreensão das diferenças e desigualdades. Com isso, é importante destacar que já não se trata da diferença sexual, nem da relação entre gênero e raça ou gênero e sexualidade, mas da diferença, em sentido amplo para dar cabida às interações entre possíveis diferenças presentes em contextos específicos (Piscitelli, 2008, p. 266).

O uso da interseccionalidade aqui como categoria analítica, se apresenta como uma forma mais “adequada” quando colocamos em pauta as estruturas que baseiam as relações sociais. Ou seja, utilizando a interseccionalidade para analisar as questões de gênero, nos deparamos com uma gama de maneiras variadas para abordar um problema social.

Assim, utilizando o exemplo da desigualdade social, podemos perceber que o crescimento das desigualdades sociais não se aplica da mesma forma a todas as mulheres. A interseccionalidade nesse sentido, nos oferece uma estrutura para explicar como as categorias de raça, gênero, classe, idade, estatuto e cidadania, dentre outros marcadores, posicionam os indivíduos de maneiras diferentes no mundo frente aos problemas sociais (Collins; Bilge, 2021, p. 33), por isso, através da interseccionalidade conseguimos “preencher” as lacunas antes apontadas nos estudos de gênero, mudando a forma que pensamos os diferentes grupos sociais.

Relacionando os estudos de gênero e a interseccionalidade no Brasil, é possível destacar como o espaço político, construído no reestabelecimento da democracia nos anos 1980, englobava em sua maioria as necessidades das mulheres brancas, assim as mulheres negras recebiam um tratamento diferente tanto no movimento negro, quanto no movimento feminista, como argumenta Collins e Bilge (2021),

Como as mulheres das classes alta e média eram vitais para o movimento feminista, as demandas políticas foram moldadas por um status marcado pela categoria de classe, não marcado ainda pela categoria de raça (pois a maioria era branca). O sucesso da eleição de mulheres para cargos políticos no Brasil é reflexo das alianças entre mulheres de todas as classes sociais. (Collins; Bilge, 2021, p. 43).

Se colocado nessa perspectiva, ficar claro que a mulher negra pobre na sociedade vive uma *tripla opressão*, ao passo em que personifica a intersecção de gênero, raça e classe em si mesma. Por

isso, é notório que o movimento negro não atua a partir da igualdade para tratar o grupo das mulheres, e nem o feminismo exigiu tratamento igual para as mulheres negras. Nesse contexto Collins e Bilge (2021) pontuam que, as pesquisas que trabalhavam a vivência negra no Brasil, interseccionando racismo, sexismo, exploração de classe, cidadania e heterossexismo tinham pouco reconhecimento. Assim sendo, os estudos que cruzavam o capitalismo com as questões de gênero, colocando os direitos da classe trabalhadora como força importante na formação da dominação de classes, abriu espaço para debates necessários como o de Benedita da Silva¹ no congresso. No entanto, quando se tratava de raça como categoria de análise, as mulheres negras enfrentavam pressão similar para subordinar suas preocupações específicas à bandeira da solidariedade de classe (Collins; Bilge, 2021, p. 44).

Esses movimentos sociais isolados, contemplando feminismo, antirracismo e movimentos da classe trabalhadora, foram importantes, e muitas mulheres negras continuaram a participar deles. No entanto, como nenhum movimento social conseguiu resolver adequadamente as questões específicas das mulheres afro-brasileiras, elas criaram um movimento próprio. (Collins; Bilge, 2021, p. 44).

Portanto, fica claro que o caminho percorrido nos estudos de gênero reflete diretamente o contexto em que se estava inserida as discussões. A interseccionalidade nesse sentido, permite a coexistência de diversas abordagens, articulando aspectos diferentes a discussão de gênero.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

REPENSANDO O GÊNERO: UMA CRÍTICA À LUZ DE BUTLER

Diante disso e levando em consideração que os estudos de gênero lidam com mudanças recorrentes, sendo necessário uma formação contínua. Proponho aqui um aprofundamento do conceito de gênero, a partir das reflexões colocadas por Butler (2022).

Butler (2022) evidencia que não existe necessariamente uma relação mútua entre sexo, sexualidade e gênero, dessa forma, espera-se de um indivíduo biologicamente fêmea que ele performe características femininas e se atraia por homens, levando em consideração o contexto heteronormativo em que vivemos. Em contraposição, Butler (2022) coloca que, o gênero não é algo “natural”, por isso, não há uma relação entre nascer em um corpo e o seu gênero, assim, uma pessoa designada como “fêmea” pode exibir traços “masculinos”, e reciprocamente o contrário também.

¹ Benedita da Silva é formada em Auxiliar de Enfermagem e Serviço Social, foi deputada constituinte em 1988 pelo PT, senadora e a primeira governadora negra do Brasil. Foi ministra de Trabalho e Assistência Social no primeiro governo Lula, onde ajudou a criar o maior programa de combate à fome do mundo e o Bolsa Família. Disponível em: <https://beneditadasilvaoficial.com.br/> Acesso em 28 de setembro de 2024

Diante o exposto, o debate é passível de questionamentos como, se o gênero é um processo e não um estado de ser, o que determina então o que nos tornamos? Em que medida alguém “escolhe” seu gênero? Essa discussão complexa, é problematizada por Butler (2022) quando ela afirma que o gênero é uma sequência de atos que está sempre e inevitavelmente acontecendo, já que seria impossível um indivíduo existir fora dos termos de gênero. Juntamente a essa questão a autora coloca que gênero e sexo estão situados no contexto dos discursos pelos quais são formados, evidenciando assim o caráter de construção e processo, em contraposição ao determinismo “natural”.

Há quem diga que a noção de construção social, e que a construção social de gênero, implica basicamente que somos feitos de normas e convenções sociais, como se essas constituíssem a substância do próprio corpo. Outras afirmam que a "construção" é simplesmente artificial e falsa, e que precisamos retornar ao que é manifestamente verdadeiro. Ambas as perspectivas, a meu ver, estão erradas. Elas subestimam, entre outras coisas, tanto a perturbação quanto a imprevisibilidade dos primeiros cenários de tratamento em que o gênero aparece. (Butler, 2024, p. 35)

Dessa forma, conseguimos aprofundar o conceito de gênero pois, Butler (2022), nos traz para somar a dimensão de construção social da categoria de gênero, colocada por Scott (1990), o aspecto cultural que envolve o conceito. Com isso, a sexualidade é culturalmente construída dentro de uma matriz heterossexual de poder, por isso, sendo o gênero um mecanismo pelo qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, o gênero pode muito bem ser dispositivo pelos quais tais termos são desconstruídos e desnaturalizados (Butler, 2022, p. 77).

Por mais imperativo que seja defender os campos de estudos que utilizam o gênero como termo que descreve a identidade, formas sociais de poder e formas diferenciais de violência, temos de continuar pensando sobre o que queremos dizer, bem como sobre o que os outros querem dizer quando se revoltam com o termo (Butler, 2024, p. 40). É nesse cenário que o “fantasma do gênero” atua, perpetuando a perspectiva binária e heteronormativa para que as questões de gênero não ameacem a estrutura patriarcal, imbuindo de um “medo coletivo” e atacando a categoria.

Portanto, evidenciar que os estudos de gênero não são estudos sobre a mulher somente, é ir contra uma perspectiva teórica em que o binarismo impera, evitando a naturalização compulsória amplamente debatida nesse campo. Assim, um discurso sobre gênero que insiste nesse binarismo, entre homem e mulher, atua como um poder regulatório, que como já foi colocado no início desse trabalho, não permite a superação do senso comum e nem um pensamento disruptivo.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Desfazendo Gênero**. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?**. São Paulo: Boitempo, 2024

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021

CORRÊA, Mariza. **Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil**: um exemplo pessoal. Dossiê: feminismo em questão, questões do feminismo. Cadernos Pagu (16) 2001: pp.13-30. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/Xmvqhg4YYJxm7w5zwwk9dsd/?format=pdf&lang=p t>. Acesso em: 02 de out. 2024.

FREITAS, Liliann Rose Pereira de. **SILÊNCIOS ENSURDECEDORES**: Gênero e diversidade sexual nas escolas da rede estadual do ensino médio em Campina Grande - PB. Orientador: Rosilene Dias Montenegro. 2022. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2022.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

PISCITELLI, Adriana. **Recriando a (categoria) mulher?** In: ALGRANTI, L. (org.). A prática feminista e o conceito de gênero. Textos Didáticos, nº 48. Campinas, IFCH-Unicamp, 2002, p. 7-42. Disponível em: <http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/Adriana01.pdf>

PISCITELLI, Adriana. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras**. Sociedade E Cultura, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/5247>. Acesso em: 02 de out. 2024.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v.20, n.2, p. 71-99, 1995.

ABSTRACT

The present article discusses the concept of gender as a social, cultural, and political construction in constant transformation. The aim is to historicize and deepen the understanding of gender, analyzing how the term has been appropriated and distorted by conservative discourses that treat it as a threat, as pointed out by Judith Butler (2024), in order to sustain authoritarian and patriarchal projects grounded in fear. The research is based on a bibliographic review supported by authors such as Butler (2022, 2024), Scott (1995), Piscitelli (2008), Córrea (2001), Hollanda (2019), and Collins and Bilge (2021), to reconstruct the trajectory of the concept of gender from North American feminism to its incorporation into Brazilian studies, highlighting its relationship with political activism and the confrontation of biological determinism. The study emphasizes that, when conceived as a relational and performative category, gender enables the understanding of power dynamics and structural inequalities. Based on the notion of intersectionality, it becomes evident that gender, race, and class intersect—particularly in the reality of Black women—revealing multiple and specific forms of oppression. In light of this, and following Butler (2022), it is possible to affirm that gender is not a fixed state but a continuous process of construction and deconstruction. Thus, understanding gender critically becomes a way to overcome common sense and reaffirm the right to plurality and existence without fear or discrimination.

Keywords: Gender; Feminism; Intersectionality.

CAPÍTULO II

ARQUIVOS PESSOAIS DE MULHERES COMO ESPAÇOS DE MEMÓRIA E RESISTÊNCIA: O CASO DE MÁRCIA STEINBACH SILVA KAPLAN NA MEMUS PB

Lesleyanne Rodrigues de Lima ¹
Ana Cláudia Cruz Córdula ²

RESUMO

Os arquivos pessoais de mulheres configuram-se como espaços de afirmação identitária, resistência e construção da memória social. Inseridos em um campo historicamente marcado por silenciamentos e ausências, esses acervos revelam modos singulares de viver, criar e registrar o mundo. O presente artigo propõe uma reflexão sobre o arquivo pessoal de Márcia Steinbach Silva Kaplan, em processo de doação à Associação de Memória Musical da Paraíba (MEMUS PB), analisando-o como um espaço de memória e expressão cultural. A pesquisa integra o contexto de um projeto de mestrado vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ–UEPB/UFPB). Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em pesquisa documental e na análise do conjunto documental que compõe o arquivo pessoal de Márcia Kaplan, buscando compreender como sua trajetória pessoal se inscreve na história cultural da Paraíba. O levantamento preliminar de arquivos pessoais institucionalizados em João Pessoa (PB) revelou a presença reduzida de acervos de mulheres, o que reforça a relevância do presente estudo. Assim, o artigo contribui para o debate sobre gênero, memória e arquivo pessoal, evidenciando o papel desses arquivos como instrumentos de preservação, visibilidade e resistência.

Palavras-chave: arquivos pessoais; memória; gênero; cultura; Márcia Kaplan.

1. INTRODUÇÃO

Os arquivos pessoais de mulheres constituem espaços de visibilidade, afirmação identitária e resistências simbólicas. Inseridos em um campo historicamente marcado pela ausência e silenciamentos, esses acervos, nos permitem ampliar leituras que conectam a presença das mulheres na cultura, nas artes, na política e na história. Ao revelarem modos particulares de viver, criar e registrar o mundo, os arquivos pessoais de mulheres se configuram como fontes, lugares que dão visibilidade às trajetórias individuais e aos processos coletivos de construção da memória social.

Neste contexto, o presente artigo propõe uma reflexão sobre o arquivo pessoal de Márcia Steinbach Silva Kaplan, que está em processo de doação e será custodiado pela Associação de Memória Musical da Paraíba (MEMUS PB)³, sendo compreendido como um espaço de memória,

¹ Mestranda em pelo programa de pós-graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ) pelas universidades Estadual e Federal da Paraíba, João Pessoa (PB) - Brasil.

² Doutora em Ciência da Informação. Professora do Departamento de Ciência da Informação na Universidade Federal da Paraíba e professora do PPGDARQ-UEPB/UFPB, João Pessoa (PB) - Brasil.

³ Sediada na cidade de João Pessoa – PB, na Rua Maciel Pinheiro, 187-A, Varadouro, CEP: 58.010-130. Para mais informações acessar o link: <https://memuspb.org/>.

identidade e expressão. A pesquisa também tem origem nas inquietações desenvolvidas ao longo de uma dissertação de mestrado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ – UEPB/UFPB), cujo foco é a elaboração de uma Política de Aquisição de Acervos Pessoais para a MEMUS PB, tomando como caso inicial o arquivo de Márcia Kaplan.

Dessa forma, ao iniciar os estudos sobre a temática, observamos o levantamento preliminar realizado no âmbito do projeto de pesquisa¹ que mapeou 45 arquivos pessoais institucionalizados na cidade de João Pessoa (PB), no qual, observamos que apenas três deles pertenciam a mulheres, o que evidencia uma lacuna de gênero significativa na representação dos acervos pessoais sob guarda institucional na capital.

O arquivo de Márcia Kaplan, por sua vez, não integra essa contagem, uma vez que ainda se encontra em processo de doação à MEMUS PB. Esse dado motivou a seguinte pergunta problema: o arquivo pessoal de Márcia Steinbach Silva Kaplan, ainda em processo de doação à MEMUS PB, expressa dimensões da memória individual e coletiva, e o que podemos elucidar sobre os aspectos culturais a partir de sua análise?

A suscitar reflexões sobre os desafios e significados da institucionalização de arquivos pessoais de mulheres, especialmente no que articula os conceitos de memória, gênero e arquivo pessoal, situando o arquivo de Márcia Kaplan como um exemplo da relevância das mulheres na preservação da memória musical e cultural da Paraíba. Por isso, o objetivo desse trabalho é analisar o arquivo pessoal de Márcia Steinbach Silva Kaplan como um espaço de memória e representação, destacando sua contribuição para a preservação da cultura, da história e da produção musical da Paraíba, e para o reconhecimento dos arquivos pessoais de mulheres como fontes de memória social e cultural.

Para atingir o objetivo geral, apontamos os objetivos específicos que consistem em contextualizar o arquivo pessoal de Márcia Kaplan no cenário dos arquivos pessoais existentes na cidade de João Pessoa (PB); analisar os elementos documentais do arquivo que evidenciam aspectos de sua trajetória pessoal, artística e social; refletir sobre o papel dos arquivos pessoais de mulheres como instrumentos de resistência simbólica e afirmação de memória;

Assim, este estudo se justifica pela necessidade de dar visibilidade às experiências e produções de mulheres que contribuíram significativamente para a cultura paraibana, mas que permanecem nas sombras ou negligenciados pelas instituições.

¹ Cartografia dos Arquivos pessoais na cidade de João Pessoa (PB): acervos, instituições e memórias, projeto de iniciação científica, vinculado ao Departamento de Ciência da Informação, coordenado pela professora Dra. Ana Cláudia Cruz Córdula, no ano de 2022.

2. METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica teve como finalidade mapear o debate teórico sobre arquivos pessoais, memória, gênero e institucionalização documental, com base em livros, artigos científicos, teses e legislações pertinentes à temática. Esse levantamento permitiu situar o estudo no campo da Arquivologia e identificar lacunas relativas à representação de arquivos de mulheres.

Paralelamente, realizamos a análise documental do arquivo pessoal de Márcia Steinbach Silva Kaplan, onde obtivemos um quantitativo preliminar de documentos, etapa que envolve a distribuição do acervo e sua diversidade de gêneros que vão dos textuais, iconográficos, sonoros, filmográficos, como também objetos tridimensionais, atualmente organizados em cerca de 50 caixas.

As informações coletadas foram analisadas à luz do referencial teórico, buscando compreender como o arquivo pessoal de Márcia Kaplan se insere na construção da memória musical e na representatividade documental das mulheres na Paraíba.

3. ARQUIVOS PESSOAIS E MEMÓRIA: DISPUTAS, SILENCIAMENTOS E LEGITIMIDADES

Os arquivos pessoais se consolidaram como um campo de reflexão relevante na Arquivologia contemporânea, sendo objetivo de estudos que impulsionaram da teoria à prática metodológica, esses arquivos conseguiram se sobressair da centralidade historicamente conferida aos arquivos administrativos/institucionais. Por muito tempo, esses acervos foram marginalizados, sendo frequentemente considerados de valor secundário pelas instituições de custódia e pelos referenciais normativos da área.

Com o desenvolvimento das sociedades e a consolidação de estruturas políticas e burocráticas, a produção documental passou a refletir dinâmicas de poder e práticas de controle social. Oliveira (2012) observa que os arquivos foram historicamente constituídos para regular relações comerciais, afirmar a presença do Estado, controlar informações sociais e legitimar mecanismos de dominação. Com o avanço institucional foram atribuídas ao documento funções administrativas, jurídicas e probatórias, instrumentos que caracterizavam relações de poder (Derrida, 2001). Assim, os arquivos públicos e institucionais emergiram reproduzindo hierarquias sociais e excluindo da memória oficial os sujeitos e grupos considerados periféricos, entre eles, as mulheres.

A literatura arquivística tem consolidado definições fundamentais sobre arquivos pessoais. Oliveira (2016) os compreende como o conjunto de documentos produzidos, recebidos e acumulados por uma pessoa física ao longo de sua vida, em decorrência de suas atividades, funções sociais e

relações pessoais. Corroborando para o entendimento e a importância da diversidade documental, Silva compreende,

Os indivíduos, assim como instituições públicas e privadas, produzem e acumulam documentos que evidenciam suas funções e atividades no decorrer de sua existência, o que denominamos como arquivo pessoal. Esse conjunto de documentos é diverso, uma vez que é composto por diferentes espécies, tipos, gêneros e formatos documentais (Silva, 2022, p. 83).

Entretanto, a compreensão dos arquivos pessoais não deve ser confundida com a noção de coleção. Enquanto a coleção resulta de um processo artificial da reunião intencional que se baseia em temáticas, gosto, características ou afinidades, os arquivos pessoais possuem organicidade própria, isto é, refletem a acumulação de maneira natural decorrente das atividades e relações estabelecidas pelo produtor no decorrer de sua vida. Entretanto, coleções podem e quase sempre estão presentes em arquivos pessoais, cabem ao profissional arquivista entender esse contexto de acumulação e ao fazer o trabalho de organização, isso seja pensado e refletido de acordo com a construção dos instrumentos e na própria descrição do acervo.

Dessa forma, a repercussão sobre arquivos pessoais foi ganhando fôlego, principalmente a partir do movimento de renovação historiográfica que estes arquivos ganharam visibilidade. Os arquivos pessoais passaram a ser reconhecidos como fontes históricas, sendo aproximado a outras áreas das ciências humanas e sociais. Nos anos de 1990 no Brasil, os estudos sobre arquivos pessoais também ganharam densidade teórica, estudos que contemplavam a subjetividade dos acervos foram sendo recorrentes e envolviam discussões sobre sua intencionalidade, a memória (individual e coletiva) e os seus contextos de produção e organicidade.

Do ponto de vista normativo, os arquivos pessoais também encontraram respaldo legal na legislação brasileira. A Lei nº 8.159/1991, que institui a Política Nacional de Arquivos, reconhece os arquivos privados, entre eles, os de pessoas físicas como parte integrante do patrimônio documental do país. Essa legitimação jurídica amplia o escopo do campo arquivístico e reafirma a relevância desses acervos para a compreensão da história social, política e cultural.

Autores como Oliveira (2016) estabelecem conceitos relevantes sobre arquivos pessoais. A autora os define como um conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas atividades e funções sociais. Os arquivos pessoais são moldados de acordo com as vontades e interesses individuais, contendo documentos considerados importantes pelo titular, com base em critérios afetivos, profissionais, sociais ou outros julgados relevantes.

Essa subjetividade na constituição dos arquivos pessoais não compromete seu valor documental, ao contrário, revela aspectos fundamentais da construção da identidade do indivíduo e

de como podemos refletir os contextos da sociedade, de marcos e momentos que entrelaçam o arquivo e os documentos aos fatos. A autora ainda defende que esses arquivos oferecem um olhar singular sobre a experiência dos indivíduos.

Nesse sentido, são documentos que, ao serem revisitados e contextualizados, culminam para a reconstrução de biografias, a interpretação de práticas sociais e a reconstituição de vínculos sentimentais, culturais e profissionais, congregando com a ideia de que arquivos pessoais têm o potencial de se tornarem “lugares de memória”, conforme proposto por Nora (1984).

Ao assumirem esse valor, os documentos privados deixam de ser apenas vestígios de vidas particulares e passam a se tornar dispositivos sociais, atribuindo a esses lugares o sentido material, funcional, nos quais a memória coletiva se ancora e se reescreve. Córdula e Silva (2023) enfatizam,

Os arquivos pessoais contêm registros de possíveis memórias que podem ser exploradas e reinterpretadas, revelando aspectos desconhecidos ou anteriormente invisíveis da história. Isso ocorre tanto na perspectiva arquivística, que considera a formação, a lógica e as conexões do produtor desses arquivos, quanto nas projeções sociais (Córdula; Silva, 2023, p. 147).

Assim, ao compreendermos os arquivos pessoais como acervos dotados de organicidade, subjetividade e valor testemunhal, percebemos sua relevância para a construção de narrativas históricas mais plurais e inclusivas. Se, por um lado, os modelos tradicionais de custódia privilegiaram documentos institucionais e públicos, por outro, a análise dos arquivos pessoais abre espaço para novas interpretações que revelam sujeitos, memórias e experiências relegadas à margem da história oficial. Essa perspectiva se torna ainda mais significativa quando voltamos o olhar para os arquivos pessoais de mulheres, cuja presença no campo arquivístico permanece marcada por lacunas, invisibilidades e desafios próprios.

4. ARQUIVOS PESSOAIS DE MULHERES E SUAS CONTRIBUIÇÕES EM PROL DA ARQUIVOLOGIA

A relação entre gênero e produção documental evidencia um padrão persistente de desigualdade na formação dos acervos e no reconhecimento social das trajetórias individuais. Isso é observado quando analisamos arquivos pessoais em instituições sob custódia institucional no Brasil, conforme revelado por pesquisas recentes sobre o tema. Logo na introdução deste trabalho, apresento o levantamento realizado na cidade de João Pessoa, no qual foram identificados apenas três arquivos pessoais de mulheres institucionalizados, dados esses, que comprovam a essa escassez.

Esse quadro não é isolado, pois o estudo de Souza e Franco (2024), as autoras apresentam dados referentes ao Arquivo Nacional que atualmente possui 305 conjuntos documentais privados, dos quais apenas 26 correspondem a arquivos pessoais de mulheres. Considerando que o Arquivo

Nacional é uma das maiores instituições de custódia de arquivos pessoais do país, essa discrepância reforça o caráter estrutural da desigualdade de gênero na preservação documental. Situação semelhante aparece na Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) que entre os 90 acervos sob sua guarda, apenas 10 pertencem a mulheres cientistas.

No Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (FGV CPDOC), o trabalho de Garrido (2022) encontrou dos 230 arquivos pessoais presentes na fundação, somente 16 deles arquivos de mulheres, reitero que fizemos uma busca atualizada e permanece com os mesmos dados, inclusive um desses acervos de mulheres está junto ao acervo do marido.

Dessa forma, cabe trazer a reflexão de que durante séculos, a divisão do trabalho condicionou as mulheres a manter uma relação restrita a ambientes domésticos que consistia em cuidar da família, da casa, dos filhos ou estar em ocupações consideradas secundárias. Essa realidade impactou diretamente na produção de documentos, pois mulheres tinham sua presença apagada, seus arquivos destruídos (Perrot, 2013). O apagamento estrutural, reforçado pelo patriarcado que historicamente centraliza a figura masculina no exercício do poder.

Nesse contexto, os arquivos pessoais de mulheres emergem ainda que inicialmente vinculados à intimidade, esses conjuntos documentais revelam práticas sociais, culturais e profissionais que contrariam a ideia de que as mulheres não ocupavam papéis de destaque. Podemos elencar documentos como escritos íntimos, correspondências, registros de trabalho, projetos culturais, documentos acadêmicos e materiais administrativos, que tornaram vestígios para compreender a participação das mulheres na sua vida pública e suas redes de sociabilidade. A aproximação entre estudos de gênero com a arquivologia tem ampliado o campo teórico, para aproximar a pesquisa das minorias, analisando a produção e a custódia de documentos.

A lacuna histórica na representação feminina nos arquivos institucionais reforça a necessidade de analisar casos concretos que evidenciem tanto os silenciamentos quanto as possibilidades de reconstrução da memória. É nesse contexto que o arquivo pessoal de Márcia Steinbach Silva Kaplan adquire relevância, pois sua existência e processo de institucionalização na MEMUS PB e constituem um exemplo de como os arquivos de mulheres contemplam representações plurais da sociedade.

4.1. Arquivos de mulheres: o acervo pessoal de Márcia Steinbach Silva Kaplan

O arquivo pessoal de Márcia Steinbach Silva Kaplan reuniu uma variedade de documentos produzidos e acumulados ao longo de sua trajetória pessoal, profissional e familiar. A análise do acervo permite compreender Márcia para além da narrativa biográfica tradicional, pois os documentos

revelam fragmentos de escolhas, afetos, compromissos públicos, projetos interrompidos e redes de sociabilidade. A partir desse acervo é possível reconstruir aspectos de sua atuação, o que evidencia o seu potencial, além de trazer documentos que refletem o cenário musical da Paraíba.

Márcia nasceu em 30 de novembro de 1941, no município de Pombal, sertão da Paraíba. Filha de pai paraibano e mãe baiana de ascendência alemã, cresceu em um ambiente familiar marcado pela presença da música, da leitura e das artes. Sua mãe, pianista, e seu pai, médico, compartilhavam o gosto pela cultura, o que influenciou profundamente sua formação. Já adolescente Márcia e sua família se mudam para João Pessoa, onde ingressou no curso de Letras da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Atuou como professora por cerca de vinte anos, experiência que consolidou sua relação com a educação e serviu de base para o exercício de funções de gestão cultural e educacional nas décadas seguintes.

Ao longo de sua carreira, Márcia que sempre foi a frente de seu tempo, como costumava dizer, desempenhou papéis de destaque na cultura e na educação paraibana. Por muitos anos, Márcia Kaplan foi professora do Departamento de Habilitação Pedagógica do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba. Desenvolveu importantes projetos na administração da cultura e na educação em todo o estado, participando, inclusive, do Conselho Estadual de Educação da Paraíba, além de ter sido a primeira Diretora da Creche-Escola do Centro de Educação.

Como diretora da Biblioteca Pública do Estado da Paraíba. Posteriormente, exerceu funções de direção escolar e ocupou o cargo de secretária adjunta da Educação, contribuindo para a gestão das políticas educacionais do estado. Foi agente cultural e produtora, desenvolvendo projetos em parceria com seu marido, o maestro, pianista e compositor José Alberto Kaplan, com quem foi casada por 42 anos, como o Festival de Arte de Areia, que tinha por objetivo valorizar a música e as expressões artísticas regionais.

Um aspecto relevante do arquivo pessoal de Márcia é a presença de documentos relacionados ao Maestro Kaplan, pois, parte dos documentos reúne registros de atuação do casal, como também obras originais de composições e demais documentos de sua vida. Quase todo o acervo do Maestro Kaplan foi doado à Universidade Federal da Paraíba, onde uma parte ficou para o departamento de música onde Kaplan foi professor, enquanto outra parte está no Núcleo de Documentação Informação Histórica Regional (NDIHR).

Muitos desses documentos permaneceram sob responsabilidade direta de Márcia, que reuniu, guardou e organizou os materiais referentes à produção musical e intelectual do marido. Assim, a preservação desses documentos, bem como a sua relevância enquanto patrimônio cultural paraibano,

fundamentou o processo de institucionalização do acervo, a partir da criação da MEMUS PB, instituição que tem sua relação direta com o arquivo pessoal aqui analisado.

4.2. Associação de Memória Musical – MEMUS PB

A Associação Memória Musical da Paraíba (MEMUS PB) é uma organização da sociedade civil voltada para a preservação, custódia e difusão de acervos documentais reconhecendo a memória musical do estado da Paraíba. Criada por assembleia geral em 30 de novembro de 2020, é constituída como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, dotada de autonomia administrativa e financeira e localizada na cidade de João Pessoa. Atuando sob regência de seu Estatuto e da legislação vigente.

A instituição estabelece, como princípio estruturante, a preservação da memória documental e musical, compreendendo acervos pessoais, de partituras, de objetos, de imagens e de sons dos compositores, músicos, intérpretes e mestres da música; Esse compromisso integra a associação no campo das instituições de custódia que reconhecem o valor informacional, histórico e social dos documentos musicais, alinhando às práticas arquivísticas que enfatizam a relevância dos arquivos pessoais musicais.

O estatuto é um documento institucional que estabelece finalidades de atuação da associação, entre eles, alguns dos objetivos principais estão em salvaguardar acervos pessoais ligados à música, priorizar a conservação de partituras, documentos textuais, imagens, objetos musicais e registros audiovisuais, como também a instituição investe na promoção de atividades formativas e culturais, como concertos, exposições, publicações e ações educativas. Além da criação de bancos de dados e repositórios digitais, estratégia que democratiza o acesso ao patrimônio musical e amplia sua circulação por meio das tecnologias e estratégias de difusão. Destacamos o incentivo à pesquisa e ao diálogo entre a comunidade científica, artistas e sociedade civil.

Sua atuação se ancora na reafirmação da identidade cultural paraibana, valorizando os protagonistas da música local e contribuindo para a construção de narrativas que reconhecem a diversidade, a historicidade e a relevância da produção musical seja ela manifestações da música popular a erudita.

A criação da MEMUS PB não pode ser compreendida dissociada da trajetória de vida de Márcia Kaplan e de sua família, que a partir deles culminou a sua fundação, juntamente com o apoio da rede de interessados e representantes de diferentes segmentos. A escolha da data de fundação da associação, coincidente com o aniversário de Márcia, o que reforça esse caráter afetivo que envolve sua criação.

5. RESULTADOS

Entre os resultados alcançados, destacamos o levantamento inicial do acervo, que permitiu estimar a existência de aproximadamente 2.100 documentos, distribuídos entre diferentes gêneros documentais, incluindo textuais, iconográficos, filmográficos, tridimensionais e audiovisuais. Essa diversidade tipológica evidencia a riqueza informacional do arquivo pessoal, refletindo múltiplas dimensões da vida pessoal, profissional e cultural de seus produtores.

Observamos uma presença significativa de documentos musicais, em especial partituras e registros sonoros associados à trajetória de José Alberto Kaplan, o que evidencia a relação de guarda e preservação exercida por Márcia Kaplan em relação a esse conjunto documental. Tal circunstância indica que ela manteve sob sua custódia documentos de sua própria produção, mas também aqueles que permaneceram sob sua responsabilidade após a doação do acervo de seu marido, assumindo um papel central de cuidadora desses documentos.

Os documentos produzidos e acumulados por Márcia revelam sua atuação ativa nos campos da cultura e da educação, como educadora, gestora e agente cultural. Esses registros reforçam sua condição de protagonista na construção e difusão de práticas culturais. A distribuição dos documentos está sistematizada no Quadro 1, que possibilita uma visualização da composição do acervo e contribui para a compreensão das características gerais do conjunto documental analisado.

Quadro 1 - Estimativa dos documentos do arquivo Pessoal de Márcia Kaplan

Categoria / Série Documental	Quantidade Estimada	Descrição/Composição
Cartas pessoais	150 documentos	1 caixa contendo correspondências de filhos, familiares, amigos e parceiros de Kaplan.
Livros de receitas e revistas culinárias	30 volumes	1 caixa com livros e revistas de culinária (coleções “A Boa Cozinha”, “Cozinha Prática”, “Cláudia Cozinha”, etc.).
Partituras (originais e cópias)	50 documentos	5 caixas contendo obras orquestrais, corais, peças para instrumentos, arranjos e composições de José Alberto Kaplan.
Livros diversos (biblioteca de referência)	13 caixas / 250 livros	Inclui literatura brasileira e estrangeira, obras espíritas, de música, judaísmo, filosofia e romances contemporâneos.
CDs de autoria de Kaplan	289 unidades	90 (“Obras para Piano”) + 111 (“Obras Escolhidas”) + 88 (“Obras Orquestrais”).
CDs com participações e composições de Kaplan	56 unidades	Inclui Quinteto Villa-Lobos, Wind Quintet Curitiba, São Paulo Brass Quintet, etc.
CDs diversos (outros artistas)	230 unidades	Estimativa considerando a diversidade de estilos.
DVDs (música e eventos)	20 unidades	Estimativa, conforme descrição no documento.
Discos (LPs / vinis)	40 unidades	Inclui obras de Kaplan e de outros compositores.
Fitas e disquetes	15 unidades	Gravações caseiras, demos.
Revistas (Veja, Vida Simples, Moda, etc.)	52 exemplares	28 (Veja) + 18 (Vida Simples) + 6 (Moda).
Recortes de revistas	150 unidades	Temas variados (moda, receitas, economia, saúde, etc.).
Documentos financeiros e pessoais	300 documentos	Três caixas com pastas de IR, contas, recibos, contracheques e processos (1999–2020).

Materiais de bordado e recortes	2 caixas / 80 documentos	Inclui desenhos, moldes, revistas e amostras.
Jornais	250 exemplares	Diversos períodos, relacionados à trajetória do casal.
Pôsteres	6 unidades	2 referentes à Aliança Francesa / UFSM e 4 ao espetáculo “Burgueses ou Meliantes”.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise quantitativa e qualitativa do acervo, composta por mais de duas mil unidades documentais demonstra sua relevância para a compreensão da história da educação, cultura e da música paraibana. Tratando de um conjunto de documentos que ultrapassa o âmbito doméstico, que a partir de sua institucionalização não vai se perder como muitos arquivos de mulheres que se mantêm ocultos, e renegados pelas instituições de custódia, esse gesto mostra a importância do acervo e da MEMUS PB em receber e manter viva a memória de Dona Márcia que vai além da memória do marido, ambos estão equiparados diante de seus acervos e de suas contribuições.

Nesse sentido, os arquivos de mulheres necessitam ser trazidos para as instituições, que se mantêm majoritariamente repleto de arquivos de homens, essa ação depende de um olhar mais sensível para com esses acervos que inclua uma mudança urgente desse cenário de forma mais justa e diversa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 6, p. 455, 09 jan. 1991.

CÓRDULA, A. C. C.; SILVA, J. H. da. Incitando à difusão dos arquivos pessoais da cidade de João Pessoa-PB. **Oficina -Revista Da Associação De Arquivistas De São Paulo**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 144-160, 2023.

DERRIDA, J. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

GARRIDO, A. G. Os arquivos femininos do CPDOC através da experiência do “Escola no Acervo”. *História e Cultura, Dossiê Temático*, v. 11, n. 1, p. 119-136, 2022. Disponível em: <https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/3607>. Acesso em 10 out 2025.

OLIVEIRA, L. M. V. **Descrição e pesquisa: Reflexões em torno dos arquivos pessoais**. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

OLIVEIRA, L. M. V. **Acesso e Intimidade: duas questões para o arquivista no contexto dos arquivos pessoais**. In: OLIVEIRA, L. M. V.; PANISSET, B.T. C.; OLIVEIRA, I. C. B., (orgs.). *Arquivos Pessoais e Cultura: o direito à memória e à intimidade*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2013.

SILVA, L.S. A organização do arquivo pessoal de Maria Laura Mouzinho Leite Lopes: desafios e perspectivas. **OFFICINA-Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo**, v. 1, n. 2, 2022. Disponível em: <https://revista.arqsp.org.br/index.php/revista-da-associacao-de-arquivi/article/view/30>. Acesso em: 20 nov. 2025.

SOUZA, R. M.; FRANCO, S. C.. Representação subversiva de Rose Marie Muraro nos arquivos e no movimento feminista do Brasil. **Ágora: Arquivologia em Debate**, Florianópolis, v. 34, n. 69, p. 1–22, jul./dez. 2024. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/1294>. Acesso em 10 out 2025.

PERSONAL ARCHIVES OF WOMEN AS SPACES OF MEMORY AND RESISTANCE: THE CASE OF MÁRCIA STEINBACH SILVA KAPLAN AT MEMUS PB

ABSTRACT

Women's personal archives are configured as spaces of identity affirmation, resistance, and the construction of social memory. Situated in a field historically marked by silences and absences, these collections reveal unique ways of living, creating, and recording the world. This article proposes a reflection on the personal archive of Márcia Steinbach Silva Kaplan, in the process of being donated to the Associação de Memória Musical da Paraíba (MEMUS PB), analyzing it as a space of memory and cultural expression. The research is part of a master's project linked to the Postgraduate Program in Records Management and Archival Governance (PPGDARQ – UEPB/UFPB). Methodologically, the study adopts a qualitative approach, based on documentary research and the analysis of the documents that make up Márcia Kaplan's personal archive, aiming to understand how her personal trajectory is inscribed in the cultural history of Paraíba. The preliminary survey of institutionalized personal archives in João Pessoa (PB) revealed a limited presence of women's collections, which underscores the relevance of the present study. Thus, the article contributes to the debate on gender, memory, and personal archives, highlighting the role of these archives as instruments of preservation, visibility, and resistance.

Keywords: personal archives; memory; gender; culture; Márcia Kaplan.

CAPÍTULO III

NOS ATOS DO CORAÇÃO: REPRESENTAÇÕES DO RAPTO NA DRAMATURGIA VIGENTE NO CEARÁ ENTRE AS DÉCADAS DE 1900-1940

Sandra Alves Santiago ¹

RESUMO

O rapto da mulher amada foi uma prática relativamente comum no Ceará entre as décadas de 1900-1940, tendo deixado seus rastros nos arquivos judiciais e religiosos, mas também na literatura e na arte. Trata-se de um combinado entre o casal, quando o enlace amoroso encontra-se proibido pela família, por algum motivo. O roteiro dessas histórias é quase sempre o mesmo, ou seja, um rapaz e uma moça se apaixonam, um dos pais se opõe ao namoro e, assim, o rapto da jovem começa a ser planejado pelo casal; a fuga costuma acontecer à noite e, geralmente, os apaixonados seguem em companhia de terceiros, contando ainda com a ajuda de alguma família para abrigar à raptada, enquanto espera o casamento. Partindo dessas questões, a presente pesquisa tem por objetivo analisar as representações do rapto na dramaturgia vigente no Ceará entre as décadas de 1900-1940, buscando pensar questões relacionadas ao feminino e ao masculino, a partir dos códigos sociais que permeavam as noções de amor, honra, sedução e casamento, presentes nos palcos de muitas maneiras, inclusive a através do cômico. Seleccionamos para este trabalho três peças no formato textual, que foram encenadas em teatros cearenses ao longo do período citado, e que, de alguma forma, abordam o rapto, são elas: *Rosas de Nossa Senhora*, de Celestino Silva, e *O Calu e Os Piratas*, de Carlos Câmara.

Palavras-chave: Rapto; Amor; Dramaturgia; Ceará.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com a historiografia brasileira, o rapto existiu, por aqui, desde a colonização,² não sendo exagero dizer que manteve-se como alternativa aos amores proibidos até pouco tempo, pelo menos se considerarmos que muitos de nossos avós ainda experienciaram a prática, direta ou indiretamente.

Contudo, antes de darmos prosseguimento, é importante lembrar que, os homens e as mulheres das primeiras décadas do século XX vivenciavam os ideais do amor romântico, que haviam chegado por aqui em meados do século anterior, alterando significativamente a perspectiva conjugal, já que, em muitos casos, eram os pais que decidiam com quem os filhos se casariam, como mostra Mary Del Priory (2012). Isso não significa dizer, claro, que interferências familiares tenham deixar de existir, muito menos que não houvesse limites para a essa forma de amar, pelo contrário, pois devia corresponder aos códigos normativos, conforme referida autora.

¹ Doutoranda em História Social, UFC. Bolsista FUNCAP.

² Sobre o rapto no período colonial, cf. BRANDÃO, 2011; SILVA, 1984.

Miridan Knox Falci (2004), ao discorrer sobre o rapto no sertão nordestino, a exemplo de Icó, no Ceará, em fins do século XIX, destaca caracteres que ajudam a compreender a prática, e que ainda podem ser notados ao longo do século XX, através dos registros que dispõe sobre a temática. Entre tais caracteres vale destacar a oposição dos pais ao namoro da filha, seguida da execução do rapto, que costumava acontecer à noite, em companhia de outras pessoas; o deslocamento quase sempre era realizado a cavalo (com a chegada da modernidade o carro também passa a ser visto nessas tramas, especialmente em áreas urbanas); e a raptada, geralmente, ficava abrigada na casa de pessoas bem posicionadas socialmente, até conseguir realizar o casamento. A autora conclui que, depois disso, os pais acabavam tendo que aceitar a união para salvar a honra da filha e da família.

Ao se tratar dessas histórias, também chamam atenção os motivos pelos quais os pais se opunham às relações amorosas. Rosemere Olimpio de Santana (2013), ao analisar os raptos consentidos na Paraíba, no recorte temporal de 1920-1940, mostra que as diferenças entre os casais, relacionadas à cor da pele, ao estado civil, ao lugar social e, até mesmo à idade, podiam ser postas como impedimentos ao amor. Estes impedimentos eram os mais recorrentes, certamente, mas existiam outros, a exemplo da diferença religiosa, também observada pelos pais no momento de consentir ou não o namoro.¹ Cabe assinalar que, a oposição familiar, dentre outros fatores, podia desencadear uma questão no âmbito jurídico, já que a prática era considerada crime perante as leis, passível de resultar, inclusive, na prisão do raptor.

Contudo, ao decorrer do século XX, é possível observar, também, o rapto extrapolando o factual, ou seja, ganhando maior espaço na ficção, através da literatura e da arte,² a exemplo de sua representação na dramaturgia, sobre a qual nos debruçaremos neste trabalho. Assim, selecionamos três peças de teatro na versão textual, e que foram encenadas em palcos cearenses entre os anos de 1900-1940, são elas: *Rosas de Nossa Senhora*, de Celestino Silva, e *O Calu e Os Piratas*, de Carlos Câmara. Nelas, os raptos representados suscitam noções de amor, honra, sedução e casamento, diretamente relacionadas ao feminino e ao masculino daquela sociedade, e, por isso, merecem ser abordados.

¹ A diferença religiosa como motivação do rapto é mencionada num processo-crime de 1939, da cidade de Fortaleza; nele, a oposição familiar surge devido à moça ser católica e o rapaz evangélico. Sobre este caso, cf. SANTIAGO, 2018.

² Nesse período, no âmbito ficcional, o rapto pode ser observado também na literatura de cordel e em letras de músicas, como pode ser visto em Santana (2013), que utiliza tais fontes em seu trabalho, para além da documentação que remete ao factual. Cf. SANTANA, 2013.

2. AMOR, HONRA, SEDUÇÃO: O RAPTO EM *ROSAS DE NOSSA SENHORA*

A peça teatral *Rosas de Nossa Senhora*,¹ do português Celestino Silva, esteve presente nos palcos cearenses desde o começo do século XX, como podemos ver nos estudos de Marcelo Farias Costa (2013), que assinala, inclusive, que o dramaturgo Carlos Câmara, autor das outras peças em análise, possa ter tido nela algum tipo de partição, quando foi apresentada pelo Grêmio Taliense de Amadores, na cidade de Fortaleza, em 1904.

Um segundo registro da peça foi realizado pelo Jornal *A Lucta*, em 1922, referindo-se à sua estréia no Teatro São João, na cidade de Sobral, interior do Ceará. Esse registro possui relevância especial, pois vem acompanhado de algumas informações sobre a peça, como, por exemplo, de que é ambientada em Portugal e realizada em dois atos; na sequência, há ainda um resumo conciso da trama amorosa, que para melhor análise, vale à pena ser citado:

Inicia se o desenrolar da peça: Zulmira, (Albertina Pereira) filha do tio João (G. Abreu) explora a paixão de Carrapiço, o operário honesto e trabalhador que a ama sincera e ardentemente com este amor bravio dos selvagem, capaz de todo os sacrificios e generosidade, mas effectivamente ama ao fidalgo D. Ramiro, filho do proprietário da herdade onde ella habita.

O fidalgo, por sua vez não ama Zulmira, mas, fingindo amal-a, concerta um rapto, para desfrutal-a e depois abandonal-a á prostituição, antro terrivel a que são atrahidas tantas infelizes. Carrapiço, que surprehendeu algo do plano do fidalgo, tem com este uma discussão na qual intervem tio João, expulsando o pobre operário que teve a desventura de erguer os olhos para sua rica filha. Carrapiço, então, com a alma sangrando e o coração esmagando, mas cheio desta nobre altivez, de que somente são capases os que amam sinceramente, com esta audácia que só o amor nos proporciona, ergueu soberbo o busto e, pausadamente, num metal de voz que não admite replica, declarou peremptoriamente que Zulmira poderia não lhe pertencer mas também homem nenhum possuiria, e, effectivamente assim aconteceu. pois o pobre misero com o faro e a fidelidade de um cão poz-se a rondar a casinha, onde velava, aguardando a hora da traição, aquella por quem se sacrificara e justamente na ocasião em que o fidalgo procurava fugir com ella, surge de uma nesga da matta, austero como a justiça, carrancudo como o castigo e lança em rosto toda a infâmia do fidalgo, desarmando-o e subjugando o.

Tio João, então conhecedor da desgraça a que esteve exposta sua rica filha, ajoelha-se aos pés de Carrapiço pedindo-lhe perdão e offerecendo-lhe a mão de Zulmira. (JORNAL A LUCTA, Sobral, 10 de maio de 1922, nº 524).

O rapto apresentado na peça à cima escapa de seu formato mais clássico, isto é, de culminar no casamento do casal, mas traz à tona outros caracteres importantes que permeavam a prática, como a possibilidade do raptor não cumprir com a promessa de casamento, abandonando a raptada em sua desonra.

Na peça, o fidalgo é um sedutor, espécie de Don Juan, personagem literário bastante evocado pelos juristas da época para se referirem aos homens que, de algum modo, usassem de má-fé em suas

¹ A peça original está disponível para consulta no site da Biblioteca Jenny Klabin Segall. Nela, a personagem principal chama-se Agueda, e não Zulmira.

conquistas amorosas.¹ Ora, o fidalgo finge amar a jovem Zulmira apenas com intuito de “desfrutá-la”, isto é, de envolver-se sexualmente, e em seguida abandoná-la, presumindo-se, assim, sua prostituição. De fato, essa era uma possibilidade temida, pois de longe era sabido que “moça raptada que não casou, virava ‘mulher perdida’.” (FALCI, 2004, p. 267).²

Vale dizer que, no texto original, Zulmira também engana Carrapiço, pois diz amá-lo apenas para disfarçar seu romance com o fidalgo, o que acaba despertando a fúria de tio João, seu pai, que não acata a ideia de Carrapiço namorá-la, visto ser empregado da herdade que estava sob seus cuidados. Por sua vez, ao que parece, Zulmira não seria bem aceita pelo futuro sogro, pelo menos é o que o fidalgo dá a entender, ao tentar convencê-la do rapto sob pretexto de conseguir a autorização do seu próprio pai. Nesse sentido, a diferença de classe que impossibilitava o amor de Carrapiço por Zulmira, certamente também poderia ser um empecilho à união de Zulmira com o fidalgo, caso o objetivo fosse realmente casar, pois a herdade que o pai da jovem cuidava pertencia ao pai do fidalgo, ou seja, havia uma relação de senhor e empregado entre seus pais.

No desenrolar da trama, portanto, o amor de Carrapiço assume o posto de amor verdadeiro, sobretudo pelo zelo que destina a honra da amada, determinado a impedir seu rapto, ao tornar-se sabedor das reais intenções do fidalgo. Por fim, num ato de reconhecimento a índole de Carrapiço, tio João, arrependido, oferecê-lhe a mão da filha em casamento, o que também pode ser entendido como uma maneira de assegurar a honra da filha frente à sociedade, já que esteve prestes a ser raptada. Cabe lembrar, ainda, que Zulmira não amava Carrapiço, o que acaba reforçando a impotência da jovem no que tange as suas escolhas afetivas, visto que quando fingia amar Carrapiço o pai se opunha a relação, mas depois, mesmo sabendo que a filha não o amava, resolve oferecê-la em casamento. No texto original, o pai da jovem arrepende-se das ofensas dirigidas a Carrapiço, mas não chega a propô-lhe matrimônio com Zulmira.

3. O RAPTO E O CÔMICO (*O CALU*)

A peça de teatro *O Calu* (1920), assim como *Os piratas* (1923), que abordaremos em seguida, são do dramaturgo cearense Carlos Câmara, e juntamente com outros textos de sua autoria compõem o livro *Teatro: obra completa*, importante trabalho organizado por Costa e Ricardo Guilherme (1979). De acordo com Costa (2013), tais textos pertenciam ao gênero burleta, eram permeados por caracteres

¹ Sobre a figura do sedutor no âmbito jurídico, cf. SANTIAGO, 2018.

² Na cidade de Fortaleza, espaço em que tal peça chegou a ser encenada, a preocupação com o destino das raptadas, sobretudo as mais pobres, fez, inclusive, com que juristas e, até menos, familiares solicitassem a internação de algumas delas no Asilo do Bom Pastor, instituição criada na década de 1920, que sob os cuidados da Igreja católica buscava, de alguma forma, mecanismos para restituí-las à sociedade, o que não era uma questão simples. Sobre isto, cf. SANTIAGO, 2018.

cearenses, e encenados pelo grupo teatral Grêmio Dramático Familiar (1918-1939), sendo considerado um marco de sucesso.

Vale pensar, portanto, os elementos sociais desses textos teatrais, levando em consideração o autor, Carlos Câmara. Camila Imaculada Silveira Lima (2012), ao estudar o assunto, ver a predominância da moral nessas peças, com destaque para a frequente oposição entre os valores do campo e os modos da cidade. Lima (2021) chega a sugerir, ainda, que os princípios católicos do autor teriam influenciado a forma como são pensados o amor e o casamento, em sua dramaturgia. Por outro viés, Costa (2013), referindo-se ao Teatro Paroquial, vinculado à Igreja Católica, diz que “a antítese desse teatro moralista era o teatro de Carlos Câmara, malicioso, sensual, picante, de duplo sentido, um teatro profano, visto pela ótica do drama sacro. Na verdade, um teatro ingênuo, mas leve, livre e solto.” (COSTA, 2013, p. 197). Certamente uma obra comporta múltiplos aspectos, e é o que buscamos identificar aqui.

A peça *O Calu*, por exemplo, passa-se entre o sertão, Quixará (hoje Farias Brito), e a capital cearense, Fortaleza. Nela, o rapto ganha vida através do Calu e da viúva Massu, que como mostra Costa (2013), estão entre os tipos de personagem mais usados por Carlos Câmara, ou seja, ele representando os “rapazes aparvalhados” e ela as “velhas caricatas”, estando, portanto, relacionados ao cômico.

Em resumo, Massu é uma viúva rica, residente na cidade de Fortaleza, e que almeja casar novamente, o que a faz deslocar-se para Quixará, em busca de Manduca, um homem interesseiro. Há essa altura, porém, Manduca havia se tornado promotor da comarca e objetivava casar com Flora, filha do coronel Montezumba, frente ao que, acaba desfazendo o compromisso com a viúva Massu. Desapontada com a situação, mas ainda com intuito de casar, a viúva Massu interessa-se rapidamente pelo jovem Calu, afilhado do coronel, e pede-lhe em casamento; Calu responde, então, que gosta de Norata, empregada do coronel, e que mesmo se quisesse seu pai não aceitaria, momento em que a viúva Massu começa a negociar seu próprio o rapto:

VIÚVA – Teu pai nem precisa saber de cousa alguma. Quando te procurar, estaremos longe!...

CALU – Eu acho qui num agoentava nem essa viagem. Tou tão isbilitado... Tomei isturdia uma garrafada qui a mamãe aperparou, mais foi mermo qui nada.

VIÚVA – Eu própria te tratarei. Dentro de pouco, estarás outro, física e moralmente outro, para a vida... e para o amor. Com duas séries de injeção de soro...

[...]

VIÚVA – Nada te faltará, Calu. Sou rica, sabes? Terás boa bóia; roupa nova... Andarás no trinque. Hei de fazer de ti um almofadinho...

CALU – Oi! Qué fazê d’eu armofada?! Ora façum indéa... Vá faze almofada... do cão.

VIÚVA – Tudo que desejares, terás.

CALU – Ai, home! Depois o qui mais tinha rontade de pissuí, era um viajejo, uma baladeira e uma bicicleta pr’eu me amontá; Cuma aquela do fio de seu Douto Piligrino, Juiz de Direito...

VIÚVA – Pois terás também o realejo, a baladeira e uma bicicleta.

[...]

VIÚVA – Então, vais comigo?

CALU – Eu rou. Disgraça pouca é bobage. Eu rou faz de conta qui fui arriculado.

VIÚVA – Então, vamos a toda pressa. Os cavalos estão selados.

[...]

CALU – Ai, home! E os ovos que eu truve pa meu padrim!...

VIÚVA – Deixa-os ali na porta dele. (CALU EXECUTA, E VÃO A SAIR / À PARTE, COM OS OLHOS NO CÉU) Ai, meu Deus!... Vou ser raptada!... (SAEM D.B.) (CÂMARA, 1979, Ato II, Cena X, p. 255-257).

Santana (2013), ao analisar a documentação-crime de rapto na Paraíba, 1920-1940, constata que era necessário corresponder a um determinado perfil feminino para que a prática fosse configurada; tal perfil consistia, por exemplo, em ser considerada mulher honesta, ingênua e não ser dona do próprio corpo, ou seja, nem todas encontravam-se aptas para serem raptadas. Tal perspectiva nos ajuda a pensar a personagem da viúva Massu, que certamente não dispõe de tais caracteres. Ora, como já dito, Massu era viúva, rica, e, ao que parece, morava só, em companhia apenas de um cachorro de estimação; sua liberdade é notória, orgulhava-se, por exemplo, de ter introduzido a dança “muidinho” nos salões da capital fortalezense, além de não medir distâncias quando o assunto era amor. Outra questão a ser observada é que, embora sua idade não seja mencionada, a viúva Massu é representada como sendo uma mulher velha, chegando, inclusive, a ser questionada se era mãe de Calu, seu raptor, o que também a exclui do perfil mais comum das raptadas, visto que geralmente eram jovens.

Contudo, o rapto da viúva Massu não está sendo representado a partir do jurídico, portanto, não há uma busca pela configuração legal da prática. Aqui, o que o dramaturgo almeja, ao criar a figura de uma raptada desprovida desses caracteres, é representar o rapto através do cômico, é provocar o riso do público. Em relação a essa questão, é importante lembrar que, o riso pode ser usado para “[...] excluir pela zombaria aqueles que são diferentes.” (MINOIS, 2003, p. 562). Nesse sentido, a viúva Massu não disponha dos predicados para ser raptada, e, por isso, precisou negociar o próprio rapto, o que envolveu, entre outras coisas, um “realejo”, uma “baladeira” e uma “bicicleta”, mediante ao que, Calu acabou aceitando, mesmo sem amor e sem preparo físico para tal empreitada. Ao final da citação, a referencia aos ovos que Calu que queria entregar ao coronel, seu padrinho, corrobora para a comicidade da situação, tirando qualquer romantismo de cena. Não obstante, o rapto surge como a realização de um sonho para a viúva Massu, quando olhando para o céu, num gesto de gratidão, diz: “Ai, meu Deus!... Vou ser raptada!...”.

No desfecho da trama, Calu e a viúva Massu fogem para a cidade de Fortaleza, mas a pedido do pai do rapaz o coronel resolve ir atrás, em companhia de um cabo da policia e de Pedro Regalado,

homem de perfil sedutor e interesseiro. Assim, acabam alcançando Calu antes da realização do casamento, para sua alegria, pois logo expressa o desejo de voltar e rever a mãe e a jovem Norata, de quem realmente gostava. Quanto à viúva Massu, sua tristeza não durou muito tempo, pois Pedro Regalado, ao perceber que ela era rica, se oferece para substituir Calu, sendo aceito imediatamente.

Portanto, fica evidente nessa dramaturgia uma crítica ao perfil da mulher raptada por Calu, o que sugere certo conservadorismo do autor no que tange as relações amorosas, frente ao que, podemos concordar com Lima (2021), que ver nos textos de Carlos Câmara uma idealização do amor, ao representar as jovens casadoiras como puras e inocentes, por exemplo. Por outro lado, o autor incorpora o rapto em sua dramaturgia sem maiores críticas à prática em si, além do que, acaba dando visibilidade a outros modos de vida existentes, como da própria viúva Massu, que não se encaixava em dado perfil feminino, mas dispunha de maior liberdade, inclusive em relação ao amor, o que, certamente, não teria espaço numa dramaturgia religiosa, ou seja, também é possível concordar com Costa (2013), ao assinalar que a produção de Carlos Câmara, pensada pela perspectiva da Igreja Católica, era o oposto do “teatro moralista” a ela vinculado.

4. AINDA NO CÔMICO... “TROÇANDO” DO RAPTOR (*OS PIRATAS*)

“Troça”, com base no dicionário Aurélio (2001), carrega o sentido de zombaria. Embora não nos seja mais familiar, o termo, em suas derivações, aparece com relativa frequência nos textos de Carlos Câmara, tanto nas falas dos personagens, quanto nas rubricas, sinalizando o comportamento dos atores em cena.¹ Por esse motivo, resolvemos utilizá-lo aqui, visto que o rapto que será abordado não passou de uma brincadeira da moça, diante das investidas amorosas de um homem, pelo qual não se interessava.

A peça que retrata referido rapto chama-se *Os piratas*, e estreou na cidade de Fortaleza no ano de 1923, espaço onde também se passa a história, mais especificamente no Porto das Jangadas, hoje Praia de Iracema. No livro *Teatro: obra completa* (1979) encontra-se dois comentários retirados de jornais da época, referentes a tal peça, em um deles, emitido pelo jornal *A Tribuna*, é dito que trata-se de uma crítica aos piratas, ou seja, aos rapazes considerados “almofadinhas”, e que há uma crítica social à capital fortalezense, posta em comparação com o sertão, disso decorrendo personagens como o da jovem Catarina, do Cariri, que seria o oposto de Albertina e Xandoca, de Fortaleza, a primeira tida como “melindrosa” e, além disso, dada ao “flirt”, assim como a segunda.

O enredo começa em meio a certo festejo na casa de Albertina, onde também mora Xandoca, afilhada de sua mãe, Desidéria. Na situação, Albertina canta com amigos, entre eles Garibaldi, que

¹ Para maior compreensão dos elementos da dramaturgia, e como utilizá-la como fonte pesquisa histórica, cf. BATISTA; ROSELL (2017).

ao decorrer do texto flerta com as duas jovens, mas demonstra maior interesse por Xandoca, que também parece lhe ter afeição.

Na sequência, o barulho acaba incomodando o vizinho, Mister John, que resolve denunciar os moradores à polícia, porém, o soldado Benedito, ao chegar à residência, acaba se apaixonando por Xandoca, disso resultando muitas tentativas de conquistá-la, sem sucesso. Diante da insistência do soldado, por quem não nutria afeto, Xandoca decide, então, “troçá-lo”, para usar o termo que, a nosso ver, melhor condiz com o contexto e a situação. Vale a pena ver uma parte do diálogo do “casal”, combinando o rapto:

XANDOCA – Então quer desposar-me, realmente?

BENEDIDO – De corpo e alma. (à parte) Ah, me esqueci de ajoelhar!...

XANDOCA – Mas mil obstáculos se anteporão ao seu desejo. Minha madrinha opor-se-á decerto.

BENEDIDO – (à parte) – As águas parecem que dévergem... (alto) Pois então fuja, meu amor.

XANDOCA – **Fugir? (À parte) Oh! mas que divertida idéia me ocorre.** (Alto) O senhor tem coragem de propor-me isto?

BENEDIDO – E por que não, meu anjo? Minha mãe casou fugida e foi tão feliz...

XANDOCA – (resoluta) – pois bem, fuja.

BENEDIDO – O que... Oh! ventura (À parte) Passa! A eletricidade é que domina o mundo, não há dúvida. (Alto) – Olhe: vou telefonar pra garagem; e meu primo que é chauffeur traz o automóvel. O sinal de partida será o fon-fon do bruto.

XANDOCA – Está combinado. Mas promete amar-me sempre muito?

BENEDIDO – Oh incomensurável arcanjo, muito! (Ajoelha-se sobre a revista). (CÂMARA, 1979, Ato III, Cena XV, p. 429, grifo nosso).

É importante observar que, embora o rapto surja, aqui, como uma “armação” da moça, a fim de zombar do seu pretendente, ainda assim, apresenta elementos característicos da prática, como a oposição familiar, atribuída por Xandoca à sua madrinha. Assim, a possível oposição leva Benedito a propor a fuga, momento em que fica evidente que Xandoca pretende zombá-lo, pois manifesta, à parte, que lhe adveio uma ideia divertida.

Acreditando, então, que a jovem havia aceitado ser raptada, Benedito acaba contando a novidade a Garibaldi, que, por sua vez, flertava com Xandoca, e tinha trocado declarações amorosas recentes com a moça, gerando um mal entendido. Surpreso com a informação, o rapaz fica a espreita do que acontecerá, e ao ouvir o sinal da fuga (“fon-fon”), apressa-se para tentar parar o automóvel, mas conclui ter chegado tarde.

Antes de darmos continuidade, cabe dizer que, no desenrolar da trama, o cunhado de Desidéria, madrinha de Xandoca, resolve visitá-la, acompanhado dos filhos; trata-se do Coronel Marcolino, tabelião do Cariri, pai de Nicolau e Catarina, a moça que, conforme mencionado à cima, era o oposto de Albertina e Xandoca. A estadia da família na casa Desidéria desencadeia outras histórias que, de alguma forma, possuem ligação, como veremos.

Pensando que Xandoca havia sido raptada, Garibaldi cuida urgentemente em informar à família, agora representada pelo Coronel Marcolino, que ao tomar conhecimento, chama as outras duas moças da casa e compartilha o ocorrido. Porém, enquanto todos discorrem sobre o assunto, Xandoca surge de dentro de casa, para surpresa de todos, dizendo que não fugiu. Nesse momento, surge também Benedito, a queixa-se de quase ter beijado alguém a quem refere-se como “curubento horroroso”; embora não fique explícito a identidade, sabe-se que, na trama, quem sofria com “curubas” era Nicolau, filho do Coronel Marcolino, levando a entender que Xandoca pois o rapaz disfarçado em seu lugar.

Em meio à confusão surge um cabo da polícia, e é informado que Benedito havia tentado raptar uma moça. Benedito defende-se, afirmando que pretendia casar, mas o cabo acaba trazendo à tona sua condição de casado, frente ao que, alega tratar-se apenas do religioso, estando apto para o civil, argumento que perpassava os raptos para além da ficção, inclusive. Se retomarmos a Silva (2021), que sinaliza para um perfil conservador/religioso de Carlos Câmara, por exemplo, é possível imaginar que, na história representada, a zombaria deferida ao raptor talvez esteja relacionada à sua condição conjugal, revelada apenas no final. Nesse sentido, a “armação” de Xandoca parece ser merecida, visto que, de certo modo, Benedito também estava lhe enganando, pois ao propor o rapto, omite possuir enlances matrimoniais com outra mulher.

Dessa forma, após ser “troçado” por Xandoca através de um falso rapto, Benedito ainda teve que conformar-se de vê-la ao lado Garibaldi, além de lamentar uma descoberta posterior, a saber, que a jovem estava prestes a receber uma herança do pai falecido.

5. CONCLUSÃO

Na dramaturgia vigente no Ceará entre os anos de 1900-1940, o rapto foi representado de diferentes formas, às vezes estabelecendo noções de amor, reiterando o valor da honra, e sinalizando os riscos da prática, a exemplo da peça intitulada *Rosas de Nossa Senhora*, que põe em cena um raptor mal intencionado, ou seja, um sedutor, que pretendia abandonar a jovem depois do rapto, mas que teve seu objetivo frustrado pelo rapaz que realmente a amava.

Nas peças de Carlos Câmara, nota-se representações do rapto através do cômico, o que está carregado de significados. Em *O Calu*, por exemplo, fica evidente que as mulheres deviam corresponder a determinados perfis femininos para configurar a prática, o que não era o caso de Massu, descrita como viúva e velha, nisto consistindo o risível. Já em *Os piratas*, o cômico é vivenciado pelos próprios personagens, a partir do momento que Xandoca resolve “troçar” Benedito, armando um falso rapto; ao final, descobri-se que Benedito era casado, o que, talvez, explique a zombaria sofrida pelo personagem.

Por último, vale observar que, as três peças analisadas possuem algo em comum, isto é, em nenhuma o rapto culminou em casamento, certamente porque objetivo não era retratar uma bela história de amor. Nelas, as representações do rapto consistiram em reforçar códigos sociais, padrões amorosos e perfis femininos e masculinos, o que não significa uma condenação da prática em si.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Natália; ROSELL, Marina. Teatro e História: uma proposta metodológica. **História e Cultura**, Franca, v.6, n. 2, p. 289-307. ago./nov. 2017. Disponível em: <https://seer.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/2037> Acesso em: 12 dez. 2025.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. Rapto de mulheres: estratégia na formação de núcleos familiares, capitania do Piauí, século XX. **Clio: Revista de pesquisa histórica**, v. 29. n. 2, pp. 1-15, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24357/19730> Acesso em: 12 dez. 2025.

COSTA, Marcelo Farias. **Era uma vez um Grêmio**: o teatro musical de Carlos Câmara e a construção do teatro cearense. Tese (Doutorado em Artes). Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2013.

DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto: 2012.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI Escolar**: O minidicionário da língua portuguesa. Coordenação de edição: Margarida dos Anjos, Marina Baird Ferreira. 4. ed. Ver. Ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: DEL PRIORE, Mary. (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 241-277.

LIMA, Camila Imaculada Silveira. **Nos palcos da cidade**: a representação da moralidade e dos costumes no teatro de Fortaleza na Primeira República (1889-1930). Dissertação (mestrado em História). Universidade Estadual do Ceará: Fortaleza, 2012.

_____. Abram as cortinas: o amor em Carlo Câmara! In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, ANPUH. 31º, 2021, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos do 31º Simpósio Nacional de História** – História, verdade e tecnologia, Rio de Janeiro, 2021. pp. 1-11. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2024-07/1722423600_388398f8234bdb887bb7239c6dff8cb4.pdf. Acesso em: 27 nov. 2025.

MINOIS, Georges. **História do riso e do escárnio**. Trad. Maria Elena O. Ortiz Assunção. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

SANTANA, Rosemere Olimpio de. **Tradições e Modernidade**: raptos consentidos na Paraíba (1920-1940). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2013.

SANTIAGO, Sandra Alves. **No tribunal por amor**: raptos consensuais como crime em fortaleza (1920-1940). Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Ceará: Fortaleza, 2018.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. **Sistema de casamento no Brasil Colonial**. São Paulo: EDUSP, 1984.

FONTES

CÂMARA, Carlos Torres. O Calu. *In*: COSTA, Marcelo Farias; GUILHERME, Ricardo (org.). **O teatro**: obra completa. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1979.

_____. Os Piratas. *In*: COSTA, Marcelo Farias; GUILHERME, Ricardo (org.). **O teatro**: obra completa. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1979.

Jornal A Lucta, 1920-1929. Disponível na Hemeroteca Nacional Digital do Brasil.

SILVA, Celestino da. **Rosas de Nossas Senhora**. São Paulo: Vieira Pontes e Cia. Ltda. Editores, [20-]. 32 p. Disponível em: <http://mls.bireme.br/f/bdpg/bdp163sb.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2025.

IN THE HEART'S DOINGS: PORTRAYALS OF KIDNAPPING IN THE DRAMA IN CEARÁ BETWEEN THE 1900S AND 1940S

ABSTRACT

The abduction of the beloved woman was a relatively common acts in Ceará between the 1900s and 1940s, leaving its trails in judicial and religious archives, as well as in literature and art. It has to do with an agreement between the couple, when the romantic bond is forbidden by the family for some reason. The script of these stories is almost always the same, that is to say, a young man and a young woman fall in love, one of the parents opposes the relationship, and thus, the kidnapping of the young woman begins to be planned by the couple; the escape usually takes place at night and, generally, the lovers are accompanied by others, also relying on the help of some family to host the kidnapped woman while the wedding is awaited. Starting from these issues, the present research aims to analyze the portrayals of kidnapping in the drama prevailing in Ceará between the decades of 1900-1940, seeking to explore questions related to the feminine and the masculine, based on the social codes that permeated notions of love, honor, seduction, and marriage, present on stages in many ways, including through comedy. For this work, it was selected three plays in textual format, which were performed in theaters in Ceará over the aforementioned period, and which, in some way, they address kidnapping. They are: “Rosas de nossa senhora” by Celestino Silva, and “O Calu” and “Os Piratas” by Carlos Câmara.

Keywords: Kidnapping; Love; Dramaturgy; Ceará.

CAPÍTULO IV

REPRESENTAÇÕES FEMININAS NAS REVISTAS DOS ANOS DOURADOS: UMA ANÁLISE DE GÊNERO, CLASSE E ETNIA NA REVISTA JORNAL DAS MOÇAS (1950 – 1959)

Renally Helena Gomes de Brito ¹
Nicole Monroe Andrade ²

RESUMO

Durante a década de 1950, no período pós-Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria, o Brasil vivenciou um crescimento urbano, industrial e de consumo, acompanhando tendências internacionais de modernização, mas também de retorno aos papéis femininos tradicionais e conservadores, voltados ao lar e à maternidade. Nesse contexto, as revistas direcionadas ao público feminino tratavam de questões que enfatizavam o modelo tradicional de família a ser seguido, além de abordar temas como normas, comportamento e beleza. Dentro desse viés, a interseccionalidade entre gênero, classe e etnia pode ser observada por meio da representação da mulher branca e da invisibilidade do protagonismo da mulher negra nessas publicações. Dito isso, o presente trabalho propõe analisar e discutir os papéis de gênero difundidos durante os Anos Dourados e como essas representações se relacionam com os fatores de classe e etnia, tomando como objeto de estudo a revista *Jornal das Moças* e utilizando autoras como Lélia Gonzalez, Carla Bassanezi, e Tania Regina de Luca. Os resultados indicam que o periódico apresenta problemáticas às representações femininas, ensinando as mulheres, direta ou indiretamente, a seguirem normas impostas por uma sociedade baseada no patriarcado, além de estabelecer uma comunicação voltada à classe média e branca da sociedade brasileira da década de 1950.

Palavras-chave: Anos dourados. Revistas. Gênero. Classe. Etnia.

1. INTRODUÇÃO

Os Anos Dourados no Brasil durante a década de 1950, foi marcado pelo crescimento urbano, industrial e de consumo no pós Segunda Guerra e durante a Guerra Fria, no qual o país acompanhou tendências internacionais de modernização. Durante a Segunda Guerra, inúmeras mulheres iniciaram o exercício laboral antes ocupado majoritariamente pelos homens e com o fim do conflito, a ideia de retorno ao lar para a mulher dividia espaço com as ideias de emancipação feminina mesmo que o trabalho da mulher fosse visto como complementar ao do homem que sustentava a casa e a família. Segundo Pinsky:

O otimismo do pós-guerra, as esperanças no futuro próximo e a sensação de que o país alcançaria de vez a modernidade ainda hoje dão saudades a muita gente. A nostalgia de uma época que teria sido “dourada” também se alimenta de lembranças

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) na cidade de Campina Grande (PB) no Brasil e bolsista pelo PET História.

² Graduanda em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) na cidade de Campina Grande (PB) no Brasil e voluntária do PET História.

(ou construções da memória) de romantismos perdidos, de relacionamentos estáveis e de papéis sociais definidos e seguros (PINSKY, 2014, p. 9)

Nesse contexto, as revistas de grande circulação refletiam essas características consideradas modernas, mas que presavam pela presença da mulher no lar para cuidar do marido, dos filhos e da beleza, e influenciavam comportamentos considerados ideais para a figura feminina naquele período, uma vez que a imprensa promove um diálogo com os contextos em que está inserida, tendo um caráter quase que disciplinador como diz Tania Regina de Luca, que as revistas “[...] Cumprem, dessa maneira, funções pedagógicas e podem influir no processo de constituição do indivíduo, na maneira como este se autopercebe e se relaciona com o mundo a sua volta [...]”. (LUCA, 2018, p. 463). No caso da década de 1950, os papéis de gênero eram bem definidos por meio desses periódicos que propagavam os ideais femininos a serem seguidos.

Nesse contexto, a revista *Jornal das Moças* (1914 – 1968), fundada por Agostinho Menezes e com sede no Rio de Janeiro, sendo um exemplo de como esses papéis eram impostos e divulgados, será analisada no presente trabalho considerando os Anos Dourados para compreender como as normas sociais eram refletidas no periódico. Para a compreensão, foram utilizados termos como “beleza”, “família” e “dona de casa” na Hemeroteca Digital a fim de entender como esses ideais relacionados à figura feminina eram apresentados. A análise de gênero será abordada com a interseccionalidade de classe e etnia, uma vez que a revista atendia determinado público e definia padrões para que as classes médias e altas, que estavam em ascensão no período, fossem delimitadas, além de serem marcadas pela ausência do protagonismo negro.

Nesse contexto, o estudo visa analisar como o *Jornal das Moças* durante os Anos Dourados influenciava padrões entre as mulheres brancas de classe média e alta de forma direta e indireta e como essas normas delimitavam uma família e, sobretudo, uma mulher dentro dos moldes padrões da década de 1950 considerando a invisibilidade da mulher negra no periódico e qual a relação desses fatores entre si.

2. ANÁLISE DE GÊNERO

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro (BEAUVOIR, 1967, p. 9)¹

¹ BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo sexo a experiência vivida**. Trad. Sérgio Milliet. 2 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967

Na citação, a filósofa francesa Simon de Beauvoir transmite que o conceito de “mulher” é definido pela sociedade onde esse indivíduo vive, não por questões biológicas. Nos Anos Dourados isso é bem enfatizado, com todas as influências norte-americanas e com o crescimento de um pensamento conservador. As divisões de gênero foram definidas de acordo com a sociedade patriarcal, onde para as mulheres foram atribuídos os papéis de esposa, mãe e dona de casa, que eram considerados papéis femininos por serem de “natureza feminina”.

As revistas femininas da época foram grandes disseminadoras dessas normas e condutas que deveriam ser seguidas pelo público feminino e pelas “moças de família”. Segundo Carla Bassanezi, essas moças seriam:

[...] as que se portavam corretamente, de modo a não ficarem mal faladas. Tinham gestos contidos, respeitavam os pais, preparavam-se adequadamente para o casamento, conservavam sua inocência sexual e não se deixavam levar por intimidades físicas com os rapazes. Eram aconselhadas a comportarem-se de acordo com os princípios morais aceitos pela sociedade, mantendo-se virgens até o matrimônio enquanto aos rapazes era permitido ter *experiências sexuais* (BASSANEZI, 2004, p. 510)

Esses deveres e normas a serem seguidos são enfatizados em diversas colunas e seções da revista *Jornal das Moças* ao longo da década de 1950, termos como casamento, aparência, maternidade, filhos, são alguns dos mais recorrentes na revista, mostrando qual estilo de vida que deveria ser seguido pelas moças. Muitas influências estadunidenses do modelo de vida femininos são mostrados, principalmente de grandes estrelas de Hollywood, como a Marilyn Monroe que foi considerada uma boa esposa após se casar com o dramaturgo Arthur Miller. Uma esposa que cuida da casa, do marido e deseja filhos, o modelo de mulher esperado na época.

A preparação para o casamento era esperada por essas moças de família que, diferente das décadas anteriores, passaram a ficar responsáveis por encontrar bons partidos, já que o casamento arranjado se tornava obsoleto. Com isso, se formava mais uma preocupação social, o autocontrole das moças, que deveriam diferenciar o certo do errado nas relações afetivas, mantendo limites claros durante os namoros, deveria ser uma paixão contida. O namoro seria o caminho para um noivado e eventual casamento e, por isso as jovens deveriam estar atentas as atitudes de seus pares românticos, deveriam conhecê-los, já que um namorado que não tem intenções de casamento, deveria ser desprezado por essas moças, como é possível ver na seção *Bom dia Senhorita* de 10 de fevereiro de 1955, na edição 2069 (Figura 1).

Figura 1 – Bom dia, senhorita

O homem que não pensa casar-se deve saber estas coisas. Se o sabe, põe em relevo uma falta de sentimentos cavalheirescos. Se o ignora, demonstra ser um néscio, um indigente espiritual. Em qualquer dos casos, não merece outra coisa a não ser o desprezo e a indiferença das mulheres, principalmente daquela que foi enganada em seus sentimentos mais puros. No caso que comentamos, o desfecho não foi êsse. A jovem escutou a manifestação de seu quase noivo, dissimulando o efeito desastroso que aquelas palavras lhe causaram. E por que essa dissimulação? Talvez porque ela ainda tem esperança de que tudo aquilo não passa de um instante de mau humor...

Entretanto, ante tal conduta, ela deveria romper imediatamente tôdas as relações, desde que não há mulher que posso sustê-las honrosamente com um homem que afirma não desejar casar-se. Porém, ela não o despede porque ficará sem noivo e se exporá aos comentários dos amigos e conhecidos. Que consegue com tudo isso? Apenas alentar um noivado interminável! Em qualquer dos casos não fez mais do que adiar um rompimento inevitável. Ante um caso semelhante, a atitude que toda mulher deve tomar, é de repúdio imediato e enérgico. Ao tomar essa resolução deve possuir coragem para defender seu decôro afrontando a insidia dos outros. Procedendo dessa fórmula estará protegendo a si mesma.

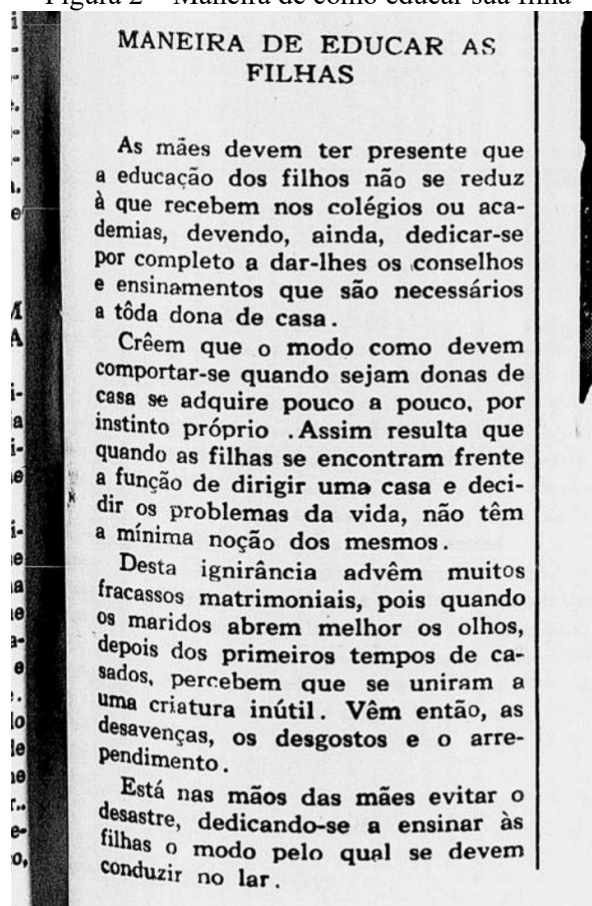
Jornal das moças, 1955, ed. 2069, p. 17

Uma boa esposa seria aquela que desse conta dos serviços domésticos, da criação dos filhos, do preparo de quitutes e da própria aparência. Obrigações essas que as mulheres da sociedade eram ensinadas desde a infância, pois para os padrões sociais patriarcais, as moças estavam apenas condicionadas ao cuidado do lar, do marido e a missão materna, pois isso fazia parte feminilidade e são obrigações que eram passadas de mãe para filha, ensinamentos que estavam em boa parte das páginas da revista, reforçando o papel social feminino daquela época (Figura 2).

A beleza também é outro tópico bastante cobrado por mulheres de todas as idades e frases como “a beleza é uma obrigação” são bastante comuns em anúncios de produtos de beleza. Ser uma boa esposa também significa cuidar da sua aparência. Em uma coluna da revista de 1955, edição 2106, página 8, é apresentado os 10 mandamentos para um casamento feliz, dicas de uma mulher norte-americana, mais uma vez enfatizando a grande influência estrangeira na revista

Nessa coluna é destacado que a mulher deve permanecer bela para seu marido, pois, segundo a revista depois que fizer a caça, ela deve ser mantida. Também é enfatizado que as tarefas domésticas são femininas e que o homem não deve ser obrigado a fazê-las, que a esposa deve ser uma boa cozinheira para manter a saúde da família, que não deve opinar na vida do marido, ser uma mulher submissa, entre outros detalhes que deveriam ser seguidos para ser um modelo de esposa ideal. O ciúme também é algo banalizado, uma mulher não deve sentir ciúmes do seu marido, deve sempre continuar imparcial, ter gestos contidos.

Figura 2 – Maneira de como educar sua filha



Jornal das moças, ed. 1871, pg 17, 1951

3. ANÁLISE DE ETNIA

Ao longo de toda a revista as questões de etnia são quase que completamente apagadas, por isso, nos cabe entender onde estão as mulheres negras da sociedade na época. Lélia Gonzalez trás em um de seus ensaios dados importantes sobre o local onde estavam presentes essas mulheres negras:

“O Censo de 1950 foi o último a nos fornecer indicadores sociais básicos relativos à educação e ao setor da atividade econômica da mulher negra. A partir daí, pode-se constatar: seu nível de educação é muito baixo (a escolaridade atinge, no máximo, o segundo ano primário ou fundamental) e o analfabetismo é fator predominante. Do ponto de vista da atividade econômica, apenas cerca de 10% atuam na agricultura e/ou na indústria (sobretudo têxtil, e em termos de Sudeste-Sul); os 90% restantes estão concentrados no setor de serviços pessoais.” (GONZALEZ, 2020, p. 33)

Ou seja, a maior parte das mulheres negras da sociedade da época estavam encarregadas de serviços domésticos. A revista *Jornal das Moças* demonstra isso em uma das páginas da edição 1965 de 1953 (Figura 3) onde há uma fotografia de uma patroa e uma empregada, acompanhada com o trecho: “Antigamente, os artigos domésticos eram entre mulher e marido. Agora não. As divergências acontecem entre duas donas de casa: a patroa e a empregada [...]”. (Jornal das Moças, 1953, ed. 1965, p. 9)

Figura 3 - Feira de Amostras



Jornal das Moças, 1953, ed. 1965, p. 9

4. ANÁLISE DE CLASSE

A revista apresenta fatores que definem a separação de classes uma vez que define normas, condutas e padrões que nem toda mulher poderia acompanhar. As propagandas, por exemplo, ressaltavam um padrão de consumo e as colunas, comportamentos que delimitavam posições sociais. As classes médias e altas do Brasil foram influenciadas por tendências internacionais e as revistas traziam a ideia da mulher ideal. O valor do *Jornal das Moças* nos anos 1950 variava a cada ano, passando de Cr\$ 3,00 para Cr\$4,00 para Cr\$ 5,00 para Cr\$8,00 para Cr\$ 10,00 para Cr\$ 12,00 e para Cr\$ 15,00 ao longo da década, os números especiais como os de Natal poderiam até dobrar o valor.

Pode-se ressaltar a edição 01803 de 1950 na página 16 (Figura 4), que há uma propaganda de acessórios, relógios e caneta no qual o valor mais caro é o de um relógio para senhoras de Cr\$ 595,00 e o mais barato uma caneta tinteiro de Cr\$ 39,00. Nesse período, início da década, o salário-mínimo era em média Cr\$ 380,00¹, o que demonstra que nem todo consumidor da revista conseguiria ter

¹ JUSTIÇA FEDERAL SESSÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS. **Salário mínimo**. Tabelas de correção monetária e outras. Disponível em: <https://sjmg.trf6.jus.br/calculo-de-custas/tabelas-de-correcao-monetaria-e-outras/>. Acesso em: 09 de dez. de 2025

acesso aos produtos noticiados e que esses eram direcionados a um público que recebesse mais que o mínimo.

Figura 4 – Casas Roulien



Jornal das Moças, 1950, ed. 01803, p. 16

Também pode ser considerado os comportamentos indicados para o público feminino como um delimitador de posição. Ao longo das páginas tanto as propagandas, quanto as colunas expressam maneiras de se comportar e agir em relação à casa, ao marido, aos filhos e à beleza. Esses fatores não podem ser negligenciados pela mulher dos Anos Dourados, “A revista Jornal das moças cumpria um papel muito relevante no controle do comportamento feminino e na padronização de seu estereótipo [...]” (SANTOS, 2019, p. 49) e por isso determinava lugares sociais.

“Como a produção da revista era feita, de maneira predominante, pelos homens. Dificilmente encontramos abordagens, ou valoração, da mulher no mercado de trabalho, ou em ambientes de estudos e capacitação profissional concorrentes a figura masculina [...]” (SANTOS, 2019, p. 53) e isso pode ser compreendido mais uma vez em relação à que público feminino a revista era direcionada, uma vez que, as mulheres que precisavam trabalhar não se enquadravam no ideário construído para a figura feminina nos anos de 1950. Aquelas que estavam inseridas no mercado de trabalho possuíam, além das obrigações laborais, a demanda do cuidado do lar e da família, sem descuidar da sua estética.

Dessa forma, com a ascensão das classes médias e altas, houve um maior consumo dessa revista por parte desse público. A questão de classe que envolvia a revista estava pautada no imaginário ideal da mulher de classe média e alta que poderia consumir aqueles produtos noticiados

e seguir aquelas normas estabelecidas com excelência sem negligenciar nenhum fator obrigatório para ser a mulher ideal do período dos Anos Dourados, atendendo as tendências internacionais e valorizando seu marido, sua casa, sua família e seu trabalho.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revista *Jornal das Moças* durante os Anos Dourados na década de 1950 refletia uma sociedade que recebeu diversas tendências internacionais e é marcada pelo crescimento das classes média e alta no Brasil. Nesse contexto, a revista como objeto que reflete seu tempo, representava essas sociedades em ascensão e publicava propagandas e colunas voltadas para as mulheres. Normas e padrões comportamentais eram publicados de forma explícita ou implicitamente sempre prezando pelo ideal da mulher moderna que cuida do seu lar, da sua família e da sua beleza, sempre voltada para atender as necessidades do homem.

As mulheres de classe média e brancas teriam como cerne da própria vida as obrigações maternas, o casamento, a vida doméstica e os cuidados com a aparência. Outras questões como o trabalho por exemplo, eram malvistas, pois a mulher deveria ficar longe dos perigos da rua e o homem que deveria ser a figura do provedor da casa. E a revista (e outros meios de comunicação da época) tem o papel essencial no reforço das normas patriarcais da época.

Mulheres negras estavam às margens da sociedade, ocupavam o lugar de domésticas, cuidando das casas de família. A revista reforça esses estereótipos quando uma das poucas aparições de mulheres negras na década de 1950 retrata uma doméstica negra.

O periódico traçava padrões de consumo voltado para o seu público-alvo que buscava atender ao padrão e ao estereótipo reforçado pela revista. Os produtos anunciados e o padrão de vida expostos quase como forma de conselho e ensino, era aderido pelas classes mais altas que consumiam esse conteúdo. As formas de agir e os produtos anunciados delimitavam de certa forma as posições sociais, uma vez que o que se consome e como se porta define um espaço que determina a camada que se está inserida ou não.

Dessa forma, pode-se concluir que a revista *Jornal das Moças* nos anos de 1950 reforçava tendências internacionais de modernização e priorizava a propagação da mulher ideal, que consistia na mulher branca de classe média e alta, pautada na sociedade patriarcal e preconceituosa da década de 1950.

REFERÊNCIAS

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos Anos Dourados. In: PRIORE, Mary Del. **História das Mulheres no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos lingüísticos e políticos da exploração da mulher. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020

JORNAL das Moças: Revista Quinzenal Ilustrada. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=111031_05&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=0

LUCA, Tania Regina de. Mulher em revista. In: PINSK, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018, p. 447 - 468

PINSK, Carla Bassanezi. **Mulheres dos Anos Dourados**. São Paulo: Contexto, 2014

SANTOS, Vanessa Luzia de Castro Quadrado dos. **A representação da mulher na revista feminina Jornal das Moças durante a primeira metade do século XX**. Rio de Janeiro, 2019. 63. Monografia (graduação). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de História/ Departamento de História.

FEMININE REPRESENTATIONS IN MAGAZINES FROM THE GOLDEN YEARS: AN ANALYSIS OF GENDER, CLASS AND ETHNICITY IN THE MAGAZINE JORNAL DAS MOÇAS (1950 – 1959)

ABSTRACT

During the 1950s, in the post-World War II period and at the beginning of the Cold War, Brazil experienced urban, industrial, and consumer growth, following international trends of modernization, but also a return to traditional and conservative female roles focused on the home and motherhood. In this context, magazines aimed at women addressed issues that emphasized the traditional family model to be followed, as well as topics such as norms, behavior, and beauty. Within this framework, the intersectionality between gender, class, and ethnicity can be observed through the representation of white women and the invisibility of black women in these publications. Therefore, this work proposes to analyze and discuss the gender roles disseminated during the Golden Years and how these representations relate to class and ethnicity factors, taking as a case study the magazine *Jornal das Moças* and using authors such as Lélia Gonzalez, Carla Bassanezi, Bebel Nepomuceno, and Tania Regina de Luca. Initial research results indicate that the periodical presents problematic representations of women, teaching them, directly or indirectly, to follow norms imposed by a patriarchal society, in addition to establishing communication aimed at the white middle class of Brazilian society in the 1950s.

Keywords: Golden Years. Magazines. Gender. Class. Ethnicity.

CAPÍTULO V

EXPERIÊNCIAS TRANSGRESSORAS EM ITABAIANA – PB: VIVÊNCIAS DE SOCORRO COSTA

Flaviano Batista Ferreira ¹

RESUMO

As mulheres lésbicas do município paraibano de Itabaiana (PB) ocupavam diferentes espaços da vida cotidiana, ainda que historicamente silenciadas ou socialmente marginalizadas. Um desses exemplos é Socorro Costa, uma mulher intelectual que atuou como poeta, jornalista e política em Itabaiana. Com comportamentos associados a uma performance masculina de gênero, ela frequentava espaços do cotidiano tradicionalmente reservados aos homens, como sinucas, bares e cabarês, sendo respeitada por seus pares, que a consideravam como um deles. Nesse sentido, este trabalho busca recuperar as nuances da trajetória dessa interlocutora, evidenciando sua importância para a história local e regional em um período que compreende as décadas de 1950 a 1980, destacando seu protagonismo social e suas estratégias de resistência diante de uma sociedade local conservadora, na qual ousar declarar suas paixões por outras mulheres representava um risco real de marginalização e de reforço dos silenciamentos afetivos. Para o escopo metodológico, utilizam-se a noção de gênero de Butler (2018), os estudos do cotidiano de Certeau (1998) e a noção de lesbianismo de Swain (2004).

Palavras Chaves: Reconhecimento Social; História local; Mulheres lésbicas; Itabaiana-PB.

1. INTRODUÇÃO

Por muito tempo, a história das mulheres lésbicas foi silenciada, como se elas nunca tivessem existido. No entanto, elas estavam ali, em todas as épocas e sociedades, sendo oprimidas pelo modelo patriarcal e sexista. Se fizermos uma busca no repositório da Capes, encontramos poucos trabalhos realizados em décadas mais recentes, o que concluímos que a temática passou a ser abordada recentemente por historiadores e cientistas sociais.

Este trabalho torna-se importante na medida em que, assim como no restante do Brasil, os estudos sobre mulheres lésbicas ainda são incipientes e, quando se trata especificamente da Paraíba, praticamente inexistem. Esse é um dos motivos das dificuldades que encontramos, pois muitas pessoas temem falar a respeito, uma vez que a sexualidade no interior da Paraíba ainda é praticamente um tabu para aqueles que nasceram e viveram no século passado. Percebemos a voz baixa, o sussurro, como se fosse uma fofoca — comportamento comum na época dos relatos.

Para este artigo, utilizaremos como amarrilho metodológico fragmentos documentais deixados pela personagem Socorro Costa: poesias escritas em jornais, atas da Câmara Municipal de Itabaiana, fotografias, livros memorialistas e entrevistas com interlocutores que conviveram com ela. Por meio

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas.

das memórias, tecemos representações dessa mulher que, mesmo sendo invisibilizada, assumiu posições que eram negadas às mulheres lésbicas.

2. QUEM FOI SOCORRO COSTA

Maria do Socorro Costa¹ nasceu em Itabaiana no dia 25 de janeiro de 1924. Filha única do casal Antônio Alves da Costa e Maria das Neves Costa Paiva, era solteira e uma mulher abjeto, com comportamento diferente das demais, pois participava de rodas de conversa dominadas por homens, frequentava bares e a zona boêmia- espaços de prostituição por onde poucas mulheres ousaram sequer passar.

Essa estigmatização reforça os estereótipos vigentes, nos quais as mulheres eram vistas como frágeis e os homens como viris, cada um devendo permanecer em seu lugar de pertencimento. Quem ousasse sair das normas dominantes impostas pela Igreja, escola e família era alvo de reprovação. Como observa Pinsky, “muitas das distâncias entre homens e mulheres diminuem com as transformações urbanas: novas formas de lazer, novos pontos de encontro surgem nas cidades. Modificam-se regras e práticas sociais que vão do convívio nas ruas ao relacionamento familiar.” (Pinsky.2014, p. 18):

Entretanto, percebe-se que essas mudanças em relação à sexualidade, mesmo com a luta da Revolução Sexual no final da década de 1960, ainda eram limitadas, pois prevaleciam a rigidez, a valorização da virgindade e a tradição familiar como modelo dominante na sociedade. O memorialista Mozart, comenta como nossa personagem sobressaiu na cidade de Itabaiana-PB.

Socorro Costa está entre as dezenas de mulheres, damas itabaianenses que, em épocas passadas e não muito remotas, serviram com inteligência e sabedoria, competência e determinação a Rainha do Vale, emprestando sua cultura e os seus talentos aos interesses da comunidade. Foi uma poetisa apaixonada, uma jornalista brilhante e vigorosa. Foi vereadora, tendo exercido na gestão do Dr. Odon de Sá, a Tesouraria da Prefeitura. (Mozart, 2010, p. 154).

Considerada como transgressora, Socorro Costa, não aceitava as regras e os limites que a sociedade lhe impunha. Alegre, vivaz e comunicativa, era amiga de homens ricos, políticos, empresários e fazendeiros que determinavam as ordens da sociedade local. Nas palavras de seu amigo pessoal Araújo:

Sua forma de se vestir era única, uma camisa semelhante a uma camisa masculina de manga curta, uma saia que não era franzida, era semelhante a uma calça masculina sem separação das pernas com se ver numa calça masculina. A saia possuía bolsos

¹ Nasceu em Itabaiana, no dia 25 de janeiro de 1924, e faleceu em 13 de setembro de 2006, tendo como causa mortis insuficiência respiratória, decorrente de insuficiência cardíaca, no Hospital Regional São Vicente de Paulo, conforme consta no atestado de óbito assinado pelo Dr. Antônio Carlos de Alcântara. O registro encontra-se no Livro C-07, folha 174v, do Cartório de Registro Civil de Itabaiana, localizado na Rua Benjamim Constant.

nas partes laterais. Socorro Costa não se vestia tipicamente como uma mulher, nem tampouco se fantasiava de homem no seu dia a dia, nem em nenhum local social ou político. Bebia em roda masculina, tomava diariamente sua meiotá na venda do Zé Buchada antes de almoçar, fumava sem esconder o vício de ninguém, jogava no bicho diariamente, e tinha sua vida sexual na forma que desejava sem dar satisfação a quem quer que fosse, mas dentro de um respeito que exigia reciprocidade. (Araújo, entrevista realizada em 30 de julho de 2025).

Com comportamento totalmente diferente das outras mulheres, Socorro não era assumidamente homossexual, mas seu jeito chamava a atenção de todos, especialmente pelo jeito “diferente” de se vestir. Um fato curioso, não mencionado por entrevistados, é como aconteceu sua aceitação na sociedade local, em uma época que ser homossexual era considerado “anormal”.

De acordo com Luiz Mott, “a lésbica, subverte todos os papéis que deram lugar e normas estabelecidas. (...) ela se rebela contra as limitações e opressões impostas pelo papel considerado o mais inferior da sociedade: o papel feminino” (Mott, p. 13). Socorro Costa era uma exceção, fazia parte do convívio da elite itabaianense¹, tinha liberdade para ser quem era, sem explicar a ninguém seus relacionamentos com mulheres, embora mantivesse um comportamento discreto quanto à sua sexualidade, não escandalizando em seus atos nem gerando indignação entre seus pares.

Segundo nossos interlocutores nunca viram ela em atos de intimidade com outras pessoa. Estava sempre sozinha, deixando para as sombras sua sexualidade. Durante a pesquisa, buscamos saber se ela sofreu algum tipo de preconceito pela sua orientação sexual. Pessoas próximas afirmaram que não, já que o círculo de amizades era amplo e incluía pessoas poderosas. Segundo Araújo.

Socorro Costa viveu uma época em que quase todas as portas eram fechadas para sua maneira de encarar a vida, mas viveu de cabeça erguida, sofreu todo tipo de preconceitos por quebrar tabus existentes, nunca se curvou a nada e sempre olhava cara a cara, olho no olho, com as pessoas preconceituosas que a censurava. Nunca fez exibição de sua condição sexual, não vivia dando cantada em nenhuma mulher em lugares públicos, teve envolvimento com mulheres, mas discretamente e sem nenhuma exibição, discrição fazia parte de sua personalidade. querida por muitos e, alvo de muitas críticas pejorativas decorrente de sua condição por falsas moralistas e fofoqueiras da cidade, a chamando de lésbica, saboeira, sapatona e etc. (Araújo, entrevista realizada em 30 de junho de 2025).

A fala de Araújo revela indícios ocultos que se tornam evidentes quando analisamos as entrelinhas. Socorro Costa foi protagonista e transgressora. Não se curvava aos olhares indiscretos, mostrando o que significava ser lésbica em uma cidade interiorana em meados do século XX. Podia viver casos amorosos, mas precisava permanecer nas sombras. Quando Araújo afirma que nunca viu com uma namorada, isso ocorria porque essa era a única forma de ser aceita. Todos podiam ter alguém, casar e formar família, ela não.

¹ Consideramos elite, pessoas com destaque social e de uma boa condição econômica. Destacamos os políticos, os servidores públicos, os empresários etc.

Outro ponto marcante é a referência ao machismo e o reforço da lógica patriarcal com às “falsas moralidades”, indicando que, embora bem quista pelos homens, seus cúmplices de conversas e bebedeiras, era alvo das críticas de mulheres que via em seu comportamento algo impróprio para uma mulher, que pelas normas sociais foi criada para ser uma boa esposa e mãe. Socorro Costa era livre e contrária a essas regras, tendo vivido vários casos e amores.

A interlocutora Dami relata que ouviu diversas vezes Socorro Costa gargalhando e afirmando que era um perigo para os homens.

Ela não era homossexual declarada, mas as pessoas sabiam do modo dela, ela não sofreu preconceito, por causa da postura dela, não vivia com vagabundagem por aí, as pessoas desconfiavam da orientação sexual, mas não tinha certeza. Ninguém nunca viu Socorro com ninguém, mas ela teve grandes amores, ela me contou, inclusive muitas mulheres casadas eram apaixonadas por ela. Ela contou a mim muitas histórias, inclusive com mulheres de destaque na sociedade e conhecidas, mas isso tudo bem escondido. Alguns maridos tinham ciúmes dela, quando ela entrava em um determinado lugar, eles se retiravam. (Dami, entrevista realizada 18 de março de 2017).

A “estratégia” (Certeau, 1998) perfeita para passar despercebida e ser aceita pelas pessoas da sociedade, foi a discrição – recurso que lhe renderia amores às escondidas, em um período em que as mulheres não possuíam direitos de escolha. Utilizavam como estratégias, toques, abraços demorados, beijos ou um mínimo de atenção, que faziam total diferença na conquista. Socorro, pelo que atestamos, era galanteadora e charmosa justamente por saber usar a intelectualidade a seu favor, seja como poeta, jornalista ou vereadora, como veremos a seguir.

3. A POETA E AS MARCAS IMPRESSAS DE SI.

A literatura passou a constituir-se como fonte documental da História. Essa aliança propõe compreender as diversas leituras da humanidade e envolve questões relacionadas às sensibilidades das discussões entre ficção e verossimilhança. Entretanto, na construção narrativa do passado, esta seja mera representação do que já ocorreu, abrangendo questões metodológicas, como demonstra (Torres, 2020), referindo-se as obras de Paul Veyne em sua obra “Como se escreve a História”, publicada em 1971, e Michel de Certeau em “A Escrita da História”, de 1975.

Conforme Antônio Ferreira, “a operação historiográfica é a interpretação das fontes em determinadas circunstâncias sociais, isto é, nos contextos, que só podem ser reconstruídos, ainda que de modo parcial, lacunar ou aproximado, pela mediação de outros textos” (Ferreira, 2013, p. 82). Nossa proposta não é aprofundar uma questão metodológica entre História e Literatura, mas investigar a linguagem poética presente em alguns poemas de Socorro Costa. Com isso, aproximamo-nos dos sentimentos, entendendo que são instantes capturados da mulher que, em determinados momentos, expressou no papel aquilo que vivenciava. Acreditamos que a produção poética, por si, fala a

linguagem de quem escreve, transcrevendo emoções para o papel. Assim, o historiador pode analisar, nas entrelinhas, as questões envolvidas nesse ato.

Segundo nossos colaboradores, Socorro era poeta, embora não tenha publicado nenhum livro. Em nossa pesquisa, encontramos seus poemas expostos nas páginas do jornal *A Folha*, publicados no início da década de 1990, são textos líricos, dos quais selecionamos fragmentos para análise. As composições escolhidas revelam o eu lírico da poeta e as homenagens para personalidades que, para ela, eram relevantes na sociedade itabaianense.

O poema *Poesia Triste* foi publicado na edição nº 4 de agosto de 1990, p. 03.

Fevereiro, domingo, na mesa de um bar,
Nove horas do dia, o povo passando,
Fiéis na Igreja, na missa rezando:
Curtindo uma dor, desengano, doença
Sinto fugir minha fé, toda crença,
Vontade de rir, de morrer, de gritar.

Os amigos que passam não sabem de nada,
Que sofro uma dor atroz, sem remédio
E que minha vida é feita de tédio.
Me vêem sorrindo tal qual um palhaço
Que no picadeiro distrai a moçada,
Fazendo careta, gingando, contando piada;
Também sou palhaço do circo da vida,
E nos bastidores chorando escondida
Lamento na dor o meu grande fracasso.
E assim vou vivendo, a vida levando,
Descendo a ladeira da minha existência,
Olhando os céus implorando clemência.

Em “*Poesia Triste*”, Socorro Costa retrata o cotidiano da cidade em um dia de domingo comum: fiéis indo à missa, famílias reunidas, enquanto ela está em uma mesa de bar, afogando as mágoas no álcool. Percebemos nitidamente a fuga pela fé, bem como uma crise existencial de se perder nesses dias que para muitos, são felizes. A metáfora com o palhaço reforça a ideia de que, para vários, ela é uma mulher alegre e vibrante, mas no fundo, encontra-se devastada pela tristeza.

O poema *Solidão* foi publicado na edição de nº 06, setembro de 1990, p.05.

Sabe o que é solidão?
Se não sabe é uma beleza:
Solidão é uma tristeza.
Que faz mal ao coração:
Solidão doi, mata a alma,
Solidão nos tira a calma,
Solidão é solidão.

É bom mesmo não saber
O que seja a solidão.
A gente perde a noção

Do que pode acontecer:
Solidão é como o espinho
Que fere devagarinho,
Nos leva, até, a morrer.

Essa leitura, do poema, intitulado “Solidão”, no qual os outros veem o sorriso, mas não percebem o sofrimento que ela enfrenta. Os poemas são narrativas em tom confessional, demonstram a dor e a sensação de solidão. A repetição de palavras dá um ritmo cadenciado, como se estivesse cantando a poesia, mas, por trás, há uma mistura de dor física e emocional, ao afirmar: “dói, mata a alma, tira a calma”. Nos dois poemas, destacam-se temas centrais como o sofrimento, o isolamento, o eu íntimo versus o eu público e, sobretudo, o que escondemos das pessoas que não conseguem perceber como estamos.

Em outros poemas, Socorro Costa também aborda a cidade e o cotidiano. Em uma leitura crítica, identificamos, em suas poesias, uma linguagem simples e narrativas carregadas de afetos e recordações. Por ser lésbica, ao escrever sobre figuras importantes da sociedade, a poetisa se insere nas narrativas como forma de pertencer a esse espaço social, demonstrando seu carinho pela comunidade à qual pertence.

Os silêncios significativos relacionados à solidão evidenciam a opressão vivida por muitas mulheres lésbicas que sofreram ao longo do tempo, reprimindo seus desejos, tiveram negado o direito de construir famílias. Ao escrever tais poemas, Socorro deixa suas marcas de forma indireta, tornando necessário compreender o contexto cultural no qual estava inserida.

4. AS RELAÇÕES SOCIAIS E AS FOFOCAS DO COTIDIANO

Falar de Socorro Costa como jornalista é associar sua imagem ao *Jornal O Gafanhoto*, fundado em dezembro de 1946, durante a festa de Nossa Senhora da Conceição, quando era aguardado ansiosamente pelas pessoas. Inicialmente, não era assinado; O jornal era escrito de forma anônima, mas décadas depois descobriu-se quem o elaborava. As notícias, trazidas em suas páginas de forma jocosa, relatavam o cotidiano por meio de fofocas.

A autora Edna Paiva, no livro memorialista, *Itabaiana de meus tempos*, ao abordar os jornais da época, comenta que: “Na festa da padroeira, *O Gafanhoto* servia de entretenimento”, criado por Socorro Costa, Aderlindo, José Amaral, Zuquinha Tavares e Zé Mário, pessoas influentes na sociedade itabaianense, pessoas de status social e que contribuem no cotidiano econômico, político e cultural, ditando normas e convenções, pois eram empresários e políticos bem como descendentes de pessoas fundadoras da cidade. “A chegada do *Gafanhoto* na festa era muito esperada falando das farras, descobrindo namoros, pileques com quadras e versos” (Paiva, 2001, p. 76).

Encontramos também fragmentos do Jornal O Gafanhoto republicados no *Jornal Itabaiana Hoje*, que apresentou como suplemento especial, quatro páginas com fotografias e textos referentes à festa da padroeira Nossa Senhora as Conceição ao longo dos anos. Não tivemos acesso aos exemplares originais dos jornais mencionados, visto que, foram extraviados, as selecionamos e transcrevemos alguns trechos que consideramos relevantes para nosso trabalho.

MOTE: Itabaiana hoje tem Uma indústria de cordão
Glosa: Há uns dois anos passado
Em palestras amistosas
Ouvi coisas horrorosas
Que de narrar não me enfado
Mas agora está provado que Onaldo é sabidão
Pois mesmo sem ter vintém
Zuquinha lhe deu a mão Itabaiana hoje tem
Uma indústria de condão.
(Jornal *O Gafanhoto*, edição de 06.12.55)

VEJAM SÓ:

Lá em Serra Redonda o playboy Jair Melo passa por solteiro e o Dr. José Maroja, que anda na sua sombra, também. No pavilhão de uma recente festa ali realizada, eles apostaram qual dos dois receberia mais bilhetinhos, tendo sido este o resultado final: JAIR- 16, MAROJA - 0 (Jornal *O Gafanhoto*, edição de 08.12.67)
O homem "completo" deve possuir estas características: O comportamento do Dr, José Maroja
O sistema nervoso de Edson do Samdu A delicadeza de Zé de Paú
A língua de Totinha
A coragem de Antonio Marinho A eficiência de Nô Duré
A fidelidade de Pedro Targino A beleza de Garcia
O afobamento de Vadinho O riso do Dr, Alírio
Os pés de Paiva
Os olhos de Zé Porfirio
e partir o queijo do céu como Clécio Falcão. (Jornal *O GAFANHOTO*, edição de 08.12.69)

Esses fragmentos mostram o caráter humorístico do jornal, o mote era algo feito no improviso, em forma de rima, contextualizando o que estava acontecendo na cidade, como a inauguração da fábrica de cordão. A piada, de forma curta, contém um tom irônico e, ao mesmo tempo filosófico, reforçando a imagem da mulher como astuta, alegre e inteligente. O “Vejam só” seria uma fofoca sobre dois homens considerados galãs para época. Quanto a última poesia, referente ao homem completo, foi feita uma brincadeira, por meio de características conhecidas de cada homem, construindo “o homem perfeito”, por meio da colagem de atributos masculinos, satirizando de forma coloquial as qualidades dos homens de Itabaiana.

Durante quase meio século, o tempo foi implacável, visto que tivemos acesso apenas duas edições do Jornal *O Gafanhoto*, que desafiou o tempo e encontra-se disponível no Memorial

Itabaianense. Ao analisarmos as edições completas datadas respectivamente, 06 de dezembro de 1972 e 6 de dezembro de 1986. Em suas páginas, percebemos o tom de humor entre cada história relatada, fossem elas ficcionais ou reais.

Socorro Costa sempre é lembrada como uma mulher inteligente, sagaz e autodidata, não possuía formação superior em jornalismo, mas foi moldada e instruída com a prática, ganhando a alcunha de jornalista por escrever bem. Segundo Dami, (2017), sua amiga pessoal, “ela possuía apenas o antigo primário, feito na escola de Marieta Medeiros”. Para o amigo Araújo (2025), “ela foi uma jornalista de primeira linha nos jornais locais, deixou seus registros em quase todos que circularam na época, inclusive no Jornal *A Folha*.”

Infelizmente, os governantes de Itabaiana, bem como a maior parte das cidades interioranas do Brasil, não dispõem de um arquivo que preserve sua história; por isso, boa parte dos documentos foi destruída pela ação do tempo. Por esse motivo, só tivemos acesso ao Jornal *A Folha* dos anos de 1990 a 1993.

O jornal foi reativado nesse período em razão da comemoração do centenário de Itabaiana, em 1991, e tinha tiragem mensal. No geral, era composto por oito páginas, divididas em seções. A matéria de capa acompanhava o tema de celebração de cada mês, Ano Novo, Carnaval, São João, entre outros. Por ser um órgão oficial, publicava inaugurações de obras do governo municipal, decretos e balancetes, além de uma matéria baseada em memórias e histórias do voluntário escolhido para narrar. Havia também a coluna Recanto Social, assinada por Socorro Costa.

Ao averiguar essa coluna, atestamos o caráter celebrativo e alegre, com mensagens cotidianas, características próprias da jornalista, que comentava festas de aniversários, casamentos, bodas, viagens e outros tipos de informações. Mas por motivos políticos, ela deixou de escrever a coluna em meados de 1991, voltando em fevereiro de 1993, como é mencionado no jornal *A folha* de 1993.

Voltando a responder pelo recanto social, com o advento da nova administração municipal e consequentemente mudança na direção da Folha. Este jornal que é sem dúvidas o mais antigo em circulação em todo interior do Estado, tem em suas páginas a disposição de quantos quiserem colaborar, principalmente os contistas e poetas. (JORNAL A FOLHA, 1993, p. 8).

O afastamento da jornalista ocorreu por motivos políticos. Socorro discordou de alguns pontos relacionados ao centenário da cidade e, como tinha temperamento forte, optou em manter suas convicções, o que gerou insatisfações nas pessoas que a viram silenciada em uma festa histórica e importante para o meio intelectual e cultural de Itabaiana.

Quando trouxemos matérias do Jornal *O Gafanhoto* para esta discursão, nosso objetivo era elucidar como uma mulher lésbica conseguiu deixar vestígios de quem era, mesmo sem dizer uma só

palavra. Em uma época em que sua orientação sexual precisava ser escondida, um jornal como *O Gafanhoto* foi uma maneira de expressar sua criatividade como resistência e visibilidade.

Seu olhar atento ao cotidiano, misturado com um humor de tom crítico, denunciava as relações sociais e de gênero. As fofocas foram o meio encontrado para refletir e questionar as normas impostas, mesmo sendo aceita por todos que conviviam com ela, já que fazia parte da esfera social da cidade. Quando Socorro Costa assinava a coluna no Jornal *A Folha*, podemos atestar que sua rede de sociabilidade já era bastante ampla, pois a linguagem utilizada visava informar sobre as comemorações, o que demonstra que ela era bem informada e contava com alianças dispostos a protegê-la, caso necessário, como descrito na carta enviada à direção do Jornal.

Sua fase como jornalista foi a maneira encontrada de romper com as normas impostas para ela, principalmente para uma mulher que vivia fora da heteronormatividade estabelecida.

5. UMA MULHER- MASCULINA NA TRIBUNA DO POVO

Socorro Costa tinha uma personalidade marcante. Transitou pela política em um momento da história do país em que os vereadores não recebiam salários e trabalhavam em prol do desenvolvimento da população¹ Socorro exerceu cargos de confiança nos mandatos de diversos prefeitos, bem como foi a primeira vereadora do município de Itabaiana. De acordo com o Tribunal Regional Eleitoral – TRE-PB², Socorro Costa concorreu à sua primeira eleição no ano de 1959, sendo a única mulher a disputar com trinta e três homens, ficando na décima segunda posição, em um pleito que elegeu nove vereadores. No ano de 1963, concorreram ao pleito vinte e três candidatos, ficando na décima sexta colocação.

A eleição do dia 15 de novembro de 1968 foi diferente: concorreu com vinte e quatro candidatos, em um período marcado pelo bipartidarismo entre o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que venceu com cinco vereadores, e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que elegeu três vereadores - incluído nessa soma, Socorro Costa, primeira mulher a ocupar a cadeira na Câmara Municipal. Socorro ficou na quinta colocação, com 316 votos.

Nas eleições de 1972, Socorro Costa não concorreu, mas mostrou à sociedade que qualquer mulher poderia atuar nas decisões políticas da cidade, abrindo portas para Abigail Maria de Araújo, que se tornou a segunda vereadora municipal. No ano de 1976, Socorro e outras três mulheres concorreram, mas foram derrotadas nas urnas pelos homens. Em 1982, ela e cinco mulheres

¹ De acordo com a Lei Complementar Nº 2 de 29 de novembro de 1967. Para maiores informações ver: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp02.htm acesso em 12/08/2025.

² Dados encontrados no site <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/pesquisas-eleitorais/pesquisas-eleitorais> acessado em 12/08/2025.

disputaram contra trinta e três homens, nesse pleito, venceu a candidata Maria Jaíde pelo Partido Democrático Social (PDS).

A eleição democrática de 1988 foi a sétima e última candidatura em uma disputa eleitoral. Com a abertura política aumentou o número de partidos e candidatos de ambos os sexos. Nosso objetivo neste tópico, é compreender como Socorro Costa se tornou popular, mostrando que, mesmo tendo comportamentos masculinos, teve apoio da população para se eleger, fazendo história e tornando-se parte dela, visto que, depois da eleição de 1968, outras mulheres se candidataram e foram vitoriosas ocupando espaço até então dominado por homens.

Aliada de homens ricos e influentes da política local e estadual, observamos, ao centro da fotografia, Edilson Andrade discursando; José Bandeira, de óculos ao fundo; Socorro Costa, com um cigarro na mão; e José Carlos de Almeida ao seu lado. Na ocasião, tratava-se de um comício em que concorriam a uma vaga na Câmara Municipal. Entre eles, encontramos crianças admiradas com a eloquência do momento. Foram esses amigos que contribuíram para sua vitória nas eleições de 1968, rompendo barreiras que até então, pareciam intransponíveis para uma mulher.

Seu nome geralmente é lembrado nos livros memorialistas como o de alguém que era feliz e vivia na “bagaceira”. Segundo Lins, bagaceira eram: “os botequins frequentados pela sociedade itabaianense, onde Socorro Costa, Rivaldo Bandeira, e familiares tinham cadeiras cativas, sendo personas gratas” (Lins, 2002, p. 62). Já para Paiva a bagaceira, eram “as barracas que ofereciam as melhores cachaças, de longe se sentia o cheiro do caju, “parede” indispensável. Nos bancos compridos sempre estavam sentados, Socorro Costa, Rivaldo Bandeira e Napú, supervisionado de longe” (Paiva, 2001, p. 50).

Essas conexões, junto com a articulação partidária, deram visibilidade a uma mulher diferente das demais. Sua figura era interpretada como sinônimo de autoridade, uma vez que, no contexto da Ditadura Militar, a política era um ambiente pesado para mulheres, que precisavam se impor para fazer serem respeitadas -algo que até os dias de hoje, ainda é difícil. Ao analisarmos o contexto brasileiro desse período, percebemos que a presença feminina na política era uma exceção raríssima.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar sobre o lesbianismo brasileiro refere-se às questões de identidade, bem como às categorias sexuais (SWAIN, 2004). Trata-se de compreender como essas identidades são julgadas, expostas a preconceitos e, na maioria das vezes, silenciadas. Questionar os silêncios estabelecidos permite conhecer histórias de resistência, luta e

sofrimento. Falar sobre essa existência de Socorro Costa, significa abordar o contexto e a contribuição dessas pessoas para a história, a partir da posição de sujeito.

A trajetória de Maria do Socorro Costa foi marcada por coragem, irreverência e inteligência, desafiando as normas de gênero e comportamento em uma época profundamente conservadora. Em meio a um contexto social que marginalizava pessoas homossexuais e restringia a participação feminina na vida pública, Socorro construiu uma rede sólida de relações com figuras influentes, o que lhe garantiu respeito nos espaços masculinos.

No campo dos discursos, Butler, ao analisar o pensamento de Wittig, traz à tona a discussão de que a heterossexualidade oprime e ameaça o sujeito e seus corpos. Como afirma a filósofa: “Falar nesse sistema é ser privado da possibilidade de fala; assim, simplesmente falar nesse contexto é uma contradição performativa, a afirmação linguística de um eu que não pode ‘existir’ no interior da linguagem que o afirma” (BUTLER, p. 156).

Nossa personagem conseguiu driblar e recusar o lugar de fala que era destinado aos homossexuais. Seu estilo considerado “diferente”, sua presença constante em ambientes tradicionalmente masculinos e sua habilidade de transitar entre a boemia, a política, a literatura e o jornalismo fazem dela uma figura singular na história de Itabaiana. Como poetisa e jornalista, registrou memórias, afetos e críticas sociais, deixando marcas que resistem ao tempo. Como vereadora, tornou-se pioneira, abrindo caminho para que outras mulheres ocupassem espaços na política local, ainda que sua atuação parlamentar tenha sido marcada por ausências e renúncias.

Socorro Costa viveu intensamente, equilibrando descrição em sua vida afetiva com ousadia em sua postura social. Sua história expõe as contradições de uma sociedade que, ao mesmo tempo em que condenava a homossexualidade, tolerava e até admirava aqueles que detinham prestígio e capital social. Ao revisitar sua vida, trazemos à tona a memória de uma figura transgressora, mas também lançamos luz sobre as formas sutis e silenciosas de resistência de mulheres lésbicas no interior paraibano, geralmente ignoradas pela historiografia.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero [recurso eletrônico]: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano: Artes de fazer**. 3ª edição, editora Vozes, 1998.

LINS, Ivanete do Nascimento Pena. **Momentos de minha vida**. João Pessoa-PB, Sal da Terra, 2002.

MOTT, Luiz. **O lesbianismo no Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

MOZART, Fábio. **A Voz de Itabaiana e outras vozes**. João Pessoa. Gráfica e Editora Imprell, 2010.

SWAIN, Tania Navarro. **O que é lesbianismo?** São Paulo: Brasiliense, 2004.

PAIVA, Edna Martins de. **Itabaiana de meus tempos- Memórias**. João Pessoa. Arpoador Gráfica, 2001.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.

TORRES, Michelle Márcia Cobra. **História e literatura: reflexões teóricas**. *História, histórias*, vol. 8, nº 15, jan./jun. 2020.

JORNAIS

Jornal **A FOLHA**, Itabaiana, edições de 1990 à 1993.

Jornal **ITABAIANA HOJE**, Itabaiana, dezembro de 1997.

ENTREVISTAS

DAMI, entrevista realizada 18 de março de 2017.

ARAÚJO, entrevista realizada em 30 de julho de 2025.

TRANSGRESSIVE EXPERIENCES IN ITABAIANA – PB: EXPERIENCES OF SOCORRO COSTA

ABSTRACT

Lesbian women in the municipality of Itabaiana, Paraíba, Paraíba, occupied diverse spaces in daily life, despite historically being silenced or socially marginalized. One such example is Socorro Costa, an intellectual who worked as a poet, journalist, and politician in Itabaiana. With behaviors associated with masculine gender performance, she frequented everyday spaces traditionally reserved for men, such as pool halls, bars, and cabarets, and was respected by her peers, who considered her one of them. In this sense, this work seeks to recover the nuances of this interlocutor's trajectory, highlighting her importance to local and regional history from the 1950s to the 1980s, highlighting her social protagonism and her strategies of resistance in the face of a conservative local society, in which daring to declare one's passions for other women represented a real risk of marginalization and reinforcement of affective silencing. For the methodological scope, we use Butler's (2018) notion of gender, Certeau's (1998) studies of everyday life, and Swain's (2004) notion of lesbianism.

Keywords: Social Recognition; Local History; Lesbian Women; Itabaiana-PB.

CAPÍTULO VI

OPERAÇÃO TARÂNTULA A PARTIR DE FERNANDA FARIAS DE ALBUQUERQUE: UMA PUTA HISTÓRIA

DOI: 10.51859/ampla.qch656.1126-6

Olivia César da Silva Ferreira ¹
Rosilene dias Montenegro ²

RESUMO

O presente trabalho analisa o controle dos corpos em zonas de prostituição no período de 1982 a 1987, da transição do regime militar para retomada da democrática no Brasil, período marcado por intensas perseguições morais e políticas. O objetivo central consiste em investigar como as relações de poder e a necropolítica incidiram sobre corpos de travestis negras e prostitutas. Para isso, utiliza-se uma metodologia qualitativa baseada na análise da obra autobiográfica "A Princesa", de Fernanda Farias de Albuquerque, em diálogo com registros dos periódicos 'Diário de Pernambuco' e o jornal carioca 'O Dia'. Os resultados demonstram que a atuação estatal e social operou uma lógica de extermínio, identificada pela autora como 'matança', que visava a higienização dos espaços urbanos. Conclui-se que a escrita autobiográfica de Albuquerque provoca dismantelamentos das normas de gênero e das estruturas do sistema, transformando o relato do cotidiano em uma afirmação política e ética de resistência frente à desumanização Sistêmica.

Palavras Chave: Necropolítica; Travestilidade; Autobiografia.

1. INTRODUÇÃO

Faremos apontamentos sobre práticas culturais de controle dos corpos, buscando compreender como sua ação no cotidiano das "putas"³, em diálogo com "o Puta feminismo". Nesse artigo a escolha do termo 'puta' quando poderia usar prostituta, por exemplo, é uma escolha epistemológica, tendo como finalidade desnaturalizar e desestigmatizar seu uso pejorativo. As putas e as travestis são

¹ Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), período no qual participei do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) vinculado ao departamento de História, tive uma experiência no PIBIC com a produção de fontes e a metodologia da História Oral. Mestra em História pelo Programa de Pós graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH-UFCG), na Linha de Pesquisa História Cultural das Práticas Educativas; com ênfase nas práticas educativas informais; e, participação no Grupo de Pesquisa "História e Memória da Ciência e Tecnologia" (DGP - CNPq), na linha de pesquisa "História e Memória da Ciência e Tecnologia" Cultura, Mulheres Gênero e Sexualidade, desenvolvendo atividades de estudo, criação, manutenção e catalogação de arquivos e fontes.

² Professora Titular em História da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG (2018). Formou-se Bacharel em História pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB (1989). Tem mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB (1993), doutorado em História pela Universidade de Campinas - UNICAMP (2001), e Especialização em Arquivologia pela Universidade de São Paulo - USP (2006). Realizou estágio Pós-Doutoral na linha de pesquisa Dinâmicas territoriais do desenvolvimento e regionalização no Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo/UFPE (2020) onde desenvolveu a pesquisa "Desenvolvimento e gênero: dados sobre a presença das mulheres nas ciências e tecnologias (1996-2018)".

³ Termo de baixo calão que, nos dicionários de língua portuguesa, assume três funções principais: substantivo pejorativo para prostituta; adjetivo coloquial de intensidade (comum no Brasil para enfatizar qualidade ou tamanho); e interjeição de espanto ou indignação. Etimologicamente, a palavra reflete a degradação semântica do latim putta (menina) ou a associação ao termo putidus (podre).

frequentemente atacadas por teorias radicais de gênero bem como militantes feministas radicais, que ainda concebem o gênero essencialmente ligado ao sexo biológico, conforme analisado por Nicholson (2000), que conceitua essas visões como fundacionalismo biológico.

Instituições sociais e do Estado determinam e fazem o controle sobre os espaços para prostituição; controle exercido pelas regimes de verdade que delimitam o espaço a ser ocupado por elas bem como as condições de vida ou morte das travestis utilizando braços do Estado como a mídia, força policial e apoio civil para legitimar uma biopolítica voltada ao “Fazer morrer”, conforme Foucault (1999), refere-se ao direito clássico da soberania, definido pelo autor como o poder de “fazer morrer e deixar viver”. Nesse modelo, o soberano exercia seu poder principalmente através da subtração (de bens, tempo ou da própria vida), em contraste com o biopoder moderno, que se caracteriza pelo “fazer viver e deixar morrer”

As práticas racistas, sexistas e transfóbicas culturais em nossa sociedade devem ser questionadas, particularmente a mídia, cuja ação tem significativa responsabilidade na invenção da travesti como pessoa violenta, ladra, drogada, puta. A imagem que lhes foi imputada, uma generalização que tem como efeito relacionar imagens depreciativas, como origem e causa e desvios do que se normatizou como socialmente aceitável. O uso da palavra ‘puta’, como problema moral e desvio de comportamento, das normas para o lugar e território social, tem como efeito a constituição de imagens cujos significados têm a ver com sujeiras, criando uma justificativa de que essas pessoas, desviadas das normas, podem ser violentas, ladras, putas etc.

Esse imaginário é ao mesmo tempo reproduzido e reconstituído pelas instituições, sendo instrumentalizado pela mídia, na qual se hegemoniza uma visão que influencia o senso comum da sociedade civil e realimenta o ódio promovido pelas instituições do Estado, lugar central de Poder, cujas normas são mais ou menos eficientes no controle e disciplina social quanto sejam os pontos de articulação de mecanismos de controle em sua capilaridade e disseminação pelo corpo social (Foucault, 1987, p.41). Para Foucault, “as múltiplas formas de dominação estão nas múltiplas sujeições que existem e funcionam no interior do corpo social” (1987, p. 231).

As mídias têm sido um dos lugares do discurso disciplinar, de naturalização da subalternização e normatização das “regras” dos regimes de verdade e seus mecanismos de disciplinarização e domesticação dos corpos. Exerce efeitos de poder a fim de criar a identidade das travestis como coisas e corpos abjetos, forjando efeitos de verdade para justificar políticas de extermínio, as necropolíticas.

A Operação Tarântula, uma ação de violência realizada pela polícia do Estado de São Paulo, entre 27 de fevereiro e 10 de março de 1987, coordenada pelo delegado José Wilson Richetti¹,

¹Richetti atuou como delegado seccional do Centro em São Paulo. Ele se tornou o símbolo de uma política de “limpeza urbana” que visava retirar do centro da cidade populações consideradas “indesejadas”, como/ pessoas LGBTQIA+, trabalhadores do sexo, pessoas em situação de rua e pequenos infratores.

operando uma perseguição que totalizou na prisão e tortura de cerca de 300 pessoas travestis e mulheres trans. Há registros de que houve mortes, mas nunca foi revelado quantas.

A justificativa da operação foi a do combate a AIDS, ocorrido em 1980, com o registro do primeiro caso na cidade de São Paulo, embora a doença só tenha sido formalmente classificada como Aids dois anos mais tarde. No início da década de 1980, a falta de conhecimento científico gerou um clima de terror e preconceito de gênero (as travestis) e sexualidade (os Gays, Lesbicas e Bixessuais). Essa violência contra a pessoa humana foi ocultada ou minimizada pelas mídias por meio dos discursos e regimes de verdade que dizem o que é natural, a regra, a norma e o normal e o que é “anormal”, “abjeto” e que deve, portanto, ser submetido à regra.

Por que essas pessoas, esses corpos incomodavam e continuam incomodando a sociedade, as instituições e o Estado a ponto da naturalização das violências e morte dos corpos travestis e mulheres trans? Foucault (2008) nos ajuda a entender, em parte, ao analisar que todo corpo na modernidade passa por processo disciplinares, de controle. Regimes de verdade e dispositivos de controle em que são estabelecidas regras e criadas estratégias para a disciplinarização dos corpos ditos e marcados como “desviados”, “anormais”. Os gays, as lésbicas, as travestis, as mulheres trans, principalmente, por estarem na contramão das normas de gênero cisheteronormativa tornam-se corpos abjetos Butler (2019) vulneráveis em nossa sociedade a agressões múltiplas.

Na década de 1980 a polícia atuou a partir de ordens de higienização, que alcança extremos com o assassinato de muitas pessoas travestis. A sociedade civil era conivente com os meios que o Estado disciplinar, como veremos em alguns trechos dos documentos analisados. Neles, a prática e ação policial seguem uma regra, sujeitas de uma verdade que se materializa em grave violência ao se deparar com um corpo de uma travesti assim como jornais veículos discursivos que alimentam ‘verdades’ sobre a sujeita puta Travesti.

Abordamos a “Operação Tarântula”, como acontecimento, momento histórico, em diálogo com o conceito de *necropolítica* de Mbembe (2018) descreve a prerrogativa do Estado ou de instâncias soberanas contemporâneas, de deliberar sobre a vida e a morte de populações a partir de marcadores interseccionais de raça, classe e território, (aqui acrescentamos os marcadores interseccionais de gênero e sexualidade). Esta categoria analítica fundamenta-se, primordialmente, em um diálogo crítico com a biopolítica de Michel Foucault (2008), que identifica a transição do poder soberano clássico para um biopoder voltado à gestão da vida e à otimização da produtividade social (“fazer viver e deixar morrer”). Todavia, Mbembe (2018) expande essa perspectiva ao integrar a noção de estado de exceção de Giorgio Agamben (2004), caracterizando o “campo” como o espaço paradigmático onde a norma jurídica é suspensa e a existência humana é reduzida à “vida nua”. Nesse cenário, a soberania não se manifesta apenas pela regulação da vitalidade, mas pela capacidade de

produzir "mundos de morte", nos quais a eliminação de corpos considerados supérfluos ou ameaçadores é normalizada e desprovida de sanção jurídica. e o *corpo abjeto*, em Butler (2019) o sujeito abjeto é o corpo que é barrado da inteligibilidade social. Ele serve para delimitar os limites do que conta como um corpo humano e uma vida viável. No entanto, Butler (2019) aponta que esse espaço da abjeção também é um local de resistência política, pois a presença do abjeto expõe a fragilidade e a arbitrariedade das normas que tentam excluí-lo.

A “Operação Tarântula” é abordada aqui como uma violência que extrapola o cotidiano das ações violentas e casuais da polícia. Foi uma ação planejada, deliberada e sustentada pelo Estado Brasileiro, pelo Estado de São Paulo que financiou e estimulou a execução desses corpos considerados descartáveis. O discurso, o de sempre, o costumeiro: a limpeza social, um tratamento que se dá às pessoas travestis identificadas como necropolítica.

O comando da violência contra putas - travestis e mulheres trans - pelo delegado José Wilson Richetti, sobre o governo de Orestes Quécia é a ponta desse iceberg, relacionado aos grupos sociais marginalizados, corpos e sexualidades. Essas práticas foram recorrentes na década de 1980, e não se resumem à “Operação Tarântula” que oficialmente durou apenas 15 dias. A presente análise propõe este recorte, diante das fontes que apresentamos a seguir.

Tal violência parte da sociedade civil também, porque a moral constituída com as verdades produzidas nos discursos da Biologia, Medicina, Jurídicas, Policiais, e Pedagógicas partem de uma concepção binária e rígida de gênero, entendeu e criou o gênero - lugares e papéis sociais - como reflexos das características biológicas para reprodução humana. Não se interrogando sobre as diferenças da natureza biológica. O sexo um dado biológico, que os avanços tecnológicos permitem, inclusive, serem modificados. Enquanto o gênero é uma construção social, cultural e psicológica que define os papéis, comportamentos, atividades e atributos que uma sociedade considera apropriados para homens e mulheres. É uma construção que se sedimenta a partir da Era Moderna e, principalmente, a partir da Ciência Moderna, que vai relacionar sexo (as características do aparelho reprodutivo, seja masculino ou feminino) ao gênero (as normas constituídas para o que deva ser o comportamento e o lugar social masculino ou feminino). Já a sexualidade diz respeito ao desejo e atração emocional, romântica e/ou sexual por outra pessoa que pode ser ou não do sexo oposto.

A ciência moderna, por meio dos discursos da biologia, ciência jurídica, medicina e todos esses discursos mais ou menos associado ao imaginário judaico-cristão, apresentou o que deveria ser o normal, a regra, o “natural”: que seria a ligação “natural” porque “biológica” do sexo e impulsos do desejo a maneira cisheteronormativa. Assim foram se reforçando visões já existentes e se atribuindo o caráter científico ao que era concepção de pessoas, grupos de um campo de saber, criando desse modo o discurso biológico, como a autoridade de discurso científico para dizer, ao longo dos

últimos séculos, o que deveria ser sexo, corpo, gênero e sexualidade. Esse discurso foi se instituindo, pelas instituições sociais, pela força das normas e, também, pela receptividade que encontrou na sociedade, passando a homogeneizar o imaginário popular como a forma correta de existência.

Certamente os pesquisadores e pesquisadoras deste tema conhecem a história da opressão de gênero sobre os corpos não binários. Todavia, entendemos pertinente trazer as questões iniciais que inauguram e instituem e dão a retórica discursiva que alimenta o biopoder e a necropolítica. Saberes que fundamental as ações de modo a classificar, nomear quem foge a essas normas como *corpos abjetos*. Formulação social de modos de existência baseados em binarismos, os quais são quebrados fisicamente pelas travestis, pelas mulheres e homens trans e demais não binários, epistemologicamente analisados por Foucault (2008); por Judith Butler (2019) e Linda Nicholson (2000), que dentre outros, pensam gênero a partir de performance, da ruptura entre gênero, natureza e cultura.

A metodologia articulada com a teoria queer, e os estudos de gênero tencionam a leitura do texto de “A Princesa”, de Fernanda Albuquerque. Nos fazendo interrogar sobre esses corpos e experiências nos relatos sobre seu cotidiano de sobrevivência como puta. Em seus depoimentos podemos ver de perto o que o pensamento colonial pautado em um modelo social cisheteronormativo e branco faz com as dissidências de gênero, com os corpos dissidentes sendo políticos estão no centro de um sistema *Cistema*. O termo ‘Cistema’ com “C” em vez de “s” é um neologismo que aglutina as palavras “cisgeneridade” e “sistema”. Sua utilização visa denunciar como a estrutura social, política e jurídica é organizada de forma a normalizar e privilegiar identidades cisgêneras, enquanto marginaliza e patologiza identidades trans e travestis. Ao grafar com “C”, o termo evidencia que o sistema não é neutro, mas opera sob uma lógica cisheteronormativa que produz exclusão e violência contra corpos dissidentes, é sobre essa perspectiva que o termo é usado em todo texto.

2. TEXTO E TEORIA EM PERSPECTIVA

Na década de oitenta as sujeitas travestis e putas foram percebida por teóricas e feministas como ameaça ao Feminismo, elas não conseguem conceber a presença dessas sujeitas em suas teorias e militância, Fernanda pertence a interseção desses dois marcadores sociais. Elas produzem toda uma literatura que Linda Nicholson (2000) chama de “fundacionalismo biológico”, a autora defende que o feminismo deve abandonar o “fundacionalismo biológico”. Em vez de buscar uma essência biológica comum para definir o que é ser mulher, o feminismo deveria ser visto como uma coalizão política de grupos que compartilham problemas e histórias semelhantes, sem a necessidade de um fundamento biológico único.

Em seu trabalho, Raymond é extremamente crítica em relação à transexualidade em geral que ela rotula de “homem-para-mulher construída” [...] Raymond duvida da veracidade das alegações, por parte de qualquer homem biológico, da existência de uma “mulher dentro dele”: “homem andrógino e a feminista lesbicas transexualmente construída enganam as mulheres praticamente da mesma forma, por que leva as mulheres a acreditar que são verdadeiramente como nós – não só em termos de comportamento, mas também em espírito e em convicção”. (Nicholson, 2000 pág. 25, 26)

A passagem citada por Linda Nicholson (2000) expõe o pensamento de Janice Raymond como um exemplo paradigmático do fundacionalismo biológico aplicado à exclusão de identidades trans no seio de certas vertentes feministas. Ao rotular a transexualidade feminina como uma categoria "construída" e artificial, Raymond estabelece uma hierarquia ontológica que nega a legitimidade da experiência subjetiva em favor de um determinismo fisiológico estrito.

Em convergência com Nicholson (2000), Judith Butler (2019, 2023) concebe o gênero como uma construção performativa e subjetiva, cuja fluidez desafia a rigidez da lógica binária. Essa perspectiva torna imperativa a articulação entre a crítica feminista e as vivências que tensionam a cis-heteronormatividade. Tal convergência é politicamente estratégica: ao evidenciar as lacunas das abordagens convencionais, ela reafirma as margens não apenas como espaços de exclusão, mas como potentes lugares de resistência e de ressignificação do feminismo contemporâneo.

Que sejamos mais atentos à historicidade dos padrões que revelamos. Enquanto procuramos o que é socialmente compartilhado, precisamos ao mesmo tempo procurar os lugares onde esses padrões falham. Meu argumento, portanto, sugere a substituição de propostas sobre mulheres nas “sociedades patriarcais”, por propostas sobre mulheres em contextos específicos. (Nicholson, 2000, pág. 34)

A autora entende que discutir sobre a perspectiva de ‘mulheres nas sociedades patriarcais, por mulheres em contextos específicos’, enriquece os estudos de gênero muitos mais, às fontes utilizadas nas análises seguem esta perspectiva teórica de gênero, onde Fernanda fala como travesti/puta que reivindica seu espaço e reconhecimento no feminino exercendo o que Nascimento (2021) conceitua como *mulheridades*.

Nascimento (2021) conceitua o termo *mulheridades* como uma categoria analítica e política que visa romper com a noção universal e hegemônica de "mulher". Ao pluralizar o substantivo, a autora evidencia que a experiência feminina não é única ou biológica, mas atravessada por marcadores sociais como raça, classe, sexualidade e território. Nesse sentido, o conceito de *mulheridades* permite reconhecer as especificidades das vivências de mulheres negras, indígenas, trans e periféricas, cujas existências muitas vezes são empurradas para as margens da inteligibilidade social. Assim, a proposta da autora não apenas amplia o horizonte do feminismo contemporâneo, mas estabelece um campo de resistência onde a diversidade de corpos e trajetórias é o fundamento para a construção de novas subjetividades e lutas coletivas.

Linda Nicholson (2000, p. 36) desafia a universalidade das categorias de gênero ao afirmar que não se pode pressupor que sentidos dominantes sejam verdadeiros ‘em qualquer lugar ou através de períodos históricos de limites indefinidos’. Essa perspectiva é crucial para compreender a formação do sujeito abjeto e a operação da necropolítica sobre corpos que transgridem a cisheteronormatividade. Ao questionar padrões usuais, a autora confronta a lógica da abjeção: se o binarismo masculino/feminino foi historicamente central para definir "mulher", identidades que o contradizem são empurradas para a esfera do abjeto, tornando-se ‘vidas não enlutáveis’ e passíveis de desumanização.

Essa abjetificação é a pré-condição para a necropolítica. A recusa em reconhecer a legitimidade de identidades que "contradizem os padrões usuais" (Nicholson, 2000, p. 36) autoriza a negação de direitos e a exposição à violência. Assim, o Estado exerce o poder de ditar quem deve morrer, ou habitar zonas de morte social, ao desvalorizar sistematicamente a existência desses corpos.

Por fim, o “fazer morrer” manifesta-se na insistência em definições rígidas de gênero. A exclusão de transexuais sob a simples alegação de contradição aos padrões usuais é uma forma de aniquilação simbólica de sua subjetividade e identidade. Essa negação de reconhecimento é um “fazer morrer” a possibilidade de uma existência plena e digna, alinhando-se à racionalidade necropolítica que busca eliminar o que é considerado desviante para a manutenção de uma ordem hegemônica.

Nicholson (2000), ao exigir clareza sobre a contingência histórica do gênero e a inclusão de interpretações não tradicionais, oferece um contraponto fundamental às estruturas que produzem o sujeito abjeto Butler (2019), legitimam a necropolítica Mbembe (2018) e executam o “fazer morrer” Foucault (2008) sobre corpos dissidentes. Sua postura é um convite à desconstrução das bases que sustentam a violência e a exclusão.

3. GÊNERO, PROSTITUIÇÃO, TRAVESTIS E HISTÓRIA: VIOLENCIA SISTEMICA PELO PAÍS NA DÉCADA DE OITENTA

Este recorte dos depoimentos de “Princesa”, marcado politicamente pela transição da ditadura civil-militar (1964-1984), para um período de redemocratização do sistema político nacional, e a prostituição sendo uma profissão que esteve presente em todos momentos políticos e econômicos do país. Naquele fim de milênio, as putas travestis estavam ocupando as ruas no mesmo momento em que as outras putas cisgêneras¹ estavam cada vez mais indo para as casas fechadas de prostituição e abandonando as ruas.

O contato das travestis Putas com as forças de controle do Estado assume um caráter particular, onde o que marca esse caráter específico é a violência direcionada aos corpos travestis

¹ Pessoas que se identificam com o gênero que a Biologia e Medicina define no nascimento

praticada de maneira tão intensa que elas desenvolvem sua linguagem própria batizada de Pajubá¹. Uma linguagem amplamente conhecida pelas travestis e repassada pela transmissão oral, pela oralidade, e utilizada para fugir da polícia e se comunicar diante deles sem que entendam o dialeto. Fernanda, além de estar imersa nesse mundo das travestis, da resistência e da violência, se utiliza de um método potente para subverter o ‘*Cistema*’: sua ação de escrita como potência política, ética, e estética.

Na década de oitenta do século XX, nas zonas das grandes cidades, como Salvador, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, transitavam muitas putas. Todas estavam em sua batalha noturna de trabalho. Princesa², relata em seus depoimentos alguns fatos desse período que contribuem para que possamos visualizar esse período histórico nas zonas dos grandes centros de nosso país, evidenciando práticas da necropolítica promovidas pelo estado. Vejamos a primeira impressão de Princesa ao chegar em São Paulo:

No dia 22 de maio de 1986, dia do meu aniversário, decidi partir para São Paulo. Cidade educada, civilizada. Assim eu pensava, assim esperava. Que idiota. Limpe São Paulo, mate um travesti por noite." Era essa a metrópole industrial do Brasil. Anunciada nos muros, uma guerra contra a peste gay e os travestis contra o Vírus e a prostituição. Chegaram em massa numa sexta-feira à noite, surgiram no fim da avenida Floriano Peixoto. Uma nuvem de decência pública. Turbulenta. Uma procissão de olhos de vidro, ofuscantes. Faróis que devoram a lua, caninos brancos. Motos, carros e gente a pé. A passo, lentamente. As mulheres com os maridos, os filhos com os pais. Agitam pedaços de pau, trazem pedras e correntes. Limpam a cidade. São uma nuvem que avança no centro da rua, margeando as calçadas. Eu já tinha ficado esperta, vigilante. Fazia o meu trabalho escondida atrás de uma árvore, na curva. Dali bastava um olhar de relance para ter uma visão panorâmica da avenida e ficar atenta. Karina, não. Ela estava de corpo e alma entregue ao seu show, empenhada na concorrência. Por isto eu os vejo e ela não. Aceleraram, dez, vinte centavos de motocicleta. Vão adiante da massa ameaçadora e cercam Karina, que fica no meio deles. A infeliz virou caça, é presa está perdida. Arreventada pelos paus e correntes. Torturada com pedradas -as mulherezinhas com seus maridos, os filhinhos com os papais. Brancos, lindas familiazinhas brancas. A avenida Floriano Peixoto está limpa por uma noite, Karina assassinada. Estraçalhada. Eu me salvei por um triz, com os sapatos na mão e a ajuda da sorte. (Albuquerque, Jannelli, p. 92)

Nesta passagem Fernanda nos diz como idealizou a metropole industrial do Brasil, a cidade de São Paulo, como uma ‘cidade educada, civilizada’, e logo adianta: ‘Pobre idiota’, pois quando inicia os trabalhos nessa cidade se depara com a face mais butral do preconceito a que já estava familiarizada. Por isso, essa passagem é chamativa, pois diante de tudo o que já havia passado nas

¹ O Pajubá é um dialeto de resistência e um patrimônio imaterial da comunidade LGBTQIA+, especialmente de travestis e mulheres trans brasileiras. Originado da aglutinação de termos de línguas africanas (como o iorubá e o quimbundo) com o português, o Pajubá funciona como uma tecnologia de linguagem e proteção. Historicamente, foi utilizado para codificar a comunicação em contextos de perseguição policial e marginalização, permitindo que essas populações compartilhassem informações sobre segurança e cotidiano sem serem compreendidas por agentes externos ao grupo.

² Nome que Fernanda Farias de Albuquerque assume nas zonas.

outras cidades, se destaca de modo impressionante com o estado, a população e a prática de assassinatos, onde o Estado de fato faz morrer abertamente.

Fernanda relata acontecimentos que a ditadura dizia como “questões morais e de bons costumes”, discurso aceito pela sociedade brasileira como justificativa para matança e condição para se viver ‘com liberdade’ nesse Estado, e manter as normas cisheteronormativas.



Fonte: Diário de Pernambuco (1989, p. 28).



Fonte: Diário de Pernambuco (1989, p. 28).

Esses trechos do Diário de Pernambuco, publicados em 13 de maio de 1989, meses após a promulgação da Constituição de 1988, que garantia a liberdade de expressão e de ir e vir, demonstra como o trato social com as travestis segue com as mesmas práticas de antes. A notícia notifica que 40 travestis foram detidas em avenidas de Recife e levadas para prisão, sendo depois soltas pois não havia mandados de prisão. O jornal aponta que os moradores desses locais onde as travestis estavam trabalhando se sentiam intimidados com suas presenças. E as travestis argumentam que estão trabalhando para não virar bandidas e que a ação policial as deixava cada vez mais vulneráveis.

A instituição policial vivenciada por Fernanda distancia-se drasticamente daquela que, teoricamente, deveria proteger as travestis. Enquanto as atrocidades cometidas pelo Estado permanecem, em sua maioria, ocultas ou são legitimadas pelos grandes veículos de comunicação, a sociedade civil, imersa em um modelo de organização social cisheterocentrado, acaba por naturalizar tais violências. Frequentemente, o discurso midiático e estatal instiga o ódio e autoriza, simbolicamente, processos de perseguição contra corpos dissidentes, apresentando-os como ameaças

à ordem pública. Para compreender como essa narrativa é construída, convém analisar a forma como o Estado e as travestis são representados nos registros jornalísticos da época, conforme exemplificado no trecho a seguir:



Fonte: Jornal *O Dia* (1984).

As investigações vêm se desenvolvendo em sigilo. Se houver um mandante, este será identificado, localizado e preso pela polícia. Quanto aos travestis, em sua maioria continuam frequentando as Avenidas Antônio Falcão, Conselheiro Aguiar e Boa Viagem, e são constantes as reclamações de pequenos delitos, inclusive furtos de objetos e dinheiro. O delegado João Ariolly, de Boa Viagem, vem determinando a intensificação de batidas na região, mas até agora pouco ou quase nada conseguiu de positivo. (O Dia, Rio de Janeiro, 19/11/1984)

A sigla AGS, presente no dateline da notícia ("RECIFE (AGS)", refere-se à Agência Globo de Sucursais. Durante a década de 1980, a Agência Globo mantinha uma robusta rede de sucursais em diversas capitais brasileiras, funcionando como um serviço de distribuição de notícias para jornais de outros estados que não possuíam equipe de reportagem própria em determinadas localidades. O jornal carioca "O Dia", sob a gestão de Ary Carvalho, consolidou-se como um dos principais clientes desse serviço. Como o periódico não operava uma sucursal editorial no Recife, ele utilizava o material produzido pelos repórteres da Agência Globo baseados na capital pernambucana para cobrir acontecimentos de grande impacto regional e nacional, como a série de assassinatos de travestis detalhada na reportagem. Assim, a presença da sigla confirma que o conteúdo foi produzido por uma agência parceira e publicado na edição carioca do jornal.

O trecho de jornal em questão, ao abordar a presença de travestis em áreas específicas e as reclamações de pequenos delitos, ilustra a construção do sujeito como indivíduo abjeto, uma manifestação da necropolítica no discurso midiático. Observa-se que a linguagem empregada não é neutra, mas ativa na afirmação discursiva para a marginalização e criminalização de corpos dissidentes.

Inicialmente, a generalização ‘Quanto aos travestis, em sua maioria continuam frequentando... e são constantes as reclamações de pequenos delitos’ desindividualiza e associa coletivamente a identidade travesti à criminalidade. Essa associação é um mecanismo de abjetificação, que retira o status de cidadão pleno e constrói a travesti como, ‘um problema social’, um corpo que perturba a ordem e, portanto, passível de controle e exclusão. A menção a ‘furtos de objetos e dinheiro’ reforça o estereótipo da periculosidade, justificando a intervenção Estatal.

Para as travestis, no entanto, a resposta é a necropolítica em ação: a intensificação de batidas na região pelo delegado. Essa ação policial não visa a investigação de crimes específicos cometidos por indivíduos, mas sim, o controle e a higienização de um grupo social inteiro, visto como ameaça à ordem pública.

O jornal, ao reproduzir e legitimar essa narrativa, torna-se um agente na construção de um imaginário social que permite a violência de Estado contra o indivíduo abjeto. A aparente neutralidade da notícia não esconde o discurso que contribui para a manutenção do sistema para o qual certas vidas são consideradas descartáveis e sujeitas a um controle necropolítico constante.

Os depoimento de Fernanda, entre 1982 e 1987, nos leva a entender que a violência contra as travestis toma uma forma institucionalizada a partir de 1987, com o aumento do controle policial nas zonas de prostituição e a alastração da estratégia de controle do Estado de São Paulo da qual a Operação Tarântula é exemplo. A polícia foi autorizada a perseguir, prender, torturar e matar travestis. Coube à polícia militar o extermínio das travestis. Um fato histórico lembrado por quem se aproxima de nossa temática.

É importante lembrar que durante a ditadura civil-militar foram frequentes essas perseguições, o que não significa dizer que antes não havia perseguição. Sim, havia. Não é o objetivo aqui procurar as origens, mas enfatizar que Operação Tarântula é a ponta do iceberg. É o acontecimento máximo de violência de uma repressão policial, quando vemos o Estado em ação de maneira ativa. Nas décadas seguintes, 1990, 2000, 2010, 2020 a necropolítica continua em ação, só que sob a política do “deixar morrer”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Artigo, interrogou sobre a necropolítica e suas formas de matar, a partir da Operação Tarântula, uma ação policial deliberadamente de extrema violência. Relacionou a violência do Estado e sociedade com a autobiografia de Fernanda Albuquerque, uma travesti prostituta negra, da década de 1980, visando analisar a intrínseca relação entre abjeção, necropolítica e o "fazer morrer" na violência contra corpos dissidentes. A experiência de Fernanda Farias de Albuquerque e o contexto histórico demonstram como esses conceitos operam para desumanizar, controlar e aniquilar existências marginalizadas.

A abjeção Butler(2019) manifesta-se na construção do corpo travesti como um "não-sujeito" através da estigmatização social e midiática, tornando-o alvo legítimo para a violência. Essa desumanização prévia é a base para a legitimação de atos brutais, como a tortura descrita, que visam profanar e aniquilar a dignidade.

A necropolítica Mbembe(2018) emerge como o poder soberano do Estado e seus agentes de decidir sobre a vida e a morte desses corpos abjetos. A atuação policial, exemplificada por operações como a "Tarântula", representa o braço armado do Estado que executa esse poder, resultando em genocídio e impunidade, onde vidas são descartáveis.

O “Fazer morrer” Foucault (2008), reconfigurado pelo racismo de Estado, abrange a aniquilação física e simbólica da subjetividade. A violência, os discursos de ‘limpeza social’ e a desinformação midiática são mecanismos que justificam e executam esse “fazer morrer”, buscando erradicar a identidade e a autonomia do corpo travesti para manter a ordem cisheteronormativa.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Tradução de Iraci D. Poleti. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/crimeacoescoletivas/files/2019/10/AGAMBEN-2004-Estado-de-Excec%CC%A7a%CC%83o.pdf>. Acesso em: 2 maio 2025.

ALBUQUERQUE, Fernanda Farias de; JANNELLI, Maurizio. **A Princesa: depoimentos de um travesti brasileiro a um líder das brigadas vermelhas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. 160 p. Tradução: Elisa Byington.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”**. São Paulo: n-1 edições, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

ESTÃO matando os travestis a tiro. **O Dia**, Rio de Janeiro , 19 nov. 1984.

MBEMBE, A. (2018). **Necropolítica**. N-1 Edições.

NICHOLSON, Linda. **Interpretando o gênero**. Revista Estudos Feministas, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 9, 2000. DOI: 10.1590/%x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917>. Acesso em: 24 ago. 2024.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 35. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso no Collège de France (1977-1978)**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

NASCIMENTO, Leticia **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021

SSP declara "guerra" aos travestis. **Diário de Pernambuco**, Recife, 13 maio 1989. Seção A, p. 28.

ST 02

MEMÓRIA, DIREITOS HUMANOS E TRANSIÇÕES NA AMÉRICA LATINA

COORDENAÇÃO: HERRY CHARRIERY DA COSTA SANTOS (UFPB); FERNANDA ABREU
OLIVEIRA (UERN)

CAPÍTULO VII

ENTRE A LAN HOUSE E O CANAVIAL: JUVENTUDE NEGRA, GÊNERO E A GEOGRAFIA DA MORTE NA PARAÍBA

BETWEEN THE LAN HOUSE AND THE SUGAR CANE FIELD: BLACK YOUTH, GENDER AND THE GEOGRAPHY OF DEATH IN PARAÍBA

Kelton Mark Araújo Marinho ¹

RESUMO

O trabalho analisa o feminicídio de Karolina Oliveira Gomes, adolescente negra potiguar de 16 anos, encontrada morta em um canavial no município de Capim, Paraíba, como expressão da violência de gênero e racial que fortalecem condutas de dominação e manutenção de padrões coloniais na ocultação de corpos na Zona da Mata paraibana. Com efeito, o estudo se fundamenta em autores como Sueli Carneiro, Maria Lugones e Achille Mbembe, compreendendo o corpo negro feminino como atravessado por epistemicídio insidioso e padrões coloniais de dominação. A partir de uma abordagem qualitativa e analítica, realiza-se uma leitura crítica do caso e de sua repercussão midiática, observando como a narrativa pública e institucional reforça uma masculinidade colonial que silencia e submete corpos negros femininos. Na discussão sobre memória, direitos humanos e necropolítica, busca-se compreender como o extermínio de vidas é lembrado, naturalizado ou apagado pelas estruturas de poder e pelos meios de comunicação. Sendo assim, ao recuperar o desenho criminal do caso Karolina, o trabalho reivindica a construção de uma memória coletiva que confronte o esquecimento e reafirme o papel das universidades públicas como espaços de resistência, denúncia e reconstrução simbólica da dignidade humana.

Palavras-chave: Feminicídio; Violência de gênero; Direitos humanos e Necropolítica.

ABSTRACT

This paper analyzes the femicide of Karolina Oliveira Gomes, a 16-year-old Black teenager from Rio Grande do Norte, found dead in a sugarcane field in the municipality of Capim, Paraíba, as an expression of the gendered and racialized violence that structures behaviors of domination and the maintenance of colonial patterns in the concealment of bodies in the Zona da Mata region of Paraíba. Indeed, the study draws on authors such as Sueli Carneiro, Maria Lugones, and Achille Mbembe, understanding the Black female body as permeated by insidious epistemicide and colonial patterns of domination. Using a qualitative and analytical approach, the paper conducts a critical reading of the case and its media coverage, observing how the public and institutional narrative reinforces a colonial masculinity that silences and subjugates Black female bodies. In the discussion of memory, human rights, and necropolitics, the paper seeks to understand how the taking of lives is remembered, naturalized, or erased by power structures and the media. Therefore, by recovering the criminal context of the Karolina case, this work advocates for the construction of a collective memory that confronts oblivion and reaffirms the role of public universities as spaces of resistance, denunciation, and the symbolic reconstruction of human dignity.

Keywords: Femicide; Gender-based violence; Human rights; and Necropolítica.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo analisa, de forma crítica e contextualizada, a gramática dos crimes de gênero na Zona da Mata paraibana, a partir do caso de Karolina Oliveira Gomes. Parte-se da compreensão

¹ Kelton Mark Araújo Marinho, Universidade Federal do Estado da Paraíba, Sapé, Paraíba.

de que não se trata de um episódio isolado, mas da expressão de uma racionalidade de caráter colonial no descarte de corpos negros em regiões de canavial no Nordeste, marcada pela violência sexual seguida do homicídio não apenas como ato individual de ódio ao gênero feminino, mas como performance de soberania masculina sobre os corpos das mulheres, operando como gesto pedagógico de intimidação, disciplinamento e dominação.

O assassinato de Karolina Oliveira Gomes, em 2019, constitui uma chave interpretativa para a compreensão da produção contemporânea da morte feminina negra no Nordeste brasileiro. A jovem saiu de casa para a realização de um trabalho escolar e jamais retornou com a expectativa de estudar. Entre a *lan house* e o canavial, entre o saber e a morte, constrói-se um dos retratos mais cruéis da violência de gênero racializada: não apenas a materialização de um ato criminal isolado, mas a execução de um percurso de captura, controle e eliminação, que opera como verdadeira sanção de morte sobre o corpo feminino negro.

Assim, o presente artigo tem como objetivo analisar criticamente esse caso à luz das categorias de feminicídio, necropolítica e geografia da morte, buscando compreender de que modo gênero, raça e território se entrelaçam na produção da morte de jovens negras. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com análise bibliográfica, jornalística e documental.

2. FEMINICÍDIO, GÊNERO E COLONIALIDADE NO NORDESTE BRASILEIRO

Em 2019, o caso Karolina Oliveira Gomes rompeu a bolha jornalística do Rio Grande do Norte, assim, ganhando repercussão regional não somente pela brutalidade desenhada dos fatos, mas pelo modo operacional de exposição em contexto de vulnerabilidade contínua de meninas e mulheres no Nordeste brasileiro. A jovem potiguar saiu com o desafio de realizar uma atividade escolar e foi vítima de um enredo sórdido: ardiloso, manipulador e escrito por uma pedagogia da crueldade. Dessa maneira, percebe-se que o corpo da jovem torna-se atravessado por um epistemicídio insidioso, conforme conceituado por Sueli Carneiro, isto é, o simples fato de a jovem estar realizando uma atividade acadêmica mostra-se incompatível com a lógica epistemicida que controla, vigia e regula corpos negros, especialmente quando estes ousam ocupar espaços historicamente negados. Assim, o crime não se limita à violência física, mas inscreve-se em uma estrutura que nega saberes, trajetórias e existências, Carneiro (2023, p. 127) sustenta que o controle da mobilidade social opera como mecanismo de interdição racial, produzindo reações específicas dos grupos hegemônicos diante da presença de pessoas negras em espaços historicamente reservados à branquitude.

Ou seja, o corpo da jovem se encaixa em uma lógica de controle e dominação de algo vigiado e controlado. O acusado na época, hoje condenado em regime fechado, construiu uma falsa deficiência física como estratégia de compadecimento, logo explorando a conduta de empatia da

jovem edificada pelo operador do crime. Evidenciou-se, logo, a encenação para que o agressor performance o papel de uma vítima sem poder total de mobilidade e deslocasse Karolina para o espaço escolhido por ele: o caminhão-baú — seu instrumento de trabalho e, naquele momento, o território de exercício absoluto de dominação. Desse modo, o executor ato violento, controlou o corpo da jovem, submetendo-a à violência sexual, assassinando-a em seguida e renegando seu corpo ao canavial na Zona da Mata Paraibana, na cidade de Capim na Paraíba, a cerca de 82 km de sua cidade, assim, transformando-a em mero objeto de transporte e descarte, reduzida a uma presença apagada, uma existência negada pela ação impiedosa e pelo exercício calculado de comando.

O Nordeste brasileiro, por ter recebido uma das primeiras caravelas europeias, escreve-se como um dos primeiros territórios a serem submetidos ao controle colonial europeu, não apenas como domínio geográfico, mas como regime profundo de exploração, submissão e produção de dominações. Nessa perspectiva, faz-se cabível, pois, analisar a conexão colonial em crimes de gênero no Brasil, ao analisar os traços coloniais inscritos nas mortes de mulheres negras no Nordeste brasileiro, o canavial emerge não apenas como um cenário de ocultação de cadáveres, mas como instrumento histórico de espetáculo de “soberania masculina”, isto é, como um ambiente de adoração pelo controle do espaço de punição à autonomia feminina e instrumentalização do corpo feminino, ou seja, um ambiente narrativo de submissão e controle como apresentado no caso Karolina, pois não bastou a morte, mas sim seu controle corporal é sua violação em contraste com a faces cruéis do crime de gênero, conforme jornal local, “as investigações apontam que ela foi levada pelo homem até uma estrada carroçável em Mamanguape, onde foi violentada, estrangulada e esfaqueada até a morte”. (REDAÇÃO TRIBUNA DO NORTE, 2021).

Nessa perspectiva, a violência letal contra mulheres — em especial contra mulheres negras — é compreendida como continuidade de um projeto colonial de dominação dos corpos femininos, no qual a hierarquização racial e sexual organiza a morte é a dignidade de pertence viva, assim sendo o alvo tolerável de um sistema com caráter de domínio do corpo feminino negro, assim, conforme a escritora Sueli Carneiro,

O Estado tira a vida de dois modos: pelo assassinato direto e pelo assassinato indireto, neste caso quando expõe à morte, quando multiplica os riscos de morte, quando promove a morte política dos racialmente “inferiores”. (CARNEIRO, 2023, p. 60).

Ou seja, torna mortes de meninas negras como Karolina como algo tolerável, assim sendo “normal” diante de uma lógica da morte negra enquanto permanente ao corpo social. Sendo assim, como aponta Efrem Filho, os corpos das vítimas não são socialmente evidentes, pois “não são obviamente choráveis, dignos de luto”, carecendo de legitimidade para um pranteamento coletivo, desse modo, essa lógica explica por que a morte de jovens negras, como Karolina, é de forma rápida

absorvida pela normalidade da violência, sem mobilização social ou ruptura do cotidiano (EFREM FILHO, 2017, p. 13).

Faz-se justo que o caso não seja analisado como um caso à parte, mas sim como uma vertente de caráter contínuo, isto é, como um fenômeno social. O Nordeste, enquanto território historicamente marcado pela exploração colonial, aparece, assim, como espaço em que essas dinâmicas se intensificam, revelando a permanência de lógicas coloniais na produção contemporânea da violência de gênero e raça, isto é, ao pensar na ocultação de cadáveres com um olhar criminológico, tal atitude não se torna apenas um ato, mas sim um fenômeno político de controle e uma lógica de sanção penal, não apenas por Karolina, porém pela lógica central da engrenagem do crime de gênero com requintes de crueldade no Nordeste brasileiro, assim o condenado torna-se um operador de um mandato de violência historicamente legitimado, logo a individualização judicial do crime produz aquilo que Efrem Filho denomina de “objetividade ilusória”, uma narrativa que confere coerência formal aos fatos, mas que distancia da análise o terror estrutural que os constitui o desenrolar criminal, no caso Karolina, a responsabilização penal do agressor não rompe a engrenagem colonial que autoriza a morte de corpos femininos negros (EFREM FILHO, 2017, p. 21).

3. NECROPOLÍTICA E GEOGRAFIA DA MORTE: TERRITÓRIO, CANAVIAL E OCULTAMENTO DOS CORPOS

A noção de necropolítica, formulada por Achille Mbembe, permite compreender a morte não apenas como evento biológico, mas como prática política organizada, na qual o Estado e as estruturas de poder decidem quais vidas são protegidas e quais podem ser eliminadas. Sendo não é justo que a mídia, o judiciário e o campo social compreenda o caso Karolina como um crime isolado do corpo social atual, porém como um ato de continuidade de um ciclo colonial, ou seja, parâmetros ainda escravistas ao manipular e reestruturação identidades de forma sexual, política, moral e social, assim construído o campo de “matável”.

A construção discursiva da vítima como “menina” reforça a presunção de vulnerabilidade, mas também nega sua condição de sujeito. Conforme analisa Efrem Filho, a afirmação de uma violência estrutural caminha lado a lado com a produção de um sujeito inerte e inexistente. No caso Karolina, sua trajetória, desejos e projetos são apagados, restando apenas o corpo violado (EFREM FILHO, 2017, p. 48).

No Brasil, esse poder de matar se manifesta de forma racializada e territorializada, atingindo de forma central corpos negros, pobres e periféricos. Assim, a morte deixa de ser exceção e passa a integrar uma lógica regular de gestão da população, sobretudo nos espaços historicamente marcados pela herança colonial, uma vez que a intensa região fundiária escreve um cenário hostil a corpos negros.

Nesse contexto, emerge a categoria de geografia da morte, que evidencia como a violência se distribui de maneira desigual no espaço, ou seja, certos territórios são de maneira social produzidos como zonas de risco, abandono e descarte, ou seja, campos de controle corporal. Nesse ínterim, nota-se que o campo territorial torna-se símbolo histórico da exploração colonial, por meio do canavial, do trabalho escravizado e da economia da morte, ressurge no presente como cenário de ocultamento de corpos, revelando a permanência de estruturas coloniais na organização do território nordestino. Nessa perspectiva, a ocultação de cadáveres em canaviais no nordeste brasileiro é cada vez mais tolerável e aceitável, isto é, algo tido como normal. O espaço, portanto, não é neutro: ele participa ativamente da produção da morte como elemento final de submissão sobre a construção da vítima, assim é nítido vê tais retratos em jornais regionais, “O corpo de uma mulher de 43 anos foi encontrado na tarde desta segunda-feira (28) em um canavial no distrito de Bebelândia, em Santa Rita, região metropolitana de João Pessoa”. (G1 Paraíba, 2017).

O território deixa de ser apenas cenário do crime e passa a funcionar como tecnologia de poder, onde se escolhe quem pode morrer sem comoção pública, sem mobilização política e sem resposta estatal eficaz. A escolha de determinados espaços para o ocultamento de corpos femininos negros revela uma engrenagem que articula racismo, patriarcado e desigualdade social em uma única ordem. A geografia da morte, desse modo, expõe como o poder soberano atua não apenas sobre os corpos, mas também sobre os lugares. Assim, é cabível identificar que crimes de gênero na região do nordeste brasileiro segue uma gramática de crueldade e controle masculino, sendo assim, faz-se crucial analisar o Caso Maria Alice Seabra como propulsor desse fenômeno social,

Depois disso, segundo a denúncia, ele colocou a vítima no banco de trás do veículo, para violentá-la. Nesse momento, voltou a espancá-la e asfixiá-la com o cinto de segurança do carro. A investigação assinalava que Gildo seguiu com o carro até Itapissuma, onde a estuprou. Em seguida, amputou parte do seu braço esquerdo com instrumento cortante, no local onde existia a tatuagem, deixou o cadáver em um canavial e fugiu para o estado do Ceará. (G1 PERNAMBUCO, 2015).

Assim, ao analisar o feminicídio ocorrido no canavial, compreende-se que o espaço opera como parte do próprio crime, integrando a lógica necropolítica que transforma determinados territórios em cemitérios a céu aberto da população negra. O canavial simboliza, de forma paulatina, o passado escravista e o presente de abandono, revelando que a morte de jovens negras não é um desvio do sistema, mas um de seus efeitos estruturais da violência de gênero e da misoginia.

4. MASCULINIDADES VIOLENTAS, CONTROLE E SOBERANIA SOBRE CORPOS FEMININOS

A violência contra as mulheres, especialmente contra mulheres negras, não pode ser compreendida apenas como resultado de comportamentos individuais desviantes, mas como

expressão de um modelo social de masculinidade hegemônica, estruturado na dominação, no controle e na hierarquização dos corpos. Essa masculinidade é construída de forma histórica como projeto de poder, no qual a afirmação do ser masculino ocorre pela negação da autonomia feminina, assim sendo não basta apenas a morte, mas sim uma pena mortal, isto é, a morte, a violência sexual, o silenciamento como formas agressivas de soberania e domínio, ou seja, uma violência simbólica como delineia Pierre Bordieu, “a dominação masculina encontra, assim, reunidas todas as condições de seu pleno exercício”. (BOURDIEU, 2019, p.45).

Nesse sentido, a masculinidade violenta opera como forma de soberania privada, por meio da qual o agressor se arroga o direito de controlar a sexualidade, os deslocamentos, os afetos e, em última instância, a vida da mulher. O corpo feminino é transformado em território de disputa, punição e demonstração de poder. O feminicídio, nesse quadro, não representa um “excesso”, mas a culminância de uma lógica de controle que já se manifestava em práticas cotidianas de violência simbólica, psicológica e física.

A violência sexual, quando presente nos crimes de feminicídio, reforça ainda mais essa lógica de dominação soberana sobre o corpo da mulher. O ato não se reduz a uma satisfação individual do agressor, mas assume caráter político, na medida em que comunica poder, submissão e destruição da dignidade do corpo feminino. Trata-se de uma pedagogia da crueldade, que educa pela dor e pela morte, conforme o historiador Achille Mbembe, “A soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é “descartável” e quem não é”. (MBEMBE, 2018, p. 41).

Assim, o corpo feminino negro se torna o espaço onde se inscrevem de forma opressiva as marcas do racismo, do patriarcado e da colonialidade. A masculinidade violenta, nesse contexto, não apenas mata, mas produz sentido: ela comunica quem manda, quem pode ocupar o espaço público e quem deve ser silenciado. O feminicídio, portanto, não é apenas um crime contra uma mulher específica, mas um ato político de reafirmação de um regime de poder sobre corpos femininos racializados. Isso porque, como afirma Maria Lugones, mulheres de cor são historicamente construídas como hipersexuais e, por isso, não reconhecidas como sujeitas dignas da proteção sexual e social conferida às mulheres brancas de classe média (HOLLANDA, 2020, p. 77). Essa lógica colonial ajuda a compreender por que o corpo de Karolina pôde ser violado, descartado e silenciado sem que sua morte provocasse ruptura no pacto social.

5. NARRATIVA, MEMÓRIA E DISPUTA DE SENTIDO SOBRE A MORTE DE JOVENS NEGRAS

A espetacularização construída pela mídia desenha narrativas públicas sobre crime de gênero não neutras, tampouco informativas, mas sim um caráter sensacionalista que observa o crime apenas

como um ato isolado, ou seja, com foco apenas em uma captura processual e espetacularizado do fato, centrada em substancial parte na prisão do acusado, nos laudos periciais e na dor da família da vítima, mas nunca com um olhar com perspectiva racializada e feminista.

As investigações apontam que ela foi levada pelo homem até uma estrada carroçável em Mamanguape, onde foi violentada, estrangulada e esfaqueada até a morte. No curso das investigações, o corpo foi encontrado dia 7 de agosto. (REDAÇÃO TRIBUNA DO NORTE, 2021).

A narrativa midiática não refere-se à dimensão racial da vítima e os padrões de negativa ao corpo negro. Assim, apagando o fato de que a violência letal no Brasil incide de forma desproporcional sobre identidades negras, ou seja, tal silenciosamente não é casual, mas um modelo histórico programado. As narrativas públicas sobre o crime não apenas descrevem a violência, mas a produzem simbolicamente. Como observa Efrem Filho, gênero e sexualidade operam na tessitura dessas narrativas, ao mesmo tempo em que são por elas constituídas, em articulação com raça, classe e território, isto é, a cobertura midiática do caso Karolina, ao ignorar tais marcadores, contribui para a naturalização da morte feminina negra, tornando-se como algo corriqueiro. (EFREM FILHO, 2017, p. 43).

O enquadramento do agressor como sujeito único, desvinculado das estruturas históricas e sociológicas que edificam a violência de gênero. Ao reportar o crime como efeito exclusivo de uma ação individual, a mídia contribui para ocultar o papel do patriarcado, do racismo estrutural e da colonialidade na produção mortal, esvaziando o fenômeno de sua dimensão racializada.

Evidencia-se o uso de linguagem sensacionalista e exposição de detalhes dolorosos a aspecto familiar, em reportagens que descrevem de forma fria e técnica os atos de violência sexual identificados no laudo pericial oferecido pelo Instituto de Medicina Legal. Em reportagem veiculada por uma emissora local, por exemplo, é explicitada a existência de “relações vaginais”, em um recorte discursivo que, embora comum na criminologia, produz revitimização simbólica, ao transformar a dor em espetáculo e ferir de forma descompensada a dignidade da vítima e de sua família. Tal abordagem reafirma o que Mbembe conceitua como necropolítica, na medida em que o corpo morto continua sendo objeto de exposição, controle e desumanização.

Além disso, observa-se a ausência de vozes acadêmicas, comunitárias e territoriais capazes de contextualizar o crime como expressão de um fenômeno estrutural de violência de gênero atravessado por marcadores raciais e espaciais. Tal silenciamento discursivo contribui para a redução do assassinato de Karolina a um mero “caso policial”, esvaziando-o de sua densidade social, histórica e política. Nesse mesmo sentido, a cobertura midiática privilegiou a exposição de aspectos processuais e periciais — inclusive com a explicitação de elementos de natureza sexual, como a menção a “relações vaginais” — em detrimento de uma problematização crítica mais ampla, o que reforça

processos de revitimização simbólica e a espetacularização da dor. Sem desconsiderar o caráter processual, observa-se que o julgamento no caráter de defesa do réu incorporou narrativas morais que deslocaram o foco da violência sofrida pela vítima. A construção da jovem como suposta “amante” do acusado revela a operação de estereótipos de gêneros como critérios implícitos de interpretação dos atos processuais, de forma a constituir uma possível neutralidade da decisão judicial. Tal dinâmica dialoga com a crítica formulada por Pereira (2024, p. 33–34) aponta que decisões judiciais frequentemente incorporam estereótipos de gênero como critérios implícitos de valoração probatória, fazendo com que julgadores, a partir de parâmetros morais e sociais subjetivos, utilizem tais estigmas como filtros interpretativos, o que contribui para a reprodução de padrões patriarcais no âmbito do senso comum judicial.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse contexto, a imputação de papéis morais à vítima não apenas fragiliza a leitura jurídica do caso, mas reforça estruturas simbólicas que regulam e controlam os corpos e as condutas femininas no âmbito do sistema de justiça. Assim, torna-se não apenas legítima, a recusa ao esquecimento do caso Karolina Oliveira Gomes. À luz do entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, segundo o qual é incompatível com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 a invocação de um suposto “direito ao esquecimento” que obstem a divulgação de fatos verídicos e lícitamente obtidos, compreende-se que a permanência da memória pública sobre crimes dessa natureza constitui exercício legítimo da liberdade de informação e expressão (STF, Plenário, RE 1.010.606/RJ, Tema 786, Rel. Min. Dias Toffoli, j. 11 fev. 2021).

Infere-se, portanto, a retomada crítica do desenho criminal e de sua circulação midiática não opera como mera reinscrição da violência, mas como gesto político de ruptura com os regimes de apagamento que de maneira histórica incidem sobre corpos negros femininos. Desse modo, como conceitua Santos,

quando os horrores praticados pela máquina do Estado são refutados por versões que recusam reconhecer a veracidade da violência de Estado, não negam apenas a validade dos testemunhos das vítimas, mas também falseiam a produção historiográfica sobre essas realidades, revelando, portanto, uma intrincada relação entre memória, esquecimento, história e direitos humanos que precisa ser discutida e problematizada à luz desse passado traumático. (SANTOS, 2023, p. 28).

Nesse campo, a memória torna-se o campo propulsor do não esquecimento, porque ao invés de reproduzir o espetáculo da morte, o trabalho inscreve a memória no campo da responsabilidade coletiva, tensionando as formas pelas quais o poder colonial naturaliza o desaparecimento simbólico de vidas desenhadas para a morte, logo reivindicar o não esquecimento, portanto, não significa legitimar excessos narrativos, mas afirmar que a memória, quando ancorada nos marcos

constitucionais da dignidade da pessoa humana, da honra e da imagem, pode atuar como instrumento de justiça simbólica, de afirmação dos direitos humanos e de enfrentamento às racionalidades necropolíticas que sustentam o silenciamento e a desumanização do apenas ato de existir.

REFERÊNCIA

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Tradução de Maria Helena Kühner. São Paulo: Difel, 2019.

CARNEIRO, Sueli; VON RANDOW, Elisa; FRATESCHI, Yara. Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. São Paulo: Zahar, 2023.

EFREM FILHO, Roberto. A reivindicação da violência: gênero, sexualidade e a constituição da vítima. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 50, 2017, e175007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8650724/16889>. Acesso em: 15 dez. 2025.

G1 PARAÍBA. Corpo de mulher é encontrado em canavial de Santa Rita. Santa Rita, 28 ago. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/corpo-de-mulher-e-encontrado-em-canavial-de-santa-rita-na-grande-joao-pessoa.ghtml>. Acesso em: 15 dez. 2025.

G1 PE. Padrasto é condenado por estuprar e matar enteada. Pernambuco, 22 maio 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/padrasto-acusado-de-estuprar-e-matar-maria-alice-seabra-e-condenado-a-35-anos-de-prisao.ghtml>. Acesso em: 15 dez. 2025.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

PEREIRA, Janayna Nunes. Decisão judicial na perspectiva de gênero. São Paulo: Editora Porta, 2024. E-book.

SANTOS, Herry Charriery da Costa. O Supremo Tribunal Federal e a Lei de Anistia: uma análise da decisão da ADPF nº 153 e as disputas de memórias sobre o passado violento – Brasil (1964–1985). 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2023.

TRIBUNA DO NORTE. Caso Karol: caminhoneiro é condenado por estupro e homicídio. *Tribuna do Norte*, 2 dez. 2021. Disponível em: <https://tribunadonorte.com.br/natal/caso-karol-caminhoneiro-e-condenado-a-30-anos-de-prisao-por-estupro-e-homicidio/>. Acesso em: 15 dez. 2025.

CAPÍTULO VIII

O ANTICOMUNISMO BOLSONARISTA E A DESLEGITIMAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

Renata Cavalcante Cordeiro
Clara Freitas Santos

RESUMO

O artigo analisa como, no bolsonarismo, a cidadania esteve em constante ataque a partir da ridicularização dos direitos humanos, que se baseando em uma política anticomunista, esvaziada de significado material, coloca o comunismo como uma ameaça a ser combatida. Jair Bolsonaro, com um forte discurso violento e anticomunista, chega na presidência do país como uma alternativa, proposta pela autocracia burguesa, aos partidos tradicionais de direita que não conseguiram alcançar números consideráveis nas eleições presidenciais de 2018. O anticomunismo aparece aqui não só em oposição ao comunismo, mas como uma verdadeira ideologia política que age na tentativa de criar um inimigo interno, desviando o conflito de classes e deslegitimando os direitos humanos como instrumentos de atuação dos comunistas. Dessa forma, a pesquisa tem por objetivo analisar como a atuação bolsonarista contribuiu para a perpetuação do senso comum em torno da ciência política do comunismo e negação dos direitos humanos. Para isso, a pesquisa usa do apoio de clássicos textos sobre os assuntos propostos, além de realizar uma análise de postagens retiradas da rede social “X”, do perfil do ex-presidente, seguindo ferramentas metodológicas específicas para tratar de fontes advindas da internet. Assim, revendo essas publicações, é perceptível que, no bolsonarismo, os direitos humanos, que deveriam ser fundados na universalidade e na proteção da dignidade, são recodificados como instrumentos de “subversão”.

Palavras-chave: Bolsonarismo. Anticomunismo. Direitos Humanos.

1. INTRODUÇÃO

O anticomunismo surge em 1917 com a ascensão dos bolcheviques na Rússia, entretanto, antes mesmo já se circulavam ideias anti-esquerda e ataques ao socialismo, comunismo e anarquismo, no entanto, somente com a tomada do poder pelo partido de Lenin, que vemos o anticomunismo com formas definidas de um fenômeno com grande impacto público. Com isso, “a caracterização do comunismo soviético como uma experiência perversa constitui-se num dos principais elementos do argumento central nos esforços de dificultar a disseminação das ideias comunistas no Brasil” (Motta, 2020, p. 30). Em suma, o anticomunismo no Brasil une elementos internos a influências externas, resultando em uma combinação de fatores que variam de acordo com a conjuntura histórica.

Ainda sob a luz de Motta (2020), seria mais adequado tratarmos de anticomunismos, no plural, uma vez que esse não constituiu uma pauta homogênea, na verdade, o único ponto de união é a recusa ao comunismo, nos demais fatores que estão associados, impera a heterogeneidade. No que tange a fundamentação doutrinária e ideológica do anticomunismo, ela provém de três matrizes estruturantes: catolicismo, nacionalismo e liberalismo. Apesar deste trabalho se reter mais especificamente a última,

a título de contextualização e análise de conjuntura, é preciso se debruçar um pouco sobre cada um desses pilares.

Em relação ao liberalismo, econômico e político, a recusa ao comunismo reside primordialmente na questão em torno da destruição da propriedade privada, mas também, em um suposto comprometimento da burguesia com as “liberdades democráticas”¹. Na dimensão política do liberalismo, frequentemente se coloca o comunismo como uma antítese da liberdade democrática.

Para a Igreja Católica, o desafio comunista tinha origem na eterna luta entre o bem e o mal, sendo assim, uma tentação do Satanás. Os ideais comunistas, que vão além da revolução social e econômica, desafiavam diretamente a moral cristã, por isso, o catolicismo estabelece um compromisso básico com o anticomunismo. Apesar disso, existiam sim dissidências na Igreja, que desempenharam papéis fundamentais, por exemplo, na luta contra a ditadura, porém, com o surgimento dessa “esquerda católica”, ligada à teologia da libertação, a visão do comunismo como ameaça direta à religião se intensificou. Essa heterogeneidade dentro do catolicismo foi apontada por Gramsci (1978), “toda religião, inclusive a católica [...], é na realidade uma multidão de religiões distintas, frequentemente contraditórias: há um catolicismo dos camponeses, um catolicismo dos pequeno-burgueses e dos operários urbanos” (Gramsci, 1978, p. 144).

Já o nacionalismo², tendo como fundamento central a visão da nação enquanto um conjunto orgânico superior a conflitos sociais, enfatizava a defesa da ordem, tradição e centralização. Nesse contexto, o comunismo é colocado como uma variável que ameaça essa ordem, destruindo a unidade nacional, uma vez que fomentava a mobilização por meio da luta de classes, “a atuação política dos comunistas era execrada, pois eles incentivavam a divisão ao enfatizarem as lutas opondo os grupos sociais [...] afinal, a entidade nacional era como um corpo orgânico, a divisão o levaria à morte” (Motta, 2020, p. 55). Essa questão ficava ainda mais evidente, quando se analisava o caráter internacionalista no pensamento marxista, de que o trabalhador não teria uma pátria, o objetivo seria revolucionar o mundo inteiro, a partir da célebre frase de Marx e Engels (1963) “trabalhadores do mundo, uni-vos”.

Dessa forma, o internacionalismo comunista se colocava na direção oposta a unidade nacional, que deveria estar acima de quaisquer ideais, os comunistas seriam assim, agentes de uma potência estrangeira, tornando-os traidores do Brasil. Essa união “sagrada” na nação foi utilizada como justificava, por diversos aparelhos ideológicos de Estado – jornalistas, religiosos, militares e

¹ Coloco entre aspas, pois a democracia defendida pela classe dominante, não apresenta o direito à liberdade democrática plena para a classe trabalhadora, como coloca Lenin (2017) “A sociedade capitalista não nos oferece senão uma democracia mutilada, miserável, falsificada, uma democracia só para os ricos, para a minoria” (2017, p. 52)

² Me refiro aqui ao nacionalismo de origem conservadora elaborado no século XIX, principalmente associado ao romantismo alemão, e não a aspectos nacionalistas que muitas vezes foram defendidos pelos próprios comunistas, como a afirmação do Estado enquanto fiador da soberania brasileira diante do capitalismo imperialista.

empresários – no período anterior ao golpe de 1964, para que o Brasil se unisse contra o comunismo, ou seja, uma ação marcadamente anticomunista, e posteriormente utilizada e amplamente defendida, no lema do governo Bolsonaro “Deus acima de tudo e Brasil acima de todos”.

Na tentativa de resgatar o tema sobre anticomunismo para estudar casos recentes da história política do país, o trabalho presente é importante no que diz respeito à atribuição desse movimento para a figura de Jair Messias Bolsonaro, presidente da República do Brasil entre 2019 e 2022, que, ancorado em um partido de extrema direita, usava do instrumento do discurso anticomunista para justificar suas agressões quanto aos direitos humanos básicos da sociedade.

Por isso, a pesquisa tem a finalidade de analisar – dentro do possível, visto que se trata de um artigo científico com paginações limitadas – a atuação bolsonarista no que tange à negação dos direitos humanos com essa articulação de *caça* aos comunistas, arma política já visada e recorrente na história do país.

Metodologicamente, a pesquisa do trato de fontes elaborada por Gramsci (2001) é pertinente ao estudo, pois, indica uma análise crítica de diversos fatores externos e internos que podem moldar determinado documento histórico. Mesmo que as fontes aqui usada sejam recortes da rede social “X”, artefato não contemporâneo aos estudos gramscianos, suas indicações ainda são válidas pois assim como a imprensa burguesa analisada por este, as redes sociais hoje desempenham grande parte dessa função de informar e compartilhar notícias e posicionamentos, porém, assim como os periódicos, elas não possuem neutralidade e agem como instrumentos da classe dominante nesta imensa disputa de posições.

Um dos exemplos clássicos disso foi a atuação da imprensa brasileira na década de 80, principalmente em anos eleitorais, com discursos partidários neoliberais em prol de um consenso ideológico específico, ainda que se apresentasse como neutra e objetiva. Contradição esta ainda possível de perceber atualmente, como os casos de redes sociais beneficiando algoritmos de Direita, por exemplo. Nesse sentido, Sodré (2011) é direto ao afirmar que a imprensa é burguesa, pois desde o início do século passado ela direciona o consumidor para o objetivo já citado de formar consenso ideológico com a grande burguesia.

Mesmo se tratando de uma metodologia de pesquisa relativamente nova, com o apoio de historiadores já citados e se baseando nos estudos dos novos pensadores do que seria a *História Pública*, novos artigos estão sendo publicados com a característica comum de analisar fontes novas para o ofício do historiador. Quanto ao “X” especificamente, é uma rede social de grande alcance e que tem uma comunicação simplificada, em que prevalece o uso de frases curtas em uma única publicação. O perfil de Jair Bolsonaro no aplicativo é frequentemente lembrado por seu conteúdo ácido, mesmo quando era o presidente vigente, a linguagem era, na maior parte das vezes, informal e

servia como propagação de suas falas extremamente problemáticas, o que será analisado, em partes, no trabalho presente.

2. ASCENSÃO E ATUAÇÃO BOLSONARISTA

Para realizar essa breve discussão, que tem uma forte densidade histórica, se utiliza aqui principalmente o pensamento de Marcelo Badaró Mattos, também contando com as contribuições de Michael Lowy e Armando Boito, pensadores responsáveis por elucidar a situação vivida pelo país com a chegada ao poder por parte de Jair Bolsonaro.

Com a virada do século, o primeiro operário advindo da classe baixa conseguiu subir para o patamar de presidente da República e desenvolver políticas consideradas progressistas e de grande valia no cunho social. Ainda que governando conforme os limites da democracia liberal, o diferencial de Luís Inácio Lula da Silva se deu a partir das mudanças consideráveis no estilo de governar que vinha se tomando no país desde a redemocratização.

Entretanto, em 2008, em seu segundo mandato como presidente, uma crise financeira do capitalismo se instalou, impactando principalmente os países subdesenvolvidos e emergentes, o que era o caso do Brasil. A economia teve uma queda brusca, causando desemprego e marginalização, afetando com mais fervor as classes subalternas.

Tal cenário dificultou a eleição da sucessora petista de Lula, porém Dilma Rousseff conseguiu alcançar o cargo executivo, tarefa que foi mais dificultosa em 2014, em que teve sua reeleição mais acirrada após uma queda nos votos. As Jornadas de Junho de 2013 são decisivas para entender a ascensão do que seria depois o bolsonarismo, considerando que posterior a isso as manifestações contrárias ao governo do PT foram respaldadas, antes de tudo, pelo apoio das organizações de direita e da classe burguesa.

O golpe de 2016 contra a presidência de Dilma Rousseff detém justamente essas características burguesas e, em alguns casos, extremistas e conservadoras, pois todo o processo foi financiado pelos partidos de direita que era maioria no Congresso naquele período, além disso, também teve forte apoio dos meios midiáticos e por parte do judiciário, sendo assim,

Esse golpe de Estado, pela dinâmica que o tornou possível e pelas suas consequências, mudou profundamente o processo político brasileiro. Ele colocou em movimento forças conservadoras e antidemocráticas até então adormecidas, desacreditou o voto popular, ensejou o retorno dos militares como atores políticos de primeiro plano, judicializou de modo extremado os conflitos políticos, estimulou conflitos entre os ramos e instituições do Estado e desacreditou a democracia. (Boito, 2020. p. 9)

Boito assim, explica que, mais uma vez, os políticos profissionais da burguesia desacreditaram da legitimidade de seu próprio sistema de votação, abrindo margem para que o judiciário e o militarismo pudessem assumir o controle do plano político, aqui, os partidos tradicionais perderam espaço, principalmente após a falta de popularidade do governo golpista de Michael Temer em diversos setores, principalmente no que se trata de medidas em defesa do capital sobre as necessidades da classe trabalhadora, a exemplo da Reforma Trabalhista – responsável pelo aumento da precarização do trabalho –, Congelamento dos Gastos Públicos e a promoção de uma grande agenda de privatizações.

Com a forte diminuição das proteções sociais, Temer não manteve uma forte adesão do eleitorado, porém foi aclamado pela grande imprensa burguesa, que, aprovou e incentivou as reformas neoliberais,

Essa imprensa publicou inúmeras matérias alarmistas sobre o risco que a eleição presidencial de 2018 poderia significar para a continuidade da política econômica neoliberal. Ou seja, a burguesia passou a perceber a democracia como estorvo e perigo. (...). A situação era tal que muito se assemelhava ao tipo de crise que precede a formação de governos fascistas (Boito, 2020, p. 29).

Mesmo com o apoio da grande mídia, o enfraquecimento do Governo Temer se deu ao ponto dos partidos tradicionais vinculados à burguesia não chegarem com força considerável para as eleições de 2018, gerando uma crise de representatividade. Nesse cenário, com a hegemonia política da burguesia em perigo, estes mesmos optaram por *convocar o diabo*, expressão explicada por Gramsci (1978) para descrever momentos em que atitudes fascistas são tomadas como *instrumento* de reação contra a classe trabalhadora, mas este se desencadeia ao ponto de não se deixar mais dominar pelos partidos tradicionais, seguindo por conta própria.

Nesse sentido, é possível perceber como Jair Bolsonaro ascende para a campanha de 2018, mesmo com seu discurso recheado de violência, homofobia, machismo, racismo e apelo ao período ditatorial enfrentado pelo país no século passado. Logo,

Podemos perceber, portanto, que a chegada de Bolsonaro ao poder ocorreu em uma combinação de crises no plano econômico, político e social, na qual a legitimidade de um determinado padrão de «gestão» da dominação de classes se viu profundamente abalada (Mattos, 2020).

No mesmo artigo, Badaró Mattos explica como a falta de representatividade apresentada anteriormente se coloca como uma crise orgânica complexa, que tem seus precedentes fincados na história do país onde dominou a autocracia burguesa até então.

Nesse cenário de eleições, o papel midiático é imprescindível, pois fica a cargo deste mediar os debates, expor planos de governo, entrevistar candidatos e despender grande parte de seu horário para abordar a pauta. A construção da hegemonia na contemporaneidade cada vez mais se baseia em

disputas ideológicas e culturais que influenciam e condicionam o imaginário social, a opinião pública, os sentidos de compreensão da realidade e as decisões eleitorais. (Moraes, 2016)

Os maiores veículos de imprensa, ligados à burguesia tradicional, não escondiam o forte apelo ao candidato à presidente da república Geraldo Alckmin, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) — também reconhecido como *tucano*, clássico partido do liberalismo econômico brasileiro, tendo como políticos Fernando Henrique Cardoso, José Serra, Aécio Neves e outros, sendo esses os principais adversários do petismo até a chegada de Bolsonaro como alternativa ao poder. Porém, mesmo com seu discurso antipetista e com claros projetos que representavam os interesses da Direita, Alckmin despencava nas pesquisas eleitorais daquele ano que já estava polarizado entre Haddad, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), e Bolsonaro, pelo Partido Social Liberal (PSL).

Ainda que o que viria a se tornar presidente da República tivesse grande apoio da maior parte da classe burguesa, este só conseguiu chegar à cadeira da presidência devido à conquista da adesão dos setores populares da sociedade. Mantendo o conservadorismo nos costumes, usando elementos religiosos — principalmente se referindo às igrejas pentecostais —, defendendo o discurso anticorrupção, entre outros assuntos clássicos referentes à Direita, incluindo as promessas de campanha sobre o desmembramento das regulamentações ambientais em prol dos grandes latifundiários, divulgação de pensamentos machistas, apoio ao armamento legal, forte discurso religioso e o mantra anticomunista aqui discutido.

3. DIREITOS HUMANOS X BOLSONARISMO

A relação entre o bolsonarismo e os Direitos Humanos caracteriza-se por um processo sistemático de deslegitimação e de esvaziamento teórico. Com isso, os Direitos Humanos são frequentemente apresentados como um entrave à ordem social, associados à defesa da criminalidade ou identificados como expressão de uma suposta agenda ideológica de esquerda. Essa construção não apenas distorce o caráter universal dos direitos humanos, mas também contribui para a produção de consensos conservadores, nos quais a violação de direitos passa a ser socialmente tolerada ou mesmo legitimada dentro do próprio plano de governo.

Ademais, o bolsonarismo articula um projeto político que combina os pilares do anticomunismo, como a esfera liberal que articula ações neoliberais no campo econômico com a intensificação de ações conservadoras e reacionárias no plano do nacionalismo e catolicismo. Sob esse ponto de vista, direitos sociais são frequentemente redefinidos como privilégios indevidos, enquanto a responsabilização individual substitui a compreensão estrutural das desigualdades. Tal reconfiguração contribui para a corrosão e restrição do próprio sentido de direitos humanos enquanto conquistas históricas coletivas.

Por fim, a negação dos Direitos Humanos no bolsonarismo deve ser compreendida como um instrumento político de coesão ideológica e controle social. Ao mobilizar a desinformação e a polarização, especialmente por meio das redes digitais, esse projeto constrói inimigos internos e redefine os limites da legitimidade democrática. Os Direitos Humanos, longe de constituírem um consenso normativo, emergem, assim, como um campo de guerra de posições, na luta política contemporânea no Brasil, como teorizou Gramsci, “na guerra de posições, é necessário o trabalho de minar as posições adversárias e construir posições alternativas dentro da sociedade civil, que é o terreno onde a hegemonia se constitui e se consolida” (Gramsci, 2022, p. 123).

4. PUBLICAÇÕES BOLSONARISTAS NO X

No trato das fontes, uma série representativa foi feita com cerca de quinze publicações de Jair Bolsonaro na rede social especificada, porém, para o artigo científico presente uma nova seleção foi feita com apenas dois exemplos de como o presidente se portava mediante seus milhares de seguidores no X.

A primeira publicação selecionada, datada de Setembro de 2016, Jair Bolsonaro estava em seu sétimo mandato como deputado federal e já teria votado a favor do impeachment que retirou Dilma Rousseff da presidência do país, homenageando o coronel Ustra – militar responsável por parte das torturas realizadas na ex-presidente durante o período de Ditadura Empresarial Militar – em seu discurso.

Divulgando uma notícia identificada em um blog redigido por Albino Oliveira Filho, que constava uma imagem de alunos do Ensino Médio em uma escola estadual do Ceará realizando uma pose militar com os escritos “Bolsonaro 2018” no quadro da sala de aula. Ainda dois anos antes das eleições que o consagraram presidente, Bolsonaro começava com a divulgação sutil de sua campanha ancorada no público jovem, reivindicando o fim da *doutrinação comunista* nas escolas públicas do país, discussão que estava em alta nas alas de Direita durante a conjuntura do período datado.

Figura 1 - Publicação de Bolsonaro em 2016



Fonte: Perfil de Jair M. Bolsonaro no X

Prosseguindo para o ano de 2022, último ano de seu mandato e das eleições na qual saiu derrotado para Luís Inácio Lula da Silva, o presidente aproveita do tema sensível do genocídio de Israel com o povo palestino para dizeminar o discurso de que as denúncias contrárias ao sionismo

são, necessariamente, antisemitas. Relação já superada entre os debates especializados nessa discussão que expõem as divergências possíveis entre as entidades que defendem o “Estado” de Israel e movimentos judaicos.

Entretanto, ciente de que os partidos e movimentos de Esquerda são os pioneiros nas denúncias contra os atos violentos israelenses, Jair Bolsonaro realiza para seus seguidores, nesta publicação infeliz, uma comparação entre o Comunismo e Antissemitismo, como se ambos fossem indissociáveis e comparáveis, os colocando em uma mesma escala que merece ser vencida por *nossas leis*, neste cenários, as leis são as propagadas pelo neofascismo contemporâneo.

Figura 2 - Publicação do presidente Bolsonaro em 2022



Fonte: Perfil de Jair M. Bolsonaro no X

5. CONSIDERAÇÕES

Em suma, esse artigo buscou analisar o papel do anticomunismo no interior do projeto político bolsonarista, destacando sua função central na deslegitimação dos Direitos Humanos e na construção de um inimigo interno capaz de reorganizar consensos sociais em um contexto de crise orgânica do capitalismo brasileiro. Ao longo da análise, foi possível demonstrar que o anticomunismo mobilizado por Jair Bolsonaro não se sustenta em uma compreensão material ou teórica do comunismo enquanto projeto político, mas opera como uma ideologia difusa, esvaziada de conteúdo concreto e instrumentalizada para fins de controle social e político.

Nesse sentido, o bolsonarismo atualiza tradições históricas do anticomunismo brasileiro, articulando elementos do liberalismo econômico, do nacionalismo autoritário e do conservadorismo religioso. Tal combinação possibilita a redefinição dos Direitos Humanos como instrumentos de “subversão”, associados à criminalidade, à esquerda política e à corrosão dos valores morais, contribuindo para sua ridicularização no senso comum e para a naturalização de práticas estatais violentas e excludentes. A partir dessa lógica, direitos universais são convertidos em privilégios indevidos, enquanto desigualdades estruturais são tratadas como resultados de falhas individuais.

A análise das publicações de Jair Bolsonaro na rede social X evidenciou como essa estratégia discursiva se materializa na comunicação política digital, marcada por simplificações, polarizações e

apelos emocionais. As redes sociais, nesse contexto, operam como aparelhos fundamentais na difusão do anticomunismo contemporâneo e na consolidação de uma guerra cultural permanente, na qual os Direitos Humanos figuram como um dos principais alvos. Tal dinâmica reforça a importância de compreender essas plataformas como fontes históricas legítimas, capazes de revelar práticas políticas, disputas ideológicas e mecanismos de produção de consenso.

Por fim, compreende-se que a negação dos Direitos Humanos no bolsonarismo não constitui um efeito colateral ou uma retórica ocasional, mas um elemento estruturante de seu projeto político. Trata-se de uma estratégia consciente de reorganização da dominação de classe, que desloca o conflito social para o plano moral e cultural, obscurecendo as contradições materiais do capitalismo e enfraquecendo os fundamentos democráticos. Assim, os Direitos Humanos emergem não como um consenso normativo, mas como um campo de disputa central na guerra de posições contemporânea.

REFERÊNCIAS

- Boito, Armando. **Neofascismo e neoliberalismo no Brasil do Governo Bolsonaro** in Observatório Latinoamericano y caribeno, v.4. 2020.
- Fernandes, Florestan. **Democracia e Desenvolvimento**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994
- Gramsci, Antonio. **Cadernos de cárcere (vl.2)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- Gramsci, Antonio. **Cadernos do Cárcere Vol. 2: os intelectuais, princípio educativo e jornalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024
- Gramsci, Antonio. **Cadernos do Cárcere Vol. 3: Maquiavel e notas sobre o Estado e a política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022
- Lenin, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução: O que ensina a experiência das revoluções de 1848 e 1871**. Tradução de Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2017.
- Marx, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2005
- Mattos, Marcelo Badaró. **Governo Bolsonaro: Neofascismo e Autocracia Burguesa no Brasil**. São Paulo: Usina Editorial, 2020.
- Moraes, Dênis de. **Crítica da mídia e hegemonia cultural**. Mauad X : Faperj. Rio de Janeiro, 2016.
- Motta, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda Contra o Perigo Vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 2. ed. Niterói: Eduff, 2020
- Sodré, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Porto Alegre: EdipucRS, 2011.

BOLSONARIST ANTI-COMMUNISM AND THE DELEGITIMIZATION OF HUMAN RIGHTS IN BRAZIL

ABSTRACT

The article analyzes how, under Bolsonaroism, citizenship has been under constant attack through the ridicule of human rights, which—based on an anti-communist policy emptied of material meaning—frames communism as a threat to be fought. Jair Bolsonaro, with a strongly violent and anti-communist discourse, rose to the presidency as an alternative proposed by the bourgeois autocracy to traditional right-wing parties that failed to achieve significant results in the 2018 presidential elections. In this context, anti-communism appears not only as opposition to communism itself, but as a genuine political ideology that seeks to create an internal enemy, diverting the class struggle and delegitimizing human rights as instruments of communist action. The research, therefore, aims to analyze how Bolsonaroist practices contributed to the perpetuation of common-sense notions surrounding the political science of communism and the denial of human rights. To this end, the study draws on classical texts addressing these topics, as well as an analysis of posts taken from the social media platform “X,” from the former president’s profile, following specific methodological tools for working with internet-based sources. Thus, upon reviewing these publications, it becomes evident that within Bolsonaroism, human rights—supposedly founded on universality and the protection of human dignity—are recoded as instruments of “subversion.”

Keywords: Bolsonaroism. Anti-communism. Human Rights.

CAPÍTULO IX

REPARAÇÃO DAS MEMÓRIAS INDÍGENAS BRASILEIRAS: READEQUAÇÃO DAS NARRATIVAS EXPOSITIVAS E ESPAÇOS DE SABERES DA EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL NO MUSEU PEDAGÓGICO DA UESB

Tayara Barreto de Souza Celestino¹

RESUMO

O artigo objetiva apresentar o Museu Pedagógico da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) em narrativas de reparação de memórias indígenas e reconstrução de memórias narradas através das falas dos próprios indígenas, encontradas em espaços de exposição que reposicionam narrativas sobre processos de colonização brasileira. Para análise e reflexão deste artigo, foi investigado em campo empírico a exposição “Povos Indígenas e Livros Didáticos no Brasil”, organizada por professores e pesquisadores da UESB, dispostas no Museu Pedagógico da UESB e Casa Padre Palmeira. A exposição foi desenvolvida com a intenção de trazer narrativas comunicadoras a respeito de livros didáticos sobre a temática indígena brasileira, trazendo contrapontos nos livros didáticos, na literatura e na arte, fazendo repensar processos de colonização com a reorganização destas memórias indígenas com seus relatos pessoais e ancestrais. A medida contribui com a reparação do ponto de vista dos direitos humanos na América Latina de narrativas históricas destes povos e faz ressurgir novas formas de se entender a cultura e as identidades indígenas. Estes lugares oficiais que afirmam a memória como os museus em exposições e salas de aula podem ser modificados através de novas formas de expor e ver o mundo para a inclusão e reparação e inserindo-se na perspectiva da decolonialidade.

Palavras-chave: Museus pedagógicos. Memórias indígenas. Direitos Humanos. Decolonialidade.

1. INTRODUÇÃO

O artigo apresenta questões sobre a reparação da memória indígena brasileira narrada a partir da exposição de curta duração encontrada no Museu Pedagógico da UESB em Vitória da Conquista no território da Bahia. Trata-se de uma exposição que foi disponibilizada em uma sala destinada para apresentar textos, imagens, livros e adereços representativos da arte como suporte e testemunho das narrativas sobre as memórias indígenas e histórias que atravessam as narrativas institucionais dos livros didáticos das escolas brasileiras sobre os primeiros habitantes do Brasil.

Entender os atravessamentos históricos dos povos originários e como essas narrativas foram repassadas e recontadas nos livros didáticos, esse foi o objetivo inicial para se dedicar na construção dessa exposição, que se apresenta como reparações na memória indígena brasileira e a partir desses testemunhos e reescritas de novas narrativas sobre a história dos povos indígenas do nosso país.

¹ Pós-doutoranda do Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Bolsista pós-doc pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Integrante do Laboratório de Estudos Urbanos e Culturais (Labeur-CNPq-UFS).

2. SOBRE O MUSEU PEDAGÓGICO

O Museu Pedagógico da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) está localizado no centro-sul do estado da Bahia sendo espaço cultural e equipamento de guarda e proteção da memória da população da cidade de Vitória da Conquista. Esse museu é espaço dedicado à educação formal e não formal, da educação básica às pesquisas em nível de pós-doutorado, conferindo e convertendo-se em espaço alternativo e inovador para a educação almejada no Sul global. Concebendo a educação de maneira radicalmente integrada e horizontalizada, acolhe desde iniciativas de escolas públicas dos anos iniciais até as pesquisas referendadas por conselhos nacionais de pesquisas, reposicionando conceitos artificiais que costumam hierarquizar pesquisas. É através das exposições que esse museu se apresenta e comunica-se com a população com a intenção de manter viva a memória do lugar e sua cultura, espaço aberto e democrático acessível a qualquer pessoa.

O Museu Pedagógico da UESB se apresenta para a sociedade como um espaço que transmite saberes e protege as memórias a partir das exposições, com a intenção de disseminar as memórias e narrativas culturais brasileiras fortalecendo o entendimento dos visitantes deste espaço sobre cultura e patrimônio com práticas e linguagens pedagógicas. De acordo com Cury (2016), os museus precisam reconhecer que os povos indígenas não são apenas objetos de estudo ou coleções a serem exibidas, mas sujeitos portadores de saberes, espiritualidades e agentes ativos na construção de narrativas museológicas. A colaboração entre museus e povos indígenas amplia as possibilidades de diálogo, descoloniza discursos tradicionais e promove uma museologia mais aberta, crítica e intercultural.

O museu que investe na relação direta com o povo originário ou indígena está avançando nas premissas do ensino, pesquisa e extensão para assumir também a posição de oportunizar e acolher iniciativas variadas de organização de programas de ensino voltado para a especificidade da educação em comunidades na forma legal estabelecida pelo Ministério da Educação (MEC) e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em torno da educação escolar indígena, mantendo intercâmbios locais e globais que se renovam com a atuação e a comunicação de experiências de ensino para todos os níveis de formação no Brasil, inclusa a educação intercultural com transmissão e valorização de saberes.

A exposição que recebeu o nome “Povos indígenas e livros didáticos no Brasil”, apresentou este compromisso, que se expressou a partir das relações subjetivas que atravessaram a história do Brasil na relação com os povos originários, buscando valorizar a autonomia e a construção coletiva no respeito as diferentes culturas e etnias encontradas no nosso país. Foi a partir da reescrita das memórias de si e não do outro que a exposição “Povos Indígenas e livros didáticos no Brasil”, apresentou diversas informações históricas com livros didáticos, livros da literatura brasileira,

antropologia, materiais de jornais, fotografias, desenhos, adornos e trabalhos artísticos como pinturas e objetos esculpidos em madeira, trazendo narrativas poéticas da arte indígena naquilo que estes povos podem nos alertar sobre os riscos do modelo de expansão capitalista que ocorre em terras brasileiras e por todas as Américas, expresso na narrativa de Davi Kopenawa e Bruce Albert na síntese xamânica “A queda do Céu” (2015).

Para Kopenawa (2015), a morte das florestas e da vida humana é antecedida da morte dos xamãs. Quando os espíritos órfãos dos xamãs se avolumam com a devastação branca, sua evocação torna-se necessária a fim de evitar o desastre final da queda do céu. A narrativa faz referência a fantasmas furiosos com a transformação da natureza em mercadoria, quando a educação deixa de ser uma preparação para a vida e torna-se um jogo de destruição contínua. Para Kopenawa, os xamãs Yanomami sabem quais os que protegem a natureza e os que a destroem. Na cosmologia deste povo, as almas da floresta, os Xapiri, aproximam-se dos que cuidam e atacam os que destroem, enquanto Omama, o criador dos Yanomami, manda ou determina que tais espíritos atuem para a proteção de tudo o que a entidade criadora deixou para os seres humanos. Há uma rede de proteção que busca evitar a queda do céu, mas há uma guerra de brancos garimpeiros em movimento de invasão, a que assassinou Chico Mendes como parte de um movimento maior que busca envenenar a terra com os metais dos garimpos que Omama criou para ficar embaixo da terra.

A narrativa do xamã Yanomami é o grande contraponto explorado na exposição “Povos indígenas e livros didáticos no Brasil”, aberta ao público no Museu Pedagógico da UESB. Além da mostra dos objetos ancestrais como testemunhos que comprovam a história e a presença dos povos originários no Brasil, além da importância de se enxergar estes objetos nas exposições, tornado vistos para o visitante, momento em que os objetos fazem sentido, eles foram posicionados e encontrados no contexto narrativa da queda do céu, de maneira que se complementam entre atestar a autoridade originária dos povos indígenas, bem como os riscos que atravessam com destruições diárias. Na exposição, se solidificam as narrativas expostas nos livros didáticos que quando muito pretendem superar a visão antiga e negativa de nossos povos originários, avançando para a visão idealizadora e informativa sobre as memórias e população indígena, mas que não finalizam suas abordagens didáticas com o tema da sobrevivência. Assim, a exposição se mantém atualizada com o grande tema da “humanidade há beira do abismo” (Celestino, 2026), com destaque para o abismo Yanomami e o abismo que decorreu da chegada dos homens brancos nas Américas para todos os povos originários. O visitante tem a memória viva em suas mentes, fazendo causar a inquietação daquilo que não se deve e não se pode esquecer.

A exposição foi desenvolvida trazendo contrapontos nos livros didáticos, na literatura e na arte, fazendo repensar processos de colonização com a reorganização destas memórias indígenas com

seus relatos pessoais e ancestrais. A medida contribui com a reparação do ponto de vista dos direitos humanos na América latina de narrativas históricas destes povos e faz ressurgir novas formas de se entender a cultura e as identidades indígenas. Estes lugares oficiais que afirmam a memória como os museus em exposições e salas de aula podem ser modificados através de novas formas de expor e ver o mundo para a inclusão e reparação e inserindo-se na perspectiva da decolonialidade na medida em que mantém quadros com informações históricas sobre os indígenas no Brasil na ótica dos livros oficiais, seguida da maneira como esses quadros revelam os estereótipos que envolvem a visão da sociedade urbana sobre as comunidades indígenas, com termos pejorativos e, finalmente, com quadros que representam as lutas pela sobrevivência e pela existência indígena, uma resistência de sua própria cultura em cenários de insustentabilidades.

De maneira objetiva, podemos afirmar que o genocídio indígena foi traçado a partir de uma poética artística com a exposição trazendo um novelo vermelho que percorre todo o espaço expositivo, este o vermelho representando o sangue derramado nas terras brasileiras e indígenas, desmembrados e mortos povos e terras, junto com a floresta. Esse espaço natural, tão artificialmente cultuado como lugar da biodiversidade brasileira, da fauna e da flora, por parte de espíritos inimigos das florestas, também é moradia dos indígenas que lutam diariamente por proteção e sobrevivências até hoje. No alto deste espaço expositivo, um relógio na parede com diversos livros da literatura brasileira sobre indígenas como demarcam o fim dos tempos pela destruição, com “A queda do céu” de Davi Kopenawa destacado na hora fatal. O tempo passará e será rememorado por nossos ancestrais. A memória ficará a partir dos relatos e de objetos que são reestruturados e coordenados no contexto narrativo das exposições, mas que até o momento não são capazes de evitar o grande desastre esperado para acontecer se algo grandioso não for realizado.

A exposição resultante de pesquisas desenvolvidas a partir dos documentos e por meio de professores e alunos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) é aprimorada para comunicar estas novas e reais abordagens fim de produzir a reflexão do visitante sobre assuntos graves de tempos atuais e para que o público possa enxergar como as novas perspectivas sobre o passado para os dias do hoje não pretendem romantizar o povo originário, mas se apresentar como um aliado nesta luta expressa nas palavras do xamã Yanomami. O Museu Pedagógico da UESB apresenta e mantém uma memória viva, estas memórias que são atualizadas através de pesquisas, mas com olhares humanos que refletem o hoje. A força e o impacto desta visão realista se dão com verdade e poesia, sendo as exposições são essa ponte de conexão e de comunicação com o público que as visitam. Elas são as responsáveis por essa ponte de encontro entre o passado, o presente e as pessoas que estão em seus ambientes expositivos. As pessoas e os objetos expostos são unidos com o intuito que essa união proporcione uma comunicação com suas memórias internas e pessoais, porque

também remetem às lutas internas que cada pessoa mantém com o passado, que podem revelar novas e outras perspectivas de memórias em superação de memórias traumáticas, já que abordadas com o calor da tragédia, mas com a possibilidade da ressurreição, isto é, de ressurgir entre as pessoas, ou mesmo, na comunidade local e global, novas ações coordenadas para evitar a queda do céu.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso analítico desenvolvido neste artigo permitiu compreender o Museu Pedagógico da UESB como um espaço privilegiado de produção de sentidos, no qual a memória indígena brasileira é tensionada, revisitada e ressignificada a partir de práticas expositivas comprometidas com a reparação histórica e simbólica. A exposição “Povos Indígenas e Livros Didáticos no Brasil” evidencia que os museus pedagógicos podem atuar como dispositivos críticos frente às narrativas hegemônicas que, por longo tempo, reduziram os povos indígenas a representações estereotipadas, idealizadas ou silenciadas no âmbito da educação formal.

Ao articular livros didáticos, obras literárias, objetos ancestrais, produções artísticas e narrativas indígenas, a exposição analisada promove deslocamentos epistemológicos importantes, reposicionando os povos originários como sujeitos de memória, saber e resistência. Essa reorganização das narrativas expográficas contribui para a desconstrução de discursos colonialistas ainda presentes nos materiais educativos e amplia as possibilidades de compreensão sobre as múltiplas identidades indígenas, suas cosmologias e suas lutas contemporâneas por existência e território.

Nesse contexto, o Museu Pedagógico da UESB reafirma seu papel social e educativo ao operar na interface entre educação formal e não formal, assumindo uma postura ética e política alinhada aos princípios dos direitos humanos e da decolonialidade. As práticas museológicas adotadas demonstram que a exposição não se limita à preservação de objetos ou à transmissão de informações, mas atua como um espaço de diálogos interculturais, capazes de provocar reflexões críticas sobre os processos históricos de colonização, de genocídio e de apagamento das memórias indígenas no Brasil.

Por fim, a experiência analisada aponta para a necessidade de ampliar e fortalecer iniciativas museológicas comprometidas com a reparação das memórias indígenas, reconhecendo os museus como espaços vivos de educação, escuta e transformação social. Ao promover novas formas de narrar o passado e compreender o presente, o Museu Pedagógico da UESB contribui para a construção de práticas educativas mais inclusivas, críticas e sensíveis à diversidade cultural, reafirmando o papel dos museus na formação de sujeitos conscientes, comprometidos com a justiça histórica e com a preservação da vida em suas múltiplas dimensões.

REFERÊNCIAS

CURY, Marília Xavier (org.). *Museus e indígenas: saberes e ética, novos paradigmas em debate*. São Paulo: Secretaria da Cultura: ACAM Portinari: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2016.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CELESTINO, Tayara Barreto de Souza. *Humanidade à beira do abismo: ressonâncias do ciclo de colóquios internacionais do museu pedagógico da UESB (2024-2026)* In: REIS, Thiago S; FERREIRA, Maria (org.). *Actas Completas e Resumos do 7º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Cultura e Interdisciplinaridade*. Porto: Editora Cravo, 2026.

REPAIR OF BRAZILIAN INDIGENOUS MEMORIES: READJUSTMENT OF EXHIBITION NARRATIVES AND SPACES OF KNOWLEDGE IN FORMAL AND NON-FORMAL EDUCATION AT THE UESB PEDAGOGICAL MUSEUM

ABSTRACT

This article aims to present the "Museu Pedagógico da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)" in narratives of reparation of indigenous memories and reconstruction of memories narrated through the voices of the indigenous people themselves, found in exhibition spaces that reposition narratives about Brazilian colonization processes. For analysis and reflection in this article, the exhibition "Povos Indígenas e Livros Didáticos no Brasil" organized by professors and researchers from UESB, was investigated in the empirical field. The exhibition was displayed at the "Museu Pedagógico da UESB e Casa Padre Palmeira". The exhibition was developed with the intention of bringing forth communicative narratives about textbooks on the theme of Brazilian indigenous people, presenting counterpoints in textbooks, literature, and art, prompting a rethinking of colonization processes through the reorganization of these indigenous memories with their personal and ancestral accounts. This measure contributes to the reparation, from the perspective of human rights in Latin America, of historical narratives of these peoples and gives rise to new ways of understanding indigenous culture and identities. These official spaces that affirm memory, such as museums in exhibitions and classrooms, can be modified through new ways of exhibiting and seeing the world, promoting inclusion and reparation, and incorporating a decoloniality perspective.

Keywords: Educational museums. Indigenous memories. Human rights. Decoloniality.

CAPÍTULO X

“GUEVARA DE BATINA”: A TRAJETÓRIA DE ALÍPIO CRISTIANO DE FREITAS E SUAS RECONSTRUÇÕES DE MEMÓRIA (1962-2017)

Alicia Moreira Felix ¹

RESUMO

Este trabalho examina a trajetória política de Alípio Cristiano de Freitas, sacerdote português naturalizado brasileiro que rompeu com a Igreja para integrar organizações de esquerda durante a Ditadura Civil-Militar. Foi padre, professor em São Luís/MA, guerrilheiro e, por fim, jornalista. Ativo nas Ligas Camponesas e posteriormente na Ação Popular Marxista-Leninista (APML) e no Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), Alípio construiu uma trajetória marcada pela militância clandestina, pela prisão e pela tortura no Rio de Janeiro (1970-1979), além do exílio no México e em Cuba. Considerado à época como “Guevara de batina”, Alípio foi perseguido, preso e torturado pelo regime militar. Entretanto, após sua morte, em 2017, passou a ser celebrado por alguns setores da imprensa como herói. A partir da análise qualitativa documental e bibliográfica, busca-se compreender o papel de Alípio como um sujeito singular que, ao romper com o Clero e se inserir na APML, encarnou uma nova utopia, esta, de natureza política. A trajetória será dividida em três eixos: 1) o rompimento com a Igreja e a entrada na militância política (1962); 2) o período de resistência durante o regime militar (1964-1985) e 3) as reconstruções de memória após a sua morte (2017). O trabalho insere-se no campo da História Política e Social, abordando também as relações entre Biografia, Memória e Direitos Humanos.

Palavras-chave: Biografia. Memória. Trajetória.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Américo Freire (2025), existem algumas características que configuram os “intelectuais portugueses” dentro de uma concepção da chamada Oposição Católica. Assim como aponta o autor, esses sujeitos, tanto no Brasil como em Portugal, foram responsáveis por propagar “movimentos intelectuais, políticos e sociais que colocaram em xeque a ditadura militar brasileira e o salazarismo português” (Freire, 2025, p.404). Um exemplo disso foi Alípio Cristiano de Freitas, um padre português, naturalizado brasileiro, que se destacou em três âmbitos diferentes: no meio religioso, acadêmico e político, tendo em vista que foi padre, professor e, posteriormente, durante a Ditadura Civil-Militar², abandonou a Igreja para tornar se guerrilheiro.

Alípio nasceu no dia 17 de fevereiro de 1929 em Bragança, Portugal. Veio ao Brasil em 1957, mas naturalizou-se brasileiro somente em 1962. Com a sua vinda, demonstrou apoio aos movimentos

¹ Graduada em História pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestranda em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bolsista CAPES.

² Neste trabalho, utilizaremos o termo “civil-militar” a partir da ideia de Daniel Aarão Reis (2010) de que o golpe teve participação não só militar, mas também de outras instituições de natureza civil, como a imprensa, as igrejas, partidos políticos e conglomerados empresariais.

em prol dos trabalhadores¹ e à promoção da educação, especialmente em São Luís do Maranhão, onde atuou também como professor. Também teve envolvimento com os camponeses, resultando na criação da ATAM (Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão) que, em 1962, já contava com 70.000 camponeses organizados (MARANHÃO, 2009, p.8).

Neste mesmo ano, Alípio é expulso do Clero Católico de São Luís pelo Arcebispo da cidade, Dom José Delgado. O motivo da expulsão foi desencadeado após Alípio estar presente no Congresso Mundial pelo Desarmamento Mundial e pela Paz (1962), na União Soviética, ainda que sem ligação ao Partido Comunista².

A fim de resgatar o traçado biográfico da sua trajetória em diversos âmbitos, concordamos com a perspectiva de Pierre Bourdieu (1996) de que só é possível retratar reminiscências de uma vida, pois é impossível dar conta da totalidade de um sujeito. Assim sendo, tentaremos pensar a trajetória de Alípio fora de um tempo linear e homogêneo, objetivando-se articular diferentes tipos de fontes.

Nesse sentido, torna-se fundamental valorizar a experiência subjetiva, não no intuito de transformar Alípio em um herói, mas de compreendê-lo como sujeito histórico em constante transformação, cujas escolhas expressam tanto sua interioridade quanto os conflitos de seu tempo. Assim, a biografia constitui aqui uma via metodológica para refletir sobre as reconstruções da memória, os sentidos da militância e os efeitos do poder sobre as formas de vida.

Este artigo propõe, portanto, investigar a trajetória biográfica do padre Alípio Cristiano de Freitas (1962–2017) dividida em três períodos: 1) o momento de abandono do Clero e entrada na vida política (1962); 2) no contexto da resistência ao Regime Civil-Militar brasileiro (1964–1985) e 3) a reconstrução da sua memória após a sua morte (2017).

2. “PERDI UM PEQUENO PÚLPITO, MAS GANHEI TODAS AS PRAÇAS”: O ROMPIMENTO COM A IGREJA E A ENTRADA NA MILITÂNCIA POLÍTICA A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA AÇÃO POPULAR (1962)

Após conflitos com o Arcebispo de São Luís, Alípio se desloca de São Luís para atuar na clandestinidade. Escreve uma carta³ ressaltando o seu desejo de continuar seu trabalho em prol da Justiça Social e com os oprimidos.

¹ Ficou conhecido por este bordão, durante seu trabalho de base, que inclusive é o título deste Projeto: “Trabalhadores, ontem vos ensinei a rezar e hoje estou aqui para ensiná-los a pegar em armas e lutar”. (Mendelski, Rogério. Alípio de Freitas: o padre guerreiro? Rogério Mendelski, 2019. Disponível em: <https://www.rogeriomendelski.com.br/sitio/2019/08/03/alipio-de-freitas/>. Acesso em: 13 de novembro de 2025.

² ALÍPIO DE FREITAS: Muitas vidas numa só. Coordenação: Ana Sofia Ferreira; João Madeira. Design gráfico: Helena Fonseca. Fotografias de António Pedro Santos et al. Lisboa: Museu do Aljube – Resistência e Liberdade, 2018. Exposição.

³ Nesta carta, ele diz: “Perdi um pequeno púlpito, mas ganhei todas as praças”. In: ALÍPIO DE FREITAS: Muitas vidas numa só. Coordenação: Ana Sofia Ferreira; João Madeira. Design gráfico: Helena Fonseca. Fotografias de António Pedro Santos et al. Lisboa: Museu do Aljube – Resistência e Liberdade, 2018. Exposição.

Nesse período, ele passa por Cuba e México, depois regressa clandestinamente ao Brasil. Em seguida, o ex-padre vai até o Rio de Janeiro e consegue a cidadania brasileira, assinada por João Goulart. Participa das Ligas Camponesas e passa a compor a Ação Popular (AP). Esta, por sua vez, é uma dissidência da esquerda católica, mas, antes de contextualizar a participação de Alípio na AP, é preciso compreender as origens dessa organização política a partir da Ação Católica (AC)¹.

A Ação Católica teve o mérito de levar a Doutrina Social da Igreja a vários lugares que outrora não eram ocupados, como escolas, universidades, fábricas etc.². Estimulou, portanto, a formação de Movimentos Sociais Cristãos, principalmente pelas chamadas Juventudes Católicas, como a JAC (Juventude Agrária Católica), a JUC (Juventude Universitária Católica), a JEC (Juventude Estudantil Católica) e a JOC (Juventude Operária Católica), por exemplo. Entretanto, com as ramificações da AC até os operários e os estudantes, certos dogmas da Igreja começaram a ser questionados.

Com a heterogeneidade entre os jucistas, parte da ala mais à esquerda da JUC ligada com a literatura marxista resolveu se unir e romper com a hierarquia do clero para formar a Ação Popular (AP) em 1962. Assim, a AP surge em 1962 com o objetivo de “forjar uma ideologia socialista própria” (Dias, 2009, p.76), ou seja, uma alternativa inovadora de criar um projeto de Brasil através do Socialismo-democrático.

Com a incidência da Ditadura Civil-Militar, as bases da AP se desestruturaram. Isso porque, ficava difícil acreditar na ideologia reformista de uma organização política após a ascensão militar ao poder. Assim, essa organização viveu uma crise, sobretudo das suas bases sociais, que tiveram uma tendência à desagregação. Era preciso pensar em alternativas mais radicais e diferenciadas, dando início a segunda fase da Ação Popular, agora revolucionária, proletarizada e influenciada pelo maoísmo da Revolução Cultural Chinesa. Tendo em vista esses desdobramentos políticos, esse período ficou marcado pela adesão ao marxismo-leninista. Especificamente em 1968, a AP conclui a sua adesão formal ao marxismo³ (Dias, 2005).

Nessa concepção de proletarização, tinha-se a visão de que o Brasil era considerado um país semifeudal, e por isso necessitava de uma revolução democrática e popular. Para autores como Ridenti (1998), o uso do maoísmo (em alusão à figura de Mao Tse-Tung), fazia convergência com Jesus Cristo, pois representava uma visão missionária da militância. Além disso, “o sacrifício pessoal

¹ A Ação Católica (AC) foi um mecanismo de expandir a fé católica aos leigos e conquistar mais fiéis. As encíclicas de Pio XI foram muito importantes para colocar a problemática da expansão da Igreja no mundo, sobretudo com a atuação da Ação Católica, a qual nasceu oficialmente no Brasil em 1935 pelo arcebispo do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme. Foi no pontificado de Pio XI (1922-1939), que a atuação do clero junto ao laicato se intensificou (De Souza, 2006).

² É importante ressaltar que o posicionamento social da Igreja já estava presente com a publicação da encíclica de Leão XIII, *Rerum novarum* (RN), em 1891. A partir daí, houve uma transição da postura defensiva da Igreja Católica para ativa em relação à questão social, contando com a participação dos leigos (Dias, 2007).

³ Em 1972, torna-se APML (Ação Popular Marxista-Leninista).

do militante intelectualizado para reeducar-se no meio do povo – conforme a proposta da "revolução cultural" – lembrava o sacrifício cristão” (1998, p.21).

Nesse contexto, Alípio de Freitas funda o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) e é preso em 1970, enquadrado na Lei de Segurança Nacional por participação em partido subversivo.

É válido ressaltar que, a trajetória política deste ex-clérigo está atrelada a sua gênese religiosa, pois foi através da inserção nos braços leigos da Igreja que Alípio chegou até a Ação Popular. Portanto, provavelmente há permanência de aspectos religiosos na prática de militância política desse sujeito histórico, tal como observado acima por Ridenti (1998), quando a APML faz adesão ao maoísmo.

3. A RESISTÊNCIA AO REGIME CIVIL-MILITAR (1964-1985)

Alípio escreveu um relato da sua experiência de detenção e tortura no livro *Resistir é preciso* (1981):

Fui preso no dia 18 de maio de 1970, às oito horas da noite, no subúrbio carioca de Juscelino Kubitschek, entre Nova Iguaçu e Mesquita. Estavam comigo Russivan Cordeiro e seu irmão, José Stalin de Sant’Ana. Estava “cobrindo um ponto” que, sob tortura, um companheiro tinha já aberto. Por isso o DOI-CODI nos esperava (Freitas, 1981, p.19).

Nessa época foi torturado, violentado e espancado, mas, ainda assim, desejou sua liberdade para retornar à luta política, sem ressentimentos. Pelos presídios que passou, organizava seus companheiros e fazia política. Alípio de Freitas foi libertado da prisão de Frei Caneca, no Rio de Janeiro, em 17 de fevereiro de 1979.

O ex-padre Alípio Cristiano de Freitas, que passou 8 anos e 9 meses preso por ter sido condenado pela organização das Ligas Camponesas no Nordeste e por integrar o Partido Revolucionário dos Trabalhadores, foi libertado ontem por volta das 14 horas pela Polícia Federal, e posto em liberdade. Alípio Cristiano deveria ter deixado o Presídio Hélio Gomes, na Rua Frei Caneca, na sexta-feira passada, após ter sido beneficiado com a redução da pena decorrente da reformulação da Lei de Segurança Nacional (Jornal O Fluminense, domingo, 18 e segunda-feira, 19, de fevereiro de 1979, ano CI, Ed. 2727, p. 2).

Após a sua saída, Alípio perdeu sua cidadania brasileira, sendo impossibilitado de retornar ao trabalho na universidade.

Sem trabalho e sem direitos políticos, parti para Moçambique, onde estive integrado num projecto de apoio a organização de cooperativas do setor familiar da agricultura. Foi um tempo muito feliz. Gostei de voltar ao contacto com a terra e os camponeses e, acima de tudo, sentir-me útil, perceber que o meu trabalho e a minha experiência podiam melhorar a vida das pessoas (Alípio de Freitas, 2018, p.16).

Em seguida, retorna a Portugal e se dedica ao jornalismo, à educação e ao ativismo social. No dia 13 de junho de 2017 Alípio faleceu aos 88 anos de idade.

Acho que vivi uma vida que valeu a pena. Foi difícil ser senhor do meu projeto de vida, mas julgo que consegui. Li muito, pensei, conheci as pessoas e os seus problemas, as injustiças e as desigualdades, escolhi ficar do lado dos que não têm poder, dos que sofrem (...) Tenho para mim aquela norma do Brecht: «um luta um dia, outro luta outro dia. Os imprescindíveis são os que lutam todos os dias até ao fim da sua vida». Eu quero ser um desses imprescindíveis (Freitas, 2018, p.20).

4. USOS POLÍTICOS DO PASSADO E AS RECONSTRUÇÕES DE MEMÓRIAS APÓS A SUA MORTE (2017)

Apesar da morte de Alípio em 2017, seu legado permanece vivo na memória daqueles que foram tocados pela sua coragem. Com isso, novas versões sobre sua trajetória vêm sendo construídas: a do “herói combatente internacionalista”¹, a do “Alípio, presente”², e a do “guerreiro”³. Porém, nem sempre a imprensa e a memória coletiva o enxergavam com bons olhos. Quais seriam, então, as diversas faces construídas de Alípio?

Antes de tudo, é preciso retornar ao conceito de memória, que, segundo Jacques Le Goff, é “o conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (1990, p.366). A memória coletiva, entretanto, pode se revelar perigosa, pois, como adverte o autor, “os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva” (1990, p.368). Assim, quando determinados sujeitos e experiências são invisibilizados, o que está em jogo é justamente o poder de manipular o que deve ou não ser lembrado.

No caso de Alípio, há uma tentativa de inviabilizar sua trajetória por parte do Estado, por se tratar de um padre que abandona sua carreira clerical para atuar na guerrilha. Na memória coletiva, também há uma tendência a lembrar dos “grandes homens” da Ditadura Civil-Militar, como as forças armadas, por exemplo. Entretanto, os movimentos sociais, principalmente o sindical, do qual Alípio teve forte atuação, apropriam-se da memória deste sujeito para rememorar sua trajetória na militância que escapa às narrativas oficiais.

¹ PAULA, Mário Lúcio de. **Alípio de Freitas: herói combatente internacionalista**. A Nova Democracia, 20 jun. 2017. Disponível em: <https://anovademocracia.com.br/materias-impresas/alipio-de-freitas-heroi-combatente-internacionalista/>. Acesso em: 31 jul. 2025.

² SINDIPETRO-NF. **Alípio de Freitas, presente!!!** Sindipetro-NF, 14 jun. 2017. Disponível em: <https://sindipetro-nf.org.br/alipio-de-freitas-presente/>. Acesso em: 17 nov. 2025.

³ PACHECO, Nuno. **Alípio de Freitas, o repouso do guerreiro**. Público, 15 jun. 2017. Disponível em: <https://www.publico.pt/2017/06/15/sociedade/noticia/alipio-de-freitas-o-reposo-do-guerreiro-1775569>. Acesso em: 17 nov. 2025.

Para os meios de comunicação atrelados à Ditadura, sua figura era associada ao comunismo e a um “Guevara de Batina” - em alusão à figura de Che Guevara¹:

Para as autoridades policiais-militares “não há a menor dúvida de que o aludido cidadão **esteja a serviço do comunismo internacional, pois em Cuba recebeu instrução militar para estabelecer o terror no Brasil**, bem como mil dólares (Cr\$ 4 300,00) e um passaporte falso com o nome de Guilherme Navarro” (Jornal do Brasil, sábado, 30 de maio de 1970, Ano LXXX, Ed. 45, p. 12. Grifos nossos). Segundo o procurador Humberto Ramos, “o tenente-coronel Otávio Ferreira de Queirós, encarregado do IPM, comparou o ex-padre Alípio a um **Guevara de batina**, aproveitando sua inteligência viva e seu poder carismático ante os elementos analfabetos e semi-analfabetos” (Jornal do Brasil, 5/10/1971, ano LXXXI, Ed. 154, p. 17. Grifo nosso).

Após a sua liberdade em 1979, Alípio tem sua nacionalidade cassada no Brasil, fazendo com que ele retorne à Portugal, onde se dedicou a carreira de professor e jornalista.

Em 2000, é condecorado com a Ordem da Liberdade pelo Presidente Jorge Sampaio, em reconhecimento de uma longa vida dedicada ao combate pela liberdade e pela justiça social, em múltiplas frentes, mas sempre firme nas convicções e nos valores. Em 2006, é eleito Presidente da Direção da Associação José Afonso, de que foi um dos fundadores. Em 2008, é reconhecido como “Voz de Abril” pela Associação 25 de Abril. Em 2009, em São Luís do Maranhão, ganhou o título de cidadão maranhense durante o governo progressista do ex-governador Jackson Lago (PDT).

Sobre os sobreviventes de regimes autoritários, Bauer e Nicolazzi (2016) também comentam que existe uma lógica específica de políticas públicas de memória na maioria dos países: ao invés de promover reparações que beneficiem toda a sociedade, preferem cultuar a vítima a partir do seu sacrifício e sofrimento (2016, p.827). Até hoje não observamos a responsabilidade do Estado em punir, torturar e prender Alípio por cerca de 10 anos.

Diante desse impasse, o que nos resta é compreender os usos que fizeram do passado desse sujeito e em quais conjunturas essas memórias vieram à tona. Ressaltando, ainda, que há um uso particular do passado quando ele está atrelado à morte. Ou seja, os movimentos sociais se apropriam dessa morte e criam uma estratégia de resistência, pois o “luto” faz ecoar uma memória discursiva de resistência, isto é, carrega em si um desejo de transformar-se em luta. Além disso, o luto também dá lugar à falta, causando uma reação diante da perda (Freud, 1986 apud Muller 2021).

Ademais, há uma tentativa de deslocar a figura desses sujeitos que tiveram uma trajetória semelhante à de Alípio para a categoria de “mártir”, pois suas mortes configuram-se como atos políticos². Para Angélica Muller (2011), esse processo se categoriza como instrumentalização do

¹ Ernesto Guevara de la Serna, mais conhecido como Che Guevara, foi um revolucionário marxista, médico, escritor, guerrilheiro, diplomata e teórico militar argentino. Além de uma figura importante da Revolução Cubana.

² REIS, Gabrielle Alves; ASSUNÇÃO, Emerson Tadeu Cotrim; DE SOUZA FIGUEREDO, Talita. MARIELLE FRANCO E EDSON LUÍS: UM ENUNCIADO IN MEMORIAN. Cenas Educacionais, v. 3, p. e7196-e7196, 2020.

passado, ou seja, o uso político da memória a fim de ressignificar a figura de Alípio como um “exemplo a ser seguido”.

O que ocorre, é o chamado uso político do passado, definido por Bauer e Nicolazzi (2016) como diferentes modalidades de uso do passado que podem se manifestar de acordo com o contexto. Isto é, no caso de Alípio, os movimentos sociais se apropriaram da sua memória para reiterar seu sacrifício em prol da democracia e dos direitos humanos. Por isso, quando rememorado, o ex-padre ganha o status de “preso político que lutou por causas sociais”, e não mais de “guevara de batina”.

Partimos do pressuposto que tanto no Brasil como em Portugal, as reconstruções de memória em torno de Alípio não sejam à toa. Ao contrário, observamos que essas construções estão profundamente alinhadas com interesses políticos e conjunturas históricas específicas. Na Ditadura Civil-Militar brasileira, por exemplo, a trajetória de Alípio foi inicialmente marcada por uma forte campanha de criminalização promovida pela imprensa e pelos órgãos de repressão, que o rotularam como “subversivo”, “comunista”, “baderneiro” e “assaltante”. No entanto, após sua morte no ano de 2017 - período conservador de ascensão do bolsonarismo -, passou a ter sua memória reconstruída por alguns setores como um mártir da luta contra a ditadura.

REFERÊNCIAS

ALÍPIO DE FREITAS: **Muitas vidas numa só**. Coordenação: Ana Sofia Ferreira; João Madeira. Design gráfico: Helena Fonseca. Fotografias de António Pedro Santos et al. Lisboa: Museu do Aljube – Resistência e Liberdade, 2018. Exposição.

BAUER, Caroline Silveira; NICOLAZZI, Fernando Felizardo. **O historiador e o falsário: Usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea**. *Varia Historia*, v. 32, n. 60, p. 807-835, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. Usos e abusos da história oral, v. 8, p. 183-191, 1996.

DE SOUZA, Pe Ney. **Ação Católica, militância leiga no Brasil: méritos e limites**. *Revista de cultura Teológica*, n. 55, p. 39-59, 2006.

DIAS, Agemir de Carvalho. **O movimento ecumênico no Brasil (1954-1994): a serviço da igreja e dos movimentos populares**. 2007. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, 2007. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/14054>. Acesso em: 04 ago. 2025.

DIAS, Reginaldo B. **A Ação Popular Marxista-Leninista e a formação do PT**. *Perseu: História, Memória e Política*, n. 03, 2009.

DIAS, Reginaldo B. **A CRUZ, A FOICE E O MARTELO E A ESTRELA. A TRADIÇÃO E A RENOVAÇÃO DA ESQUERDA NA EXPERIÊNCIA DA AÇÃO POPULAR (1962-1981)**. *Diálogos-Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História*, v. 9, n. 1, p. 231-235, 2005.

FREIRE, Américo. **Intelectuais cristãos, entidades civis e a construção de um novo campo político-religioso – Brasil e Portugal (1960-1980)**. Anotações de pesquisa. Intellèctus, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 384–407, jul./dez. 2025.

FREITAS, Alípio de. **Resistir é preciso**: memória do tempo da morte civil no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 1981.

FREUD, Sigmund. **Duelo y melancolía**. In: _____. Obras completas de Sigmund Freud. v.XVII (1917-1919). De la historia de una neurosis infantil y otras obras. Trad. del alemán José Luis Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu, 1986. p.237-258.

LE GOFF, Jacques, 1924. **História e memória**. Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão. [et al.], Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios).

MARANHÃO. Assembleia Legislativa do Estado. Diário da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, São Luís, ano XXXVII, n. 021. 3 mar. 2009. Sessão solene de 12 de fevereiro de 2009. Entrega do Título de Cidadão Maranhense a Alípio de Freitas.

MENDELSKI, Rogério. **Alípio de Freitas: o padre guerreiro?** Rogério Mendelski, 2019. Disponível em: <https://www.rogeriomendelski.com.br/sitio/2019/08/03/alipio-de-freitas/>. Acesso em: 13 de novembro de 2025.

MÜLLER, Angélica. **"Você me prende vivo, eu escapo morto"**: a comemoração da morte de estudantes na resistência contra o regime militar. Revista Brasileira de História, v. 31, p. 167 184, 2011.

PACHECO, Nuno. **Alípio de Freitas, o repouso do guerreiro**. Público, 15 jun. 2017. Disponível em: <https://www.publico.pt/2017/06/15/sociedade/noticia/alipio-de-freitas-o-reposuo-do-guerreiro-1775569>. Acesso em: 17 nov. 2025.

PAULA, Mário Lúcio de. **Alípio de Freitas: herói combatente internacionalista**. A Nova Democracia, 20 jun. 2017. Disponível em: <https://anovademocracia.com.br/materias-impressas/alipio-de-freitas-heroi-combatente-internacionalista/>. Acesso em: 31 jul. 2025.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura, anistia e reconciliação**. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 23, p. 174, 2010.

RIDENTI, M. O romantismo revolucionário da Ação Popular: do cristianismo ao maoísmo. Web. Sep, 1998.

SINDIPETRO-NF. **Alípio de Freitas, presente!!!** Sindipetro-NF, 14 jun. 2017. Disponível em: <https://sindipetronf.org.br/alipio-de-freitas-presente/>. Acesso em: 17 nov. 2025.

PERIÓDICOS

Jornal do Brasil, 5/10/1971, ano LXXXI, Ed. 154, p. 17.

Jornal do Brasil, quarta-feira, 4/11/1970, ano LXXX, Ed. 181, p. 13.

Jornal O Fluminense, domingo, 18 e segunda-feira, 19, de fevereiro de 1979, ano CI, Ed. 2727, p. 2.

“THE CASSOCKED GUEVARA”: THE TRAJECTORY OF ALÍPIO CRISTIANO DE FREITAS AND THE RECONSTRUCTIONS OF HIS MEMORY (1962–2017)

ABSTRACT

This paper examines the political trajectory of Alípio Cristiano de Freitas, a Portuguese priest naturalized as Brazilian who broke with the Catholic Church to join left-wing organizations during the Brazilian Civil-Military Dictatorship. He was a priest, a teacher in São Luís (MA), a guerrilla fighter and, later, a journalist. Active in the Peasant Leagues and subsequently in Ação Popular Marxista-Leninista (APML) and the Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), Alípio built a trajectory marked by clandestine militancy, imprisonment and torture in Rio de Janeiro (1970–1979), as well as exile in Mexico and Cuba. Regarded at the time as a “cassocked Guevara,” he was persecuted, arrested and tortured by the military regime. After his death in 2017, however, some sectors of the press began to commemorate him as a hero. Drawing on qualitative documental and bibliographical analysis, this study seeks to understand Alípio’s role as a singular historical actor who, by breaking with the clergy and joining APML, embodied a new—political—utopia. His trajectory is examined through three axes: (1) his break with the Church and entrance into political militancy (1962); (2) his period of resistance during the military regime (1964–1985); and (3) the reconstruction of memories following his death (2017). The study is situated within the field of Political and Social History and also engages with debates on Biography, Memory, and Human Rights.

Keywords: Biography. Memory. Trajectory.

ST 03

AMÉRICA PORTUGUESA, BRASIL IMPÉRIO E OS ESPAÇOS EM DISPUTAS: TEMAS, ABORDAGENS E PROBLEMAS

COORDENAÇÃO: ERYKLES NATANAEL DE LIMA VIEIRA (UFBA); TATIANA MEL C.
NASCIMENTO (UFBA); ÉVERTON ALVES ARAGÃO (UFRPE)

CAPÍTULO XI

MEMÓRIA E INVISIBILIDADE DO TROPEIRISMO SUÍNO DE JAGUARIAÍVA: UM OLHAR SOBRE A HISTÓRIA LOCAL E O ENSINO DE HISTÓRIA

Eugenio Bassani Neto ¹

RESUMO

O presente trabalho analisa a invisibilidade do tropeirismo suíno de Jaguariaíva, no Paraná, no ensino e na historiografia brasileira. A pesquisa parte do reconhecimento de que a história local e regional é frequentemente marginalizada nos currículos escolares, em favor de narrativas centradas nos grandes eventos e personagens da história nacional. Ao investigar as práticas dos “porcadeiros” — tropeiros responsáveis pelo transporte de porcos e banha até o frigorífico das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo —, busca-se compreender como essa atividade moldou a economia, o território e a cultura da região entre os séculos XIX e XX. A análise documental e bibliográfica, associada às percepções de professores da rede pública, permite problematizar o apagamento dessas experiências na formação histórica dos estudantes. O estudo propõe a inserção do tropeirismo suíno no ensino de História como estratégia de valorização da memória coletiva, da educação patrimonial e da identidade local, fortalecendo o vínculo entre conhecimento histórico, comunidade e pertencimento.

Palavras-chave: Tropeirismo suíno; Ensino de História; Memória local; Patrimônio cultural; Jaguariaíva.

1. INTRODUÇÃO

O tropeirismo ocupa lugar de destaque na historiografia brasileira e no ensino escolar, sendo comumente associado ao transporte de muares, gado e mercadorias entre diferentes regiões do território nacional. Entretanto, essa abordagem hegemônica tende a invisibilizar outras formas de tropeirismo que também desempenharam papel relevante na formação econômica e social de diversas localidades. Entre elas, destaca-se o tropeirismo suíno, prática histórica pouco explorada tanto na produção acadêmica quanto no ensino de História.

No município de Jaguariaíva, localizado nos Campos Gerais do Estado do Paraná, o tropeirismo de porcos constituiu uma atividade fundamental entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Os porcadeiros conduziam varas de suínos por caminhos e trilhas regionais até o frigorífico das Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo, instalado no município em 1920. Essa dinâmica não apenas movimentava a economia local, mas também moldava relações de trabalho, transformava o espaço urbano e influenciava hábitos alimentares, especialmente por meio da produção e comercialização da banha.

¹ Mestrando em Ensino de História (PROFHISTÓRIA/UEPG). Professor da Rede Estadual de Ensino do Paraná. Agência Financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Apesar de sua relevância histórica, o tropeirismo suíno permanece praticamente ausente dos currículos escolares e dos livros didáticos, revelando um processo de silenciamento que compromete a compreensão da diversidade histórica brasileira. Tal invisibilidade reforça narrativas centralizadas nos grandes eventos e personagens da história nacional, em detrimento das experiências regionais e populares. Como afirmam Guimarães (2003) e Freire (1996), aproximar o ensino de História da realidade vivida pelos estudantes é condição essencial para que eles se reconheçam como sujeitos históricos.

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo investigar as razões da invisibilidade do tropeirismo suíno de Jaguariaíva no ensino de História, analisando sua importância histórica e discutindo possibilidades de inserção desse tema no currículo escolar. Ao valorizar a história local, busca-se contribuir para uma prática pedagógica mais crítica, contextualizada e representativa.

2. A HISTÓRIA LOCAL E OS SILENCIAMENTOS NO ENSINO DE HISTÓRIA

A seleção dos conteúdos escolares não é neutra, mas resultado de disputas políticas, culturais e epistemológicas. No ensino de História, essas escolhas definem quais narrativas são legitimadas e quais permanecem à margem. Segundo Apple (2006), o currículo expressa relações de poder, privilegiando determinados saberes em detrimento de outros.

No caso brasileiro, observa-se a predominância de uma história político-institucional, centrada em grandes acontecimentos e personagens, o que contribui para o apagamento das histórias locais e regionais. Bittencourt (2004) destaca que essa abordagem limita a construção de uma consciência histórica plural, pois desconsidera experiências sociais que também constituem o passado nacional.

A história local, por sua vez, apresenta-se como uma alternativa pedagógica potente. Ao trabalhar com temas próximos à vivência dos estudantes, o ensino de História torna-se mais significativo e favorece o sentimento de pertencimento. Guimarães (2011) argumenta que a valorização do lugar permite compreender as relações entre o local, o regional e o nacional, superando uma visão fragmentada da História.

Assim, a invisibilidade do tropeirismo suíno no ensino não se deve à sua irrelevância histórica, mas aos critérios de seleção curricular que hierarquizam determinadas práticas econômicas e culturais, relegando outras ao esquecimento.

3. O TROPEIRISMO SUÍNO EM JAGUARIAÍVA: ECONOMIA, ESPAÇO E MEMÓRIA

A compreensão do tropeirismo suíno exige que se considere o espaço como produto das ações humanas ao longo do tempo. Nesse sentido, a reflexão proposta por Milton Santos contribui de forma

decisiva para entender como as trilhas, caminhos e infraestruturas utilizadas pelos porcadeiros constituíram uma forma específica de organização socioespacial:

[...] o espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. (Santos, 1997, p. 51).

Como professor de História, é fundamental destacar que essa leitura rompe com a ideia de espaço como simples cenário neutro. As trilhas percorridas pelos porcadeiros não eram apenas caminhos físicos, mas espaços carregados de relações sociais, econômicas e culturais. Ao trabalhar esse conceito em sala de aula, o estudante passa a compreender que o tropeirismo suíno não foi uma atividade marginal ou improvisada, mas um elemento estruturante da vida regional, responsável por transformar a paisagem e o cotidiano de Jaguariaíva.

O tropeirismo suíno em Jaguariaíva esteve diretamente relacionado à criação de porcos e à produção de banha, produto essencial na alimentação brasileira antes da difusão do óleo vegetal. Conforme Bach (2009), quanto mais gordo o animal, maior seu valor, pois garantia maior quantidade de banha, mercadoria amplamente comercializada em todo o país.

As tropeadas reuniam milhares de porcos, conduzidos por longas distâncias em trilhas estreitas e de difícil acesso. Durante o percurso, formavam-se pontos de apoio, onde comerciantes ofereciam abrigo e alimentação aos animais e aos tropeiros, configurando uma rede econômica e social articulada ao longo dos caminhos.

A instalação do frigorífico das Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo em Jaguariaíva, em 1920, consolidou o município como polo agroindustrial regional. Segundo Brandão (2000), a escolha da localidade esteve relacionada à abundância de suínos, à disponibilidade de água para geração de energia e à presença da ferrovia, que facilitava o escoamento da produção.

Esse empreendimento impulsionou o crescimento urbano e populacional do município, gerando empregos diretos e indiretos e transformando a paisagem local. Contudo, apesar de sua importância, a memória do tropeirismo suíno e dos porcadeiros permanece pouco valorizada, tanto no espaço escolar quanto na memória institucionalizada.

4. ENSINO DE HISTÓRIA, MEMÓRIA E VALORIZAÇÃO DO LOCAL

A invisibilidade do tropeirismo suíno no currículo escolar revela uma lógica seletiva do conhecimento histórico, que privilegia determinadas narrativas em detrimento de outras. Circe Bittencourt (2004) analisa criticamente esse processo ao discutir a hierarquização dos conteúdos no ensino de História:

Os conteúdos escolares ainda se concentram em uma abordagem nacionalista e cronológica da história brasileira, priorizando grandes eventos e personagens da esfera política, em detrimento das histórias regionais, populares e marginais. (Bittencourt, 2004, p. 185).

Do ponto de vista da prática docente, essa reflexão é central. Quando o ensino se limita aos grandes marcos nacionais, o estudante tende a não se reconhecer na História que aprende. Ao debater essa citação em sala, é possível problematizar com os estudantes por que práticas como o tropeirismo suíno -tão presentes na memória local- foram silenciadas. Esse movimento didático contribui para formar sujeitos críticos, capazes de questionar quem escolhe o que é ensinado e quais histórias são consideradas dignas de memória.

A inserção da história local no ensino de História possibilita questionar narrativas homogêneas e promover uma compreensão mais complexa do passado. Freire (1996) defende que o ensino significativo parte da realidade concreta dos educandos, estabelecendo um diálogo entre o saber científico e o saber popular.

Nesse sentido, trabalhar o tropeirismo suíno de Jaguariaíva em sala de aula permite reconhecer sujeitos historicamente marginalizados e valorizar práticas econômicas e culturais que estruturaram a vida local. Além disso, contribui para a formação de estudantes críticos, capazes de compreender que a História é uma construção social permeada por escolhas e silenciamentos.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) enfatiza a importância de considerar diferentes tempos, espaços e culturas no ensino de História. Contudo, sua efetivação depende da iniciativa docente e da produção de materiais didáticos que contemplem a diversidade regional. Assim, o resgate do tropeirismo suíno configura-se como uma estratégia pedagógica alinhada às diretrizes curriculares e às demandas por uma educação histórica mais inclusiva.

Além disso, a valorização da história local dialoga diretamente com a pedagogia crítica de Paulo Freire (1996), que defende o reconhecimento da realidade concreta dos educandos como ponto de partida do processo educativo:

Por isso mesmo, pensar a prática educativa é pensar a prática política, a prática social e cultural. Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. (Freire, 1996, p. 47).

A necessidade do (re) conhecimento do patrimônio cultural do estudo sobre o tropeirismo de porco (porcadeiros) e a produção e a comercialização da banha e os derivados de porco, como um patrimônio cultural local, é um estudo que se estabelece especialmente um resgate dessas memórias dos personagens diretos e indiretos destes acontecimentos, os interesses privados e públicos envolvidos.

O objeto patrimonial é simplesmente o objeto graças ao qual uma comunidade existe. Ela precisa dele para existir enquanto patrimônio. Os processos de reconhecimento e de gestão desse objeto estão além da apropriação ou da decisão individual. Ao distinguir a coletividade – uma coleção de indivíduos que possuem características e interesses comuns – da comunidade, compreendida, sob uma forma, mais global, como um conjunto dotado de uma personalidade única, pode-se afirmar que o patrimônio faz da coletividade uma verdadeira comunidade. Ele transforma as populações em Povos e os territórios em Nações. (Melot, 2004, p.5).

Analisaremos também a construção e o desenvolvimento do frigorífico do município de Jaguariaíva, o seu impacto social e econômico na comunidade, além da absorção dos porcos criados e engordados na região, o seu transporte nas trilhas, a fim de manterem a infraestrutura de matéria prima, até o abate.

Verificamos que muitas vezes estes abates eram feitos de maneiras precárias, não adequadas as normas sanitárias de higiene, não respeitando o bem-estar dos animais e muito menos o consumidor final. Como perceberemos em Bittencourt (2022),

Naqueles tempos, os matadouros funcionavam em locais como galpões ou celeiros velhos, impróprios à matança de animais para o consumo. As condições de higiene não eram levadas em conta e esses locais ficavam imundos e fétidos após os abates. Com a emergência de uma nova sensibilidade, o sangue, os pelos, os ossos e os restos de carne e gordura apodrecidos tornaram-se nauseantes aos cidadãos. Práticas igualmente tradicionais eram os abates de “fundo de quintal”, cujas pequenas instalações se localizavam anexas ou próximas dos locais de venda. Esses lugares constituíam espaços centrais de comércio: bois, porcos e carneiros eram mortos e imediatamente trinchados e vendidos, dada a ausência de meios de conservação da carne fresca. Esse modo de matança era habitual desde a Idade Média europeia, e sofreu transformações somente nas últimas décadas do século 19. As cidades brasileiras seguiram essa mutação. (2022, p. 274).

Assim necessitava realizar uma padronização das construções destes locais voltadas para a realização do abate destes animais, visando uma qualidade da carne, um local limpo e higiênico em termos sanitários. Apresentando um produto com qualidade e atendendo a legislação sanitária vigente na época, dessa forma, o consumidor final teria o acesso a um produto mais seguro e de procedência garantida.

Necessitando a construção de uma legislação que estabelecesse leis de higiene sanitária, a fim de estabelecer um padrão a ser seguido desde o transporte e abate dos animais, armazenamento produto até a comercialização da carne ao consumidor final.

Entretanto as discussões e análises a respeito do patrimônio cultural têm sido cada vez mais necessárias, devido às abordagens das relações estabelecidas com a cultura na chamada era da indústria cultural local e regional. Todavia, se todos os lugares são lugares de memória, potencialmente tudo poderia ser preservado.

É necessário, portanto, que as escolhas das memórias sejam o resultado de um processo democrático que evite a banalização da memória, ou a dessacralização do patrimônio, como sugere Fonseca (1997). Neste sentido, obter-se-á maior luz sobre a memória, sobre o lugar de memória escolhido e o patrimônio.

Dessa forma a história e memória possuem, então, significados diferentes e se apresentam metodologicamente eficazes ao serem usadas com distinção, dependendo do sentido que a pesquisa possui. Enquanto a história permite sistematizar o passado, oferecendo dados pontuais, causas e consequências, a memória permite uma compreensão ora complementar, ora diferenciada à história, por apresentar laços de afetividade e emoções e de se sentir pertencente à mente de seu meio social.

A memória, indispensável para o sujeito, efetiva-se de forma subjetiva, porém se utiliza, em alguns momentos, de objetos concretos para a sua sustentação. O indivíduo precisa guardar, arquivar, registrar fatos, momentos, sensações que possibilitem a percepção de identidade, em um processo que tem como orientação a continuidade e a permanência da memória coletiva.

Não obstante, o controle do discurso histórico permanece firmemente nas mãos do historiador. É o historiador que seleciona as pessoas que serão entrevistadas, que contribui para a moldagem do testemunho colocando as questões e reagindo às respostas; e que dá ao testemunho sua forma e contexto finais (mesmo se apenas em termos de montagem e transcrição). Embora aceitando que a classe operária fale através da história oral, é claro que a classe não fala no abstrato, mas fala para o historiador, com o historiador e, uma vez que o material é publicado, através do historiador. Na verdade, as coisas podem também ser pensadas de outra maneira. O historiador pode validar o discurso dele ou dela "ventriculizando-o" através do testemunho do narrador. Longe de desaparecer na objetividade das fontes, o historiador permanece importante ao menos como um companheiro no diálogo, sempre como um "diretor de palco" da entrevista, ou como um "organizador" do testemunho. No lugar de descobrir fontes, partidários da história oral de certo modo as criam. Longe de se tornarem meros intérpretes do operariado, eles podem estar usando as palavras do povo, mas são ainda responsáveis pela totalidade do discurso. (Portelli, 1997, p.37).

Com a utilização da história oral, pôde-se obter novas perspectivas de reflexão e abordagens sobre a temática do ofício pesquisado, dessa forma, a oralidade e a memória dos personagens são ferramentas de grande importância na construção e desenvolvimento do trabalho historiográfico. Como pode ser constatado na reflexão de Portelli (1997),

Muito mais que documentos escritos, que frequentemente carregam a aura impessoal das instituições que os editaram - mesmo se, naturalmente, compostos por indivíduos, de quem sabemos pouco ou nada - as fontes orais envolvem o relato inteiro em sua própria subjetividade. Junto à primeira pessoa do entrevistado se situa a primeira pessoa do historiador, sem o qual não haveria entrevista. Ambos os discursos, do informante e do historiador, são em forma narrativa, que raramente é o caso dos documentos de arquivo. Informantes são historiadores, de certo modo; e o historiador é, algumas vezes, uma parte da fonte. (Portelli, 1997, p.38).

Trabalhar com a história local, portanto, não significa abandonar os conteúdos tradicionais, mas sim reconfigurá-los a partir das realidades vividas pelos estudantes. É promover uma leitura do passado que articule o macro e o micro, o nacional e o regional, o institucional e o cotidiano.

É, sobretudo, reconhecer que cada comunidade guarda em si uma riqueza de experiências e memórias que merecem ser reconhecidas, valorizadas e ensinadas. Nesse processo, o papel do professor é central: cabe a ele transformar o espaço escolar em um território de escuta, pesquisa e reconstrução da memória coletiva.

Essa reflexão convida a repensar o papel do ensino de História na construção do conhecimento histórico escolar. Trabalhar o tropeirismo suíno de Jaguariaíva não se reduz à simples inserção de um novo conteúdo no currículo, mas implica criar condições para que os estudantes produzam sentido histórico a partir de sua própria realidade social e cultural.

Ao reconhecer os porcadeiros, as trilhas, o frigorífico e a produção de banha como elementos históricos legítimos, o ensino de História deixa de se apresentar como um saber distante e abstrato, passando a ser vivido, problematizado e ressignificado no contexto da experiência local.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tropeirismo suíno de Jaguariaíva desempenhou papel central na formação econômica, social e espacial do município, articulando produção, circulação e consumo em escala regional. Apesar disso, essa prática histórica permanece invisibilizada no ensino de História, reflexo de uma lógica curricular que privilegia narrativas hegemônicas em detrimento das experiências locais.

Ao discutir a importância do tropeirismo de porcos e sua relação com a instalação do frigorífico Matarazzo, este artigo evidencia a necessidade de repensar os critérios de seleção dos conteúdos escolares. Valorizar a história local não significa fragmentar o ensino, mas ampliá-lo, incorporando múltiplas vozes e experiências à construção do conhecimento histórico.

Defende-se, portanto, que a inserção do tropeirismo suíno no currículo escolar contribui para uma educação histórica mais crítica, contextualizada e democrática, fortalecendo a identidade cultural dos estudantes e promovendo o reconhecimento da diversidade que compõe o passado brasileiro.

REFERÊNCIAS

- APPLE, M. **Ideologia e currículo**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BACH, A. **Tropeirismo no Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2009.
- BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.
- BITTENCOURT, C. M. F. **História e cultura alimentar**. São Paulo: Contexto, 2022.

BITTENCOURT, Manuel Vicente. **Uma casa em Ponta Grossa – Manuel Vicente Bittencourt (1841-1903)** Ivo Bittencourt Filho; Antonio Paulo Benatte; Lucas Erichsen; Maikon Scheres. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2022.

BRANDÃO, C. R. **Jaguariaíva: história e memória.** Ponta Grossa: UEPG, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN, 1997.

GUIMARÃES, S. **Ensino de História e cidadania.** Campinas: Papirus, 2003.

GUIMARÃES, S. **Didática e prática de ensino de História.** Campinas: Papirus, 2011.

MELOT, M. **Qu'est-ce qu'un objet patrimonial? Bulletin des Bibliothèques de France, n.5,** Patrimoines, Paris, 2004. Tradução da autora AZZI, Christine Ferreira. **O patrimônio histórico e a cultura material no Renascimento.** São Paulo: Cultura, 2011.

PORTELLI, A. **O que faz a história oral diferente? Projeto História,** São Paulo, n.14, p. 25-39, fev. 1997.

MEMORY AND INVISIBILITY OF PIG DROVING IN JAGUARIAÍVA: A LOOK AT LOCAL HISTORY AND HISTORY TEACHING

ABSTRACT

This paper analyzes the invisibility of pig droving in Jaguariaíva, Paraná, within Brazilian historiography and History teaching. The research recognizes that local and regional histories are often marginalized in school curricula in favor of narratives centered on major national events and figures. By investigating the practices of the “porcadeiros” — drovers responsible for transporting pigs and lard to the Matarazzo Industries’ slaughterhouse — the study seeks to understand how this activity shaped the region’s economy, space, and culture between the 19th and 20th centuries. Documentary and bibliographic analysis, combined with the perspectives of public-school teachers, allows for a critical reflection on the erasure of such experiences from students’ historical formation. The work proposes the inclusion of pig droving in History teaching as a pedagogical strategy to value collective memory, cultural heritage, and local identity, reinforcing the connection between historical knowledge, community, and belonging.

Keywords: Pig droving; History teaching; Local memory; Cultural heritage; Jaguariaíva.

CAPÍTULO XII

ESTRUTURAS DE PODER NO IMPÉRIO ULTRAMARINO PORTUGUÊS: AS FALHAS DA LEGISLAÇÃO DO TRANSPORTE DE ESCRAVIZADOS E AS OMISSÕES NAS PUNIÇÕES DOS CONDENADOS C. 1723 – C. 1738

Erykles Natanael de Lima Vieira ¹

RESUMO

O objetivo deste artigo é investigar como as estruturas do Estado burocrático português foram utilizadas como mecanismos para dificultar e atrasar a aplicação das condenações de comerciantes de escravizados que burlavam a legislação responsável por regulamentar o comércio de cativos no período entre 1723 e 1738. Nesse sentido, este trabalho busca contribuir para esse campo ao analisar as estruturas de poder no Império Ultramarino Português, com foco na América Portuguesa; a legislação referente ao transporte de escravizados; e as omissões e atrasos na aplicabilidade das condenações decorrentes do descumprimento das normas de arqueação, tendo como estudo de caso o processo de Marcos Gomes da Silva. Para tanto, foram utilizadas documentações do Arquivo Histórico Ultramarino, bem como dados da plataforma *The Slave Voyages*. A metodologia adotada foi qualitativa e quantitativa, combinando análise documental criteriosa e análise estatística referente ao comércio de escravizados no período estudado. Os principais referenciais teóricos mobilizados foram os conceitos de Estratégia e Tática, de Michel de Certeau (1998), e Estado Corporativo, de Antônio Manuel Hespanha (2012). Observa-se que as diversas instâncias decisórias de poder local e metropolitano que incidiam sobre a América Portuguesa operavam de forma morosa, em razão de fatores como corrupção, leniência e entraves da própria estrutura burocrática, especialmente nos casos de descumprimento das normas de arqueação.

Palavras-chave: Transporte de escravizados. Estado Moderno. Burocracia. Século XVIII.

1. INTRODUÇÃO

A partir de 1684, a chamada Lei das Arqueações foi instituída como um dispositivo legislativo com o objetivo de regulamentar o transporte e as condições às quais os escravizados deveriam ser submetidos durante a travessia atlântica. Ao direcionarmos a análise para o período entre 1723 e 1738, torna-se possível observar como essa legislação era aplicada — ou deixava de ser aplicada — na prática. Evidenciam-se, assim, redes de articulação existentes no interior do Império Ultramarino Português que, por meio de omissões, negligências ou concessões, impediam a plena execução da lei conforme estabelecida. Nesse contexto, a legislação das arqueações frequentemente não resultava na punição efetiva dos condenados, no caso de Marcos Gomes da Silva, uma vez que benefícios e prorrogações eram concedidos pela própria estrutura burocrática do Estado português.

¹ Doutorando em História Social na linha de pesquisa Escravidão e Invenção da Liberdade do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia, Salvador - BA. É mestre e graduado em História pela Universidade Federal de Campina Grande e especialista em Docência pelo Instituto Federal de Minas Gerais. Bolsista de Doutorado do Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq.

Este artigo argumenta que a Lei das Arqueações funcionou menos como instrumento de proteção dos escravizados e mais como um mecanismo fiscal e político, cuja aplicação era seletiva e negociada no interior das redes administrativas coloniais. A partir dessas inferências, analisa-se de que maneira a estrutura administrativa portuguesa, inserida na lógica do Estado Moderno e do Estado Corporativo, influenciava a aplicação das leis e das ordens emanadas das instâncias superiores de poder, bem como a relação entre o rei e seus súditos. Examina-se também como a legislação sobre o transporte de escravizados impactava diretamente o comércio e o deslocamento de cativos. Para tanto, utiliza-se um estudo de caso que permite observar, de forma concreta, os mecanismos de aplicação — ou de postergação — das punições impostas aos condenados pelo transporte de escravizados além da arqueação permitida.

2. ESTRUTURAS DE PODER NO IMPÉRIO ULTRAMARINO: CASO DA AMÉRICA PORTUGUESA

O processo de estruturação administrativa da América Portuguesa consolidou-se ao longo do tempo, de modo semelhante às estruturas da administração sediadas em Lisboa, que, em maior ou menor grau, difundiam a burocratização por todo o Império Ultramarino Português. Essas estruturas conferiam poderes às esferas locais, sem, contudo, retirar do centro do poder político — isto é, da Coroa — o protagonismo efetivo nas decisões locais e imperiais mais relevantes. Segundo Melo e Michel, esse momento pode ser compreendido como um Estado Corporativo, no qual o poder político era composto por um corpo formado pela associação de prerrogativas entre diferentes grupos sociais, tendo o rei como sua cabeça (HESPANHA, 2012 apud MELO; MICHEL, 2024, p. 111). Na mesma perspectiva, Maria Fernanda Bicalho destaca que a atuação do monarca não se caracterizava por uma centralidade absoluta, tampouco por sua condição exclusiva de “cabeça” do reino, mas, sobretudo, por sua função de aplicador da justiça, diante da necessidade de arbitrar os diversos interesses dos indivíduos e da própria Coroa. (BICALHO, 2010, p. 364) Portanto no âmbito do Estado Corporativo, o rei atuava como mediador, buscando equilibrar as diferentes pretensões dos grupos políticos inseridos na administração portuguesa.

Os indivíduos responsáveis pelo desempenho das funções administrativas na América Portuguesa atuavam por meio de uma estrutura de centralização prática, fundamentada em instituições, normas e ordens régias. Eles representavam o poder do rei em suas respectivas jurisdições; entretanto, dependiam de dois fatores fundamentais para exercerem a mediação entre as instâncias superiores e a realidade colonial. De um lado, estavam condicionados às possibilidades de funcionamento da máquina administrativa e à eficiência hierárquica entre as diferentes camadas dos grupos políticos inseridos no sistema burocrático; de outro, dependiam da efetividade do poder

político que lhes era conferido pela Coroa (HESPANHA, 2010, p. 57). Esses agentes poderiam atuar em estruturas que auxiliavam ou desempenhavam funções diretas nos órgãos da administração, não havia necessariamente, uma hierarquia rígida entre esses órgãos.

Esse emaranhado institucional da burocracia portuguesa favorecia, na prática, a relativização da aplicação de ordens e leis, na medida em que cabia aos agentes atuantes na América Portuguesa a execução dos ordenamentos jurídicos e administrativos emanados das instâncias superiores. Um exemplo disso pode ser observado nas alfândegas, cujos recursos eram posteriormente encaminhados à sede da Coroa. Dessa maneira, o comércio de escravizados o transporte de cativos encontrava-se profundamente entrelaçado aos interesses de agentes particulares e públicos.

3. LEGISLAÇÃO DO TRANSPORTE DE ESCRAVIZADOS

Desde o final do século XVI, há registros de notícias e reclamações provenientes dos portos africanos acerca das condições às quais os escravizados eram submetidos durante o transporte marítimo (SALVADOR, 1981, p. 91). A superlotação das embarcações constituía uma prática recorrente, empregada com o objetivo de maximizar os ganhos financeiros no mercadejo de cativos. Já no final do século XVIII, segundo Ribeiro, existia uma taxa de mortalidade considerada comercialmente aceitável. (RIBEIRO, 2011, p. 8) Ainda assim, as práticas de superlotação não eram desconhecidas pelas autoridades locais e metropolitanas, sendo recorrentes tanto nos portos da América Portuguesa quanto nas praças africanas. As inúmeras denúncias tornavam constante o conhecimento acerca do descumprimento das orientações oficiais relativas às formas de transporte dos escravizados (VIEIRA, 2025, p. 138).

Por outro lado, sob a perspectiva da Coroa, a elevada mortalidade dos escravizados acarretava problemas financeiros significativos, uma vez que não era possível tributar os comerciantes pelos cativos falecidos. Dessa forma, os altos índices de mortalidade decorrentes da superlotação das embarcações acabavam por prejudicar tanto a Coroa quanto os governos locais, responsáveis pela arrecadação dos direitos reais incidentes sobre o comércio de escravizados. (RODRIGUES, 2018, p.345)

Diante desse cenário, a estratégia adotada pela Coroa para conter a superlotação consistiu na implementação da Lei das Arqueações, de 1684, considerada a primeira legislação no mundo voltada ao controle e à padronização do transporte de escravizados. Razão pela qual a burocratização do transporte de escravizados e o controle mais efetivo das embarcações foram utilizados pela Coroa como instrumentos para ampliar suas receitas. (OSÓRIO, 2016, p. 56)

Por outro lado, a legislação também implicava um maior controle da Coroa sobre o fluxo de escravizados em direção às Américas. À medida que esse fluxo aumentava, crescia igualmente a

demanda por mão de obra escravizada, condicionada por fatores como a quantidade de cativos ofertados e as particularidades internas dos contextos africano e americano. Na América Portuguesa, esse controle estatal impactava diretamente as finanças dos comerciantes, que viam na superlotação das embarcações um meio de maximizar seus ganhos. Nesse sentido, a intervenção direta do Estado no comércio privado de escravizados era mal recebida pelos mercadores. Desde a promulgação da lei, estabeleceram-se conflitos entre os interesses da Coroa e os dos comerciantes, embora ambos buscassem lucrar com o transporte de cativos. A justificativa régia, contudo, fundamentava-se no combate aos “males que o transporte inadequado causava à Fazenda Real” (SALLES, 2014, p. 212).

Embora os comerciantes estivessem formalmente obrigados a cumprir a legislação das arqueações, é plausível supor que uma parcela significativa deles desrespeitasse tais normas. Há registros documentais nos arquivos portugueses que evidenciam práticas recorrentes de transgressão da lei ao longo do século XVIII.¹ Entre 1720 e 1739, estima-se que 312.544 escravizados tenham desembarcado na América Portuguesa sendo os principais destinos a Bahia e Pernambuco. A observação das estimativas referentes aos anos analisados indica que o maior fluxo de escravizados ocorreu entre 1725 e 1729, período em que ingressaram mais de 100 mil indivíduos.² Esse aumento pode estar associado ao contexto econômico da exploração aurífera nas primeiras décadas do século XVIII, que contribuiu para a intensificação da demanda por mão de obra escravizada.

A partir das estimativas do banco de dados *The Slave Voyages*, a média de mortalidade de escravizados durante a travessia atlântica nesse período é de aproximadamente 10,7%. É importante salientar que esses dados constituem projeções elaboradas com base na documentação oficial do governo português, isto é, nos registros que, em tese, seguiam as determinações da Lei das Arqueações. Os comerciantes que burlavam essa legislação, contudo, evitavam registrar oficialmente a quantidade real de cativos transportados em suas embarcações, de modo a não produzir provas contra si. Isso porque, de acordo com a legislação vigente, mercadores, capitães e proprietários das embarcações que transgredissem as normas estabelecidas estavam sujeitos a multas de dois mil cruzados, acrescidas do dobro do valor de cada escravizado transportado em excesso, além da pena de degredo para o Estado da Índia pelo período de dez anos. (LARA, 2000, p.194)

Para que as punições fossem efetivamente aplicadas na prática, era necessária a atuação de agentes públicos locais, o que podia gerar conflitos de interesse entre esses agentes e os comerciantes responsáveis pelo transporte de escravizados. Práticas como descaminho e corrupção também podiam influenciar a aplicação da legislação nos portos, uma vez que mercadores e contratantes eram obrigados a realizar a arqueação das embarcações tanto na partida dos portos africanos quanto na

¹ A pesquisa doutoral que está sendo desenvolvida por mim no PPGH-UFBA, analisa diversas denúncias de transgressão da dita legislação entre os anos de 1720-1790.

² The Slave Voyages Database.

chegada às praças da América Portuguesa. Considerando que os regimentos anteriores à lei de 1684 eram de difícil aplicação nas alfândegas, a Lei das Arqueações, em seu dispositivo XVI, estabelecia punições específicas ao provedor-mor da Bahia e aos demais provedores da Fazenda caso auxiliassem na burla da legislação, se omitisse na sua aplicação ou negligenciassem a fiscalização das embarcações. Nesses casos, se condenados, poderiam perder seus ofícios, ser multados no valor correspondente ao dobro do preço dos escravizados transportados irregularmente e sofrer a pena de degredo para o Estado da Índia por seis anos. Punições semelhantes também eram previstas para os patrões-mores e para os mestres da Ribeira, que igualmente poderiam perder seus ofícios e ser degredados para a Índia pelo mesmo período. (LARA, 2000, p. 193)

Nesse sentido, a legislação buscava inibir os interesses particulares dos agentes públicos e, sobretudo, dos mercadores e contratantes que não respeitavam as normas anteriormente impostas pela Coroa. Ao mesmo tempo, a legislação que, em tese, deveria ser aplicada poderia interferir diretamente na experiência dos escravizados durante o transporte. Aspectos como a ampliação dos espaços a bordo, a melhoria da circulação de ar, a provisão de mantimentos para toda a viagem e outras obrigações previstas em lei tinham como objetivo oferecer condições minimamente melhores para que os escravizados chegassem vivos à América Portuguesa e pudessem desempenhar o trabalho compulsório que constituía a finalidade última da travessia (LARA, 2000, p. 192).

Os contratantes das embarcações e os mercadores, por sua vez, lançavam mão de diversas táticas para perpetuar práticas como a superlotação, valendo-se inclusive de estratégias discursivas e narrativas para justificar o descumprimento da legislação. A própria lei podia ser utilizada como artifício, uma vez que sua aplicação dependia da atuação de agentes locais. Nesse sentido, as estruturas de decisão e de aplicação dos governos locais e de seus subordinados tendiam a enfraquecer a efetividade da legislação, pois sua execução dependia diretamente dos agentes públicos, enquanto as redes de influência dos comerciantes frequentemente se mostravam mais eficazes do que a própria lei, ao menos por determinados períodos.

4. A OMISSÕES E ATRASOS NA APLICABILIDADE DE CONDENAÇÕES DE DESCUMPRIMENTO DAS ARQUEAÇÕES: NO CASO DO PROCESSO DE MARCOS GOMES DA SILVA

Os contratantes, mercadores e capitães das embarcações responsáveis pelo transporte de escravizados lançavam mão de diversas táticas para obter vantagens e ampliar seus lucros nesse comércio, ainda que isso implicasse, em um primeiro momento, o descumprimento das normas impostas pela Coroa, como no caso da arqueação das embarcações. Atuando em rede, muitos desses mercadores não se limitavam a negociar em uma única praça comercial. Assim, como estratégia adicional para dinamizar e ampliar o mercadejo de escravizados, esses comerciantes exploravam

diferentes mercados, como ocorreu no caso de Marcos Gomes da Silva, mercador e capitão de embarcações.

De acordo com as estimativas registradas no banco de dados *The Slave Voyages*, Marcos Gomes da Silva atuava no transporte de escravizados desde 1717, tendo como principal ponto de operação a praça da Bahia. Nesse ano, exercia a função de capitão do patacho *Nossa Senhora do Rosário e Almas*, cujo investidor era Manoel Souza Barreiros. Na viagem que partiu da Bahia com destino à Costa da Mina, foram embarcados 118 escravizados, dos quais apenas 105 sobreviveram à travessia. Após esse registro, não há, no referido banco de dados, novas ocorrências de viagens capitaneadas por Marcos Gomes da Silva entre os anos de 1718 e 1723.

Em algum momento entre os anos de 1718 e 1723, Marcos Gomes da Silva, então capitão da embarcação *São Jorge e Almas*, procedente da Costa da Mina com destino à cidade da Bahia, foi denunciado pelo provedor-mor da Bahia por transportar um número de escravizados superior ao permitido pela arqueação da embarcação. Dessa forma, foi enquadrado por burlar a Lei das Arqueações e, em consequência, sofreu as penalidades previstas no regramento vigente. Após a realização das diligências na embarcação, foi considerado culpado e multado na quantia de cem mil réis.

Não tendo conseguido livrar-se da culpa nem da pena imposta na Bahia, Marcos Gomes da Silva dirigiu sua primeira súplica ao poder régio e à estrutura burocrática do Reino em 1723. Nesse primeiro requerimento, solicitava, ainda que a própria legislação não previsse tal possibilidade, o adiamento da execução final da pena, alegando as concessões e reformulações que lhe haviam sido parcialmente favoráveis ao longo do processo.

Do Vosso capitão Marcos Gomes da Sila que se livra com alvará de fiança da quantia de cem mil reis da culpa que se lhe fez o provedor moenda fazenda da cidade da Bahia com o pretexto de que vindo o suplicante da Costa da Mina trouxera no seu navio São Jorge, e Almas mais escravos que sua arqueação, e por que fazendo toda a diligência por se livrando as culpa do dobro do tempo determinado dado o alvará e reformulação que se tem concedido e não tem sido possível.

{Para vossa} Majestade lhe mercê reformular o tempo do dito alvará para se acabar de livrar da dita culpa. (Requerimento do capitão Marcos Gomes da Silva, abril de 1723, AHU-Bahia, cx: 14)

Nesse primeiro alvará, o recorrente não menciona prazos para a execução da pena. Contudo, entre os anos de 1724 e 1730, conforme as solicitações constantes nos alvarás de fiança, o requerente passou a solicitar — e a obter — sucessivas prorrogações do prazo para o cumprimento da sentença, as quais variavam entre quatro e seis meses, de acordo com a documentação disponível.¹ No ano de 1724, os dados do banco *The Slave Voyages* indicam a realização de uma viagem capitaneada por

¹ Requerimento do capitão Marcos Gomes da Silva, abril de 1724, AHU-Bahia, cx: 16.

Marcos Gomes da Silva a bordo da embarcação *São Jorge e Almas*, que partiu da Bahia com destino à Costa da Mina em 1723 e retornou em 1724. Nessa travessia, foram embarcados 406 escravizados, 356 desembarcaram, 50 indivíduos morreram durante a viagem.¹ O que chama a atenção nesse caso é o fato de que, mesmo com a sentença ainda em aberto por descumprimento da Lei das Arqueações, o capitão não apenas continuou a realizar o transporte de cativos, como também utilizou a mesma embarcação envolvida na infração, conforme indicado nos requerimentos de alvarás de fiança. Ademais, embora o capítulo XVIII da referida lei determinasse expressamente que, além das multas, aqueles que fossem flagrados em descumprimento da legislação seriam “degredados por dez anos para o Estado da Índia”, não há indícios, nos requerimentos analisados, de que essa penalidade tenha sido efetivamente aplicada a Marcos Gomes da Silva. Ao contrário, o capitão encontrava-se em liberdade e seguia atuando no transporte de escravizados (LARA, 2000, p. 194).

Valendo-se das justificativas disponíveis para postergar o cumprimento da pena, em 1725 Marcos Gomes da Silva aproveitou a ida a Coimbra do desembargador Bento Coelho de Souza, responsável por seu caso, para requerer uma prorrogação de oito meses no prazo do alvará de fiança, alegando que o magistrado ainda não havia expedido a certidão de prazo. Nesse requerimento, contudo, a Coroa não atendeu integralmente à solicitação, concedendo apenas quatro meses adicionais de alvará de fiança.²

Para vossa majestade lhe faça mercê a vista da certidão reformar lhe o tempo por mais oito meses que se supõem serão necessários para ausência do ministro. (Requerimento de Marcos Gomes da Silva, setembro de 1725, AHU_ACL_015_cx:32)

Entre 1726 e 1729, houve oito solicitações de prorrogação de prazo, às quais foram concedidos períodos que variavam entre quatro e seis meses.³ Ao longo desses requerimentos, Marcos Gomes da Silva recorria reiteradamente à justificativa do pagamento dos “direitos e deveres” que lhe haviam sido concedidos, isto é, das quantias devidas à Coroa em razão da autorização para exercer a atividade comercial.⁴ Já em 1730, houve apenas um pedido de alvará de fiança, igualmente concedido por seis meses. Após esse período, não há registros de novas solicitações de alvará; contudo, Marcos Gomes da Silva permaneceu exercendo suas atividades como capitão.⁵

Entre 1727 e 1738, realizou três viagens partindo de Pernambuco com destino à Costa Ocidental da África, nas quais foram embarcados, ao todo, 1.164 escravizados. O último registro de

¹ The Slave Voyages Database.

² Requerimento de Marcos Gomes da Silva, setembro de 1725, AHU_ACL_015_cx:32.

³ Requerimento de Marcos Gomes da Silva, abril de 1726, AHU-Baía, cx:23; Requerimento de Marcos Gomes da Silva, outubro de 1726, AHU-Baía, cx:24.

⁴ Requerimento de Marcos Gomes da Silva, maio de 1728, AHU-Baía, cx:27

⁵ Requerimento de Marcos Gomes da Silva, fevereiro de 1730, AHU-Baía, cx:32.

suas viagens no banco de dados do *Slave Voyages* data de 1738, quando atuou como capitão de uma embarcação de bandeira inglesa. Nessa ocasião, partiu da Bahia com destino à Costa da Mina, embarcando 406 cativos.¹

O ano de 1738 também foi marcado pela execução da pena imposta a Marcos Gomes da Silva. O tribunal determinou que, em razão do transporte de um número de escravizados superior ao permitido pela arqueação da embarcação, e após sua condenação em juízo pela Fazenda Real ao pagamento de 800 mil réis, acrescidos do dobro do valor correspondente aos cativos transportados em excesso, fosse finalmente executada a sentença. Assim, todo o processo que permanecera suspenso sob a responsabilidade do desembargador Bento Coelho de Souza foi encaminhado para a efetiva execução da pena.²

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do processo envolvendo Marcos Gomes da Silva permite compreender como a estrutura administrativa do Império Ultramarino Português podia ser mobilizada de modo a favorecer interesses particulares em detrimento da aplicação rigorosa da legislação. As múltiplas instâncias decisórias, aliadas à lógica do Estado Corporativo, criavam condições para a relativização das ordens régias, favorecendo práticas de omissão, leniência e atraso na execução das penas.

Dessa forma, a legislação das arqueações, embora concebida como instrumento de controle do transporte de escravizados e de proteção da Fazenda Real, mostrou-se limitada em sua efetividade prática. A permanência dos condenados no comércio atlântico de cativos evidencia as contradições do aparato burocrático português e reforça a necessidade de compreender o funcionamento das estruturas de poder para além do texto legal, atentando para suas dinâmicas concretas no âmbito colonial.

FONTES

LARA, Silvia Hunold. **Legislação sobre os escravos na América Portuguesa**. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/41888925/Legislacao-sobre-escravos-africanos-na-America-Portuguesa>. Acesso: 24 de nov. 2025.

Requerimento de capitão Marcos Gomes da Silva, abril de 1723, AHU-Bahia, cx: 14

Requerimento de Marcos Gomes da Silva, abril de 1724, AHU-Bahia, cx: 16.

Requerimento de Marcos Gomes da Silva, abril de 1726, AHU-Baía, cx:23;

Requerimento de Marcos Gomes da Silva, agosto de 1729, AHU-Baía, cx:29;

¹ The Slave Voyages database.

² Requerimento do solicitador da fazenda real, abril de 1738. AHU-Baía, cx:65.

Requerimento de Marcos Gomes da Silva, agosto de 1729, AHU-Baía, cx:29.

Requerimento de Marcos Gomes da Silva, fevereiro de 1727, AHU-Baía, cx:25;

Requerimento de Marcos Gomes da Silva, fevereiro de 1730, AHU-Baía, cx:32.

Requerimento de Marcos Gomes da Silva, junho de 1727, AHU-Baía, cx:26.

Requerimento de Marcos Gomes da Silva, maio de 1728, AHU-Baía, cx:27

Requerimento de Marcos Gomes da Silva, outubro de 1726, AHU-Baía, cx:24.

Requerimento de Marcos Gomes da Silva, setembro de 1725, AHU_ACL_015_cx:32

The Slave Voyages Database. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/> Acesso em: 16 de nov.2025.

REFERÊNCIAS

BICALHO, Maria Fernanda. As tramas da política: conselhos, secretários e juntas na administração da monarquia portuguesa e de seus domínios ultramarinos. FRAGOSO, João; GOVÊIA, Maria De Fátima (org.). In: **NA TRAMA DAS REDES POLÍTICA E NEGÓCIOS NO IMPÉRIO PORTUGUÊS, SÉCULOS XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.363-394.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1998.

HESPANHA, António Manuel. Antigo Regime nos trópicos?: Um debate sobre o modelo político do império colonial português.” In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria De Fátima. (orgs.) **NA TRAMA DAS REDES POLÍTICA E NEGÓCIOS NO IMPÉRIO PORTUGUÊS, SÉCULOS XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MELO, Bruno Kawai S. M; MICHEL, Marília Azambuja R. Sistemas políticos e estruturas de poder. In: ARAÚJO, Andre De Melo (org.). **A ÉPOCA MODERNA**. Petrópolis – RJ.: Vozes, 2024, p. 97-195.

OSÓRIO, Inês Marinho. **O transporte de escravos no Atlântico: a arqueação dos navios negreiros**. Dissertação (Mestrado História Moderna e dos descobrimentos). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. 2016

RIBEIRO, Alexandre Vieira. **“Perdas em trânsito”: mortalidade escrava na travessia Atlântica**. Disponível em: https://snh2013.anpuh.org/resources/anais/14/1308099903_ARQUIVO_texto_alexandre_ribeiro_junho_2011.pdf. Acesso em: 07 Nov. 2025.

RODRIGUES, JAIME. Navio negreiro. SCHWARCZ, Lílían M.; GOMES, Flávio (org.). **DICIONÁRIO DA ESCRAVIDÃO E LIBERDADE**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p.343-348.

SALLES, Wesley Dartagnan. **Tempos de crise: o império português, a crise açucareira, o tráfico de escravos e a Lei das Arqueações (1640 1695)**. 2014. 251 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2014.

SALVADOR, José Gonçalves. **Os magnatas do tráfico negreiros: século XVI e XVII**. São Paulo: PIONEIRA, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VIEIRA, Erykles Natanael De Lima. **Império ultramarino português e a lei das arqueações: as condições do transporte de escravizados de angola e costa da mina para Pernambuco em meados do século XVIII**. Campina Grande, PB: EDUFCG, 2024.

POWER STRUCTURES IN THE PORTUGUESE OVERSEAS EMPIRE: FLAWS IN LEGISLATION GOVERNING THE TRANSPORTATION OF ENSLAVED PEOPLE AND OMISSIONS IN THE PUNISHMENT OF THOSE CONVICTED C. 1723 – C. 1738

ABSTRACT

The aim of this article is to investigate how the structures of the Portuguese bureaucratic state were used as mechanisms to hinder and delay the application of sentences against slave traders who circumvented the legislation regulating the slave trade between 1723 and 1738. In this sense, this work seeks to contribute to this field by analyzing the power structures in the Portuguese Overseas Empire, focusing on Portuguese America; the legislation concerning the transport of enslaved people; and the omissions and delays in the applicability of sentences resulting from non-compliance with the regulations, using the case of Marcos Gomes da Silva as a case study. To this end, documents from the Overseas Historical Archive were used, as well as data from The Slave Voyages platform. The methodology adopted was both qualitative and quantitative, combining careful documentary analysis and statistical analysis of the slave trade during the period studied. The main theoretical frameworks used were the concepts of Strategy and Tactics, by Michel de Certeau (1998), Experience, and Corporate State, by Antônio Manuel Hespanha (2012). It is observed that the various decision-making instances of local and metropolitan power that affected Portuguese America operated slowly, due to factors such as corruption, leniency, and obstacles from the bureaucratic structure itself, especially in cases of non-compliance with tonnage measurement standards.

Keywords: Transport of slaves; Modern State; Enslavement; bureaucracy; 18th century.

CAPÍTULO XIII

SOB O MANTO DOS SANTOS: COR, PODER E CARIDADE NAS IRMANDADES DE SANTO ANTÔNIO E SANTA IFIGÊNIA, BAHIA (1765-1834)

Rafaela Vieira ¹
Grayce Mayre Bonfim Souza ²

RESUMO

O artigo investiga as irmandades de Santo Antônio e Santa Ifigênia no povoado de Mato Grosso, freguesia de Rio de Contas (Bahia), durante a segunda metade do século XVIII. A partir da análise integrada de livros de entrada de irmãos, compromissos, registros administrativos e listas de contribuições, procura-se compreender como tais confrarias articulavam práticas devocionais, estratégias de distinção social e mecanismos de afirmação identitária em um espaço minerador periférico. Os resultados revelam estruturas confrariais complexas, com forte presença de forros, escravizados e mulheres em cargos administrativos, circulação de lideranças entre diferentes instituições religiosas e papel econômico fundamental na gestão de obras e rituais. Argumenta-se que essas irmandades operavam como corpos coletivos de gestão comunitária, nos quais fé, economia e etnicidade se entrecruzavam, permitindo que populações afrodescendentes inscrevessem suas trajetórias e negociassem espaços de reconhecimento em meio à ordem colonial.

Palavras-chave: irmandades negras; sertão baiano; etnicidade; economia devocional; Santa Ifigênia.

1. INTRODUÇÃO

A moldura religiosa da América portuguesa dos séculos XVII e XVIII dependia de instituições que mediavam entre a Igreja Tridentina e o cotidiano colonial. Entre elas, destacavam-se as irmandades leigas, organizadas em torno de um santo padroeiro e regidas por compromissos aprovados por autoridades civis e eclesiásticas. Boschi (1986) mostra que essas confrarias eram pilares do Antigo Regime, ultrapassando o campo devocional; no sertão baiano setecentista, tornavam-se espaços de negociação diante das desigualdades raciais, econômicas e políticas.

Além da espiritualidade, exerciam funções econômicas: conforme Oliveira (2013), acumulavam bens, administravam doações, cobravam anuais, negociavam créditos, contratavam obras e movimentavam recursos, o que reforçava seu prestígio e legitimava lideranças locais, já que o domínio da escrita conferia autoridade (Boschi, 1986). Em regiões mineradoras como Rio de Contas e Mato Grosso, marcadas por presença clerical irregular, as irmandades assumiram papel estruturante. Isnara Pereira Ivo (2009) demonstra que a vida sertaneja dependia de redes que articulavam parentesco, economia e devoção, nas quais as confrarias ofereciam estabilidade e espaços de agência

¹ Discente do curso de Licenciatura em História do DH/UESB- Campus Vitória da Conquista (Universidade Estadual da Bahia) Brasil

² Docente do Departamento de História DH/UESB- Brasil.

para grupos marginalizados. O estudo analisa as irmandades de Santo Antônio e Santa Ifigênia (Mato Grosso) a partir de documentação manuscrita do Arquivo Municipal de Rio de Contas: compromissos; o Livro de Entradas da Irmandade de Santo Antônio e Santa Ifigênia (1762–1834, doc. 02); o Livro de Entradas da Irmandade de Santa Ifigênia (1765–1769, doc. 03); e o Livro de Contas/Receitas/Despesas (doc. 07). Os registros permitem identificar perfis sociais e étnicos, redes de parentesco e ocupações, além de mensurar a capacidade econômica das irmandades, suas fontes de renda e a participação dos confrades no financiamento de festas e obras pias. Trata-se, porém, de um corpus exclusivo e fragmentário, sem séries contínuas ou duplicatas, o que exige abordagens micro-históricas e prosopográficas. A interpretação é assumida como reconstrução possível a partir de fragmentos, e não narrativa total, exigindo rigor paleográfico e verificações cruzadas.

A relevância historiográfica manifesta-se em três pontos: desloca o foco das irmandades para o sertão baiano, ainda pouco estudado (Messeder; Martins, 1991); utiliza documentação inédita; e evidencia as confrarias como arenas de disputa e criação identitária, particularmente a de Santa Ifigênia, que reuniu forros, escravizados, mulheres e mestiços em torno de uma devoção afro-atlântica (Souza, 2009; Brito, 2015), revelando um catolicismo sertanejo dinâmico e criativo.

2. SERTÃO MINERADOR: MATO-GROSSO, RIO DE CONTAS E ARREDORES

A formação do povoado de Mato Grosso está diretamente ligada ao avanço da frente mineradora. Segundo a tradição documentada por Messeder e Martins (1991), uma expedição chefiada por Francisco Ramos, ao atingir a margem do rio Brumado, encontrou um ponto de parada chamado Pouso dos Creoulos, onde viajantes, tropeiros e grupos negros livres se concentravam.

Com a descoberta de ouro nas cabeceiras do Brumado e em afluentes da região, a Coroa portuguesa intensificou a fiscalização do território, criando postos administrativos e fortalecendo o controle sobre o garimpo. Nesse contexto, em 1710, o bandeirante Sebastião Raposo estabeleceu oficialmente o povoado de Mato Grosso, que rapidamente assumiu importância estratégica. Em 1718, Mato Grosso foi elevado à condição de freguesia, tornando-se a Primeira Freguesia do Sertão de Cima, título que evidencia seu protagonismo no processo de interiorização do povoamento colonial.

Isnara Ivo demonstra que o sertão baiano do século XVIII não pode ser compreendido como um espaço isolado, mas como uma malha de circulação, estruturada por caminhos coloniais, rotas de tropeiros, vias de escoamento do ouro e conexões entre Jacobina, Rio de Contas, Minas Gerais e o Recôncavo. Isso ressignifica o entendimento do sertão como espaço articulado e funcional, e não como periferia distante. Mato Grosso formou-se justamente nesse eixo de circulação, beneficiando-se da movimentação de pessoas, mercadorias e informações.

A partir de 1720, a região passou a integrar novos arraiais, como Livramento (1724) e Jacobina, ligados pela Estrada Real, ampliando a dinâmica regional da mineração. Dentro da própria freguesia formaram-se núcleos distintos: Mato Grosso, associado às elites brancas; o Pouso dos Creoulos (futuro centro urbano de Rio de Contas), de perfil mais mestiço; e os “Arraiais dos Negros”, como Barra, Bananal e Riacho das Pedras, marcados por práticas culturais e redes familiares duradouras (Santana, 2005).

Mudanças na economia mineradora, problemas de salubridade e o deslocamento dos interesses fiscais da Coroa levaram à transferência do governo civil para a Vila Velha (1724) e, depois, para Rio de Contas (1745), tornando Mato Grosso um núcleo periférico, embora ainda central como freguesia e espaço religioso. Nesse cenário minerador e desigual surgiram as irmandades de Santo Antônio e Santa Ifigênia, fundamentais na vida comunitária, nos rituais, na assistência espiritual e na construção de identidades, sobretudo afrodescendentes.

3. A FORMAÇÃO DAS IRMANDADES DE SANTO ANTÔNIO E SANTA IFIGÊNIA NO SERTÃO MINERADOR BAIANO

A constituição das irmandades de Santo Antônio e de Santa Ifigênia no povoado de Mato Grosso inscreve-se no conjunto de transformações espaciais, administrativas e sociais desencadeadas pela mineração na região do Alto Sertão baiano ao longo do século XVIII. Como já demonstraram Messeder e Martins (1991) e Ivo (2009), a expansão das frentes mineradoras exigiu formas locais de organização comunitária capazes de suprir lacunas deixadas pela administração colonial e eclesiástica. Nesse contexto, as irmandades emergem como instituições de regulação moral, mobilização econômica e articulação identitária, funções que se ampliaram em áreas de fronteira administrativa, como o sertão de Rio de Contas.

3.1. A Irmandade de Santo Antônio

A Irmandade de Santo Antônio, insere-se em uma matriz larga de associações leigas do Antigo Regime, confrarias devocionais ligadas à paróquia-matriz do Santíssimo Sacramento, responsáveis por missas, enterros, esmolas e festividades, mas também por funções administrativas e de regulação moral local. Na análise documental feita, com registros de 1762 a 1834, revela uma confraria consolidada, responsável por organizar parte significativa do calendário devocional da freguesia.

A diversidade de perfis, como homens e mulheres, livres, forros e alguns escravizados, confirma o que Boschi (1986) descreve como a “amplitude social controlada” das irmandades mais tradicionais, sendo abertas à participação ampla, mas governadas por estruturas hierárquicas rígidas. Os cargos de juizes, procuradores e tesoureiros, por exemplo, aparecem predominantemente nas mãos

de sujeitos letrados e/ou proprietários (os documentos mostram repetição de nomes em cargos-chave) ligados a famílias de prestígio local, reforçando a ideia de que tais confrarias serviam também como espaços de legitimação social e política.

Santo Antônio deve ser compreendida como a confraria matriz de Mato Grosso sendo responsável por funções centrais da vida religiosa e administrativa do arraial, conforme demonstra Boschi (1986), nas paróquias do Antigo Regime português a irmandade vinculada ao santo padroeiro (no caso do povoado de Mato grosso, também conhecido localmente como Santo Antônio de Mato Grosso). Além de suas atribuições litúrgicas, a irmandade matriz exercia funções de administração moral e ordenamento comunitário, tal como ocorre em outras regiões coloniais descritas por Souza (2009). Sua centralidade advinha, assim, tanto de sua linha direta com a paróquia quanto de sua capacidade de mediar conflitos e legitimar práticas sociais dentro do arraial.

3.2. A Irmandade de Santa Ifigênia: identidade, autonomia e agência afrodescendente no sertão baiano

A Irmandade de Santa Ifigênia constitui uma das principais expressões de devoção afrodescendente no sertão minerador de Rio de Contas. Diferente da confraria de Santo Antônio, ligada à matriz paroquial e ao disciplinamento tradicional (Boschi, 1986), Santa Ifigênia nasceu como projeto identitário de negros, forros e escravizados em busca de um espaço próprio de culto e sociabilidade.

O Livro de Assentos (1765–1769, Doc. 02) sustenta a prosopografia e a análise da economia devocional. Em 1765, os irmãos justificam a criação de uma capela pela distância de três léguas até a matriz do Santíssimo Sacramento e pela dificuldade de acesso a sacramentos e sepultamentos, muitas vezes monopolizados pelas irmandades paroquiais.

Com isso, na página 005 está a cópia da provisão do Juiz Comissário Antônio José Lopes (provisão episcopal autorizando a ereção da capela de Santa Ifigênia), com o teor da petição, ou seja, o pedido dos irmãos para erguer capela às suas custas, dote de “duzentos mil réis” doado por Antônio Roiz de Souza, com limites do orçamento (para ornamentos, vinho, hóstias, paramentos), obrigação de ter livro de receita e despesa rubricado, condições para sepultamento e licenciamento final após a obra, datado de 27 de outubro de 1765 (certidão do vigário) e menção a 23 de agosto de 1765:

Aos que apresente minha provisão de ereção da Capela [...] por sua petição me enviaram a dizer o juiz e mais irmão de Santa Efigenia [...] que elles querião fazer a sua custa e das esmolos dos fieis, huma capela com a invocação de santa Efigenia em o Arrayal do matto Grosso [...] para que lhe fazia Escritura de dote e Patrimonio Antonio Roiz de souza [...] no valor de duzentos mil reis cujos credits dos (p.006) Duzentos mil reis, servirão para ornamentos e (multilados) vinho, eostias da dita capela sem onus nem condição alguma; cuja capela querião eregir, levantar para nella se enterrarem visto a opposição que estazião as duas Irmandades erectas na

mesma Matris do santo sacramento e santo Antonio ea distancia em que ficava desta vila daquele arrayal trez legoas, eq asim teriaõ aonde (mutilado) emterracemm. (Arquivo Municipal de Rio de Contas. Livro de entrada e Assentos da Irmandade de Santa Ifigênia (1765–1769). Transcrição da autora. Cód. Doc 02.)

Esse documento é a prova de que a irmandade pleiteou e obteve licença canônica e administrativa para erguer a capela. O Livro confirma que Santa Ifigênia constituiu uma forma organizada de sociabilidade religiosa afrodescendente, uma capela erguida mediante dote, gestão financeira registrada, participação feminina em cargos administrativos e uso estratégico de redes jurídicas. A capela não é apenas um lugar de culto é o produto material de uma ação coletiva que articula fé, economia e etnicidade no sertão setecentista.

A busca de autonomia da Irmandade dialoga com o que Reginaldo (2011) identifica em irmandades negras: a construção de territorialidade religiosa para garantir direitos rituais e preservar práticas devocionais que expressavam memórias e experiências de escravidão, liberdade e mestiçagem. Em Santa Ifigênia, a escolha de uma santa etíope, ligada à santidade feminina africana, reforçava essa etnicidade religiosa.

O Documento 07 registra o processo material dessa territorialização: pagamentos a mestres de obra, compra de materiais, créditos em oitavas de ouro e doações. A presença do mestre Manoel Franco evidencia o papel do trabalho especializado na construção da capela, articulando dimensões espaciais, devocionais, econômicas e étnicas que materializam a presença afrodescendente no sertão minerador.

O documento também revela o esforço econômico contínuo necessário para erguer e manter a capela, transformando-a em espaço sagrado construído pela própria comunidade e confirmando que a autonomia reivindicada em 1765 (Doc. 02) era sustentada por práticas reais de gestão. A irmandade funcionava como um corpo coletivo de financiamento, mobilizando recursos que garantiam a legitimidade do culto, algo típico das regiões de fronteira administrativa, como nota Souza (2009).

A Provisão de 1765 (Doc. 02) mostra que a irmandade surge já consciente de suas exigências jurídicas: registra escritura de dote para o patrimônio da capela, estabelece um livro próprio de receitas e despesas e determina prestação de contas anual ao vigário visitador. Essa organização administrativa ecoa a ideia de “economia devocional” definida por Boschi (1986), na qual a movimentação de donativos, serviços e recursos sustentava a autonomia simbólica e material das confrarias.

A documentação revela um traço distintivo da Irmandade de Santa Ifigênia, o expressivo protagonismo feminino em suas estruturas de governança e em sua prática devocional. No Livro de Entradas e Assentos (Doc. 02), mulheres aparecem não apenas como irmãs contribuintes, mas como juízas, procuradoras, mordomas e responsáveis por tarefas administrativas, algo raro nas irmandades

dominadas pela elite masculina. Essa predominância confirma análises de Reginaldo (2011), para quem irmandades negras frequentemente conferiam maior margem de atuação às mulheres, reconhecendo seu papel central na manutenção de redes de parentesco, solidariedade e religiosidade cotidiana.

Nomes como Bernardina dos Santos, Maria Jacinta, Sentenciana dos Santos, Joana Gonçalves, Maria Glis e Luzia de Oliveira Guimarães surgem repetidamente nos registros entre 1765 e 1769, demonstrando continuidade e influência. Essas mulheres exerciam funções de arrecadação, acolhimento de novos membros, fiscalização de dívidas devocionais e organização de festas, funções equivalentes às dos oficiais masculinos em irmandades mais tradicionais.

Em uma sociedade marcada por desigualdades raciais, jurídicas e de gênero, a atuação dessas mulheres na irmandade representa espaço significativo de agência, onde contribuem para o financiamento do culto, tomam decisões administrativas e fortalecem a circulação de valores identitários associados à santidade feminina negra (como Santa Ifigênia).

A presença feminina, mais marcante que na Irmandade de Santo Antônio, confirma que em Santa Ifigênia o protagonismo das mulheres não foi exceção, mas parte estrutural da lógica confrarial afrodescendente. Elas sustentaram o templo, organizaram festas, contribuíram economicamente e preservaram a memória comunitária, tornando-se pilares da identidade e da resistência no sertão minerador.

Assim, a irmandade surgiu como resposta coletiva às limitações da paróquia e às tensões raciais e sociais da região. Sua autonomia não representou apenas separação prática, mas afirmação identitária: a capela própria, a gestão de recursos, os cargos femininos e a organização ritual revelam um projeto comunitário consciente e politicamente significativo. Santa Ifigênia não só complementava o sistema confrarial de Mato Grosso, como redefinia o espaço religioso do sertão, tornando-se chave para compreender redes de solidariedade, agência e resistência afrodescendente na Bahia setecentista.

4. CIRCULAÇÃO DE SUJEITOS ENTRE IRMANDADES: REDES COMUNITÁRIAS, CAPITAL SOCIAL E PRESTÍGIO

A análise conjunta dos três documentos, revela um fenômeno estrutural para a compreensão da sociabilidade do sertão minerador, a circulação de sujeitos entre irmandades, muitas vezes acumulando funções religiosas, administrativas e econômicas em diferentes associações. Tal mobilidade não é apenas um dado nominal, é um mecanismo central da vida comunitária, da legitimação simbólica e da organização do poder em Mato Grosso.

Entre as figuras mais recorrentes encontra-se Antônio José Guilande (ou Giolande), no Livro 02, atua como escrivão responsável por registrar termos, atas e contratos, papel que exige letramento e domínio jurídico, atributos fundamentais de autoridade no Antigo Regime (Boschi, 1986). No mesmo período, seu nome também aparece nas listas de irmãos de Santo Antônio, sugerindo uma dupla pertença que o posicionava como mediador entre a irmandade matriz e a irmandade étnica. A circulação de Guilande revela que certos indivíduos operavam como nós documentais, responsáveis pela produção e validação escrita das instituições, e portanto indispensáveis à sua vida cotidiana.

Já Antônio Roiz de Souza, doador do dote de 200.000 réis para a fundação da capela, exemplifica o papel de indivíduos economicamente influentes que transitavam entre instâncias religiosas para garantir prestígio local. A instituição do dote, ato comum nas irmandades do período (Boschi, 1986), é aqui especialmente significativa, Roiz de Souza se inscreve como figura de projeção política, cuja participação legítima e viabiliza o nascimento da capela da irmandade negra. Sua presença reforça a ideia de que autonomia ritual dependeu de articulações transversais, envolvendo tanto afrodescendentes quanto setores economicamente dominantes.

Os dados inéditos reunidos, cruzando listas de irmãos, dote, atas e registros financeiros, mostram que a circulação entre irmandades não era exceção, mas regra. Ela definia prestígio, acesso a documentos, administração de recursos, construção do culto e negociação com autoridades. No sertão setecentista, onde havia poucas instituições formais, essas redes substituíam ou tensionavam o poder oficial. Compreender a circulação entre Santo Antônio e Santa Ifigênia é entender o funcionamento da comunidade, suas hierarquias, solidariedades e formas de agência afrodescendente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise integrada dos Livros de Entradas de Santo Antônio (Doc. 01), do Livro de entradas e Assentos de Santa Ifigênia (Doc. 02) e do Livro de Receitas e Despesas (Doc. 07) permite compreender as irmandades do sertão baiano como instituições muito mais complexas do que simples espaços de devoção. No contexto de Mato Grosso, território marcado pela mineração, pela mobilidade populacional e por hierarquias raciais rígidas, as confrarias operaram como arenas de identidade, poder e resistência, articulando fé, economia e etnicidade em uma dinâmica inseparável.

A Irmandade de Santa Ifigênia, em especial, revela-se como espaço privilegiado de construção da memória afrodescendente. A devoção à santa etíope, cujo culto remete a matrizes africanas e à hagiografia de santas negras, oferecia à comunidade parda, forra e escravizada um repertório simbólico capaz de reinscrever ancestralidades e vínculos comunitários, rompidos pela experiência da escravidão. Como observa Reginaldo (2011), irmandades de cor funcionavam como “comunidades morais ampliadas”, onde identidade e ritual se entrelaçavam. Em Mato Grosso, essa dinâmica

materializou-se tanto na inscrição dos nomes das irmãs e dos irmãos nos livros, quanto na construção física da capela, que se tornou um marco territorial da presença negra no sertão.

Essa territorialidade, visível no dote de duzentos mil réis, nos contratos de obra assinados com mestres locais e na administração contínua dos recursos (Doc. 07), revela que a irmandade assumiu funções amplamente políticas. A gestão de recursos, longe de ser mero procedimento administrativo, expressava uma forma de autoridade coletiva. Ao decidir onde aplicar o dinheiro, quem contratar, como ornamentar o templo e como organizar o calendário litúrgico, a comunidade dirigia ativamente o próprio destino espiritual e social. Como argumenta Boschi (1986), o manejo econômico nas confrarias produzia hierarquias e prestígio, no caso de Santa Ifigênia, esse manejo produziu também autonomia étnica.

A presença significativa de mulheres em cargos de juízas, procuradoras e mordomas, algo pouco comum em irmandades de matriz branca, reforça esse caráter de agência negra. O protagonismo feminino, confirmado pela documentação (Doc. 02), amplia a compreensão sobre resistência cotidiana, mulheres não apenas sustentavam financeiramente a irmandade, mas também dirigiam decisões, administravam rituais e mantinham redes comunitárias que ancoravam a vida social. Essa capacidade de liderança feminina contrasta com suas posições subordinadas no restante da sociedade colonial, evidenciando que a irmandade constituía um espaço contra-hegemônico, onde identidades podiam ser negociadas e fortalecidas.

As irmandades também operaram como mecanismos de ascensão e reconhecimento social. A circulação de sujeitos entre as confrarias, como Antônio José Guillande e Manoel Franco, mostra que múltiplas pertenças funcionavam como estratégia de ampliação de prestígio e redes de proteção. Para escravizados e libertos, a entrada como irmão, ou o financiamento de missas e obras, representava não apenas prática religiosa, mas também forma de acumular capital moral, visibilidade e, em alguns casos, proteção jurídica. Como sublinha Oliveira (2013), essas confrarias funcionavam como “amortecedores sociais”, oferecendo camadas de legitimação possíveis mesmo para indivíduos socialmente marginalizados.

Desse modo, as disputas com a matriz, evidenciadas nos autos da Provisão de 1765, demonstram que a irmandade negra não era um espaço passivo. Ao reivindicar capela própria, controlar seu patrimônio, administrar seus livros e contratar seus mestres, Santa Ifigênia afirmava publicamente sua agência organizada frente às estruturas brancas paroquiais. O conflito não deve ser lido como mero desacordo burocrático, mas como iniciativa deliberada de garantir dignidade ritual, territorialidade e controle sobre a própria memória. No sertão setecentista, onde o poder formal era escasso e a presença do Estado irregular, essas ações assumem dimensão profundamente política.

Assim, as irmandades de Mato Grosso funcionaram como verdadeiros corpos coletivos, onde fé, economia e etnicidade se entrecruzaram para produzir formas originais de sociabilidade. Santa Ifigênia, com sua capela construída, sua contabilidade própria, suas mulheres líderes e seus rituais identitários, representa um dos exemplos mais eloquentes de como as populações negras e mestiças do sertão baiano não apenas viveram sob o Antigo Regime, mas transformaram-no, criando espaços de pertencimento, resistência e autogoverno no interior do sistema colonial.

As evidências reunidas ao longo desta pesquisa demonstram que o sertão baiano precisa ser reposicionado na historiografia das irmandades religiosas. Tradicionalmente interpretado como área periférica ou de pouca institucionalidade, o Alto Sertão de Rio de Contas revela, por meio da documentação inédita aqui explorada, um universo confrarial altamente organizado, no qual agentes locais mobilizaram práticas administrativas, recursos econômicos e repertórios simbólicos para construir formas próprias de religiosidade e sociabilidade.

O estudo sistemático dos Livros de Entradas, do Livro de Fundação de Santa Ifigênia e do Livro de Receitas e Despesas permitiu reconstruir uma gramática social até então pouco conhecida, circulação entre as confrarias, protagonismo feminino, autonomia ritual e capacidade de gestão financeira. Esses elementos revelam que as irmandades do sertão funcionavam como arenas de negociação de identidades e de poder, nas quais comunidades afrodescendentes elaboravam estratégias de resistência e de afirmação pública.

A contribuição historiográfica deste estudo reside justamente em iluminar essa complexidade. Ao articular economia devocional, prosopografia e territorialidade, este trabalho demonstra que o sertão não deve ser lido como apêndice dos grandes centros coloniais, mas como espaço produtor de instituições, práticas e memórias próprias. A documentação aqui analisada, rara, fragmentada e, por isso mesmo, valiosíssima, abre caminhos para novas pesquisas com o cruzamento com livros sacramentais de batismo e casamento, a análise dos inventários post-mortem dos irmãos, o mapeamento espacial das capelas e arraiais, o aprofundamento das redes familiares e estudos comparativos sobre o papel das mulheres nas irmandades de cor.

Por fim, mais do que encerrar uma investigação, este trabalho inaugura novas perguntas e amplia horizontes interpretativos. As irmandades de Mato Grosso mostram que, no sertão baiano setecentista, fé, economia e etnicidade não eram dimensões separadas, mas componentes de um mesmo projeto comunitário de sobrevivência, autoridade e memória. Com isso, recolocam o sertão no centro das discussões sobre as múltiplas formas de resistência e construção do mundo colonial brasileiro.

REFERÊNCIAS

1. BOSCHI, Caio César. Os leigos e o poder: irmandades leigas e política em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.
2. BRITO, Rafaela de. Irmandades religiosas e identidades étnicas no Brasil colonial. *Revista de História*, n. 172, p. 120-140, 2015.
3. CAPINAN, Ubiraneila. O quilombo que remanesce: estudo de caso acerca dos impactos da política de certificação e de titulação do território sobre a identidade étnica dos quilombos remanescentes Barra e Bananal em Rio de Contas, Bahia.- Salvador, 2009.
4. CARDOSO, Cássia Eugênia Reis Silva. O processo de construção identitária da Comunidade Quilombola da Barra – Rio de Contas -Bahia / Cássia Eugênia Reis Silva Cardoso, Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens, Vitória da Conquista, 2014.
5. IVO, Isnara Pereira. Homens de caminho: trânsitos, comércio e cores nos sertões da América portuguesa – século XVIII. 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
6. MESSEDER, M. L. L., & Martins, M. A. M. (2007). Arraiais De Rio De Contas: Uma Comunidade De Cor. *Caderno CRH*, 4. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v4i0.18841>. Suplemento, 1991, p. 36-49
7. OLIVEIRA, Anderson José Machado de: Devoção Negra: santos pretos e catequese no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Quartet, 2008.
8. REGINALDO, Lucilene. Os rosários dos angolas – irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista. São Paulo: Alameda, 2011.
9. SANTANA, C. E. C. Processos educativos na formação de uma identidade em comunidades remanescentes de quilombos: um estudo sobre as comunidades de Barra / Bananal e Riacho das Pedras, no município de Rio de Contas-Ba. Salvador, 2005. Dissertação (Mestrado em Educação. Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade. 2005
10. SOUZA, Laura de Mello e. O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DOCUMENTOS MANUSCRITOS

11. BRASIL. Arquivo Municipal de Rio de Contas. *Livro de Entradas da Irmandade de Santo Antônio (1762–1834)*. Manuscrito. Cód. DOC 01.
12. BRASIL. Arquivo Municipal de Rio de Contas. *Livro de entrada e Assentos da Irmandade de Santa Ifigênia (1765–1769)*. Manuscrito. Cód. DOC 02.
13. BRASIL. Arquivo Municipal de Rio de Contas. *Livro de Receitas e Despesas da Capela e Irmandade de Santa Ifigênia (século XVIII)*. Manuscrito. Cód. DOC 07.

UNDER THE MANTLE OF THE SAINTS: COLOR, POWER AND CHARITY IN THE BROTHERHOODS OF SAINT ANTHONY AND SAINT IFIGENIA, BAHIA (1765-1834)

ABSTRACT

This article investigates the brotherhoods of Santo Antônio and Santa Ifigênia in the village of Mato Grosso, parish of Rio de Contas (Bahia), during the second half of the 18th century. Through an integrated analysis of membership books, commitments, administrative records, and contribution lists, it seeks to understand how these confraternities articulated devotional practices, strategies of social distinction, and mechanisms of identity affirmation in a peripheral mining area. The results reveal complex confraternity structures, with a strong presence of freedmen, enslaved people, and women in administrative positions, circulation of leadership among different religious institutions, and a fundamental economic role in the management of works and rituals. It is argued that these brotherhoods operated as collective bodies of community management, in which faith, economy, and ethnicity intersected, allowing Afro-descendant populations to inscribe their trajectories and negotiate spaces of recognition within the colonial order.

Keywords: Black brotherhoods; Bahian hinterland; ethnicity; devotional economy; Saint Ifigênia.

ST 04

NARRATIVAS MUDIÁTICAS SOB A LENTE DOS ESTUDOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE

COORDENAÇÃO: FÁBIO RONALDO DA SILVA (UNEB); WEVERTON SOCORRO DE
OLIVEIRA (UFPA)

CAPÍTULO XIV

MARIA LACERDA DE MOURA: DEGENERAÇÃO E O CORPO FEMININO NA VITRINE DO CAPITAL NAS PROPAGANDAS DA REVISTA FEMININA (1917–1920)

Deivison Barreto da Silva Filho¹
Pedro Guilherme Martins Dias De Lima²

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar discursos midiático através da Revista Feminina de São Paulo (1917-1920), exercendo um comparativo com o livro “A Mulher é uma Degenerada”, da autora anarco-feminista Maria Lacerda de Moura. Tendo em vista a problemática do controle médico sobre o corpo feminino, o artigo busca dialogar diretamente com as áreas de Saúde Feminina e propaganda na ótica de um estudo segmentado entre gênero e classe. Usando como recorte o governo do então governador do estado Altino Arantes Marques e a política caduca da república Café-Com-Leite, o trabalho usa da Revista para destacar a importância das narrativas propagandistas de produtos farmacológicos por um viés domesticador e patriarcal, exibindo o feminino na vitrine do capitalismo mercantil. Para isso tem-se como objeto o livro emancipatório da autora mineira e sua crítica ao sistema médico determinista e racista que se encontrava no contexto higienista da nova república. No referencial teórico usaremos Tania Regina de Luca (2005), para análise das fontes apresentadas Telles (2017), sobre feminismo e história da mulher no Brasil, Saffioti (1976) sob a perspectiva de gênero dentro da questão de classe no Brasil, Miguel Arias (2018) para história política e econômica do país, Helena Capelato (1989) para história da imprensa no Brasil e sobre cultura usa-se Sevcenko (2021). Espera-se que este trabalho fomente discussões historiográficas dentro do estudo sobre gênero na perspectiva de classe.

Palavras-chave: Saúde da mulher, Gênero, Brasil República.

1. INTRODUÇÃO

Debater as questões de gênero em produções historiográficas surge como um interessante modo de desenvolver discussões para além de análises tradicionais, haja vista as múltiplas formas pelas quais a ordem capitalista incorporou pela desvalorização das mulheres nos espaços de nossa sociedade. Entender, portanto, que tais limites foram confrontados por iniciativas das próprias mulheres ao longo da história permite reconhecer que esses papéis foram constantemente tensionados por movimentos e práticas de resistência, sob o princípio de combater as normas patriarcais há muito estruturadas como um dos motores do capital, um fato que de modo algum pode ser separado das discussões históricas sobre classe, bem diria Heleieth Saffioti ao afirmar que “o sistema capitalista, ao incorporar o patriarcado, reforça a situação de opressão da mulher” (SAFFIOTI, 1976, p. 45),

¹ Graduando em História pela UFCG (Universidade Federal de Campina Grande) email: deivison.barreto@estudante.ufcg.edu.br

² Graduado em História pela UFCG (Universidade Federal de Campina Grande) email: guilherme.dias@estudante.ufcg.edu.br

refletindo que gênero e classe constituem dimensões inseparáveis na compreensão das hierarquias sociais.

Através desse questionamento que este trabalho visa compreender, sob um olhar histórico crítico, a conjuntura feminina no Brasil em fins da década de 1910, especialmente acerca da temática do controle médico e moral exercido sobre a mulher, analisando propagandas veiculadas na Revista Feminina de São Paulo (1917–1920) e colocando-as em diálogo com a obra “A Mulher é uma Degenerada”, da autora anarco-feminista Maria Lacerda de Moura, evidenciando as tensões entre um projeto propagandista, domesticador e alinhado ao capitalismo mercantil, e um projeto emancipatório que confrontava o determinismo médico, o racismo científico e a lógica patriarcal estruturante da Primeira República.

Nosso trabalho possui como justificativa acadêmica a necessidade de revisitar fontes impressas, entendendo que estas ajudaram a moldar comportamentos e papéis de gênero no período, ao passo que a imprensa e a medicina higienista atuaram como aparelhos ideológicos que reforçaram a divisão sexual do trabalho, bem como a domesticação da mulher na República Café-com-Leite. Metodologicamente, o trabalho combina análise e leitura comparativa de fontes, articulando material de caráter midiático, a Revista Feminina, com uma obra revolucionária produzida no mesmo contexto histórico.

O referencial teórico desta pesquisa fundamenta-se nas contribuições sobre o uso de periódicos como fontes históricas, em especial a partir das reflexões de Tânia Regina de Luca, para quem jornais e revistas constituem documentos privilegiados para a análise histórica, não apenas por seu conteúdo textual, mas também pelos “aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes” (LUCA, 2008, p. 132), permitindo compreender seus modos de funcionamento e sua relação com a produção, circulação e legitimação de ideologias dominantes. Para o aprofundamento das temáticas abordadas, o estudo dialoga ainda com Telles (2017), Miguel Arias (2018), Capelato (1989) e Sevcenko (2021), entre outros autores que serão mobilizados ao longo da análise.

2. DESENVOLVIMENTO

Durante os primeiros anos da República, o Brasil passava por um período de economia em expansão. A indústria cafeeira expandia em números significativos e principalmente no estado de São Paulo e Minas Gerais as elites econômicas gozavam não apenas dos privilégios da economia agrário exportadora das sementes de café, e dos derivados do leite, mas também de todo um modelo político propício para a manutenção e ordem oligárquica das famílias paulistas e mineiras.

O que ficou conhecido como “república café-com-leite” não foi apenas um acordo entre as burguesias do sudeste brasileiro, mas também um modelo de exploração econômica oriundo dos

investimentos da Inglaterra interessada no desenvolvimento de um industrial de reserva rural dominado por uma elite local fiel ao modo capitalista de produção da Inglaterra. Processo esse que se iniciou nos derradeiros anos do império português, e se agravou ainda mais nos primeiros anos da recém inaugurada república, onde ficou marcado pelos “investimentos” da potência europeia no Brasil: “empréstimos aos governos imperial e republicano, implantação de ferrovia, modernização de portos, melhoramentos urbanos, e na forma de capital constante.” (Arias, 2018, p.250). Da mesma maneira, é importante destacar sobre o contexto da indústria em expansão outro fator importante:

Embora persista de certo modo, na memória nacional, a associação entre a República e o desenvolvimento da indústria nacional, é necessário destacar que a expansão cafeeira não propiciou apenas a melhoria dos portos e a implantação de ferrovias. De modo geral, ela estimulou e foi estimulada pelos melhoramentos urbanos e pelo desenvolvimento de determinados tipos de indústria ainda no período imperial. (Arias, 2018, p.253).

As indústrias farmacêuticas logo ganhariam espaços dentro do poder de compra das famílias burguesas, assumidos como itens de luxo, as propagandas dos Jornais da época ajudavam a propagar uma espécie de “moral burguesa” que seguia a linha de fetichismo mercantil ampliado por um poder aquisitivo nunca presenciado antes pelas elites da cidade.

Na década de 20, especificamente, “São Paulo concentrava 31% das unidades industriais nacionais, 29% dos capitais e 30% do operariado” (ibid. p.270). Seguindo esta lógica, o estado de São Paulo mostraria em níveis nacionais um aspecto de modernização avançada sob intensa exploração do operariado brasileiro em um aspecto único que modificou as relações trabalhistas do estado burguês, e também reordenou a estrutura familiar dentro da divisão social do trabalho, implantando um novo capitalismo necessitado de aparelhos de hegemonia e controle dos gêneros tanto masculinos quanto femininos.

No projeto das elites, a modernização significou também um reordenamento geral dos espaços da política, com a manutenção da exclusão popular desta, como no Império, e a reorganização dos espaços urbanos e rurais: às casas enfileiradas das colônias rurais corresponderam as vilas construídas nas cidades para confinamento e disciplinarização dos operários urbanos. À nova disciplina de trabalho imposta pela implantação do colonato no campo corresponderam as novas disciplinas de trabalho e de sociabilidade instauradas nas fábricas, nas escolas, nos teatros, nas ruas da cidade, na intimidade da casa. (Arias, 2028, p.273).

Assim, algo que é característico ao contexto da 1ª República é a reordenação de um modelo econômico que exigiu à burguesia nacional novos aparelhos de hegemonia para capitanear a classe trabalhadora através de consenso, isto não funcionaria de tal maneira, sem o apoio dos Jornais, revistas e periódicos vinculados àquela época. Não apenas para conter os movimentos sociais e as lutas pelas liberdades civis, mas também para servir o capitalismo mercantil através das propagandas

das grandes marcas de produtos importados ou nacionais de luxos que logo serviram como marcadores da grande diferença da evidente dinâmica de classe que se enfiou economicamente no país.

Sobre esse processo, a República que nascia no Brasil do início do século XX marcou presença na absorção da cultura cosmopolita europeia, sobretudo na modernização como valor para as normas de conduta da nação, parafraseando Nicolau Sevcenko:

Um tempo mais acelerado, impulsionado por novos potenciais energéticos e tecnológicos, em que a exigência de acertar os ponteiros brasileiros com o relógio global suscitou a hegemonia de discursos técnicos, confiantes em representar a vitória inelutável do progresso e por isso dispostos a fazer valer a modernização “a qualquer custo”. (Sevcenko, 1998, p.27).

Como resultante desse processo, a figura feminina ocupa lugar central na perspectiva moral, ao passo que as mulheres passaram a ser concebidas como agentes fundamentais na difusão dos novos valores burgueses, sobretudo no âmbito da vida privada, em que o consumo, a vida doméstica e o cuidado com o corpo e a família tornam-se fulcrais nesta lógica. Tais princípios, nesse contexto, foram constantemente difundidos nos veículos de comunicação com a finalidade de instruir a mulher para a vida doméstica.

Dessa forma, é necessário compreender a imprensa como difusor ideológico do processo de modernização capitalista, ao passo que revistas e jornais do contexto difundiram modelos normativos de feminilidade, domesticidade e consumo. Os impressos, portanto, contribuíram nesse aspecto para a consolidação de valores tradicionalistas da 1ª República, como afirma Nelson Werneck Sodré sobre “a influência que a difusão impressa exerce sobre o comportamento das massas e dos indivíduos [...] consiste na tendência à unidade e à uniformidade”, de forma que “tudo conduz à uniformidade, pela universalização de valores éticos e culturais” (SODRÉ, 1999, p. 1).

Figura 1 - Página da Revista Feminina sobre atividades domésticas



Fonte: *Revista Feminina*, São Paulo, 1917, p.40. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

Ao observar o recorte da Revista Feminina¹, nota-se a propagação de valores domésticos centrais da mulher no espaço privado, bem como a responsabilidade pela harmonia do lar na seção “*O menu de meu marido*”, em que a figura feminina é atribuída ao cuidado alimentar do esposo e da família, ou seja, a divisão sexual do trabalho doméstico em que a mulher surge como gestora da vida privada, assim assegurando o bem-estar e a ordem familiar, pilares da respeitabilidade burguesa no contexto republicano.

O consumo, portanto, surge como imperativo moral dirigido às mulheres, em que receitas, conselhos domésticos e a própria imagética da revista funcionam como dispositivos pedagógicos que ensinam modos de ser mulher, esposa e dona de casa. Sobre a mídia, entende-se que esta surge no contexto abordado como agente ativo no consenso patriarcal, nas palavras de Helena Capelato, “Na grande imprensa, onde se mesclam interesses políticos e de lucro, os recursos para a sedução do público são indispensáveis.”, sendo o informativo de rigor educativo e tradicionalista um meio de atrair mulheres para o consumo da revista, ao passo que consumiriam os produtos divulgados na mesma (Capelato, 1989, p. 15).

Nessa lógica, a revista também divulgava fármacos tidos como milagrosos ou produtos de higiene e beleza, apresentados como soluções imediatas para o corpo e para a vida doméstica feminina, expostos, principalmente, na coluna “*A Saúde da Mulher*”, objeto de análise de nosso trabalho. Esta veiculava um produto terapêutico homônimo à coluna e que se apresentava sob a aparência de orientação médica, mas que, na prática, operava como estratégia de venda de fármacos de eficácia duvidosa, amplamente divulgados por meio de testemunhos pessoais e linguagem pseudocientífica.

Snrs. DAUDT & OLIVEIRA — Movido pela gratidão, venho á presença de V.s. Ss. para agradecer-lhes os beneficios que, a pessoa de minha familia, trouxe o seu preparado A Saude da Mulher. Minha filha Maria Luiza, alumna da Escola Normal, soffrendo de incommodos provenientes da mudança de idade, usou A Saude da Mulher e com poucos vidros ficou radicalmente curada. Muito grato a V.s. Ss. pela cura que seu prodigioso remedio operou, aconselho-os publicarem estas linhas e offereço-lhes o retrato de minha filha, como uma prova de nosso reconhecimento. — Reginaldo Pereira da Silva. — Rio, 1.º de Julho de 1916. (Revista Feminina, 1917, edição 41)

A presente citação, divulgada na revista no ano de 1917, exemplifica a lógica mobilizada por esse tipo de publicidade, na qual uma experiência individual é convertida em suposta prova de eficácia terapêutica. O testemunho paterno, moralmente legitimado pela condição burguesa da família e

¹ A Revista Feminina (1914-1936) foi fundada em São Paulo - SP por Virgilina de Souza Salles em 1914, e objetivava, no interior da cultura católica tradicional, instrumentalizar comportamentos, valores e práticas consideradas adequadas às mulheres das camadas médias e elites urbanas. Vendida nos valores de 1000 réis (1917-1919) e 1200 réis (1920), a revista estruturou-se a partir das seções: Moda, Menu do meu Marido, Trabalhos Femininos, Como Enfeitar minha Casa e Saúde da Mulher.

escolar da filha, atua como estratégia de consenso, ao passo que esta associa o uso do preparado a uma cura rápida.

No entanto, é preciso questionar quanto à confiabilidade desses fármacos, uma vez que o anúncio apresenta o produto como solução para “incommodos provenientes da mudança de idade”, categoria que abarca múltiplas experiências corporais femininas e dilui precisões diagnósticas. O remédio, ao se mostrar apto a curar indistintamente, mostra contornos de panaceia, característica recorrente de produtos de eficácia duvidosa difundidos no período, Chalhoub (1996) exhibe que, no cotidiano do final do século XIX e início do XX, a autoridade médica encontrava-se longe de ser absoluta, convivendo com “curandeiros, práticas populares e soluções terapêuticas não regulamentadas” (Chalhoub, 1996, p. 119).

Portanto, uma possível cura não dependia exclusivamente da validação científica, de forma que redes de confiança, testemunhos e circulação dos discursos médicos favoreciam a difusão de tratamentos precários e preparados de eficácia duvidosa. Além disso, chama atenção o fato de que a carta é datada de 1.º de julho de 1916, mas reaparece nas páginas da revista em 1917, indicando a reutilização de testemunhos como estratégia de reforço publicitário, uma reciclagem de anúncios que mostra claras práticas correntes da imprensa da época, em que a temporalidade da informação era secundária frente à necessidade de exhibir uma eficácia do produto.

Nesse aspecto publicitário, os produtos surgiam com um quê milagroso para as senhoras que os consumissem, bem como a divulgação destes em linguagem atrativa além disso, foi observado que parte dos anúncios possuía fotografias de senhoras que desejavam expor seu progresso no tratamento, como, por exemplo, na seguinte página da revista:

Figura 2 - Página da Revista Feminina sobre tratamento facial



Fonte: *Revista Feminina*, São Paulo, 1919, p.57. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

O anúncio anterior, intitulado “ERUPÇÃO DA PELLE”, exhibe um tratamento de pele realizado pela sra. Ambrosina de Araujo Lyra, sugerindo que esta, após medicar-se com o “Elixir de Nogueira”, obteve êxito em findar a enfermidade que lhe acometia no rosto, divulgando uma fotografia da mesma. É preciso considerar que as fotografias compreendem pela interpretação artística de um fator material, portanto um registro e não sua totalidade factual, bem diria Walter

Benjamin que “A natureza que fala à câmara não é a mesma que fala ao olhar; é outra, especialmente porque substitui a um espaço trabalhado conscientemente pelo homem [...]” portanto as fotografias na mídia surgem por interesses específicos, afim de atrair o público através das mesmas, sem o comprometimento de que estas não sejam manipuladas por iluminação, poses e etc (Benjamin, 1994, p.94).

Dentro destas condições em que a mulher se encontra em uma sociedade solidificada do patriarcado na vida privada, econômica e social com o capitalismo em sua fase mercantil, os primeiros anos do século XX permitiriam o surgimento das primeiras organizações em torno dos direitos individuais das mulheres no Brasil. Acontece que a sustentação do poder patriarcal-estatal, seguido por anos de colonização brasileira, sendo o século XIX, o derradeiro deste longo processo ao qual a mulher assumiu uma posição social inferior, onde não participativa e era negada da vida pública, se chocou com o mundo operariado de trabalhadoras duplamente exploradas nas fábricas e no lar.

Os movimentos feministas, segundo a historiadora Maria Amélia Teles, surgiram na síntese das organizações anarquistas de 1907, nas greves das tecelãs das fabriquetas de São Paulo, reivindicando as jornadas de oito horas, anos após, em 1919, a greve de 30 mil têxteis, entre o número, homem e mulheres foi duramente reprimida pelas forças policiais do estado. Nesse mesmo período houve a primeira organização de mulheres num partido: com a fundação do Partido Feminino Republicano pela professora Deolinda Dalho, que reivindicava direito ao voto e ao exercício de cargos públicos para mulheres. (Telles, 1993, p.43).

Enfim, com a chegada da década de 1920, o movimento feminista dava outros passos em busca pela emancipação feminina, cita Telles que, a junção da bióloga, Berta Lutz, e da professora Maria Lacerda De Moura, que juntas fundaram a Liga Internacional da Mulher foi o avanço na luta pela igualdade da mulher na sociedade. (Telles, 1993, p.44). Dentro da federação destacavam-se importantes lutas como:

Promover a educação da mulher e o nível de instrução feminina: proteger as mães e a infância: obter garantias e legislativas e práticas para o trabalho feminino; auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientá-la na escola e uma profissão; estimular o espírito de sociabilidade e cooperação entre mulheres e interessá-las pelas questões sociais de alcance público; assegurar à mulher direitos políticos e preparação para o exercício inteligente desse direito; estreitar laços de amizade com demais países americanos. (Telles, 1993, p.44).

Dentro do que se estava em jogo, seria o pioneirismo anarco-sindicalista de Maria Lacerda De Moura, em atentar-se para os discursos sobre saúde pública e mulher dentro do sistema patriarcal que levaria a anarquista a entre seus clássicos livros escrever “A Mulher é uma Degenerada” de 1924, que dialogava entre muitos assuntos sobre o papel das indústrias sob o controle dos corpos femininos,

entretanto, propagados e circulados dentro dos jornais e círculo burguês, como vimos, no caso da revista *Feminina* de São Paulo.

Publicado no período em que o Brasil atravessava o auge das políticas higienistas, da burguesia, calcando-se na teoria do determinismo biológico na definição dos papéis sociais, o patriarcado não apenas dominava a moral sexual das famílias como também contava com um arsenal de argumentos técnicos-científicos, na virada da Primeira República, a ciência positivista formaria médicos, criminologistas e especialistas que buscavam explicar a inferioridade feminina por meio das ciências biológicas e sociais, associando o corpo da mulher à fragilidade, ao descontrole emocional e à degenerescência moral.

É nesse cenário, marcado pela ascensão do discurso médico-cientificista e pela consolidação da ordem social patriarcal-capitalista, em um país tomado por anúncios de jornais que vendiam o corpo da mulher como algo a ser domesticado através de remédios e produtos, que Maria Lacerda de Moura publica sua obra até então mais polêmica.

Analisando a conjuntura do período na contramão da ideologia dominante, Lacerda questionava a fundação do mito da inferioridade de gênero e das políticas públicas que utilizavam deste mito para reproduzir sistematicamente tal inferioridade, indo diretamente no argumento mais profundo desta tese, Lacerda encontra no médico italiano Cesare Lombroso “Bombarda considera a instrução feminina, a emancipação da mulher como poderosa força degeneradora, como elemento de esterilidade” (Moura, 2018 [1932], p. 55), a origem desta interpretação:

Considera "ridículo" qualquer esforço em prol da elevação da mulher até o homem. De que elevação se trata?... O que se vê hoje, é uma mediocridade alarmante por parte do "sexo alto"; nem um vislumbre de mentalidade, cousa alguma que provoque desejo de imitação. Pelo contrário. E si a mentalidade masculina normal, comum, tivesse algo de consciente, certamente a mulher não estaria tão ignorante, tão atrasada. Pelo lado moral?... creio bem que não é disso que trata o Sr. Bombarda. (Moura, 2018 [1932], p. 55).

No Brasil, o discurso médico-cientificista encontrou ressonância nas formulações do psiquiatra português Miguel Bombarda, que, ancorado em pressupostos lombrosianos e nas teorias da degenerescência, atribuiu às mulheres a origem da “inferioridade” e da “degeneração humana”, associando tais processos a supostas diferenças físicas e psicoemocionais. Essas interpretações dialogavam diretamente com o neomalthusianismo, corrente em ascensão nos países de capitalismo industrial, ao defender o controle populacional como resposta à pobreza, transferindo ao Estado e às instituições médicas a função de regular a natalidade das classes trabalhadoras e às mulheres, sobretudo as economicamente exploradas, a submissão a práticas de domesticação moral e comportamental. No contexto brasileiro, tais ideias circularam amplamente por meio dos jornais e

revistas, que atuaram como dispositivos de difusão e naturalização da disciplina do corpo feminino, legitimando-a como requisito para a modernidade e para a ordem social burguesa.

As propagandas presentes na *Revista Feminina* não apenas reafirmavam o padrão de conduta burguês, como também produziam as próprias condições de consumo que as mulheres, sobretudo as de classe média alta, deveriam seguir para se afastar da “degeneração” atribuída às mulheres pobres. Diversos aparelhos de hegemonia contribuíam para essa pedagogia do corpo feminino: escolas, farmácias,¹ imprensa, igrejas, hospitais, clínicas privadas (inclusive as de aborto clandestino) e, de modo decisivo, as empresas nacionais e norte-americanas de cosméticos e produtos farmacêuticos. Conclui ela em uma passagem do livro:

Atrás daquelas que saem em busca do pão do vestuário vai, de certo, a multidão inconsciente e louca das que buscam o gôso, o conforto material, o luxo, a vaidade, a satisfação do instinto. Tudo consequência do regime capitalista, da organização de privilégios e preconceitos em que a mulher não passa de cousa (coisa). (Moura, 2018 [1932], p. 289/290, grifo nosso).

É justamente essa engrenagem que Maria Lacerda de Moura enfrenta em *A mulher é uma degenerada*. No livro, a autora denuncia tanto a dimensão econômica desse modelo sustentado pelo Estado burguês e pela indústria da saúde e da beleza quanto o ideal moral que ele propõe: o da mulher “perfeita”, civilizada, estéril, pura e afastada da suposta degenerescência que a ciência positivista e o higienismo republicano atribuíam às classes populares. Para Lacerda, esse ideal feminino nada mais era que a vitrine do capital, uma forma de disciplinar o corpo das mulheres e submetê-lo às exigências morais e mercantis da modernidade burguesa, como bem observado neste trecho:

Escrava do salário, do jugo do trabalho domestico obrigatório para o sexo feminino, protegida pelas leis e pelo homem que lhe exige trabalho incompatível com as suas forças e lhe paga menos e compra ou vende-lhe o corpo dentro e fora do casamento, tudo legalizado. (Moura, 2018 [1932], p.199).

3. CONCLUSÃO

A consolidação do capitalismo no início do século XX imprimiu à experiência da mulher brasileira uma dinâmica específica: ao mesmo tempo em que reforçou a divisão sexual do trabalho e a dependência feminina, criou mecanismos simbólicos e materiais para o condicionamento do corpo da mulher às necessidades do patriarcado.

Nesse contexto, nosso artigo evidenciou o papel central das mídias impressas, em especial os jornais, na exploração da indústria de massa, estruturando um consenso midiático que patologizou o

¹ Apesar dela não citar diretamente as farmácias nessa participação, podemos observar que estas instituições hegemônicas praticavam o *merchandising* dos produtos “milagrosos” naquela época, sustentando a ideia de “artigos de luxo” em seu imaginário.

corpo feminino a partir do discurso da “degeneração”, apresentando a mulher como corpo doente e dependente do controle médico-farmacêutico para sua integração à sociedade republicana. Na *Revista Feminina*, tal lógica se expressa naquilo que Gramsci definiu como o verdadeiro “jornal burguês integral”, isto é, “o jornalismo que não só pretende satisfazer todas as necessidades de uma certa categoria de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades” (Gramsci, 2001, p. 197), articulando funções intelectuais, culturais, ideológicas e políticas orientadas pelo espírito da mercadoria.

Em contraposição, o pensamento de Maria Lacerda de Moura revela uma perspectiva feminina contra-hegemônica, simultaneamente antiburguesa e crítica aos discursos médico-paternalistas, ao propor uma concepção dialética, educativa e emancipatória da maternidade, capaz de romper com as condições periféricas e opressivas impostas ao feminino no Brasil Republicano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIAS NETO, Miguel. **Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente (1889–1930)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BENJAMIN, Walter. *Pequena história da fotografia*. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GRAMSCI, Antonio. Caderno do Cárcere. Vol2 :**Os intelectuais. O princípio Educativo. Jornalismo**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Civilização Brasileira: Rio De Janeiro, 2001, p.197.

MOURA, Maria Lacerda de. *A mulher é uma degenerada*. Edição fac-símile comentada. Organização e edição de Fernanda Grigolin. São Paulo: Tenda de Livros, 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Editora Expressão Popular, 2015.

SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DE LUCA, Tânia Regina. **A história dos, nos e por meio dos periódicos**. São Paulo: Contexto, 2008.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

ABSTRACT

This work aims to analyze media discourses through the *Revista Feminina de São Paulo* (1917-1920), making a comparison with the book “*A Mulher é uma Degenerada*” (The Woman is a Degenerate), by the anarcho-feminist author Maria Lacerda de Moura. Considering the issue of medical control over the female body, this article seeks to engage directly with the fields of women's health and advertising through a segmented study of gender and class. Using the administration of then-state governor Altino Arantes Marques and the outdated political regime of the *Café-Com-Leite* republic as a framework, the work uses the magazine to highlight the importance of narratives promoting pharmaceutical products from a domesticating and patriarchal perspective, showcasing femininity in the showcase of mercantile capitalism. To this end, we will focus on the emancipatory book by the Minas Gerais author and her critique of the deterministic and racist medical system that existed within the hygienist context of the new republic. The theoretical framework will be based on Tania Regina de Luca (2005) to analyze the sources presented: Telles (2017) on feminism and women's history in Brazil; Saffioti (1976) from a gender perspective within the class issue in Brazil; Miguel Arias (2018) on the political and economic history of the country; Helena Capelato (1989) on the history of the press in Brazil; and Sevckenko (2021) on culture. We hope that this work will foster historiographical discussions within the study of gender from a class perspective.

Key-words: woman's health, gender, Brazil Republic.

FONTES

Revista Feminina. São Paulo, p.40, 1917. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 dez. 2025.

Revista Feminina. São Paulo, p. 14, 1917. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 dez. 2025.

Revista Feminina. São Paulo, p.57, 1919. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 dez.2025

CAPÍTULO XV

“TÁ PASSADA?” REPRESENTAÇÕES MIDIÁTICAS E MITIZAÇÃO DE SILVETTY MONTILLA NO IMAGINÁRIO LGBTQIA+ BRASILEIRO

Deivide Eduardo de Souza Gomes ¹

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo identificar, a partir de pesquisa bibliográfica e documental, os indícios de mitização que atravessam a construção da imagem pública de Sílvio Cássio Bernardo, artista que personifica a drag queen *Silvetty Montilla*. Entre os resultados, a pesquisa evidencia a persistência do artista no imaginário LGBTQIA+ brasileiro, operando em um regime de mitização dissidente, sustentado pela memória coletiva e pelos afetos partilhados, em meio aos processos históricos de estigma e exclusão que atravessam sexualidades dissidentes no Brasil.

Palavras-chave: Representação midiática. Mitos. Mitização dissidente. Silvetty Montilla. LGBTQIA+.

1. INTRODUÇÃO

As que se apropriam de estruturas narrativas para produzir sujeitos que ocupam posições centrais no imaginário coletivo. A imprensa, a televisão, o rádio, o cinema e diferentes plataformas digitais têm, de modo recorrente, nomeado e consagrado determinados indivíduos como estrelas, ícones culturais, atribuindo-lhes valores simbólicos que extrapolam suas trajetórias individuais.

Nesse processo, narrativas míticas atravessam afetos e memórias e funcionam como referências identitárias. No caso da população LGBTQIA+, marcada por marginalização, sub-representatividade e estereótipos, essa mitização assume contornos específicos, onde ativismos e narrativas alternativas deixam pistas no processo. Pensando nisso, o objetivo desse estudo é identificar os indícios de mitização que atravessam a construção da imagem pública de Sílvio Cássio Bernardo, observando de que modo narrativas midiáticas, discursos afetivos e memórias coletivas colaboram para a sua consolidação como ícone cultural LGBTQIA+ no Brasil.

Para tanto, o trabalho propõe a realização de uma proposta exploratória com abordagem qualitativa. Por meio de uma incursão bibliográfica e documental (Gil, 2018) sobre a trajetória artística de Sílvio Cássio, tomou-se como ponto de partida a sua biografia (Gamba, 2017) e a identificação dos indícios de mitização compreendidos como desdobramentos da leitura teórica previamente realizada. A saber, foram identificados: a) consagração simbólica e historicização

¹ Mestrando em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGC) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Brasil.

discursiva; b) performances como arquivos narrativos. Utilizou-se da técnica bola de neve (Fragoso, Recuero e Amaral, 2011) para coleta do material disponível na internet.

A pesquisa justifica-se pela necessidade de estudos qualitativos que evidenciem os processos midiáticos responsáveis por consolidar *Silvetty Montilla* como ícone no imaginário LGBTQIA+ brasileiro, ainda pouco explorados sob a ótica da produção simbólica de sua trajetória artística. Além disso, a abordagem contribui para compreender a mitização como mecanismo de resistência e de produção de pertencimento em um grupo historicamente marcado por apagamentos e disputas por visibilidade.

2. O MITO: APONTAMENTOS E REFLEXÕES

Nos estudos ocidentais, a compreensão do mito foi historicamente ancorada na tradição grega, cuja recorrência como referência fundadora decorre de processos de hegemonia cultural e epistêmica. Por contraste, no Oriente, “o mito sempre pareceu conscientemente integrado na cultura, experienciado pelo homem e vivido pela sociedade” (Sancassani, 2018). Essa centralidade conceitual, longe de ser neutra, orienta até hoje abordagens teóricas que, ao privilegiarem modelos normativos de sujeito, tendem a marginalizar ou tornar pouco legíveis as sexualidades dissidentes.

Sancassani (2018) demonstra, em relação ao contexto grego e clássico, que o conceito de *mýthos* passou por um processo de reconfiguração vinculado ao progressivo afastamento de uma organização simbólica fundada na submissão ao plano divino e às figuras de poder associadas ao invisível. O autor entende essa transformação em três perspectivas articuladas: a etimológica (as mudanças do termo da épica às primeiras críticas filosóficas e historiográficas); a histórica (as alterações político-sociais e religiosas gregas entre os séculos VIII e VI a.C); e a epistemológica (a emergência de regimes de conhecimento que valorizam a comprovação, a evidência empírica e a racionalidade, em detrimento da ambiguidade do que se pode chamar de discurso ordálico).

Ainda na exposição de construções analíticas do conceito, Barthes (2009) desloca o mito do campo do real para o domínio do discurso, compreendendo-o como um sistema de comunicação, uma mensagem historicamente produzida. Diante disso, o autor considera que não se trata da matéria de que o mito é composto, mas que essa matéria, seja uma fotografia, um discurso escrito, entre outros exemplos, pode operar como apoio à fala mítica, desde que mobilizada como suporte de significação. Hall (2016, p. 76) explica que, para Barthes, a ênfase estaria “na aplicação de um modelo de linguagem a um conjunto de práticas culturais bem mais diversificadas”.

Eliade (1979), ao tratar dos mitos religiosos, agrega à compreensão da construção dos mitos uma forma de experiência simbólica fundamental que ultrapassa a ficção ou “criações irresponsáveis da psiqué”. Para ele, os símbolos e imagens são instrumentos que permitem ao indivíduo

historicamente condicionado reencontrar uma dimensão “ahistórica” e, assim, acessar verdades existenciais, dando ênfase, desse modo, na memória coletiva e na pluralidade das interpretações simbólicas. A tendência de Eliade aos universalizantes anteriores à história permitiria a localização de verdades profundas do ser humano.

Também é possível localizar, no campo das práticas comunicacionais, diferentes processos de compreensão sobre a construção de mitos. Citamos aqui dois exemplos: o primeiro é Bezerra (2011) que trata da construção do “mito político contemporâneo” e a esfera da comunicação de massa na sua constituição. Aproximando-se especialmente das observações de Raoul Girardet (1987 apud Bezerra, 2011), a autora entende que esse tipo de mitificação se dá nos imbricamentos entre os usos dos meios de comunicação de massa para capitalização da imagem simbólica, do poder carismático e dos diferentes processos de heroificação. O segundo exemplo é o pensamento de Fernandes (1997) que, ao dialogar com Umberto Eco (1987 apud Fernandes, 1997), mostra que os mitos da cultura de massa, sinalizados como “mitos midiáticos”, não operam como universais e atemporais. Trata-se de figuras aglutinadoras de aspirações coletivas específicas, historicamente localizadas, que se tornam referências simbólicas precisamente por sua capacidade de condensar experiências, afetos e valores.

As formulações contemporâneas sobre mito político e mito midiático contribuem significativamente para compreender os processos de consagração simbólica no interior das práticas comunicacionais, especialmente aqueles associados à visibilidade ampliada e à institucionalização promovida por sistemas midiáticos de grande alcance. No entanto, esses regimes de reconhecimento delimitam um horizonte específico de análise, ancorado em formas de legitimação amplamente reconhecidas. E embora produtivo, esse enquadramento revela limites quando se considera a existência de regimes distintos de produção de mitos, particularmente vinculados a trajetórias dissidentes historicamente marcadas pela experiência LGBTQIA+. Nesses casos, o reconhecimento simbólico permanece ancorado em circuitos comunitários específicos, não sendo plenamente absorvido pela mídia de massa, ainda que acesse pontualmente seus dispositivos para a circulação da imagem pública.

3. TRAJETOS DE VISIBILIDADE: DO SÍLVIO CÁSSIO À SILVETTY MONTILLA

Compreender Silvetty Montilla exige reconhecer o gesto performativo que a cria: a drag é produto da trajetória de Sílvio Cássio Bernardo, e a separação entre artista e persona tende a ocultar processos centrais de construção de imagem pública e performatividade na circulação midiática. É a dimensão autoral, no campo da formação artística e biográfica de Sílvio, que explica a base da representação de *Silvetty* no imaginário LGBTQIA+ brasileiro. Nascido em 5 de julho de 1967, Sílvio Cássio é ator, humorista, apresentador e transformista. Trabalhou como costureiro, vitrinista,

instrumentista de banda marcial e chegou a ser auxiliar de promotoria no Ministério Público de São Paulo. Sua formação e carreira se consolidaram em São Paulo, onde o circuito noturno e as casas de espetáculo moldaram seu repertório performático.

O nome artístico *Silvetty Montilla* surge “em homenagem a uma artista famosa na noite paulistana da época, *Pauletty*. A amiga *Sha-Divinne* lhe deu o sobrenome em uma noite de comemoração. ‘Montilla, um rum com 38% de teor alcoólico’” (Gamba, 2017, p. 39). Transformista negro, Sílvio Cássio começou sua trajetória artística como bailarino e dublador. Como *Silvetty Montilla*, iniciou interpretando *Xica da Silva* (1976), em referência à protagonista homônima ao filme brasileiro que foi interpretada pela atriz Zezé Motta. Neste percurso, *Silvetty Montilla* ganhou diferentes concursos de transformismo e assumiu, também, a posição de apresentadora nas casas de shows das noites paulistanas.

Com mais de três décadas de atuação na arte do transformismo, Sílvio Cássio ajudou a construir a história da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, que é reconhecida como a maior manifestação social do gênero no mundo. A drag queen chegou a participar da primeira edição do evento, em 1997. Dos anos 1990 até os anos recentes, *Silvetty* já participou como articuladora, repórter, apresentadora e entusiasta do evento. Além disso, engajou-se no final dos anos de 1990 na luta em favor das pessoas que vivem com HIV (PVHIV), participando do evento Alerta CaridAids que mobilizou as boates da capital paulistana ativas na época para arrecadar recursos para o tratamento contra o vírus HIV.

A união com o ativismo pelas questões voltadas à população LGBTQIA+ fez com que Sílvio, com o nome de sua drag, se candidatasse ao cargo de Vereador pela cidade de São Paulo em 2012, e ao cargo de Deputado Estadual pelo Estado de São Paulo em 2014. Ao tratar das suas motivações para lançar-se como candidato, Sílvio diz que:

“Ser negro e gay no Brasil é nascer já levantando bandeira. Não dá para fingir que vivemos numa sociedade igualitária de direitos. Somos maioria em número populacional, mas minoria nas oportunidades, eu tenho consciência de que sou exceção. Tudo o que conquistei foi graças a muito trabalho, a muito enfrentamento e empoderamento do que sou” (Gamba, 2017, p. 36).

A atuação de Sílvio não se restringe ao circuito noturno: o artista participou de montagens teatrais. Gamba (2017) cita que a estreia do artista foi com a peça *Cindy ou Fregi* (1998), de Carlos Alberto Sofredini e a peça de destaque foi *Non é Vero, É Veríssimo* (2004), um espetáculo baseado nas crônicas de Luís Fernando Veríssimo. Sílvio relata que “ali pude perceber que eu era ator, pois não interpretava a *Silvetty*, eu tinha outro personagem, e percebi que poderia criar outros tipos, outras personas” (Gamba, 2017, p. 45). Nesse percurso, em contato com o teatro, Sílvio destacou-se como um dos precursores LGBTQIA+ de linguagens contemporâneas da comédia no Brasil e chegando a

lançar, em 2015, o seu próprio *stand-up Segunda Dose de Montilla*. Além disso, foi membro do elenco do musical *Cartola — O Mundo é um Moinho* (2016).

Silvetty Montilla já circulou por diferentes mídias e seus formatos, tais como o cinema e audiovisual, onde participou do documentário *A Volta da Pauliceia Desvairada* (2012) dirigido por Lufe Steffen e do filme *Do Lado de Fora* (2014), dirigido por Alex Carvalho. Na televisão, *Silvetty Montilla* já atuou em diferentes gêneros televisivos e emissoras brasileiras, sendo convidada para programas de auditório, além de se destacar na interpretação de personagens como a transsexual *Charuba Massad*, da série de humor *Toma Lá da Cá* produzida pela Rede Globo. Na internet, ela fez parte do elenco de voz de *Super Drags* (2018), uma série de animação adulta brasileira produzida pela Netflix. *Silvetty* também apresentou programas como *Café com Montilla* e, desde o ano de 2014, o *Academia de Drags*, o primeiro *reality show* de *drag queens* do Brasil.

No decorrer de sua trajetória, observam-se movimentos da atuação de *Silvetty Montilla* em diferentes espaços da indústria criativa brasileira. Mais que isso. Sua trajetória biográfica, artística e midiática percorrem por ambientes tradicionalmente associados à marginalidade e guetos que refugiam sexualidades dissidentes até ambientes midiáticos de maior visibilidade. Esse trânsito permitiu o alcance a públicos diversos, ao passo que não dissociava o seu trabalho das pautas e do entretenimento conectado às suas identificações com o movimento LGBTQIA+ brasileiro. A articulação com diferentes mídias e seus formatos permitiu observar, a partir desse inventário contextual, os modos pelas quais diferentes representações midiáticas que envolvem *Sílvio/Silvetty* articulam repertórios simbólicos e afetivos no imaginário coletivo.

4. INDÍCIOS DE UMA MITIZAÇÃO DISSIDENTE

Os consagração simbólica e historicização discursiva constituem um dos primeiros indícios do processo de mitização observado. No material analisado, *Silvetty Montilla* é reiteradamente colocada em posições de destaque na cena drag ao longo dos anos. Essas nomeações operam como mecanismos de consagração informal, estabilizando sua figura como referência histórica e afetiva no interior da comunidade. *Silvetty Montilla* já foi citada em cadernos especiais da *Folha de S. Paulo*¹

¹ Por ordem de apresentação das titulações simbólicas: a) “top drag”, ver em: COMEMORE o dia da Aids. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 5, n. 240, 24 nov. 1996, Caderno Revista da Folha, p. 52.; BLUE Space. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 9 jul. 2004, Caderno Guia Balada, p. 10.; b) “onipresente”, ver em: DRAGS ganham novo status. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 set. 1997, Revista da Folha, p. 68.; c) “uma das drags mais invejadas da cena clubber paulistana”, ver em: FIORAVANTE, C. Palomino imortaliza a cena em livro. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 nov. 1999, Caderno Folha Ilustrada, p. 1.; d) “personalidade da noite”, ver em: PARADA Gay pára a cidade no domingo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 4, n. 222, 15 jun. 2001, Caderno Guia Folha, p. 86.; e) “Rainha da Parada”, ver em: RIPARDO, S. Após parada, *Silvetty Montilla* ataca na Europa e lança “drag music”. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Seção Ilustrada, 15 jun. 2006.; f) “a mais bem-sucedida cria da casa”, ver em: FELITTI, C. O fim do Mondo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Revista São Paulo, 9 fev. 2014.; g) “diva”, ver em: SHOWS. **Folha de S. Paulo**, Caderno Guia Folha, 13 nov. 2015.; h) “pioneira”, ver em: GREGORIO, R. Drag queens defendem o mundo gay em série. **Folha de S. Paulo**, São Paulo,

como *Guia Folha* e *Folha Ilustrada* “top drag” no informe de divulgação do Alerta CaridAids; “onipresente”; “uma das drags mais invejadas da cena clubber paulistana”, assim mencionada em reportagem sobre o lançamento livro *Babado Forte: Moda, Música e Noite da Virada do Século 21*, de Erika Palomino, em que *Silvetty* é citada como uma das referências da cena gay paulistana; “personalidade da noite”; “Rainha da Parada”, em referência à sua presença na Parada do Orgulho LGBT de São Paulo; “a mais bem-sucedida cria da casa” para referenciar o trabalho da drag queen na boate Nostromondo; “diva”; “pioneira”, ao ser referenciada como inspiração para personagem na animação *Super Drags*; “imperdível”, em divulgação de sua presença na casa noturna Blue Space.

Além disso, houve a inclusão de Sílvia/*Silvetty Montilla* na lista dos “10 gays mais poderosos do Brasil”, publicada pelo caderno *Folha Ilustrada*, da *Folha de S. Paulo* em 2006, utilizando-se como critério para a constituição do ranking a “capacidade deles de influenciar decisões e comportamentos coletivos”¹. O jornal mobiliza uma lógica que desloca *Silvetty Montilla* do plano performático para o plano de referência social, sendo investida simbolicamente com estatuto de poder. Para além das menções anteriores que operam como formas de reconhecimento situadas no circuito cultural e noturno paulistano, a presença da drag no ranking marca um deslocamento qualitativo nesse regime de nomeação. Ela ultrapassa a lógica promocional e divulgação episódica e atribui à *Silvetty Montilla* um estatuto de influência social reconhecida em um espaço editorial de maior densidade simbólica no interior do jornal.

Em mídias alternativas, a consolidação de vocativos comunitários também está presente. Pode-se citar², como exemplos, o jornal *Mídia Ninja*, que a referencia como “a maior drag queen do país” e “lendário”; o canal LGBTQIA+ no Youtube *Põe Na Roda* “verdadeira lenda da arte drag”, “mãe da arte drag”, “precursora” e “diva” para abordar a importância de sua trajetória pessoal e artística. Também são encontradas menções à *Silvetty* como “lenda da noite paulistana”. “lenda viva”, “ícone” e “referência da nossa cultura LGBTQIAPN+”. Além disso, a escola de samba paulistana

Caderno Ilustrada, 30 out. 2018; i) “imperdível”, ver em: BALADAS. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Caderno Guia Folha, 9. nov. 2018.

¹ Ver em: RIPARDO, S. Lista revela os 10 gays mais poderosos do Brasil; leia destaques GLS, **Folha de S. Paulo**, 8 nov. 2006.

² Por ordem de apresentação das titulações simbólicas: a) “a maior drag queen do país”, “lendário”, ver em: PHELIPE, K. *Silvetty Montilla: a maior drag queen do país fala sobre saúde, legado e o sonho de fazer novela*. **Mídia Ninja**, 19 abr. 2025. Disponível em:

<https://midianinja.org/silvetty-montilla-a-maior-drag-queen-do-pais-fala-sobre-saude-legado-e-o-sonho-de-fazer-novela/>. Acesso em 10 jan. 2026.; b) “verdadeira lenda da arte drag”, “mãe da arte drag”, “precursora” e “diva” Ver em: SILVETTY MONTILLA: Festa a SALVOU do HOSPITAL | Foi VAIADA? Branco na GLOBO - *Põe Na Roda* Cast, Canal *Põe Na Roda*. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=y4kCCIEspy4&t=83s>. Acesso em: 10 jan. 2026.; c) “lenda da noite paulistana”, ver em: EVOLUÇÃO das drag queens no Brasil: de Miss Bía a Pablo Vittar | Foquinha FBI. Canal Foquinha FBI, 28 jun. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t81NdjEVMXA>. Acesso em: 14 jan. 2026.; d) “lenda viva”, “ícone”, “referência da nossa cultura LGBTQIAPN+”, ver em: <https://www.instagram.com/reel/DRm5TeCkWDb/>. Acesso em: 8 jan. 2026.; e) “A Rainha da Noite”, ver em: ESTRELA do Terceiro Milênio - Grupo Especial (SP) - Íntegra do desfile de 01/03/2025, Globoplay. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/13385606/?s=24m55s>. Acesso em: 5 jan. 2026.

Estrela do 3º Milênio trouxe, em 2025, *Silvetty Montilla* como destaque no carro alegórico Stonewall: o orgulho e a noite LGBTQ+, com a fantasia *A Rainha da Noite*, em referência ao seu estatuto simbólico de referência para a comunidade LGBTQIA+.

A recorrência de vocativos simbólicos e epítetos em mídias alternativas evidencia a consolidação de um regime comunitário de mitização em torno de *Silvetty Montilla*. Os termos apontados, diferentemente da consagração mediada exclusivamente por dispositivos hegemônicos de comunicação de massa, mostram que esse reconhecimento emerge dos circuitos comunitários, alternativos ou, ainda, por conteúdos midiáticos de pessoas aliadas às pautas da diversidade LGBTQIA+ brasileira. Este percurso constrói, fortalece e reitera a autoridade simbólica por repetição, afetividade e compartilhamento de memórias. É nesse sentido que vemos um distanciamento dos processos comunicacionais discutidos por Fernandes (1997) e Bezerra (2011). O processo de mitização de *Silvetty Montilla* se dá por formas específicas de autonomia e estabilização do reconhecimento.

Enquanto mitos midiáticos e mitos políticos contemporâneos se apoiam em um regime de visibilidade contínuo e institucionalizado dos meios de comunicação de massa, responsável por biografar e reiterar suas imagens públicas, consolidando-as para além dos circuitos que as originaram, a mitização dissidente, como no caso de *Silvetty Montilla*, opera por meio da repetição vocabular ancorada na afetividade comunitária e na memória partilhada nos circuitos LGBTQIA+, sendo apenas ocasionalmente ratificada por aparições na imprensa, na publicidade ou em peças ficcionais. A presença da drag queen como destaque alegórico no desfile da escola de samba Estrela do 3º Milênio, sob a designação de “*A Rainha da Noite*”, amplia esse processo ao traduzi-lo em uma forma ritualizada de visibilidade, na qual a figura mítica é performada coletivamente e reinscrita no espaço público sem se autonomizar de seu pertencimento comunitário.

Observando a trajetória do artista, também é possível identificar a performance como arquivo narrativo como um dos indícios do processo de mitização de *Silvetty Montilla*. Entende-se esse vestígio como o deslocamento da persona performática da efemeridade da cena para formas de fixação simbólica, nas quais a performance passa a ser preservada, reinterpretada e reinscrita em obras ficcionais, funcionando como matriz para a criação de personagens e narrativas midiáticas. Nesse sentido, destaca-se a personagem *Vedete Champagne*, presente na animação brasileira *Super Drags* (2018), cuja construção ficcional condensa códigos estéticos e performáticos associados à cultura drag brasileira. O reconhecimento explícito, por parte dos criadores da animação, de que a personagem foi inspirada no trabalho artístico de *Silvetty Montilla* indica que sua performance antecede a ficção e opera como referência narrativa, na qual o corpo e a persona dissidente são convertidos em arquivos simbólicos conectados ao circuito comunitário que lhes confere sentido.

Outros exemplos dessa recorrência são *Suzinha*, dona de uma clínica estética clandestina na série televisiva *Chamado Central* (2016); a transexual *Charuba Massad*, no seriado humorístico *Toma Lá, Dá Cá* (2007); *Osvaldinho*, em *Pé na Cova* (2014). Já na sua biografia, o idealizador e produtor do musical *Cartola — O Mundo é um Moinho* (2016) explica que a desenvoltura de *Silvetty Montilla* fez com que o dramaturgo Artur Xexéo escrevesse “*Aurélia Pitangas*, fundadora da *Escola de Samba Arengueiros de Curicica*, personagem destaque no musical” (Gamba, 2017). Essas personagens possuem traços performáticos que encarnam, embora não nomeados explicitamente, repertórios corporais vocais e estéticos reconhecíveis de *Silvetty Montilla*.

Quando o artista Sílvio é convidado para o elenco nos casos citados, os dispositivos ficcionais incorporam os gestos e os repertórios singulares da performer. Assim, a drag funciona como uma matriz narrativa e a ficção a legitima e a arquiva. Os formatos ficcionais inspirados em seu trabalho constituem indícios de uma mitização que preserva e retransmite elementos da performance dissidente sem que essa circulação se desloque do circuito comunitário para uma centralidade durável na mídia de massa, razão pela qual não se consolida como um mito midiático.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura qualitativa das representações midiáticas de *Silvetty Montilla*, que neste estudo foi articulada à trajetória biográfica de Sílvio Cássio, à identificação de títulos simbólicos e vocativos comunitários e a inscrição da performance como arquivo narrativo, permitiu mapear um regime de mitização dissidente que se distingue dos mitos contemporâneos inscritos por regimes de visibilidade no contexto dos meios de comunicação de massa. A análise mostrou que a figura de *Silvetty* se consolida por repetição vocabular e afetiva dentro de circuitos LGBTQIA+, encontra eco em mídias alternativas e é reinscrita em formatos ficcionais e ritualizados. Esses elementos funcionam como indícios de mitização ao fixar traços performáticos e ativar circulações afetivas que reiteram sua presença simbólica, mais do que por uma biografia exemplar amplamente difundida.

Importa sublinhar que a mitização situada neste estudo convive com o reconhecimento simbólico que não se traduz, necessariamente, em proteção institucional, em ganhos materiais ou autonomia frente às estruturas hegemônicas de visibilidade. A persistência de *Silvetty Montilla* no imaginário LGBTQIA+ brasileiro coexiste com formas de invisibilização, estigma e precariedade que atravessam a experiência de sujeitos dissidentes. Evidencia-se que a mitização dissidente opera tanto no campo da memória coletiva e dos afetos partilhados como em resposta a processos históricos de exclusão.

Reconhecem-se as delimitações analíticas que indicam caminhos para pesquisas futuras: o estudo concentra-se em um caso singular e em materiais selecionados, o que abre espaço para

investigações de natureza semelhante com outros sujeitos dissidentes, bem como para análises qualitativas adicionais sobre Sílvio Cássio que possam aprofundar os mecanismos aqui identificados ou, ainda, mapeando outras operações simbólicas possíveis. Recomenda-se, também, a observação das condições e dos discursos institucionais que favorecem ou limitam a construção simbólica de mitizações dissidentes. Ademais, reconhecer mitizações dissidentes é deslocar a ênfase da visibilidade massiva para a memória comunitária e o reconhecimento LGBTQIA+.

REFERÊNCIAS

BARTHES, R. **Mitologias**. Tradução: Rita Buongiorno; Pedro de Souza; Rejane Janowitzer. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ltda, 2009.

BEZERRA, A. K. G. O mito Lula: política, discursos e cenário midiático. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011. Disponível em: <https://dspace.sti.ufcg.edu.br/handle/riufcg/3881>. Acesso em 6 jan. 2026.

ELIADE, M. **Imagens e Símbolos**. Tradução: Maria Adozinda Oliveira Soares. 1 ed. Lisboa: Arcádia S.A., 1979.

FERNANDES, T. O mito midiático: um sobrevoo teórico. **Facom, UFBA**, Salvador, 1997. Disponível em: <https://facom.ufba.br/sentido/omito.html>. Acesso em 4 jan. 2026.

FRAGOSO, S.; RECUERO, R.; AMARAL, A. **Métodos de Pesquisa para Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

GAMBA, R. **Silvetty Montilla - 30 anos: é o que tem pra hoje!!!** A trajetória do maior transformista do Brasil. São Paulo: Glostri, 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

HALL, S. **Cultura e Representação**. Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Apicuri, 2016.

SANCASSANI, V. **Os rumos do conceito de mito e a fenomenologia peirceana**. 2018. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21775>. Acesso em 20 dez. 2025.

“TÁ PASSADA?” MEDIA REPRESENTATIONS AND THE MYTHIZATION OF SILVETTY MONTILLA IN THE BRAZILIAN LGBTQIA+ IMAGINARY

ABSTRACT

This study aims to identify, through bibliographic and documental research, the indications of mythization that shape the construction of the public image of *Silvio Cássio Bernardo*, the artist who performs as the drag queen *Silvetty Montilla*. Among the findings, the research highlights the artist's enduring presence in the Brazilian LGBTQIA+ imaginary, operating within a regime of dissident mythization sustained by collective memory and shared affections, amid the historical processes of stigma and exclusion that have marked dissident sexualities in Brazil.

Keywords: Media representation. Myths. Dissident mythization. Silvetty Montilla. LGBTQIA+.

ST 05

QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NA PESQUISA E NO ENSINO

PATRÍCIA CRISTINA DE ARAGÃO (UEPB); CRISTIANE MARIA NEPOMUCENO (UEPB)

CAPÍTULO XVI

A ESCRAVIDÃO QUE NOS CIRCUNDA: NOTAS INTERPRETATIVAS E PROBLEMATIZADORAS DA OBRA *ÚRSULA* DE MARIA FIRMINA DOS RÉIS

Maylon Rick Domingues Costa ¹

RESUMO

Esse artigo visa discutir as temáticas sócio-históricas que permeiam a literatura de escrita feminina negra. Nele, apresentamos a primeira produção literária abolicionista, o romance *Úrsula*, criado e escrito por Maria Firmina dos Réis (1822-1917), primeira romancista negra do Brasil e da América Latina, cujas escritas serviram de pontapé inicial para denunciar as pernósticas atrocidades da escravidão. A obra supracitada fora publicada pela primeira vez em 1859. porventura, nosso objetivo é apresentar o respectivo romance, enquanto uma representação de um Brasil escravocrata, nas visões e perspectivas da escrita literária de uma mulher negra. Além de destacar como o elemento da escravidão ainda pode se ramificar através das bases estruturais do racismo, que além de perpetuar a cultura da violência, do preconceito e da discriminação, ainda se encarrega de trabalhar no apagamento proposital da imagem da autora como figura essencial na nossa historiografia. Relegando-a a uma figura não tão importante que beira a um protótipo de ostracismo racial póstumo e remanescente. Para a desenvoltura deste artigo, utilizamos a metodologia da pesquisa bibliográfica e documental, tendo como fontes a obra supramencionada e sites universitários, acerca da temática. Nos aportamos nos estudos de algumas autoras como referencial teórico que dentre elas temos: Evaristo (2005), Duarte (2005) e Krachenski (2018). Considera-se que a obra *Úrsula*, enquanto romance inaugural, apresenta uma potencial explicação sobre a sociedade brasileira, na experiência e representação da autora em tela. Este romance, do ponto de vista dos estudos étnicos, permite compreender as questões relativas ao crime de escravidão e tráfico negreiro na perspectiva de uma mulher negra, cuja perspicácia de colocar personagens escravizados que fizessem essa denúncia dentro de um romance “despretensioso”, fosse classificado como uma audácia que transcende as barreiras impositivas de uma cultura estruturalmente racista e misógina. O circular da obra, ainda escancarava as funestas formas de vivência da sociedade do Brasil Imperial, tornando o romance, um verdadeiro precursor abolicionista, uma literatura ficcional permeabilizada de vividas memórias que conscientiza sociedades e muitas outras realidades, que ainda sentem na pele, o agouro das múltiplas marcas da escravidão que sempre nos circunda.

Palavras-chave: Literatura afro-brasileira; Escritora negra; Sociedade brasileira

SLAVERY THAT SURROUNDS US: INTERPRETIVE AND PROBLEMATIZING NOTES ON THE LITERATURE WORK “*ÚRSULA*”, BY MARIA FIRMINA DOS RÉIS

ABSTRACT

This article shall discuss the socio-historical themes that circle the black female literature. In it, we'll discuss the first ever abolitionist literary work, the novel known as *Úrsula*, written and created by Maria Firmina dos Réis (1822-1917), the first black female novel writer in Brazil and Latin America, whose writings served as a starting point to bring attention towards the horrifying atrocities of slavery. The novel was first released in 1859. The main objective of this article is to present this literature work as a representation of Brazil during an era of slavery, shown through the visions and perspectives of a black woman's literature. It also highlights how the era of slavery can still branch out throughout the years as the main structural bases of racism, as to which, besides carrying on the culture of violence, prejudice, and discrimination, leads to intentionally erasing the author's image as an essential figure in our historiography, turning her into an unimportant figure bordering on a prototype of posthumous and residual racial ostracism. Throughout the

¹ Graduando em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB (Campus I), na Cidade de Campina Grande, Paraíba - Brasil.

development of this article, we have used the methodology of bibliographic and research through documentaries, utilizing the novel and the university websites as main sources of research on the subject. We have also relied on the studies of several different authors as a theoretical framework, including: Evaristo (2005), Duarte (2005), and Krachenski (2018). It is considered that the work *Úrsula*, as an inaugural novel, it presents a potential explanation of the Brazilian society through the author's experience and representation. From the perspective of ethnic studies, this novel allows us to understand the spoils of time related to the crime of slavery and the slave trade through the perspective of a black woman, whose perspicacity in placing enslaved characters who associated this literature work as an "unpretentious" novel, is eventually classified as an audacity that transcends the imposing barriers of a structurally racist and misogynistic culture. The main nature of the novel further exposes the grim ways of life in Imperial Brazilian society, making the novel a true precursor to the abolition of slavery, a fictional literature permeated with vivid memories that raises awareness in modern societies and many other realities that still feel the results of the multiple historical marks of slavery that always surround our everyday lives.

Keywords: Afro-Brazilian literature; Black writer; Brazilian society

1. INTRODUÇÃO

É perceptível do quão nefasto fora a escravidão em esfera mundial, mas especificamente nas terras brasileiras, o sangue dos escravizados derramados de maneira execrável nos diferentes meios sociais, é algo ao qual jamais será esquecido, por mais que haja tentativas de haver o apagamento dos horrores da escravidão, ela se manifesta em múltiplas vertentes, sendo uma delas, a denúncia reverberada nas páginas de uma literatura pudica e pungente, que o caso da esplendorosa, obra *Úrsula*, criada e escrita pela autora Maria Firmino dos Reis, escritora e professora negra maranhense, que através do seu romance de estreia, escancarou sem subterfúgios, a mácula da escravidão, ainda muito presente no Brasil, mais especificamente no Maranhão, sendo o local de origem da obra e da própria autora.

Em uma época regida sob os padrões patriarcais de dominação exclusiva advindos da classe predominantemente Burguesa, a modesta e Aguerida Firmina dos Réis em sua casta posição social, se submeteu a ações consideradas "levianas e ousadas" para época do Brasil Imperial, conseguiu a muito custo, publicar obras que resplandecem as ações pernósticas da escravidão, no seio familiar brasileiro. Não é à toa que Eduardo de Assis Duarte, afirmava que *Úrsula* inaugurou a literatura afro-brasileira (Duarte, 2017, p. 230. apud. Machado, 2018, p. 34). Inauguração essa apagada propositalmente pelas vertentes historiográficas brasileiras que afirmavam que este tipo de literatura de denúncia social, só se resplandecia a partir de entre meados dos anos de 1860 em diante, sendo que a obra *Úrsula* fora escrita um ano antes e publicado no ano supracitado, marcando de uma vez, uma das inúmeras defasagens analíticas que a historiografia impõe a escritos de pessoas de autoria negra.

É nesse contexto, que o referido trabalho tem por finalidade explicitar de maneira brevemente didática os aspectos sócio-históricos que permeabiliza o primeiro romance abolicionista brasileiro, destacando fatos e elementos compenetrados em sua vertente literária, além de realçar a importância da literatura negra na sociedade brasileira e manter vivo o legado da autora como precursora desses movimentos abolicionistas. além do próprio romance como fonte de pesquisa bibliográfica, o trabalho

possui o aporte teórico das temáticas de história, literatura e historiografia negra, embasadas nas ideias de autores como Duarte (2005), Evaristo (2005) e Krachenski (2018). Além de pesquisas acadêmicas que complementam os eventos aqui descritos. O artigo está dividido em duas sessões: o primeiro abordará a importância da literatura negra para a historiografia brasileira e o segundo explicita de maneira breve, parte da vida da autora e a publicação do seu romance de estreia, além de trabalhar com os aspectos de denúncia social da escravidão apresentadas na obra, destacando as cenas e a problematização das mesmas, no limite ao qual este trabalho está submetido.

Deste modo, escolher *Úrsula* como obra que aborda às questões de memórias a serem resgatadas deste ostracismo político proposital, fora essencial para que as pesquisas étnico-raciais possuísem uma relevância cuja contribuição possa ser disseminada cada vez mais nos espaços políticos e pedagógicos que consigam trabalhar o tamanho de sua importância.

2. AS RELAÇÕES INTERDISCIPLINARES ENTRE A HISTÓRIA E LITERATURA NEGRA: UM PROJETO HISTORIOGRÁFICO QUE QUASE SE DISSIPOU

As histórias literárias detêm o significativo poder de personificar realidades outrora vividas em outras épocas. Entretanto, quando nos referimos ao século XIX, período ao qual marcado pela dominação massiva do patriarcalismo e das vertentes escravagistas, sabemos que eram essas mesmas elites que detinham o poder de estudar nas universidades de Direito e Medicina sendo as únicas até aquele momento presentes na sociedade brasileira ou até mesmo de se estudar fora para aprimorar os seus dotes. É por causa dessas formações, que somente os homens ricos e de famílias influentes que tinham o direito a uma educação de primazia, que resultava inclusive na detenção dos meios literários, pois somente um ser daqueles é que poderiam ter a capacidade de escrever um enredo de tamanha monta.

No entanto, no exato momento que estamos falando de uma mulher negra alforriada e solteira a conseguir tamanho triunfo, destacamos uma quebra de paradigma estrutural, pois em meio a tantas descrenças e irreconhecimentos, Maria Firmino dos Reis conseguiu tamanho triunfo ao expor as vossas vontades através da publicação dos seus escritos, principalmente por ser a primeira mulher negra a publicar uma obra antiescravista e trazer nesse enredo, uma relação interdisciplinar sócio-histórico que ocorre a malsinação da escravidão, propondo uma variedade de inquietações e provocações singularmente plurais, representados principalmente pela trio Túlio, mãe Susana e Antero, personagens que personificam a faceta negra do Brasil, caracterizados por inspirações sentidas e pensadas pela autora.

A literatura possui essa capacidade de conceber reflexões e reforçar a tudo aquilo que se é necessário para a sua efetividade como um tipo de documento histórico ideal, cuja investigação se faz necessária em dados momentos investigativos, como aponta Torres:

Vale lembrar que tanto a obra histórica quanto a literária são produtoras de significados. Se tanto Literatura quanto História podem reforçar discursos hegemônicos, também podem estabelecer embates com esse discurso, apresentando outros discursos alternativos. A História, como é concebida hoje, é escrita a partir das inquietações do presente, ou seja, o passado é questionado a partir do presente do historiador. A obra literária também aproxima o passado dos olhos do leitor contemporâneo, propondo leituras a partir das inquietações do presente. (Torres, 2020, p. 112 e 113).

Todavia, é válido destacar como a escrita literária serve de baluarte que se ergue as principais vontades daqueles que tem anseio de manifestar a tudo aquilo que lhe incomoda, sendo um meio necessário de se resplandecer um grito entrecortante imposto pela sociedade da época conforme apontado por Evaristo (2005), referente a manifestação do ato de escrever: “na maioria das vezes dói, mas depois do texto escrito é possível apaziguar um pouco a dor [...] escrever pode ser uma espécie de vingança [...], talvez desafio, um modo de ferir o silêncio imposto, ou ainda, executar um gesto de teimosa esperança.” (Evaristo, 2005, p. 202).

São por esses discursos que podemos ressignificar o grau de importância da literatura de escrita negra, pois como já citado anteriormente, fora por muito tempo relegada a uma literatura inferior, escassa, cujas abordagens históricas eram vistas como superficiais, em que por decorrência das imposições da crítica e dos leitores da época, vinham-se obrigadas a estruturar os seus enredos a uma continuidade de artifícios desumanos em que os personagens negros, eram caracterizados pelas vertentes físicas, mentais e culturais ocidentais, transformando-os a um protótipo de requisições forçadas. Imposições essas que a própria Maria Firmina passou, mas que ainda manteve consigo a essência da mensagem central de suas denúncias ao longo do desenrolar do romance.

Em outras palavras, Duarte, em sua análise presente no artigo Maria Firmina dos Réis: a mão feminina e negra na fundação do romance brasileiro, publicado pela primeira vez no ano de 2005, apontou a magnitude da obra *Úrsula* e como ela pode ser vista como um objeto de estranhamento, mas ao mesmo tempo do quão memorável ela pode ser quando os seus principais objetivos são compreendidos:

Quem for ler, *Úrsula* com o olhar conformado pelas lentes canônicas da literatura moderna, fatalmente irá considerar a obra como menor. A trama é linear, narrada em terceira pessoa e é marcada por lugares-comuns da literatura oitocentista. [...] situando-a, todavia, no contexto de produção narrativa romântica e folhetinesca, pode-se aquilatar o quanto a Escritora se apropria da tecnologia de gênero, constituída pelo romance de fácil degustação popular, a fim de utilizá-la como

instrumento a favor da dignificação da mulher, e principalmente do escravo. (Duarte, 2005, p. 68 e 69).

É dessa maneira sobre como *Úrsula* é a prova cabal, de como tamanha escrevivência pode se perdurar com o passar dos séculos.

3. O LEGADO REMANESCENTE DE MARIA FIRMINA DOS RÉIS E AS FACES DA OBRA *ÚRSULA*

Certamente, compreendemos que muitas das heranças deixadas por Maria Firmina dos Réis acabou-se perdida a um ostracismo estruturalmente racista. A mesma nasceu no dia 11 de março de 1822 em São Luís, capital da província do Maranhão. Mulher negra e alforriada, foi registrada como filha de João Pedro Esteves e Leonor Felipa dos Reis e os mesmos não eram casados. A autora afirmava que o seu letramento e conhecimento cultural se deve aos ensinamentos de seu primo materno, o escritor Sotero dos Reis. Mudou-se junto com a sua família para a vila de Guimarães, município de Viamão, local onde viveu até a morte.

No ano de 1847, disputou o concurso estadual para a cadeira de instrução primária, ao qual passou em primeiro lugar, exercendo o cargo de professora, publicou em 1859, o seu romance de estreia *Úrsula*, mas só em 1860, a sua circulação fora mais expansiva, sendo recebido com anúncios que excede as expectativas falando do livro, mas poucos apontam o apreçamento de seu conteúdo, sendo uma das mais conhecidas a notícia do jornal a verdadeira marmota, publicada em 13 de maio de 1861.

O apreçamento do romance *Úrsula* na literatura pátria foi um acontecimento festejado por todo o jornalismo, e pelos nossos homens de letras, não como por indulgência, mas como uma homenagem rendida a uma obra de mérito. Em verdade que é esse livro que se apresentou sem nome de autora, modestamente e ainda sem apregoadores. As suas decisões são naturais e poéticas, que arrebatam; o enredo tão intrincado que prende a atenção e os sentidos do leitor; o diálogo é animado e fácil; os caracteres estão bem desenhados – como o de Túlio, do comendador, de Tancredo e *Úrsula*. Sua autora, d. Maria Firmina dos Réis, professora de literário, porquanto com poucos e acanhadíssimos estudos, ainda menos leitura do que há de bom e grandioso na literatura francesa e inglesa, o que fez, deve, e a si, a seu fértil e prodigioso engenho, e a mais ninguém. A nossa comprovinciana não é só romancista, também conversa com as musas. (a verdadeira marmota, 1861, apud, Miranda, p.301).

Apesar das críticas benevolentes acerca da estrutura do romance e a atuação da escritora, os críticos se negavam a tocar nos assuntos de escravidão, uma vez que a denúncia a sociedade escravocrata servia de empecilho aos comerciantes da época, pois o Maranhão do século XIX, era uma das províncias de maior contingente de escravizados no país. O romance teve como alcunha o

título "uma maranhense" uma vez que não era tão comum uma mulher publicar romances em uma época predominantemente misógina.

Adiante, Firmina dos Réis também ficou popularmente conhecida por fundar a primeira escola mista do Brasil, que chocou a comunidade local, pois a fundação da escola não representava somente uma revolução educacional, mas também social, ressignificando o conceito de educação para ambos os gêneros. Aposentou-se do ensino público em 1881, mas não deixou de lecionar, ministrando aulas para os filhos de lavradores e fazendeiros locais. Além de professora e escritora, também foi colaboradora de vários jornais da região, tais como A Imprensa, Publicador Maranhense, O Jardim dos Maranhenses, A Verdadeira Marmota, Porto Livre, Semanário Maranhense, Almanaque de Lembranças Brasileiras, O Domingo, O País, etc. Foi nesses periódicos, literários ou não, que Maria Firmina publicou a maior parte de seus poemas e contos, dos quais o mais conhecido é "A Escrava", publicado em 1887 (SILVA, 2009, apud, Krachenski, 2018). Ela também compôs o hino da libertação dos escravizados em 1888 e faleceu no ano de 1917, aos 92 anos, com deficiência visual e dominada pela miséria de recursos.

Todavia, em 1970, José Nascimento Moraes Filho republicou o romance e mais adiante lança a obra *Maria Firmina: Fragmentos de uma vida*, obra que realça mais detalhes da vida pessoal da autora. No ano de 1975, uma escola e uma rua foram inauguradas com o seu nome. Em 2000, Muzart, recupera o legado da autora através da obra Antologia de Escritoras Brasileiras do século XIX. Mas mesmo com tantas tentativas de resgate, Réis ainda foi relegada a um ostracismo político proposital, pois ainda era baixa a adesão de leitura e busca de suas obras e legado de vida nas instituições de ensino e da própria face da autora, que muitas das vezes, fora confundida com a escritora gaúcha Maria Benedita Bormann, que muitos veículos de imprensa noticiaram como a própria Maria Firmina, mas na realidade não há registros fotográficos ou pinturas oficiais da autora, há não ser reproduções feitas por outros artistas, guiados pelas descrições de ex-alunos que ficaram registradas em arquivos confidenciais. é válido destacar que por limitações do artigo, as outras obras da autora não serão discutidas, apenas o livro *Úrsula*, que será abordado a seguir.

O enredo de *Úrsula*, carrega os elementos mais vigentes do romantismo, elencados com referências do classicismo, cujas competências comparativas, são frutos da sabedoria intelectual da autora. Em termos gerais, a obra retrata duas tríades amorosas entre os personagens. No primeiro momento, conta-se a história de amor de Tancredo e Adelaide, mulher criada com muito esmero pela mãe do mesmo que por sinal, o relacionamento era visto de maneira contrária pelo pai. Sendo assim, após retornar de uma viagem imposta-lhe pelo seu progenitor, Tancredo descobre que a sua "santa mãe" padecera e que seu próprio pai acabara por se casar com Adelaide, gerando sentimentos escabrosos de ódio e impiedade. Amaldiçoando eles, Tancredo parte de maneira desenfreada a

cavalga sem rumo, quando é tomado pelo cansaço, se acidenta e de lá é socorrido pelo escravo Túlio, que como “recompensa pela sua generosidade” cedi-lhe a alforria e “Amaldiçoa” a todos que escravizaram seus semelhantes, sendo um sinal claro de pontapé inicial de críticas contra a escravidão.

Doravante, Túlio deixa Tancredo aos cuidados da Jovem Úrsula, mulher timidamente casta que logo após se conhecerem apaixonam-se torridamente. Mas, um novo triângulo amoroso é feito forçadamente com a chegada do seu tio, o comendador Fernando P. Homem inescrupuloso que logo criou uma obsessão doentia em se casar com a própria sobrinha. Ele fora responsável por tirar a vida do pai de Úrsula, de Túlio e do próprio Tancredo nos momentos finais do romance quando o casal apaixonado fugiram para se casar, após a morte de Luísa B, mãe da protagonista. Entretanto, devido às sucessivas perdas, incluindo de sua mãe, Úrsula perde as posses de suas faculdades mentais e morre logo em seguida. O comendador arrependido de seus crimes, martiriza-se pelo resto da vida e vira um monge, aclamado pelos altos, a pureza da infeliz Úrsula.

No entanto, a passagem que marca a crítica do sistema escravista, ocorre através da mãe de criação de Túlio, a tenra mãe Susana. Mulher africana, que era casada e tinha uma filha mas se viu sem nada quando fora capturada pelos bárbaros e trazida aqui para o Brasil em uma situação periclitante, dentre a passagem merece ser destacada a seguinte parte da Diáspora negra:

Liberdade ! Liberdade.... ah ! Eu a gozei na minha mocidade ! - continuou Susana com amargura.- Túlio, meu filho, ninguém a gozou mais ampla, não houve mulher alguma mais ditosa do que eu. Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardente do meu país, e louca de prazer a essa hora matinal, em que tudo aí respira amor, eu corria as descarnadas e arenosas praias, e aí com minhas jovens companheiras, brincando alegres, com o sorriso nos lábios, a paz no coração, divagamos em busca das mil conchinhas, que bordam as brancas areias daquelas vastas praias. Ah, meu filho ! Mais tarde deram-me em matrimônio a um homem, que amei como a luz dos meus olhos, e como penhor dessa união veio uma filha querida, em quem me revia, em quem tinha depositado todo o amor da minha alma: uma filha, que era minha vida, as minhas ambições, a minha suprema ventura, veio selar a nossa tão santa união. E esse país de minhas afeições, e esse esposo querido, e essa filha tão extremamente amada, ah, Túlio ! Tudo me obrigaram os bárbaros a deixar ! Oh, tudo, tudo até a minha própria Liberdade. [...] Meteram-me a mim e mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo e no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida, passamos nessa sepultura até que abordamos às praias brasileiras. Para caber a mercadoria humana no porão fomos amarrados em pé e, para que não houvesse receio e revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para receio dos potentados da Europa. Davam-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimentos e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratam a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos. (Reis, 2021, p. 135 a 138).

É por essa passagem, que a autora utiliza-se da ficção para formalizar uma queixa, período em que a lei Eusébio de Queiroz decretada em 1850, proibindo o tráfico humano era sequer cumprido, Firmina dos Réis utilizou-se do artifício de tríade amorosa, para nela esconder a verdadeira triade que marca o romance, o liberto Túlio, que mesmo em meio às injúrias lastimáveis da escravidão ainda carregava consigo a humanidade de uma pessoa cristã, contrapondo a característica de negro selvagem ressentido muito descrito por outros autores da época, a piedosa mãe Susana conforme explicitado acima e Antero, escravizado de idade avançada com o coração mais terno que existe.

Além disso, ele atua como guarda da casa do comendador Fernando. Contrapondo seus ideais mandados e seguindo suas convicções majoritariamente humanas para ajudar a todos aqueles que precisam. Mesmo não sendo uma figura tão presente, sua aparição é essencial, por ser representada como um ser humano de múltiplas facetas intermediadas por falhas, erros e acertos, ele é a personificação do negro que se deleita nas bebidas alcoólicas, provocadas pela infelicidade do banzo em não estar mais ao lado de seus companheiros e de sua terra natal, uma vez que lá havia muitas festividades, como aponta o personagem:

Na minha terra há um dia em cada semana, que se dedica à festa do fetiche, e nesse dia, como não se trabalha, a gente diverte-se, brinca e bebe. Oh! Lá então é vinho de palmeira mil vezes melhor que cachaça e ainda que tiquira." (Réis, 2021, p. 239)

Apesar dos trágicos destinos que assolaram todos os personagens. A obra *Úrsula* é a representação vivida de um fatídico Brasil Imperial, que muitos tentam ao máximo fazer de conta que nunca existiu ou então retrata tais momentos com desprezo que nada agregaram a historiografia, mancomunado-a a narrativas que suavizam tamanhas barbáries. É por leituras como as de Firmina dos Réis, que se faz necessário a aplicação dessas histórias nos currículos escolares e acadêmicos, fazendo-se o possível para que jamais se deixa esquecer a herança nefasta da escravidão. Pois,

como já citado na obra, a mente ninguém pode escravizar, pois é por ela que se inicia a etapa de descolonização e consciência das realidades que nos circundam.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que, em meio às dicotomias estruturalmente predominantes entre a historiografia brasileira e a literatura de denúncia acerca das barbáries escravistas, percebemos que a mensagem central de conscientização continua tão presente e relevante para a perpetuação de pesquisas acadêmicas e trabalhos que realçam cada vez mais a sua importância para o mercado literário brasileiro e a todos aqueles que estão dispostos a consumir tal literatura. A invisibilidade da romancista negra no Brasil, cujo ato se perpetuou desde o seu concebimento ao mundo até o momento

de sua morte, é um projeto político proposital, como já citado anteriormente, mas que mesmo assim ainda continua sendo bastante presente até mesmo pelos leitores do século XXI.

Assim, uma vez que as marcas hereditárias da escravidão ainda nos circunda, desde o ato de ignorar a sua relevância para a história e sociedade, até o momento em que ela se reverbera a algo maior como a violência extremada do racismo entre nossos semelhantes presentes em todos os setores da humanidade, até os momentos em que a obra *Úrsula* não se encontra se quer presente nos currículos de literatura indicada nas instituições de ensino públicas e particulares da rede básica, até os da base do ensino superior, que ainda possui um currículo majoritariamente eurocêntrico e predominantemente europeu.

Destarte, a literatura possui um valor fundamental para os parâmetros de conscientização sócio-histórica, uma vez que o desenrolar de seus enredos audaciosos, detém a capacidade de explorar as minuciosidades de uma sociedade dominada pelo patriarcalismo e pelos meios de vivência marcadas pela desigualdade e pela tirania da escravidão, situações essas muito bem detalhadas em *Úrsula*. Este "mesquinho e humilde livro" (Reis, 2021, p.13) é um convite à inquietude daqueles que não se conformam com a injustiça e as múltiplas formas de racismo, sendo uma ferramenta de denúncia e aprendizado para quem luta constantemente por liberdade, conforme apresenta Ferreira (2021) na apresentação de uma das inúmeras edições da obra lançadas na atualidade.

Diante do exposto, que seja mantida vividamente o legado transformador que esta ficção nos apresenta, pois ele pode conceber de maneira única uma subjetividade memorial que transcende uma hierarquia territorial organizada nos entremeios de uma ideologia política, mental, social e cultural, embasadas na escravidão que sempre nos circunda em diferentes aspectos de meios de vivência, que independente de suas consequências, a luta por seu fim, jamais cessará. Como é ressaltado nas palavras finais do romance, "orai, pela infeliz Úrsula" (Reis 2021). Oremos e lutaremos para que o seu legado se mantenha presente de maneira perene, pois apesar dos pesares, é uma causa que precisamos lutar hoje e sempre. Afortunados são a todos aqueles que se deleitam a esta literatura, que concretiza fatos e conscientiza realidades a jamais esquecerem das funestas ações da escravidão.

REFERÊNCIAS

DOS REIS, Firmina Maria. *Úrsula*. Rio de Janeiro: Antofágica, 2021.

DUARTE, de Assis Eduardo. Maria Firmina dos Réis: a mão feminina e negra na fundação do romance brasileiro. In: Schneider, Liane; Moreira Barros de Martins Nadilza. (Orgs). **Mulheres no mundo: Etnia, Marginalidade e Diáspora**. Paraíba: UFPB, 2005.

EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: Schneider, Liane; Moreira Barros de Martins Nadilza. (Orgs). **Mulheres no mundo: Etnia, Marginalidade e Diáspora**. Paraíba: UFPB, 2005.

KRACHENSKI, Naiara. **Escravidão e subjetividade: notas sobre o romance Ursula, de Maria Firmina dos Reis.** Itinerários, Araraquara, n. 46, p. 51-61, Jan./jun. 2018.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Maria Firmina dos Réis: invisibilidade e presença de uma romancista negra no Brasil do século XIX ao XXI. In: REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula.** São Paulo: Penguin & companhia das letras, 2018. 224 p.

TORRES, Michelle Márcia Cobra. **História e literatura: reflexões teóricas.** História, histórias, vol. 8, nº 15, jan./jun. 2020. <http://dx.doi.org/10.26512/rhh.v8vi15i.25683>.

CAPÍTULO XVII

A COLONIALIDADE NA MÍDIA: ANÁLISE DA CRIMINALIZAÇÃO DA NEGRITUDE NO TELEJORNALISMO POLICIAL BRASILEIRO

Naine da Silva Ferreira ¹

RESUMO

Este trabalho analisa a criminalização da negritude no telejornalismo policial brasileiro a partir do programa *Brasil Urgente*, tomando como objeto uma matéria sobre um baile funk em uma comunidade periférica. Fundamentada na Análise de Discurso e na perspectiva decolonial, a pesquisa examina como o discurso midiático associa práticas culturais negras à desordem e à criminalidade. À luz de autores como Quijano (2005), Mignolo (2017) Orlandi (2003), Adesky (2005), conclui-se que o telejornalismo policial atualiza lógicas da modernidade colonial ao deslocar o funk do campo cultural para o penal.

Palavras-chave: Colonialidade. Racismo estrutural. Telejornalismo Policial.

1. INTRODUÇÃO

A mídia atua como campo central de mediação da circulação de sentidos entre acontecimentos e público, conferindo visibilidade e legitimidade a determinados discursos. No Brasil, a televisão ocupa posição central no consumo de informação e, nesse contexto, os noticiários jornalísticos se destacam, ocupando 26% do tempo de consumo².

No interior do telejornalismo, destaca-se o telejornalismo policial, que concentra grande atenção do público brasileiro, exemplificado por programas como *Brasil Urgente* e *Cidade Alerta*. Esse gênero combina noticiário policial e estratégias sensacionalistas, organizando o espaço social de forma dicotômica, entre “cidadãos de bem” e “sujeitos violentos”. Nesse quadro, a violência é atribuída a grupos específicos, sendo tratada como desvio restrito à criminalidade (Chauí, 1995; Zaffaroni, 2013).

Para a sustentação dessa visão maniqueísta, os telejornais policiais operam por meio de elementos que qualificam a criminalidade e a violência a partir de traços que coincidem, na maioria das vezes, com corpos, práticas e manifestações de sujeitos negros, reiterando uma lógica de racialização da violência.

¹ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

² Para Saber mais leia: Noticiários dominam a preferência dos brasileiros na mídia, aponta Kantar IBOPE Media - Kantar IBOPE Media

A criminalização da negritude operada pelo telejornalismo policial insere-se em uma lógica mais ampla de funcionamento da mídia brasileira, historicamente marcada pela produção de imagens racializadas. Desde o final do século XX, autores como Beatriz Nascimento (2022) e Jacques d'Adesky (2005) já denunciavam como essas representações reiteram estigmas e afetam processos de subjetivação e exclusão social.

Levantamentos no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes evidenciam a permanência e a relevância acadêmica dessa problemática, especialmente na área da Comunicação. No âmbito dos telejornais policiais, destaca-se a dissertação *Juventudes Negras na TV* (2020), de Mário Gonzaga Jorge Júnior, que analisa os sentidos produzidos sobre juventudes negras em telejornais policiais baianos, articulando raça e geração.

A presente pesquisa insere-se nesse campo, mas diferencia-se ao concentrar-se na criminalização da negritude no telejornalismo policial a partir do eixo da criminalização do Funk, tomando como objeto o programa *Brasil Urgente*. Parte-se da seguinte questão: de que modo esse gênero contribui para a criminalização da negritude ao representar manifestações culturais negras, como o funk, como expressões de desvio social?

O objetivo central é analisar como o *Brasil Urgente* reproduz discursos que associam a negritude à criminalidade, investigando de que maneira essas narrativas atualizam heranças da colonialidade e naturalizam o funk como prática violenta. Ao adotar uma abordagem histórica, o trabalho busca historicizar os discursos que criminalizam a negritude na mídia, compreendendo suas origens e permanências.

A pesquisa também assume relevância social ao refletir criticamente sobre o impacto desse tipo de programação na formação do imaginário social, evidenciando suas conexões com noções racistas e os efeitos dessas narrativas nas vivências de pessoas negras.

Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, orientada por um estudo de caso e pela análise discursiva de matriz pecheuxiana, conforme desenvolvida no Brasil por Eni Orlandi (2005). O objeto empírico da pesquisa é a matéria intitulada *Bombeiros ameaçados em baile funk*¹, veiculada pelo programa Brasil Urgente em 26 de janeiro de 2017. O material foi selecionado a partir de buscas nos perfis oficiais do programa e de seu apresentador, José Luiz Datena, na plataforma Facebook, utilizando descritores associados à criminalização de territórios e práticas periféricas.

Este trabalho se insere no campo da crítica decolonial ao compreender o telejornalismo policial como parte de uma estrutura histórica forjada na modernidade colonial. Para tal, nos guiamos pelas contribuições de autores clássicos da teoria decolonial como Quijano (2005) e Mignolo (2017),

¹ Para ter acesso ao recorte completo acesse: <https://fb.watch/saeIwSN4Nc/>.

juntamente com estudiosos das relações étnico-raciais e mídiacas, como Bento (2022), Almeida (2019) e Adesky (2005).

Partindo dessa posição, a análise desenvolvida percorre, inicialmente, os fundamentos históricos que vinculam colonialidade e criminalização da negritude; em seguida, discute o papel da mídia brasileira na produção de representações racializadas, dedica-se à análise da matéria na construção discursiva do funk como prática criminosa.

2. COLONIALIDADE, RACISMO ESTRUTURAL E PRODUÇÃO DE SENTIDOS

A mídia aqui analisada, funciona como dispositivo de uma complexa estrutura histórica, consolidada a partir da modernidade colonial. Seus efeitos atravessam a construção imagética do Ocidente, a classificação hierárquica da raça e a organização global do trabalho articulada ao capitalismo. Trata-se de uma engrenagem que nasce com o colonialismo e se perpetua através da não superação de sua matriz colonial.

Conforme o Sociólogo, Aníbal Quijano, tal estrutura tem início com a chegada dos europeus à América, momento em que se inaugura um padrão de classificação que legitima os europeus como modelo e posiciona os demais povos como diferença. A partir de experiências compartilhadas com novos territórios e sujeitos, as expedições europeias que desembarcaram nos litorais americanos, produziram uma organização que tinha como centro a categorização racial (Quijano, 2005).

A partir dessa codificação racial, as formas de trabalho são reorganizadas em uma lógica que articula raça e capital. Cada grupo racial é alocado em posições distintas na divisão global do trabalho, que havia integrado todas as formas de trabalho antigas e atuais em torno do capital e do mercado mundial.

Além de reorganizar territórios, economias e formas de trabalho, essa nova estrutura também instituiu as bases simbólicas e materiais do que mais tarde seria reconhecido como “Ocidente”. A exploração sistemática da mão de obra escravizada e das matérias-primas coloniais forneceu os recursos que permitiram à Europa investir naquilo que apresentou ao mundo como seus grandes marcos civilizatórios.

Esse processo ganha máxima ascensão na modernidade, momento em que a Europa se autoproclamou como centro epistêmico do mundo. Valores como racionalidade e ciência, foram enunciados como exclusivos da experiência europeia e difundidos como universais.

Walter Mignolo, complementa essa leitura ao definir a colonialidade como a “pauta oculta da modernidade”. Segundo o autor: “A ‘modernidade’ é uma narrativa complexa [...], que constrói a civilização ocidental ao celebrar as suas conquistas enquanto esconde, ao mesmo tempo, o seu lado mais escuro, a ‘colonialidade’” (Mignolo, p. 2).

Essa estrutura que consagra o sujeito moderno (branco, europeu, masculino) como parâmetro universal de humanidade e de conhecimento ganha expansão a partir do século XVIII, no qual o dualismo e mito do progresso são unidos para classificar os não europeus segundo uma suposta evolução linear e dicotômica, na qual o europeu era sempre representado como ponto máximo da evolução e modelo a ser perpetuado.

Embora os impérios coloniais tenham formalmente desaparecido, a lógica colonial permanece. As independências das colônias não romperam com essa estrutura. Mesmo nos casos revolucionários, a emancipação ocorreu a partir de moldes europeus, resultando em democracias restritas que preservaram a dominação racial, mantendo a lógica colonial em sua organização do poder, do saber e do ser (Torres, 2018).

Assim, a colonialidade opera como uma lógica ampla e persistente de organização do mundo social, atravessando as relações econômicas, epistêmicas e simbólicas. Como sintetiza Torres (2018, p. 41), “a colonialidade pode ser compreendida como uma lógica global de desumanização capaz de persistir mesmo na ausência de colônias formais”.

No Brasil, a colonialidade se perpetua de forma articulada ao racismo estrutural, resultado da longa duração da escravidão e da ausência de políticas reparatórias no pós-abolição. Como formula Silvio Almeida (2019), o racismo não constitui um desvio, mas um elemento estruturante das relações sociais, organizando hierarquias que atravessam a política, a economia e a produção de sentidos até a contemporaneidade.

Nesse sentido, o racismo, origina-se como elemento constitutivo da autoimagem ocidental e, ao ser transplantado para o Brasil por meio da dominação colonial, passa a estruturar formas de organização que chegam até a contemporaneidade.

Essa lógica associa historicamente a negritude ao atraso, à ameaça e ao descontrole, produzindo estereótipos que seguem influenciando as representações midiáticas no país. Como demonstra d’Adesky (2005), televisão, imprensa, publicidade e entretenimento são atravessados pelo racismo, atualizando narrativas coloniais.

No caso do telejornalismo policial, essa lógica se expressa pela seleção e divulgação de casos que reiteram a associação entre criminalidade e população negra. Tal prática, compreendida pela criminologia contemporânea como *criminologia midiática*, organiza ideologicamente a interpretação dos fatos e orienta as percepções públicas sobre crime e raça (Zaffaroni, 2013).

Essas narrativas têm efeitos concretos. Apesar da agência negra e da produção constante de contranarrativas, a imagem da negritude construída por esses telejornais continua sendo tomada como legítima e impacta diretamente as experiências cotidianas desses sujeitos. Essa realidade é confirma

por dados que alertam que pessoas negras representaram 84% dos casos de discriminação racial registrados em 2025 ¹.

3. MÍDIA BRASILEIRA: CRIMINALIZAÇÃO DA NEGRITUDE E CONSENSO PÚBLICO

A estrutura midiática brasileira se consolidou historicamente sob o comando de um número reduzido de pessoas, que refletem a própria formação racializada do país. Cunha (2024) alerta que a mídia nacional, longe de ser um espaço neutro, é produto direto de uma sociedade fundada na hierarquização racial, razão pela qual suas redações seguem amplamente alinhados às normas da branquitude.

Dados de mapeamentos da propriedade da mídia mostram que os 50 maiores veículos no Brasil são controlados por um grupo restrito de conglomerados, e que mais de 70 % da audiência da televisão aberta está concentrada em quatro principais redes, com uma delas detendo mais da metade desse público².

Para a autora o cerne dessa questão estaria nos oligopólios midiáticos, que dominam grande parte da audiência televisiva nacional e controlam outras plataformas na impressa, no audiovisual e no digital, salientando sua cosmovisão como única real. É nesse sentido que o antropólogo Jacques d'Adesky analisa as relações étnico-raciais na mídia brasileira, destacando como essa estrutura se expressa na produção e circulação das imagens e narrativas sobre a população negra:

A invisibilidade ou projeção de uma imagem negativa do negro demonstra o ancoramento exclusivista da mídia no racismo universalista que reflete a suposta superioridade do branco em relação ao negro, dando primazia aos padrões estéticos ocidentais, bem como direcionando o conteúdo das informações, o fluxo das imagens (novelas, séries e filmes) e da publicidade para um público consumidor preferencialmente branco (Adesky, 2005, p. 42).

Assim, antes mesmo de observar o telejornalismo policial, é necessário reconhecer que a mídia brasileira se origina dentro de uma lógica colonial que exclui a negritude dos espaços de decisão e a insere, quando aparece, em posições associadas a incivilidade.

4. CONSTITUIÇÃO DO TELEJORNALISMO POLICIAL: BRASIL URGENTE EM FOCO

O jornalismo policial antecede a televisão e acompanha a formação das cidades modernas no Brasil, constituindo-se historicamente como um discurso que associa crime, medo e controle social.

¹ Para saber mais leia: [Quase 85% da população preta afirma ter sofrido discriminação racial | Agência Brasil](#).

² Para saber mais leia: [Media Oligopolies Controlled by “Colonel” Dynasties – RSF and Intervozes present Media Ownership Monitor Brazil | RSF](#).

Desde o início do século XX, a cobertura policial passou a identificar o “perigo” em corpos racializados e precarizados, processo que, ao longo do tempo, se concentrou majoritariamente na população negra das periferias urbanas.

Com a expansão da televisão a partir da segunda metade do século XX, essa lógica foi intensificada pelo audiovisual, incorporando elementos do sensacionalismo, da dramatização e do julgamento moral. Durante a ditadura militar, a centralização das redes e a censura reforçaram narrativas alinhadas à ordem e à repressão, marginalizando leituras críticas da violência social. No período da redemocratização, programas como *Aqui Agora* consolidaram um modelo de telejornalismo policial que combinava espetáculo, moralização e simplificação dos conflitos sociais.

Essa trajetória culmina em programas como *Brasil Urgente*, que estreou na Rede Bandeirantes em 2001, inicialmente sob a apresentação de Roberto Cabrini, passando a ser comandado por José Luiz Datena a partir de 2003, quando consolidou sua identidade e projeção nacional.

Na composição programática do *Brasil Urgente*, são veiculadas reportagens com um viés investigativo e policial que podem durar de 1 min a 60 min, dependendo do impacto da reportagem e de sua relevância nacional. O programa vai ao ar durante seis dias da semana, de segunda a sábado, das 16h às 19h20. Com entradas ao vivo e comentários opinativos, o telejornal conquistou alta audiência e credibilidade popular.

A presença de Datena foi determinante nesse processo: sua postura direta, moralizante e emocionalmente carregada contribuiu para a construção de uma persona pública, percebida como porta-voz de uma suposta “verdade moral”. A centralidade do âncora é tão marcante que muitos telespectadores se referem ao programa como “Programa do Datena”.

Além disso, muitos estudiosos, ao tratarem do fenômeno da criminologia midiática no Brasil, utilizam o termo “datenismo”, em clara referência ao apresentador, como é o caso de Vianna e Sarkis (2014) que alertam para o fato de que o âncora atua não apenas como informador, mas como intérprete privilegiado dos valores sociais.

Datena comandou o programa por mais de duas décadas, com uma breve interrupção em 2011, até sua saída definitiva em 2024 para o foco nas eleições municipais de São Paulo. A apresentação passou a ser assumida por seu filho, Joel Datena.

Essa centralidade discursiva do *Brasil Urgente*, aliada à sua capacidade de estabelecer vínculos simbólicos com espectadores, o posiciona como objeto privilegiado para análise da criminologia midiática, especialmente no que concerne às narrativas que contribuem para a perpetuação de estigmas raciais.

5. O SOLO IDEOLÓGICO DOS DISCURSOS CRIMINALIZANTES: MITOS, CONSENSO E BRANQUITUDE

A persistência desse discurso não se explica apenas pela força da mídia, mas pelo solo ideológico que já existe na sociedade. No Brasil, a longa duração da escravidão e a ausência de políticas de reparação no pós-abolição mantiveram a população negra à margem, criando condições em que o telejornalismo policial se sustenta ao mediar percepções de realidade já marcadas por essas desigualdades.

Como analisa Florestan Fernandes (2008), a inserção no mercado de trabalho assalariado privilegiou imigrantes europeus, considerados mais adequados ao novo modelo industrial, enquanto os recém-libertos foram sistematicamente excluídos. Essa exclusão também se expressou na precarização da moradia, inaugurando processos de marginalização urbana que relegaram majoritariamente a população negra às periferias.

Dessa maneira, as populações negras desempregadas e em moradias precárias, tiveram que buscar práticas independentes para sobreviverem no novo cenário. Contudo, tiveram que enfrentar também a criminalização reiterada e legal de suas estratégias de sobrevivência. Tal processo encontrou respaldo nas teorias raciais europeias do final do século XIX, como as formulações de Cesare Lombroso, que associavam o fenótipo negro à criminalidade, legitimando práticas de controle e repressão.

Essas construções históricas continuam a operar de forma atualizada no imaginário social brasileiro. Elas são reiteradas e naturalizadas por meio de mitos socioculturais profundamente enraizados. Entre eles, destacam-se o mito da democracia racial, o mito da não-violência brasileira e o mito da meritocracia, que, ao circularem naturalizam as desigualdades raciais.

O mito da democracia racial sustenta a ideia de uma convivência harmoniosa entre europeus, indígenas e africanos, associada à leitura de Gilberto Freyre. Ao diluir a violência da colonização e da escravidão em uma narrativa conciliatória, essa ficção ideológica nega as desigualdades raciais persistentes e sustenta a negação do racismo como problema estrutural no país.

De modo correlato, formulado por Marilena Chauí, o mito da não-violência brasileira constrói a autoimagem de um povo pacífico e cordial, operando por mecanismos que minimizam ou deslocam a violência para desvios pontuais. Essa operação encobre a violência constitutiva da formação social brasileira e projeta o perigo social em sujeitos historicamente racializados, em especial os corpos negros.

O mito da meritocracia legitima a desigualdade ao atribuir sucesso e fracasso ao esforço individual. Como analisa Maria Aparecida Bento (2022), esse discurso se apresenta como neutro,

mas opera a partir de privilégios herdados, assegurando à elite branca condições estruturalmente desiguais de competição.

Em conjunto, tais mitos reforçam a posição hegemônica da branquitude. Eles funcionam como filtros interpretativos em que representações racistas da mídia são recebidas como compatíveis com as crenças majoritárias sobre o país e seu povo.

Como analisa Grada Kilomba (2019), essa operação encontra respaldo nos mecanismos psíquicos dos indivíduos. Para a autora, a manutenção de uma autoimagem branca idealizada depende de mecanismos psíquicos como repressão e projeção, por meio dos quais a violência é negada e deslocada para o “outro” racializado, reafirmado pelo discurso telejornalístico policial.

6. FUNK, NEGRITUDE E CRIMINALIZAÇÃO NO DISCURSO DO BRASIL URGENTE

A análise do *Brasil Urgente* se justifica por sua centralidade no cenário midiático brasileiro e por exemplificar o funcionamento da criminologia midiática na produção de sentidos sobre crime, perigo e ordem social. À luz da Análise de Discurso, conforme formulada por Orlandi (2003), o discurso jornalístico não se limita a informar, mas organiza a memória social e estabiliza interpretações sobre o mundo, a partir de condições históricas e ideológicas específicas de produção.

Nesse sentido, a análise da matéria aqui selecionada permite compreender como sentidos historicamente sedimentados sobre corpos, territórios e práticas culturais negras são atualizados no telejornalismo policial.

Na reportagem em questão, José Luís Datena comenta um episódio em que uma viatura dos bombeiros foi parada forçadamente durante um baile funk no Jaçanã, após a solicitação de socorro para uma participante do evento. Após a transmissão de apanhado geral sobre o evento, o apresentador comenta a reportagem da seguinte forma:

Um bando de drogados, na maioria desses batidões aí, um bando de desocupado. Cara fazendo sexo no meio da rua, trancando a porta da casa dos outros, o cara não pode entrar nem sair. Se tiver um infarto, o cara vai morrer lá dentro. Caras armados que metem bala para dentro da casa dos outros (Datena, 2017, grifos próprios).

Datena assume a narrativa, construindo uma cadeia de associações que posiciona os frequentadores como praticantes de ilegalidades. Essa cadeia de sentidos, não se produz no instante da enunciação, sendo ancorado em um interdiscurso historicamente constituído sob as bases da colonialidade e do racismo estrutural (Orlandi, 2003).

Essa relação anteriormente construída se radicaliza em uma recusa explícita ao direito ao cuidado da vida. Ao comentar a situação, Datena desloca a situação do campo da urgência humanitária para o da condenação moral, produzindo a seguinte enunciação: “E de repente, parar a

viatura do corpo dos Bombeiros **para atender uma bêbada [...] eu jogava ela dentro do Rio Tietê**” (Datena, 2017, grifos próprios).

Nessa formulação, a mulher deixa de ser construída como vítima ou sujeito de direito e passa a ser responsabilizada por sua condição, o que legitima discursivamente a recusa do socorro. Quando a firma que a jogaria no rio Tietê de forma hiperbólica, o ancora reconfigura o cuidado como privilégio moralmente condicionado, ferindo a ética do serviço de emergência e a ética jornalística.

Ao negar ao funk o estatuto de manifestação cultural, contrapondo-se à leitura defendida por Fernando Haddad, Datena o reclassifica como “manifestação criminosa” (Datena, 2017). Esse deslocamento do campo cultural para o penal atualiza um embargo epistêmico historicamente imposto às expressões culturais negras no Brasil.

O funk, desde sua emergência como expressão urbana da juventude negra periférica, segue esse mesmo percurso: nos anos 1990, foi amplamente associado pela mídia ao medo, à desordem associados aos “arrastões” Muniz (2016). O que se observa na matéria analisada é a atualização dessa tradição, mediada pelo telejornalismo policial.

Em contraposição à narrativa criminalizante mobilizada pelo apresentador, pesquisas como a de Muniz (2016), realizada a partir de entrevistas em comunidades cariocas, evidenciam o funk como uma prática social multifacetada, associada à geração de renda, à sociabilidade ao afastamento de jovens de circuitos de violência.

Essa assimetria discursiva pode ser compreendida a partir do que Orlandi (2005) denomina relação de força, segundo a qual o sentido se impõe não apenas pelo que é dito, mas pelo lugar social e simbólico de onde se fala. Investido de credibilidade pública como âncora de um telejornal nacional, o apresentador redefine o baile funk como problema de ordem pública, fazendo circular essa leitura como legítima, apesar da existência de outras experiências que disputam sua significação. A desigualdade entre essas posições discursivas revela como certas vozes são autorizadas a significar mais do que outras.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou como o *Brasil Urgente*, contribui para a criminalização da negritude ao enquadrar o funk como expressão de desvio e ameaça à ordem social. Demonstrou-se que esse enquadramento se ancora em lógicas históricas de colonialidade e racismo estrutural, que associam práticas culturais negras à violência. A perspectiva decolonial permite tensionar tais narrativas, afirmando o funk como prática social legítima e espaço de agência negra, bem como a necessidade de ampliar outras formas de narrar a negritude para além da lógica penal.

REFERÊNCIAS

- ADESKY, Jacques d'. **Pluralismo étnico e multiculturalismo**: racismos e antirracismos no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2005.
- ALMEIDA, Sílvio de. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. O pacto da branquitude. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- CHAUÍ, Marilena. Sobre a Violência. 1. ed. Belo Horizonte. Editora Autêntica, 2019.
- CUNHA, Shirlei Alexandra da. Nas Brechas do Sistema, Decolonialidade, Comunicação, Mídias e Identidade Negra. **Revista Docência e Cibercultura**, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 01–17, 2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/article/view/74431>. Acesso em: 15 dez. 2025.
- FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era. 3. ed. São Paulo: Globo, 2008.
- KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. 2. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MUNIZ, Bruno Barboza. Quem precisa de cultura? O capital existencial do funk e a conveniência da cultura. *Sociologia & Antropologia*, v. 6, n. 2, p. 447–467, 2016. Disponível em: Acesso em: <https://abre.ai/oiDI>. 15 Dez. 2025.
- NASCIMENTO, Maria Beatriz. O negro visto por ele mesmo. Alex Ratts (org.). São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- ORLANDI, E. P. Análise de discurso: princípios e procedimentos. Campinas–SP: Pontes, 2003.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl. A questão criminal. Trad. Sérgio Lamarão. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

COLONIALITY IN THE MEDIA: AN ANALYSIS OF THE CRIMINALIZATION OF BLACKNESS IN BRAZILIAN POLICE TELEVISION JOURNALISM

ABSTRACT

This paper examines the criminalization of Blackness in Brazilian police television journalism through an analysis of the program *Brasil Urgente*, focusing on a news report about a funk party held in a peripheral community. Grounded in Discourse Analysis and decolonial perspectives, the study explores how media discourse constructs associations between Black cultural practices, disorder, and criminality. Drawing on the works of Quijano (2005), Mignolo (2017), Orlandi (2005), and d'Adesky (2005), the article argues that police television journalism reproduces logics of colonial modernity by shifting funk from the cultural sphere to the penal one.

Keywords: Coloniality. Structural racism. Police television journalism.

CAPÍTULO XVIII

POVOS CIGANOS E SUA INCLUSÃO EDUCATIVA NAS AULAS DE HISTÓRIA: EXPERIÊNCIA DO PIBID

Raissa Evelyn Lacerda de Araújo ¹

RESUMO

Os estudos sobre os povos ciganos na educação básica ainda são pouco debatidos, principalmente nas aulas de história, isto porque ainda se observa lacunas sobre estes povos nos livros didáticos de história e nos conteúdos programáticos da disciplina na escola. Portanto, este artigo parte de um relato de experiência na educação escolar e tem por objetivo buscar evidenciar como que na prática do chão de sala de aula, os professores de história conseguem incluir o estudo sobre os povos ciganos de forma intrínseca aos conteúdos já estabelecidos, e que já fazem parte do currículo escolar, possibilitando assim uma aula mais rica e diversa na perspectiva da inclusão social educativa de culturas. Este artigo surgiu a partir de uma experiência docente, vivenciada na Escola Cidadã Integral Técnica Prefeito Willian de Souza Arruda, na turma única de oitavo ano, do fundamental II, anos finais. A ação pedagógica foi proporcionada através do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, da Universidade Estadual da Paraíba, Campus I. Toda ação foi baseada nas leituras de Paulo Freire (1996) como aporte pedagógico e a leitura de Lourival Andrade Júnior (2013) como aporte para a história dos povos ciganos. Os resultados da experiência foram positivos e os alunos se mostraram muito empolgados sobre a cultura de outros povos, com uma cultura diferente da deles. Assim, este relato de experiência tem como proposta incentivar outros professores, não apenas os de história, mas também os professores de outras disciplinas, a ampliarem suas aulas para inclusão de outras culturas.

Palavras-chave: Ciganos. Ensino Básico. História. Inclusão.

1. INTRODUÇÃO

Os conteúdos estudados na disciplina de história, vem sendo discutidos com base no âmbito social desde os anos 80. Isto se dá por exemplo quando notamos atualmente nas aulas de história a presença da história dos povos indígenas, dos povos africanos, do estudo da cultura negra, da integração da história e importância das mulheres. Assim, percebe-se que o campo da história com o passar dos anos vem abrindo portas para as discussões diversas em sala de aula. Discussões essas que partem, antes de tudo, de uma perspectiva social.

Entretanto, mesmo com alguns avanços educacionais como a lei 11,645/2008 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), e tornou obrigatório os estudos da cultura indígena e afro-brasileira nas escolas e a lei 14.986/2024, que alterou novamente a LDB para tornar obrigatório a inclusão de abordagens de experiências femininas nos ensino fundamental e médio.

¹ Graduanda em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba. Integrante do PIBID-História, UEPB, Campus I.

Porém, mesmo com esses avanços legislativos para educação, ainda sim, fica notável que ainda há muito para integrar no campo da história. Ainda há grupos sociais que não são estudados na história oficial, e que muito menos são tratados nos livros didáticos e nas aulas do ensino básico. Esse é o caso da história e cultura do povo cigano, um povo que está em terras brasileiras desde o século XVI, mas que se encontram apagados da história do Brasil.

Foi com essa lacuna presente nos currículos de história que resolvi integrar a história desses povos de forma interdisciplinar, através de uma oficina pedagógica. Toda ação foi possibilitada pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Docente, da Universidade Estadual da Paraíba, Campus I, no Subprojeto de História. Este artigo se trata de um relato de experiência que ocorreu na Ecit Prefeito Williams de Sousa Arruda, localizada em Campina-Grande.

Toda ação pedagógica aconteceu em uma turma de oitavo ano do fundamental II, anos finais. A intenção de propor esse estudo para os alunos neste ano foi principalmente poder quebrar muitos dos estereótipos que a turma compartilhava sobre os povos ciganos. Além de que, a fase dos 13 para os 15 anos é a fase principal de formação social daquele jovem, pois é o momento em que eles estão saindo da fase criança para a fase da adolescência, assim, é o momento ideal para corrigir preconceitos existentes.

Todo o público da escola são moradores de Campina Grande, e quando foi perguntado a eles o que eles sabiam sobre os povos ciganos, a grande maioria deles falaram que cigano era “aquelas mulheres que ficavam no centro de Campina pedindo para ler a mão, ou pedindo dinheiro”, outra parte da turma relatou durante a aula que ele só conhecia mulheres ciganas e que achavam que não existiam homens ciganos.

Assim, foi com objetivo de quebrar esses estereótipos existentes na turma sobre os povos ciganos e de enriquecer os conteúdos programáticos da disciplina com a inclusão da história desses povos nas aulas, que realizei esta experiência na escola.

2. DESENVOLVIMENTO

Desde o ano de 2006, através de um decreto presidencial, foi instituído pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o chamado Maio Cigano, mais especificamente no dia 24 de maio passou a ser comemorado o Dia Nacional do Cigano. Essa ação teve o intuito de valorizar a etnia e cultura desses povos no Brasil e foi um marco de grande importância para essas pessoas, pois parte antes de tudo, de um reconhecimento histórico. Porém, esse avanço sócio cultural ainda não chegou até o chão da sala de aula, nem mesmo nos currículos de história.

A história dos povos ciganos é muito extensa e, não tem início aqui no Brasil, os ciganos é um povo que se espalhou em todo mundo e, conseguiu resistir com sua cultura até os dias de hoje e

isto é algo imensamente admirável, tendo em vista que esses povos habitam e circulam o território braisliero desde a colonização. Segundo o professor Lourival Andrade Júnior, os ciganos não são apenas um povo, eles são uma etnia, que possuem bandeira, hino e cultura própria, possuindo divisões dentro da etnia cigana.

O povo cigano se divide em três grupos, que são chamados de: Rom, Sinti e Calon, cada grupo com sua própria descrição e característica, mas todos fazem parte de um mesmo povo, o povo cigano. Na Europa sofreram preconceitos e discursos de anticiganidade. No Brasil seguiu o mesmo modelo, segundo Lourival.

No Brasil não foi diferente. Desde a chegada do primeiro cigano ao país, em 1574 (Coelho, 1995, p.199-200), quando João de Torres e sua mulher Angelina foram condenados em Portugal pelo simples fato de serem ciganos e, com isso, João foi obrigado a trabalhar nas galés. Como ele se dizia incapaz para o trabalho, por motivos de saúde, conseguiu, por meio de suborno, ser enviado para o Brasil com a mulher e os filhos (não se sabe ao certo quantos filhos tinham). Não se sabe se João de Torres realmente chegou ao Brasil, se cumpriu os 5 anos de degredo, ou quanto tempo ficou por aqui (Júnior, 2013, pg 100).

Assim, tendo todo esse estudo sobre o passado dos povos ciganos, foi aplicada a oficina pedagógica dos povos ciganos, que ocorreu na turma única de oitavo ano, da Escola Cidadã Integral Técnica Prefeito Williams, localizada no bairro do Cuités, em Campina Grande. A oficina ocorreu em quatro aulas de história, divididas em dois dias. No primeiro momento foi realizado um questionário aos alunos sobre esses povos, perguntando como: Já conheceu alguém da etnia cigana? Você já conversou com algum cigano? Possui ciganos na sua família? O que conhece sobre a cultura e modo de viver dele, etc. Todas essas perguntas foram realizadas presencialmente de forma oral, e cada aluno respondeu de forma espontânea.

De início alguns falaram que não sabiam nada, outros comentaram que “eram todos ladrões”, parte da turma falou que já viu o grupo de mulheres ciganas que andavam pelo centro de Campina-Grande, e foi a partir daí que percebi o grande preconceito ou desconhecimento do alunos sobre a história dessas pessoas.

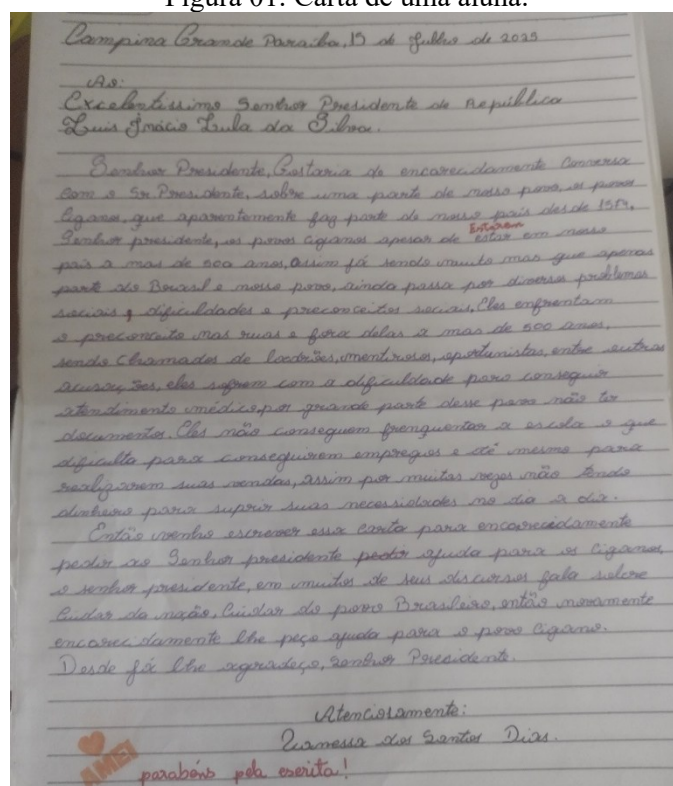
Muitas respostas dos alunos carregavam uma forte carga de preconceitos que nem eles mesmo sabiam ou pensavam, apenas reproduziam o que ouviam da família ou das pessoas em seus cotidianos. Algumas respostas foram: “Conheço as ciganas que ficam pedindo dinheiro no centro da cidade”, “Conhecia uma mulher que lia as mãos das pessoas, ela é cigana né?”, “As ciganas na praia pegavam as crianças dos pais”, tinham ciganos sem ser mulher, etc. Assim, percebe-se nestes pequenos frases o forte preconceito que a sociedade ainda tem e ainda reproduz cotidianamente, chegando até as crianças.

Após esse momento inicial, a aula seguiu de forma expositiva, com a explicação sobre quem são os povos ciganos, de onde vieram, onde moram, como se sustentam, quais são suas culturas, religiões e tradições. Depois a turma assistiu a uma reportagem da tv globo sobre os povos ciganos, o intuito de passar o vídeo foi justamente de chamar a atenção deles para ouvir os modos de vida dessas pessoas, sendo relatadas por uma pessoa cigana.

Por fim, para encerrar a oficina e concluir a aula, optei por passar para a turma uma atividade escrita, a qual se tratou da elaboração de uma carta. O intuito de propor a elaboração da carta para a turma foi, de primeiro momento, servir de ligação entre os conteúdos, pois como eles estavam estudando o período iluminista e a diplomacia social, resolvi trazer a carta como evidência dessa diplomacia.

O outro ponto da carta foi justamente de conseguir visualizar a opinião dos alunos, o que cada um ao final da aula realmente ficou pensando sobre os povos ciganos. Assim, todos os alunos elaboraram suas devidas cartas, direcionadas ficticiamente ao presidente da república, pedindo melhorias e direito aos povos ciganos. Cada aluno demonstrou uma solução ou uma forma do governo melhorar a vida dos povos ciganos muito originais, levando em consideração que são alunos do fundamental II, realizaram com muito êxito a atividade proposta, superando até as expectativas.

Figura 01: Carta de uma aluna.



Fonte: Acervo pessoal da autora (2025).

Figura 02: Carta de um aluno.

Campina Grande - Paraíba, 17 de julho de 2025

Caro
Excelentíssimo Senhor Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Senhor presidente,

Venho aqui relatar a minha preocupação com um assunto importante, os povos ciganos. Os povos ciganos não sabem que precisam de ajuda, um grande exemplo é o lugar onde eles ficam, pois que muitos deles não tem um lugar fixo e eu acho ruim, não sei se eu como eles achavam, e Senhor construir casas em cada estado para os ciganos ficarem.

Um outro ponto é sobre a escola, acho que as escolas poderiam permitir a matrícula sem documentação, pois iria melhorar muito.

Atenciosamente,
Victor Emanuel P da Silva Carvalho

 parabéns pela iniciativa!

Fonte: Acervo pessoal da autora (2025).

Na leitura das cartas, fica perceptível o senso empático que as crianças e adolescentes do oitavo ano possuem. Cada aluno propôs em suas cartas melhorias para os ciganos como: construção de casas, emissão de documentos, apoio financeiro, acesso a escola, disponibilidade a postos de saúde, etc. Assim, concluo que a oficina pedagógica sobre os povos ciganos no Brasil surtiu efeito, pois as crianças conheceram a cultura dessas pessoas, diminuíram o preconceito existente e passaram a entender a situação social dessas pessoas, despertando a empatia de cada um deles.

3. CONCLUSÃO

Ao final da oficina ficou claro que as aulas de história possuem pequenas brechas que permitem inserir temas interdisciplinares, como por exemplo: os povos ciganos, história das mulheres, culturas regionais, entre muitos outros temas. O ensino escolar básico de história ainda limita muito às regras e metas apenas da Base Nacional Comum Curricular (2017), o que acaba comprometendo o ensino e desenvolvimento das crianças, enquanto futuros cidadãos brasileiros.

O ensino de diferentes culturas e aspectos da sociedade são, e devem ser inseridas nas escolas públicas, para fortalecer o espírito da diversidade, o qual está cada dia mais esquecido na sociedade. Principalmente dentro das escolas técnicas, as quais já possuem um ensino muito tecnicista e engessado.

A intenção da realização desta oficina foi de valorizar a história do povo cigano como uma forma de reparação histórica, pois se trata de um grupo marginalizado pela nossa sociedade, que carrega uma grande ancestralidade e cultura que fez e faz parte da história do Brasil.

É necessário introduzir a diversidade de culturas existentes na sociedade para conscientizar as crianças e adolescentes da realidade cultural que vivemos atualmente, este é o único caminho para fortalecer o respeito às diferenças. Como disse Paulo Freire, em seu livro: *Pedagogia da Autonomia*, a educação deve ser um ato de intervenção no mundo.

Quando falo em educação como intervenção me refiro tanto à que aspira a mudanças radicais na sociedade, no campo da economia, das relações humanas, da propriedade, do direito ao trabalho, à terra, à educação, à saúde, quanto à que, pelo contrário, reacionariamente pretende imobilizar a História e manter a ordem injusta (Freire, 1996, p.56).

Assim, concluo que a oficina pedagógica dos povos ciganos foi benéfica para a turma e para a escola, e que deve servir de exemplo para outros professores que desejarem realizar o mesmo. Temas interdisciplinares como cultura social não devem ser limitados apenas à disciplina de história.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

ANDRADE JÚNIOR, Lourival. Os ciganos e os processos de exclusão / Romani and exclusion processes. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 33, n. 66, p. 95-112, 2013.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em: 06. dez. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.841, de 25 de maio de 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/dnn/dnn10841.htm> Acesso em: 06. dez. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm> Acesso em: 06. dez. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.986, de 25 de setembro de 2024. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/114986.htm> Acesso em: 06. dez. 2025.

CAPÍTULO XIX

TRAJETÓRIAS DE ESTUDANTES COTISTAS NA UFCG: OS USOS DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO PARA A ANÁLISE DAS PERMANÊNCIAS E DESIGUALDADES NA UNIVERSIDADE

Jhuly Ane Sousa da Silva ¹
Marcos Vinícios de Almeida Abrantes ²
Rosilene Dias Montenegro ³

RESUMO

Este trabalho analisa as trajetórias de estudantes cotistas na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) entre 2013 e 2024, investigando o impacto da Lei nº 12.711/2012 na democratização do acesso e os desafios persistentes à permanência. Fundamentada nos conceitos de interseccionalidade (Akotirene), amefricanidade (Gonzalez) e epistemicídio (Kilomba), a pesquisa utiliza uma abordagem quanti-qualitativa apoiada pelo sistema de informação Eureka. Os resultados parciais revelam que, embora as ações afirmativas tenham tido êxito no ingresso — alcançando 50,39% em História, 56% em Arte e Mídia e 53% em Ciência da Computação —, há um alarmante "gargalo" na diplomação. Em História, cotistas representam apenas 33% dos graduados, enquanto em Arte e Mídia esse número cai para 22%, com uma possível hegemonia de concluintes brancos (51%). Em Ciência da Computação, as cotas demonstram ser um mecanismo vital de gênero, elevando a presença feminina de 17% (ampla concorrência) para 22%. Conclui-se que a diversidade conquistada na matrícula se dilui ao longo da graduação devido a barreiras institucionais e socioeconômicas. O estudo ressalta que as ferramentas de Tecnologia da Informação são cruciais para visibilizar essas desigualdades, mas aponta falhas na transparência dos dados institucionais. Para que a democratização seja efetiva, é imperativo que a universidade transcenda a reserva de vagas e implemente políticas de permanência interseccionais que garantam uma diplomação justa e equânime.

Palavras-chave: Lei de Cotas; Permanência Estudantil; Tecnologias da Informação.

ABSTRACT

This study analyzes the trajectories of quota-holding students at the Federal University of Campina Grande (UFCG) between 2013 and 2024, investigating the impact of Law No. 12,711/2012 on the democratization of access and the persistent challenges to student retention. Grounded in the concepts of intersectionality (Akotirene), "Amefricanity" (Gonzalez), and epistemicide (Kilomba), the research employs a mixed-methods approach supported by the Eureka information system. Partial results reveal that while affirmative actions have successfully expanded enrollment—reaching 50.39% in History, 56% in Art and Media, and 53% in Computer Science—there is an alarming "bottleneck" regarding graduation rates. In History, quota holders represent only 33% of graduates, while in Art and Media, this figure drops to 22%, indicating a white hegemony among graduates (51%). In Computer Science, quotas prove to be a vital gender mechanism, increasing female presence from 17% in broad competition to 22%. The study concludes that the diversity achieved during enrollment dilutes throughout the undergraduate years due to institutional and socioeconomic barriers. While Information Technology tools are crucial for making these inequalities visible, the study points out significant flaws in the transparency of institutional data. For democratization to be effective, universities must transcend mere seat reservation and implement intersectional retention policies that guarantee a just and equitable graduation process.

Keywords: Quota Law; UFCG; Information Technologies.

¹Licenciatura em História, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, Brasil.

²Graduando em Arte e Mídia, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, Brasil.

³Doutora em História, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, Brasil.

1. INTRODUÇÃO

A Lei nº 12.711/2012, conhecida popularmente como Lei de Cotas, representou um marco na democratização do ensino superior ao permitir o ingresso de grupos historicamente excluídos das universidades públicas. Sancionada em 2012, é uma das principais normas referentes ao acesso ao ensino nas instituições federais do país. A legislação instituiu a reserva obrigatória de, no mínimo, 50% das vagas em universidades e instituições federais para estudantes de escolas públicas, com subcotas para baixa renda, grupos étnico-raciais (pretos, pardos e indígenas) e, mais recentemente, quilombolas e pessoas com deficiência. A partir de 2023, a lei foi atualizada para incluir novas medidas, tais como: o candidato cotista passa a concorrer primeiramente às vagas de ampla concorrência e, caso não alcance a nota, passa a disputar as vagas reservadas; o monitoramento anual da Lei com avaliação a cada dez anos; o estabelecimento de prioridade para cotistas no recebimento de auxílio estudantil; e a redução do critério de renda familiar per capita para um salário mínimo na subcota de renda.

No entanto, o acesso é apenas o primeiro passo: a permanência e a conclusão ainda são desafios marcados por desigualdades raciais, sociais e de gênero. Esta pesquisa, desenvolvida no âmbito do PIBIC-AF “Estudantes Cotistas: Ingresso, Permanência e Desafios”, busca compreender como os estudantes cotistas têm se mantido na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e quais lacunas os dados institucionais revelam sobre essa trajetória.

Este artigo visa, portanto, apresentar os resultados parciais do referido projeto, com ênfase na organização de dados a partir do sistema acadêmico Eureka e na construção de uma base informativa que objetiva subsidiar políticas de permanência. O Eureka é um sistema de dados desenvolvido por alunos do Laboratório de Sistemas Distribuídos (LSD) da UFCG, orientado pelo Professor Doutor Francisco “Fubica” Vilar Brasileiro. O citado sistema reúne os dados abertos presentes nos relatórios da Pró-Reitoria de Ensino (PRE) e da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PRAC), disponibilizando-os de forma facilitada para leitura e acesso, sendo inclusive possível realizar o download desses dados para análise própria.

A pesquisa pressupõe que o acesso à universidade é insuficiente sem a garantia de permanência e conclusão. Assim, ferramentas digitais surgem como instrumentos metodológicos para visibilizar obstáculos e produzir conhecimento voltado à justiça social. Entretanto, pesquisadores enfrentam entraves na coleta de dados institucionais: na PRE, os dados abertos são dispersos, brutos, repetitivos e carecem de recortes fundamentais (como forma de ingresso e etnia). Já na PRAC, embora o uso do Metabase facilite a leitura gráfica, as informações limitam-se a valores de benefícios, omitindo variáveis socioeconômicas e raciais.

O próprio sistema Eureka apresenta limitações: por depender desses dados abertos, ele apenas os compila, sofrendo com quedas esporádicas, falhas em filtros e ausência de gráficos comparativos. Além disso, a transição do Sistema de Controle Acadêmico Online (SCAO) para o Sistema de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) interrompeu a atualização dos dados a partir de 2024.1. Atualmente, a instabilidade do sistema em grandes escalas restringe a coleta a uma análise “curso a curso” para garantir a integridade das informações. Tais deficiências técnicas comprometem a interpretação dos dados e a construção de narrativas precisas sobre a realidade estudantil. Nesse cenário, observa-se que:

A experiência do usuário na interação em sistemas de informação é um forte propulsor das dinâmicas de estruturação e apresentação de dados e informações na web, pois a maneira como o usuário se comporta em sua busca por informações pode influenciar diretamente na sua tomada de decisão (ALENCAR, 2023, p. 4).

2. REFERENCIAIS TEÓRICOS

Lélia Gonzalez (2018), contemporânea de Angela Davis e cuja produção foi redescoberta e valorizada recentemente, é referência fundamental não apenas nos estudos de gênero e raça, mas como precursora da crítica ao epistemicídio colonial. Em sua formulação do conceito de "amefricanidade", Gonzalez propõe um olhar que integra as experiências da diáspora africana na América Latina, ressaltando a necessidade de uma perspectiva decolonial situada que ultrapasse os paradigmas eurocêntricos. Ao valorizar o saber das mulheres negras, suas vivências e linguagens, a autora desafia a hegemonia acadêmica e oferece uma base epistemológica potente para reimaginar a universidade como um espaço plural. Sua crítica à epistemologia dominante é, também, uma convocação à revisão dos currículos e à inclusão de vozes historicamente silenciadas. Tal contribuição dialoga com as produções de Sueli Carneiro (2016), que aborda o racismo como uma estrutura articulada de exclusão, e de Carla Akotirene (2019), que, ao trabalhar a interseccionalidade, reafirma que as desigualdades não podem ser tratadas de forma isolada, pois são múltiplas, sobrepostas e historicamente construídas.

A interseccionalidade, conforme Akotirene (2019), é uma chave analítica que desvela as engrenagens de exclusão institucionalizadas e contesta a falsa neutralidade acadêmica. A universidade, longe de ser um espaço neutro, impõe barreiras — como o racismo institucional e currículos excludentes — que afetam desproporcionalmente estudantes cotistas, cujas trajetórias são atravessadas por múltiplas opressões (raça, classe e gênero). Somando-se a isso, a perspectiva de Grada Kilomba (2019) evidencia o impacto do epistemicídio: a negação sistemática de saberes não eurocêntricos. Assim, a luta pela permanência estudantil transcende a questão financeira; é,

fundamentalmente, uma disputa por reconhecimento e pela valorização de epistemologias historicamente silenciadas.

3. METODOLOGIA

A pesquisa possui uma abordagem predominantemente quantitativa, embora mantenha preocupações qualitativas em sua interpretação. O objetivo central consistiu em mapear e analisar dados de ingressantes e concluintes da UFCG entre 2012 e 2024, com ênfase nas trajetórias dos estudantes cotistas. A principal fonte de dados foi o sistema Eureka, que armazena informações acadêmicas de todos os campi da instituição. A coleta foi realizada por meio da extração de planilhas, posteriormente segmentadas por curso, gênero, raça/cor, situação de conclusão e modalidade de ingresso (cotista, não cotista e bonificação estadual¹). Esses dados foram organizados e depurados com o auxílio do Google Planilhas e LibreOffice Calc, utilizando-se planilhas colaborativas para o trabalho entre bolsistas e orientadores. Os dados brutos foram tratados para eliminar inconsistências e duplicidades, padronizando-se as categorias para análise comparativa. Devido a erros de processamento no sistema Eureka, que geravam embaralhamento de informações em grandes escalas, a análise restringiu-se a cursos específicos, impossibilitando, no momento, um levantamento geral por centros ou campi.

A visualização dos dados foi realizada por meio de gráficos e tabelas exploratórias, facilitando a identificação de padrões e permitindo diagnósticos mais precisos. Esse processo viabilizou a construção de uma base inicial para a compreensão das dinâmicas de acesso, permanência e evasão de estudantes cotistas. Inicialmente, foram analisados os cursos de História (Diurno e Noturno), Arte e Mídia e Ciência da Computação, com possível posterior expansão para outras graduações da UFCG.

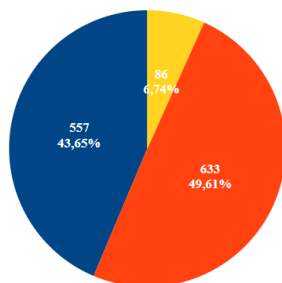
¹Bonificação regional implementada na Paraíba em 2021, que concedia acréscimo de 5% ou 10% na nota do Enem/SiSU para estudantes que concluíram o ensino médio em instituições paraibanas (público ou privada). Em 2025, a UFCG suspendeu o benefício por determinação do MEC e do STF, que considerou a medida inconstitucional por discriminação de origem geográfica.

4. RESULTADOS PARCIAIS

Gráfico 1: Ingressantes de História Licenciatura (Diurno e Noturno) por Forma de Ingresso – 2013 à 2024

Ingressantes de História Licenciatura (Diurno e Noturno) por Forma de Ingresso - 2013 à 2024

■ INGRESSANTES COTISTAS ■ INGRESSANTES NÃO COTISTAS ■ INGRESSANTES BON. ESTADUAL



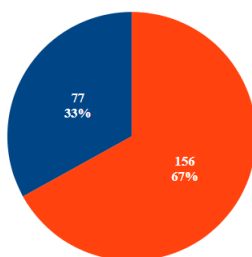
Fonte: AUTORES, 2026

A análise do Gráfico 1 (2013-2024) revela que as ações afirmativas tornaram-se o principal vetor de ingresso na Licenciatura em História da UFCG (Diurno e Noturno), somando 50,39% (643 alunos) dos ingressos, contra 49,61% (633 alunos) dos não cotistas. Nesse bloco inclusivo, a Lei de Cotas detém a maior participação com 43,65% (557 alunos), complementada pelos 6,74% (86 alunos) da bonificação estadual. Esse cenário atesta que o curso ultrapassou a paridade absoluta, consolidando-se como um espaço plural onde a maioria discente provém de grupos amparados por mecanismos de justiça social, rompendo com a hegemonia histórica da ampla concorrência.

Gráfico 2: Graduados em História Licenciatura (Diurno e Noturno) por Forma de Ingresso – 2013 à 2024

Graduados em História Licenciatura (Diurno e Noturno) por Forma de Ingresso - 2013 à 2024

■ INGRESSANTES COTISTAS GRADUADOS ■ INGRESSANTES NÃO COTISTAS



Fonte: AUTORES, 2026

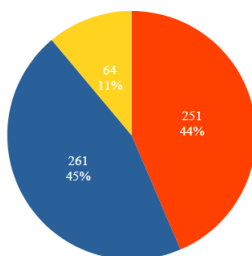
Ao confrontar os dados de ingresso e conclusão (2013-2024) no curso de História, nota-se uma nítida disparidade: embora cotistas e beneficiários de bonificação somem 50,39% (643) dos ingressantes, os cotistas representam apenas 33% (77) dos graduados. Em oposição, a ampla concorrência, que detinha 49,61% (633) da entrada, concentra 67% (156) das formaturas. Esta inversão proporcional — isolando-se a bonificação estadual por não possuir tempo de integralização

— evidencia que estudantes de ações afirmativas enfrentam obstáculos mais acentuados à permanência e conclusão acadêmica que seus pares.

Gráfico 3: Ingressantes em Arte e Mídia por Forma de Ingresso – 2013 à 2024

Ingressantes em Arte e Mídia por Forma de Ingresso - 2013 à 2024

■ Não cotistas ■ Cotistas ■ Bon. Estadual



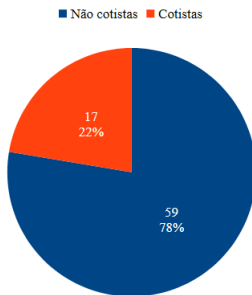
Fonte: AUTORES, 2026

A análise dos ingressantes em Arte e Mídia (2013-2024) evidencia a predominância de políticas de ação afirmativa (Gráfico 3). Somados, cotistas (45%; 261 alunos) e beneficiários da bonificação estadual (11%; 64 alunos) representam 56% das entradas, superando a ampla concorrência, que detém 44% (251 alunos). Esse cenário consolida o curso como um perfil majoritariamente inclusivo, no qual as ferramentas de democratização do acesso superam o ingresso por modalidade não cotista.

Gráfico 4: Graduados em Arte e Mídia por Forma de Ingresso – 2013 à 2024

Graduados em Arte e Mídia por Forma de Ingresso - 2013 à 2024

■ Não cotistas ■ Cotistas



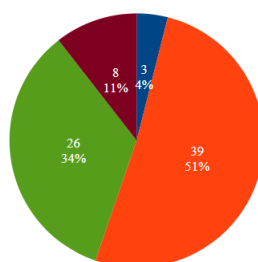
Fontes: AUTORES, 2026

Todavia, a análise dos graduados (Gráfico 4) em Arte e Mídia (2013-2024) revela uma mudança drástica de cenário. Enquanto os alunos de não cotista representavam 44% do ingresso (251 alunos), eles passam a dominar o quadro de formados com 78% das graduações (59 alunos). Em contrapartida, os cotistas — que eram maioria no ingresso com 45% (261 alunos) — sofrem uma redução proporcional severa, representando apenas 22% dos graduados (17 alunos). Essa comparação evidencia um gargalo crítico: não cotistas detém uma taxa de sucesso significativamente maior, sinalizando que o acesso democratizado não tem sido acompanhado por uma conclusão equânime em Arte e Mídia.

Gráfico 5: Graduados em Arte e Mídia por Etnia – 2013 à 2024

Graduados em Arte e Mídia por Etnia- 2013 à 2024

■ AMARELOS ■ BRANCOS ■ INDÍGENAS
■ PARDOS ■ PRETOS ■ NÃO DECLARADO



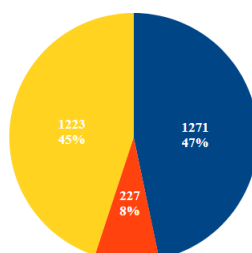
Fonte: AUTORES, 2026

A análise étnica dos graduados (Gráfico 5) em Arte e Mídia (2013-2024) revela um afinilamento racial: apesar de o ingresso ser majoritariamente inclusivo (56%), a formatura é dominada por pessoas brancas (51%; 39 alunos). Em contraste, pretos e pardos somam apenas 45% (34 alunos) dos concluintes. Amarelos são o menor número, sendo apenas 4% (3) dos graduados. O cruzamento desses dados com a forma de ingresso — onde não cotistas detém 78% das graduações — pode indicar que o perfil de êxito acadêmico está concentrado no grupo branco e não cotista, podendo evidenciar uma severa diluição da diversidade racial ao longo do curso.

Gráfico 6: Ingressantes em Ciência da Computação por Forma de Ingresso – 2013 à 2024

Ingressantes em Ciências da Computação por Forma de Ingresso - 2013 à 2024

■ INGRESSANTES NÃO COTISTAS ■ INGRESSANTES BON. ESTADUAL ■ INGRESSANTES COTISTAS



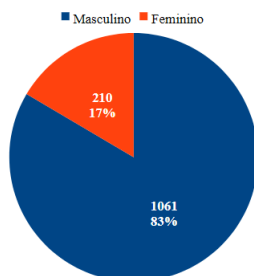
Fonte: AUTORES, 2026

Ao analisarmos os Ingressantes em Ciência da Computação (2013-2024), vemos que se apresenta uma distribuição equilibrada (Gráfico 6) entre as modalidades de ampla concorrência e as políticas de ação afirmativa. Os alunos não cotistas compõem a maior parcela individual, com 47% das entradas (1.271 alunos). No entanto, ao somar as categorias voltadas para a democratização do acesso, observa-se que a maioria dos estudantes ingressa via reserva de vagas: os cotistas representam 45% (1.223 alunos) e os beneficiários da bonificação estadual somam 8% (227 alunos). Juntas, essas

duas últimas modalidades totalizam 53% dos ingressantes, indicando que o curso possui um perfil de entrada majoritariamente composto por estudantes vindos de políticas de inclusão.

Gráfico 7: Ingressantes em Ciência da Computação Não Cotistas por Gênero – 2013 à 2024

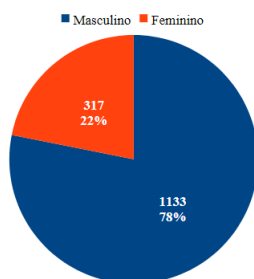
Ingressantes em Ciências da Computação Não Cotistas por Gênero - 2013 à 2024



Fonte: AUTORES, 2026

Gráfico 8: Ingressantes em Ciência da Computação Cotistas e Bon. Estadual por Gênero – 2013 à 2024

Ingressantes em Ciências da Computação Cotistas e Bon.Estual por Gênero - 2013 à 2024



Fonte: AUTORES, 2026

Entretanto, ao segmentar esses ingressantes por gênero, surgem nuances importantes sobre como cada modalidade de entrada se comporta. No grupo de não cotistas (Gráfico 7), a disparidade de gênero é mais severa, com o público masculino dominando 83% das vagas, deixando apenas 17% para o público feminino. Esse cenário reflete a barreira histórica de entrada de mulheres em áreas de tecnologia quando o acesso ocorre exclusivamente pela ampla concorrência. Em contrapartida, os dados mostram que as políticas de cotas e bonificação estadual (Gráfico 8) atuam como um mecanismo de correção dessa desigualdade. Nesse grupo, a presença feminina sobe para 22%, o que representa um aumento proporcional de 5 pontos percentuais em relação à ampla concorrência. Embora o curso continue sendo majoritariamente masculino (78% nas cotas), fica evidente que as ações afirmativas facilitam o ingresso de mulheres, tornando o ambiente acadêmico de Ciência da Computação mais diverso do que seria sem tais intervenções.

5. CONCLUSÃO

Os resultados parciais desta pesquisa reafirmam que a Lei nº 12.711/2012 cumpriu com êxito o papel de democratizar o acesso à Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), conforme demonstram os dados de ingresso em cursos distintos como História, Arte e Mídia e Ciência da Computação, onde o percentual de cotistas e beneficiários de bonificação supera ou iguala a ampla concorrência. Todavia, a análise comparativa com os dados de graduação revela um cenário alarmante: a diversidade conquistada na matrícula não se traduz em equidade na conclusão.

A inversão proporcional observada — onde não cotistas, brancos e homens em cursos de tecnologia mantêm taxas de sucesso acadêmico significativamente superiores — evidencia que o suporte institucional atual é insuficiente para mitigar os obstáculos sociais, econômicos e o racismo institucional que atravessam a trajetória dos cotistas. Conclui-se que o sistema Eureka, embora inovador, ainda carece de maior integração com dados qualitativos e atualizações constantes para servir como bússola de gestão. Portanto, a democratização real do ensino superior exige que a universidade vá além da reserva de vagas, implementando políticas de permanência que considerem a interseccionalidade de gênero, raça e classe, garantindo que o ingresso seja, de fato, o prelúdio de uma diplomação justa.

REFERENCIAIS TEÓRICOS

ALENCAR, Danila Fernandes et al. Experiência do usuário: análise de usabilidade do ambiente virtual de aprendizagem e-Campo (EMBRAPA). **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 21, p. e023007, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdbci/a/bkwwg9rz3HqvWF7znmh9G7XN/?lang=pt0>. Acesso em 01 de set. de 2025.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Geledés**, [s.l.], 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/> Acesso em: 15 mai. 2023.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2020.

ST 06

TEMA LIVRE: DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES - SABERES EM CONEXÃO

COORDENAÇÃO: ANDREA BANDEIRA (UPE), RAQUEL DA SILVA GUEDES (PROJETO
MEMÓRIA; UFPE), JOSINALDO SOUSA DE QUEIROZ (UFPE/UEPB/TV PARAÍBA)

CAPÍTULO XX

LIÇÕES E MEMÓRIAS EM TORNO DO 27 DE MAIO DE 1977: NARRATIVAS, USOS DO PASSADO E REFLEXÕES SOBRE A ANGOLA CONTEMPORÂNEA

Fáeton Costa Malavoloneke ¹

RESUMO

Este trabalho analisa os usos do passado na construção da identidade nacional angolana, com foco no projeto político-cultural de Agostinho Neto (1956–1979) e na memória traumática do 27 de maio de 1977. A partir do campo da Cultura Histórica, mobilizam-se debates sobre memória coletiva, esquecimento, trauma e lugares de memória. Argumenta-se que a edificação da nação envolveu não só a luta armada, mas também a produção de uma memória oficial centrada na figura heroica de Neto. Nesse contexto, o episódio de 27 de maio, tentativa de golpe atribuída a Nito Alves, seguida de repressão violenta, foi silenciado historicamente. Milhares de pessoas foram mortas e outras desaparecidas, e os campos de extermínio como Camama e São Nicolau permanecem esquecidos. A repressão é vista como momento de consolidação do poder do MPLA por meio da eliminação de dissidentes. Com base em autores como Nora, Ricoeur, Rüsen e Pollak, o estudo mostra como essa memória foi soterrada, mas recentemente reemergiu com discursos oficiais de reparação, como o pedido de perdão feito pelo presidente João Lourenço em 2021. O trabalho sustenta que o 27 de maio é um marco crucial da história contemporânea angolana e que sua reinterpretação sob a perspectiva da cultura histórica permite analisar os mecanismos de silenciamento e manipulação da memória por parte do Estado, ao mesmo tempo que aponta para a necessidade de uma narrativa mais plural, justa e comprometida com a dignidade das vítimas.

Palavras-chave: Memória coletiva. Agostinho Neto. Cultura histórica. Usos do passado.

1. INTRODUÇÃO

A historiografia angolana aponta alguns fatores que determinaram o acontecimento que se deu pouco tempo depois da maior conquista política que os angolanos tanto desejaram face ao colonialismo português. O 27 de maio de 1977, em Angola teve origem a partir de uma crise política e ideológica no seio do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), partido político governante, desde a independência do país até atualmente, 2026.

A principal causa e imediata foi o conflito interno conhecido como *fraccionismo*, liderado por Nito Alves enquanto Ministro da Administração Interna e Membro do Comité Central dentro do governo MPLA e José Van-Dúnem, que acusavam a direção de Agostinho Neto de se afastar dos princípios marxistas-leninistas e de trair os ideais populares da revolução.

Essa divisão interna ganhou força num contexto de grande instabilidade, quando o país enfrentava graves dificuldades econômicas, descontentamento social e a continuidade da guerra civil

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, (PPGH-UFCG), Campina Grande, Paraíba, Brasil. Este trabalho contou com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES

que infelizmente durou quase 30 anos, o que ampliava o desânimo entre a população e as tensões dentro do partido. Os protestos da população foram naquele momento categorizados como uma tentativa de golpe de estado pelo Presidente de Angola, Agostinho Neto, e, foi com base nisso que o governo central tomou medidas para reprimir a situação dos manifestantes, a partir de ações que Segundo Carlos (2012), há diferentes estimativas sobre o número de mortos no 27 de maio, a Fundação 27 de Maio fala em 80 mil vítimas.

A construção da memória coletiva de uma nação é, ao mesmo tempo, um processo político e simbólico. Independentemente de como tenha acontecido, nenhum povo deve esquecer a história de sua luta e principalmente o que o motivou a lutar, em Angola, esse processo foi marcado por uma disputa intensa entre lembrança e esquecimento, especialmente em torno desse episódio traumático do 27 de maio de 1977, que será analisado nesse artigo.

Data de uma fracassada tentativa de golpe de Estado, seguida de uma repressão brutal pelo partido MPLA, sob a liderança de Agostinho Neto. Estima-se que milhares de angolanos tenham sido sumariamente executados, outros desaparecidos em campos de extermínio, num dos capítulos mais sombrios da história pós-independência do país. No entanto, durante décadas, esse acontecimento foi silenciado pelo discurso oficial, um assunto que quase durante 40 anos, não se podia oficialmente falar em espaços públicos, nem mesmo nos espaços que por excelência são tidos como produtores do saber que são as universidades, tudo porque o governo durante esse período priorizou a glorificação do nacionalismo e a figura heroica de Agostinho Neto como pai da Nação.

O presente artigo sustenta que a memória do 27 de maio intencionalmente foi marginalizada em nome da estabilidade do projeto político-cultural do MPLA, o que evidencia uma estratégia e uso seletivo do passado para consolidar um ideal de nação que não incluísse aqueles que não tinham vozes. A partir de um olhar crítico aos mecanismos de silenciamento, as disputas por reconhecimento e os recentes gestos de uma possível reparação histórica, é possível perceber como o passado traumático é rearticulado na cultura histórica angolana. É a partir disso que o artigo faz uma reflexão sobre os limites da memória oficial e a urgência de narrativas plurais que façam justiça às vítimas e à complexidade da história nacional.

Entre os anos de 1956 e 1979, neste caso, consolidou-se por um discurso nacionalista que buscava não apenas afirmar a soberania do novo Estado angolano, mas também produzir uma memória oficial sobre o passado colonial, a luta de libertação e os heróis que foram produzidos por essa mesma revolução. Esse esforço de construção simbólica da nação por um lado implicou, ao mesmo tempo, a valorização de algumas narrativas e do outro lado o silenciamento desse evento traumático, acontecido precisamente dois anos após o proclamar da independência, e que se reverbera até aos dias de hoje.

Segundo Halbwachs (1990, p. 80), “a história, sem dúvida, é a compilação dos fatos que ocuparam maior espaço na memória dos homens,” e a data de 27 de maio faz parte dessa história que tentou ser ocultada, e por sua vez, representa uma das mais controversas e dolorosas passagens da história contemporânea de Angola. Durante muito tempo, o tema foi sendo considerado um tabu na memória pública do país, porque o assunto está vinculado diretamente as intenções que o governo teve na época, mas por um lado, “a memória fiel não é aquela que conserva tudo, mas aquela que sabe o que lembrar para fazer justiça.” (RICOEUR, 2007, p. 92), nisso, apesar de passar muito tempo após o episódio, as pessoas clamam por justiça, justamente por ser um direito a ser observado.

O artigo, analisa o 27 de maio de 1977, mas a partir da perspectiva da cultura histórica, com um olhar sobre os usos do passado, no processo de silenciamento e numa possível configuração de lugares de memória associados aos campos de repressão que foram utilizados naquele contexto pelo governo. Neste caso, a argumentação articula-se aos pensamentos de autores como Pierre Nora, Paul Ricoeur, Jörn Rüsen e Michael Pollak, acompanhadas de reflexões desenvolvidas ao longo da disciplina Cultura Histórica, Memória e Usos do Passado, tendo como pano de fundo a pesquisa da minha dissertação que inicialmente estava intitulada Agostinho Neto e os Caminhos da Nação: Nacionalismo, Identidade e Projeto Político-Cultural (1956-1979), mas que por razões de ampliação do foco teórico, foi necessário mudar para Da Libertação À Nação: Epistemologias Africanas E Projeto Político-Cultural Em Agostinho Neto (1956–1979).

A pesquisa parte da percepção de que, a data de 27 de maio, mesmo ausente da memória oficial por longos anos, representa um momento importante para poder analisar os limites do projeto nacionalista do pós-independência e os modos como o passado traumático é administrado pelo poder político. Recuperar a narrativa desse acontecimento, é na verdade buscar contribuir para uma leitura crítica da história recente de Angola e para o reconhecimento da pluralidade de memórias que compõem a experiência nacional, mesmo que “a memória de experiências traumáticas nem sempre encontra espaço nos discursos oficiais. Ela resiste no subterrâneo das lembranças pessoais, nos fragmentos, nos silêncios.” (Pollak, 1989, p. 10)

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, “a pesquisa qualitativa preocupa-se com o significado que os indivíduos atribuem às suas experiências, ao mundo social e aos fenômenos que os cercam. Trata-se de uma abordagem que busca compreender processos, contextos e subjetividades.” MINAYO, 2001, p. 21, associada ao campo da cultura histórica, com ênfase nos estudos da memória coletiva, trauma, esquecimento e lugares de memória. A metodologia combina pesquisa bibliográfica e análise documental.

E sua bibliográfica envolve a leitura aos autores como Pierre Nora, Paul Ricoeur, Michael Pollak, Jörn Rüsen e outros estudiosos que tratam da relação entre história, memória e identidade

nacional. Também se recorre a estudos sobre a história política de Angola e o papel do MPLA na construção do discurso nacionalista, com destaque para a figura de Agostinho Neto.

É nesse momento em que a prática histórica exige a definição de uma metodologia específica, pois através do acontecimento, precisa-se perceber as causas que venham explicar o processo histórico dentro dessa ciência histórica fundamental que de alguma maneira importa a todos.

Segundo Cano (2012, p. 2) “as ciências sociais nasceram no século XIX como uma tentativa de compreender e controlar uma realidade social cada vez mais complexa, que tinha mudado de forma dramática nos últimos séculos,” A orientação metodológica do presente artigo, é guiada pela percepção de que o processo histórico de construção da identidade nacional em Angola, entre o período de 1956 a 1979, precisa ser compreendido por meio de eventos sociais e políticos, que dentro de sua realidade e contexto, tiveram seu próprio significado, ainda que em muitos casos, mesmo que certas ações podem não fazer sentido para muitos hoje, geralmente o passado sempre foi necessário para explicar as sociedades atuais e seus fenômenos, a figura de Agostinho Neto dentro do movimento que teve sua vitória no alcance da independência e também na guerra civil de Angola em 2002, metodicamente exige uma análise às memórias, aos silêncios e às narrativas que resultam de uma experiência da luta e do pós-independência, para se evitar que cada grupo venha distorcer a essência da memória na narrativa da história “na ausência de grandes memórias organizadoras, cada indivíduo toma seu próprio caminho e isso resulta em memórias fragmentadas.” (CANDAU, 2016, p. 184)

2. AGOSTINHO NETO, NACIONALISMO E OS USOS POLÍTICOS DO PASSADO

António Agostinho Neto, líder do MPLA, um partido que na sua matriz tem bases comunistas, e que atualmente é considerado como centro-esquerda no seu aspecto político, apesar de ter ordenado o massacre do 27 de maior, está entre os vários líderes africanos só pra citar como Kwame Nkrumah, Kenneth Kaunda, Julius Nyerere, Samora Machel, e Nelson Mandela, que soam no nascer das independências do continente africano, justamente porque o processo de independência de Angola não foi um ato isolado de outros países que tinham a mesma necessidade e objetivo na década de 1960: acabar com o colonialismo na África depois de longos séculos de opressão.

A construção da nação angolana, logo após a independência de 1975, foi acompanhada de um esforço sistemático de moldar uma memória coletiva que reforçasse a legitimidade do poder político instituído. Um momento em que, pelo seu contexto, a figura de Agostinho Neto emergiu como um ícone nacional, não apenas enquanto primeiro presidente da República de uma Angola independente, mas também como símbolo do nacionalismo revolucionário, intelectual engajado e poeta da libertação.

O período de 1956 a 1979, delimitado neste artigo como eixo cronológico, compreende a criação do movimento de libertação nacional e ascensão de Agostinho Neto como líder do MPLA, a proclamação da independência, os primeiros anos de consolidação do novo regime e sua morte em 10 de dezembro de 1979. Durante esse processo, construiu-se uma narrativa histórica marcada pela exaltação da luta armada, da unidade nacional e da autoridade do MPLA como força dirigente da revolução. Essa narrativa corresponde a um uso político do passado, um conceito fundamental da cultura histórica, em que a história recente é mobilizada com o objetivo de legitimar práticas de poder e construir identidades.

Como observa Jörn Rüsen, a cultura histórica é o processo por meio do qual as sociedades atribuem sentido ao passado para orientar suas ações no presente. Em Angola, esse processo foi conduzido de forma centralizada, com forte controle sobre os meios de produção da memória. A glorificação dos feitos revolucionários do MPLA e a canonização de Agostinho Neto como sendo o pai da Nação serviram para cimentar uma identidade nacional alinhada com o projeto político do partido.

Neste contexto, a história foi muitas vezes confundida com a memória oficial. Seguindo Paul Ricoeur, é possível afirmar que a hegemonia da memória do Estado, implicou o esquecimento organizado de experiências dissidentes e traumáticas, sobretudo aquelas que poderiam comprometer a imagem unificada da revolução. “o esquecimento não é apenas uma falha da memória, mas pode ser também uma violência imposta à lembrança, uma censura organizada, uma forma de injustiça.” (RICOEUR, 2007, p. 506) A memória coletiva foi moldada para reforçar a continuidade, a unidade e a autoridade por parte do partido, com implicações éticas e políticas, mas que hoje essa razão já não satisfaz a uma sociedade que precisa ouvir e saber da verdade histórica.

A produção cultural também desempenhou um papel central nesse processo. A poesia de Agostinho Neto, seus discursos e os materiais educativos difundidos pelo Estado funcionaram como instrumentos de construção simbólica da nação onde não incluía o tema sobre o 27 de maio, de modo que desde cedo se pudesse ter acesso a essa informação e agir de maneira que esse mal sob nenhuma circunstância se repetisse. A ideia de um povo unido contra o inimigo colonial, guiado por líderes heroicos, excluía, por consequência, as contradições internas, como as disputas dentro do próprio MPLA, que em algum momento fruto disso, mandaria executar todos que representassem alguma ameaça política ao seu governo.

Essa exclusão seletiva do passado preparou o terreno para a discussão do 27 de maio de 1977, cuja memória foi silenciada por décadas, exatamente por romper com essa narrativa homogênea. Como é possível perceber na pesquisa, o tratamento dado a esse evento revela os limites e tensões do

projeto nacionalista conduzido por Agostinho Neto e os usos autoritários não só do poder, mas também da história.

3. O 27 DE MAIO DE 1977: MEMÓRIA TRAUMÁTICA, SILENCIAMENTO E OS LUGARES DA DOR

“Certamente, um dos objetivos da história pode ser, exatamente, lançar uma ponte entre o passado e o presente, e restabelecer essa continuidade interrompida” (HALBWACHS, 1990, p. 81), apesar de que muitas vezes os mesmos são tentados a não restabelecer essas duas realidades para se legitimar apenas a história oficial narrada pelo governo, o que aconteceu com o massacre de 27 de maio, que foi de angolanos para angolanos, e o país ainda tem muitas histórias por contar a partir de um olhar diferenciado, e talvez isso venha significar também problemas por resolver, pelo tempo do acontecimento até aqui, deu pra perceber que as almas das vítimas não descansam enquanto não houver alguma dignidade, enquanto não houver honra.

O 27 de maio de 1977, não representa apenas um episódio isolado de violência política em Angola. Ele marca uma ruptura profunda no interior do projeto nacionalista liderado por Agostinho Neto, revelando os limites da unidade proclamada pelo MPLA e a fragilidade do consenso construído no pós-independência. A repressão contra o grupo liderado por Nito Alves expôs tensões ideológicas, étnicas e geracionais que vinham sendo abafadas em nome da estabilidade revolucionária, mas infelizmente “a exclusão sistemática de determinados acontecimentos do discurso histórico é um dos sinais mais claros de manipulação ideológica.” (RÜSEN, 2001, p. 93). Com o massacre de milhares de militantes e simpatizantes, o Estado angolano não apenas eliminou fisicamente uma dissidência, mas impôs um novo regime de silêncio e medo sobre o tecido social, que hoje muitos carregam essa marca no seu interior porque ainda têm lembranças do acontecimento.

Esse acontecimento representa, portanto, uma inflexão autoritária no processo de construção da nação que não se importou com os meios, incompatível com os ideais de libertação e autodeterminação que embasaram a luta contra o colonialismo português. Se, por um lado, o MPLA promovia a imagem de um povo unido em torno do líder carismático, por outro, consolidava uma cultura política baseada na supressão da diferença ideológica e na monopolização da história, o que coloca em causa na verdade sua visão e valor. A exclusão do 27 de maio da memória oficial e da historiografia nacional foi um movimento consciente de controle simbólico do passado, no qual as vozes das vítimas e de seus familiares foram silenciadas para proteger a legitimidade do poder vigente.

As consequências desse silenciamento não se restringem ao plano institucional. Elas reverberam até hoje no plano da memória social e afetiva, gerando traumas que atravessam gerações.

“a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos, e, por isso, em permanente evolução, sujeita à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todas as utilizações e manipulações, suscetível de longas latências e súbitas revitalizações” (NORA, 1993, p. 9). Famílias ainda buscam os corpos de seus entes desaparecidos, comunidades continuam marcadas pela desconfiança e pela dor não elaborada.

O silêncio imposto após 1977, criou um vazio de sentido que dificultou não apenas o reconhecimento das vítimas, mas também a construção de um diálogo nacional sobre justiça e reconciliação. Como observa Michael Pollak, a ausência de espaços legítimos para a elaboração da memória traumatizada conduz à memória subterrânea, muitas vezes isolada, fragmentada e relegada à esfera privada.

Nos últimos anos, entretanto, esse quadro tem sido tensionado por novas disputas em torno do passado. A Comissão de Reconciliação em Memória das Vítimas de Conflitos Políticos, criada pelo Estado angolano, assim como o pedido de perdão público proferido pelo presidente João Lourenço em 2021, revelam um esforço político de reapropriação simbólica do 27 de maio. No entanto, essas iniciativas também suscitam questionamentos, trata-se de um real compromisso com a justiça histórica ou apenas um novo uso do passado com fins de legitimação do presente? “Estamos assistindo a uma mutação radical da memória. Ela não se transmite mais naturalmente, se arquiva, se cataloga, se aprende, se comemora. A memória tornou-se objeto de história.” (NORA, 1993, p. 8) a memória do 27 de maio foi excluída da história oficial, mas a força de muitos historiadores e com seu compromisso de não se calar diante da verdade histórica, os faz reivindicar que seja contada como aconteceu e que os lugares sejam de fato reconhecidos e tratar o assunto como objeto de disputa da historiografia angolana.

É nesse sentido que, os campos de detenção e extermínio utilizados durante a repressão, como o de Camama ou São Nicolau, adquirem relevância particular como lugares de memória não oficialmente consagrados, mas carregados de significado histórico e afetivo. Sua ausência nos roteiros de memória nacional é sintoma de uma história ainda em disputa, “Os lugares de memória existem porque houve o rompimento espontâneo da memória, porque não existe mais um meio real de memória” (NORA, 1993, p. 22). Enquanto outros lugares foram institucionalizados como sendo oficial, os campos utilizados pela repressão, foram transformados num não lugar, para se considerar apenas as narrativas oficiais, uma história que, ao ser contada, desafia o esquecimento e reivindica reconhecimento. Incorporar esses espaços à narrativa pública é um passo necessário não apenas para honrar as vítimas, mas para repensar os fundamentos do próprio projeto nacional angolano, pois, “a história deve lidar com o sofrimento e a violência de maneira a preservar a dignidade das vítimas.” (RÜSEN, 2001, p. 106)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre a história verdadeira e a história oficial, a alma dos sobreviventes estava clamando. “os vestígios que sobrevivem à catástrofe não são apenas objetos, mas também os silêncios, os vazios, as ausências. A memória se constrói nesses interstícios.” (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 41) É um tempo muito fundamental trazer uma realidade, por mais distante que possa parecer, mas que está ainda muito próximo das memórias das pessoas. O regime em algum momento de sua história recorreu a esse massacre pra se apegar, controlar e se manter ao poder. É neste sentido que refletir sobre o 27 de maio de 1977 à luz da cultura histórica e dos usos do passado não é apenas um exercício de reconstrução factual, mas um gesto político e epistemológico. Exige encarar os limites das narrativas consolidadas e interrogar os fundamentos sobre os quais se edificou o imaginário da nação angolana. A intersecção entre nacionalismo, memória e violência revela que toda identidade coletiva é, em alguma medida, construída a partir de exclusões e esquecimentos. O desafio colocado à historiografia angolana contemporânea, portanto, não é apenas o de narrar o que foi omitido, mas o de tensionar os pactos de silêncio que ainda sustentam certos consensos.

Nesse sentido, ao analisar os lugares da dor como potenciais espaços de memória, pode ser uma forma de ampliar o campo de investigação e intervenção do historiador, porque “os lugares de memória são antes de tudo restos, as últimas encarnações de uma consciência histórica que se refugia em locais ritualizados.” (NORA, 1993, p. 23), e trata-se de escutar aquilo que não foi dito, de inscrever o trauma no espaço público e de disputar os sentidos da história com os discursos de poder. E isso implica deslocar o foco da figura dos heróis para os sujeitos anônimos da repressão, da memória institucional para a memória vivida, do monumento à ausência.

Portanto, o estudo do 27 de maio oferece uma oportunidade singular para repensar os próprios alicerces da cultura política angolana. Mais do que corrigir uma injustiça do passado, trata-se de imaginar uma outra relação com a história, uma relação que aceite a complexidade, a dor e a dissonância como partes constitutivas da memória nacional, visto que o país se constrói com tudo e todos. Para tanto, o campo acadêmico deve se afirmar como um espaço de mediação crítica, onde o passado não seja sacralizado nem instrumentalizado, mas problematizado em sua ambiguidade e tensão.

Por fim, inserir essa reflexão no interior de uma pesquisa mais ampla sobre Agostinho Neto e os caminhos da nação, reafirma-se que compreender a história de Angola exige lidar com suas contradições internas entre libertação e repressão, entre memória e esquecimento, entre discurso e experiência. É nesse momento que reside o potencial transformador da história como prática intelectual e compromisso ético.

REFERÊNCIAS

- CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução de Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.
- CANO, Ignácio. **Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil**. Sociologias, v. 14, n. 31, p. 94–119, dez. 2012.
- CARLOS, João. **Ainda hoje tenho pesadelos com este horror: – 27 de Maio de 1977 em Angola: 1ª parte da entrevista com Dalila Mateus**. DW – Deutsche Welle, 12 maio 2012. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/ainda-hoje-tenho-pesadelos-com-este-horror-27-de-maio-de-1977-em-angola-1%C2%AA-parte-da-entrevista-com-dalila-mateus/a-15924059>. Acesso em: 6 out. 2025.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **Cascas**. Tradução de André Telles. São Paulo: Editora 34, 2017.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1990.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7–28, 1993.
- POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François e Luís Marcos Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora da UNB, 2001.

CAPÍTULO XXI

MEMÓRIAS EM TRÂNSITO NO DOCUMENTÁRIO LIBERTÁRIOS

Alexsandro Araújo Oliveira^{1 2}

RESUMO

Em 1972, Lauro Escorel Filho iniciou as pesquisas do que se tornaria o documentário *Libertários*, lançado em 1976. O filme procura explicar a formação da classe trabalhadora no Brasil. Mas é também um documentário que expõe uma contradição fundamental na relação entre memória, classe e poder: parte da memória dos trabalhadores sobreviveu até aqui por conta dos arquivos das elites. Tanto é assim que um ponto relevante do documentário de Escorel diz respeito ao fato dele ter usado, entre outras, imagens saídas dos arquivos privados das famílias Crespi e Ermírio de Moraes (Votorantim), entre as principais fontes. Com esta informação em vista, o que discutimos é a memória operária e as implicações de abordá-la a partir de arquivos produzidos pela burguesia e por grandes empresas, questionando os limites e possibilidades de reconstruir a experiência dos trabalhadores a partir de materiais que carregam em grande parte o olhar do poder. Tendo como objeto de análise justamente o documentário *Libertários*, o que propomos é discutir como o filme transforma arquivos da burguesia empresarial brasileira em imagens de resistência ao reinterpretar as imagens dos trabalhadores ali presentes e de suas condições. Para isso, o conceito de memória em trânsito orienta a reflexão, enfatizando o movimento, a circulação e as disputas que configuram a memória quando ela atravessa diferentes contextos sociais e políticos.

Palavras-chave: Memória em trânsito; Documentário; Classe Trabalhadora.

1. INTRODUÇÃO

Libertários (1976), dirigido por Lauro Escorel Filho, é um documentário que ajuda a compreender a formação da classe trabalhadora no Brasil e o papel do anarquismo no movimento operário das primeiras décadas do século XX. Produzido durante a ditadura militar, o filme recupera a presença marcante dos operários anarquistas, sobretudo em São Paulo, no fim do século XIX e início do XX.

Lauro Escorel realiza uma leitura de período a partir de fontes raras: fotografias, filmes de época e jornais operários. Por meio desse material, Escorel reconstrói parte das lutas trabalhistas entre 1890 e 1920, mostrando como o Brasil que vivia um acelerado processo de industrialização formou um proletariado urbano com forte presença de imigrantes italianos, muitos deles já politicamente engajados nas ideias libertárias.

¹ Mestrando em História. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Agência Financiadora: Fundação Araucária.

² Agradeço à Prof^a. Dr^a. Endrica Geraldo, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), pelos valiosos insights oferecidos ao longo das discussões sobre o documentário. Suas observações, olhar crítico e disponibilidade foram fundamentais para aprofundar a análise e guiar a construção deste trabalho.

A escolha estética do filme revela uma intenção clara, visando não apenas contar uma história, mas reinscrever a memória dos trabalhadores que viveram aquela época. Mas Escorel faz mais, ele ressignifica todo um conjunto de documentos, assim é que fotografias e filmes são recuperados por ele e lida em uma chave de entendimento que desloca o sentido original de muitas das imagens. É essa ressignificação que vamos discutir.

Produzido em plena ditadura, quando toda forma de organização política de esquerda era perseguida, revisitar o anarquismo operário era também uma forma de resistência simbólica. O documentário mostra como o movimento anarquista teve papel central na formação da consciência de classe dos trabalhadores brasileiros a partir dos imigrantes anarquistas que trouxeram práticas de organização e também uma visão política que articulava autonomia dos trabalhadores, ação direta e crítica ao Estado e ao capital. Tanto foi assim que as grandes greves de 1917 e 1919 não surgiram espontaneamente, mas foram resultado de uma teia de organização operária que escapava do controle estatal e patronal. E *Libertários* procura marcar isso ao trazer as memórias daqueles momentos¹.

Entre outros materiais e documentos, Lauro Escorel usa imagens do filme privado, produzido em 1935, de Rodolfo Crespi, chamado *Quinze anos de colonização italiana no Brasil*. Este filme foi feito para ser enviado para Itália, mostrando suas propriedades no Brasil. (CARVALHO, s.d.). Outro filme utilizado por Escorel é o *Sociedade Anonyma Fabrica Votorantim*, de 1922, um dos registros cinematográficos industriais mais antigos preservados no Brasil. Produzido na década de 1920, o filme documenta o funcionamento da Fábrica Votorantim, então uma das maiores indústrias têxteis do estado de São Paulo e símbolo da modernização fabril iniciada no final do século XIX. Documentar a fábrica cinematograficamente atendia tanto a um interesse empresarial, mostrando a eficiência, a modernidade e o progresso, quanto ao desejo de registrar novas formas de produção e trabalho que começavam a se impor no país. O filme é um documentário industrial, um gênero típico do período, no qual a fábrica é apresentada como espaço de racionalidade técnica, disciplina e inovação mecânica. Quanto aos trabalhadores, estes aparecem em tarefas repetitivas, sem ênfase em conflitos ou condições adversas. (HAGEMEYER, 2018).

Estes filmes se tornaram com o tempo exemplos paradigmáticos da desigualdade na construção das memórias sociais. Grande parte do arquivo visual sobre trabalho e trabalhadores (até os anos 1940) foi produzido pelos donos das fábricas, não pelos trabalhadores. Neste sentido, eles ilustram como as imagens do passado operário foram filtradas pelo olhar das elites industriais, reforçando o controle simbólico sobre a narrativa do trabalho. Mas ao fazer uso dessas imagens, Escorel o faz para mostrar as reais condições dos trabalhadores na indústria dos empresários, deslocando o sentido original dos filmes. Durante o documentário vemos o cotidiano fabril, as

¹ Para maiores detalhes sobre a produção do documentário, cf. Hagemeyer (2018).

condições violentas de trabalho e a esperança utópica da transformação social. Escorel, neste sentido, constrói uma narrativa em que imagens de arquivo dialogam com leituras dramatizadas de textos anarquistas, criando uma montagem que articula história, poesia e política. Todavia, o principal é a reapropriação das imagens para uma narrativa contra-hegemônica. Assim, entre outros significados, o documentário adquire valor ao evidenciar que o movimento trabalhista brasileiro não nasceu sob a tutela do Estado, mas da auto-organização dos trabalhadores. Também revela a fragilidade e o caráter seletivo dos arquivos históricos, sobretudo ao mostrar que a memória da classe trabalhadora é ela própria um terreno de disputa.

2. SOBRE MEMÓRIA E DOCUMENTÁRIOS

Antes de seguir adiante se faz necessário esclarecer dois pontos fundamentais para compreender a relação entre memória, documentários e a dinâmica contemporânea da circulação de memórias.

O primeiro ponto se refere ao caráter paradoxal da memória de tentar unir passado e presente, embora essas temporalidades não coexistam plenamente. Ao trazer o passado para o presente sob as condições atuais, ela inevitavelmente transforma aquilo que evoca. Nesse sentido, a memória não pertence nem ao passado vivido nem ao presente vivido, situando-se num domínio próprio em que recordar é simultaneamente fixar e alterar. Surge, então, uma questão central: em que medida as memórias podem ser fiéis ao passado? E como essa busca molda, ou limita, a compreensão do presente? A memória cria a impressão de continuidade entre o que fomos e o que somos, mas essa continuidade é sempre construída. Ela não reflete simplesmente o passado, ela o reorganiza e o ressignifica. Como afirma Paul Ricoeur (2007), lembrar é sempre reinterpretar, e nem toda lembrança favorece o futuro ou a liberdade. Assim é que a memória, em vez de apenas revelar trajetórias, pode fixar traumas, ressentimentos ou nostalgias, sobretudo quando é filtrada por discursos hegemônicos que apagam experiências dissidentes, ou ainda quando é idealizada, impedindo o confronto crítico com a própria história.

O segundo ponto destaca que documentários sobre temas e eventos históricos não constituem meros registros lineares de eventos. Eles carregam conjuntos heterogêneos de memórias que se entrelaçam de modo dinâmico. Suas imagens, sons e narrativas incluem múltiplas vozes e perspectivas, revelando que a memória presente nessas obras é fragmentada, subjetiva e mutável. Cada revisita a um depoimento ou arquivo visual neles presentes pode suscitar novos sentidos. Assim, um documentário não apenas documenta, mas recria e ressignifica memórias, oferecendo experiências sempre abertas e em transformação.

Diante dessa complexidade, torna-se necessário um conceito de memória capaz de acompanhar essa dinâmica: um conceito que considere a fluidez, as reinterpretações constantes e os deslocamentos das memórias, capaz de captar a natureza móvel das lembranças, que se reconstruem continuamente e adquirem novos sentidos conforme atravessam contextos distintos.

Para sustentar um conceito com essas características precisamos ter em vista as transformações ocorridas nas últimas décadas nas formas de construir, compartilhar e conservar memórias. A globalização e o aumento da mobilidade humana intensificaram os encontros entre tradições diversas, promovendo circulação de símbolos, narrativas e práticas de rememoração. Paralelamente, as tecnologias digitais - internet, redes sociais, plataformas de registro - ampliaram radicalmente a produção e a difusão de memórias em formato imagético e documental. Como efeito, instituições tradicionais (museus, arquivos públicos) deixaram de monopolizar a gestão da memória coletiva. A memória tornou-se mais acessível e plural, mas também mais suscetível a disputas, apagamentos e manipulações.

Essas transformações impulsionaram uma mudança teórica nos estudos de memória, conhecida como viragem transcultural¹. Essa abordagem desloca o foco de memórias enraizadas em identidades nacionais para a compreensão de como lembranças circulam transnacional e transculturalmente. Em vez de linhas contínuas e fixas, temos itinerários complexos, nos quais as memórias se transformam ao entrar em contato com outros idiomas, valores e contextos. A memória passa a ser vista como campo em movimento constante, reconfigurada pelas relações entre histórias e geografias diversas.

A partir disso, compreende-se que as memórias permanecem vivas justamente porque circulam além de fronteiras geográficas, sociais e temporais de onde foi gestada. Vale lembrar que essa circulação não elimina memórias locais, ao contrário, cria diálogos entre diferentes culturas de memória. Grupos distintos podem reconhecer semelhanças, comparar experiências, integrar relatos alheios e enriquecer suas próprias percepções do passado. Assim, forma-se uma rede transcultural e transnacional que sustenta uma memória múltipla.

Essa perspectiva, quando comparada à concepção clássica de Halbwachs (1990), segundo a qual a memória depende de comunidades orgânicas - grupos homogêneos e relativamente estáveis, como nações ou famílias, mostra-se em indubitável contraste. A memória coletiva deixa de ser um patrimônio fechado e passa a ser um recurso cultural fluido, capaz de conectar grupos diversos e de ampliar debates políticos. Por conta disso, colocamos em debate três formas de conceber as memórias coletivas que buscam estender essa visão mais clássica – a memória cosmopolita, a memória protética e a memória multidirecional.

¹ Para um debate amplo sobre o tema, cf. Matos e Paisana (2023).

Para ficarmos apenas no nível epistemológico, quando recorremos a esses modos de conceber a memória, o que se busca é ampliar o próprio conceito de memória histórica, uma vez que a abordagem tradicional costuma tratar a memória como algo enraizado apenas na experiência vivida, ligada ao pertencimento a grupos claramente delimitados (nações, etnias, classes), ou baseado na autenticidade de testemunhos diretos, transmitido linearmente, dentro de uma narrativa relativamente estável.

Com esta perspectiva em vista, a memória cosmopolita, formulada por Daniel Levy e Natan Sznaider (2012), surge da análise do impacto do Holocausto na formação de um cosmopolitismo moral e político contemporâneo. O trauma desse acontecimento gerou o imperativo global do “Nunca mais!”, que ultrapassou fronteiras nacionais e consolidou uma consciência universal voltada à dignidade humana. Nesse processo, a memória do Holocausto transformou-se em fundamento emocional e ético para a construção e expansão dos direitos humanos no pós-guerra. O cosmopolitismo emergente não substitui identidades locais, mas integra o particular e o universal em uma moldura normativa compartilhada.

Levy e Sznaider entendem o cosmopolitismo como uma moralidade e política que superam limites estatais, promovendo valores universais baseados na interdependência e na responsabilidade global diante do sofrimento. Sua força está menos na racionalidade e mais na empatia e na compaixão, desafiando a soberania absoluta dos Estados ao priorizar um dever ético transnacional. A memória do Holocausto atua tanto institucional quanto emocionalmente. No plano institucional, sendo incorporada a marcos jurídicos globais, tornando-se referência normativa transnacional. Em sua dimensão emocional, mobiliza indignação e empatia, convertendo-se em paradigma ético capaz de iluminar a crítica a outras tragédias. Assim se forma a memória cosmopolita, uma memória que atravessa fronteiras, integrando experiências traumáticas locais a um quadro moral global.

Paralelamente temos a noção de memória protética, proposta por Alison Landsberg (2003), que amplia a discussão ao mostrar como indivíduos podem incorporar memórias de eventos que não viveram diretamente, mediadas por tecnologias culturais como cinema, museus e televisão. Essas memórias funcionam como próteses afetivas e cognitivas anexadas à subjetividade, permitindo que espectadores desenvolvam empatia profunda com experiências de violência e injustiça mesmo sem vínculo ancestral. A memória protética expande a possibilidade de solidariedade ética para além da fronteira identitária. Mas cabe ressaltar, como lembra Landsberg, que a memória advinda da própria experiência e a protética não são equivalentes, sobretudo no contexto de eventos extremos. Há diferenças éticas e epistemológicas entre lembrar algo vivido e envolver-se emocionalmente com o sofrimento alheio por meio de representações culturais. Apesar disso, o conceito de memória protética sugere que as experiências mediadas pela cultura podem anexar-se à subjetividade do espectador,

provocando respostas afetivas e cognitivas capazes de gerar solidariedade para além de laços identitários como raça, gênero ou nacionalidade.

Já Michael Rothberg (2009) aborda a convivência entre diferentes memórias de violência em sociedades multiculturais. Contra a lógica da “memória competitiva”, segundo a qual narrativas traumatizantes disputariam por reconhecimento e visibilidade, ele propõe a memória multidirecional. Para Rothberg, as memórias não são recursos limitados, elas podem dialogar, se cruzar e se reforçar mutuamente. Recordar um trauma pode ativar a compreensão de outros, gerando empatia e solidariedade entre grupos diversos. Ele critica visões essencialistas que tratam memórias e identidades como fixas ou puras, indicando que, ao contrário, elas são dinâmicas, constituídas por trocas e ressignificações dentro de uma esfera pública sempre em transformação. Rothberg também contesta abordagens que consideram certos traumas como absolutamente singulares, pois isso bloqueia conexões históricas e impede diálogos entre sofrimentos distintos. A memória multidirecional, embora não elimine conflitos, oferece um modelo mais flexível para entender o trânsito das memórias e permite novas formas de reconhecimento e solidariedade, mesmo reconhecendo que certas narrativas podem prevalecer sobre outras.

Rothberg, Levy, Sznajder e Landsberg rejeitam visões essencialistas da memória e destacam que nenhuma lembrança é neutra ou isolada, pois todas dependem dos contextos sociais e políticos de suas mobilizações. Assim uma mesma memória pode funcionar como ponte ou como barreira, dependendo de quem a evoca e com quais finalidades. Desta forma, os conceitos de memória cosmopolita, protética e multidirecional oferecem perspectivas distintas, mas convergem em um ponto essencial: a memória deve ser compreendida como um processo em trânsito. Em vez de representar um arquivo fixo ou limitado a identidades estáveis, a memória é marcada por circulação, deslocamentos e constantes reinscrições. Ela pode ultrapassar fronteiras geográficas, culturais e temporais, tornando-se dinâmica, relacional e sempre aberta a novas interpretações.

A memória cosmopolita mostra como certos eventos traumáticos, ao invés de permanecer restrito a um grupo étnico ou nacional, pode se converter em marco transnacional para refletir sobre violações de direitos humanos. Trata-se de uma memória que se desloca e que funciona como modelo ético universal, reforçando sua natureza transitória. A memória protética, por sua vez, ao enfatiza a incorporação de memórias não vividas diretamente, demonstra sua capacidade de ultrapassar a experiência direta, tornando-se um elemento ativo na construção identitária e política de grupos que utilizam essas narrativas para se posicionar no presente. A memória multidirecional destaca o diálogo, o atrito e as conexões entre diferentes passados traumáticos. Em vez de supor uma competição entre vítimas, propõe que a evocação de um trauma pode impulsionar a lembrança de outros, gerando alianças, disputas e reconfigurações. A memória aparece explicitamente como um espaço de trânsito

simbólico, no qual diferentes histórias se cruzam e se transformam mutuamente. Em todos esses casos, a memória revela sua natureza fluida, fragmentada e continuamente reatualizada. Ela atravessa sujeitos e gerações, conecta experiências diversas e mantém viva a relação entre passado, presente e futuro. Como processo criativo e político, a memória em trânsito não apenas recorda, mas reinventa sentidos, oferecendo novas formas de compreender e transformar o mundo.

A noção de memória em trânsito propõe compreender a memória não como registro estável, mas como produção contínua que emerge num espaço simultaneamente historiográfico, poético e filosófico. Nesse terreno híbrido, passado e presente se entrelaçam, a imaginação se funde à realidade e a identidade se constrói a partir de fragmentos, lacunas e reinvenções. A memória deixa de ser um arquivo morto para tornar-se um ato de resistência contra a efemeridade, conferindo permanência simbólica ao vivido e permitindo que o sujeito reconheça a si mesmo na transitoriedade.

Diferentemente das concepções lineares ou centradas em um sujeito fixo, a memória em trânsito é múltipla, heterogênea e descentralizada. Ela se organiza por meio de linhas de fuga, conexões inesperadas e camadas sensoriais que se espalham sem obedecer a hierarquias ou origens definidas. Em vez de árvore ou raiz, a memória é campo, rizoma, superfície de justaposições. Suas relações não obedecem a um roteiro ordenado, mas a uma dinâmica fragmentária e criadora que desfaz a ideia de um passado organizado de modo coerente e contínuo.

Como mapa em construção, a memória em trânsito não repete, mas produz sentido. Ela não busca fidelidade ao que foi, mas abertura ao que pode ser narrado, conectado ou reinventado. Não há hierarquia entre memórias, apenas encontros contingentes que ligam o individual ao coletivo, o vivido ao imaginado, o tangível ao intangível. Cada evocação gera uma nova montagem, e é nessa montagem que a memória exerce sua força criativa e política.

Para ficarmos com uma definição objetiva. Memória em trânsito é um modo de compreender a memória como um processo vivo, dinâmico, instável e continuamente recriado, que não se fixa em identidades, origens ou narrativas lineares, mas circula entre tempos, sujeitos, objetos, afetos e discursos. Trata-se de conceber a memória como não hierárquica, não centrada e não territorializada, que opera por deslocamentos, cruzamentos e reinscrições constantes. Em vez de se apresentar como um arquivo ordenado, um passado preservado ou uma narrativa coerente, ela se manifesta como uma rede de conexões laterais, composta por fragmentos, silêncios, intensidades e montagens sempre provisórias. A memória em trânsito não é linear, porque não reproduz o passado como sequência temporal organizada, mas o reinventa a cada evocação. Não é centrada, porque não depende de um único sujeito, grupo ou origem, mas se forma entre múltiplos pontos de enunciação. Não é estável, porque vive de apagamentos, deslocamentos, reapropriações e atualizações. Não é reprodução, mas produção poética, política, afetiva e imaginativa. É uma memória que não se comporta como raiz,

mas como campo, rizoma ou cartografia, movendo-se por linhas de fuga que escapam aos discursos oficiais, arquivos e monumentos. Ela emerge nos vestígios, nos restos, nos objetos cotidianos, nos sons, nos afetos, nas narrativas íntimas e também nas montagens culturais mediadas por cinema, literatura, museus ou mídias.

Trata-se de uma memória profundamente política, porque desafia as versões fixadas do passado e resiste a formas de controle narrativo. A memória em trânsito preserva aquilo que escapa ao enquadramento institucional e faz sobreviver o que não encontra lugar nos arquivos formais. Ela não promete fidelidade, mas expressa a condição necessária da lembrança: seu caráter parcial, precário e sempre em reconstrução, que sobrevive porque se movimenta.

3. MEMÓRIAS EM TRÂNSITO NO DOCUMENTÁRIO LIBERTÁRIOS

Aos nos depararmos com o documentário *Libertários*, vemos imagens de trabalhadores no início do século XX, imagens riquíssimas pelo que expõem e pelo que sugerem em termos das condições de vida dos operários naquele momento. Mas nos deparamos também com uma contradição fundamental na relação entre memória, classe e poder, justamente porque aqueles que mais produziram materialmente o mundo moderno tem a sobrevivência de sua história e passado alimentada e mantido nos arquivos das elites.

O fato de as imagens da classe operária terem sido guardadas por grandes empresários já revela um desequilíbrio estrutural na produção e na preservação da memória. Essas famílias burguesas tinham meios técnicos, institucionais e culturais para registrar e conservar imagens - câmeras, filmes, arquivos, cofres, museus privados. Já os operários não dispunham desses recursos, nem sequer do tempo ou da legitimidade social para construir uma memória de si mesmo. Assim, o que se preserva é o olhar do poder sobre o trabalho, e não o olhar do trabalhador sobre sua própria vida. Por outro lado, eis a cotradução, é justamente graças à conservação feita pelas elites que hoje temos acesso a fragmentos do passado popular. Isso cria uma situação ambígua e embaraçosa na inusitada situação onde a memória dos subalternos só é possível porque foi, de algum modo, domesticada pelo olhar dominante.

Mas devemos agora considerar o gesto de reapropriação feito pelo documentário e como, ao remontar, recontextualizar e reinterpretar aquelas imagens, o filme restaura a presença dos operários, reinscrevendo-os como sujeitos na história, e não apenas como figuras registradas no campo de visão da elite. Imagens, originalmente feitas com o intuito de exaltar o progresso industrial e o poder das empresas, ganhem nova vida política, tornando-se documentos de um tempo e, simultaneamente, crítica desse tempo.

Estamos diante de um gesto poderoso, sobretudo porque desafia o fato de que muito da memória popular dependa da preservação burguesa para existir. Isso nos obriga a pensar esses acervos e arquivos¹ não apenas como representação do passado, mas como intervenção na estrutura da memória social, uma tentativa de romper o monopólio do arquivo, de democratizar o acesso e o sentido do que preservam ou retém. Em última instância, estamos tratando sobre a luta simbólica pela interpretação do passado e sobre quem tem o direito de contar, mostrar e narrar a história. Quando o olhar burguês é a única fonte da memória operária, como é o caso do documentário *Libertários*, torna-se um campo de disputa sobre quem tem o direito de representar o povo, e seu gesto crítico consiste em transformar o arquivo do poder em testemunho da desigualdade que o produziu.

Quando as imagens da classe operária chegam até nós por meio dos arquivos burgueses e são usadas como documentos para crítica àquelas condições de vida, essas imagens passam por um deslocamento e mudam de lugar social, de função e de valor simbólico. Estamos diante de um verdadeiro trânsito das memórias, isso porque imagens que nasceram em um contexto (a fábrica, o poder patronal, a exaltação do progresso), são agora reutilizadas, décadas depois, em um documentário crítico, atravessando as fronteiras de classe e de sentido. E nesse deslocamento, o que era memória do poder (um registro feito pelo capital) pode se converter em memória do trabalho (um testemunho da desigualdade, da exploração, da vida coletiva dos operários). Imagens que foram produzidas e preservadas por uma classe, mas reinterpretadas por outra, e ao serem vistas por públicos distintos, em cada movimento do seu trânsito, elas são reconfiguradas, reconfigurando o que é lembrado. Assim é que *Libertários*, ao reutiliza arquivos empresariais, realiza um ato político de tradução da memória, e faz circular, sob nova perspectiva, um conteúdo que antes estava restrito a um olhar dominante.

Nesse contexto, o documentário atua como mediador do trânsito. Ele não apenas recupera o material, mas o faz passar de um regime de memória a outro, do arquivo privado ao espaço público, do olhar burguês à narrativa operária, da imagem do progresso à imagem da desigualdade. Esse trânsito não é neutro, pelo contrário, ele é crítico, sobretudo ao transformar o uso e o destino das imagens. O documentário se torna, portanto, um lugar de trânsito entre tempos, classes e formas de ver. Além do que, ao transformar o testemunho do privilégio em testemunho da desigualdade, a reapropriação feita realiza um gesto político de tradução e disputa, revelando que toda memória é, antes de tudo, um campo em movimento. Pensar essas imagens como memórias em trânsito ajuda a escapar da oposição simplista entre memória burguesa e memória popular e mostrar que o que existe é uma rede de apropriações, deslocamentos e reinterpretações. A memória dos trabalhadores, e de

¹ Para um debate sobre a ambiguidade dos arquivos, ou seja, do fato de todo arquivo buscar preservar a memória, mas, ao fazer isso, inevitavelmente seleciona e exclui conteúdos, produzindo, como consequência, esquecimento, cf. Derrida (2001).

qualquer grupo subalterno, frequentemente só se torna visível quando atravessa os circuitos do poder, mas esse atravessamento pode gerar novos sentidos, resistências e usos contrários ao propósito inicial, um contra-uso.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Claudio. **Libertários (1976)**. Laboratório Virtual – FAU ITEC UFPA. Disponível em: <https://fauufpa.org/2020/02/24/libertarios-1976-por-lauro-escorel-filho/>. Acesso em: 06 abr. 2025.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo - Uma impressão freudiana**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

HAGEMEYER, Rafael Rosa. **Imagens e história da industrialização no Brasil:: a pesquisa histórica e a produção do documentário Libertários, de Lauro Escorel Filho (1976)**. Fronteiras: Revista Catarinense de História, n. 18, p. 49–65, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/article/view/8071>. Acesso em: 22 mai. 2025.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 1990

LANDSBERG, Alison. Prosthetic memory: the ethics and politics of memory in an age of mass culture. In: GRAINGE, Paul (ed.). **Memory and popular film**. Manchester: Manchester University Press, 2003. p. 144-161. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/j.ctt155jfm0>. Acesso em: 5 maio 2025.

LEVY, Daniel e SZNAIDER, Natan. A institucionalização da moralidade cosmopolita: o Holocausto e os direitos humanos. **História Revista**, Goiânia, v. 17, n. 1, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/21697>. Acesso em: 29 jun. 2025.

LIBERTÁRIOS. Direção: Lauro Escorel Filho. Produção: CDI, Dinafilme. Brasil: Embrafilme / Cinemateca Brasileira, 1976.

MATOS, Mário; PAISANA, Joanne (org.). **Mobilidades e memórias transculturais**. Ribeirão: Edições Húmus, 2023.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROTHBERG, Michael. **Multidirectional memory: remembering the Holocaust in an age of decolonization**. Stanford: Stanford University Press, 2009.

ABSTRACT

In 1972, Lauro Escorel Filho began the research that would lead to the documentary *Libertários*, released in 1976. The film seeks to explain the formation of the working class in Brazil. But it is also a documentary that exposes a fundamental contradiction in the relationship between memory, class, and power: part of the workers' memory has survived until now thanks to the archives of the elites. In fact, a significant aspect of Escorel's documentary lies in the fact that he used, among others, footage from the private archives of the Crespi and Ermírio de Moraes (Votorantim) families as primary sources. With that said, we discuss here the workers' memory and the implications of addressing it through archives produced by the bourgeoisie and large corporations, questioning the limits and possibilities of reconstructing the workers' experiences from materials that largely carry the gaze of power. Taking *Libertários* itself as the object of analysis, this paper seeks to discuss how the film transforms the archives of the Brazilian business elite into images of resistance by reinterpreting the workers' images and their conditions. For this purpose, the concept of memory in transit guides the reflection, emphasizing the movement, circulation, and disputes that shape memory as it crosses different social and political contexts.

Keywords: Memory in transit; Documentary; Working Class.

CAPÍTULO XXII

MEMÓRIA ORGANIZACIONAL NA PESQUISA BRASILEIRA EM ADMINISTRAÇÃO: UM MAPEAMENTO DOS ENQUADRAMENTOS TEMÁTICOS E DA OFERTA EDITORIAL

Antonio Reinaldo Silva Neto ¹
Jairo Simião Dornelas ²

RESUMO

O estudo teve como objetivo mapear a oferta editorial e os principais enquadramentos temáticos da memória organizacional (MO) nos periódicos nacionais de Administração, analisando como o tema é acolhido, interpretado e difundido na ciência brasileira. Foi realizada uma análise exploratória e descritiva das linhas editoriais e das publicações efetivas dos periódicos da área, considerando tanto o enquadramento institucional (intenção editorial) quanto a prática científica (artigos publicados). A estratégia metodológica consistiu na leitura dos escopos e no levantamento das ocorrências do termo “memória organizacional”. Os resultados indicam que a maioria dos periódicos adota uma perspectiva instrumental ligada à gestão do conhecimento, mas há evidências de abordagens mais amplas, contemplando dimensões identitárias, culturais e estratégicas. Destacam-se estudos sobre esquecimento e vulnerabilidade organizacional, que ressaltam a memória como elemento crítico de reconfiguração e desaprendizagem. O ineditismo do estudo reside em mapear o potencial de acolhimento editorial da temática, oferecendo um panorama inédito que contribui para a consolidação do campo e o fortalecimento de abordagens socioculturais da memória nas organizações.

Palavras-chave: Memória Organizacional. Categorias Temáticas. Espaço Editorial.

1. INTRODUÇÃO

A consolidação da sociedade do conhecimento e a intensificação dos fluxos informacionais impõem novos desafios às organizações, que passam a depender de sua capacidade de aprender, reter e reinterpretar experiências para sustentar a ação presente (Borges, 1995; Belluzzo, 2017). Nesse contexto, a Memória Organizacional (MO) emerge como um conceito estratégico, explicando como o conhecimento acumulado é preservado, mobilizado e ressignificado no interior das instituições (Molina, 2013; Cortes, 2019).

Mais que um depósito estático de informações (Walsh; Ungson, 1991; Stein, 1995), a MO é um processo dinâmico de reconstrução simbólica e cognitiva (Davenport; Prusak, 1998; Olick; Robbins, 1998), que permite às organizações equilibrar continuidade e mudança, orientando a inovação e a tomada de decisão. A evolução teórica da MO acompanha a transformação dos estudos organizacionais, passando de visões funcionalistas, centradas no armazenamento e recuperação de

¹ Programa de Pós-Graduação em Administração – PROPAD/DCA/CCSA/UFPE, Recife, Brasil.

² Programa de Pós-Graduação em Administração – PROPAD/DCA/CCSA/UFPE, Recife, Brasil.

dados, a abordagens interpretativas que reconhecem sua dimensão simbólica, política e identitária (Costa, 2011; Ramos; Lavina, 2014; Sen, 2021). Assim, a memória deixa de ser apenas um recurso instrumental e assume papel constitutivo da própria organização, sustentando a coesão, o aprendizado e a adaptação institucional.

Apesar de sua relevância, a produção científica sobre MO no Brasil ainda é dispersa e fragmentada. O tema dialoga com campos consolidados, como gestão do conhecimento e aprendizagem organizacional, mas carece de sistematização e reconhecimento editorial autônomo. Diante disso, questiona-se: como a memória organizacional tem sido abordada e acolhida nos periódicos brasileiros de Administração?

O presente estudo busca responder a essa questão por meio de um mapeamento sistemático da literatura (MSL), analisando tanto as linhas editoriais dos periódicos quanto as publicações efetivas sobre o tema. Ao fazê-lo, propõe-se compreender em que medida a MO vem sendo reconhecida, interpretada e difundida na produção científica nacional, contribuindo para consolidar sua base conceitual e ampliar sua visibilidade acadêmica.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A memória organizacional pode ser compreendida como um recurso estratégico que ultrapassa fronteiras disciplinares e constitui um eixo analítico central nos estudos de gestão (Gong; Greenwood, 2012; Perez; Ramos, 2013). O interesse contemporâneo pela MO (Nonato; Perez, 2025) reflete o reconhecimento do conhecimento e da experiência acumulada como ativos essenciais à aprendizagem e à inovação.

2.1. Da Memória Individual à Memória Organizacional

A memória, em sua origem, foi amplamente estudada pelas ciências humanas e cognitivas. Baddeley (1999) e Tulving (2000) mostram que ela não é um sistema único, mas um conjunto de processos seletivos e construtivos. A virada sociológica, promovida por autores como Olick e Robbins (1998), ampliou esse entendimento, concebendo a memória como prática social sustentada por interações e significados coletivos.

Nos estudos organizacionais, Hedberg (1981) destacou o papel da memória na aprendizagem e no desaprendizado. Walsh e Ungson (1991) ofereceram uma definição seminal ao tratá-la como o conjunto de informações armazenadas que subsidiam decisões. Posteriormente, Stein (1995) e Stein e Zwass (1995) enfatizaram o caráter processual da MO, que conecta o conhecimento passado às práticas do presente.

A memória, portanto, transcende arquivos formais, manifestando-se também nas práticas, normas e artefatos organizacionais (Davenport; Prusak, 1998; Barros; Ramos; Perez, 2015). Sua natureza viva e simbólica torna-se essencial à sustentabilidade do conhecimento e à coesão institucional em contextos de mudança.

2.2. Modelos Clássicos e a Evolução Sistêmica da Memória Organizacional

O modelo clássico de Walsh e Ungson (1991), conhecido como *Storage Bin Model*, estruturou a MO em múltiplos repositórios voltados à estabilidade e à tomada de decisão. Stein (1995) avançou ao concebê-la como processo contínuo de aquisição, retenção e recuperação, enfatizando o papel dos sistemas de informação. Com o amadurecimento do campo, autores como Costa (2011) e Sen (2021) incorporaram dimensões simbólicas e sociotécnicas, reconhecendo disputas de poder, seletividade e o caráter interpretativo da lembrança e do esquecimento. Sen (2021), ao propor o modelo de sistema de memória corporativa, entende a MO como um ecossistema integrado de artefatos tecnológicos, rotinas humanas e práticas culturais, a chamada “inteligência histórica” das organizações.

Essa evolução teórica demonstra que a memória deixou de ser vista como função passiva de armazenamento e passou a ser compreendida como um processo ativo de reconstrução e interpretação (Ramos; Lavina, 2014; Barbosa et al., 2020).

3. MÉTODO

O presente estudo inspira-se em Peinado e Graeml (2013) com o propósito de analisar a oferta de espaço editorial dedicada ao tema da memória organizacional em periódicos científicos brasileiros da área de Administração. Para isto faz uso de um MSL, que é caracterizado como um estudo secundário que busca identificar, classificar e organizar o conteúdo relacionado a um determinado tópico de pesquisa (Keele, 2007), permitindo identificar lacunas e oferecer uma visão panorâmica e estruturada do campo investigado (Scannavino et al., 2017).

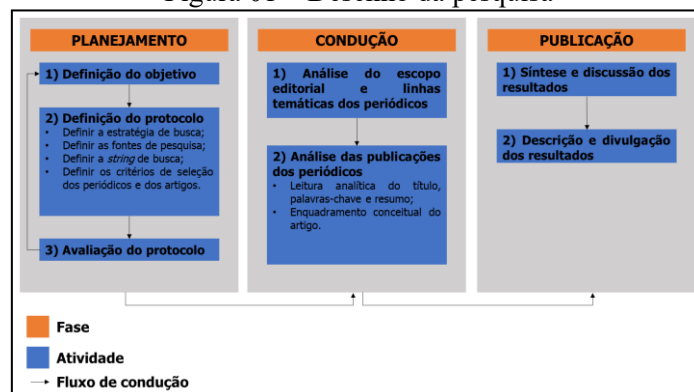
Esta escolha metodológica justifica-se pela necessidade de compreender como a memória organizacional é posicionada nas agendas de publicação brasileiras, não em termos de presença quantitativa de artigos, mas em reconhecimento conceitual e temático nos escopos editoriais e publicações do periódico (Keele, 2007; Okoli; Schabram, 2010).

3.1. Protocolo de Seleção e Caracterização dos Periódicos

O protocolo metodológico desenvolvido compreendeu três etapas integradas: a seleção das fontes de publicação, a identificação da produção científica sobre memória organizacional e a análise

do enquadramento temático e do interesse editorial dos periódicos. A figura 1 apresenta o desenho da pesquisa.

Figura 01 – Desenho da pesquisa



O processo iniciou-se com o planejamento da pesquisa, que envolveu a definição dos objetivos, o delineamento do protocolo e sua posterior avaliação. O objetivo central consistiu em mapear o enquadramento teórico e o interesse editorial relacionados à memória organizacional nos periódicos brasileiros da área de Administração.

Em que pese tratar do protocolo, a fonte de pesquisa adotada foi o portal de periódicos da CAPES, reconhecido pela relevância e abrangência na difusão científica nacional e internacional. A estratégia de busca foi conduzida manualmente, por meio da visita individual a cada periódico. A *string* de busca utilizada dentro da pesquisa em cada periódico foi composta pelo termo único “memória organizacional”, considerando que o interesse do estudo recai exclusivamente sobre essa temática. Quanto aos critérios de seleção, foram selecionados apenas periódicos de acesso aberto, com revisão por pares, idioma português e classificados na área de Administração. A aplicação combinada desses critérios resultou na identificação de 62 periódicos que atenderam aos requisitos estabelecidos, constituindo o universo empírico da pesquisa.

A fase de condução do estudo consistiu na análise individual de cada periódico, realizada por meio da visita aos respectivos *websites* e plataformas eletrônicas de publicação destes periódicos. Nessa etapa, buscou-se identificar a ocorrência de artigos que contivessem o termo “memória organizacional” em qualquer parte do texto. Em seguida, procedeu-se à leitura analítica desses elementos, com base nos princípios da análise de conteúdo de Bardin (2009), de modo a identificar o enquadramento conceitual atribuído à memória organizacional em cada publicação.

Paralelamente, foram examinados os escopos editoriais e as linhas temáticas declaradas nos *websites* dos periódicos, com o objetivo de verificar se o tema da memória organizacional aparece de forma explícita ou implícita como eixo de interesse editorial.

A partir desse percurso metodológico, pautado no rigor e na reprodutibilidade, foi possível identificar a abertura editorial dos 62 periódicos analisados, bem como mapear os tópicos de pesquisa e as formas de enquadramento conceitual da memória organizacional na produção científica nacional.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1. Enquadramento temático editorial

A análise das linhas editoriais dos periódicos indica que o principal ponto de entrada da MO na produção científica brasileira está ancorado nas perspectivas da Gestão do Conhecimento e da Informação. Essa constatação sugere que, no nível editorial, o debate nacional tende a enquadrar a memória organizacional como um ativo informacional, um estoque de experiências e saberes a serem capturados, armazenados e utilizados no apoio à tomada de decisão e à manutenção de rotinas organizacionais. O quadro 1 evidencia de forma sumarizada os resultados encontrados com o enquadramento temático editorial.

Quadro 1 - Enquadramento temático editorial

Faces: Revista de Administração		RAM. Revista de Administração Mackenzie	
CÓDIGO	TEMAS NA LINHA EDITORIAL	CÓDIGO	TEMAS NA LINHA EDITORIAL
1	Gestão da informação	4	Gestão do conhecimento
Navus: Revista de Gestão e Tecnologia		REGE Revista de Gestão	
CÓDIGO	TEMAS NA LINHA EDITORIAL	CÓDIGO	TEMAS NA LINHA EDITORIAL
2	Gestão da informação e do conhecimento	5	Tecnologia da Informação
Revista de Administração Contemporânea (RAC)		Revista Brasileira de Inovação	
CÓDIGO	TEMAS NA LINHA EDITORIAL	CÓDIGO	TEMAS NA LINHA EDITORIAL
3	Administração da informação	6	Gestão do conhecimento

A partir do quadro 1, verifica-se que este alinhamento de enxergar a memória organizacional como gestão do conhecimento e da informação reforça uma tradição que remete aos modelos de Walsh e Ungson (1991) e Stein (1995), centrados em estruturas de retenção e reuso da informação.

Essa perspectiva se mostra particularmente evidente em revistas com forte vinculação à tecnologia e à inovação, como a REGE – Revista de Gestão, nas quais a ênfase recai sobre os sistemas, processos e mecanismos tecnológicos que sustentam o fluxo de informação organizacional. Em termos práticos, trata-se de um enquadramento que privilegia a dimensão instrumental da MO, aquela que assegura estabilidade, continuidade e eficiência operacional (Walsh; Ungson, 1991; Stein, 1995).

Contudo, saltou aos olhos dos autores, que embora esse enquadramento seja predominante, ele não esgota as possibilidades interpretativas da MO. Isto porque, percebe-se que há na literatura a

predominância do afastamento gradativo desse viés reducionista, avançando para abordagens mais complexas e dinâmicas, que associam a memória às dimensões simbólicas, culturais e políticas da organização.

Tal fato é evidenciado na seção seguinte, quando expõe o foco das produções científicas, que embora enquadradas em algum destes temas editoriais, afastam-se da lógica predominante.

4.2. O foco da produção científica

Contrastando com o foco editorial majoritário, o exame das publicações efetivas mostra que a MO tem sido mobilizada para investigar fenômenos organizacionais que transcendem a lógica do armazenamento de informação. O corpus analisado revela um conjunto de estudos que exploram a memória como elemento constitutivo da identidade organizacional, da estratégia e das dinâmicas de mudança. Para isto, o quadro 2 resume os dados coletados.

Quadro 2 - Tópicos das publicações

CÓDIGO	TÓPICOS NAS PUBLICAÇÕES	PERIÓDICOS
1	Construção de identidade	Administração Pública e Gestão Social Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão RAM. Revista de Administração Mackenzie
2	Aprendizagem organizacional	Administração Pública e Gestão Social REGE Revista de Gestão
3	Ativo estratégico / Estratégia competitiva	Organizações & Sociedade (O&S) Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão
4	Gestão de projetos	Navus: Revista de Gestão e Tecnologia Revista de Gestão e Projetos
5	Vulnerabilidade organizacional	Revista de Administração Contemporânea (RAC)
6	Sustentabilidade organizacional	Administração Pública e Gestão Social
7	Apoio à gestão documental	Navus: Revista de Gestão e Tecnologia
8	Esquecimento organizacional	Revista de Administração Pública
9	História empresarial	Revista de Administração Pública

Um dos tópicos recorrentes é o da construção de identidade, presente em periódicos como Administração Pública e Gestão Social, RAM e Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão. Nessa abordagem, a memória aparece como um recurso simbólico e narrativo que molda o “*self*” organizacional, influenciando tanto as práticas internas quanto a imagem pública da instituição. A memória, nesse caso, opera como um dispositivo de coesão cultural e de legitimação de práticas, desempenhando papel decisivo na configuração de rotinas e valores compartilhados.

Outro eixo recorrente é o da memória como ativo estratégico, amplamente explorado em periódicos como Organizações & Sociedade (O&S) e Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão. Aqui, a MO é interpretada como fonte de vantagem competitiva, capaz de sustentar capacidades

dinâmicas e práticas distintivas que diferenciam as organizações em ambientes incertos e competitivos. Essa perspectiva dialoga com a literatura internacional que posiciona a memória como recurso estratégico e cognitivo (Lehner; Maier, 2000; Fiedler; Welp, 2010), integrando-a aos debates sobre aprendizagem e inovação.

Aspectos mais críticos e temporais, como esquecimento organizacional e história empresarial, emergem em revistas como a Revista de Administração Pública (RAP), apontando uma maturação conceitual da discussão. O esquecimento é compreendido não como uma falha da memória, mas como uma competência organizacional, uma forma deliberada de desaprendizagem que permite a substituição de práticas obsoletas e a abertura a novas configurações (Huber, 1991; Freire et al., 2012). Já os estudos sobre história empresarial destacam o uso da memória como instrumento de análise retrospectiva, revelando as raízes das práticas atuais e suas transformações ao longo do tempo. Esses temas introduzem uma dimensão temporal mais complexa ao campo, ao reconhecer que a gestão das práticas envolve tanto lembrar quanto esquecer.

Assim, o panorama das publicações demonstra que, embora a MO seja frequentemente enquadrada sob o guarda-chuva da gestão da informação, os pesquisadores brasileiros vêm expandindo esse horizonte, explorando suas implicações culturais, identitárias e estratégicas, dimensões estas que se aproximam do propósito desta pesquisa.

4.3. Implicações para o Avanço dos Estudos sobre Memória Organizacional

Os resultados obtidos a partir do MSL permitiu identificar implicações significativas para o avanço teórico e empírico dos estudos sobre memória organizacional no campo da Administração no Brasil.

Observa-se, em primeiro lugar, que o debate editorial dos periódicos brasileiros ainda se encontra fortemente ancorado em uma perspectiva funcionalista e informacional, conforme apontam os trabalhos de Walsh e Ungson (1991), Stein (1995) e Davenport e Prusak (1998). Essa base teórica, centrada na noção de armazenamento e recuperação de conhecimento, sustenta grande parte das pesquisas que tratam a memória como instrumento de eficiência e suporte à gestão da informação. Embora este enquadramento tenha sido essencial para a consolidação inicial do tema na literatura nacional, também impõe limitações, ao reduzir a memória organizacional a um componente técnico, afastando-a de dimensões sociais, por exemplo.

Paralelamente, verifica-se uma tendência de ampliação e diversificação teórica nas publicações mais recentes. Parte dos estudos identificados adota abordagens sociológicas, históricas e cognitivas, compreendendo a memória não apenas como repositório, mas como processo

interpretativo e coletivo de construção de sentido. Essa inflexão aproxima o debate nacional das perspectivas internacionais contemporâneas, como as de Fiedler e Welpé (2010) e Sen (2021), que concebem a MO como um sistema sociotécnico dinâmico, resultante da interação entre dimensões humanas, tecnológicas e simbólicas.

Além da evolução teórica, a análise aponta para uma expressiva dispersão conceitual. As definições de MO variam entre as concepções de ativo informacional, recurso estratégico, instrumento simbólico e fenômeno político. Essa diversidade, embora possa indicar certa imaturidade teórica, também sinaliza vitalidade e abertura epistemológica, sugerindo que o campo está em processo de amadurecimento e experimentação conceitual. Essa multiplicidade reflete a natureza interdisciplinar da memória organizacional, situada na intersecção entre Administração, Ciência da Informação, Psicologia Cognitiva e Sociologia das Organizações.

Por fim, o panorama delineado por este estudo indica uma oportunidade concreta de fortalecimento da memória organizacional como campo autônomo de investigação dentro da Administração. Reconhecer a MO como um fenômeno organizacional pleno, dotado de fundamentos próprios e implicações diretas para a compreensão do comportamento, da identidade e da aprendizagem nas organizações, representa um passo essencial para o amadurecimento do debate científico brasileiro.

Em síntese, os resultados revelam que os estudos brasileiros sobre memória organizacional encontram-se em um estágio de amadurecimento conceitual no qual convivem perspectivas clássicas e emergentes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo mapear a oferta de espaço editorial e os principais enquadramentos temáticos da memória organizacional nos periódicos nacionais de Administração.

Os resultados evidenciam a relevância crescente da MO como eixo conceitual, capaz de explicar fenômenos organizacionais relacionados à aprendizagem, à identidade e à transformação institucional. A análise ainda revelou que muitos periódicos abordam a MO sob uma ótica funcionalista ligada à gestão do conhecimento, mas os estudos efetivamente publicados apresentam pluralidade temática, incorporando dimensões simbólicas, históricas e socioculturais.

Neste contexto, a memória passa a ser entendida não apenas como mecanismo de retenção e disseminação de informações, mas como processo interpretativo, construtor de identidade organizacional e instância de gestão simbólica do passado, aproximando o debate nacional das discussões internacionais contemporâneas. Entre os resultados encontrados, destaca-se a atenção crescente a esquecimento e vulnerabilidade organizacional, reconhecendo a memória como espaço

de disputa e seleção do que deve ser lembrado ou revisado, ampliando seu alcance conceitual e sua relevância prática.

A principal contribuição do estudo reside em seu caráter diagnóstico e pioneiro, ao cruzar o interesse editorial formal dos periódicos com o conteúdo efetivamente publicado, oferecendo um retrato inédito da infraestrutura editorial que acolhe a MO no Brasil.

Algumas limitações são reconhecidas, como a restrição da busca à expressão exata “memória organizacional” e eventuais instabilidades no acesso a periódicos, mas ressalta-se o não comprometimento da validade geral dos resultados. Pesquisas futuras podem ampliar o diagnóstico por meio de análises bibliométricas, redes de colaboração e impactos de citação, aprofundando a compreensão da configuração do campo e de seus agentes.

REFERÊNCIAS

BADDELEY, A. Essentials of human memory. Hove: Psychology Press, 1999.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70 LDA, 2009.

BARROS, P. C.; RAMOS, A. S. M.; PEREZ, G. Gestão de projetos, aprendizagem e memória organizacional: um estudo de caso em uma instituição financeira. Revista Brasileira de Gestão de Negócios, São Paulo, v. 17, n. 57, p. 1290-1306, 2015.

BELLUZZO, R. C. B. Bases teóricas de gestão da informação: das origens aos desafios na sociedade contemporânea. Palavra clave, v. 7, n. 1, p. 00-00, 2017.

BORGES, M. E. N. A informação como recurso gerencial das organizações na sociedade do conhecimento. Ciência da informação, v. 24, n. 2, 1995.

CORTES, V. N. A. Estruturação da memória organizacional por meio da gestão do conhecimento: entre o tácito e o explícito. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE: 2019.

COSTA, V. L. S. Memória organizacional: subsídios para o modelo de gestão do conhecimento na administração pública. 2011. Dissertação (Mestrado em Gestão do Conhecimento) – Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (CESAR), Recife, 2011.

DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. Working knowledge: how organizations manage what they know. Boston: Harvard Business School Press, 1998.

FIEDLER, K.; WELPE, I. M. Organizational memory. Organizational Research Methods, v. 13, n. 2, p. 240-262, 2010.

FREIRE, P. S. et al. Memória organizacional em projetos: o que é, como pode ser gerada e como pode ser usada? Revista de Administração do Mackenzie, São Paulo, v. 13, n. 6, p. 179-204, 2012.

HEDBERG, B. How organizations learn and unlearn. In: NYSTROM, P. C.; STARBUCK, W. H. (org.). Handbook of organizational design. New York: Oxford University Press, 1981. p. 3-27.

- HUBER, G. P. Organizational learning: the contributing processes and the literatures. *Organization Science*, v. 2, n. 1, p. 88-115, 1991.
- KEELE, S. Guidelines for performing systematic literature reviews in software engineering. Technical report, ver. 2.3 ebse technical report. ebse, 2007.
- LANGENMAYR, L. Organizational memory: a literature review. 2016. Tese (Doutorado) – University of Twente, Enschede, 2016.
- LAVINA, S. M. S. A memória política nas organizações e suas implicações nas tomadas de decisão. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, 8., 2014, Porto Alegre. Anais [...]. Porto Alegre: Anpad, 2014.
- LEHNER, F.; MAIER, R. B. W. Organizational memory and knowledge management: a review of the state-of-the-art. In: Proceedings of the 33rd Hawaii International Conference on System Sciences. Los Alamitos: IEEE Computer Society Press, 2000. p. 1-10.
- MOLINA, L. G. Memória organizacional e a constituição de bases de conhecimento. Tese de Doutorado - Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília/SP: 2013.
- OKOLI, C.; SCHABRAM, K. A guide to conducting a systematic literature review of information systems research. 2015.
- OLICK, J. K.; ROBBINS, J. Social memory studies: from “collective memory” to the historical sociology of mnemonic practices. *Annual Review of Sociology*, v. 24, p. 105-140, 1998.
- PEINADO, J.; GRAEML, A. R. Mapeamento das temáticas de Gestão de Operações: uma análise baseada na oferta de espaço editorial pelas revistas e congressos científicos da área. *REGE-Revista de Gestão*, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 367-386, jul./set. 2013.
- PEREZ, G.; RAMOS, A. S. M. O impacto da memória organizacional em processos de fusões e aquisições. *Revista de Administração da UNIMEP*, Piracicaba, v. 11, n. 3, p. 48-73, 2013.
- RAMOS, A. S. M. A memória política nas organizações e suas implicações nas tomadas de decisão. 2011. Dissertação (Mestrado em Gestão do Conhecimento e da Tecnologia da Informação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2011. RAMOS, A. S. M.;
- SCANNAVINO, K. R. F.; NAKAGAWA, E. Y.; FABBRI, S. C. P. F.; FERRARI, F. C. Revisão Sistemática da Literatura em Engenharia de Software: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.
- SEN, Y. Corporate Memory System: Key for Experienced Based Management. In: *Knowledge Management and Learning Organizations*. Cham: Springer International Publishing, 2021. p. 85-110.
- STEIN, E. W. Organizational memory: review of concepts and recommendations for practice. *International Journal of Information Management*, v. 15, n. 1, p. 17-32, 1995.
- STEIN, E. W.; ZWASS, V. Actualizing organizational memory with information systems. *Information Systems Research*, v. 6, n. 1, p. 85-117, 1995.
- TULVING, E. Concepts of memory. In: GULYAS, B. (ed.). *The functional organization of the human brain*. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 1-22.

WALSH, J. P.; UNGSON, G. R. Organizational memory. Academy of Management Review, v. 16, n. 1, p. 57-91, 1991.

CAPÍTULO XXIII

A CONSTRUÇÃO DO OBSERVATÓRIO DE ARQUIVOS PESSOAIS DA CIDADE DE JOÃO PESSOA-PB: UMA FERRAMENTA DE DIFUSÃO

Francisca Juciane Alexandre da Silva ¹

Ana Claudia Cruz Córdula ²

RESUMO

Considerando a relevância das ações de difusão para a ampliação da visibilidade e do acesso aos acervos arquivísticos pessoais, este artigo discute a contribuição dos sites como ferramenta estratégica nesse processo. Para isso, apresenta-se uma reflexão teórica sobre o contexto da difusão em arquivos pessoais, abordando as possibilidades e os recursos digitais atualmente disponíveis, com destaque para o desenvolvimento de sites. A discussão é ilustrada pelo processo de criação do *Observatório de Arquivos Pessoais da Cidade de João Pessoa-PB*, produto técnico-científico desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGAARQ), programa associado entre a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Nesse sentido, a análise busca refletir teoricamente sobre a difusão nos arquivos pessoais e apresentar um panorama dos propósitos do Observatório, enfatizando o potencial desse site para contribuir com a democratização e a divulgação de memórias individuais que, ao serem compartilhadas, possibilitam o fortalecimento das memórias coletivas. Portanto, refletir sobre os sites como ferramenta de difusão desses arquivos significa compreender como as tecnologias digitais podem ampliar o alcance dos acervos pessoais, fortalecendo seu papel como espaços de preservação, democratização da memória e construção de cidadania e conhecimento.

Palavras-chave: difusão; site; observatório; memória; democratização.

1. INTRODUÇÃO

Os arquivos são reconhecidos como espaços de relevância por proporcionarem aos cidadãos o acesso a direitos e a preservação de memórias que, sem esses espaços, certamente se perderiam. Contudo, por vezes, persiste a visão equivocada de que seriam meros depósitos, lugares empoeirados ou até mesmo um peso para instituições que, muitas vezes, não reconhecem a sua importância e o seu potencial.

Quando destacamos esse potencial, referimo-nos à capacidade de os arquivos oferecerem um espaço propício ao público pesquisador e a outros segmentos da sociedade, que podem utilizá-los para finalidades que ultrapassam o uso administrativo para o qual foram originalmente criados. Nesse sentido, as estratégias de difusão em ambientes digitais são fundamentais na construção da percepção dos arquivos como ferramentas de garantia de direitos e como espaços de produção, preservação e circulação de memórias e histórias que precisam e merecem ser reconhecidas.

¹ Graduada em História e Arquivologia e Mestranda do Programa de Pós-Graduação profissional em Gestão de Documentos e Governança Arquivística- (PPGAARQ) UEPB/UFPB.

² Doutora em Ciência da Informação. Professora do Departamento de Ciência da Informação na Universidade Federal da Paraíba e professora do PPGAARQ- UEPB/UFPB, João Pessoa (PB)- Brasil.

No que se refere aos arquivos pessoais, compreendemos que esses acervos, embora carreguem uma dimensão memorialista individual, também contribuem de maneira significativa para a construção de memórias coletivas.

Diante disso, este trabalho se propõe a analisar a seguinte questão: no cenário atual, de que modo um site pode funcionar como ferramenta de difusão de um acervo pessoal? Para responder a esse questionamento, parte-se do objetivo central desta análise: refletir sobre o impacto e o alcance de um website na difusão de acervos pessoais. Para tanto, realizamos, primeiramente, uma discussão teórica sobre o contexto dos arquivos pessoais, vinculados à pesquisa em curso, e sobre as possíveis ações de difusão voltadas a esses acervos. Em seguida, identificamos as potencialidades do uso de sites, bem como as ferramentas disponíveis para sua construção. Por fim, apresentamos o caso do **Observatório de Arquivos Pessoais da Cidade de João Pessoa-PB**.

A proposta deste estudo insere-se no contexto do Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ), programa associado entre a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Ele surge no âmbito da pesquisa intitulada: *“Difusão de arquivos pessoais da cidade de João Pessoa: democratizando a memória”*, que se propõe à construção de um ambiente digital, o **Observatório dos Arquivos Pessoais da Cidade de João Pessoa-PB (OAPJP)**, como produto técnico-científico. Assim, este artigo configura-se como um desdobramento tanto da análise quanto do desenvolvimento dessa ferramenta de difusão.

Dessa forma, o trabalho está estruturado em três momentos: no primeiro, uma análise teórica sobre arquivos pessoais e difusão; no segundo, a discussão dos sites como ferramentas de difusão; e, no terceiro, a apresentação do caso do OAPJP, destacando seus objetivos, as escolhas metodológicas e técnicas de sua construção e os resultados esperados a partir de sua disponibilização ao público.

2. ARQUIVOS PESSOAIS E DIFUSÃO

Os arquivos pessoais vêm se estabelecendo como promotores de informação, cultura e memória, além de se constituírem como fontes de pesquisa para as mais distintas áreas do conhecimento (Bellotto, 2014, p. 107). Todavia, sua identificação, localização e acesso apresentam desafios em virtude da ausência de divulgação, de identidade visual e de outras estratégias que construam pontes entre os acervos e os usuários. Frequentemente, esses são acervos que compõem entidades custodiadoras que nem sempre conseguem explorar suas potencialidades; portanto, é um cenário em que também são escassos os instrumentos de pesquisa, como guias ou catálogos, o que limita ainda mais a visibilidade e o acesso a esses acervos.

Além desse contexto, a demanda interna é tão intensa que, por vezes, o arquivo acaba se voltando mais para si mesmo e deixando de lado a ideia de divulgação de seus acervos. Contudo, as ações de difusão são essenciais para que esses espaços se voltem para fora, projetem-se na sociedade. Nesse contexto, Lopes (2021) afirma que é “por meio de diversos tipos de ações de difusão, as instituições arquivísticas devem atrair a atenção para o conteúdo de seu acervo e sua atividade finalística, a fim de dar publicidade ao que já é público, em termos legais, porém, desconhecido pela sociedade” (Lopes, 2021, p. 9).

No que se refere às práticas de difusão em arquivos pessoais, é possível destacar diversas atividades voltadas à ampliação do acesso e da visibilidade dos acervos. Entre elas, destacam-se a elaboração de catálogos sistematizados, que permitem a descrição e a recuperação da informação de forma mais eficiente; a organização de exposições temáticas, planejadas conforme o acervo da instituição e concebidas como instrumentos de mediação cultural capazes de conferir novos significados ao patrimônio documental; e a publicação de documentos históricos em plataformas digitais, como blogs, sites e redes sociais, que favorecem tanto a preservação, resguardando o documento original do manuseio, quanto a democratização do acesso.

Além dessas iniciativas, merece destaque a realização de visitas guiadas, que cumprem importante função pedagógica ao aproximar distintos públicos dos acervos, bem como a promoção de eventos e atividades culturais voltados à divulgação do patrimônio documental. Essas ações contribuem para o fortalecimento da inserção social dos acervos e para a valorização da memória individual e coletiva, reforçando o papel dos arquivos pessoais na construção de identidades e na preservação do patrimônio cultural.

3. O SITE COMO FERRAMENTA DE DIFUSÃO

As ações de difusão em arquivos podem adquirir vários formatos, desde a construção de guias, panfletos e instrumentos de pesquisa que disseminem as informações relativas aos acervos, além de exposições, eventos, formações, visitas guiadas, atividades pedagógicas, em suma, toda atividade que tenha como objetivo projetar o acervo para o público, seja ele interno ou externo (Santos et al. 2024, p. 8).

Apesar das transformações nos meios digitais contemporâneos, os sites mantêm-se como instrumentos relevantes de divulgação, caracterizando-se pela facilidade de implementação, baixo custo, abrangência global e capacidade de centralizar informações institucionais, integrando-se a outras plataformas digitais, como as redes sociais.

Os sites institucionais geram um sentimento de credibilidade organizacional, especialmente quando associados a domínios confiáveis. Além de transmitir segurança sobre a autenticidade das

informações, podem ainda disponibilizar documentos digitalizados, permitindo consultas e pesquisas on-line, ampliando o acesso à preservação e utilização dos acervos, conforme os objetivos do trabalho arquivístico.

Segundo o CONARQ (2000), na sua publicação “Diretrizes Gerais para a Construção de Websites de Instituições Arquivísticas”.

O website de uma instituição arquivística deve ser visto como um instrumento de prestação de serviços – dinâmico e atualizável – e não simplesmente como a reprodução de um folder institucional. Trata-se, na verdade, de um espaço virtual de comunicação com os diferentes tipos de usuários da instituição a ser gerenciado como parte da política de informação da instituição. Dado o potencial e as características da Internet, este espaço, além de redefinir as formas de relacionamento com os usuários tradicionais, poderá atrair outros que, por várias razões, dificilmente ou raramente procurariam o Arquivo como realidade física. (CONARQ, 2000, p. 4)

Portanto, são instrumentos ativos na construção da relação dos usuários com a instituição e com seus acervos, com elevado potencial para expandir o público.

Atualmente, existem muitas ferramentas on-line para a construção de sites; em geral, essas ferramentas apresentam uma versão gratuita e opções de planos pagos que incluem recursos adicionais, como maior armazenamento, temas exclusivos, ferramentas avançadas, e-commerce, e possibilidade de múltiplos colaboradores.

Entre as plataformas mais conhecidas e utilizadas para a construção de sites, por se caracterizarem como ferramentas fáceis e intuitivas, estão o Wix¹, muito conhecido e utilizado na construção de sites para eventos, por exemplo. O WordPress.com² é bastante utilizado para a construção de blogs e também possui uma versão gratuita. Já o Google Sites³, é uma ferramenta gratuita que se integra às ferramentas disponibilizadas pelo Google e também se apresenta como uma plataforma simples e prática. É válido ainda mencionar o Hostinger⁴ que, apesar de ser uma empresa especializada na hospedagem de sites, também disponibiliza as ferramentas para a criação das páginas.

Essas plataformas disponibilizam *templates* profissionais, personalização de conteúdos, *upload* de documentos, textos, imagens, vídeos, mapas, ferramentas de vendas, pagamento on-line e integração com redes sociais, e recursos de Inteligência Artificial (IA) para a criação de logomarca e construção automatizada do site.

¹ <https://pt.wix.com/>

² <https://wordpress.com/pt-br/>

³ <https://sites.google.com/>

⁴ <https://www.hostinger.com/br/criador-de-sites>

Desse modo, podemos ver na criação de sites uma ferramenta viável e adaptável para a finalidade da difusão de arquivos e acervos, pois muitas das suas funcionalidades mostram-se compatíveis com objetivos envolvidos nas ações de difusão, como divulgar, diminuir distâncias e dar acesso.

Nesse sentido, voltando-se para a discussão sobre a relevância dos sites como uma ferramenta de difusão dos arquivos, este artigo iniciará uma breve análise sobre a construção do site OAPJP, que é um produto técnico-científico elaborado como fruto da pesquisa intitulada: “Difusão de arquivos pessoais da cidade de João Pessoa: Democratizando a memória”, vinculada ao PPGDARQ (UEPB/UFPB).

4. A CONSTRUÇÃO DO OBSERVATÓRIO DE ARQUIVOS PESSOAIS DA CIDADE DE JOÃO PESSOA-PB

A ideia para a construção do Observatório surge da necessidade de criar um produto técnico-científico, pré-requisito para a obtenção do título de mestre no PPGDARQ. Desse modo, durante a fase de pesquisa, levantamos a possibilidade de construção de um espaço virtual para disseminar as informações/memórias que permeiam os arquivos pessoais mapeados na cidade de João Pessoa (PB), assim como o processo de democratização no contexto dos referidos acervos.

Optou-se pelo formato de site como ambiente virtual, considerando que um projeto anterior havia criado uma página no Instagram. O site permitirá centralizar informações sobre os 55 arquivos pessoais mapeados em João Pessoa-PB pelo projeto PIBIC/UFPB/CNPq “Arquivos Pessoais da Cidade de João Pessoa-PB: Acervos, instituições e memórias” (2023). Com isso, a escolha por um site também se deu pelo fato de ser uma ferramenta que atualmente não exige capacidade técnica especializada para a sua construção, pois, como já foi mencionado anteriormente, as plataformas atuais dispõem de ferramentas simples e muito intuitivas. É interessante ainda deixar claro acerca da gratuidade para a utilização dessas plataformas, o que garante ao produto capacidade de ser planejado e executado sem custos.

Outro passo foi definir um nome para o site, a saber: Observatório de Arquivos Pessoais da Cidade de João Pessoa-PB. Em seguida, a construção de imagens para compor a identidade visual para o produto, o que acreditamos ser indispensável para gerar identificação e reconhecimento para a página.

Neste sentido, o Observatório propõe difundir os arquivos pessoais existentes na cidade, reunindo, em um mesmo lugar, as informações úteis para quem pretende ter acesso a esse tipo de arquivo, seja o público pesquisador ou o cidadão comum. No site, será possível encontrar a lista com

todos os acervos mapeados, as instituições que detêm a guarda desses acervos, localização no mapa, o endereço, horários de funcionamento, regras de visitação, serviços disponíveis e canais de contato.

Pretendemos, futuramente, ampliar o número de acervos, pois, entre os 55 já mapeados, apenas três pertencem a mulheres, e a maioria remete a homens com grande destaque público, políticos, médicos, advogados e músicos, cujas trajetórias se inscrevem em contextos socioeconômicos privilegiados. Alinhados a um compromisso de justiça social, buscamos enfrentar essas assimetrias por meio da valorização de memórias plurais e representativas. Assim, abriremos espaço para incorporar também acervos não institucionalizados de pessoas comuns que contribuíram e/ou continuam contribuindo para o cenário cultural, social e comunitário, reconhecendo que seus cotidianos, experiências e práticas constituem igualmente o tecido vivo da memória coletiva.

Logo, pensando nesses dois aspectos, o Observatório não só se coloca como ambiente de consulta, mas também como uma ferramenta aberta e em constantes atualizações, pois busca expandir o número de acervos divulgados através da aba “Contato”, pelo qual os usuários podem interagir com a equipe responsável e possibilitar a identificação de novos acervos pessoais, o que também contribui para ampliar a representatividade desses conjuntos documentais.

É importante destacar que, considerando a amplitude do universo de análise composto por 55 acervos distribuídos em aproximadamente seis instituições e o fato de este trabalho integrar um projeto desenvolvido no âmbito de um mestrado profissional, cuja duração e prazos são limitados, tornou-se necessário adotar um recorte que viabilizasse tanto a realização das pesquisas quanto a construção do produto final.

Desse modo, o recorte adotado contempla os acervos existentes no âmbito da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Esse conjunto é integrado pelos acervos do Arquivo Central (ACE): Mestre Sivuca e Humberto Carneiro da Cunha Nóbrega; o acervo da Faculdade de Direito (CCJ): Agassiz de Almeida; bem como aqueles sob guarda do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR): José Alberto Kaplan e Maestro Pedro Santos. Somam-se ainda os acervos custodiados pela Coordenação do Curso de Graduação em Arquivologia, no Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA): Jemima Marques de Oliveira e Sylvio Wanick Ribeiro, totalizando, assim, sete acervos pessoais.

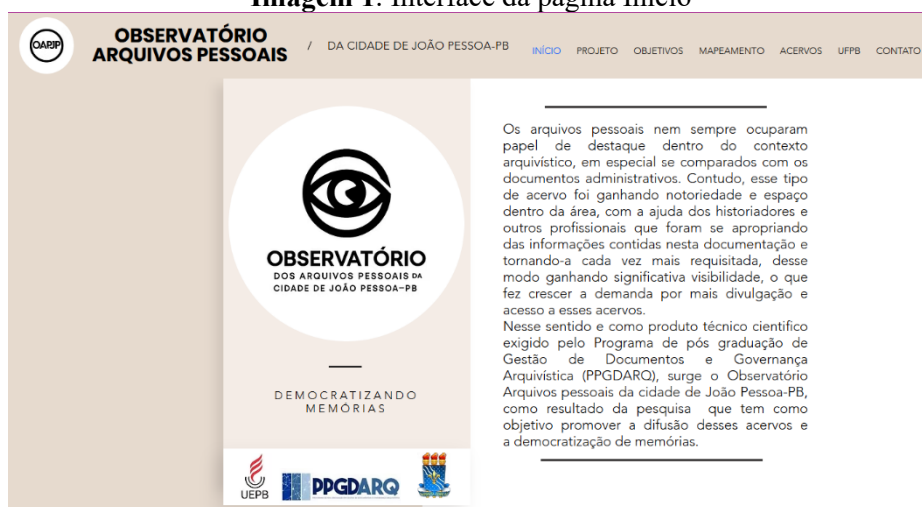
Feitas essas escolhas metodológicas, a pesquisa vem sendo conduzida por meio do diário de campo, instrumento utilizado para registrar observações, decisões e dados necessários à análise e à construção do produto final. A partir dessas informações, avançou-se para a etapa de definição da plataforma de desenvolvimento do site.

Optou-se pela plataforma Wix devido à sua funcionalidade, usabilidade e ao potencial de criação que oferece sem demandar conhecimentos avançados em *design* ou programação. A

ferramenta disponibiliza *templates* profissionais, recursos de customização intuitivos, plano gratuito e modalidades pagas com funcionalidades adicionais. Essa escolha foi ainda reforçada pela análise comparativa de outros sites com propósitos semelhantes, de modo que restou evidenciada a adequação do Wix às necessidades do observatório.

Para a construção do observatório, selecionou-se um *template* pré-definido, posteriormente adaptado às especificidades do produto. Até o presente momento, o site foi estruturado em sete páginas principais, cujas guias de navegação estão localizadas no canto superior direito da tela. A imagem, a seguir, referente à página *Início*, ilustra essa organização.

Imagem 1: Interface da página *Início*



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Ainda na página *Início*, encontra-se uma breve apresentação do produto, bem como as logomarcas desenvolvidas para compor a identidade visual do site. O menu também apresenta as páginas *Projeto* e *Objetivos*, ambas destinadas a informar o usuário sobre os fundamentos da pesquisa e sobre a concepção do observatório como produto técnico.

Na página *Mapeamento*, disponibiliza-se a lista com os 55 acervos identificados pela pesquisa PIBIC que antecedeu este projeto. Na página *Acervos*, constam todas as instituições responsáveis pelos acervos, acompanhadas de suas respectivas localizações. Nessa seção, o usuário pode clicar nos ícones e ser direcionado aos sites das instituições envolvidas: Universidade Federal da Paraíba (UFPB), por meio do Arquivo Central (ACE), da Coordenação do Curso de Arquivologia, da Faculdade de Direito (CCJ) e do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR); Fundação Casa de José Américo (FCJA); Arquivo Afonso Pereira; Associação Paraibana de Imprensa (API); Academia Paraibana de Letras (APL); e Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP).

Destaca-se a página da *UFPB*, pois é ela que introduz o usuário ao recorte central da pesquisa, apresentando exclusivamente os acervos existentes no âmbito da Universidade Federal da Paraíba.

Além disso, essa página permite que, por meio de um clique nos ícones, o usuário seja direcionado às páginas específicas de cada setor responsável, onde encontrará informações detalhadas sobre os respectivos acervos. Como exemplo, apresentamos a página do Arquivo Central (ACE), que reúne dados referentes ao acervo do Mestre Sivuca.

Imagem 2: Interface da página *UFPB*



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Na página correspondente a cada local, são apresentadas as principais informações sobre a instituição responsável pela guarda do acervo, incluindo endereço, localização, redes sociais, horário de funcionamento e serviços oferecidos. Além disso, essa página disponibiliza dados essenciais sobre o titular do acervo, acompanhados de uma breve biografia que contextualiza sua trajetória e relevância.

Por fim, a página *Contato* oferece ao usuário a possibilidade de se comunicar diretamente com a equipe do projeto, permitindo informar sobre a existência de outros acervos pessoais que ainda não constam no site. Essa funcionalidade busca promover uma reflexão ampliada, incentivando o reconhecimento e a valorização de acervos pessoais com potencial interesse público. Dessa forma, esse espaço se propõe a atuar como um canal de difusão de arquivos pessoais, favorecendo o compartilhamento de histórias que contribuam para a construção de memórias coletivas e para o fortalecimento da identidade social.

5. TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Esta breve análise sobre o uso de sites como ferramenta para a difusão de arquivos pessoais visa contribuir para o aprofundamento das discussões acerca da difusão em arquivos, uma vez que tais ações desempenham um papel fundamental na democratização do acesso à informação, não apenas do patrimônio documental, mas também dos próprios profissionais envolvidos. A difusão constitui uma dimensão essencial para os arquivos, pois, por meio dela, os acervos deixam de ser elementos restritos aos ambientes institucionais para integrar o cotidiano social, educacional e

cultural, tornando-se conhecidos, acessíveis e utilizáveis, seja para fins de pesquisa, seja como prática pedagógica ou cultural.

A organização e a descrição dos acervos, por si só, não garantem sua efetiva apropriação social. É necessário reconhecer que os arquivos não podem existir apenas como espaços de guarda e preservação; torna-se cada vez mais urgente desenvolver estratégias que despertem interesse e engajamento. Para isso, é fundamental adotar uma postura proativa entre gestores e profissionais de arquivo, promovendo ações que aumentem a visibilidade e incentivem a participação do público.

A preservação de memórias individuais e coletivas pode ser potencializada por meio do vínculo criado entre patrimônio documental e sociedade. Nesse sentido, iniciativas que explorem as potencialidades dos ambientes digitais, como os sites, configuram-se como estratégias eficazes para ampliar o alcance e a relevância dos arquivos pessoais na sociedade.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo: Estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Diretrizes gerais para a construção de websites de instituições arquivísticas**. Rio de Janeiro: CONARQ, 2000. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-deconteudo/publicacoes/Diretrizes_Construcao_websites.pdf. Acesso em: 23 out. 2025.

SANTOS, Eliete Correia dos *et al.* **Difusão e ações educativo-culturais em arquivos: Relatos do grupo de pesquisa**. Campina Grande: EDUEPB, 2024. 286 p. (Coleção Diálogos Arquivísticos). Disponível em: <https://eduepb.uepb.edu.br/publicacoes-2024/>. Acesso em: 26 out. 2025.

LOPES, Bianca da Costa Maia. **Difusão de acervos arquivísticos: O conceito de user experience no Sistema de Informações do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2021. (Prêmio Nacional de Arquivologia Maria Odila Fonseca, 3). Disponível em: https://arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/premio_nacional_de_arquivologia_3.pdf. Acesso em: 26 out. 2025.

THE CONSTRUCTION OF THE PERSONAL ARCHIVES OBSERVATORY OF THE CITY OF JOÃO PESSOA-PB: A DISSEMINATION TOOL

ABSTRACT

Considering the importance of dissemination initiatives for expanding the visibility and access to personal archival collections, this article discusses the contribution of websites as a dissemination tool. To this end, we propose a theoretical discussion on the context of dissemination initiatives in personal archives, identifying the possibilities and digital tools currently available and in evidence for website development. This reflection is exemplified by the development process of the Personal Archives Observatory of the City of João Pessoa, Paraíba, Brazil. This technical-scientific product is being developed within the Professional Graduate Program in Document Management and Archival Governance (PPGAARQ), a joint program between the State University of Paraíba (UEPB) and the Federal University of Paraíba (UEPB). In this sense, the analysis seeks to reflect theoretically on the issue of dissemination in personal archives, as well as present an overview of the Observatory's intended purpose, highlighting its potential to contribute to the democratization and dissemination of individual memories, which, when shared, enable the construction of collective memories. Therefore, reflecting on websites as a tool for disseminating these archives means considering how technological tools can contribute to and expand the reach of archives as a space for preserving and democratizing memory and building citizenship and knowledge.

Keywords: dissemination; website; observatory; memory; democratization

CAPÍTULO XXIV

O ADVENTO DA MODERNIZAÇÃO EM PEDRA LAVRADA (PB)

Ricardo Pereira da Silva
Olindina Ticiane Sousa de Araújo

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apresentar a chegada de signos modernos em Pedra Lavrada, Paraíba, na primeira metade do século XX, analisando as dimensões socioculturais e as mudanças cotidianas ocasionadas pela incorporação de novidades, como a presença do automóvel, a exibição de filmes pelo cinema itinerante e a aquisição de luz elétrica nos espaços públicos e privados. Contudo, pretende-se, também, problematizar a manutenção das relações entre o tradicional e o moderno a partir de estudos sobre a modernização de cidades pequenas no estado da Paraíba, conforme a perspectiva da História cultural com destaque para os estudos sobre cidades, com vista a compreender as particularidades experimentadas pelo recorte espacial em questão. No que diz respeito ao uso de fontes e metodologia, o trabalho adotou a seleção, análise e catalogação de estudos sobre o tema por meio da revisão bibliográfica e consultou produções locais que trataram tangencialmente da modernização em Pedra Lavrada, a exemplo de Albuquerque (1996) e Souto (2022), dando ênfase aos registros memorialísticos de Albuquerque (1996) como fonte importante acerca dos signos mencionados. Por aporte teórico-conceitual, tem-se as contribuições de Aranha (2005), Rezende (1997), Mariano (2010), pensando o moderno e a modernização nas cidades; e Candau (2012) com o conceito de memória. Por fim, estruturado o texto em dois momentos discursivos articulados, por resultado preliminar, pode-se dizer que Pedra Lavrada-PB experimentou a modernização, principalmente, no espaço urbano, em convivência com os aspectos tradicionais adaptados e ressignificados com o passar dos anos, levando este artigo a contribuir com uma visão plural, descentralizada e inclusiva do processo de modernização no Brasil e, consequentemente, na Paraíba.

Palavras-chave: Cidades, Pedra Lavrada, Signos modernos, História local.

1. INTRODUÇÃO

O processo de modernização, que ocorreu de maneira lenta e gradual em algumas partes do mundo, representa um marco significativo na trajetória histórica da humanidade. Este processo transformador, que teve sua gênese na Europa, desencadeou uma série de mudanças nas esferas sociais, econômicas e políticas, definindo o cenário do mundo moderno. O surgimento de fábricas, símbolo desta nova era, alterou radicalmente as relações de trabalho e deu origem a uma classe operária urbana que se tornou protagonista de um contexto social em transformação.

A modernização, termo explorado por historiadores e sociólogos em maior proporção nas últimas décadas do século XX, não se restringe apenas às mudanças estruturais na produção e na economia; ela se entrelaça com o campo das ideias, desafiando tradições e instaurando novas dinâmicas sociais. Este progresso ofertado pelas mudanças na condução dos modos de vidas e padrões econômicos é analisado pelas contradições, pois a modernização também acentua desigualdades sociais, exploração laboral e degradação ambiental, que impulsionou movimentos sociais e a emergência de novas ideologias políticas.

Neste texto, busca-se investigar as transformações socioculturais e na paisagem urbana com o advento da modernização em Pedra Lavrada, município localizado no interior da Paraíba. A partir de bibliográficas e escritas memorialísticas do local, propõe-se analisar e problematizar a chegada do automóvel, da luz elétrica, da construção da estrada e da exibição de filmes com o cinema itinerante, permitindo pensar como esses elementos modernizantes, ou melhor, signos modernos, reconfiguraram os modos de vida e o cotidiano dos sujeitos sociais acostumados com um ritmo lento e passivo em um lugar com características urbanas ruralizadas na primeira metade do século XX, condicionando, diga-se de imediato, na existência de uma tensão intrínseca entre tradição e modernidade naquele contexto.

Por meio de uma abordagem teórica e metodológica, que articula conceitos de modernização e urbanização, orientado por aportes teóricos operantes no quesito, cria-se um conjunto narrativo que contribui para a compreensão das dinâmicas sociais e das transformações culturais que emergiram em um contexto de modernização lenta, desigual e fragmentada, revelando as especificidades do processo de modernização e seus desdobramentos na formação da modernidade local.

Diante do exposto, destacamos pesquisadores que abordaram o processo de modernização em Pedra Lavrada, na Paraíba, como Albuquerque (1996), Guedes (2018) e Souto (2022). A escolha desses autores se deve à importância de suas contribuições para a perspectiva das mudanças sociais, econômicas e culturais na região. No que compete ao uso de fontes de pesquisa, vale lembrarmos dos registros memorialísticos contidos nos escritos de Albuquerque (1996), recuperados para serem explorados pelo *métier* da História, quando, também, alinhados aos estudos sobre cidades e urbanização na Paraíba do século XIX e XX.

O trabalho está dividido em duas partes: a primeira aborda os aspectos teóricos e conceituais da modernização e o processo de modernização no Brasil, especialmente na Região Norte/Nordeste, analisando fatores históricos, sociais e econômicos que moldaram essa dinâmica e suas implicações na identidade cultural local; a segunda parte apresenta Pedra Lavrada, na Paraíba, como um exemplo tardio do processo de modernização interiorana, explorando como a pequena vila, que esteve imersa nas dependências territoriais e administrativas do município de Picuí (Paraíba), incorporou signos e símbolos da modernidade em sua trajetória, destacando a chegada do primeiro automóvel, o cinema, a energia elétrica mantida por óleo de mamona e, posteriormente, o fornecimento por hidrelétrica, sendo os primeiros sujeitos a terem rádio, televisão e automóvel, dentre outros símbolos da modernidade adquiridos com o passar dos anos e que configuraram sua identidade contemporânea. Este último apontamento merece um estudo à parte, uma vez que poderão ser analisados em outra ocasião.

2. OS CAMINHOS DA MODERNIDADE NO MUNDO E A MODERNIZAÇÃO NAS CIDADES PARAIBANAS

O processo de modernização, iniciado com a Revolução Industrial no final do século XVIII, marca o surgimento de uma nova era na história da humanidade, redefinindo as estruturas sociais, econômicas e políticas do mundo moderno. Esse movimento histórico, centrado inicialmente na Inglaterra, foi o ponto de partida de uma transformação radical nos modos de produção, baseada no uso intensivo de máquinas, na mecanização do trabalho e no aproveitamento de novas fontes de energia, como o carvão e o vapor. Esse processo não apenas aumentou drasticamente a eficiência produtiva como também criou um novo modelo econômico caracterizado pela industrialização, pela urbanização acelerada e pela crescente centralidade do capital.

A Revolução Industrial testemunhou o início de um novo tipo de crescimento, ligado à sucessão de inovações técnicas, o que acelerou o ritmo da mudança, embora suas origens e desenvolvimento tenham dependido, em grande parte, de fatores não técnicos. Na Europa, a competição capitalista incentivou o desenvolvimento técnico dirigido para o aumento da produtividade do trabalho. (Salomon et al, 1993, p. 11).

Outros símbolos da Era Moderna, como o avanço das comunicações, os trens a vapor, a eletricidade e, posteriormente, o automóvel, materializaram as promessas do progresso tecnológico. A modernidade se caracterizou pela crença em um futuro movido pela ciência e pela tecnologia, em que a razão e o domínio sobre a natureza abriram caminho para uma sociedade mais avançada e próspera.

O processo de modernização, portanto, não se restringiu às esferas produtivas e tecnológicas. Ele também permeou o campo das ideias, desafiando as tradições e instaurando um novo espírito de época. O Iluminismo, com sua ênfase na racionalidade e no progresso humano, serviu como base filosófica para a modernidade, legitimando a fé no avanço contínuo das sociedades.

Contudo, esse novo paradigma trouxe à tona contradições e questionamentos, que ecoaram ao longo dos séculos seguintes. A modernização, ao mesmo tempo que prometia um futuro de inovação e crescimento, inaugurou uma era de incertezas, marcada pela busca incessante por equilíbrio entre progresso e justiça social. Dessa forma, a Revolução Industrial e seus símbolos – fábricas, cidades modernas, tecnologia – foram motores fundamentais de uma Nova Era, colocando a humanidade em um caminho de transformação contínua e revelando a face dinâmica, mas ambígua, da modernidade.

A partir do entendimento de Rezende (1997, p. 31), “O ser moderno envolvia múltiplas compreensões, desde a possível perda das raízes culturais e do passado histórico, até a aceitação de que é indispensável superar o atraso histórico”. Entendemos que os signos da modernidade exercem um papel fundamental na criação do “ser” moderno, um indivíduo profundamente marcado pelas transformações trazidas pela Revolução Industrial e pelo avanço tecnológico.

O “ser” moderno emerge de um contexto de adaptação ao novo, em que os antigos valores tradicionais e rurais são moldados pela racionalidade, pela urbanização e pela industrialização. A modernidade molda esse novo indivíduo ao colocá-lo no centro de um mundo dinâmico, onde o progresso tecnológico redefine a relação do ser humano com o tempo, o espaço e a natureza.

A vida cotidiana, permeada por esses signos, foi radicalmente alterada. O tempo e o espaço, antes limitados pelas condições naturais e pelos modos de transporte rudimentares, passam a ser manipulados pela tecnologia. Para Giddens (1991, p. 8), a modernidade, pensada como um conceito, refere-se “ao estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII”. Essa noção de modernidade prometia conforto, rapidez e eficiência, redefinindo não apenas o trabalho e a produção, mas também o lazer, a convivência social e o modo como as pessoas interagem com o mundo ao seu redor.

No Brasil, esses signos começaram a se introduzir de maneira decisiva a partir do final do século XIX e, principalmente, no século XX. Dessa forma, os signos da modernidade foram influenciados pelas tendências exteriores e adaptados às especificidades locais, transformando, rapidamente ou lentamente, a depender das experiências e incorporações dos equipamentos modernos, as cidades, os modos de vida e a cultura do país. Como dito por Mariano (2010):

As transformações urbanas ocorridas, no século XX, nos grandes centros brasileiros difundiram-se pelo país, tornando-se ponto de referência para várias cidades. Metrôpoles como São Paulo e Rio de Janeiro passaram a figurar como signos de civilização e de modernidade, apropriando-se, por sua vez, de modelos europeus (Mariano, 2010, p. 8).

Diante do exposto, a modernização no Brasil se apresentou como um processo desigual e fragmentado, e até lento em algumas realidades, caracterizado pela introdução desigual do capitalismo, pela urbanização e pelo avanço das infraestruturas. Enquanto cidades como o Rio de Janeiro emergiram como centros urbanos em franco crescimento, inúmeras regiões do país continuavam a ser dominadas por relações agrárias e modos de vida tradicionais.

Para Bradbury (1989, p. 75), “o modernismo teve seu hábitat natural nas cidades – que, por sua vez, se tornaram centros cosmopolitas”. Com a transferência da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, o Rio de Janeiro se consolidou como um importante centro de conexão internacional, impulsionando projetos urbanísticos e o desenvolvimento de infraestrutura para atender às necessidades do comércio internacional e ao crescimento populacional. A modernização no Brasil não foi linear ou homogênea, mas uma construção social que refletiu as particularidades regionais. Embora a transição para a República trouxesse a promessa de uma modernidade mais inclusiva, forças conservadoras mantiveram o país em uma modernidade incompleta para muitos.

O Nordeste brasileiro – que antes era chamado de Norte, durante boa parte do século XIX, foi marcado pela predominância de uma economia agrícola baseada na monocultura da cana-de-açúcar e, em algumas regiões, do algodão. No entanto, com o crescimento das cidades portuárias, como Recife, Salvador e São Luís, surge um movimento gradual de urbanização, impulsionado por novos fluxos de comércio e migrações internas.

Na Paraíba do século XVIII e XIX, esse processo se desenvolve de maneira mais lenta. A capital João Pessoa, então chamada de Parahyba, ainda era uma cidade de tamanho modesto, sem grandes estruturas urbanas. A urbanização, em seu início, esteve intimamente ligada ao fortalecimento do comércio e à construção de novas vias de transporte, como as estradas de ferro que conectavam o interior aos importantes centros comerciais.

Enquanto isso, regiões, como o Nordeste brasileiro, enfrentavam um desenvolvimento mais lento, agravado por uma economia agroexportadora e dificuldades socioeconômicas. Nisso, de acordo com Aranha (2005, p. 79), ao provocar o pensamento acerca dos processos de modernização das cidades da Paraíba, “[...] resta a alternativa de pensá-la com base no impacto provocado por certas conquistas materiais que passam ao imaginário urbano como símbolos do moderno”. Mesmo com a introdução de elementos da modernidade, como a imprensa, a educação e o associativismo político, a cultura local mantinha uma forte ligação com o tradicionalismo. Na Paraíba, por exemplo, práticas culturais, religiosas e políticas combinavam elementos da modernidade emergente com tradições locais.

Na medida em que as cidades cresciam e se tornavam centros de poder econômico e cultural, as elites urbanas passavam a disputar espaço com as elites agrárias tradicionais. Essa tensão entre o moderno e o tradicional se manifesta de várias formas, desde os embates políticos até as mudanças nos hábitos cotidianos. Logo, “as cidades passaram por transformações significativas, para atender aos sonhos progressistas e facilitar o avanço da verdadeira civilização” (Rezende, 1997, p. 31).

Ainda na Paraíba, isso é especialmente evidente durante o final do século XIX, quando as lutas pela abolição da escravidão e pela Proclamação da República encontram eco nas camadas urbanas emergentes. A urbanização também altera o ritmo da vida nas cidades. Com o crescimento da população urbana, surgem novas formas de sociabilidade, como os cafés e, mais tarde, os cinemas, que se tornam símbolos importantes da modernidade.

Ademais, como dito por Aranha (2005), a urbanização e a modernidade na Paraíba não podem ser entendidas apenas como a adoção de modelos externos. Há, segundo ele, uma reinterpretação local desses “signos modernos”. As cidades paraibanas, ao passo que adotam elementos da modernidade europeia e nacional, também desenvolvem suas próprias características. Para ele, a Paraíba, assim como outras regiões do Nordeste, passou por um processo de modernização que seguiu

um ritmo próprio. A economia paraibana, baseada na agricultura, especialmente no cultivo da cana-de-açúcar e do algodão, viu-se limitada pelas condições geográficas e pelas dificuldades de integração às redes comerciais mais amplas.

Portanto, é sob a perspectiva descrita pelo autor supracitado que interessa saber sobre a experiência vivida por Pedra Lavrada, levando em consideração os elementos incorporados como novidades do moderno, mas, especificamente, as relações estabelecidas entre os sujeitos, a manutenção do tradicional e as impressões no cotidiano local. Por isso, talhamos o uso do termo modernização e não de modernidade ou modernismo para explicar o objeto de estudo e nortear a construção narrativa do texto.

3. A MODERNIZAÇÃO EM PEDRA LAVRADA DO SÉCULO XX

No início do século XX, Pedra Lavrada era uma pequena Vila do interior da Paraíba, subordinada administrativamente ao município de Picuí. Diante de um contexto tradicional, permeada pela relação com o universo rural e as tradições religiosas decorrentes do catolicismo como religião predominante, a dinâmica social e econômica era marcada pela vida sertaneja, sendo a agricultura de subsistência a principal atividade da população, e o cultivo do algodão. Com o passar das décadas, a economia local passou por uma transformação, a descoberta de jazidas minerais impulsionou uma nova fase de desenvolvimento econômico.

Associada a essas vantagens aparentes, o lugar começou a desejar outros ritmos e contatos, o que Aranha (2005) chamou a atenção, quando defendeu a existência de elementos, principalmente de natureza econômica, associados ao incentivo do processo de modernização nas cidades da Paraíba. Segundo o autor, sendo também considerações aplicáveis à realidade de Pedra Lavrada: “Concomitante a esse processo, teve início uma fase de modernização marcada por signos que transformaram o cotidiano e instigaram a imaginação dos moradores” (Aranha, 2005, p. 79).

Dessa forma, com o desenvolvimento político e econômico regional, houve a chegada da estrada – mais tarde reconhecida como rodovia. Decerto, a inovação representou um marco histórico para a comunidade local, pondo-se como um “abre alas” para a chegada da modernização. A partir dos registros memorialísticos contidos na obra de Albuquerque (1996), com relação a construção da estrada de dimensões intermunicipal, consta:

De outra parte, a vila de Pedra Lavrada está vivendo dias de expectativa [...]. E que os cossacos, como eram chamados os trabalhadores das estradas, vinham cavucando e transportando terra nos serviços de terraplanagem da futura rodovia. E haviam terminado o trecho que liga a nossa vila a Soledade e, portanto, a Campina Grande (Albuquerque, 1996, p. 46).

Segundo Silva (2004), a Paraíba iniciou um processo de modernização a partir do final da década de 1920, cuja aceleração, especialmente a partir de 1930, foi impulsionada pelo Governo Federal, em conjunto com políticos locais. Nesse processo destaca-se o trabalho desempenhado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), responsável pela construção de açudes, rodovias e infraestrutura urbana e, posteriormente, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

No interior paraibano, intensificou-se a construção das chamadas “estradas de rodagem”, a exemplo da conexão terrestre entre Pedra Lavrada e Soledade, voltadas para a integração de áreas rurais, e que intensificou o contato com os centros urbanos de referência. Servindo como um instrumento de comunicação e deslocamento de pessoas, materiais e mantimentos, o serviço de terraplanagem da estrada mencionada na citação supracitada, mediante a conclusão do trecho importante, possibilitou o acesso do primeiro automóvel à Vila de Pedra Lavrada. A notícia foi recebida com entusiasmo e curiosidade pela população. Como descrito na narrativa de Albuquerque (1996), vejamos:

E o automóvel, que praticamente todos desconheciam, já estava com dia marcado para chegar. Pode-se dizer que esse foi um dia de alvoroço para todo mundo que gravita em torno de Pedra Lavrada. Gente com roupa de festa, muitos com sapatos novos, outros tantos chegando dos sítios a cavalo, e alguns explicando que o automóvel era como um carro de boi, com rodas, porém sem bois a puxá-lo. [...] A banda atacou o dobrado, Chico Ferreira fez seu discurso, e o padre abençoou a solenidade. Apesar de tudo isso, alguns mais intransigentes diziam que o carro era uma “besta-fera” e que aquilo era um sinal de que o mundo ia se acabar: Depois, o automóvel tornou-se rotina. Eugenio Vasconcelos comprou um Studbaker, Zuca um Overland, e até o velho Ezequiel adquiriu um Fordinho. Virgílio e Brasilício, nossos primos em segundo grau, viraram motoristas, e papai nos proporcionou a aventura de darmos uma volta de uma a outra ponta da rua, a 2 mil réis por cabeça (Albuquerque, 1996, p. 46-47).

A memória como um recurso humano responsável por (re)produzir os acontecimentos funciona apoiando-se sobre a imaginação, como defendido por Candau (2012). Dito isso, ao voltar-se para a descrição acima da experiência supostamente noticiada por muitos, é possível elucidar o impacto da expectativa gerada e do primeiro contato com a maquinaria automotiva moderna para os padrões da época.

Sem data ou lugar informado, a partir do que é narrado, o evento foi incorporado como atração, fazendo os habitantes e curiosos trajarem-se das melhores roupas, descolar-se léguas a pé ou a tração animal, fazendo cruzar os caminhos entre o tradicional e o moderno que se avistavam. Além disso, as pessoas imaginavam como seria, alegravam com a apresentação da banca de música convocada para tal acontecimento e, ainda, desejam dispor de posses econômicas para conquistar a novidade luxuosa. O acontecimento parece ter reunido em um mesmo espaço a elite política e religiosa,

apontando nomes que fizeram parte das decisões políticas e econômicas da Vila e do futuro que se vislumbrava aos anos posteriores.

Sobre o processo de adaptação às transformações pelos signos da modernização, Souza (2014) ressalta:

O novo cenário configurado trouxe consigo novas óticas acerca do mundo e exigiu que os homens encontrassem novas regras e possibilidades de articular-se com o novo, estabelecendo assim, imposições e adequações nas relações interpessoais com os signos da modernização [...] (Souza, 2014, p. 11).

Nesse mesmo contexto de mudanças, destaca-se também a presença do cinema, ainda que de forma improvisada e itinerante. Acompanhemos a descrição na obra de Albuquerque (1996):

Numa semana santa, foi anunciado que iríamos ver a Paixão de Cristo no cinema, a um mil réis por cabeça e crianças a 200 réis. O armazém do velho Genuíno foi arrumado e varrido para ser utilizado na exibição do filme. Não ficou nenhuma teia de aranha, todos os buracos das paredes foram tapados, e o velho prédio se transformou num amplo salão, com muitas cadeiras das famílias residentes nas proximidades e uma espécie de palco onde a máquina ia ser colocada. Na falta de luz elétrica, como se usa nas cidades grandes, foram colocados alguns lampiões a gás e a carboreto, a serem apagados na hora da função. Muita gente foi ver. [...] As imagens que apareciam na tela eram imperfeitas e tremiam muito, mas dava bem para conhecer São José, Nossa Senhora e Pôncio Pilatos, conforme o letreiro que aparecia na tela. E, quando apareceu Jesus Cristo submetido a julgamento, ao martírio das chicotadas e da coroa de espinhos, culminando com a sua crucificação, muitas pessoas começaram a passar o lenço nos olhos. [...] Ao fim da sessão, todos foram saudados pelo exibidor, que prometeu novo filme para o outro dia. [...] (Albuquerque, 1996, p. 75-76).

Esta seria possivelmente a primeira experiência de exibição de filme em Pedra Lavrada, em uma estrutura improvisada para imitar uma sala de cinema. A Paixão de Cristo, obra clássica, nos faz refletir sobre a possibilidade de aquisição do “rolo cinematográfico” nas cidades onde as novidades do cinema chegaram primeiro, a exemplo da Capital paraibana, Campina Grande e Recife, no estado de Pernambuco, e eram repassados aos outros lugares por já estarem compartilhando de outras exibições em alta.

O registro de memória, além de apontar a precariedade e o imprevisto da sala de cinema e o desejo de tornar a novidade uma atração popular lucrativa para fins de lazer, dispõe de informações sobre as condições de fornecimento de energia elétrica na Vila e na crença popular dos citados. Nesse contexto, “o cinema se tornou a vitrine, por excelência da exibição e da glamourização dos novos materiais, objetos utilitários e equipamentos de conforto e decoração doméstica” (Souza, 2007, p. 167).

O uso da energia elétrica distribuída na localidade, como apontado por Albuquerque (1996), mediante a distribuição de lampiões a gás de querosene e de carboneto, foi uma prática comum

empregada aos usos de iluminação dos espaços públicos na Parahyba do Norte, principalmente no início do século XX, sobretudo porque a eletrificação em padrões modernos, com base de gerador movido a óleo diesel ou fornecimento de luz por hidrelétrica, aconteceu de forma lenta em várias cidades da Paraíba. Como aponta Aranha (2007), “falar na instalação desse equipamento moderno na Paraíba é falar de uma experiência que só começou a tomar corpo a partir dos anos 1920” (Aranha, 2005, p. 101).

Segundo Souto (2022), ao construir uma narrativa histórica sobre Manoel de Azevedo Melo (†1978), citado como fundador da Fazenda Cumaru, situada na zona rural de Pedra Lavrada (PB), destaca que a distribuição de energia iniciou na metade do século XX, por meio de um motor movido a óleo de mamona, que era transformado em biodiesel e fornecido para comunidade local. A energia elétrica proveniente da hidrelétrica chegou oficialmente ao município em 1963, após sua emancipação política ocorrida em 1959, por luta de Valdete Torres Agra, junto aos órgãos competentes do Estado da Paraíba. A inauguração contou com a presença do Prefeito Municipal José Meira de Vasconcelos (Zéu Meira), do Governador da Paraíba, Pedro Moreno Gondim, e de outras autoridades, segundo Dantas (2009).

Como ponderado por Brandão (2014), na historiografia, a luz elétrica se configura como signo de modernização inserida em um conjunto de aquisições maiores, como o embelezamento de ruas, construção dos primeiros arranha-céus, chegada do trem e telégrafo. A luz elétrica, por sua vez, também corresponde a uma incorporação moderna que gerou qualidade de vida no cotidiano da Vila de Pedra Lavrada, ainda que seu acesso não fosse integral, se reduzindo, praticamente, aos espaços de uso coletivo. Fato que mudou na segunda metade do século XX, quando a luz passou a adentrar os espaços públicos, mas também as residências familiares e comércios em maior proporção.

Destarte, a iluminação pública transformou as cidades, estendendo a vida urbana para além do crepúsculo, e no espaço doméstico, a eletricidade redefine hábitos de trabalho, lazer e conforto. A luz artificial transcende o mero utilitarismo, tornando-se um símbolo da modernização e da capacidade humana de dominar a natureza e organizar o tempo e o espaço de forma independente dos ciclos naturais. Sobre o assunto energia elétrica em Pedra Lavrada, estenderemos à oportunidade de historicizar a chegada, melhoramento e usos para outra ocasião.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o processo de modernização em Pedra Lavrada tenha ocorrido de maneira fragmentada e em ritmo próprio, os registros históricos e os relatos de moradores locais mostram como esses símbolos, vindos de centros urbanos mais desenvolvidos, provocaram transformações significativas no imaginário coletivo e nas práticas sociais.

A modernização, portanto, não chegou a Pedra Lavrada (PB) como uma ruptura total com o passado, mas como um processo de reinterpretação cultural, em que elementos tradicionais coexistiram com as novidades tecnológicas e sociais. Nesse contexto, a experiência de modernização vivida em Pedra Lavrada ilustra um processo de maneira “periférica”, profundamente marcada pelas desigualdades regionais e sociais que caracterizam o processo de desenvolvimento brasileiro. A modernização não ocorreu de forma homogênea, mas por meio de apropriações seletivas e localizadas dos signos modernos, em um processo que refletiu as particularidades históricas, econômicas e culturais do sertão paraibano.

Ao iluminar as experiências de uma pequena vila nordestina, este trabalho evidenciou a importância de compreender a modernização não apenas a partir dos grandes centros urbanos, mas também a partir das margens. Pedra Lavrada mostra que, mesmo em contextos distantes do eixo industrial e urbano do país, o processo de modernização foi vivenciado, experimentado e ressignificado de maneiras únicas. Assim, o estudo contribui para uma visão mais plural e descentralizada da modernização no Brasil, revelando as múltiplas formas de ser e viver o moderno em território nacional.

REFERÊNCIAS

AGRA, Valdira Torres; RAMOS, Lielba M. A. de B. **Paraíba, meu estado**. 1991.

ALBUQUERQUE, Clodomiro. **Pedra Lavrada e seus caminhos**. Copyright. Bota-fogo, Rio de Janeiro. 1996.

ARAÚJO, Jair Barbosa. **BREVE HISTÓRICO ACERCA DA REPRESENTAÇÃO DO ALGODÃO NO DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE-PB**. V Encontro Nordestino de História & V Encontro Estadual de História. Disponível em: ><https://snh2013.anpuh.org/resources/pe/anais/encontro5/10-hist-cidade/Artigo%20de%20Jair%20Barbosa%20Ara%FAjo.pdf><. Acesso em out. de 2024.

ARANHA, Gervácio Batista. **Seduções do moderno na Parahyba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925)**. IN: A Paraíba no Império e na República: estudos de História Social e Cultural. João Pessoa: Ideia, 2005, p. 79-132.

BRANDÃO, Cataline Alves. **As trevas da iluminação: energia elétrica em Campina Grande (1940-1960)**. 2014. 140f. (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós-graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande – Campina Grande - Paraíba - Brasil, 2014. Disponível em: ><http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/28340><.

BORGES, B. G. FERROVIA E MODERNIDADE. Revista UFG, v. 13, n. 11, 2011.

BRADBURY, Malcolm. As cidades do modernismo. In. **Modernismo: guia geral 1890- 1930**. BRADBURY, Malcolm; MCFARLANE, James. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CABRAL FILHO, Severino. **A cidade através de suas imagens**: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950). Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

CABRAL FILHO, Severino. **Modernização e imagens**: o mundo em Campina Grande. In: A cidade revelada: Campina Grande em Imagens e História. Campina Grande: EDUFPG, 2009.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Riker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5a ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GUEDES, M. A. S. “**Se eu nascesse mil vezes, mil vezes casaria com Elenita**”: história de vida da professora Maria Elenita de Vasconcelos (Pedra Lavrada-PB, 1944-1984). 2018. 201 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2018. Disponível em: <<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/1804>>. Acesso em junho de 2025.

PEREIRA, P. L. **Educação rural na Paraíba (1946-1961)**: "um meio para fixar o homem ao campo". UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). CENTRO DE EDUCAÇÃO (CE). PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE). LINHA DE PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/4762/1/arquivototal.pdf>>. Acesso em jul. de 2025.

REZENDE, Antonio Paulo. **(Des)encantos modernos**: Histórias da cidade do Recife na década de XX. Recife: FUNDARPE, 1997.

SALOMON, J.-J.; SAGASTI, F.; SACHS-JEANTET, C. **Da tradição à modernidade**. Estudos Avançados, v. 7, n. 17, p. 07-33, 1 abr. 1993.

SILVA, Lígia Maria Tavares da. Características da Urbanização na Paraíba. **Revista Cadernos do Logepa**. p. 34-39. Disponível em: <<http://observatoriodageografia.uepg.br/files/original/b3fe3e9c17daeaeb784d6c2a6c580fa926122a4d.pdf>>. Acesso em dez 2025.

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de & FERNANDES, Paula Rejane (orgs). In: **Cidades e Experiências Modernas**. Campina Grande: EDUFPG, 2010.

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de; SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de Sousa; et al. **História da Paraíba Ensino Médio**. Campina Grande: EDUFPG, 2007.

SOUTO, Valquiria Lopes de. **Memórias de uma Educação Escolarizada em Cumarú, Pedra Lavrada, Paraíba (1944-1978)**. 1º ed. Londrina, PR: Editora Sorian, 2022.

SOUZA, J. P. R. de. **Modernidade, esporte e lazer na cidade da Parahyba do Norte – 1908-1925**. 2014. 170 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2014. Disponível em: ><http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/466><. Acesso em nov. de 2025.

CAPÍTULO XXV

O MASSACRE DA PRISCA: UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA DE INDÍGENAS E ESCRAVOS NO ALTO TOCANTINS

Gleisson Ferreira ¹

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma história de resistência à escravidão e luta contra a ocupação de terras indígenas no norte de Goiás, região do Alto Tocantins, confluência dos rios das Almas, Maranhão e Bagagem. Tal fato leva à concretização de uma aliança entre parte dos escravizados da Fazenda da Prisca, em Lavrinhas de São Sebastião (no atual município de São Luiz do Norte, à época, pertencente ao Julgado de Pilar) e indígenas Avá-Canoeiro que atacam em conjunto a fazenda matando a todos os que lhes opõem resistência e fogem em direção às selvas do rio Maranhão/Tocantins. Tal feito demonstra a capacidade dos escravizados e indígenas na articulação e organização de resistência à opressão colonial, o que objetivamos analisar. Tal relato foi recolhido das memórias registradas na correspondência do advogado paulista Carlos Pereira de Magalhães em 1919 e postumamente publicado no livro “Cartas de Goiás.”

Palavras-chave: Memória, identidade, resistência, colonialismo

ABSTRACT

This work aims to present a history of resistance to slavery and the struggle against the occupation of indigenous lands in the north of Goiás, Alto Tocantins region, confluence of the Almas, Maranhão and Bagagem rivers. This fact leads to the creation of an alliance between part of the enslaved people from Fazenda da Prisca, in Lavrinhas de São Sebastião (in the current municipality of São Luiz do Norte, at the time, belonging to the Julgado de Pilar) and Avá-Canoeiro indigenous people who jointly attack the farm, killing all those who oppose them and flee towards the jungles of the Maranhão/Tocantins river. This feat demonstrates the capacity of enslaved people and indigenous people to articulate and organize resistance to colonial oppression, which we aim to analyze. This report was collected from the memories recorded in the correspondence of the São Paulo lawyer Carlos Pereira de Magalhães in 1919 and posthumously published in the book “Cartas de Goiás.”

Keywords: Memory, identity, resistance, colonialism.

1. INTRODUÇÃO

A história da ocupação do território goiano foi marcada por intensos conflitos sociais, étnicos e culturais, especialmente nas regiões de fronteira colonial, onde interesses econômicos, disputas territoriais e diferentes projetos de sociedade se confrontaram de forma violenta. No contexto do Alto Tocantins, tais conflitos assumiram contornos específicos, envolvendo populações indígenas, colonizadores europeus e africanos escravizados, cujas interações deram origem a dinâmicas sociais complexas, marcadas tanto pelo antagonismo quanto por alianças estratégicas de sobrevivência

Entre os episódios que evidenciam essas tensões destaca-se o ataque à fazenda da fazendeira conhecida como dona Prisca, ocorrido provavelmente entre os anos de 1860 e 1863, pouco antes da

Guerra do Paraguai. O evento, registrado por Carlos Pereira de Magalhães em Cartas de Goiás, descreve a destruição completa da propriedade e o massacre de seus habitantes, resultado de uma ação conjunta entre indígenas Avá-Canoeiros e escravizados da própria fazenda, que se insurgiram contra as condições extremas de exploração e violência impostas pela proprietária

Longe de constituir um fato isolado, o episódio insere-se em um contexto mais amplo de resistência à colonização e à escravidão, no qual alianças interétnicas se configuraram como estratégias possíveis frente a um inimigo comum: o sistema colonial escravocrata. A fuga dos sobreviventes para as matas do Rio Tocantins/Maranhão e sua provável integração a quilombos já existentes ou à formação de novas comunidades negras livres revelam processos de territorialização e construção de redes de solidariedade fundamentais para a permanência dessas populações na região

Nesse sentido, a comunidade quilombola do Pombal emerge como um espaço privilegiado de análise histórica. Localizada nas proximidades da antiga Fazenda Lavrinhas de São Sebastião e da Mata de São Patrício, sua formação está diretamente relacionada às rotas de fuga, aos refúgios naturais e às dinâmicas de miscigenação entre negros e indígenas, narradas tanto em fontes documentais quanto na memória oral de seus habitantes. A convergência entre dados geográficos, registros históricos e narrativas comunitárias permite levantar a hipótese de que o Quilombo do Pombal seja composto, ao menos em parte, por descendentes dos fugitivos do ataque à fazenda da Prisca

Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar o episódio conhecido como a “tragédia da Prisca” à luz dos processos de formação das comunidades quilombolas do Alto Tocantins, com ênfase no Quilombo do Pombal. Busca-se compreender de que maneira as alianças entre indígenas e africanos escravizados, estabelecidas em contextos de violência extrema, contribuíram para a constituição de identidades híbridas, redes de solidariedade e formas de resistência que ainda hoje se refletem nas reivindicações territoriais e identitárias dessas comunidades.

Para alcançar esse objetivo, o estudo fundamenta-se em fontes bibliográficas, documentos históricos e reflexões teóricas sobre fronteira, interculturalidade e formação social, articulando história regional, memória e análise social. Ao revisitar esse episódio, pretende-se contribuir para o debate sobre a presença negra e indígena em Goiás, problematizando narrativas tradicionais e evidenciando o protagonismo desses grupos na construção histórica da região.

2. A TRAGÉDIA DA PRISCA E O QUILOMBO DO POMBAL

Prisca era o nome de uma fazendeira, que tinha suas posses dentro da antiga sesmária de Lavrinhas de São Sebastião, porém, próximo ao extinto arraial do Buriti Queimado; próximo a confluência do Rio das Almas com o Maranhão; na borda da grande Mata de São Patrício em seu

encontro com o Rio Maranhão. Nas proximidades de uma confluência geográfica que era trânsito de indígenas e quilombolas, onde mais tarde surgem os quilombos de Pombal e Laguna. A região conta ainda com grandes serras, como a Serra de Santa Barbara, entre onde existia a floresta e o Rio Maranhão, formando esconderijos perfeitos para os grupos quilombolas. Tais grupos são relatados por Carlos Pereira de Magalhães, em Cartas de Goiás, em várias ocasiões. Mas o episódio mais impactante dos relatos que Magalhães registrou foi a tragédia da Prisca:

O presente acontecimento deu-se antes da Guerra do Paraguai: a fazendeira dona Prisca, que deu o nome a essa região, foi viúva do terceiro filho do capitão Francisco Ribeiro, de nome Antônio, que morreu sem deixar descendência. Velha e branca, explorava os negros cativos sem misericórdia. Na sede da fazenda, trabalhava-se no engenho, fazia-se queijo e farinha e o moinho girava sem cessar, cujas enormes pedras existem até hoje. Devota e ao mesmo tempo má, não perdoava ninguém, todo ano ia comungar na romaria do Muquém, 18 léguas além. Certa vez, dadas as esmolos, regressava ela satisfeita; do alto espigão, o capataz da sua comitiva notou uma revoadada de urubus no rumo da fazenda. Dirigindo-se à velha, apontou lugubrememente para o horizonte. Ela, irritada, esclareceu que essa migração de corvos se fazia do outro lado do rio das Almas. Em dúvida, forçando as marchas, dentro de poucos dias chegavam à casa grande da fazenda. O céu negrejava de urubus, um fartum cadaveroso sufocava o ar. Ao apeiar do cavalo, desmaiou a velha com o que viu, e as mucamas que a acompanhavam caíram por térrea, entre gemidos e prantos. O capataz, dois negros da comitiva e as mulheres era tudo o que restava do povo dessa florescente fazenda. Os urubus entravam às dezenas pelas janelas escancaradas e saíam, fartos, pelas portas; o solo parecia movimentar-se pela quantidade de ratazanas a arrastar restos humanos; as vacas aprisionadas no curral e trespassadas de flechas apodreciam amontoadas. Tudo o que tivesse vida fora morto à flecha, exceto o pessoal que tivera o crâneo esmagado pela borduna dos selvagens. A maior parte dos escravos havia se aliado aos índios morcegos e após o massacre, com eles se refugiara nas selvas do Rio Tocantins, o que lhes garantiu a impunidade. A velha Prisca confinou-se em Jaraguá, enlouquecendo, pouco depois morreu. (Magalhães, 2004, p. 68-69)

O massacre da fazenda da Prisca é um exemplo do choque cultural na fronteira, da luta pelo lugar e das alianças movidas por interesses comuns. Os índios morcegos, atuais Avá-Canoeiros eram os habitantes da zona e lutavam pela posse da terra, ocupada pelo branco colonizador que a explorava com mão de obra escrava africana, que não tinha alento, folga ou esperanças, dadas a dureza do trabalho incessante e a violência da fazendeira Prisca. Nesse contexto surge uma aliança trágica que opõe os escravizados, tendo que lutar entre si, já que “a maior parte se aliou com os índios” e a parte que não se aliou sucumbiu às flechas, bordunas ou à lâmina empunhada pelos seus iguais.

A fuga dos escravos da fazenda Prisca em direção às matas do Rio Tocantins/Maranhão terá como destino certo os quilombos já existentes na região ou a fundação de outro. É importante notar que na direção da fuga apontada por Magalhães é que surgem as comunidades negras do Pombal, dentro da borda da Mata de São Patrício com o rio Maranhão, entre o rio Maranhão e a Serra de Santa Bárbara, com algumas famílias tendo algumas famílias negras ainda na atualidade suas terras no sopé da Serra. Outro aspecto importante a se notar é a narrativa de miscigenação daquela população com

indígenas Avá-Canoeiros, o que aliado ao fenótipo “cafuzo” de muitos habitantes do Pombal torna possível inferir serem os habitantes do Pombal, descendentes dos fugitivos da fazenda Prisca.

A dinâmica da formação de comunidades negras no Alto Tocantins foi bastante ativa e obedeceu às necessidades e contextos históricos, políticos, econômicos e sociais. No início da mineração, a fuga de um trabalho duro e extenuante ao próprio arbítrio. Com a captação, uma fuga negociada entre senhor e escravo, essa inclusive, articulada pelos primeiros, com o objetivo de escapar da exorbitante cobrança do imposto por cabeça (escravo), cobrança de taxa fixa e mais pesada em relação a outras partes da Colônia; não importando o rendimento das minas. Uma outra fase, com o esgotamento das minas e um novo recrudescimento da exploração da mão de obra escrava, ao limite, na busca pela garantia de lucro constante. E por fim a questão social, a desumanização do negro e a mentalidade de superioridade de certos senhores, como a Prisca, que em todos os tempos ocorreu, visto tratar-se de uma mentalidade presente na sociedade desde o início da escravidão; mas inculcada de forma diferente, mais forte em uns senhores que em outros, a depender da índole e temperamento, e por que não dizer da saúde mental do senhor em questão.

Assim, sabendo-se da habilidade dos quilombolas em estabelecer comunicação constante com escravos rurais e urbanos, forros e brancos perseguidos da justiça ou que podiam lucrar com o aquilombamentos, podemos visualizar a formação de comunidades negras em Goiás, e de forma específica no Alto Tocantins em contextos diversos:

1. Comunidade formadas em lugares ermos, originadas pela fuga durante os anos iniciais da exploração do ouro. Fugas motivadas pela dureza do trabalho na mineração aliada à violência física e psicológica advindas da pressão por desempenho e produção.

2. Comunidades próximas aos arraiais. Distantes “um tiro de pedra”. Provavelmente formadas, ao menos inicialmente por negros forros que buscavam se agrupar e desenvolver sistemas de solidariedade. Essas poderiam auxiliar esconder fugitivos das autoridades; ligando-se e desligando-se destes de acordo com a necessidade de se administrar os riscos para ambos.

3. Comunidades mistas, formadas por negros fugitivos, forros, indígenas e brancos perseguidos pela máquina do Estado. Esses de caráter itinerante diante do perigo de ataque, cuja mobilidade se alicerçava em uma rede de comunicação, informação e desinformação como garantia e estratégia de sobrevivência

É muito provável que já existissem comunidades de negros forros nas proximidades do Córrego do Pombal, quando ocorreu o ataque à fazenda da Prisca. Essas comunidades seriam oriundas dos extintos arraiais do Maranhão, do Buriti Queimado (Primeiro povoado nas terras das Lavrinhas de São Sebastião) do arraial da Água Quente e de Traíras. A dinâmica da formação de comunidades negras forras, muitas vezes consideradas quilombos pela má fé de algumas autoridades, não exclui a

formação na mesma região de comunidades de negros fugidos do cativeiro. Como também é bastante provável que mantivessem contato com escravos das fazendas e fugitivos que se aquilombavam, servindo de elo entre ambos. Tal pode ter sido o caso do ataque à fazenda da Prisca.

A análise das peculiaridades do ataque permite observar um crime de ódio à fazendeira ao seu patrimônio e aos seus defensores, ainda que fossem também escravos. Ataques unilaterais por parte de indígenas, às fazendas na região, costumava não fazer distinção alguma entre negros e brancos, escravos ou livres, como no ataque ao povoado de Amaro Leite e à roça do Juiz de Traíras, anteriormente mencionado, em que mataram um escravo e colocaram em fuga os demais; que poderiam tanto ter arquitetado uma fuga, quanto aproveitado a ocasião.

Outro exemplo de ataque indígena no Alto Tocantins ocorreu na propriedade da família Ribeiro de Freitas, em Traíras, é narrado por Dulce Madalena Rios Pedroso no artigo “Memória e documentação histórica na reconstituição da História Regional em Goiás.”

No artigo a autora cita as memórias de Yêda Rios Brandão sobre as origens de sua família. Nele, a história começa por um cerco dos índios Avá-Canoeiros à casa grande da fazenda Engenho Nossa Senhora da Conceição, de propriedade de dona Laura Inocência Furtado, viúva do Capitão Joaquim Ribeiro de Freitas, sendo ele um dos fundadores da Companhia de Comércio e Navegação de Traíras, em 1806, com o objetivo de, através da navegação do rio Tocantins, estabelecer o comércio entre Goiás e Pará. (Pedroso, 2007)

Segundo a autora, durante o cerco dos índios à fazenda, durante a noite, alguém disparou um tiro, cujo estampido fez os índios correrem em disparada, restando um deles, morto pelo tiro. A partir daí, o medo da vingança se instala, até que outro dia se faz novo ataque:

Várias vezes o sol sumiu e apareceu sem que os índios voltassem. Aliviados os fazendeiros julgavam que o tiro amedrontando-os conservava-os à distância. A vida tomou de novo o ritmo normal, acalmaram-se os ânimos. Certa manhã, como não precisassem ficar de guarda, seguiram os negros para as plantações. Em casa ficaram as mulheres, crianças e os escravos mais idosos. Eis, que em meio ao silêncio costumeiro ladra um cão. Outro, mais outro, (...). “Justino! Justino!” – gritaram todos de uma vez –, “Olha o Justino!” De uma trilha na mata vinha um negro em disparada: – Sinhá, fecha a casa, sinhá, aí vem eis, tapui! Laura correu ao sino e puxou-o. De cada canto do grande terreiro surgiram negras com os filhos. Todos entraram e Justino cansado e sem forças foi puxado para dentro da casa. Portas e janelas fechadas, pesadas trancas vieram reforçá-las. O escravo com esforço foi contando: – Tapui matô os nego tudo e eu escapô subino num coqueiro. Não acabara de falar e já a algazarra tenebrosa dos índios enchia o terreiro aproximando-se da casa. Paus e pedras eram atirados às portas e janelas, que estavam sendo forçadas. Na casa foi grande a confusão, quando uma negra apontou para o telhado gritando: – Óia ali, sinhá, eis tira as teia e vai entrá! Laura correu para a cozinha: – Aticem o fogo do sabão (...). Clemente, ó Clemente, Maria, Teresa peguem a cuia e atira-lhes sabão. As negras musculosas munidas de grandes vasilhas correram à tacha e tomando o líquido preto e fervente iam jogando nos selvagens. (...) O ataque às portas e telhados recomeçaram mais intensos, quando um tiroteio se fez ouvir. (...) Os atacantes atiraram-se nas matas em correria. (...) (Pedroso, 2007, p. 6)

O ataque citado por Dulce Pedroso é mais um exemplo de ataques ao branco invasor e aos seus escravizados sem distinção, o que indica ser um grupo que ainda não havia estabelecido contatos amistosos ou alianças com comunidades negras, o que não descarta a possibilidade de existência de aldeias ou grupos que já o tivessem feito, ou que indígenas escravizados desses grupos tivessem se miscigenado com negros escravos ou de comunidades forras ou quilombolas. Pode ser que alianças entre negros e índios no Alto Tocantins em caráter grupal de auxílio mútuo tenham sido ou eventuais ou ocorrido apenas algumas décadas depois do ataque a Amaro Leite e ao engenho de dona Laura.

Dulce Pedroso discorre também sobre a existência de documentação sobre o ataque ao engenho de dona Laura, em traíras. Segundo a autora:

A documentação histórica oficial possui elementos originais em relação à crônica. Essa documentação encontra-se entre os informes de guerra, em ofício do presidente da província de Goiás, pe. Luís Gonzaga de Camargo Fleury, ao Ministro dos Negócios do Império, datado de 3 de setembro de 1839, informando-o dos ataques dos índios avacanoeiros às várias fazendas dos distritos de Trahíras, Carmo, São Félix e Amaro Leite e dos prejuízos deles decorrentes. Escreve o presidente: “em 3 de julho o gentio Canoeiro surpreendeu dois escravos de d. Laura Innocência Furtado e os matou a flechada em um canavial a três léguas distante da Vila de Trahiras.” (Pedroso, 2006, p. 3)

O ataque descrito no ofício do juiz ordinário do julgado de Tocantins, Mamede Ribeiro data de 10 de junho de 1774 e teria sido executado pelos índios Crixás, segundo consta no ofício. Tal ataque precede em 65 (sessenta e cinco) anos o ataque ao engenho de dona Laura e em cerca de 90 (noventa) anos o ataque à fazenda da Prisca. Já esse último com o concurso de aliados entre os escravos da fazenda em busca de liberdade. Talvez essa aliança negro-indígena tenha se dado a partir do reconhecimento bilateral de que ambos lutavam contra um inimigo comum, restando imaginar de que parte teria surgido o ânimo diplomático de tal ação, alicerçada, quem sabe, em uma miscigenação ou interculturalidade anterior em que indígenas e africanos/afro-americanos (ambos escravizados) teriam se juntado por casamento ou servido sob o jugo do mesmo senhor. O que é imaginável diante das dificuldades iniciais entre os dois grupos em estabelecer comunicação, caso não tivessem domínio da linguagem um do outro. O que leva a crer que uma aliança na qual vidas estão em jogo não poderia ter sido estabelecida apenas por sinais inteligíveis, dada a fragilidade desse tipo de comunicação, imprecisa e lacônica, resultando de tais alianças uma relação intercultural.

Se pensarmos o projeto Moderno/Colonial a partir da conquista da América como o encontro entre dois mundos, ou estamos abordando apenas a chegada, ou considerando os africanos escravizados como aliados conscientes do projeto, ou ainda, excluindo-os totalmente dessa dinâmica. A chegada até a América pode ter significado até aquele momento o encontro entre dois mundos (o do nativo e o do europeu); mas o processo Moderno/Colonial envolve “outros mundos”, desde a sua

gestação, com a expulsão (da Espanha e depois de Portugal) de mouros e judeus e a apropriação de seus bens por parte do estado nascente (o que ajudou a financiá-lo). Para resumir, no entanto, considerando que, ao menos politicamente, ou como estratégia de sobrevivência, mouros e judeus (conversos) estariam alinhados ou seriam incluídos no projeto colonial e, sendo brancos, facilitando esconder a origem e mesclar-se à população cristã tradicional. Nesses termos, podemos falar do encontro entre três mundos ou realidades distintas: o branco europeu colonizador, o nativo das Américas e o africano escravizado. Três mundos ou imaginários distintos e em total dissonância que vão convergir no forjamento de nações, através da violência física e psicológica, dos discursos legitimadores da dominação e da ideia de uma superioridade, forjada para justificar o domínio. O mar foi o limite transposto pelo europeu colonizador, a América a fronteira ocupada. Segundo Pesavento:

Há, sem dúvida, uma tendência para pensar as fronteiras a partir de uma concepção que se ancora na territorialidade e se desdobra no político. Neste sentido, a fronteira é, sobretudo, encerramento de um espaço, delimitação de um território, fixação de uma superfície. Em suma, a fronteira é um marco que limita e separa e que aponta sentidos socializados de reconhecimento. Com isso, podemos ver, mesmo nesta dimensão de abordagem fixada pela territorialidade e pela geopolítica, que o conceito de fronteira já avança para os domínios daquela construção simbólica de pertencimento a que chamamos identidade e que corresponde a um marco de referência imaginária que se define pela diferença. (Pesavento, 2002. P. 36)

Na fronteira, as relações humanas vão ocorrendo e o tempo transcorrido se encarrega de mostrar as mudanças e permanências no espaço, a partir dessas relações. A convivência com o outro, se a princípio se dá pelo estranhamento, pela diferença, a posteriori permite construir o produto das influências mútuas ou interinfluências. No pensamento, na linguagem, nos hábitos adquiridos pela necessidade de negociação; nas técnicas e modos de fazer, originando identidades multifacetadas e alteridades frágeis, pouco delineáveis, ou nem tão diferenciáveis. Como pode ser observado na cultura caipira, formada na fronteira, no contato com o diferente, forjada por modos de falar, de fazer e de viver que originaram um “modo de ser” através da miscigenação...miscigenação entre brancos pobres, indígenas e negros. Surge uma nova identidade. Definir o Caipira não é tarefa fácil, a não ser para quem o é ou com ele convive. O Caipira não se identifica pela cor. Ele é negro, branco, mulato, pardo, caboclo, cafuzo, mameluco, etc... classificações advindas da miscigenação, através da observação da fenotípica do indivíduo.

É por esse viés de compreensão da fronteira que se confrontam as percepções da alteridade e da identidade, ou que se contrapõem as construções imaginárias de referência, definindo-se os “outros” com relação a “nós” e vice-versa. Portanto, o “recorte” epistemológico que “encerra” o conceito de fronteira é capaz de, paradoxalmente, anular esse mesmo critério do espaço e avançar para o plano dos significados partilhados.

É ainda por este ângulo de abordagem conceitual que as fronteiras não podem ser apenas encaradas como marcos divisórios construídos, que representam limites e estabelecem divisões. (...)

Elas também induzem a pensar na passagem, na comunicação, no diálogo e no intercâmbio. Figurando um trânsito não apenas de lugar, mas também de situações ou época assim como

de população, esta dimensão aponta para uma nova reflexão: a de que, pelo contato e permeabilidade, a fronteira é, sobretudo, híbrida e mestiça. (Pesavento, 2002, p. 36)

Esse trânsito de lugar que leva ao conflito entre o eu e o outro na fronteira pode ser exemplificado pelos conflitos entre indígenas e escravos em um primeiro momento, nos tempos iniciais da colonização em Goiás. Por outro lado, o contexto político, social, e/ou econômico, produz o que a autora nomeia “trânsito” de situações ou épocas em que interesses divergentes podem convergir.

A luta contra o invasor ou contra as suas ações, não distinguia, no protagonismo indígena (no início) o branco do negro. Se havia algum grau de distinção, os negros seriam vistos, no mínimo, como braços dos brancos, instrumentos de sua vontade. Apenas a convivência de longo prazo e os diálogos poderiam esclarecer o limite da atuação dos brancos através de negros, na fronteira; que era o espaço indígena, o seu território ancestral. É através desse contato, dessa permeabilidade que o idioma do outro passa a ser entendido e os seus hábitos, no ambiente (cujas dificuldades domaram com o tempo) absorvidos pelos que precisavam aprender para se adaptar. Pela necessidade, utensílios e produtos do outro passaram a ser experimentados e apreciados e, mais do que isso, passaram a ser necessários para a alimentação ou execução de tarefas, para não dizer, indispensáveis! Produz-se aí a mestiçagem e a hibridização. Conhecimentos e hábitos se entranham... se fundem. Eis a interculturalidade. Surge uma terceira via. Surgem novas culturas e novas identidades.

É nesse sentido de trânsito de situações e épocas que podemos compreender os contextos que possibilitaram em Goiás em um segundo momento, as alianças entre negros e indígenas, como no caso do ataque à fazenda da Prisca.

O ataque combinado à fazenda da Prisca, executado por negros e indígenas, ajuda a compreender narrativas e reivindicações atuais de comunidades remanescentes de escravos na região do Alto Tocantins, como a comunidade do Quilombo do Pombal e seus remanescentes que vieram a formar as comunidades: Tomás Cardoso, Laguna e João Borges Vieira. Os habitantes de Pombal narram uma ascendência negra e indígena que merece algumas considerações:

1. A convergência de elementos narrados por Carlos pereira de Magalhães sobre o ataque à fazenda da Prisca.
2. A localização do Quilombo do Pombal a cerca de 4 léguas do local do ataque (a fazenda da Prisca)
3. A localização da Fazenda da prisca e do Quilombo do pombas no Alto Tocantins.
4. A direção tomada pelos negros e indígenas em fuga apontando para as proximidades da atual localização do Quilombo do Pombal.

5. Os relatos de Carlos Pereira de Magalhães de que havia quilombolas na mata de São Patrício, que chegava às bordas do rio Maranhão/Tocantins, direção tomada pelos fugitivos.
6. A própria narrativa dos habitantes do quilombo do pombal (na atualidade) em se reconhecerem como descendentes de negros e índios.

O fato de a fazendeira dona Prisca ser idosa, viúva e sem filhos pode ter contribuído para que não se organizasse bandeiras ou expedições punitivas ou de captura contra os fugitivos. Pode não ter havido interesse por parte de seus parentes, talvez mais interessados em manter os bens que ficaram do que em arriscar tempo, dinheiro e vidas numa tarefa que poderia trazer mais infortúnio. Outro fator que pode ter contribuído para a não perseguição aos atacantes e fugitivos pode ter advindo do contexto da luta política abolicionista do período.

Magalhães informa que “os escravos fugiram com os índios e com eles se homizaram nas selvas do rio Tocantins” (idem. p. 75), isto é, a partir do encontro do rio das Almas com o rio Maranhão. Embora a informação possa parecer genérica, é sabido que a Mata de São Patrício chegava até as margens do rio Maranhão, além de ocupar boa parte de Lavrinhas, margeando o rio São Patrício e o rio das Almas. A mata de São Patrício, dentro das terras de Lavrinhas, muitas vezes recebia apenas o nome de Mata de Lavrinhas, numa tentativa de ser mais específico na informação que se prestava em correspondências e documentos ao indicar direção.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou analisar o episódio conhecido como a tragédia da fazenda da Prisca à luz do contexto histórico da fronteira colonial no Alto Tocantins, compreendendo-o não como um acontecimento isolado ou meramente violento, mas como expressão de processos mais amplos de disputa territorial, resistência e reorganização social. Ao articular fontes narrativas, documentação histórica e aportes teóricos sobre fronteira, interculturalidade e formação de identidades, foi possível evidenciar a complexidade das relações estabelecidas entre indígenas, africanos escravizados e colonizadores europeus na região.

A análise do ataque à fazenda da Prisca permitiu compreender a constituição de alianças estratégicas entre indígenas e escravizados africanos como resultado de interesses convergentes diante de um inimigo comum: o sistema colonial-escravista e sua lógica de exploração extrema. Tal aliança, longe de ser episódica ou fortuita, insere-se em um contexto histórico marcado por deslocamentos forçados, violência sistemática e pela busca de alternativas de sobrevivência e autonomia. Nesse sentido, o episódio contribui para a compreensão das dinâmicas que favoreceram a formação e o fortalecimento de comunidades quilombolas no Alto Tocantins.

Os indícios levantados ao longo da pesquisa — como a localização geográfica do Quilombo do Pombal, as rotas de fuga descritas nas fontes, a presença histórica de quilombolas na Mata de São Patrício e as narrativas identitárias atuais da comunidade — permitem sustentar a hipótese de continuidade histórica entre os fugitivos da fazenda da Prisca e os remanescentes quilombolas da região. Ainda que não se trate de uma relação passível de comprovação documental absoluta, a convergência desses elementos reforça a legitimidade das memórias coletivas e das reivindicações territoriais contemporâneas dessas comunidades.

Além disso, o estudo contribui para uma compreensão ampliada do conceito de fronteira, entendida não apenas como delimitação espacial ou geopolítica, mas como espaço de contato, negociação, conflito e produção de novas identidades. Na fronteira do Alto Tocantins, o encontro — frequentemente violento — entre diferentes mundos resultou em processos de mestiçagem, hibridização cultural e interculturalidade, que se refletem até hoje nas configurações sociais e culturais da região.

Por fim, ao dialogar com a história regional e com as narrativas silenciadas da população negra e indígena, este trabalho reafirma a importância de estudos que valorizem perspectivas locais e memórias subalternizadas. A compreensão da tragédia da Prisca, nesse sentido, ultrapassa o relato de um massacre e se insere como chave interpretativa para entender a formação histórica das comunidades quilombolas do Alto Tocantins, bem como os processos de resistência que moldaram — e ainda moldam — a identidade dessas populações.

REFERÊNCIAS

CHAIM, Marivone M. **A sociedade colonial goiana**. Goiânia: Oriente, 1978.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro-7ª ed. Rio de Janeiro: DP e A, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

MAGALHÃES, Carlos Pereira de. **Cartas de Goiás**. São Paulo: De Letra em Letra, 2004.

PEDROSO, Dulce M. R. **Avá-Canoeiro: a história do povo invisível (séculos XVIII-XIX)**. 1992. 358 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (org.). **Fronteiras culturais – Brasil, Uruguai, Argentina**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2002. p. 27-34.

CAPÍTULO XXVI

STORYTELLING E A GESTÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL: NARRATIVAS, PERTENCIMENTO E EFEITOS PROSPECTIVOS NA PROCURADORIA DA UNIÃO EM SERGIPE

Vanderléa Nóbrega Azevedo Cortes ¹
Valéria Aparecida Bari ²

RESUMO

O artigo analisa o storytelling como metodologia aplicada à gestão da memória institucional, com base na intervenção realizada na Procuradoria da União em Sergipe (PU/SE), unidade vinculada à Advocacia-Geral da União, com o objetivo de identificar seus impactos e efeitos prospectivos na consolidação de práticas de preservação da memória. Vinculado ao campo da Ciência da Informação, o estudo examina como a coleta e a sistematização de narrativas de memória contribuíram para a preservação da identidade institucional e para o aperfeiçoamento das práticas de gestão da memória. A investigação articula os conceitos de memória organizacional e memória institucional, examinando como as narrativas, em suas dimensões temporais e informacionais, sustentam processos de construção da memória nas organizações. Fundamenta-se nos estudos contemporâneos do storytelling organizacional e nas chaves conceituais da memória na Ciência da Informação, em diálogo com a tradição teórica francesa, que entende a emergência dos lugares de memória como fenômeno social, identitário e de salvaguarda da memória coletiva. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e interventiva, baseada em testemunhos e relatos que conformaram a arquitetura do storytelling organizacional. Conclui-se que o storytelling constitui método de mediação e governança da memória, ao articular dimensões simbólicas e pragmáticas, podendo promover laços de pertencimento, fortalecimento da identidade institucional, preservação de saberes tácitos e valorização da trajetória organizacional.

Palavras-chave: Storytelling; Memória Institucional; Narrativas; Gestão da Memória; Identidade Organizacional.

1. INTRODUÇÃO

No cenário contemporâneo das organizações, a Memória Institucional (MI) é evocada em múltiplas dimensões, como um ativo estratégico e, simultaneamente, identitário. As organizações operam imersas em um vertiginoso fluxo informacional, formais e informais, cujos processos carregam as marcas indeléveis de ações pretéritas. Quando devidamente apropriadas, tais experiências constituem o alicerce para uma tomada de decisão consciente, orientada à consolidação da inteligência organizacional.

Nesse sentido, a sistematização informacional, a desterritorialização e o trabalho remoto reconfiguram não apenas as práticas laborais, mas também as conexões interpessoais e a identidade organizacional, situando a identidade organizacional em uma ambiência líquida. Paradoxalmente, tal

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação/Universidade Federal de Sergipe. Aracaju, SE, Brasil.

² Professora Dra. do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação/Universidade Federal de Sergipe. Aracaju, SE, Brasil.

fragmentação reafirma a centralidade do sujeito, evidenciando que as organizações complexas decorrem essencialmente do comportamento humano.

Entretanto, impõe-se reconhecer que o corpus do conhecimento organizacional supera a materialidade dos registros formais. Sua gênese reside na dialética dos discursos, nas práticas cotidianas e nas experiências vivenciadas pelos atores sociais, portando sentidos tácitos que somente se consolidam mediante uma sólida cultura de compartilhamento de memória social.

Embora estratégica para a Ciência da Informação (CI), sobretudo em organizações públicas, a memória institucional carece de políticas de preservação, o que gera perda de saberes tácitos e fragilidade identitária. Esse cenário é evidente na Advocacia-Geral da União (AGU), particularmente na Procuradoria da União em Sergipe (PU/SE), onde a ausência de práticas estruturadas de memória e a rotatividade de servidores fragilizam o registro e a transmissão das experiências institucionais.

Ao promover a escuta e unir identidade à informação, o storytelling sustenta a preservação do conhecimento tácito. O estudo examina os impactos dessa prática na memória institucional da PU/SE, a partir de uma intervenção de 2019, sob a ótica das narrativas e da gestão na CI. A experiência, agora com desdobramentos no doutorado, evidencia que as narrativas consolidam o pertencimento, a identidade e a governança da memória.

2. MEMÓRIA COMO OBJETO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A apropriação da memória pela CI configura um movimento epistemológico que a valoriza como bem social. Tal centralidade ressignifica o campo, deslocando o foco do paradigma custodial e físico para os fluxos sociais da informação e a construção de identidades coletivas.

Ao mesmo tempo, no âmbito institucional, a busca de alguns autores por definir o termo de forma mais rigorosa evidencia que a memória ainda não alcançou plena estabilização epistemológica, configurando-se como um conceito em construção (Santos; Valentim, 2021), cuja polissemia decorre do caráter difuso dos ambientes físicos e digitais, nos quais os processos de produção, circulação e as práticas de gestão da informação são permanentemente atualizados.

Sob a ótica de Silva e Martins (2022), a incorporação da memória no campo da CI intensifica-se a partir da segunda metade do século XX, impulsionada pelo Paradigma Social da CI, que reposiciona a informação em suas dimensões culturais, sociais e identitárias. Nesse contexto, Como produtoras de sentido, as instituições da memória exercem poder simbólico e disciplinar sobre a memória coletiva através da seleção do que é preservado.

Oliveira e Rodrigues (2017) evidenciam a centralidade da memória na constituição da memória social na CI, entendendo-a como uma construção informacional sustentada por uma rede teórico-conceitual em constante reconfiguração. Nesse contexto, a apropriação do conceito de

memória é situada em relação ao objeto investigado, evidenciando que sua significação decorre das condições históricas, epistemológicas e metodológicas que orientam os estudos, bem como das estratégias de legitimação que permeiam o campo científico (Oliveira; Rodrigues, 2017).

Cruz (2013), ao mapear periódicos, eventos e programas de pós-graduação, identifica polos institucionais e chaves conceituais que enquadram a memória como ferramenta de disseminação de valores, construção de pertencimento e sistematização de conhecimentos, articulando comunicação, história e sociologia da memória na produção acadêmica.

Das cinco chaves identificadas pela autora, a primeira trata a memória como estratégia comunicacional essencial para difundir valores, reputação e relacionar-se com *stakeholders*. A segunda chave vincula a memória à cultura organizacional, fomentando o pertencimento. A terceira foca na gestão do conhecimento para preservar saberes estratégicos. A quarta trata da trajetória institucional e do resgate histórico, enquanto a quinta define a memória como saber coletivo, reunindo crenças e símbolos compartilhados (Cruz, 2013).

Bufrem (2020) define a memória na CI como um interdomínio em expansão, evidenciando, a partir da análise de 1972 a 2018, um campo em construção que se fortalece a partir dos anos 2000 e sobretudo após 2010, com a institucionalização do GT-10 no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), marcado por assimetrias de produção e capital simbólico condicionadas por diferentes domínios, redes e níveis de legitimação institucional.

Atualmente, a memória migra para o digital unindo técnica e cultura, onde arquivos e plataformas atuam como novos “monumentos”. Segundo Mafezoli e Prado (2023), tais lugares são arranjos sociotécnicos que exigem metadados e interoperabilidade para garantir acesso e circulação. Nesse diálogo, Milani, Massoni e Morigi (2020) observam que essa virtualização reconfigura a CI, ou seja: ao distinguirem memória digital, focada no suporte, e da virtual, focada na conectividade, alertam que a desterritorialização amplia tanto as possibilidades de preservação quanto os riscos de esquecimento e exclusão.

Essa distinção converge com as preocupações de Abrantes e Guerra (2024), ou seja, a infraestrutura digital demanda políticas éticas que evitem que a mediação algorítmica obscureça referências coletivas. Como sustenta Mangan (2010), o digital não transforma a natureza da memória, a tecnologia produz registros, mas a memória reside invariavelmente no sujeito humano.

A partir dessas considerações, torna-se pertinente avançar para a análise das abordagens metodológicas e das dimensões da memória, tomando como eixo a transposição de sua base conceitual para o campo da memória institucional.

2.1. Memória institucional: dimensões estratégicas, identitárias e narrativas

Ao avançar na análise das dimensões da memória nos estudos organizacionais, impõe-se o reconhecimento de uma estrutura analítica complexa que distingue, sem dissociar, os conceitos de organização e instituição. À luz de Scott (2013), as instituições baseiam-se em pilares regulativos, normativos e culturais-cognitivos, reproduzidos concretamente nas organizações. Assim, “O campo organizacional é o ambiente social e estrutural onde os Processos Institucionais se manifestam” (Scott, 2013, p. 181)."

As dimensões da memória nos estudos organizacionais articulam-se nesse campo relacional, em que a memória organizacional se baseia nas rotinas e nos saberes práticos, enquanto a memória institucional consolida a identidade, os valores e o reconhecimento social da instituição (Santos; Valentim, 2021). Thiesen (2013), observa que a memória organizacional foca na eficácia operacional, e a institucional na legitimidade. Ambas se sustentam e se renovam por meio das práticas sociais.

Thiesen (2013) defende que a memória, edificada no presente, conecta o que fomos ao que somos. Essa articulação é vital para a inovação social, pois permite superar amarras institucionais e criar acontecimentos. Entre sua tese de doutoramento, em 1997, e 2023, o pensamento de Icléia Thiesen evoluiu para o que a autora denomina uma reconfiguração dos elementos constitutivos da memória institucional, transitando do viés funcional para a crítica política. A autora situa a memória como um mecanismo de poder, permeado por regimes de verdade, ocultamentos e pela pós-verdade.

Sendo a memória um bem coletivo, enraizado na cultura da oralidade e institucionalmente cristalizado na dialogicidade, Ribeiro, Dodebei e Orrico (2025) destacam, em seu caráter efêmero, a centralidade da memória afetiva como dimensão que estrutura a experiência humana. Para as autoras, é a memória afetiva que permite compreender a importância da memória na vida pessoal e social, bem como interpretar o mundo em suas nuances temporais, concretas e simbólicas.

Dialogando com essa visão, Cogo (2016) define o storytelling como uma tecnologia social da memória, argumentando que a memória é engendrada no próprio ato de narrar. Para ele, o storytelling opera a partir de narrativas baseadas em experiências que geram um conhecimento singular.

Esse conhecimento caracteriza-se por ser inovador, mas enraizado na cultura da organização, na medida em que fortalece o pertencimento ao articular memórias de diferentes gerações de colaboradores e revisitar rituais institucionais. Nesse sentido, o autor conceitua:

Storytelling organizacional seria, então, uma lógica de estruturação de pensamento e um formato de organização e difusão de narrativa, por suportes impresso, audiovisual ou presencial, baseados nas experiências de vida próprias ou absorvidas de um interagente, derivando relatos envolventes e memoráveis (Cogo, 2016, p. 135).

Complementarmente, e Bari, Cortes Ferreira (2024) ressaltam que, por se tratar de um processo dialógico, a narrativa pressupõe a explicitação clara de seus objetivos e sentidos. Essa clareza orienta os participantes quanto ao propósito da narrativa, criando condições para o engajamento efetivo e para o compartilhamento qualificado de experiências e conhecimentos, de modo que o *know-how* individual possa ser reconhecido, articulado e socializado no contexto coletivo.

Dessa forma, compreende-se que a memória se atualiza nas narrativas através de movimentos tensionais e mediados. Aguçar as percepções sensíveis torna-se, então, imprescindível para articular a informação ao ato de rememorar.

3. O PERCURSO METODOLÓGICO DO STORYTELLING NA PU/SE: DO ACOLHIMENTO AOS PRODUTOS DE MEMÓRIA

O processo inicia-se pela etapa fundamental de “Audiência de Apresentação” e “Acolhimento do Storytelling”. Nesse momento inaugural, transcende-se a formalidade burocrática para estabelecer um espaço de confiança e transparência. O objetivo central dessa fase é clarificar aos servidores o propósito da intervenção: não se trata apenas de um registro histórico, mas de uma estratégia de Gestão do Conhecimento (GC) voltada à valorização do capital humano e à preservação da identidade organizacional. Esse acolhimento é fundamental para mitigar resistências e legitimar a escuta, assegurando que os participantes compreendam seu papel como protagonistas na construção da memória coletiva da instituição.

Uma vez estabelecido o pacto de colaboração, o fluxo avança para a utilização dos “Indutores de Storytelling”. Compreendendo que a memória muitas vezes requer estímulos para emergir, recorreu-se a dispositivos sensíveis, especificamente perguntas de impacto e fotografias. As imagens, dispostas em murais ou apresentadas individualmente, foram cedidas do acervo pessoal de alguns servidores e do acervo institucional e, agiram como elementos deflagradores da memória, evocando a dimensão afetiva e situacional das vivências passadas, enquanto as perguntas direcionavam a reflexão para competências e eventos críticos da trajetória da PU/SE.

Esse preparo culmina na “Iniciação do Storytelling”, fase em que ocorre a efetiva externalização do conhecimento tácito. Por meio de “Entrevistas Narrativas de Memória”, os servidores compartilharam suas trajetórias, cujos registros foram capturados tanto em testemunhos orais (áudio) quanto em testemunhos em vídeo. Essa dualidade de registro buscou captar não apenas o conteúdo informacional, mas também a linguagem não verbal, as pausas e as emoções que conferem veracidade e profundidade à narrativa organizacional.

O material bruto coletado submeteu-se, posteriormente, a uma rigorosa “Análise das Narrativas”. Nesta etapa analítica, os relatos não foram apenas transcritos, mas interpretados à luz de uma Matriz Estruturante de Elementos de Storytelling. Esse filtro metodológico permitiu identificar padrões, valores compartilhados, lições aprendidas e os nós críticos da história institucional, transformando “causos” isolados em dados qualitativos robustos.

O Resultado das narrativas da memória consolidou-se, enfim, nos “Produtos da Memória”. O ciclo encerra-se devolvendo à instituição o conhecimento sistematizado em três frentes: a criação de um Banco de Narrativas de Storytelling (repositório preservacionista); a produção de um Documentário (edição de vídeo para difusão e fortalecimento da identidade); e a elaboração de site de memória institucional. Dessa forma, o modelo aplicado na PU/SE demonstra como o storytelling operacionaliza a conversão do saber individual em patrimônio coletivo perene.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES: ENTRE A RESSIGNIFICAÇÃO IDENTITÁRIA E OS DESAFIOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO

A intervenção realizada na PU/SE, fundamentada na metodologia do storytelling, ultrapassou o inventário das fontes documentais históricas, monumentos e realias, configurando-se como um dispositivo de mediação dialógica, afetiva e da memória latente. A análise dos resultados evidencia que o processo narrativo operou de forma concomitante em três dimensões: a reconstrução simbólica da identidade institucional, a materialização de produtos voltados à gestão do conhecimento e o tensionamento crítico em torno da ausência de políticas institucionais perenes de memória.

4.1. Efeitos simbólicos e identitários

O principal resultado intangível da intervenção foi a ressignificação do senso de pertencimento dos servidores. O diagnóstico inicial, evidenciado nas entrevistas da dissertação, apontava para uma crise identitária, especialmente entre os servidores administrativos oriundos de outros órgãos, na condição de cedidos e os redistribuídos, que manifestavam não se sentir “parte da AGU”, mas apenas “estando na AGU”.

O storytelling atuou como um mecanismo de “pertencimento” do sujeito à organização. Ao narrarem suas trajetórias, os participantes deixaram de ser meros executores de tarefas burocráticas para se tornarem protagonistas da história institucional. A escuta qualificada e o registro em vídeo validaram suas experiências, transformando a memória individual, muitas vezes restrita a lamentos informais ou arquivos paralelos, em patrimônio coletivo.

4.2. Efeitos práticos para a gestão

Do ponto de vista pragmático, a intervenção resultou na criação de artefatos concretos de gestão do conhecimento. Destaca-se a estruturação do Banco de Narrativas de Storytelling e a criação do Site de Memória Institucional.

O site, desenvolvido em parceria com a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), foi alocado na plataforma SharePoint (pacote Office 365). Embora represente um avanço tecnológico significativo, operando como um repositório seguro e organizado para vídeos, fotos e documentos digitalizados, seu acesso apresenta limitações inerentes à arquitetura da informação da AGU. O conteúdo está restrito ao ambiente da intranet, exigindo login institucional, o que configura o acervo como uma ferramenta de consumo interno, o que limita a difusão da memória da PU/SE para a sociedade, restringindo a função social da memória pública.

4.3. Tensionamentos e limites

Apesar dos êxitos simbólicos e práticos, a pesquisa revelou uma fragilidade estrutural crítica: a dificuldade de institucionalizar os produtos da memória. Observa-se um descompasso entre a riqueza do capital intelectual presente nas narrativas e a ausência de diretrizes formais na macroestrutura da AGU.

Ao longo de seus 32 anos de existência, a União não incorporou a Gestão da Memória de forma explícita em seu Planejamento Estratégico. A análise crítica demonstra que, sem uma política institucionalizada, iniciativas como o Banco de Narrativas e o Site de Memória correm o risco de se tornarem esforços isolados, dependentes da proatividade individual de pesquisadores ou gestores locais. A inexistência de um conselho paritário de gestão da memória e a falta de rubricas orçamentárias ou metas estratégicas específicas para a preservação do conhecimento tácito expõem a vulnerabilidade desse patrimônio.

4.4. Efeitos prospectivos: a consolidação simbólica e a expansão estratégica

Os desdobramentos da intervenção de 2019 materializaram-se, três anos depois, na inauguração da Galeria de Ex-Procuradores da PU/SE (agosto de 2022). Mais que um ato protocolar, o evento, prestigiado pela alta gestão, constituiu um marco político de legitimação da memória, evidenciando que o storytelling consolidou o pertencimento e a valorização do patrimônio institucional.

Concomitantemente, a pesquisa ganha continuidade estratégica com o ingresso de Cortes no Doutorado (PPGCI/UFS, 2024). Superando a esfera local, o novo escopo objetiva elaborar um Plano

Estratégico de Gestão da Memória para toda a AGU, integrando diretrizes nacionais de recuperação, acesso e preservação institucional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intervenção realizada na PU/SE revelou que a escuta qualificada e o registro das narrativas operam como dispositivos de ressignificação do trabalho e do sujeito.

Conclui-se que o storytelling constitui método de mediação e governança da memória, ao articular dimensões simbólicas e pragmáticas, podendo promover laços de pertencimento, fortalecimento da identidade institucional, preservação de saberes tácitos e valorização da trajetória organizacional.

Na experiência da PU/SE, essa metodologia permitiu superar as lacunas arquivísticas da memória e as vivências dispersas em produtos tangíveis. Mais do que artefatos, esses produtos funcionaram como espelhos onde os servidores puderam se reconhecer como protagonistas da história da AGU, mitigando a crise de identidade diagnosticada no início do estudo.

Contudo, a pesquisa revelou tensionamentos: a restrição dos produtos à intranet limita a função social e o reconhecimento público da AGU. Ademais, a ausência da memória no Planejamento Estratégico nacional ameaça a perenidade dessas iniciativas, sujeitando-as à descontinuidade.

Portanto, o legado desta intervenção não se encerra nos produtos entregues. A continuidade do estudo em nível de doutorado visa à elaboração de um Plano Estratégico de Gestão da Memória para a AGU, com o objetivo de transformar práticas isoladas em política institucional estruturada. O principal desafio é expandir a experiência da PU/SE para todas as unidades. Essa institucionalização busca garantir a preservação e a legitimidade do patrimônio imaterial da advocacia pública.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Paula Cotrim de; GUEDES, Vânia Lisboa da Silveira. Informação e memória no âmbito da arquivologia e da ciência da informação. **LOGEION: Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 1-16, e-7128, jul./dez. 2024. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/7128>. Acesso em: 20 nov. 2025.

BARI, Valéria Aparecida; CORTES, Vanderléa Nóbrega Azevedo; FERREIRA, Shirley dos Santos. Storytelling e a construção discursiva de narrativas de memória: uma metodologia integrada para gestão do conhecimento nas organizações. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v.34, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/67914/41026>. Acesso em: 20 nov. 2025.

BUFREM, Leilah Santiago. Fundamentos teóricos da memória nas produções científicas da Ciência da Informação. **RACIn**, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 026-044, jan./jun. 2020. Disponível em: https://arquivologiauepb.com.br/racin/edicoes/v8_n1/racin_v8_n1_artigo02.pdf. Acesso em: 20 nov. 2025.

- COGO, Rodrigo. **As narrativas da memória na estratégia da comunicação**. São Paulo: ABERJE, 2016.
- CORTES, Vanderléa Nóbrega Azevedo. **Estruturação da memória organizacional por meio da gestão do conhecimento: entre o tácito e o explícito**. 2019. 160 f. Dissertação (Mestrado em Gestão da Informação e do Conhecimento) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.
- CRUZ, Lucia Santa. Estado da arte da pesquisa brasileira em comunicação sobre memória organizacional. **Comunicologia: Revista de Comunicação e Epistemologia da Universidade Católica de Brasília**, v. 6, n. 2, p. 113-144, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.31501/comunicologiaissn19812132.v6i2.5282>. Acesso em: 12 maio 2025.
- MAFEZOLLI, Elisiane; PRADO, Jorge Moisés Kroll do. Os lugares de memória na produção científica da ciência da informação. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 17, e023030, 2023. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/14330>. Acesso em: 20 nov. 2025.
- MANGAN, Patrícia Kayser Vargas. Construção de memórias digitais virtuais no ciberespaço. In: FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos; LOPES, Cícero Galeno; BERNARND, Zilá (org.). **Patrimônios memoriais: identidades, práticas sociais e cibercultura**. Porto Alegre: Movimento, 2010. p. 170-184.
- MASSONI, Luís Fernando Herbert; MILANI, Luciana; MORIGI, Valdir José. Virtualização da memória na ciência da informação brasileira. **Informação & Informação**, Londrina, v. 25, n.2, p. 100-123, abr./jun. 2020. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/38366>. Acesso em: 20 jun. 2025.
- OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg; CASTRO, Raissa Mota. A Memória da ciência da informação: uma análise da produção científica brasileira. In: OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg (org.). **Memória: interfaces no campo da informação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017. p. 78-108.
- RIBEIRO, Leila; DODEBEI, Vera; ORRICO, Evelyn. Memórias afetivas: como lembrar e representar a informação. In: RIBEIRO, Leila; DODEBEI, Vera; ORRICO, Evelyn; DOYLE, Andréa. **Os sentidos da memória**. Florianópolis, SC: Rocha, 2025.
- SANTOS, Juliana Cardoso dos; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Memória institucional e memória organizacional: faces de uma mesma moeda. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 26, n. 3, p. 208-235, set. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/36235>. Acesso em: 15 ago. 2025.
- SCOTT, William Richard. **Institutions and organizations: ideas, interests, and identities**. 4. ed. Califórnia, EUA: Sage Publications, Inc, 2013. 360 p.
- SILVA, Igor Oliveira da; MARTINS, Gracy Kelli. Apropriação da memória pela Ciência da Informação e o papel legitimador das Instituições de Memória. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 2, e-109562, abr./jun. 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/109562/66213>. Acesso em: 20 nov. 2025.
- THIESEN, Icléia. **Memória institucional**. João Pessoa, PB: Editora da UFPB, 2013.

THIESEN, Icléia. Memória institucional: elementos constitutivos de sua (re)configuração. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 23. **Anais [...]**, Aracaju, SE: Universidade Federal de Sergipe, 2024. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/257712>. Acesso em: 15 nov. 2025.

STORYTELLING AND INSTITUTIONAL MEMORY MANAGEMENT: NARRATIVES, BELONGING, AND PROSPECTIVE EFFECTS AT THE PROCURADORIA DA UNIÃO EM SERGIPE

ABSTRACT

The article analyzes storytelling as a methodology applied to institutional memory management, based on an intervention carried out at the Union Attorney's Office in Sergipe (PU/SE), a unit linked to the Office of the Attorney General of Brazil. The objective is to identify its impacts and prospective effects on the consolidation of memory preservation practices. Framed within the field of Information Science, the study examines how the collection and systematization of memory narratives contributed to the preservation of institutional identity and the improvement of memory management practices. The investigation articulates the concepts of organizational memory and institutional memory, examining how narratives, in their temporal and informational dimensions, support memory-building processes within organizations. It is grounded in contemporary studies of organizational storytelling and in the conceptual foundations of memory in Information Science, in dialogue with the French theoretical tradition, which understands the emergence of lieux de mémoire as a social, identity-based phenomenon and a means of safeguarding collective memory. Methodologically, this is a qualitative, exploratory, and interventionist study, based on testimonies and accounts that shaped the architecture of organizational storytelling. The study concludes that storytelling constitutes a method of mediation and governance of memory, by articulating symbolic and pragmatic dimensions, and can foster bonds of belonging, strengthen institutional identity, preserve tacit knowledge, and enhance the value of organizational history.

Keywords: storytelling. Institutional memory. Narratives. Memory management. Organizational identity.

CAPÍTULO XXVII

ENTRE O PASSADO E O FUTURO: MEMÓRIA ORGANIZACIONAL E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO CONTEXTO EDUCACIONAL

Amanda Gabrielly Soares de Souza ¹
Antonio Reinaldo Silva Neto ²

RESUMO

Este artigo investiga a memória organizacional (MO) em instituições educacionais de Pernambuco, analisando sua estruturação e as possibilidades abertas pela integração da inteligência artificial (IA). A MO, entendida como recurso estratégico para guiar decisões e sustentar a inovação, é revisitada no contexto da IA, que promete maior dinamismo na recuperação e atualização do conhecimento. O estudo, de caráter descritivo, utilizou um questionário estruturado com 37 respondentes. Os resultados revelam um paradoxo: embora haja ampla percepção da importância da MO, sua prática é fragilizada por dificuldades de acesso às informações. A IA é reconhecida como potencial facilitadora, mas seu uso efetivo é incipiente, prevalecendo uma distância entre expectativa e prática. Conclui-se que a consolidação da MO requer não apenas tecnologia, mas, fundamentalmente, engajamento humano, processos e políticas institucionais.

Palavras-chave: Memória organizacional. Inteligência artificial. Instituições educacionais.

1. INTRODUÇÃO

A noção de memória, antes restrita às análises filosóficas ou psicológicas individuais, foi incorporada ao campo dos estudos organizacionais a partir da década de 1980 (Hedberg, 1981; Walsh; Ungson, 1991), tornando-se um elemento-chave para compreender como as organizações preservam, transmitem e utilizam conhecimentos acumulados.

Em termos gerais, a memória organizacional pode ser compreendida como o conjunto de informações, experiências e aprendizados acumulados por uma instituição, que são armazenados em múltiplos repositórios formais e informais, e posteriormente mobilizados para orientar práticas e decisões (Hedberg, 1981; Walsh; Ungson, 1991; Stein, 1995; Davenport; Prusak, 1998; Lehner; Maier, 2000; Langenmayr, 2016; Justo, 2018; Balikçi, 2020; Perez, 2022). Essa memória não se reduz a arquivos ou bancos de dados, mas envolve também dimensões tácitas, culturais, sociais e políticas (Costa, 2011; Ramos, 2011), expressando-se tanto em normas, relatórios e sistemas tecnológicos quanto em rotinas, narrativas e práticas compartilhadas.

No atual contexto, marcado pela emergência da inteligência artificial (IA) como tecnologia disruptiva, o debate sobre a memória organizacional assume novos contornos. Se, por um lado, a

¹ Administração – DCA/CCSA/UFPE, Recife, Brasil. amanda.agss@ufpe.br @ufpe.br.

² Programa de Pós-Graduação em Administração – PROPAD/DCA/CCSA/UFPE, Recife, Brasil. antonio.silvaneto@ufpe.br.

tecnologia da informação já havia transformado as formas de registro e circulação do conhecimento (Koenig, 2002; Makinen, 2004), por outro, a IA promete inaugurar um novo patamar, caracterizado pela automação da captura de dados, pela recuperação inteligente de informações e pela possibilidade de atualização contínua e em tempo real (Damian, 2024).

Essa transição, contudo, não é apenas técnica, visto que envolve também aspectos culturais e estratégicos. A MO, entendida como um recurso vivo e pulsante (Stein; Zwass, 1995; Langenmayr, 2016), depende da ação humana, do engajamento institucional e da capacidade de seleção e interpretação sobre o que deve ser lembrado e o que pode ser esquecido (Rowlinson et al., 2010). É nesse ponto que se insere o desafio contemporâneo, que busca compreender como a IA pode ser incorporada de forma efetiva à arquitetura da memória organizacional, sem perder de vista seu caráter social, coletivo e político.

Assim, a relevância deste estudo reside justamente na necessidade de compreender como essa sinergia entre MO e IA se manifesta no contexto educacional. As instituições de ensino produzem continuamente conhecimento, mas frequentemente enfrentam dificuldades em preservá-lo e organizá-lo (Oliveira, 2023), o que pode comprometer a continuidade das políticas institucionais e o aproveitamento das experiências acumuladas. Com a chegada da inteligência artificial, surge a promessa de superar tais lacunas, mas pouco se sabe, na prática, sobre como essas tecnologias têm sido aplicadas no contexto educacional para dinamizar a memória organizacional.

Neste sentido, a questão de pesquisa que norteia este trabalho é: como as instituições de ensino localizadas em Pernambuco estruturam sua memória organizacional e quais são as percepções e possibilidades de incorporação da inteligência artificial como recurso de apoio e dinamização desse processo? Para responder a essa questão, o objetivo geral deste estudo é investigar a estrutura da memória organizacional e a percepção sobre a inteligência artificial em instituições de ensino do estado de Pernambuco.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Conceitos e fundamentos da memória organizacional

A MO é um campo de estudo que transpõe a noção de memória individual para a esfera coletiva e institucional. A literatura seminal define a MO como o conjunto de informações, experiências e aprendizados acumulados por uma organização, que são armazenados em múltiplos repositórios e mobilizados para orientar práticas de gestão e a tomada de decisão (Hedberg, 1981; Walsh; Ungson, 1991; Stein, 1995; Davenport; Prusak, 1998; Lehner; Maier, 2000; Langenmayr, 2016; Justo, 2018; Balikçi, 2020; Perez, 2022).

A memória organizacional transcende o mero acúmulo de arquivos, sendo compreendida por meio de um ciclo que envolve as fases de aquisição, retenção, manutenção e recuperação (Stein, 1995; Stein; Zwass, 1995). A eficácia da MO depende da capacidade da organização de manter os registros acessíveis e aplicáveis em momentos oportunos.

Além da dimensão técnica, a MO possui um caráter intrinsecamente social, cultural e político (Halbwachs, 1990; Ramos; Lavina, 2014; Costa, 2011). Os repositórios da MO não se restringem a bases de dados formais, mas incluem a cultura organizacional, as estruturas, as rotinas e as narrativas coletivas (Walsh; Ungson, 1991; Rowlinson et al., 2010). A memória, neste sentido, é política, pois decidir o que lembrar ou esquecer envolve disputas de poder e legitimação institucional.

2.2. Memória organizacional em instituições de ensino

Apesar da amplitude da literatura, grande parte dos estudos sobre MO concentra-se em organizações empresariais. As instituições educacionais, no entanto, possuem características singulares que tornam o estudo da MO neste contexto particularmente relevante (Carvalho; Ferreira, 2014).

As instituições de ensino são produtoras contínuas de conhecimento, mas frequentemente enfrentam o desafio da dispersão e da pouca acessibilidade de seus registros. A alta rotatividade de gestores e servidores, especialmente em instituições públicas (Dror, 1994), intensificam o risco de perda de memória institucional e de descontinuidade administrativa.

A integração da IA ao gerenciamento da memória em organizações desta natureza pode, portanto, democratizar o acesso a registros históricos, facilitar a circulação do conhecimento e apoiar a aprendizagem organizacional. Tal sinergia constitui uma estratégia fundamental para a melhoria da gestão do conhecimento e a qualificação dos resultados organizacionais no setor educacional.

3. MÉTODO

O presente estudo foi conduzido como uma pesquisa de campo de natureza descritiva, utilizando um delineamento de método quantitativo. Esta estratégia se mostrou apropriada, pois possibilitou a captação de frequências e distribuições estatísticas. Já em que pese tratar da escolha pela classificação descritiva (Vergara, 2007; Gil, 2008) esta é justificada por ter como finalidade principal a descrição das características e percepções de uma população sobre um fenômeno específico, sem o objetivo de estabelecer relações causais ou inferir sobre a totalidade populacional. Este enquadramento é reforçado pela natureza da amostra, cujos resultados se limitam à descrição do grupo de respondentes.

O instrumento de coleta foi um questionário estruturado, desenvolvido na plataforma Google Forms®. Sua elaboração partiu da literatura especializada sobre memória organizacional (Walsh; Ungson, 1991; Stein, 1995; Costa, 2011; Ramos; Lavina, 2014) e sobre a utilização da inteligência artificial como apoio à gestão do conhecimento (Alstete; Meyer, 2020; Damian, 2024). As questões foram cuidadosamente delineadas para mapear as dimensões conceituais da MO (configuração, uso de tecnologias e barreiras) e a percepção da IA, garantindo o embasamento teórico de cada pergunta. O formulário foi pré-testado com três especialistas acadêmicos vinculados ao grupo de pesquisa onde o estudo foi conduzido.

A população de interesse consistiu em membros atuantes em instituições de ensino, incluindo gestores, docentes (professores) e técnicos administrativos de escolas municipais e estaduais, além de universidades públicas e privadas, localizadas no estado de Pernambuco. A amostra foi obtida por conveniência, considerando a acessibilidade e a disponibilidade de participação. Ao todo, foram coletadas 37 respostas válidas no período de 12 de agosto a 7 de setembro de 2025. É importante destacar que, dada a natureza não probabilística e o reduzido tamanho da amostra, os resultados obtidos limitam-se à descrição da percepção deste grupo de respondentes.

Para a realização da análise dos dados fez-se uso da estatística descritiva. Esta técnica foi usada de modo a possibilitar a verificação de frequências, porcentagens e medidas de tendência central, conforme recomendado por Hair Jr. et al. (2005). Esta abordagem permitiu traçar um panorama geral sobre as práticas de MO e a percepção da IA como recurso de apoio.

Esse arranjo metodológico favoreceu a identificação de tendências gerais ao mesmo tempo em que proporcionou a compreensão de reflexões particulares dos sujeitos, ampliando a consistência interpretativa do estudo.

4. RESULTADOS

4.1. Perfil dos respondentes

A amostra do estudo foi composta por 37 respondentes, incluindo docentes, técnicos administrativos e gestores de escolas e universidades localizadas em Pernambuco. Essa diversidade de papéis (docentes, técnicos e gestores) na amostra permite captar percepções de diferentes pontos de vista dentro do ambiente educacional. O perfil dos participantes é fundamental para a análise, pois suas respostas refletem as experiências em suas respectivas funções, seja na ponta da produção e compartilhamento de conhecimento (docentes e discentes) ou na gestão e manutenção dos sistemas (gestores e técnicos administrativos).

4.2. Entre a percepção de necessidade e o real uso da informação organizacional

Os resultados indicam que a quase totalidade dos respondentes (91,9%) acreditam que a organização deve estruturar adequadamente suas informações e registros históricos. Essa alta concordância demonstra uma percepção coletiva da necessidade de que a memória organizacional cumpra uma função primordial no seio organizacional. A literatura endossa que a MO se constitui como um patrimônio importante para as organizações, capaz de sustentar decisões futuras (Walsh; Ungson, 1991) e que seu valor reside em possibilitar a mobilização desses registros em processos de aprendizagem e inovação (Huber, 1991; Davenport; Prusak, 1998).

A constatação de que os participantes (gestores, docentes e técnicos) reconhecem a relevância da estruturação sugere que, em termos conceituais, o público pesquisado compreende a importância da MO para as organizações.

Neste mesmo caminho, um dado expressivo (86,5% do total) é que a maioria dos respondentes declarou já ter precisado recorrer a informações antigas, como atas, relatórios ou documentos normativos, em suas atividades, sendo 27% frequentemente e 59,5% às vezes.

Estes resultados confirmam a tese de Stein (1995) de que a memória organizacional é continuamente convocada para orientar a ação no presente. Entretanto, ao serem questionados sobre a facilidade de acesso a tais informações, a grande maioria apontou obstáculos, indicando que o ciclo da memória apresenta fragilidades na fase de recuperação.

Este resultado indica uma memória fragmentada, na qual registros existem, mas não se encontram sistematizados de modo a serem acessíveis quando necessários. Essa constatação dialoga com a crítica feita por Rowlinson et al. (2010), para quem a memória organizacional não pode ser reduzida ao mero acúmulo de arquivos, pois seu valor reside na capacidade de ser acionada, reinterpretada e aplicada. A dificuldade de acesso, portanto, evidencia um *déficit* de governança da memória organizacional, comprometendo sua função estratégica.

4.3. Modelos de gestão informacional: práticas fragmentadas

Os dados revelaram uma heterogeneidade e fragmentação em relação à existência de modelos de gestão informacional. Os resultados apontam que, enquanto 24,3% dos participantes afirmam que o modelo existe e é utilizado na prática, 21,6% indicam que ele existe, mas não é utilizado. Ainda, há 37,8% dos respondentes que não souberam informar sobre a existência de um modelo formal.

Essa diversidade de respostas reforça a ideia de que a memória organizacional não é homogênea, mas se distribui em diferentes repositórios, formais e informais (Walsh; Ungson, 1991).

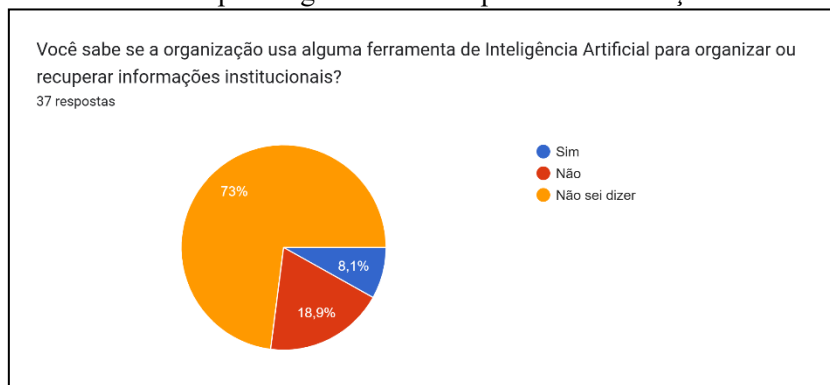
Porém, a ausência de padronização, ou a não utilização de um modelo, fragmenta a MO, enfraquecendo sua capacidade de orientar decisões estratégicas.

Além disso, como observa Ramos (2011), a memória também envolve disputas de poder sobre o que deve ou não ser lembrado. Assim, a gestão da memória, para ser efetiva, precisa ultrapassar o nível operacional e tornar-se parte do planejamento estratégico da organização (Damian, 2024).

4.4. Inteligência Artificial: potencial reconhecido e uso incipiente

No que toca à inteligência artificial, o gráfico 1 mostra que a grande maioria dos respondentes (73%) declarou não saber se suas instituições utilizam alguma ferramenta de IA para organizar ou recuperar informações institucionais.

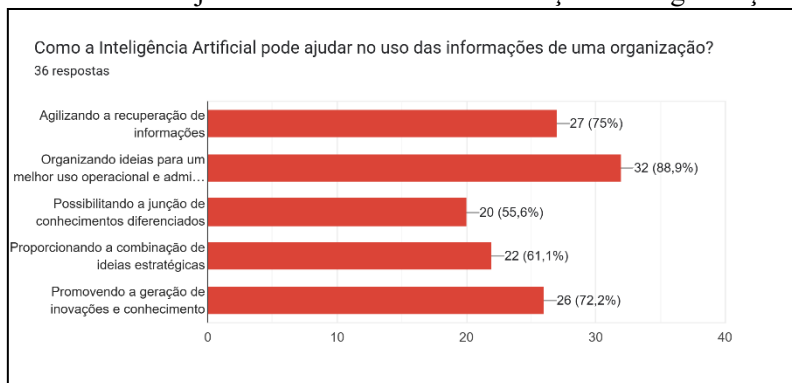
Gráfico 1 - Uso de IA para organizar ou recuperar as informações da instituição.



Fonte: esta pesquisa (2025).

Apesar do alto grau de desconhecimento sobre o uso real, quando questionados sobre o potencial da tecnologia, prevaleceu a percepção de que a IA poderia contribuir significativamente, sobretudo organizando ideias (88,9%) e agilizando a recuperação de informações (75%), conforme disposto no gráfico 2.

Gráfico 2 - A ajuda da IA no uso das informações da organização.



Fonte: esta pesquisa (2025).

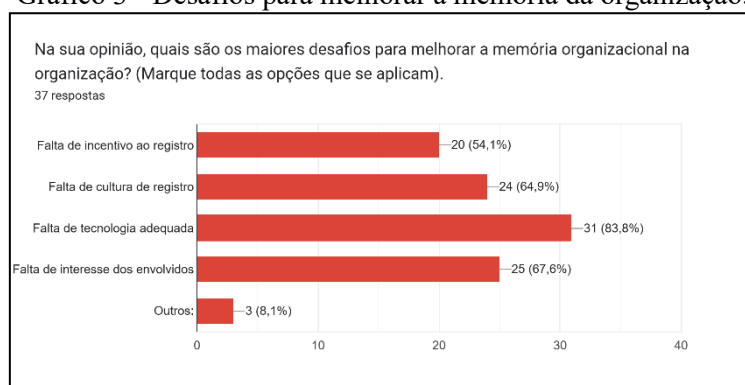
Essa disparidade entre o desconhecimento do uso prático e a alta expectativa sobre o potencial revela que a IA ocupa, no imaginário organizacional, um lugar mais projetivo do que concreto. A IA

é percebida como uma solução tecnológica potencial para os problemas atuais da memória, como as dificuldades de acesso e fragmentação. No entanto, como alertam Stein (1995), Ramos (2011) e Langenmayr (2016), a memória não é apenas técnica, mas também cultural, social e política. Logo, a IA pode ser um facilitador, mas não substitui o engajamento humano nem resolve a ausência de uma cultura de registro.

4.5. Desafios da memória organizacional: o vislumbre da IA

Os participantes foram indagados a respeito de quais são os maiores desafios para melhorar a memória da organização. Os resultados estão expostos no gráfico 3.

Gráfico 3 - Desafios para melhorar a memória da organização.



Fonte: esta pesquisa (2025).

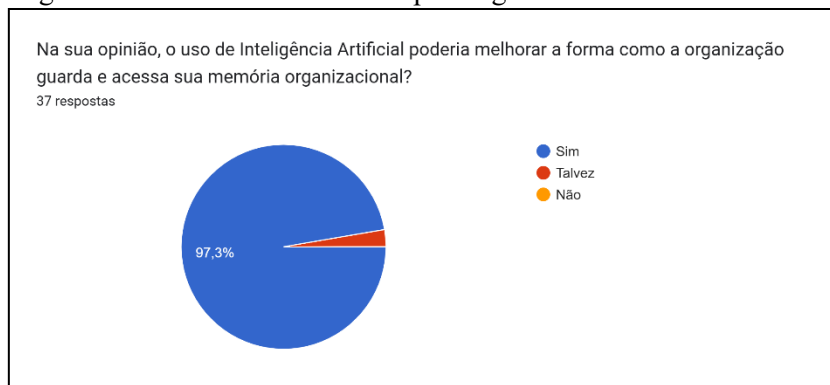
Assim, percebe-se que os maiores desafios apontados para a melhoria da memória organizacional foram a falta de tecnologia adequada (83,8%), seguida pela falta de interesse dos envolvidos (67,6%) e pela falta de cultura de registro (64,9%).

Esses obstáculos corroboram a visão de Stein (1995) de que a memória é mais do que armazenamento, pois exige manutenção contínua, apoio institucional e engajamento humano. A ausência de incentivo e de cultura de registro pode ser interpretada não apenas como desorganização, mas também como falta de clareza estratégica sobre que aspectos da experiência organizacional merecem ser lembrados (Ramos, 2011).

Em suma, os resultados revelam um cenário paradoxal, onde existe consciência sobre a importância da memória organizacional, mas sua prática efetiva permanece fragilizada por barreiras culturais, organizacionais e tecnológicas.

Por último, os participantes foram questionados sobre a possível melhora da organização, guarda e acesso da MO a partir do uso da IA. Assim sendo, conforme pode-se observar no gráfico 4, a IA aparece como uma promessa de melhoria, sendo apontada por 97,3% dos respondentes como algo que poderia melhorar a forma como a organização guarda e acessa sua memória.

Gráfico 4 - Inteligência artificial como melhoria para a guarda e acesso da memória organizacional.



Fonte: esta pesquisa (2025).

Portanto, os resultados corroboram a concepção de que a memória organizacional é um ativo vivo e pulsante (Stein, 1995; Langenmayr, 2016), mas cuja vitalidade depende tanto de estruturas técnicas quanto de práticas culturais e políticas. Assim, o presente estudo consegue expor que para avançar, as organizações precisam reconhecer que a memória não é um luxo acadêmico, mas sim um recurso estratégico, que sustenta decisões, orienta ações, preserva identidades e projeta futuros.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou investigar como as instituições educacionais de Pernambuco estruturam sua MO e explorou as percepções sobre a integração da IA como recurso de apoio. Os achados revelaram que a organização deve estruturar adequadamente suas informações e registros históricos, no entanto o acesso às informações antigas é frequentemente dificultado, indicando uma memória fragmentada e pouco sistematizada.

No que tange à tecnologia, a IA é amplamente percebida como potencial facilitadora do armazenamento, recuperação e uso de informações. Contudo, sua presença efetiva nas instituições investigadas mostrou-se incipiente ou inexistente, prevalecendo uma distância entre a expectativa e a prática. Essa constatação reforça a conclusão de que a tecnologia, isoladamente, não garante a efetividade da memória, que depende crucialmente do engajamento humano, da cultura institucional e de políticas claras de registro e esquecimento. A IA pode alavancar e potencializar a MO, mas os processos e as práticas organizacionais continuam sendo indispensáveis.

Do ponto de vista teórico, o estudo contribui ao evidenciar a intersecção entre a MO e a IA em um contexto pouco explorado, que são as instituições educacionais. No âmbito prático, lança luz sobre desafios que comprometem a continuidade administrativa e a preservação da identidade institucional.

É necessário reconhecer as limitações da pesquisa. Neste sentido, é reconhecido que a amostra, por conveniência e restrita a 37 respondentes de um único estado, não permite generalizações estatísticas. Contudo, os resultados fornecem indícios valiosos, sugerindo que

pesquisas futuras devem ampliar o escopo e adotar métodos complementares, como entrevistas em profundidade ou estudos de caso, para se aprofundar nas práticas reais. Além disso, abre-se espaço para investigar a integração MO-IA como elemento estratégico capaz de moldar as práticas gerenciais.

Em síntese, a memória organizacional em instituições educacionais é um ativo reconhecido que carece de práticas consolidadas. O desafio reside em transformar a promessa da IA em prática efetiva, combinando tecnologia com a superação das barreiras culturais e a institucionalização de políticas de registro e incentivo. Esse movimento é essencial para que a MO se consolide como recurso estratégico voltado para sustentar o presente e projetar o futuro.

REFERÊNCIAS

- ALSTETE, J.; MEYER, J. P. The role of artificial intelligence in organizational memory and knowledge management. **Journal of Management and Organization**, v. 26, n. 6, p. 917-922, 2020.
- BALIKÇI, A. Analysis of Organizational Memory. *Chaos, Complexity and Leadership 2018: Explorations of Chaotic and Complexity Theory*, p. 249, 2020.
- CARVALHO, F. C.; FERREIRA, M. A. T. Memória organizacional: uma análise da produção científica nacional e internacional. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 4, n. 2, p. 154-170, 2014.
- COSTA, H. J. F. **A estrutura da memória organizacional: uma nova proposta**. 2011. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho (Portugal).
- DAMIAN, I. P. M. **Gestão do conhecimento e memória organizacional: atualização de pesquisas**. Palavra Clave, La Plata, v. 13, n. 2, e222, 2024.
- DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam seu capital intelectual**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- DROR, Y. La capacidad de gobernar: informe al Club de Roma. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1994.
- GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HAIR JR., J. F. et al. **Análise multivariada de dados**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HEDBERG, B. How organizations learn and unlearn. In: NYSTROM, P.; STARBUCK, W. (Org.) **Handbook of organization design**. Oxford: Oxford University, 1981. 3-27 p.
- JUSTO, J. **A relação entre a memória organizacional e o processo de sucessão em empresas familiares**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2018.
- KOENIG, M. E. D. The Third Stage Of KM Emer- Ges. **Kmworld**, V. 11, N. 3, Mar. 2002.

LANGENMAYR, F. Organisational memory as a function. The Construction of Past, Present and Future in Organisations. Wiesbaden: Springer, 2016.

LEHNER, F.; MAIER, R. K. How can organizational memory theories contribute to organizational memory systems?. **Information Systems Frontiers**, v. 2, p. 277-298, 2000.

MAKINEN, S. Organizational Memory: The Concept Analysis. Lappeenranta E Tampere, P. 71- 82, 2004. Disponível em: <[Http://Www2.Lut.Fi/Ickm/Final_Publish_2.6.Pdf](http://Www2.Lut.Fi/Ickm/Final_Publish_2.6.Pdf)>. Acesso em: 13 set. 2025.

PEREZ, G. **A contribuição dos sistemas de informação para a saúde da memória organizacional: estudo com foco na visão baseada na atenção**. 2022. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

RAMOS, I. Organizational memory: a neuroscience-based comprehensive model. In: 7th **Organization Science Winter Conference (OSWC-XVII) on Organizational Memory**. 2011. p. 10-13.

RAMOS, I.; LAVINA, L. Organizational Memory: a preliminary model based on insights from neuroscience. **Transfer and Management of Knowledge**, p. 167-205, 2014.

ROWLINSON, M.; BOOTH, C.; CLARK, P.; DELAHAYE, A.; PROCTER, S. Social remembering and organizational memory. **Organization studies**, v. 31, n. 1, p. 69-87, 2010..

STEIN, E. W. Organization memory: Review of concepts and recommendations for management. **International journal of information management**, v. 15, n. 1, p. 17-32, 1995.

STEIN, E. W.; ZWASS, V. Actualizing organizational memory with information systems. **Information systems research**, v. 6, n. 2, p. 85-117, 1995.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

WALSH, J. P.; UNGSON, G. R. Organizational memory. **The Academy of Management Review**, v. 16, n. 1, p. 57-91, 1991.

BETWEEN THE PAST AND THE FUTURE: ORGANIZATIONAL MEMORY AND ARTIFICIAL INTELLIGENCE IN THE EDUCATIONAL CONTEXT

ABSTRACT

This article investigates organizational memory (OM) in educational institutions in Pernambuco, analyzing its structure and the possibilities opened up by the integration of artificial intelligence (AI). OM, understood as a strategic resource for guiding decisions and sustaining innovation, is revisited in the context of AI, which promises greater dynamism in knowledge retrieval and updating. The descriptive study used a structured questionnaire with 37 respondents. The results reveal a paradox: although there is broad awareness of the importance of OM, its practice is weakened by difficulties in accessing information. AI is recognized as a potential facilitator, but its effective use is incipient, with a gap between expectations and practice. The conclusion is that the consolidation of OM requires not only technology but, fundamentally, human engagement, processes, and institutional policies.

Keywords: Organizational memory. Artificial intelligence. Educational institutions.

CAPÍTULO XXVIII

O LUGAR DA MEMÓRIA E OS LUGARES DE MEMÓRIA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS E FÚNEBRES EM NOVA PALMEIRA-PB

Olindina Ticiane Sousa de Araújo ¹

RESUMO

O presente texto tem por finalidade mapear e analisar os locais destinados à representação da memória e os lugares de memória construídos nos espaços públicos e nos territórios da morte, tendo como recorte espacial Nova Palmeira, cidade pequena localizada no interior da Paraíba. Além disso, objetiva-se analisar como a ausência de monumentos comemorativos em espaços de movimento livre e público, a exemplo de praças e repartições de circulação popular, pode revelar e acelerar a perda de memória coletiva de uma sociedade. Sendo representados por esculturas, estátuas e marcos, os sintomas de pertencimento e identidade local podem surgir entre os habitantes a partir da intervenção desses objetos, fazendo as pessoas lembrarem do passado. Por outro lado, ainda que os monumentos celebrativos não sejam edificadas, outros tipos de monumentos irão existir com a intenção de fazer lembrar: as construções fúnebres nos espaços da morte. Os monumentos fúnebres são um tipo de manifestação cultural que tem o desejo de memória como principal exaltação. Portanto, o texto se constrói a partir da perspectiva qualitativa, por intermédio das observações de campo como ferramenta metodológica, cujos principais eixos conceituais norteadores irão de encontro com os seguintes autores, a saber: Maurice Halbwachs (1990), pensando memória coletiva; Joel Candau (2012), no exercício de problematizar memória e identidade; Pierre Nora (1993) para investigar o lugar da memória e os lugares de memória nos espaços da morte.

Palavras-chave: Memória. Lugares de Memória. Monumentos. Espaços fúnebres. Nova Palmeira.

1. INTRODUÇÃO

Este texto fala sobre espaços de uso coletivo com e sem a presença de suportes exteriores de memória. Assim, como, de lugares de memória que foram construídos com esta finalidade nítida.

Os exemplos a serem mencionados tem o recorte espacial de uma cidade pequena no interior da Paraíba: Nova Palmeira. Ela foi necessária para exemplificar as particularidades de um lugar distante dos grandes centros urbanos, quando dada a função para problematizar o lugar da memória e os lugares de memória edificadas pelos seus agentes históricos.

Os resultados que acompanharam as discussões tiveram por método qualitativo, com a intenção de estabelecer interpretações e análises acerca das práticas e comportamentos, não os quantificando. Assim, as observações de campo, como caminho metodológico aplicado, sustentaram o campo das indagações necessárias.

Por referências teóricas e conceituais, aplicou-se Maurice Halbwachs (1990), pensando memória coletiva; Joel Candau (2012), no exercício de problematizar memória e identidade; Pierre

¹ Graduada em licenciatura em história pela Universidade Estadual da Paraíba. Especialista em estudos de história local pela Universidade Estadual da Paraíba. Mestranda em história e cidades pelo PPGH da Universidade Federal de Campina Grande.

Nora (1993), para investigar o lugar da memória e os lugares de memória nos espaços de interação humana, além de outros autores que se anunciam ao longo do texto.

Por fim, a escrita se divide em dois momentos. O primeiro intitulado *A problemática dos espaços públicos sem memória* e o segundo *O lugar da memória e dos lugares de memória em Nova Palmeira*.

2. A PROBLEMÁTICA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS SEM MEMÓRIA

Memória: capacidade de armazenar e lembrar o passado. Diante da definição básica, é possível ir além dessa compreensão, já que a condição de memorizar e recuperar experiências vividas são ameaçadas pela incapacidade de retomada integral do passado. No entanto, a memória seria uma reconstrução permanente do passado por ser “[...] um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente.” (Nora, 1993, p. 9), sendo mais bem compreendida como enquadramento, em vez de aceita enquanto um conteúdo engessado e sem saída.

A história, como escrita do passado, ao tomar a memória para si, condiciona a ela a função de testemunhar sobre os acontecimentos. Por essa via, se observa o papel atribuído à memória como “portal” de retomada ao passado por meio dos fragmentos dessa memória vividos coletivamente e que interessam a um grupo social, por ser interpretada como “geradora” de identidade. “De fato, memória e identidade se entrecruzam indissociáveis, se reforçam mutuamente desde o momento de sua emergência até sua inevitável dissolução” (Candau, 2012, p. 19). Portanto, a perda de memória acarreta na ausência de identidade.

Além disso, ainda de acordo com Candau (2012), a memória também pode perturbar, ameaçar e comprometer o sentimento de identidade de um grupo, quando passada a revelar lembranças indesejadas, desconhecidas ou grosseiramente manipuladas, posto que nesse jogo da memória, a identidade é feita por esquecimentos e lembranças. Por lembrança, pondera Nora: “É uma memória registradora, que delega ao arquivo o cuidado de se lembrar por ela e desacelera os sinais onde ela se deposita [...]” (1993, p. 15). Logo, a lembrança seleciona o que deve ou não ser recordado e o esquecimento se constitui como um ato de sobrevivência.

Já a memória organizada e forte é fundamentada a partir do conjunto de indivíduos que possuem a identidade coletiva bem estabelecida sobre critérios de aceitabilidade e credibilidade, e, como lembrada por Candau (2012), quanto menor o grupo, mais fácil de reconhecê-la.

Dito assim, a imperícia do esquecer parece ser mais recorrente em uma cidade grande, certamente em decorrência da agitação da vida e do pouco contado entre as pessoas, tornando essas memórias fragilizadas. Nas cidades pequenas, as pessoas agem sob a comunidade, registrando todos os gestos e modificando o meio. Para Halbwachs (1990), a memória coletiva se transforma em um

parâmetro de comparações, avaliando, de forma natural, a permanência dos grupos e as mudanças ocasionadas no meio.

Quando lançada sob os espaços, principalmente de uso público, é delegada à memória a missão de evidenciar o passado dos acontecimentos, fazendo os sujeitos recordarem daqui que poderia ser definitivamente esquecido, já que os agentes históricos do tempo presente continuam a receber, em larga escala, os efeitos da aceleração da história sentidos desde os avanços da Revolução Industrial.

É bem verdade que a *vontade de memória* ou a intenção memorialística nos espaços apenas exista quando há a interação de dois fatores atuando de forma determinante e recíproca: a memória e a história, como ressaltado por Nora (1993). Na era contemporânea, sobretudo, as condutas políticas também se soma aos fatores deliberativos à vontade de memória, independente da dimensão socioespacial ocupada, mas pontuadas pelos interesses impostos a partir das relações de poder e de troca entre os sujeitos, definindo o que pode e deve ser mantido com uma espécie de memória coletiva.

Nas produções historiográficas, a memória é um recurso importante retido a partir da aplicação de metodologias que tem a história oral como via de acesso possível ao passado dos acontecimentos, visto que, “[...] o único meio de salvar tais lembranças, é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem” (Halbwachs, 1990, p. 80).

A memória e a história são caminhos operantes e estão intrinsicamente alinhados às mudanças, ao tempo, aos sujeitos e ao cotidiano. O passado se revela ao passo que a memória e a história se inter cruzam e dão sentido à fala, ao testemunho, sem abandonar os limites impostos pelas experiências de vida, as intencionalidades dos discursos, as lacunas e os conectivos admissíveis entre os relatos de memória e os acontecimentos.

Dito isso, ao pensar a memória a partir da necessidade de criação de suportes exteriores como referenciais de um passado, fazendo o exercício de percorrer as ruas de Nova Palmeira¹, consultando os espaços e as construções monumentais de seus habitantes, se percebe que o lugar pouco deu atenção, ao longo da formação de cidade, a conduta de anexar aos espaços públicos, a exemplo de praças e outras repartições, monumentos com a intenção de rememorar a história, seja nacional ou local, e homenagear pessoas por meio de estátuas ou esculturas para ressaltar a memória coletiva.

Para além do busto de Antônio Bezerra de Medeiros², na praça que recebeu o nome em homenagem, não se encontram outros monumentos dessa natureza espalhados pelos contornos do

¹ Cidade pequena situada no interior do estado da Paraíba com população estimada em menos de cinco mil habitantes, conforme o último censo de 2020.

² Reconhecido como um dos primeiros moradores e líder comunitário.

lugar. Logo, por monumento, se compreende a partir de Le Goff (1992, p. 95), como: “[...] um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação [...]”, cuja definição também se assemelha ao pensamento de Catroga (1999, p. 20), quando: “tudo aquilo que pode evocar o passado e perpetuar a recordação é um monumento”.

Ainda segundo Le Goff (1992), o monumento tende a assumir dois sentidos especializados, que interessa, aqui, consultar: um como obra comemorativa e outro como monumento funerário. Mas, é importante lembrar, adotando a compreensão dada por Choay (2006), que patrimônio histórico e monumento histórico são explicações divergentes e ambas não são sinônimo. Pode-se dizer que os monumentos históricos são “comemorativos”, embora também possam ser reconhecidos como patrimônios.

Imagem 1- Frente do busto na praça **Imagem 2-** Outro ângulo do busto



Fonte: registros da autora, em 11 de dez. 2024. Busto de Antônio Bezerra de Medeiros na praça principal.

Contudo, a cidade de Nova Palmeira não adotou a presença de monumentos como obras comemorativas, entendida a partir de Le Goff (1992). A ausência de vontade de memória sobre os acontecimentos de teor histórico¹ local ou em recortes maiores se mantêm na escassez da materialidade dos bens monumentais comemorativos não visíveis nesses percursos do urbano e que poderiam ser interpretados como suportes exteriores de memória, de acordo com Pierre Nora (1993).

¹ Mesmo que sejam assuntos que denotem uma abordagem tradicional na historiografia e não seja de interesse ressaltar os padrões de heroísmo, glória e importância de alguns sujeitos locais, torna-se oportuno lembrar-se dos nova-palmeirenses que foram pracinhas na Segunda Guerra Mundial, dos marcos divisores entre vila, distrito e cidade, além dos sujeitos que se destacaram na literatura e na política regional, por exemplo, mas que não tiveram o ganho de monumentos para representá-los.

De tal maneira, também não se nota a importância dessas manifestações como marcas de atuação de partidos políticos, gestões municipais ou de outros grupos da sociedade civil nova-palmeirense.

Ao contrário dessa realidade, outras cidades paraibanas¹ são estudadas pelos patrimônios monumentalizados e por suas influências na sociedade, levando em consideração a expressiva quantidade e a representatividade assumida, embora se tenha a compreensão dessas construções como manifestações pautadas em condutas patrióticas, familiares, políticos, machistas, ditatoriais, segregacionistas, dentre outros.

Por outro lado, também são interpretados como instrumentos significativos que podem representar e alargar, de maneira coerente e responsável, o lugar da memória, assim como o papel das memórias coletivas em um determinado local, ultrapassando barreiras do esquecimento histórico e evidenciando os usos da cultura histórica.

Segundo Candau (2012), não há uma busca de identidade sem memória. Logo, ao perceber essas lacunas de memória em um lugar, a partir da ausência de símbolos ou outras manifestações que representem ou traduzam o passado, se observa que a procura pelo memorial, ou seja, o que é memorável, parte, inicialmente, de um sentimento de identidade que é individual. As referências impostas pela memória de um acontecimento funcionam como parte de algo que compõe a identidade narrativa dos sujeitos e fortalecem o sentimento de pertencimento dentro do grupo.

De fato, ao voltar para o exemplo de Nova Palmeira, é possível estabelecer reflexões pertinentes acerca dessa aparente “despreocupação” históricas e celebrativa em demarcar os espaços públicos com a presença de monumentos, a exemplo de estátuas, esculturas ou marcos, na intenção de dar visibilidade às memórias que supostamente não deveriam ser esquecidas pelos moradores, e que acabam por serem silenciadas em virtude dessas ausências não edificadas, que nada podem dizer às gerações futuras sobre movimentos, lutas, pessoas, acontecimentos, etc., funcionando como um efeito (in)consciente e estimulador para acelerar o esquecimento histórico.

Por vezes, sabe-se que os suportes exteriores de memória, a exemplo dos museus, bibliotecas, arquivos e monumentos, em uma cidade ou comunidade setorial pode nunca existir, e isso acontece “Não é por má vontade, antipatia, repulsa ou indiferença que ela esqueça uma quantidade tão grande de acontecimentos e de figuras antigas. É porque os grupos que dela guardavam a lembrança desapareceram” (Halbwachs, 1990, p. 84).

Todavia, a existência de objetos que expressem uma memória coletiva na sociedade não é um atestado para a confirmação de uma busca memorial reconhecida de maneira integral. Mesmo que

¹ Tem-se, dentre outros, o trabalho de graduação em história de Aluska Karla Alves Bezerra (2011), intitulado Campina Grande como um “museu a céu aberto”: monumentos, memória e representações em disputa, cujo objetivo é problematizar a incorporação ou modificações causadas aos monumentos espalhados pela cidade, enquanto patrimônios culturais, e a maneira como os campinenses os reconhecem.

um grupo social possua marcos memoriais idênticos, a maneira como essas lembranças serão recordadas e compartilhadas terão conduções distintas mediante os níveis de significados e representações do passado.

Como exemplo, se existisse em alguma parte da cidade de Nova Palmeira um monumento dedicado aos pracinhas da Segunda Guerra Mundial, o tipo de lembrança que aquele objeto produziria nas pessoas seria diferente em vários graus, transitando em níveis de indiferença e lembranças, que poderiam ser até afetivas por parte dos familiares. Por outro lado, se fossem instalados monumentos que representassem o cotidiano, como marcos dos movimentos sociais liberados por mulheres, a vida rural, etc, faria mais sentido entre os sujeitos pela potencial de identificação com os símbolos.

A problemática dos espaços públicos sem a presença de instrumentos de memória- memória arquivística- se sobrepõe a uma série de constructos representativos que atribui à memória coletiva de um lugar o efeito difícil de reconhecimento e conexão, por mais que a *memória verdadeira*, segundo Nora (1993), assim como o esquecimento, exista e se manifeste de outras maneiras entre os seus, que não materialmente representativa. Nos espaços sem memória, as lembranças podem ser condicionadas as consequências do esquecimento com maior facilidade e rapidez, condicionando perdas identitárias para o grupo.

Certamente, nos espaços sem memória, e sem o trabalho de valorização da história local fortalecida por meio do ensino, os monumentos edificadas, com a intenção de fazer as pessoas lembrarem os acontecimentos, podem não existir ou desaparecer simbolicamente entre os olhares, se tornando construções irrelevantes.

Destarte, mesmo que os monumentos comemorativos não existam em quantidade significativa no espaço urbano de Nova Palmeira, os monumentos funerários (re)existem enquanto outra maneira de suporte exterior da memória construídos pela interação social de indivíduos que possuem crenças em comum, uma vez que a morte e a vida são atribuições do cotidiano e estão imersos no universo simbólico e alegórico das relações humanas experimentadas nesse território.

3. O LUGAR DA MEMÓRIA E OS LUGARES DE MEMÓRIA NOS ESPAÇOS FÚNEBRES EM NOVA PALMEIRA

Pelo viés da historiografia, os estudos da morte, do morto e do morrer ganharam visibilidade depois da década de 1960 com os avanços temáticos, de recortes e usos de fontes repensados pelas Escolas dos Annales. Dentre os nomes, Phillipe Ariès, com a obra intitulada *História da Morte no Ocidente* (1975), balizou uma importante virada no campo da historiografia. A abordagem feita à morte como instituição, fator médico ou de sensibilidade evoluiu ao ponto de oferecer à historiografia possibilidades de estudos e análises com as mais diversas abordagens.

François Hartog (1999, p. 161) disse certa vez: “Morte é símbolo de alteridade e intervêm na grande partilha, sempre recomeçada entre o mesmo e o outro; ela é o operador da diferença, ou seja, *‘diz-me como morres que eu te direi quem és’*”. (grifo nosso).

Na postura reflexiva de Hartog (1999), é possível saber que o pensamento exposto abarca o campo argumentativo referente à condução de atitudes e comportamento diante da morte em uma sociedade. “Diz-me como morres que eu te direi quem és” é mais que uma readaptação de um ditado popular, é a aplicação de uma concepção de mundo terreno em torno da intenção de memória à história de vida de quem um dia estivera vivo e isso se manifesta a partir da construção dos lugares de memória fúnebres.

Como chance de pensar o lugar da memória nos espaços da morte, vale salientar que as cruzes e capelas de estrada partem da conjectura de memória fecundada a partir de um lugar o qual o corpo do morto não habita e tais manifestações de crença coletiva se dão pela tragédia do acidente, dizendo ao outro “[...] *como morres*”. As práticas assumidas para a construção de memória nesses espaços fúnebres são heranças seculares, delineadas desde o mundo greco-romano e aperfeiçoadas com a conduta do cristianismo acerca das práticas mortuárias e de sepultamento no Ocidente.

Todavia, os espaços da memória nos lugares da morte se afirmam com intensidade no decorrer do século XIX, quando a monumentalização fúnebre ganhou expressões, em certo ponto artísticas, com a edificação de jazigos, mausoléus e outros símbolos tumulares.

A postura de monumento fúnebre se aplica as cruz e capelas de estrada como construções reveladoras de saberes, sentimentos e intenções de memória. Assim como os cemitérios, essas outras representações da morte são monumentos com expressão da modernidade e as visitas de vivos a esses ambientes acontecem com o propósito de estabelecer o encontro com *anamnese* (recordação).

Seja em forma de cruz e pela construção de uma capelinha, a morte é demarcada por essas edificações que ficam a margem das estradas, e podem ser compreendidas como sepulturas solitárias destinadas à memória e não ao corpo do morto, já que o corpo ali não jaz. Elas traduzem o tipo de organização social, as hierarquias e a marca da memória em cada lugar. Para Azevedo (2014, p. 44), trata-se de uma “Tradição que tem vigor até os dias de hoje. As cruzes que se encontram na beira da estrada servem de memória e história daquele que faleceu [...]”.

Como heranças enraizadas no subconsciente, tais expressões partem do mundo romano. Lembremos que os túmulos romanos eram construídos fora do espaço das cidades, e se situavam, geralmente, às margens das estradas. Diferente dos túmulos romanos nas estradas, as cruzes e capelas não são construídos para sepultar corpos, mas se apoiam no entendimento que não se pode esquecer-se dos mortos e a eles é preciso um lugar de memória para além das dimensões cemiteriais como um ritual para a boa morte daquele que não teve tempo de prepará-la.

Esses espaços construídos às margens das estradas se confundem com a vegetação seca em boa parte do ano e se destacam na paisagem por dois fatores: o primeiro percorre o imaginário coletivo em torno da morte entre os sertanejos, apropriando-se, inclusive, de práticas religiosas distintas do catolicismo para a manifestação de crenças, a exemplo de pedras deixadas como influência do judaísmo (cristãos novos); e segundo como referência de prova da existência terrena entre os vivos, posto que o lugar que o morto ocupa na memória coletiva está vinculado à condição de ter existido algum dia. Assim, de acordo com Candau, “A história pode vir a legitimar, mas a memória é fundadora” (2012, p. 132).

Nesses lugares da morte, a memória assume o trabalho de re-presentificação, agregada pelo conjunto de imagens e recordações, que foram sendo identificados por meio dos comportamentos inventados no presente. A memória aspirada nesses espaços é sempre uma leitura do passado e se dá a partir do momento em que a narrativa toma forma, reconhecimento, identificação, aceitação e credibilidade, onde a sua construção requer um referencial, sendo a referência da morte o fato para compor o já acontecido.

Emerge desses monumentos fúnebres de sepulturas isoladas e individuais, a narrativa memorial constituída pela participação do evocador de memórias, que tem a função de delegar importância àquela memória, e assim fazer a transmissão. Do ponto de vista de Candau, “[...] as mensagens transmitidas são inúmeras [...] e os “receptores” possuem uma margem de manobra muito maior que lhes irá permitir lembrar ou esquecer à sua maneira.” (2012, p. 125).

De fato, as temáticas da morte dialogam com a memória e o esquecimento em tamanha proporção, sendo até partes complementares e indissociáveis. Contudo, é o investimento simbólico visto nas cruzes e capelas de beira de estrada responsável pela expressão da lembrança. Nesses marcos da morte, observa a presença de objetos (terços, flores, fitas, imagens de santos), fotografias e mensagens. Se a morte é a não existência. Então, a presença da lembrança dar sentido de existência ao morto.

Imagem 3- Cruz de estrada no dia de finados **Imagem 4-** Pedras na cruz



Fonte: Registos da autora. Nova Palmeira-PB, 2017.

Apesar da presença de memória nesses lugares, esses monumentos fúnebres podem ser mais bem compreendidos como lugares de história, com a marca do pessoal e anônimo, expostas ao descuido e abandono, restando, às vezes, ruínas e a ausência da intenção memorialística. Por outro lado, essas construções discretas assumem as dimensões do campo material, simbólico e funcional, como ponderado por Nora (1993), e devem responder como lugares de memória se houver os efeitos dessas palavras coexistindo na mesma argumentação (material, simbólico e funcional), independente da sequência admitida ou do grau diverso que assumem no objeto.

Importante ressaltar que as cruzeiras e capelas de beira de estrada em Nova Palmeira, ou em qualquer outra parte do mundo, mesmo que presentes de forma isolada e distante umas das outras, compõem o campo da manifestação coletiva de memórias, e o simbólico se revela e se expressa com a intenção funcional não natural, mas adquirida de alicerçar memórias coletivas sobre o acontecimento que marcaram aquelas pessoas e o cessar da vida humana.

Dos muitos lugares de memória inventados pelos sujeitos como consequência da crise de esquecimento, o cemitério é, sem dúvidas, um dos mais expressivos. Além disso, a necrópole dos mortos tem a funcionalidade, dentre outras, de recusar a finitude humana e projetar um desejo de eternidade. Nela, a memória é habilitada a operar como um mecanismo passível de imortalização. Por isso, “[...] não existe mais um homem-memória, em si mesmo, mas um lugar de memória”. (Nora, 1993, p. 21).

Imagem 5- Cemitério Público Morada da Paz, Nova Palmeira.



Fonte: Registro da autora, em 11 de dez. 2024. Vista interna do cemitério.

Ao tomar como exemplo Nova Palmeira, o único cemitério da cidade possui dimensões ainda pequenas, isso se justifica pelos poucos enterramentos que aconteceram durante os anos e pela abertura de covas que são de uso familiar.

Nessa repartição da cidade, os elementos tumulares, ou melhor, os monumentos fúnebres são construídos a partir da narrativa, dos sentidos e da forma como os indivíduos serão lembrados/celebrados. Covas modestas são ornadas por flores e plantas naturais. Às vezes, decoradas com flores e grinaldas de plástico. Outras vivem sem decoração. Os túmulos em materiais perenes são mais atuais. As zeladoras das covas, que regam e plantam beldroegas e mudas de saudades nas moradias dos mortos, cuidam desses espaços a pedido das famílias e recebem uma pequena remuneração pelos serviços.

A memória eleva-se do cemitério como uma perpetuação da recordação dos vivos e uma ação protestante contra o esquecimento. Os símbolos fúnebres também assumem o papel de notificar os lembrados e esquecidos, os vistos e os invisíveis naquele ambiente. Assim, a memória ali é carregada de sentidos, práticas culturais e concepções políticas, pois é “O lugar que lhes foi então reservado e em torno do qual se elaborou uma rede de gestos, práticas e rituais coletivos [...]” (Vovelle, 1997, p. 349).

Os cemitérios são lugares que guardam os restos, não só do corpo humano, mas os que condizem ao tempo, as mentalidades, a história que um dia foi vivida. A principal função é fazer a memória permanecer de alguma maneira, sendo promovida pelos rituais.

Por fim, como a memória não é um processo natural, de acordo com Nora (1993), os rituais presentes nesse lugar de memória se mantém, posto que a ausência da memória espontânea é real. O Cemitério Público Morada da Paz¹ é material uma vez que é visto, tocável, construído; é simbólico

¹ Nome atribuído ao cemitério público de Nova Palmeira através da Lei nº 001/2001, de 6 de abril.

porque revela a memória coletiva e a intenção é exaltá-la; e funcional pela condição de embasar essas memórias, dando a emissão da vontade de memória alicerçada pelos praticantes. O cemitério é lugar de história e de memória em igual proporção.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No século XIX, os lugares dos mortos foi um ambiente utilizado, em grandes proporções, pela instalação de monumentos construídos para homenagear sujeitos ilustres e com destinos heroicos, emitindo uma memória de orgulho. Depois, como lembrado por Vovelle (1997, p. 355), “[...] ali se operou mais o recesso familiar, quando os monumentos, dele afastando, passaram a se instalar nas praças públicas”. Essa relação de transferência do monumento apontada pelo autor não pode ser percebida em Nova Palmeira, já que nas praças, por exemplo, não existe a presença significativa desses aparelhos comemorativos.

Contudo, por intermédio das observações de campo, se buscou saber a maneira como a memória e os tipos de memória foram construídos em torno da história nacional ou local presentes naquele lugar, além de identificar a constituição dos lugares de memória a partir das características e intenções memorialísticas.

Tomou-se por norte a possibilidade de problematizar os monumentos comemorativos como um recurso de caráter cívico-educativo. Mas, a cidade não adotou a instauração dessas construções nas repartições de circulação, visibilidade e sociabilidades intensificadas como as praças.

Por outro lado, sabe-se que a construção de memória continua de maneira expressiva nos espaços da morte, integram as experiências, o cotidiano, as memórias e as representações culturais, religiosas e de concepção do mundo.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Luana Barros de. **Uma Cruz na Beira do Caminho**: o imaginário jardinense sobre as cruzeiras de uma estrada. Caicó, RN, 2014. Monografia (Graduação em história). Universidade Federal do Rio Grande do Norte-CERES, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/36649> Acesso em: 14 dez. 2024.

CATROGA, F. **O céu da memória**: cemitério romântico e memória. Coimbra: Minerva, 1999.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. 5ª ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. Tradução de Maria Leticia Ferreira. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, SP: Revista dos tribunais, 1990. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005834/mod_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf Acesso em: 23 nov. 2024.

HARTOG, François. **O Espelho de Heródoto**: ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LE GOFF, Jaques. Monumento/Documento. In: **História e memória**. Tradução: Suzana Ferreira Borges. 2ª ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1992.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

VOVELLE, Michel. Imagens e Imaginários na História. In: **Lugares e ritos fúnebres desde o século XIX até os nossos dias**. São Paulo: Ática, 1997, p. 349-365.

CAPÍTULO XXIX

BRASIL PARALELO: MULHERES E HEGEMONIA DA NOVA DIREITA

Gabriella Barrozo Garcia Rodrigues ¹

RESUMO

O presente trabalho concentra-se na investigação da atuação da Brasil Paralelo (BP) em relação às mulheres. O tema central aborda os conteúdos audiovisuais e os projetos ideológicos da BP, buscando entender como eles se articulam com os interesses da nova direita para disputar a hegemonia no Brasil contemporâneo. O estudo visa compreender como essas produções contribuem para a construção e manutenção dessa hegemonia e qual é o impacto desses discursos sobre a sociedade e as estruturas do Estado. A pesquisa se insere no debate mais amplo sobre a reprodução social do trabalho e as estratégias ideológicas contemporâneas. O objetivo geral é investigar a atuação da BP no que tange às mulheres como parte integrante da estratégia hegemônica da nova direita. Os objetivos específicos incluem mapear e analisar as pautas centrais sobre as mulheres nos conteúdos da BP, como maternidade, aborto e feminismo, identificando padrões, recorrências e enfoques estratégicos. Além disso, busca-se investigar os interesses de classe e os projetos de sociedade articulados nos discursos, e analisar o alcance e impacto social e político dessas produções, mapeando seu público-alvo e estratégias de circulação.

Palavras-chave: Brasil Paralelo; Mulheres; Nova Direita.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos presenciamos o aumento do chamado “conservadorismo”. Representado pela extrema direita e geralmente associado ao jargão “liberal na economia e conservador nos costumes”, observamos o alinhamento entre uma economia pautada no neoliberalismo e reforçada moralmente por valores tradicionais e calcados no cristianismo.

Nas redes sociais vemos reivindicação de papéis tradicionais de gênero, da maneira reformulada para dialogar com as novas gerações, um dos novos termos que vem ganhando destaque é o “tradwife” (em português “esposa tradicional”), um movimento que compõe um amplo fenômeno de retomada de valores conservadores na sociedade atual, associando o papel da mulher a vida doméstica e ao espaço privado. Apesar do termo ter se tornado popular na internet recentemente, seu discurso se assemelha, por exemplo, a algumas falas da deputada estadual por Santa Catarina, Ana Caroline Campagnolo, em vídeos da Brasil Paralelo, como por exemplo no vídeo intitulado “Estamos vendo a destruição da família?” de abril de 2022:

Uma bola tem dois lados, o de dentro e o de fora, qual é o mais importante? [...] sem o lado de dentro ela não é uma bola e sem o lado de fora ela não serve pra nada. Então o homem e a mulher, o papel do homem e da mulher serve nessa analogia. A mulher sempre esteve do lado de dentro da bola, ela sempre defendeu esse espaço,

¹ Graduada em História e Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em História - UNIOESTE. Bolsista CAPES.

que era o espaço interno. E o papel do homem era estar do lado de fora da bola. Ai a gente cria uma dicotomia entre o comportamento de quem vive para o privado e o comportamento de quem vive para o público. Essa sempre foi a diferença entre o homem e a mulher (Campagnolo, 2022).

Seja por “trends” em redes sociais ou em vídeos de plataformas de grande alcance como a Brasil Paralelo, é possível notar que no decorrer dos últimos anos estamos presenciando a revalorização dos papéis tradicionais de gênero, pautados em modelos heteronormativos, onde delega-se a mulher o papel do privado, do lar, do cuidado com a casa, com os filhos e o marido. Esses discursos são comumente pautados a partir da ótica cristã conservadora.

Nesse sentido, a pesquisa surge com o objetivo investigar a atuação da Brasil Paralelo em relação às mulheres, considerando seus conteúdos audiovisuais e projetos ideológicos. A investigação busca compreender como essas produções articulam interesses da nova direita e contribuem para a construção e manutenção da hegemonia. Além disso, pretende-se analisar o impacto desses discursos sobre a sociedade e as estruturas do Estado.

Com seu canal do Youtube ativo desde Julho de 2016, conta com mais de 7 mil vídeos, 4,78 milhões de inscritos e totaliza pouco mais de meio bilhão de visualizações¹. A plataforma descreve-se como: “A Brasil Paralelo acredita que o Brasil vai dar certo. E por meio de nossas produções trabalhamos para fortalecer em nossa cultura os valores e tradições que, notoriamente, ao longo da história conduziram a humanidade à paz e prosperidade.”

Ao tratar de temas de gênero e papéis sociais das mulheres, é possível observar que a empresa em suas plataformas elenca como principal representante intelectual a deputada estadual por Santa Catarina, filiada ao Partido Liberal, Ana Caroline Campagnolo. Também historiadora, Campagnolo é uma das representantes da ala conservadora na política atual, sua trajetória associa-se com ao bolsonarismo e ao olavismo. Tem até o momento, três livros publicados sobre feminismo, sendo eles *Feminismo: Perversão e Subversão* (2019), *Guia de bolso contra mentiras feministas* (2021) e *O mínimo sobre feminismo* (2022). Ao realizar um estudo de caso sobre a atuação de Campagnolo em suas redes sociais, os cientistas sociais, Sparemberger, Lobo e Silva (2021, p. 203) afirmam:

Os discursos da deputada se fundam em uma visão de mundo coerente, na qual amigos e inimigos são demarcados no interior de uma dinâmica de política internacional polarizada. Os inimigos, sob sua ótica, são os detratores do cristianismo, os opositores do Ocidente, o globalismo, o foro de São Paulo, a ideologia de gênero, os comunistas, os progressistas, as feministas, e os movimentos identitários. Os amigos são os cristãos, os conservadores e os defensores da família, da vida e do liberalismo econômico. Mas, essencialmente, o que encontramos presente no jogo de discursos criados pela deputada são os valores referentes a família, sexualidade, infância e cultura. Podemos dizer que, em tempos de guerras culturais, Ana Campagnolo é um soldado combativo. Vejamos como esses

¹ Informação disponibilizada pelo Youtube nas informações do canal, em: <https://www.youtube.com/@brasilparalelo>. Acesso: 18/11/2025.

elementos se articulam em sua narrativa. Começamos pelo significante mais recorrente, o cristianismo.

Considerando a conjuntura social brasileira “no qual prevalece a fé cristã, uma vez que católicos e evangélicos compõem quase 90% da população nacional (IBGE, 2010)” (Sparemberger, et al., 2021, p. 204). Campagnolo é uma figura que se destaca ao mobilizar elementos da fé cristã para reforçar um discurso conservador e de defesa contra supostas ameaças à ordem tradicional. Baseando-se em uma visão moral cristã, a deputada articula sua narrativa em torno de temas como a ideologia de gênero, o feminismo e o aborto, considerados por ela como movimentos que subvertem os valores civilizacionais e ameaçam a família e a infância.

Frente a atual conjuntura social e política observamos os esforços que empresas, como a Brasil Paralelo, reúnem ao articular discursos pautados no conservadorismo cristão para alavancar seus projetos políticos e de sociedade, no qual o papel social das mulheres e seus direitos são reivindicados de acordo com os interesses de classe desses grupos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para cumprir os objetivos da pesquisa reunimos na sequência alguns conceitos teóricos e discussões históricas que são fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa, tais como os conceitos gramscianos de Estado Ampliado e suas ramificações como Sociedade Civil e Política; trabalhos que analisam o desenvolvimento de aparelhos privados de hegemonia no Brasil contemporâneo; e as contribuições da Teoria da Reprodução Social (TRS) para a análise de gênero e condição social da mulher a partir do viés marxista.

Dentre as inúmeras contribuições de Gramsci para o desenvolvimento da pesquisa, partiremos da sua concepção de Estado Ampliado ou Integral. Ao analisar as formas de dominação assumidas pelo capitalismo ocidental desde inícios do século XX e as novas complexificações do sistema capitalista Gramsci voltou sua atenção para analisar o Estado e suas formas de dominação de classe. De acordo com Gramsci “[...] na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política+ sociedade civil, isto é, hegemonia coraçada de coerção)” (Gramsci, 2002. V. 3, p. 244).

A partir de uma divisão de carácter didático, Sônia Regina Mendonça nos convida a compreender o Estado ampliado a partir de dois conceitos-chaves já referenciados: “sociedade política e sociedade civil. O primeiro termo é bastante claro na obra de Gramsci, referindo-se ao Estado em seu sentido restrito – ou seja, os aparelhos governamentais incumbidos da administração, da organização dos grupos em confronto, bem como do exercício da coerção sobre aqueles que não consentem, sendo por ele também denominado de “Estado político” ou “Estado-governo”” (Mendonça, 2014, p. 35).

Em relação ao segundo termo, Mendonça (2014, p.35) afirma: “a noção de sociedade civil implica no conjunto dos organismos chamados de “privados” ou “aparelhos privados de hegemonia”, no sentido da adesão voluntária de seus membros. Dentre esses aparelhos Gramsci destaca igrejas, associações privadas, sindicatos, escolas partidos e imprensa. É em torno a eles que se organizam as vontades coletivas, seja dos grupos dominantes, seja dos dominados”.

Ao articular sociedade civil e sociedade política, Gramsci demonstrar como as mudanças sociais não ocorrem apenas pela transformação das condições sociais, mas também pela reorganização de valores e ideais que estruturam a hegemonia. A teoria gramsciana nos permite compreender como as classes dominantes não apenas governam, mas também lideram ideologicamente e moralmente, enquanto os grupos subalternos assumem a tarefa de construir uma contra-hegemonia. Dessa forma, Gramsci nos oferece instrumentos para pensar as lutas sociais em suas dimensões materiais e ideológicas.

Flávio Casimiro (2018) analisa o surgimento e a consolidação da nova direita no Brasil. De acordo com o autor, a nova direita constitui-se como um movimento heterogêneo que engloba correntes como conversadores, liberais e ultraliberais. Esses grupos unificam-se acerca de valores em comum como a crítica as pautas progressistas, o antipetismo e a defesa do neoliberalismo. Casimiro emprega em sua pesquisa o conceito de aparelho privado de hegemonia para analisar a forma com que instituições como igrejas, think tanks e movimentos sociais atuam para disseminar e consolidar no país ideias pautados pela nova direita. O autor destaca o papel fundamental que as plataformas digitais e as redes sociais exercem como ferramentas de mobilização e disseminação ideológica.

O autor nos mostra como as crises políticas e econômicas, como o impeachment de Dilma Rousseff e os escândalos de corrupção associados à Operação Lava Jato atuaram como forças catalisadoras para a o fortalecimento da nova direita no campo político. Utilizando-se de narrativas simplistas e polarizadas, organizações que atuam como aparelhos privados de hegemonia, como o MBL e o Instituto Mises Brasil, assim como outros, assumiram protagonismo para a formação da base política e ideológica desse movimento, desempenhando papel central na ampliação do Estado com sua atuação como intermediários entre poder política e sociedade civil.

Casimiro (2018) nos convida a refletir sobre os impactos da nova direita na democracia brasileira, apontando para riscos como o autoritarismo, a desinformação e o aprofundamento das desigualdades sociais. Ao evidenciar a agenda neoliberal e as estratégias políticas desse movimento, Casimiro nos oferece uma análise detalhada de como a nova direita redefiniu o cenário político brasileiro e nos permite compreender as transformações políticas no Brasil recente.

Seguindo esse tema, a historiadora Mayara Balestro (2021) investiga o papel da empresa Brasil Paralelo na disseminação de ideias conservadoras e ultraliberais no contexto político e cultural

do Brasil contemporâneo. Em sua pesquisa a autora aborda o crescimento e a consolidação da influência de movimentos de direita no cenário político brasileiro e descreve a atuação da Brasil Paralelo como:

Atuando como sustentáculo para a construção e constante atualização da hegemonia burguesa no Brasil, produzem consenso através de uma “teia” de APHs, essa atuação e organização torna-se fundamental para produzir uma “verdade totalmente aceita”, uma vez que, enquanto formuladores de diretrizes de ação, buscam universalizar seus interesses de classe como consenso. Essa estratégia de atuação foi promovida em 1983, com a criação do Instituto Liberal, e ganhou forte projeção e capilaridade com o surgimento de novos intelectuais coletivos, no sentido de construir, fortalecer e reiterar um projeto hegemônico ultraliberal-conservador para a especificidade da sociedade brasileira (Balestro, 2021, p. 130).

Entre seus referências, a autora utiliza o arcabouço de contribuições gramscianas para investigar a atuação da Brasil Paralelo e seu o papel estratégico de agentes e instituições na construção e manutenção da hegemonia burguesa no Brasil, destacando sua atuação enquanto aparelho privado de hegemonia. Em seu trabalho a autora evidencia a ampliação e modernização das ferramentas de disseminação ideológica, que buscam adaptar o projeto hegemônico às especificidades culturais, econômicas e sociais do Brasil, reforçando assim sua capilaridade e influência, sendo fundamentais para sustentar e perpetuar um modelo de dominação de classe.

As contribuições e análises realizadas sobre a atuação da Brasil Paralelo, nos fornece um solo rico e sólido para partir em busca de investigações sobre diferentes faces da plataforma, como é o caso desse projeto de pesquisa, que tem como objetivo analisar a atuação da empresa em suas plataformas audiovisuais, especificamente ao que diz respeito as questões de gênero e papel social das mulheres.

Para pensar as condições sociais, políticas e culturais das mulheres na sociedade capitalista utilizaremos as contribuições da Teoria da Reprodução Social. Com suas primeiras impressões a partir da década de 1970, a TRS se configura como uma perspectiva marxista que aborda a maneira como o trabalho reprodutivo e os processos sociais contribuem para a manutenção das relações de produção e compreender como as desigualdades de gênero são sustentadas e como o trabalho não remunerado e doméstico está ligado ao funcionamento do capitalismo.

Clara Saraiva (2021) reúne as principais contribuições ligadas a Teoria da Reprodução Social e nos fornece um amplo panorama imprescindível como ponto de partida para esse campo. De acordo com a autora:

A TRS nos oferece uma perspectiva teórico-metodológica [...]. Desde apreender a complexa totalidade do capitalismo calcado na tradição marxista, a TRS busca identificar como as bases objetivas das opressões de gênero, raça, sexualidade e nacionalidade se estruturam na unidade contraditória entre produção e reprodução social. Em articulação à exploração do conjunto da classe trabalhadora e na sua

relação de determinação com a lógica da acumulação do capital (Saraiva, 2021, p. 13).

A articulação entre capitalismo e opressão de gênero é central nas análises da TRS, que exploram como o trabalho reprodutivo e a estrutura familiar foram instrumentalizados para sustentar as relações de produção capitalistas. Silvia Federici (2017) evidencia que o aprisionamento das mulheres ao núcleo familiar e a delegação aos afazeres domésticos foram uma consequência direta da acumulação primitiva. Esse processo desintegrou a unidade produtiva familiar agrária, assim como transformou as mulheres como agentes da reprodução da força de trabalho em condições de extrema precariedade. Essa dinâmica consolidou um modelo de exploração que incluiu o confinamento das mulheres em posições de subordinação e o controle de seus corpos, intensificando a dependência econômica e social em relação aos homens.

Maria Mies (2016) amplia essa análise ao demonstrar que a domesticação das mulheres burguesa se tornou um modelo para a divisão sexual do trabalho nas relações capitalistas. Essa domesticação foi mais do que uma forma de garantir a reprodução barata da força de trabalho; foi também uma estratégia política de controle sobre as funções reprodutivas das mulheres, essencial para a manutenção das relações de dominação. Nesse processo, a família emergiu como o principal espaço de reprodução da força de trabalho, permitindo ao capitalismo transferir os custos desse trabalho para o âmbito doméstico. Esse arranjo transformou a família em um "lugar privado" fora da produção mercantil direta, enquanto mantinha intactas as relações de dominação de gênero que sustentam as hierarquias capitalistas.

A análise dessas autoras, articuladas no trabalho de Saraiva (2021), revela como o capitalismo utiliza a família para garantir a exploração contínua da força de trabalho, reforçando as desigualdades de gênero como parte essencial da sua lógica de acumulação. A TRS compreende que a “a classe trabalhadora em seu conjunto e reconhece como trabalho todos os processos que envolvem a reprodução social, inclusive o trabalho doméstico gratuito ou remunerado, determinantes para o funcionamento mais geral do capitalismo” (Saraiva, 2021, p. 23). Seja dentro dos lares, ou em ambientes públicos e privados, as atividades que englobam a reprodução social do trabalho são marcadas pela divisão sexual e racial do trabalho.

Ao partir dessa reflexão, evocamos novamente o papel dos aparelhos privados de hegemonia, no caso desse trabalho, a Brasil Paralelo, enquanto empresa que atua através de plataformas audiovisuais que representam os interesses da extrema direita, para analisar a forma com que as questões referentes a gênero e papel social da mulher são abordadas, discutidas e objetivadas na atual sociedade capitalista.

Ao articular as compreensões gramscianas junto a teoria da reprodução social, podemos enriquecer a compreensão de como a hegemonia capitalista também é sustentada e reproduzida através de dinâmicas de gênero e de reprodução social. Ao analisar o trabalho reprodutivo e os aparelhos privados de hegemonia em conjunto, é possível compreender não apenas como as estruturas de opressão de gênero são mantidas e moldadas de acordos com os interesses do capital, mas também como elas podem ser desafiadas por meio de práticas contra-hegemônicas.

3. FONTES E METODOLOGIA

Para cumprir os objetivos estabelecidos para a pesquisa, será utilizado como fontes os conteúdos produzidos pela Brasil Paralelo. O enfoque inicial do projeto foi baseado nos vídeos disponíveis em seus canais do Youtube, contudo é possível que seja exploradas a atuação da empresa em outras mídias sociais, como Twitter, Instagram e Facebook.

Para realizar a seleção das fontes em um primeiro momento será realizado o mapeamento em conjunto com a catalogação do conteúdos disponíveis nas plataformas, coletando informações como título do vídeo, temática, data e apresentadores. Realizada essa etapa será possível definir o critério de seleção para as fontes com maiores potencialidades para desenvolver a pesquisa e cumprir com os objetivos elencados.

Os historiadores Carneiro e Laitano (2018) nos convidam a refletir sobre as potencialidades da pesquisa histórica a partir das fontes digitais, especificamente, o Youtube. De acordo com os autores:

O Brasil, por exemplo, é a segunda nação no mundo em relação ao número de acessos ao YouTube - sendo 15,4% a média de horas semanais de visualização de vídeos por parte dos brasileiros. Além disso, 95% da população online do país assistem pelo menos a um vídeo por mês através da plataforma. Os dados apontam para a relevância de nos voltarmos enquanto historiadores para essa rede social, especialmente na direção das questões referentes à transmissão, à interação com o público e aos usos do passado no ciberespaço (Carneiro; Laitano, 2018, p. 239).

Os autores destacam a importância de repensar o papel dos historiadores e do conhecimento histórico em um contexto cada vez mais mediado por tecnologias digitais e plataformas como o YouTube. É ressaltado a urgência de atualizar práticas historiográficas para lidar com os desafios impostos pelas redes sociais e outras plataformas digitais. Frente a isso, os autores desenvolveram e disponibilizaram quadros como proposta para a análise histórica dos canais e vídeos disponibilizados através do YouTube que serão utilizados na realização dessa pesquisa.

Para realizar a análise das fontes utilizaremos também as contribuições de Eni Orlandi (2020) acerca da análise do discurso. Orlandi nos permite desenvolver uma metodologia de análise das fontes históricas que visa a relação entre linguagem, poder e ideologia. Destaca-se que o discurso não é

apenas uma expressão de intenções individuais, mas é atravessado pelas condições históricas e sociais em que é produzido. Desse modo, nos permite investigar as formações discursivas que delimitam os sentidos possíveis no contexto histórico das fontes, analisando suas vinculações a instituições e grupos sociais.

Ao aplicar suas contribuições na análise das fontes e interpretações históricas, Orlandi nos fornece ferramentas para compreender e interpretar de maneira crítica e reflexiva o discurso a partir de sua posição no tempo e espaço, demarcados por escolhas, valores políticos, intencionalidades e posições sociais que sustentam sua materialidade.

4. CONCLUSÃO

Frente aos esforços de certos grupos sociais em limitar o papel da mulher ao âmbito privado e doméstico, como esposa e mãe, limitada ao seu suposto “destino biológico”¹. Os movimentos feministas lutaram e ainda lutam para que as mulheres possam ser livres em suas escolhas, porém, quão livre pode ser uma escolha quando se é socialmente reforçado e induzido em diversos discursos de grandes plataformas que o seu papel enquanto parte da sociedade já está determinado biologicamente quando se nasce?

Esse discurso, tão presente em nossa sociedade, parte de lugares distintos e com diferentes intencionalidades. A plataforma escolhida para analisar nessa pesquisa soma-se como parte desse todo. Empresas como a Brasil Paralelo surgem nesse espectro enquanto aparelhos privados de hegemonia que dedicam e cooptam recursos em prol de ações doutrinárias que beneficiem os interesses de sua própria classe.

Atualmente há pesquisadores que debruçam suas pesquisas para investigar a atuação de tais empresas e suas plataformas, que cada vez mais ganham espaço pela facilidade em levar seu discurso a um grande número de pessoas. Ao que tange especificamente a abordagem dessas plataformas em relação a questão das mulheres, o campo de contribuições ainda é escasso.

Nesse sentido, essa pesquisa buscará contribuir academicamente e socialmente na compreensão da atuação da Brasil Paralelo, de seus discursos e intencionalidades ao que tange o papel social das mulheres. Investigar como o fazem, seu impacto, sua capilaridade e analisar quais interesses específicos de classe que seus discursos estão defendendo.

¹ A expressão “destino biológico” faz referência uma fala feita por Ana Caroline Campagnolo, em que a mesma diz: “Qual é o destino biológico da mulher? Ter filhos”. A fala foi feita no vídeo “Estamos vendo a destruição da família?”, no canal Brasil Paralelo em 27 de Abril de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?>

REFERÊNCIAS

- CAMPAGNOLO, Ana Caroline. *Estamos vendo a destruição da família*. [Entrevista concedida a: Brasil Paralelo]. 27 abr. 2022. Vídeo (28min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7L_rNpGqjTY&list=PLBkIAtVurRUa0Zm-rA2KEaBaWFQPG2gpB&index=10. Acesso em: 28/11/2024.
- CARNEIRO, A. N.; LAITANO, B. G. YouTube como fonte histórica: uma proposta de metodologia. In: BASSO, A. et al (Orgs.). **Comunicações do 3º Encontro Discente de História da UFRGS**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.
- CASIMIRO, F. H. C. **A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. V. 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MENDONÇA, S. R. O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica. **Marx e o Marxismo**, v.2, n.2, p. 27-43, jan/jul 2014.
- MIES, M. Origens sociais da divisão sexuais do trabalho. A busca pelas origens sob uma perspectiva feminista. Rio de Janeiro: **Direito & Práxis Revista**, vol. 07, n. 15, 2016, p. 838-873.
- ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 13. ed. Campinas, SP: Pontes, 2020.
- SANTOS, M. A. M. B. **Agenda conservadora, ultraliberalismo e “guerra cultural”: “Brasil paralelo” e a hegemonia das direitas no Brasil contemporâneo (2016-2020)**. 2021. 147 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2021.
- SARAIVA, C. O que vemos através da lente da Teoria da Reprodução Social?. In: **Revista História e Luta de Classes: Dossiê História e Gênero**. 32ª ed. p. 13-26, setembro de 2021.
- SPAREMBERGER, C.; LOBO, I. E.; SILVA, I. C. A nova direita e as guerras culturais: um estudo de caso da atuação de Ana Campagnolo no Facebook. **Em Tese**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 196-213, set./dez., 2021. Universidade Federal de Santa Catarina.

BRASIL PARALELO: WOMEN AND THE NEW RIGHT'S HEGEMONY

ABSTRACT

This current study focuses on investigating the role of Brasil Paralelo (BP) concerning women. The core theme addresses BP's audiovisual content and ideological projects, seeking to understand how they align with the interests of the new right in its struggle for hegemony in contemporary Brazil. The research aims to comprehend how these productions contribute to the construction and maintenance of this hegemony and what impact these discourses have on society and State structures. The study is situated within the broader debate on the social reproduction of labor and contemporary ideological strategies. The general objective is to investigate BP's actions regarding women as an integral part of the new

right's strategy of hegemonic dispute. Specific objectives include mapping and analyzing the central issues about women in BP's content, such as motherhood, abortion, and feminism, identifying patterns, thematic recurrences, and strategic focuses. Furthermore, the study seeks to investigate the class interests and societal projects articulated within these discourses, and to analyze the social and political reach and impact of these productions by mapping their target audience and circulation strategies.

Keywords: Brasil Paralelo; Women; New Right.

CAPÍTULO XXX

QUANDO O SAMBA FALOU VERMELHO: O PAPEL DO PCB NA FORMAÇÃO DA UNIÃO GERAL DAS ESCOLAS DE SAMBA

Pedro Guilherme Martins Dias De Lima
Renata Cavalcante Cordeiro

RESUMO

Em ascensão no Brasil desde a década de 1930, as escolas de samba do Rio de Janeiro passaram por diversas transformações em sua organização e na realização de seus carnavais, propagando manifestos artísticos em uma época onde os temas de seus desfiles giravam em torno da exaltação dos símbolos nacionais de um país que almejava se tornar moderno. Nesse mesmo período, o Partido Comunista Brasileiro, fundado em 1922, se consolidava como a principal força de esquerda dentro da política e do debate cultural do país, atuando de maneira estratégica na valorização das expressões artísticas populares. Inserido nos contornos políticos de suas “células”, o PCB soube reconhecer no carnaval um espaço privilegiado de agitação cultural e de comunicação com o povo. Nesse sentido, a pesquisa pretende analisar a influência do partido comunista sobre as escolas de samba de 1945 a 1947, demonstrando o forte viés político propagado pelo carnaval. Para isso, e levando em conta a crítica marxista sobre cultura no aspecto da luta de classes, este artigo, para realizar o estudo, se fundamenta em autores como Bakhtin (2010), Gramsci (2011) e outros. Além disso, a pesquisa foi realizada também usando o periódico *Tribuna Popular*, para recolher e contextualizar as notícias sobre a relação entre partido e carnaval. Assim, considera que todo esse movimento culminou na criação da União Geral das Escolas de Samba, uma iniciativa que estabeleceu uma relação direta entre os comunistas e o universo carnavalesco.

Palavras-chave: Comunismo. Cultura Popular. Carnaval.

1. INTRODUÇÃO

O curto período de legalidade, prestigiado pelo Partido Comunista Do Brasil (PCB) logo após o fim do estado novo de Vargas, trouxe uma repaginada nos quadros internos do partido. Entre considerações sobre política interna, atuação de base, e colocar em prática as ideias Marxistas-Leninistas, o partido também abriu um espaço bastante interessante para as particularidades da cultura do país, entre elas os carnavais cariocas posto nas escolas de samba do Rio, e seus desfiles históricos da década de 1940.

Seguindo esta linha, o trabalho aqui apresentado se baseia na teoria marxista sobre cultura popular para descrever, a partir das páginas do jornal *Tribuna Popular*, a aproximação do partido com a união geral das escolas de samba (UGES). A partir deste quadro e do contexto histórico marcado pela retomada democrática do Brasil com o governo de Eurico Gaspar Dutra, objetiva-se nesta análise entender os vieses políticos-culturais hegemônicos e contra-hegemônicos em torno de uma construção sobre “cultura popular” tão cara a identidade brasileira até hoje.

Levando em conta a crítica marxista sobre cultura no aspecto da luta de classes, termo central do nosso aporte teórico, procura-se levantar questões acerca de como esta atuação ocupa um lugar

muito importante na construção imagética e material da cultura nacional através da valorização dos costumes populares das massas, e não apenas a exacerbação ufanista dos símbolos de nossa identidade que ocorreram nas décadas anteriores que achou espaço num plano de governo autoritário e de forte tom conservador que tratou cultura como categoria de luxo das camadas dominantes do nosso país.

Usando deste conceito, parte-se de autores como Raymond Williams, para entendermos as implicações do estudo cultural marxista que entenda as limitações entre a base econômica e superestrutura cultural, e também fincando sobre o vasto escopo conceitual aos tipos de cultura que fazem parte da sociedade capitalista, assim como suas naturezas hegemônicas e contra-hegemônicas. Bakhtin também fornece um estudo acerca de como se pode pensar o termo cultura popular, posicionando o termo em um panorama histórico desde a sua “invenção” com os carnavais europeus da idade média.

Além disso, para enriquecer a análise, é usado fontes do periódico *Tribuna Popular* por meio das discussões iniciadas por Antonio Gramsci, no que tange o trato com essas fontes. Entendemos, ancorados na teoria gramsciana, que o jornal não é apenas um portal de notícias, mas um instrumento capaz de articular perspectivas, formar novos quadros para o partido e unir a classe trabalhadora. Assim, a análise de um periódico específico exige analisar tanto sua linha editorial quanto sua forma de organização, sua linguagem, sua periodicidade, sua vinculação a partidos ou grupos sociais e sua inserção no campo político-cultural mais amplo.

Nessa perspectiva, a *Tribuna Popular*, fundada pelo PCB em 1945, atuou como instrumento de difusão da linha política do partido comunista, sendo a materialização do esforço do Partido Comunista Brasileiro na construção de uma posição hegemônica entre a classe trabalhadora. Entretanto, seu conteúdo trazia não apenas análises conjunturais e denúncias, mas também elementos culturais – como os analisados neste trabalho –, textos de educação política e debates internacionais. Mais do que registrar notícias, o jornal procurava produzir sentidos e orientar práticas políticas, agindo como guia de direção ideológica e como espaço de disputa simbólica contra a imprensa liberal-conservadora. Por isso, a abordagem aqui utilizada para introduzir os acontecimentos registrados por este periódico indica o papel da imprensa comunista como fonte histórica, mas também como agente ativo no centro da luta de classes de determinado período.

2. A FUNDAÇÃO DO PCB

O Brasil da virada do século XIX para o de XX é fruto de diversas dimensões de um processo histórico da formação da classe proletária em um país de capitalismo dependente, que recém havia passado pela abolição da escravatura, com a falta de perspectiva para os afrodescendentes e outros setores marginalizados da sociedade. A partir disso, movimentos anarquistas existentes entre as

organizações dos trabalhadores deram as condições teóricas e materiais para a criação do Partido Comunista Brasileiro, com seus fundadores advindos do anarcossindicalismo, como Astrojildo Pereira e Octávio Brandão.

O fato é que o PCB se tornou um partido que pesa de maneira positiva e permanente na vida política nacional ampliando e aprofundando cada vez mais a sua influência no seio das massas populares. A razão fundamental desse fato é a que (...): como partido da classe operária, a sua existência constitui imperativo inelutável do desenvolvimento da sociedade em dado período histórico. (Pereira, 2022. p. 31)

O PCB, nessa perspectiva, se confunde, muitas vezes, com a própria História do Brasil do século XX. Centenário, o partido teve sua fundação em 25 de março de 1922, decorrente da grande influência de movimentos comunistas que estavam emergindo em outros países, principalmente com a Revolução Russa de 1917, em que os princípios do Partido Bolchevique motivou levantes e partidos no mundo inteiro. Se tratando de um partido de extrema abrangência nacional e existente há mais de um século, ele foi se transformando com o passar das décadas conforme mudava também a conjuntura do país. Assim, a história do partido perpassa por diversas mudanças de estratégias políticas, dirigentes, períodos de ilegalidade, “rachas”, estatutos, entre mais.

Figura 1 - Fundadores do PCB



Fonte: (Acervo Iconographia), 25 de março de 2022.

O partido era formado, inicialmente, por pessoas filiadas formalmente ao partido, mas também por militantes que ajudaram a construir a linha política e teórica do PCB. O número de filiados cresceu consideravelmente na primeira década, o quadro a seguir expõe esse crescimento mesmo que não leve em consideração os militantes não formais.

Figura 2 - Estimativa de militantes ativos no PCB de 1922 a 1935



Fonte: Cosenza, Apoena Canuto. 2012.

Os militantes também variavam de perfil, o partido, influenciado pela Internacional Comunista, tomou como tendência o obreirismo entre 1929 e 1935. O obreirismo é um movimento que tende a priorizar o operário industrial como pilar principal de transformação social, desvalorizando quadros existentes em outros setores da sociedade, como os camponeses, intelectuais acadêmicos, artistas, desempregados e outros.

Após 1935, um novo Congresso da Internacional Comunista indicou uma mudança de tática, motivando que os partidos abandonassem o obreirismo e adotassem a estratégia de Frente Popular, incorporando em suas fileiras militantes advindos de outros setores sociais, agora não mais apenas do operariado urbano. Durante a conturbada década dos anos 30, o partido passou por um período de ilegalidade e forte repressão durante o Estado Novo de Getúlio Vargas. Em 1947, por exemplo, a UJC (União da Juventude Comunista) foi fechada pelos dirigentes devido ao grande sentimento anticomunista propagado pelas instâncias do governo getulista e pela grande mídia, assim como os mandatos e os registros do partido anulados.

Após a mudança ideológica da linha de atuação do partido, o campo cultural foi entendido como um meio de disputas estratégicas da luta de classe, defendendo, assim como indica a Internacional Comunista, uma arte “proletária” que priorizasse a cultura popular das massas em detrimento das produções da burguesia. Nesse período, intelectuais ligados ao partido, como Jorge Amado, Astrojildo Pereira e Caio Prado Jr., buscavam interpretar práticas culturais populares (incluindo o samba, o cordel, a literatura proletária e o teatro com temas políticos) como expressões autênticas da experiência das classes subalternas no país.

3. A LIGAÇÃO DO PARTIDO COM A UES

Muito atrelado aos estudos culturais, o carnaval sempre foi estudado e entendido como uma representação cultural tradicionalmente popular, para Bakhtin, por exemplo, o carnaval seria uma das formas mais radicais de expressão popular: um espaço histórico no qual o riso, a corporalidade e o “realismo grotesco” (Bakhtin, 2010, p.27) subvertem a ordem oficial e permitem a emergência de uma visão de mundo alternativa, e também “opunha à cultura oficial, ao tom sério e religioso e feudal da época” (ibid. p.6).

Essa cultura carnavalesca, feita de ritos públicos, espetáculos, linguagem familiar e práticas coletivas, opera como momento de inversão simbólica e crítica social, produzida a partir das próprias contradições materiais da vida do povo. Para Bakhtin, essa linguagem carnavalesca se divide em três grandes categorias: as formas dos ritos e espetáculos; obras cômicas verbais: diversas formas e gêneros do vocabulário familiar.

As festas de carnavais, (ligada a primeira categoria) na crítica de Bakhtin não servia de mero “ornamento literário”, como se pensava grande parte do estudo cultural desenvolvido até final do século XIX, mas sim uma prática popular concreta, nascida de tensões de classe é fundamental para compreender as formas modernas de cultura popular, como as festas tradicionais de carnaval, e aqui no Brasil, com os desfiles das escolas de samba. Como afirma Bakhtin, em uma sociedade de classe, este tipo de cultura cedo ou tarde irão assumir um caráter contra-hegemônico.

A partir de Bakhtin, é evidente o estudo sobre carnaval e cultura popular olhando sobre a ótica dos regimes de classe. Esse arcabouço teórico ilumina a centralidade das escolas de samba a partir dos “signos”¹, para qual Bakhtin partem justamente de uma luta simbólica, de elaboração de identidades populares e marginalizadas, em vários contextos da história humana, não apenas na idade média.

No Brasil, especificamente no Rio de Janeiro, o início do século XX, irá modificar de vez a tradição que se estabelecia desde o período colonial: os “Entrudos” onde a brincadeira do carnaval e a tradição reafirmavam a segregação e a estratificação social da cidade:

Ou seja, dentro das casas brincavam as famílias — respeitando-se a diferenciação de nível econômico e social e utilizando-se de projéteis mais sofisticados, como os limões e laranjas de cheiro enquanto nas ruas, os negros, os pobres, os ambulantes, as prostitutas e os moleques molhavam-se e sujavam-se com polvilho, pó de barro, águas de chafarizes e sarjetas e um ou outro limão-de-cheiro roubado das casas senhoriais (Araújo, 1996).

Com a modernização e o processo de industrialização face à firmação do capitalismo estrangeiro no país. A cidade urbanizada do Rio De Janeiro sofrera não apenas com a segregação incisiva dos morros e favelas, mas também com o início dos processos de verticalização e favelização da cidade. Enquanto as elites econômicas constituem a moral burguesa através de novos comportamentos sociais, as festas de ruas se esvaíam através da criação dos bailes e salões que preservavam o festejo carnavalesco em festas privativas. Ao mesmo tempo, em que este processo ocorria, cabia aos segmentados grupos negros de rodas de bamba e quizumba, resistirem e passarem a realizar seus carnavais em subúrbios excluídos da capital.

A consolidação do carnaval como expressão de cultura popular iria coincidir em meio não apenas a está dicotomia morro/cidade, como também iria fazer parte do processo de institucionalização do samba durante a chegada de Vargas ao poder. Durante a década de 1930, a direção conservadora e modernista do governo Vargas fazia esforços para incorporar tanto os elementos da cultura negra e periférica ao projeto de “brasilidade”, mas também transformando-as

¹ Para Bakhtin, "O signo se torna arena onde se desenvolve a luta de classes" (2010, p.47). Bakhtin. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra, São Paulo: Martins Fontes, 2010.

em símbolos ligados à identidade nacional. A regulamentação dos desfiles, a criação das primeiras ligas oficiais e a aproximação entre sambistas e órgãos públicos integram essa estratégia de enquadramento político. Ao mesmo tempo, em que se buscava manifestações populares de rua, suficientemente “negros” (como o ritmo, a batucada) e a sociedade do asfalto: as “escolas de samba”. A fórmula das recém inauguradas escolas surgia justamente na década de 1930.

A criação das primeiras ligas das escolas de samba remete a esse período onde a regulamentação dos desfiles acompanhassem os órgãos oficiais do governo, como a prefeitura do Rio. Segundo Cabral (1996), “O acontecimento mais importante de 1934, porém, foi a criação, no dia 6 de setembro, da União das Escolas de Samba (UES), uma entidade que começou com 28 escolas e que elegeu naquela noite a sua primeira diretoria” (Cabral, 1996, p.125). Com ajuda financeira da prefeitura na organização dos desfiles, a UES por meio das suas diretorias decidiam quais enredos, possibilitariam ou não a passagem da escola pela praça onze, (palco dos primeiros desfiles), porém todos ocorriam de modo a prestigiar não apenas a cultura nacional, mas também de moldar a opinião pública através de propagandas sobre o Governo de Getúlio. Dois anos após ao golpe que deu início ao Estado-Novo em 1939, o DIP (Departamento de Política e propaganda), passou a exigir desfiles que demonstrassem a necessidade e importância do Varguismo ao país naquele contexto ao qual se traçava a segunda guerra, claros discursos “anticomunistas”, e até mesmo incitações ao nazi-fascismo europeu, enredos com tons ufanistas e nacionalistas serviam quase sempre o bel-prazer do discurso da extrema-direita. (Cabral, 1996, p. 142-147).

Após uma grande crise de gestão e financeira, causada por discursos internos entre os diversos presidentes das agremiações e sobre desgaste da vigilância e custódia do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), e da política conservadora do estado-Novo, a UES se dissolve e cria-se uma nova liga : A União Geral das escolas de Samba (UGES), sob a presidência de Antenor Dias.

A UGES, mesmo sob nova administração, seguiria à risca os desejos da ditadura Varguista, porém com a queda do Estado-Novo, em 45, a aproximação com o PCB seria possível, grande parte em detrimento da legalidade do partido, mas também do próprio jornal Tribuna Popular. Seguindo às indicações leninistas do texto: “Levemos às massas nosso partido”, escrito de Maurício Grabois, que indicava uma construção da Cultura Nacional-Popular Gramsciana, onde se havia um considerado espaço para promoção da livre cultura nacional ligada com a classe trabalhadora, através de atividades promovidas pelo partido dentro do próprio espaço hegemônico do Estado.

Organizado dentro dos seus quadros, o partido através do secretário, Vespasiano Lírrio da Cruz, secretário político do partido, organizou e promoveu em novembro de 1946, um desfile oficial na qual todas as escolas deveriam fazer homenagem ao presidente do partido, Luiz Carlos Prestes.

Figura 3- Página da *Tribuna Popular* sobre a data do desfile



Fonte: *Tribuna Popular*, Rio de Janeiro, 2, nov. 1946, p. 8. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

Figura 4- Página da *Tribuna Popular* divulga o resultado do desfile



Fonte: *Tribuna Popular*, Rio de Janeiro, 17, nov. 1946, p. 8. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

Em 1947, esta aproximação já viraria alvo de disputa, com a aproximação dos desfiles, em fevereiro daquele ano, a criação da Federação Brasileira das escolas de Samba (FBES), através dos órgãos do DOPS (Departamento de ordem e política social), resolveram intervir na organização do partido e comunista e da liga. Para isto foi necessário a criação não apenas de uma nova entidade, a FBES (Federação Brasileira de escolas de Samba), mas também de um novo Jornal que noticiasse e ajudasse na organização dos desfiles, assim o encarregado desta tarefa seria o *Jornal A Manhã*, sob direção do ferrenho anticomunista, Oyama Brandão Telles. (Cabral, 1996,201)

Os empenhos para a realização do carnaval daquele ano, foram grandes para os dois lados, enquanto o Jornal *Tribuna Popular*, convocava reuniões com as escolas associadas da UGES, o *Jornal A Manhã*, e a FBES, buscavam associar cada vez mais escolas ao seu grupo, escolas estas acusadas de sequer existirem como órgão ou sequer terem desfilado carnavais anteriores.

Figura 5- Página do jornal *A manhã*, sob o comando de Telles, passou a divulgar e chamar escolas do Rio para seus desfiles.



Fonte: *A Manhã*, Rio de Janeiro, 16, fev., 1947, p.10. Acervo Hemeroteca Digital.

O carnaval de 1947, seria um perfeito exemplo da divisão, no desfile realizado na Avenida Presidente Vargas, em frente à Escola Rivadávia Correia: das 48 escolas inscritas, participaram apenas 26, conferindo a sétima vitória consecutiva à Portela. A Estação Primeira foi a segunda colocada e a “Depois Eu Digo” chegou em terceiro lugar, ambas da UGES.¹

Porém, se o resultado daquele ano fora favorável para a união, em termos políticos ocorria o definhamento da entidade. Com grande força, o DOPS passaria constantemente a fazer “batidas” nas quadras e morros das escolas, justificando um tom “comunista” dentro dos desfiles, no claro sentido de esvaziar político e ideologicamente a união e o partido. A FBES por um lado, passou a anunciar cada vez mais as “práticas ilegais das escolas” que já passavam por uma forte crise financeira devido à gestão financeira do PCB desgastada pelo quadro histórico desfavorável.

Com o partido posto na ilegalidade em maio daquele ano e com poucos recursos financeiros e assistindo cada vez mais seu esvaziamento, a UGES foi sendo abandonada tanto pelo PCB, como pelas escolas, que passavam a se associar cada vez mais com a FBES. Em 1949, a federação já contava com mais escolas agremiadas do que a própria união². Nesse mesmo ano, existindo quase de maneira clandestina e marginal, a UGES passou a não ser reconhecida como organizadora oficial dos desfiles, assim como, os campeões só seriam reconhecidos se não estivessem sob parentelismo da UGES. Esvaziada política e financeiramente, a UGES deixaria de existir em 1952, com a criação da Confederação das Escolas de Samba (CBES), uma junção entre a FBES e a UGES.

4. CONSIDERAÇÕES

Nestas razões, podemos observar que a relação que o PCB construiu com o mundo das escolas de samba evidenciou ainda mais que o carnaval, longe de ser mera festividade, constitui um espaço estratégico da disputa cultural. A festa tornou-se campo de mediação entre projetos hegemônicos e práticas populares das periferias. É nesse terreno que o PCB atuou principalmente no pós-45, reconhecendo no samba uma espécie de “cultura residual”, aquilo que Williams citou ser a influência de práticas antigas na sociedade moderna, estas podendo estar “tanto cultural quanto social” atreladas a infraestrutura dominante, mas não necessariamente provenham apenas da cultura dominante, algo percebido, portanto, em Bakhtin e os seus estudos sobre signos.

Essa leitura se aproxima da concepção de Williams, para quem a cultura é um “processo vivo”. Assim, a cultura popular não é tradição estática, mas espaço ativo de luta de classes e de produção de

¹ Tribuna Popular. Rio de Janeiro, ano 1947, n. 528, p. 4, 20 fev. 1947.

² Nesse ano houve dois desfiles oficiais, o organizado pela FBES contou com cerca de 36 escolas associadas desfilando e sendo julgadas, enquanto no mesmo dia (27 de fevereiro), a UGES organizara um desfile com 25 escolas associadas, pela FBES, a campeã seria a Império Serrano, já pela UGES, campeã seria a Mangueira. GALERIA DO SAMBA. *Resultado Carnaval 1949 – Desfiles e Escolas de Samba*. Disponível em: <https://galeriadosamba.com.br/carnaval/1949/resultado/>. Acesso em: 9 dez. 2025.

alternativas simbólicas, na qual, “nenhuma ordem social dominante e, conseqüentemente, nenhuma cultura dominante jamais inclui ou esgota, na realidade, toda a prática humana, a energia humana e a intenção humana” (Williams, 1979, p.128).

Desse modo, compreender encontro entre PCB mediadas pelo jornal *Tribuna Popular*, nos mostra possível reconhecer que as práticas culturais são também práticas políticas, capazes de tornar-se, ainda que por um curto período, veículos de uma prática contra-hegemônicas, possível até mesmo dentro da reprodução de consumo da indústria midiática de massas, como nos jornais, capaz de “falar vermelho” no coração da festa popular mais importante do país.

REFERÊNCIAS

A Manhã. Rio de Janeiro, n. 1695, 16 fev. 1947, p. 10. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 11. Dez. 2025.

Araújo, Rita de Cássia Barbosa de. **Festas: máscaras do tempo. Entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1996.

Bakhtin, Mikhail Mikhailovich. **Cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais** – 7ª edição. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2010.

Cabral, Sérgio. **As escolas de samba do Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumiar, 1996.

Pereira, Astrojildo. **Formação do PCB**. São Paulo: Boitempo, 2022.

Tribuna Popular. Rio de Janeiro, n. 447, p. 8, 17 nov. 1946. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 dez. 2025.

Tribuna Popular. Rio de Janeiro, n.435, p. 8, 2 nov. 1946. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 dez. 2025.

Tribuna Popular. Rio de Janeiro, ano 1947, n. 528, p. 4, 20 fev. 1947. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 dez. 2025.

Williams, R.. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WHEN SAMBA SPOKE RED: THE ROLE OF THE BRAZILIAN COMMUNIST PARTY (PCB) IN THE FORMATION OF THE GENERAL UNION OF SAMBA SCHOOL

ABSTRACT

Rising in prominence in Brazil since the 1930s, Rio de Janeiro's samba schools underwent significant transformations in their organizational structures and in the staging of their carnivals, disseminating artistic manifestos at a time when parade themes revolved around the exaltation of national symbols of a country aspiring to modernity. During this same period, the Brazilian Communist Party (PCB), founded in 1922, consolidated itself as the principal left-wing force within the country's political arena and cultural debate, acting strategically to promote and valorize popular artistic expressions. Embedded within the political contours of its "cells," the PCB recognized carnival as a privileged space for cultural agitation and communication with the people. In this sense, this research aims to analyze the influence of the Communist Party on samba schools between 1945 and 1947, demonstrating the strong political bias conveyed through carnival. To this end, and taking into account Marxist critiques of culture from the perspective of class struggle, this article draws on authors such as Bakhtin (2010), Gramsci (2011), among others. In addition, the study makes use of the periodical *Tribuna Popular* in order to collect and contextualize news related to the relationship between the party and carnival. Thus, it argues that this movement culminated in the creation of the General Union of Samba Schools, an initiative that established a direct relationship between communists and the carnivalesque universe.

Keywords: Communism. Popular Culture. Carnival.

CAPÍTULO XXXI

O VIVER NORDESTINO: A CULTURA REGIONAL EXPRESSA NA ARQUITETURA E O PROCESSO DE PERDA DO REGIONALISMO ARQUITETÔNICO NO BRASIL

Bianca de Sousa Alves ¹

RESUMO

Este trabalho propõe uma reflexão histórica sobre o processo de perda das características regionais da arquitetura nordestina, compreendida como expressão da cultura e um lugar da memória coletiva do seu povo. O “viver nordestino”, outrora contornado por casas coloridas, dotadas de varandas, portas bipartidas e janelas que se abriam para a rua, evidenciava um modo de vida adaptado ao clima, ao solo e às relações sociais locais. Contudo, a partir das décadas de 1950 e 1960, nota-se uma crescente padronização das casas brasileiras, impulsionada por processos de urbanização e modernização, e pelas tendências arquitetônicas globais. Utilizando os conceitos de memória coletiva (HALBWACHS, 2006), lugares de memória (NORA, 1993) e nas discussões de Jacques Le Goff sobre as relações entre memória e esquecimento (LE GOFF, 1990), este estudo compreende a casa nordestina como um pilar simbólico da memória social. Deste modo, essa pesquisa aponta que a substituição dessas formas vernaculares por modelos padronizados representa não apenas uma mudança estética, mas o apagamento de uma identidade cultural e de um modo de habitar que constitui um significativo elo entre o passado e o presente. Buscamos compreender a padronização arquitetônica como um fenômeno histórico de homogeneização cultural, no qual se dissolve a memória do “viver nordestino” enquanto prática e expressão identitária.

Palavras-chave: Memória coletiva; Arquitetura vernacular; Cultura nordestina; Regionalismo; Modernização.

1. INTRODUÇÃO

A arquitetura, tradicionalmente definida como a arte e ciência de projetar e construir edifícios e demais estruturas, que une ordenação plástica a técnicas funcionais, expressando valores estéticos e necessidades das sociedades, abrigando diversos tipos de atividades humanas em diferentes momentos. Mas, para a história, o que é arquitetura? Ultrapassando o campo da técnica e da arte, a arquitetura torna-se também documento e testemunho social.

A partir do século XX, especialmente com a renovação historiográfica promovida pela Escola dos Annales, os espaços construídos passam a integrar o repertório das fontes históricas. Monumentos, ruínas, cidades e edifícios são compreendidos como registros materiais capazes de revelar práticas econômicas, formas de poder, relações sociais e universos simbólicos das sociedades que os produziram.

¹ Graduanda em História – Universidade Federal de Campina Grande. Paraíba, Brasil.

Assim como ogros que farejam carne humana em busca de sua caça¹, o historiador caça o homem; seu objeto de estudo é o homem, como afirma Marc Bloch. Logo, o cenário onde o sujeito está inserido também assume centralidade analítica. As construções, como abrigos dos mais diversos tipos de atividades humanas, contêm marcas históricas da vida humana, sua cultura e meio social, e dessa forma compreenderemos e analisaremos, pois, o modo de viver nordestino.

O foco dessa pesquisa recai especificamente sobre a casa nordestina que colore o viver nordestino, sendo um elemento estruturante da cultura regional que dá suporte à memória coletiva. Não utilizaremos imagens específicas, pois o objetivo não é analisar exemplares de construções isoladas, para isso exercitaremos nossa memória. Auxiliados por descrições detalhadas que compõem nosso objeto de estudo, relembremos locais que detêm parte das vivências nordestinas.

A ausência de imagens busca, também, reforçar que esta pesquisa não se limita a tipologias ou grupos sociais, mas à função cultural e memorial da casa — seja ela de taipa, alvenaria ou revestida por azulejos portugueses — como uma linha que costura a memória de grande parte dos nordestinos. Caso haja alguma falta de reconhecimento com o objeto descrito, por parte dos nordestinos, tal fenômeno é fruto da perda do regionalismo arquitetônico, tema desenvolvido no decorrer do artigo.

2. O QUE É O VIVER NORDESTINO?

Procure em seu repertório imagético uma casa nordestina, frequentemente surgem referências a ruas calçadas cercadas por casas coloridas, muitas vezes geminadas, com janelas voltadas para a rua, uma varanda singela com cobogós, e portas bipartidas. Ao entrar nela, nos deparamos com uma sala de estar conectada à sala de jantar por chão frio, provavelmente de cimento queimado, que leva até a cozinha ao fundo, com uma saída para o quintal, onde quase sempre há um espaço reservado para o cultivo de ervas medicinais, ao menos, para gripe ou má digestão. Essa simples descrição, para um nordestino, o lembrará de diversas casas, não se restringindo a um simples modelo arquitetônico, mas a um modo de vida adaptado ao clima e às dinâmicas sociais da região.

O viver nordestino nada mais é do que uma casa pensada para a vida nos trópicos. O arquiteto Armando de Holanda, por meio de investigações empíricas, produziu a cartilha “Roteiro para construir no Nordeste”, na qual delinea alguns aspectos que tornam mais agradável o viver nos trópicos, estabelecendo princípios construtivos voltados ao conforto ambiental e à adaptação climática.

Mais do que propor novas formas arquitetônicas, Holanda destaca a necessidade de continuidade dos padrões culturais da nossa arquitetura vernacular. Para o autor, a sabedoria popular

¹ Metáfora utilizada por Marc Bloch em “Apologia da História”.

acumulada ao longo do tempo constitui um patrimônio cultural que deve ser preservado por fortalecer a forma de lidar com nossa identidade regional (MOREIRA, 2019, apud LEITE, 2023, p. 12).

Holanda, em sua cartilha, estabelece 9 marcadores arquitetônicos que possibilitam uma melhor adaptação de uma construção aos desafios climáticos do Nordeste brasileiro, sendo estes: criar sombras, recuar paredes, vazar muros, proteger janelas, abrir portas, continuar espaços, construir com pouco, conviver com a natureza e construir frondoso. Percebe-se que as casas que contêm em si esses 9 princípios fundamentais estão mais próximas das casas simples, facilmente encontradas nos interiores dos estados nordestinos, em contraste com as habitações contemporâneas, especialmente em condomínios fechados, que revelam uma falta de adaptação ao clima tropical de nossa região.

A “modernidade” chegou ao Nordeste, a tecnologia avançou, mas retrocedemos em um princípio fundamental que sustenta a vida humana, desde a pré-história: a adaptação ao meio. Ao priorizar tendências importadas e modelos padronizados, esquecemos que nossas construções devem seguir o ritmo de nossa realidade ambiental e social, impactando diretamente nosso conforto e a memória.

Assim como o tempo levou nossa capacidade de adaptação, ele está, lentamente, carregando para longe nossa memória regional. As casas contemporâneas estão espalhando-se não pelo Nordeste, mas por todo o Brasil. Chegará um momento em que, assim como ocorre nos EUA, não conseguiremos reconhecer em qual região do país estamos, por conta da padronização da arquitetura.

3. ARQUITETURA COMO UM LUGAR DA MEMÓRIA

Maurice Halbwachs, em sua obra “Memória Coletiva”, define a arquitetura como marcador de memória coletiva, parte do “aspecto material” de uma cidade ou bairro. O sociólogo evidencia que o desaparecimento de uma casa, rua ou prédio afeta o grupo que, estando constantemente com contato com elas, de forma muito mais intensa que certos eventos nacionais, políticos, etc., por haver um desinteresse pelo que acontece fora de um horizonte imediato (HALBWACHS, 2023, p. 144).

É inevitável o entrelaçamento do “aspecto material” com a vida diária, visto que a arquitetura é o cenário onde nossas vidas acontecem. Ao restringir nosso olhar a uma rua, ela é um fragmento de uma multidão, um mundo fechado, que apesar de estar aberta para circulação, não faz parte da memória dos que a transpassam, mas possui significado duradouro àqueles que a habitam ou habitaram.

Assim como a rua, o Nordeste brasileiro, apesar de aberto, tem sua importância memorial centrada aos em habitantes. As descrições recorrentes desses lugares de memória são exemplos de reconhecimentos cruzados. A grande maioria de nós encontra diversas memórias sustentadas por esse

pilar simbólico que é uma casa tradicional, ou uma rua cercada por estas. Desta maneira, mudanças na sua arquitetura afetam diretamente nosso reconhecimento coletivo.

Halbwachs afirma que a memória coletiva se ancora em imagens espaciais, tornando a arquitetura um elemento essencial dessa imagem. Como sendo um dos definidores que mantém nossa coletividade regional, não podemos pensar no que é ser nordestino na atualidade sem olhar e questionar a arquitetura de nossa região. Essa reflexão não pretende atar o Nordeste num tradicionalismo arquitetônico rígido que impede a modernidade.

A valorização do elemento tradicional seria um retorno às raízes de nossa cultura e, principalmente, um reconhecimento de que a sabedoria ancestral do nosso povo em muito supera nossa modernidade alienada. O reconhecimento devido deve ser dado ao fato de que, com menos informação, os “antigos” foram capazes de construir casas que se relacionavam com o clima e não eram vítimas dele. Hoje, pouco se aplica à, tão superior arquitetura vernacular de nossos ancestrais, que construíam por relação, não por formação.

4. ARQUITETURA VERNACULAR

Termo cunhado oficialmente em 1964, pelo arquiteto norte-americano Bernard Rudofsky, na exibição “Architecture without architects” do Museu de Arte Moderno em Nova York, entende a arquitetura vernacular como uma engenhosa combinação de características naturais e ambientais a fatores socioculturais e características da vida humana, criando moradas que respondem à necessidade de seus habitantes (HAJIRASOULI et al., 2018, p. 1)¹.

As formas de arquitetura vernacular são uma importante fonte histórica, pois “todas [...] são construídas para atender a necessidades específicas, acomodando os valores, a economia e os modos de vida da cultura que as produz” (OLIVER, 2007, p. 30 apud HAJIRASOULI et al., 2018, p.3)². Além da memória, as casas são uma marca histórica da vida humana, mediante uma casa podemos compreender muitos fatores que permeiam seu cenário, pois, “a curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a esse momento particular da nossa história” (NORA, 1993, p. 7).

Nada melhor para compreender um ser humano que o meio que lhe cerca; um bairro periférico cerca seus habitantes com um tipo de arte — tendo em vista que a arquitetura é uma arte clássica —, diferente do que é experimentado pelos moradores de uma área elitizada, e essa diferença escorre por outros âmbitos sociais, que aumentam diariamente a desigualdade do nosso país. O esquecimento da

¹ “[...] ingeniously combining environmental and natural features such as geography, geology, climate, and so on, with socio-cultural factors and characteristics of human life, to create dwellings and settlements which responded to its resident's needs and requirements”. (HAJIRASOULI et al., 2018, p. 1).

² “All forms of vernacular architecture are built to meet specific needs, accommodating the values, economies, and ways of life of the culture that produce them”. (OLIVER, 2007, p. 30 apud HAJIRASOULI et al., 2018, p. 3).

arquitetura como construção de lugares que, como pequenas âncoras de nossas memórias, se tornam núcleos de resistência.

Ignoramos, pois, o poder da arquitetura como ferramenta histórica de instrumentalização da memória coletiva de nossa região e, conseqüentemente, de nosso país. Hoje, sofremos com um movimento multifacetado de retrocesso, perdemos nossa qualidade de vida, presos a casas desconexas com a realidade ambiental, e caminhamos para a perda desse elo de identidade¹ e expressão sociocultural que a arquitetura representa.

Jacques Le Goff afirma que: “[...] a falta ou a perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva nos povos e nas nações que pode determinar perturbações graves a identidade coletiva” (LE GOFF, 1990, p. 367), revelando que o antônimo da memória, a amnésia é tão forte quando. As transformações na arquitetura regional utilizam as tendências e modernização para erradicar da história o elo entre o passado e o presente².

5. PERDA REGIONALISMO

O regulamento dessa memória inicia uma nova tradição arquitetônica no Brasil com a perda do regionalismo que, nas décadas subsequentes à Segunda Guerra Mundial. Nas décadas de 1950 e 1960, esse fenômeno foi impulsionado por problemas habitacionais, o avanço da industrialização, tendências modernistas, etc., que tomou grandes proporções no Brasil, afetando todas as regiões e atemorizando os arquitetos que viram nessa onda de modernidade uma ameaça ao modo de vida nordestino.

[...] o temor pela padronização da construção, indispensável à utilização dos processos industriais, perde sentido, uma vez que não se corre o risco de um ambiente urbano monótono, a que todos teriam que se conformar. (HOLANDA, 1976, p. 7).

De forma gradual, a industrialização, nos anos 1950, invade a construção civil, que passa a produzir em série, incorporando novos materiais e pré-fabricação de componentes. Logo, “nota-se que a contribuição da indústria [...] esteve mais relacionada com a substituição dos materiais do que com o desenvolvimento das técnicas construtivas em si” (MARCO, 2015, p. 5), replicando os moldes dos exportadores importadas no Brasil, sem problematizar questões sociais, climáticas e geográficas.

A demanda por moradias rápidas, baratas e replicáveis, resultado direto da migração campo-cidade, concentração industrial e da reestruturação econômica iniciada no governo Vargas e

¹ “Esse arrancar da memória sob o impulso conquistador e erradicador da história tem como que um efeito de revelação: a ruptura de um elo de identidade muito antigo, no fim daquilo que vivíamos como uma evidência: a adequação da história e da memória” (NORA, 1993, p. 8).

² “A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado” (NORA, 1993, p. 9).

intensificada por Juscelino Kubitschek, impulsionou soluções arquitetônicas universalistas, fundamentadas na racionalidade técnica e na economia de escala.

Nesse cenário, o movimento modernista, com nomes como Gregori Warchavchik, Lúcio Costa e principalmente Oscar Niemeyer, que vem desde a década de 1920, atinge seu clímax nos anos 1950-1960, exercendo influência decisiva. Seus princípios — plantas funcionais, linhas limpas e geométricas, modularidade, uso do concreto armado, vidro e aço — que rompem com o tradicionalismo, ofereciam uma estética internacionalizada alinhada ao discurso de progresso e modernização que o país buscava projetar. Os ideais modernistas encontraram terreno fértil junto às produções habitacionais e nos programas públicos empreendidos desde o Governo Vargas, que visavam impelir ao ditador a imagem de “pai dos pobres”¹.

A habitação social foi, portanto, um dos motores centrais da perda do regionalismo, que, no ímpeto de construir em massa, acabou por impactar o lugar de memória da cultura brasileira, com modelos padronizados de implantação, casas seriadas e composições espaciais rigidamente repetidas. A eficiência da construção sobrepôs-se à adaptação ao clima, às características culturais locais e às técnicas vernaculares historicamente presentes em diferentes regiões brasileiras.

Aproximando-se de uma estética globalizada, por meio da lógica de produção de insumos, imprimia a uniformidade, e sua adoção em larga escala contribuiu para que cidades de realidades climáticas e culturais distintas passassem a compartilhar soluções arquitetônicas semelhantes.

A casa brasileira tornou-se, assim, cada vez menos ligada às tradições locais e mais vinculada a um padrão nacional racionalizado, homogêneo e tecnicamente eficiente. A perda do regionalismo arquitetônico no Brasil foi um fenômeno que não apenas transformou os repertórios projetuais, mas remodelou o próprio imaginário urbano, tornando-o, como temiam Holanda, monótono, afetando diretamente a memória coletiva. Pela consolidação das formas, pela padronização dos materiais e pelo estabelecimento de um modelo de casa moderno, deixamos de ter expressões regionais que antes caracterizavam o espaço construído brasileiro.

Como foi supracitado, se hoje alguns dos nordestinos não se reconhecem na “casa tradicional”, remontada por esta pesquisa, isto está diretamente relacionado a esses processos de homogeneização cultural, que continuam em curso. Cada nova geração vai perdendo certos privilégios, que outrora nos eram comuns.

¹ “Constituem, portanto, o contraponto, ao nível urbano, do imenso arsenal de medidas tomadas por Vargas e seus seguidores objetivando regulamentar as relações entre o trabalho e o capital e defender as condições de trabalho dos assalariados urbanos, ações que criaram para o ditador a imagem de « pai dos pobres »” (BONDUKI, 1994, p. 1).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho não se propôs a rejeitar as tendências arquitetônicas, até porque estas são ótimos marcadores temporais, que facilitam o reconhecimento de sua história, mas evidencia que as tendências não podem sobrepor a história, a adaptação e memória de uma região. O regionalismo aqui proposto não impõe formas, materiais ou um padrão, porém, evoca um construir voltado à cultura, história e ambiente que cercam uma construção. Não podemos negar que sim, haverá semelhanças estruturais nos projetos, tendo em vista que são construídos numa mesma região, onde se fazem necessárias as mesmas soluções.

As casas, enquanto fontes históricas, não podem perder suas singularidades regionais; não podemos esquecer desse núcleo de resistência cultural que é o viver nordestino, pois, “os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva” (LE GOFF, 1990, p. 368), que corrompem esse elo regional.

Movidos pelo nacionalismo, como definido por C. S. Lewis, ou seja, “o amor pelo nosso lar, pelo lugar ou, quem sabe, pelos muitos lugares em que crescemos e que foram nossos lares. [...] (e pelo) amor aos lugares mais próximos ou parecidos com nossos lares” (LEWIS, 2017, p. 27), exercitaremos a defesa pela pluralidade cultural e pelo direito à memória regional nordestina.

REFERÊNCIAS

- BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: *Análise social*, vol. XXIX (127), p. 711 -732, 1998.
- HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. São Paulo: Clube de Autores, 2023.
- HAJIRASOULI, Aso; KUMARASURIYAR, Anoma; NIELSEN, David. **Vernacular buildings traditions: A case study of Kandovan**. 2018. Queensland University of Technology (QUT).
- HOLANDA, Armando. **Roteiro para construir no Nordeste**. Recife, MDU/UFPE. 1976.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- LEITE, Raíssa Rafaelly de Holanda. **Princípios para se construir no Nordeste: Análise da produção residencial unifamiliar em Maceió na década de 1980**. Maceió, 2023. 98 f. Monografia (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal de Alagoas.
- LEWIS, C.S. **Os quatro amores**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017
- MARCO, Marina Drummond De. **Industrialização na Construção Civil: pré-fabricados em concreto armado**. Belo Horizonte, 2015. 59 f. Monografia (Curso de Especialização em Construção Civil), Universidade Federal de Minas Gerais.

MICHAELIS. **Arquitetura**. Dicionário brasileiro da língua portuguesa. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/arquitetura>. Acesso em: 13 dez. 2025.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. São Paulo: Projeto História, v. 10, p. 7-28, dez. 1993).

RUBIN, Graziela Rossatto. **Movimento Moderno e habitação social no Brasil**. Santa Maria: Geografia, ensino & pesquisa, v. 17, n. 2, p. 57-71. Mai. /ago. 2013.

THE NORTHEASTERN WAY OF LIVING: REGIONAL CULTURE EXPRESSED IN ARCHITECTURE AND THE PROCESS OF LOSS OF ARCHITECTURAL REGIONALISM IN BRAZIL

ABSTRACT

This study proposes a historical reflection on the process of losing the regional characteristics of northeastern architecture, understood as an expression of culture and a place of the collective memory of its people. The “northeastern way of living”, once surrounded by colorful houses, equipped with balconies, bipartite doors, and windows that opened to the street, showed a way of life adapted to the climate, soil, and local social relations. However, from the 1950s and 1960s onward, a growing standardization of Brazilian houses is noticeable, driven by urbanization and modernization processes, and global architectural trends. Using the concepts of collective memory (HALBWACHS, 2006), places of memory (NORA, 1993), and Jacques Le Goff’s discussions on the relations between memory and oblivion (LE GOFF, 1990), this study comprises the northeastern house as a symbolic pillar of social memory. Thus, this research points out that the replacement of these vernacular forms by standardized models represents not only an aesthetic change, but also the erasure of a cultural identity and a way of inhabiting that constitutes a significant link between the past and the present. We seek to understand architectural standardization as a historical phenomenon of cultural homogenization, in which the memory of the “northeastern way of living” as a practice and expression of identity is dissolved.

Keywords: Collective memory; Vernacular architecture; Northeastern culture; Regionalism; Modernization.

CAPÍTULO XXXII

A ERA DIGITAL E O ENSINO DE HISTÓRIA: IMPACTOS DA EXPOSIÇÃO MIDIÁTICA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DAS JUVENTUDES

Maysa Feliciano Aranha ¹

RESUMO

O presente trabalho acadêmico tem por objetivo compreender os impactos da Era Digital no processo de ensino-aprendizagem de jovens, no contexto do ensino de História, por meio da exposição midiática exacerbada da contemporaneidade. Nesse sentido, através da pesquisa de campo do estágio supervisionado, pela Universidade Estadual da Paraíba, foi possível refletir sobre como os jovens presentes no contexto escolar estão sendo afetados pelas mídias digitais utilizadas em sala de aula, em especial os alunos inseridos no Ensino Médio. Assim, três perspectivas são fundamentais para o debate abordado: devemos refletir sobre o contexto histórico em que estamos inseridos, o perfil da juventude atual dentro das escolas e, principalmente, como o Ensino de História e ensino geral estão sendo impactados na conjuntura recente. Além disso, metodologicamente, utilizamos relatos orais para a composição da pesquisa, a fim de promover um melhor entendimento do vigente cenário, o qual proporcionou resultados significativos perante os depoimentos de professores e alunos sobre a exposição midiática dentro do cenário de ensino-aprendizagem e as recentes mudanças que reverberam com a promulgação da Lei nº 15.100. Dessa forma, evidenciamos resultados que corroboram com a proposição dos impactos midiáticos na vida social e escolar dos jovens através da pesquisa oral e constatação dos depoentes, demonstrando o atual impacto da enraizada exposição midiática dentro da Era Digital.

Palavras-chave: Era Digital; Ensino de História; Juventudes; Lei nº 15.100.

1. INTRODUÇÃO

A expansão das tecnologias desde o início do século XXI proporcionou a formação de um cenário novo e modificado, a Era Digital. A atual sociedade passou por diversas modificações desde a revolução tecnológica, as quais promoveram o surgimento de novos conceitos que descrevem como podemos identificar esse cenário sócio-histórico.

Assim, Pierre Lévy afirma que estamos imersos em uma Cibercultura, um conceito que se define como "conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atividades, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço" (1999, p.17). Ou seja, ao mesmo tempo que a tecnologia evolui exponencialmente, o seu meio de inserção também deve acompanhar esta evolução, afetando diretamente as questões sociais, culturais, políticas, educacionais, econômicas e trabalhistas das sociedades nativas digitais. Dessa forma, a partir da internet e do celular, a tecnologia está cada vez mais enraizada socialmente, sendo uma

¹ Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

ferramenta de trabalho, instrumento de disseminação de informações, aproximação dos indivíduos, como também de comunicação e acessibilidade para pessoas com deficiência.

Na educação, a cultura digital por meio do uso do celular em sala de aula tem modificado o processo de ensino e aprendizagem no espaço escolar. O lugar do Ensino de História, especificamente, tem sido afetado pelas mudanças feitas na proposição midiática. Nesse sentido, nos últimos anos, o debate sobre o uso dos celulares dentro das salas de aula se tornou cada vez mais evidente, sendo perceptível como a sociedade foi impactada pelo enraizamento das tecnologias, especialmente após o evento da pandemia do Covid-19, que teve seu ápice entre os anos de 2020 e 2021.

Passados alguns anos, no ano de 2025, foi aprovada a Lei nº 15.100, esta institui: proibido o uso de celular em sala de aula em todo o país. No intuito de compreender esses desdobramentos no ambiente escolar e perante as mudanças recentes, temos como um dos objetivos principais, através desse trabalho, analisar como a medida pode ser percebida como essencial para os contornos do processo educacional que envolve não só a relação aluno e professor, mas a escola como um todo. Além disso, entenderemos como a utilização desleixada, sem que ocorresse monitoramento e finalidade do uso das tecnologias se tornaram maléficas para os jovens. Afirmação reverberada no comportamento e nos próprios depoimentos de alunos e professores.

Para a construção do referido trabalho, utilizamos uma abordagem de método qualitativo, o qual abarcou os impactos da exposição midiática nos jovens dentro do processo de ensino-aprendizagem e os desafios percebidos pelos professores quanto a esta nova conjuntura da revolução tecnológica. De tal maneira, construímos a pesquisa qualitativa através da elaboração de questionários diferentes, direcionados a professores e alunos. As entrevistas foram realizadas em escolas diferentes, uma privada e uma pública, sendo referenciadas como Instituição A e Instituição B, a fim de mantermos a descrição das escolas desse estudo.

Do referencial que compõem nossa pesquisa, utilizamos Abreu et al. (2013) e Moraes (2019) que abordam a importância da percepção da difusão das tecnologias na sociedade, especialmente nos jovens em formação, demonstrando a necessidade de compreender quem são as juventudes inseridas dentro das escolas e, ainda, como a conscientização em relação à utilização das tecnologias é imprescindível para o funcionamento das dinâmicas pedagógicas nas salas de aula. Perante os expostos, este trabalho tem como objetivo analisar os impactos da era digital, mediante a exposição midiática das juventudes no processo de ensino e aprendizagem de História.

2. ENSINO-APRENDIZAGEM NO MUNDO DIGITAL: PARTILHANDO EXPERIÊNCIAS

A partir dos desafios enfrentados pelos docentes e discentes mediante o uso exacerbado do celular como consequência da pandemia do Covid19, identificaremos como o ensino aprendizagem está se desdobrando em razão da proibição do celular em sala de aula. Tema que no ano vigente repercutiu no cenário educacional e social do país. Nesse sentido, apresentaremos docentes e discentes que participaram da pesquisa, os quais não serão identificados, a fim de assegurar sua confidencialidade e segurança. Esta discussão possui fundamental importância mediante ao contexto que estamos vivendo, especialmente para a área de educação e ensino-aprendizagem de jovens e crianças nativos digitais. Assim, as entrevistas abarcam as experiências e perspectivas dos envolvidos no cenário escolar, aos quais possuem grande contribuição para o desenvolvimento e conscientização do tema.

A tecnologia não é uma força externa, sobre a qual não temos nenhum controle. Não estamos limitados por uma escolha binária entre ‘aceitar e viver com ela’ ou ‘rejeitar e viver sem ela’. Na verdade, tomamos a dramática mudança tecnológica como um convite para refletirmos sobre quem somos e como vemos o mundo. Quanto mais pensamos sobre como aproveitar a revolução tecnológica, mais analisamos a nós mesmos e os modelos sociais subjacentes que são incorporados e permitidos por essas tecnologias. E mais oportunidades teremos para moldar a revolução de uma forma que melhore o estado do mundo (Schwab, 2016, p. 14).

Diante disto, apenas situaremos algumas informações relacionadas aos perfis de inserção dos professores e alunos, assim como as territorialidades das escolas, com o intuito de elucidar os cenários analisados durante esta pesquisa, mas também proteger as identidades dos depoentes envolvidos. Dessa forma, a Instituição A, da rede privada, localiza-se centralmente na cidade de Campina Grande, sendo destacada como uma escola que abarca alunos de status socioeconômico de classe média, média-alta e alta. Nesta escola foram entrevistados três professores, das disciplinas de História, português e inglês. Ademais, também foram entrevistados cinco alunos, os quais estão presentes na modalidade do Ensino Médio regular, do 1º ao 3º ano, sendo a faixa etária entre 14 e 18 anos.

Já a Instituição B, da rede pública, situa-se na região central do município de Alagoa Nova, se destacando como uma escola que abarca alunos da zona rural de setores circunvizinhos, assim como alunos de toda a localidade alagoa-novense, de status socioeconômicos com prevalência de classe baixa e média. Nesta escola foram entrevistados três professores, das disciplinas de História, Geografia e Matemática. Além disso, também foram entrevistados três alunos, que estão presentes na modalidade no Ensino Médio noturno, do 1º ao 3º ano, sendo a faixa etária entre 17 e 20 anos. Desse modo, tendo em vista o panorama apontado, devemos nos atentar nas mudanças sentidas pelos professores dentro das salas de aula, após a explosão do uso tecnológico.

Muitos professores atestaram, depois da pandemia do Covid-19, o aumento do desinteresse, desconcentração e até mesmo apatia dos alunos quanto ao uso descontrolado do celular nas salas de aula, os discentes simplesmente ignoravam a presença do docente e tudo que acontecia ao seu redor, demonstrando estarem "presos em um mundo diferente" do mundo real. "Eles estavam cada vez mais dispersos, cada vez mais desinteressados dentro do processo de ensino aprendizagem. Como se aquilo que estava no celular fosse mais importante do que aquilo que estava acontecendo ao redor" (Docente 5, 2025).

Neste cenário, o Ensino de História foi impactado com o uso desenfreado do celular, pois, devido aos impactos apresentados pela exposição midiática, a comunicação, interação e construção de debates, que são primordiais para a formação de um pensamento crítico e histórico dentro do ensino de história, sofreram em perspectivas gerais. Sobre esta questão, encontramos o seguinte registro na fala do Docente 1 (2025):

Comportamento totalmente averso com o celular fácil ali, trazia coisas mais interessantes para você do que ficar assistindo a aula, ficar discutindo, anotando coisas, fazendo exercícios. Isso de fato comprometeu concentração, comprometeu comportamento dos alunos e o engajamento na aula, aquela interação, principalmente nas aulas de Humanas que você precisa da interação, precisa da parceria de fazer perguntas, ouvir respostas, então, isso comprometia (Docente 1, 2025).

Além disso, os próprios alunos identificaram em si mesmos, como estavam sendo impactados pelo uso das tecnologias, demonstrando como após o momento pandêmico, estavam com dificuldades na transição do ensino remoto para o presencial. Isto ocorreu principalmente devido ao uso corriqueiro das tecnologias no ensino remoto, entre 2020 e 2021, e com o retorno ao ensino presencial, os alunos tiveram problemas quanto a separação do ambiente, muitos não conseguiam deixar de usar o celular dentro das salas de aula ou demoraram a se habituar novamente com o ambiente de convivência escolar. Assim, uma das discentes entrevistadas afirma que:

Quando eu voltei para a escola mesmo, eu senti um baque muito grande, porque não tinha mais prova online, nem atividade nem nada. Então, eu tive que realmente me acostumar, me adaptar de novo a tudo aquilo de prova presencial, aula presencial, toda aquela convivência, aquele meio físico mesmo. Porque antes era tudo online, e eu acho que me acostumei muito mal inclusive, a tudo online (Discente 2, 2025).

Nesse sentido, podemos apontar que a exposição e o consumo exacerbado das tecnologias, desencadearam dependência e vício em seus usuários, principalmente após o boom cibernético que ocorreu durante a pandemia do Covid-19. Ou seja, é evidente que a habituação ao ensino remoto acarretou um maior uso das tecnologias, desencadeando vícios relacionados ao celular, como aplicativos e jogos, sem falar no desenvolvimento de transtornos mentais ou a piora de transtornos pré-existentes. Dessa forma, um discente afirma como foi afetado por um aplicativo específico:

Eu fiquei muito ansioso usando TikTok, eu sentia a necessidade de utilizar o TikTok. Eu não conseguia focar nas aulas" e ainda completa "passou a me fazer muito mal, tanto é que eu comecei a ter acompanhamento psicológico, porque eu fiquei muito ansioso mesmo, era todo dia com ansiedade. Não conseguia focar, era fora do normal, era o extremo. (Discente 3, 2025).

Então, entendemos que os jovens, usuários das mídias digitais, foram diretamente afetados quanto ao retorno do ensino presencial: Acredita-se que o ensino online, a substituição de livros impressos por ferramentas digitais, aplicativos gratuitos, plataformas para realizar videoconferências e outras mídias eletrônicas direcionaram os estudantes para o uso excessivo de smartphones e a piora de transtornos mentais (Meneses e Andrade, 2024, p.6). Apesar disso, não podemos generalizar este cenário para todos os jovens que fazem uso das tecnologias digitais, muitos alunos não sentiram estes impactos do uso exacerbado das mídias devido as disparidades socioeconômicas que foram evidenciadas com a pandemia do Covid-19.

Isto é, a depender do contexto analisado, muitos estudantes não foram afetados pelas consequências da grande exposição midiática em razão destas disparidades, já que muitos não possuíam celular ou internet, logo, percebemos que não desenvolveram algum tipo de vício ou dependência em relação a esta exposição. Assim, notamos que a tecnologia foi benéfica no periódico pandêmico ao proporcionar a continuidade das atividades pedagógicas, no entanto muitos alunos possuíam dificuldades quanto a se manter em paralelo com o ensino pandêmico. Logo, um docente versa sobre os benefícios tecnológicos e as disparidades socioeconômicas:

A princípio [a tecnologia], foi benéfica, principalmente no período remoto, era uma necessidade, e teve o seu benefício. Uma questão, é que não abrangeu a todos. Nós tivemos também, um déficit muito grande de pessoas que não estavam inseridos nesse meio. Então, tivemos alunos que ainda dependiam de uma atividade impressa, que não tinha uma rede de internet boa, estável, para estar assistindo às aulas. Então tivemos que também dar esse aporte a aqueles que não estavam inseridos (Docente 2, 2025).

De acordo com Moares (2019), esses discentes são descritos como "infoexcluídos" ou "desconectados", e dois motivos vigoram para esta exclusão, o primeiro é o não acesso financeiro a celular, computadores e internet, e o segundo, "por questões de suposto desinteresse ou ausência de competência técnica, pois alguns possuem acesso, mas não produzem, limitando-se a serem espectadores e consumidores" (Moraes, 2019, p.9). Ou seja, além das disparidades, há também alunos que possuem celular, computadores e internet, porém não apresentam grande interesse em estarem conectados digitalmente.

Assim, uma discente confirma: "Eu não sou de mexer muito nele não. Eu mexo mais assim, quando estou com hora vaga, eu mexo um pouco, mas eu não sou muito de celular não" e enfatiza "o

celular não é prioridade para mim não" (Discente 7, 2025). Em consonância, outra discente afirmou que fez um autoexame para saber se estava dependente das tecnologias:

Sábado no começo da tarde, meu celular descarregou, deixei carregando, deu sábado à noite, domingo de manhã, domingo de tarde, domingo de noite, e eu sem o celular. Tirei ele do carregador e deixei ele desligado, não tinha nada para fazer nele, me ocupei com outras coisas, fui ler livro, assistir televisão, desci lá do prédio. E não senti assim, o que o pessoal disse que os jovens sentiriam (Discente 5, 2025).

Através deste panorama dos perfis dos alunos depoentes desta pesquisa, e que são considerados nativos digitais devido a inserção no mundo cibernético, em consonância com a utilização das tecnologias dentro das escolas, entendemos que mesmo com a grande difusão tecnológica, as particularidades presentes nas vidas das juventudes prevalecem, e acarretam diretamente quanto ao modo como cada indivíduo se utiliza destas tecnologias, podendo demonstrar uma grande dependência ou algum desinteresse, isto a depender do seu meio de inserção.

3. MUDANÇAS E A LEI Nº 15.100/2025

Em 13 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei nº 15.100/2025, que restringe o uso dos celulares dentro das escolas, só que "em sala de aula, o uso de aparelhos eletrônicos é permitido para fins estritamente pedagógicos ou didáticos, conforme orientação dos profissionais de educação" (Brasil, Constituição, 1988).

Art. 1º Esta Lei tem por objetivo dispor sobre a utilização, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais, inclusive telefones celulares, nos estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica, com o objetivo de salvaguardar a saúde mental, física e psíquica das crianças e adolescentes. Art. 2º Fica proibido o uso, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais durante a aula, o recreio ou intervalos entre as aulas, para todas as etapas da educação básica (Brasil, Constituição, 1988).

A nova lei surgiu como uma solução emergencial diante dos resultados alarmantes identificados em estudos e pesquisas. Além do mais, muitos professores se queixavam do uso desmedido das tecnologias, especialmente do celular, dentro das salas de aula, assim como fora dela. Neste cenário, isto fica evidente pois "a escola do século XXI precisa achar um modo de educar as gerações para o tempo em que vão viver, definido pelas tecnologias digitais. O mundo mudou, e a escola vive os problemas e dilemas da transição de eras" (Abreu et al. 2013, p.140).

Acerca disto, Abreu et al. (2013) reforça sobre o descontrole do uso: A convivência com as TICs traz benefícios e oportunidades que precisam ser aproveitadas, mas também expõe a mais riscos à saúde corporal, mental, emocional e social de crianças e adolescentes/adultos jovens se não for bem dosada em tempo, controle e disponibilidade do uso diário (Abreu et al. 2013, p. 12-13). Este panorama demonstra como os jovens e crianças estavam sendo afetados e por isso os professores

ênfâtizaram a importância da lei de proibição do uso dos celulares, em questão de comportamento, engajamento, interação e sociabilidade.

De acordo com o Docente 4 (2025): "A lei foi muito bem-vinda, ajudou bastante. Então, a lei, era para ter vindo antes". Além disso, outro docente ênfâtiza os efeitos positivos percebidos após a Lei nº 15.100:

A gente já consegue perceber umas mudanças, principalmente na sala de aula, por exemplo, a interação maior dos alunos, você pergunta, faz algum debate e eles tendem a participar mais. Outra coisa que se percebe no ambiente escolar, fora da sala de aula, no ambiente intervalo por exemplo, está havendo uma maior comunicação entre eles, revivendo jogos de gerações antigas, como baralho, dominó ou xadrez. Então, um olhar mais fixo no outro, em conversas ou em jogos, isso já é um efeito positivo, mesmo com essa decisão recente da proibição do celular (Docente 1, 2025).

Ademais, outro fator importante após a proibição dos celulares foi a recepção e percepção dos estudantes quanto à implementação da lei dentro das escolas e salas de aula, pois, por se tratar de uma lei federal, teve que ser regulamentada imediatamente e a maioria dos estudantes demonstraram perspectivas parecidas quanto a isto.

Quanto aos discentes depoentes desta pesquisa, houve reações de estranheza e relutância em relação a proibição, especialmente quanto a interrupção da comunicação com a família, entretanto com o tempo, conscientização, diálogo e habituação, passaram a compreender, que apesar de ser uma mudança muito recente, foi pensada em prol deles mesmos. Na narrativa de uma das discentes entrevistadas, vimos que:

Começaram a proibir o celular e eu estava bem assim mesmo, de que estava mal porque queria estar no celular, queria estar conectada assim de alguma forma para poder ver mensagem de alguém, caso precisasse, fiquei preocupada e acabei meio que ficando deprimida. Mas depois de um tempo, a pessoa percebe que não tinha tanta necessidade, e é até melhor para mim, que agora eu sinto que estou me concentrando mais (Discente 1, 2025).

Entretanto, não houve unanimidade quanto a aceitação da proibição, o que pode ser percebido, por exemplo, a partir da fala da Discente 5:

Eu acho que na verdade é um bando de adultos, que não entendem mais como é o contexto atual de uma escola, que dizem “não usem o celular porque está afetando muito os jovens”, quando a gente vê também que tem estudos que está afetando até a terceira idade. Você querer privar de um local só, sem focar no problema, que é social. Porque trouxeram isso como uma forma de punição, então, acho que não é o melhor o método educacional. Porque a palavra “proibição” de não poder entrar, se fala como se o problema estivesse só nos jovens (Discente 5, 2025).

Dessa forma, podemos perceber que apesar da maioria dos alunos estar se adaptando e se habituando às diretrizes da lei de proibição dos celulares, há uma parcela que realmente não concorda,

que estão aceitando devido a implementação ter partido de um poder maior. Isto é, ocorreram mudanças no funcionamento das escolas, em questões de convivência, sociabilidade, interação e ensino-aprendizagem, logo, entendemos que, apesar de ser algo muito recente, já está surtindo efeitos positivos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discussão ainda recente, a temática se apresenta em desenvolvimento em razão das transformações tecnológicas e dos processos de Ensino e Aprendizagem do século XXI. Como foi evidenciado, a partir das perspectivas dos depoentes, nos atentamos principalmente nas modificações benéficas que já foram percebidas diante da proibição do uso dos celulares.

Dessa forma, entendemos que as tecnologias não são nossas inimigas, mas também não devem ser dignificadas. Devemos compreender a utilidade das tecnologias como ferramentas que estão a nossa disposição e ao nosso favor, isto é, nós que devemos controlar a máquina e não o contrário. Este é o senso de responsabilidade, que enquanto cidadãos adultos, devemos transmitir às juventudes e as gerações mais novas. Portanto, este processo de imputar nos jovens a responsabilidade e senso crítico em suas atitudes, deverá ocorrer em todos os âmbitos de suas vidas, desde em casa até a escola. Assim, o Ensino de História desempenha papel importante na construção deste senso de responsabilidade, visto que, antes de tudo, é necessário fazer o aluno compreender na sua própria potencialidade enquanto um indivíduo em constante formação, e que vislumbre um futuro como um cidadão reflexivo e crítico sobre seu contexto sócio-histórico, assim como, sobre suas atitudes e escolhas ao longo da vida.

Por fim, a partir da construção de estudos e pesquisas que abordem temáticas sobre a área de educação e que comumente presentes no dia a dia da maioria dos indivíduos da Era Digital, apontamos que a análise dos relatos orais em união com os teóricos apresentados neste trabalho, demonstram a importância do debate de temas que estão intrinsecamente ligados a vida das juventudes presentes dentro das escolas. Debates sobre este tema devem ser desenvolvidos com o objetivo de alertar sobre as problemáticas educacionais, de conscientizar socialmente os indivíduos envolvidos, e de alguma forma, buscar melhorias que possibilitem a concretização do processo de ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ABREU, Cristiano; EISENSTEIN, Evelyn; ESTEFENON, Susana. **Vivendo esse mundo digital: impactos na saúde, na educação e nos comportamentos sociais**. – Porto Alegre, 2013.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos (Lei nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025). Brasília, 2025.

CERRI, Luis. **Ensino de história e consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

MENESES, Marilyse; ANDRADE, Elaine. **Relação entre depressão, ansiedade, estresse e dependência de smartphone em estudantes de enfermagem na COVID-19**. Revista Latino-americana de Enfermagem, 2024.

MORAES, Daniela. **Ensinar e Aprender História nas Redes Sociais Online: Possibilidades e Desafios para o Espaço Escolar**. ANPUH – Brasil – 30º Simpósio Nacional de História, Recife, 2019.

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. São Paulo: Édipo, 2016.

THE DIGITAL AGE AND HISTORY TEACHING: IMPACTS OF MEDIA EXPOSURE ON THE TEACHING-LEARNING PROCESS OF YOUTH

ABSTRAT

This academic work aims to understand the impacts of the Digital Age on the teaching-learning process of young people in the context of History education, through the exacerbated media exposure of contemporary times. In this sense, through field research during a supervised internship at the State University of Paraíba, it was possible to reflect on how young people in the school context are being affected by the digital media used in the classroom, especially students in high school. Thus, three perspectives are fundamental to the debate addressed: we must reflect on the historical context in which we are inserted, the profile of current youth within schools, and, mainly, how History teaching and general education are being impacted in the recent context. Furthermore, methodologically, we used oral accounts to compose the research, in order to promote a better understanding of the current scenario, which provided significant results regarding the testimonies of teachers and students about media exposure within the teaching-learning scenario and the recent changes that reverberate with the promulgation of Law No. 15.100. Thus, we evidence results that corroborate the proposition of media impacts on the social and school lives of young people through oral research and the findings of witnesses, demonstrating the current impact of deep-rooted media exposure within the Digital Age.

Keywords: Digital Age; History teaching; Youth; Law No. 15.100.

CAPÍTULO XXXIII

O MEME DE INTERNET COMO FERRAMENTA DE ENSINO APRENDIZAGEM HISTÓRICA

Jessica kelly Filismino Norberto de Souza ¹
Maria Auriane Otávio Cabral ²

RESUMO

Os memes de internet estão cada vez mais presentes em nossa sociedade digital (Barros, 2022), tornando-se relevantes tanto na cultura quanto na disseminação de informações e no debate público. A partir desse entendimento, a presente proposta tem como objetivo refletir sobre o uso dos memes como ferramentas de ensino-aprendizagem de história, destacando seu potencial para aproximar os estudantes de debates históricos e políticos por meio de uma linguagem próxima à sua experiência cotidiana. A partir da definição proposta por Limor Shifman (2014), os memes são entendidos aqui como itens digitais que, por meio da conjugação de linguagens multimídia, possibilitam a construção de narrativas e aprendizados. Para alcançar o objetivo proposto, metodologicamente se aplica essa proposta na Escola Cidadã Integral João da Silva Monteiro, situada no município de Gado Bravo – PB, com a turma do 1º ano “A” do Ensino Médio. A proposta seguiu algumas etapas: inicialmente, foi promovido um debate com os estudantes, com o objetivo de identificar seus conhecimentos prévios acerca do conceito de “meme”. Em seguida, e de forma complementar, foi apresentada uma explanação sobre a origem dos memes, sua relevância no contexto digital contemporâneo e os principais desafios relacionados ao consumo de conteúdos que, simultaneamente, exercem função de entretenimento e transmitem informações sobre a história. E, de forma subsequente, os discentes foram convidados a criar seus próprios memes, selecionando uma temática histórica, elaborando legendas adequadas e explicando o contexto histórico evidenciado.

Palavras-chave: Ensino de história; Memes de internet; consciência histórica.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as transformações ocasionadas pelo avanço das tecnologias digitais e pela crescente presença das redes sociais no cotidiano modificaram as formas de comunicação e a maneira como nos relacionamos, produzimos e compreendemos o mundo à nossa volta. Como destaca Barros (2022), a partir do *boom* das redes no nosso dia a dia passamos a viver em uma sociedade digital acelerada e hiperconectada, na qual elementos culturais se formulam e se reformulam a todo momento. Um dos elementos que mais se destacam nesse espaço são os memes de internet pois a sua circulação rápida, a sua capacidade de síntese e a forma como articula o humor, a ironia, a crítica e as referências compartilhadas fazem deles uma das expressões mais significativas da cultura digital.

Ao nos propormos a pensar esse elemento pela perspectiva do ensino de história, percebemos que eles se destacam justamente por sua facilidade de compreensão, por seu potencial de despertar

¹ Universidade Federal de Campina Grande, Brasil. – jessicasouzza100@gmail.com, bolsista CAPES.

² Universidade Federal de Campina Grande, Brasil – mariaxauriane@gmail.com.

interesse nos alunos e por promover uma aproximação direta com eles, a partir de uma linguagem que faz parte do seu cotidiano e que permite que temas históricos, políticos e sociais sejam debatidos em sala de aula de maneira acessível e interessante. Assim, este artigo tem como objetivo refletir sobre o uso dos memes de internet como ferramentas de ensino-aprendizagem de história, destacando suas potencialidades a partir de uma linguagem próxima à experiência cotidiana dos alunos.

Para atingir o objetivo proposto, discutiremos inicialmente sobre o conceito de meme e por que ele é considerado uma boa fonte para as discussões em sala de aula. Posteriormente, cabe a apresentação de uma experiência metodológica realizada na Escola Cidadã Integral João da Silva Monteiro, situada no município de Gado Bravo – PB, com a turma do 1º ano “A” do Ensino Médio. A proposta é parte da articulação entre perspectivas teóricas e as práticas de sala de aula, desenvolvidas com a turma. Buscamos compreender como os memes podem operar como ferramenta pedagógica capaz de promover reflexão histórica e participação discente.

2. DESENVOLVIMENTO

Compreender o meme como ferramenta de ensino-aprendizagem no campo da história, exige reconhecê-lo como uma forma de linguagem e de representação social própria da cultura digital. Diferentemente de suportes mais tradicionais, o meme articula texto, imagem, ironia e intertextualidade, operando por meio de códigos compartilhados entre os sujeitos que participam do espaço digital. Nesse sentido, ele não pode ser reduzido a um simples recurso ilustrativo ou a um elemento de descontração em sala de aula, mas deve ser entendido como um objeto cultural que carrega sentidos históricos, políticos e sociais. A partir desse entendimento, o conceito de meme que adotamos está de acordo com a definição de Shifman (2014) que propõe compreender os conteúdos produzidos por usuários da internet a partir das dimensões de forma, conteúdo e postura comunicativa, e define meme como: a) um grupo de itens digitais, que compartilham características comuns de conteúdo, forma e/ou postura; b) foram criados com ciência uns dos outros; c) e postos em circulação, imitados ou transformados pelos usuários.

A definição de Shifman (2014) é adotada neste trabalho por sua capacidade de articular a forma, o conteúdo e a postura comunicativa dos memes de internet, o que é essencial para entender as funções e materialidades dessas produções. Além disso, é possível reconhecer que o meme não é um objeto isolado, mas parte de um processo comunicativo mais amplo que é marcado pela repetição criativa, pela adaptação de ideias e pela circulação em rede. Essas características tornam os memes particularmente relevantes para o ensino de história pois abre a possibilidade de discutir com os alunos o que está sendo representado e o por que determinadas narrativas e discussões são produzidas e compartilhadas.

Nesse sentido, podem ser pensados também como fontes históricas digitais, embora não se enquadrem nos modelos clássicos de documentação, eles registram sensibilidades, conflitos e discursos de um determinado tempo. A compreensão dos memes como fontes históricas digitais dialoga diretamente com as reflexões propostas por Pereira e Seffner (2008) acerca do uso de documentos no ensino de história. Para os autores, trabalhar com fontes em sala de aula não significa utilizá-las como comprovação de uma verdade previamente estabelecida, mas sim como instrumentos capazes de problematizar contextos sociais e políticos nas quais foram produzidas. Essa perspectiva, por sua vez, permite discutir em sala o entendimento do que é uma fonte e o que a compõe, buscando uma afastamento da lógica de prova e aproximando a da noção de monumento deixado ativamente pelas pessoas em determinados períodos históricos (Le Goff, 2005).

Os autores ressaltam ainda que as especificidades do ensino de história na educação básica não reside na formação de historiadores profissionais a partir do uso de fontes, mas sim na capacidade de possibilitar que os estudantes compreendam o mundo em que vivem e historicizar suas experiências a partir da crítica à fonte. Assim, o uso de fontes em sala de aula contribui para deslocar o aluno de uma posição passiva para uma postura ativa diante de conhecimento histórico, pois ao analisar e produzir memes, os estudantes são convidados a refletir sobre o discurso utilizado, o tema escolhido, o contexto e quais interesses estão em jogo.

Diante disso, o uso do meme em sala é também uma estratégia pedagógica que possibilita que o professor alcance o objetivo do ensino de história na educação básica. De acordo com Penna (2011), diferentemente da produção historiográfica acadêmica, cujo propósito é alterar o estado do conhecimento por meio do debate entre os pares, a produção histórica realizada a partir da sala de aula tem como finalidade modificar o estado de conhecimento dos alunos. Para tanto, o autor apresenta o conceito de transposição didática como uma ferramenta possível para atingir tal objetivo.

Nesse sentido, o uso de memes auxilia na transposição necessária entre os debates e conhecimentos históricos mais acadêmicos e teorizados, para o ambiente de sala de aula ao adaptar conceitos, debater problemas históricos para uma linguagem próxima dos estudantes e possibilitar a compreensão de processos históricos complexos sem abrir mão da historiografia. O meme, enquanto linguagem familiar aos alunos, nos auxilia a mediar o conhecimento histórico e o universo cultural discente.

Posto isto, cabe seguir a discussão com a apresentação de uma experiência metodológica vivida com alunos do ensino médio, onde foi possível a realização prática do uso de memes de internet em sala.

3. METODOLOGIA

A prática pedagógica desenvolvida na Escola Cidadã Integral João da Silva Monteiro, situada no município de Gado Bravo – PB, com a turma do 1º Ano A, teve como foco a utilização dos memes como ferramenta de ensino, compreendendo-os como uma linguagem contemporânea significativa para os estudantes. A proposta está alinhada às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que enfatiza a valorização das culturas juvenis, o uso de múltiplas linguagens e o desenvolvimento do pensamento crítico, reflexivo e autônomo.

De acordo com a BNCC, o Ensino Médio deve garantir aos estudantes o acesso a práticas que promovam a leitura crítica do mundo, a análise de diferentes linguagens e a participação ativa nos processos de aprendizagem. Nesse sentido, os memes foram utilizados como estratégia pedagógica por se configurarem como textos multimodais, que articulam imagem, texto verbal, humor e crítica social, possibilitando a integração entre conhecimento escolar e vivências cotidianas dos alunos.

Alguns objetivos específicos da atividade são: ampliar a capacidade de interpretação crítica dos estudantes; estimular a participação ativa e o protagonismo juvenil; desenvolver habilidades de leitura e análise de textos multimodais; relacionar conteúdos históricos à linguagem contemporânea; promover o diálogo, a argumentação e o respeito às diferentes opiniões. Sendo assim, tais objetivos dialogam diretamente com as competências gerais da BNCC, especialmente as competências 1 (Conhecimento), 3 (Repertório cultural), 4 (Comunicação), 5 (Cultura digital) e 6 (Trabalho e projeto de vida).

A metodologia foi organizada em sequências didáticas, respeitando os conhecimentos prévios dos alunos e promovendo a construção coletiva do conhecimento. Na primeira etapa, iniciamos a aula com uma pergunta problematizadora: “O que vocês entendem por meme?”. Esse momento teve caráter diagnóstico, permitindo identificar as concepções iniciais dos estudantes sobre o tema. As respostas evidenciaram que os alunos associam os memes principalmente ao humor, às redes sociais e à comunicação rápida do cotidiano digital. Essa escuta inicial foi fundamental para valorizar a experiência dos estudantes, conforme orienta a BNCC, que defende práticas pedagógicas que partam da realidade do aluno e dialoguem com seus repertórios culturais.

Na segunda sequência didática, foi promovido um debate coletivo acerca do conceito de meme. Pudemos atuar como mediadores, ampliando as definições apresentadas pela turma e destacando os memes como um gênero discursivo que expressa ideias, opiniões e críticas inseridas em contextos históricos, sociais, culturais e políticos. Foram discutidos aspectos como intencionalidade comunicativa, linguagem visual, ironia, humor e intertextualidade.

Durante o debate, os estudantes foram incentivados a refletir sobre como os memes podem reforçar ou questionar discursos, contribuindo para o desenvolvimento da criticidade e da argumentação oral, habilidades essenciais previstas pela BNCC.

Na terceira sequência didática, foi realizada uma atividade de interpretação e apresentação de memes com contexto histórico. Os alunos, organizados individualmente ou em grupos, analisaram memes relacionados a acontecimentos históricos, períodos específicos ou personagens relevantes. A atividade consistiu em identificar o contexto histórico representado, a mensagem transmitida e os elementos visuais e textuais utilizados. Como podemos analisar a seguir:

Imagem 1



Fonte: <https://share.google/images/N2c3dSce6x6i2FFat>

Imagem 2



Fonte: <https://share.google/images/6DOfl7smScTXZKizS>

Posteriormente, os estudantes apresentaram suas análises para a turma, explicando a relação entre o meme e o conteúdo histórico estudado. Essa etapa favoreceu o desenvolvimento da oralidade, da autonomia intelectual e da capacidade de estabelecer relações entre passado e presente, conforme propõe a BNCC ao incentivar aprendizagens contextualizadas e significativas.

Os resultados obtidos com a aplicação dessa metodologia foram bastante positivos. Observou-se maior engajamento da turma, aumento da participação nas discussões e interesse pelos conteúdos abordados. Os alunos demonstraram maior facilidade em compreender os contextos históricos quando apresentados por meio de uma linguagem próxima de sua realidade. Além disso, a atividade contribuiu para o desenvolvimento do pensamento crítico, da interpretação de diferentes linguagens e do trabalho colaborativo. A utilização de memes possibilitou uma aprendizagem mais dinâmica, favorecendo a construção de conhecimentos de forma ativa e reflexiva.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou refletir sobre o uso dos memes de internet como ferramentas de ensino aprendizagem no ensino de história, compreendendo os como fontes históricas digitais e expressões da cultura digital contemporâneo. A experiência vivenciada durante a atividade evidenciou que o uso de memes como recurso pedagógico é uma estratégia eficaz e alinhada às diretrizes da BNCC. Ao integrar conteúdos curriculares às linguagens contemporâneas, a prática pedagógica tornou-se mais significativa, promovendo a autonomia, a criticidade e o protagonismo dos estudantes. Dessa forma, conclui-se que a inserção de recursos digitais e culturais, como os memes, contribui de maneira relevante para a formação integral dos alunos, tornando o processo de ensino-aprendizagem mais contextualizado, inclusivo e coerente com as demandas da educação contemporânea.

Conclui-se também, que a inserção dos memes como recurso pedagógico, quando orientada teoricamente e metodologicamente, amplia as possibilidades de realização de transposição didática que fortalece as práticas de ensino e crítica, alinhada às demandas da educação contemporânea.

REFERÊNCIAS

- BARROS, José D'Assunção. **História Digital: A historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo**. Petrópolis: Vozes, 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.
- LAMARÃO, Luisa Quarti. O uso de memes nas aulas de história. **Periferia**, p. 179-192, 2019.
- LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo, Martins Fontes, 2005
- PENNA, Fernando Araújo. "Operação Ensino de História". In: XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. ANPUH, 2011. (Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/201901/1548856594_d9200929406197e13b0bflf6d795a5cb.pdf)
- PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. **Anos 90**, v. 15, n. 28, p. 113-128, 2008. (Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/7961/4750>)

INTERNET MEMES AS A TOOL FOR TEACHING AND LEARNING HISTORY

ABSTRACT

Internet memes are increasingly present in our digital society (Barros, 2022), becoming relevant both in culture and in the dissemination of information and public debate. Based on this understanding, this proposal aims to reflect on the use of memes as tools for teaching and learning history, highlighting their potential to bring students closer to historical and political debates through a language close to their daily experience. Based on the definition proposed by Limor Shifman (2014), memes are understood here as digital items that, through the combination of multimedia languages, enable the construction of narratives and learning. To achieve the proposed objective, this proposal is methodologically applied at the João da Silva Monteiro Integral Citizen School, located in the municipality of Gado Bravo – PB, with the 1st year "A" class of High School. The proposal followed several stages: initially, a debate was promoted with the students to identify their prior knowledge about the concept of "meme". Then, and in a complementary way, an explanation was presented about the origin of memes, their relevance in the contemporary digital context, and the main challenges related to the consumption of content that simultaneously serves as entertainment and transmits information about history. Subsequently, the students were invited to create their own memes, selecting a historical theme, developing appropriate captions, and explaining the historical context evidenced.

Keywords: History teaching; Internet memes; historical consciousness.

CAPÍTULO XXXIV

O VINIL, OBJETO DO PASSADO PERFORMADO NO PRESENTE: DESAFIOS ARQUIVÍSTICOS CONTEMPORÂNEO

Janaína Lima dos Santos ¹

Vancarder Brito Sousa ²

RESUMO

Este artigo é resultado de uma pesquisa de dissertação ora em andamento do Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão documental e Governança arquivística - PPGDARQ das instituições acadêmicas associadas: Universidade Estadual da Paraíba - UEPB e Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Esta pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e exploratória, com abordagem qualitativa e método etnográfico que sugere a observação de uma sociedade ou população, no caso deste pesquisa serão observados os discos de vinis, como objetos memorialístico, culturais, contemplativos de nostalgia e afetividade, entre outros indagando os seus diversos significados, estabelecemos como recorte temporal para realização da pesquisa um período entre (2020 a março de 2025), utilizamos como bolear de pesquisas os seguintes buscadores: banco da biblioteca digital brasileira - BDTD, a base de dados arquivística - BDA e a Plataforma Sucupira no Portal da capes de periódicos através da rede CAFE – comunidade acadêmica federada. A finalidade desta pesquisa é traçar uma construção de um arcabouço arquivístico contemporâneo, evidenciando o disco de vinil como objeto que se relaciona com a memória social, alinhado a cultura artística popular e ao mesmo tempo que se denota diversos significados, caracterizando-o assim, como um objeto multifacetado: informacional e cultural, analisaremos pontos estratégicos acerca do objeto vinil, tais como: a nostalgia, o retromarketing, o colecionismo e a representatividade das capas dos discos.

Palavras-chave: Disco Vinil. Cultura. Etnografia. Memória Social. Nostalgia.

1. INTRODUÇÃO

Os arquivos sonoros (analógicos), especiais das instituições arquivísticas, públicas ou privadas, caracterizam-se como uma fontes de pesquisa muito importantes, porém, no contexto brasileiro, enfrentamos sérios obstáculos estruturais e operacionais, como por exemplo, a falta de profissionais qualificados, carência de recursos, infraestrutura precária, ausência de instrumentos de pesquisa adequados, além de entraves burocráticos que dificultam o acesso e que comprometem o trabalho dos pesquisadores. (Pinsky, 2005).

No cenário contemporâneo, marcado pela presença cada vez mais significativa das plataformas digitais, o campo da arquivologia contemporânea confronta-se acerca de pensar no vinil, como um objeto multifacetado: informacional, cultural, memorialístico, pois sendo também um

¹Mestranda do Programa (Profissional) Pós-Graduação em Gestão de documentos e Governança arquivística - PPGDARQ - das instituições associadas - Universidade Estadual da Paraíba - UEPB e Universidade Federal da Paraíba - UFPB.

²Professor Doutor da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB.

arquivo sonoro, com informações musicais e apresenta-se como um objeto de referência e forte apelo afetivo perante toda sociedade. E que atualmente reaparece com vários significados e afirma-se como testemunho de práticas culturais, identitárias sociais.

Os vinis, nesse contexto contemporâneo, emergem de meros artefatos documentais, voltados para atividades específicas de organização e catalogação de peças de museus, para novas abordagens e significados que dialogam com a sociedade reforçando laços de identidade cultural e memória social de forma subliminar, através de elementos implícitos contidos na moda e tradição, evidenciando assim, objetos de um tempo passado. Diante de tais questões, este artigo propõe uma reflexão sobre os discos de vinil enquanto fontes documentais e memoriais.

A etnografia como método utilizado, busca descrever a vida tal como é vivida e experimentada por um povo, em um lugar específico e em um tempo determinado, com uma precisão, para o antropólogo, (Ingold, 2016) a etnografia é uma prática com técnicas (como a observação participante), é acima de tudo, é uma prática de "correspondência" com o mundo, em que se vive atencional com aos outros.

Para tanto, as fontes arquivísticas na pesquisa antropológica e sua relação com a produção etnográfica quanto aos acervos nos arquivos, reflete uma releitura nos significados relacionados aos vinis. É importante relatar que existe ainda, uma ambiguidade entre os artefatos (peças) de museus e os documentos de arquivos.

2. TRAJETÓRIA DO VINIL NO BRASIL

Na década de 1940, as principais gravadoras americanas, como a Columbia Records e a Victor RCA, iniciaram o desenvolvimento de novos formatos de discos que permitiram uma maior capacidade de gravação e uma melhor qualidade de som (Silva, 2024). No Brasil, em 1948, o vinil tornou-se o principal suporte sonoro analógico do século XX, ele é considerado um documento especial, porém, esse suporte é considerado frágil e passível de variadas deformidades e avarias, principalmente, no que diz respeito a questão de acondicionamento dos acervos. Segundo (Gomes, 2014, p. 75)

A partir dos anos 1980, houve uma ampliação significativa na comercialização dos discos de vinil, estendendo-se não apenas às lojas especializadas, mas também às grandes empresas de hipermercados e redes de varejo, o que resultou em uma redução no custo de consumo deste produto. (Silva, 2024). O surgimento do vinil direcionou uma nova forma de consumo, ao qual “demandava a compra de discos”. Paralelamente as rádios e os o vinis promoveu aproximação de vários artistas com o público, e ao mesmo tempo que proporcionava artistas começaram a lançar seus discos com oito faixas, possuindo assim dois lados: A e B. Este objeto multivalorado, permitir a noção do autor e

compositor, criar vários discos, o que levou a população criar afeição a este produto e colecioná-los. (Perpétuo; Silveira, 2009, p. 58).

Um dos motivos para tal atividade é o fato que o vinil carrega consigo um “valor agregado em sua arte da capa, além do encarte, o design, retrô ou vintage e suas características aparente que envolvem o objeto e nos faz lembrar aos tempos de seu auge”. (Madeira; Faria-Santos, 2021, p. 12). Outro ponto a ser analisado, seria ao um costume antigo de se autografar os discos, atribuindo assim valorização e sentimento ao mesmo.

O consumo de discos de vinil e os seus valores que estão envoltos dele, revelam um importante campo de estudo que podem fornecer informações relevantes sobre o comportamento do mercado acerca desse objeto, tradições e costumes e ritos que enaltecem a memória social coletiva. (Melo, Prado e Resende, 2024, p. 217). Para tanto, o disco de vinil configura-se como um objeto com vínculos e valores que possuem características como: o aparente chiado do som, o tamanho dos discos que remetemos a uma nostalgia de um tempo vivido, influenciando assim, para a conservação da cultura do vinil, esse movimento vai além de uma questão de colecionismo e de um apelo por consumismo de fãs. (Vargas, 2024, p. 4).

A cultura do vinil ou melhor, a cultura da memória, atualmente versa com as práticas contemporâneas, buscando dialogar com objetos do passado e se estruturam, como um perfil retrô ou vintage.¹ Esse movimento cultural social, configura-se como um paradoxo cultural tecnológico, onde se volta a ter interesse por objetos antigos do período pós-moderno, tais como: relógio de pulso, câmeras fotográficas, cartões postais, selos, discos, canetas, carros dentre outros artefatos memorialísticos que se caracterizam-se como as práticas de colecionismo. (Vargas 2024, p. 10) afirma que o vinil não é mais um objeto do passado, com as lembranças que se tinham sua imagem atual é outra, na era digital atual retorna-se o hábito de expor os discos nas paredes. As capas dos discos é outro elemento característico do vinil com: significados, cores, figurino, cenário, fotos, objetos utilizados e também, os estilos das capas: monocromática, policromática, digitalizado são traços que permitem identificar um período de tempo. Segundo (Jardim, 1995, p. 01) a temática da memória, expressão de interesses e paixões e objeto de um campo interdisciplinar, contudo diversos termos tendem a ser associados à memória: resgate, preservação, conservação, registro, seleção etc. Logo assim, a memória é caracterizada como um dado a ser arqueologizado e raramente como processo e construção sociais. Podemos observar as divergências das afirmações de (Vargas, 2024) e

¹ Referências ao estilo denominado retrô ou vintage, presencia-se um momento no qual elementos de épocas bem-sucedidas (na memória de um grupo ou de um indivíduo) são resgatados em forma de estampas ou de réplicas de vestimentas que, quando utilizadas, fazem com que o sujeito se sinta parte daquele momento passado ou, simplesmente, que eternize imagens de um momento que não se repetirá. (Santos, 2010).

(Jardim, 1995), sobre o objeto estudo e o tempo, a visão da década de 90 em contramão ao presente contemporâneo.

O retorno do vinil, revelou este objeto, como um artefato que articula memória, nostalgia, consumo afetivo, identidade e práticas culturais, assim compreender seus significados na contemporaneidade implica analisá-los não apenas como mídia sonora, mas como um objeto social performado no presente. Segundo (Halbwachs, 1990) os objetos materiais participam da manutenção e da atualização das memórias coletivas, mediando relações entre passado e presente. Assim, o vinil ativa lembranças individuais, sociais, nas pessoas associando-se a vivência familiar, rituais e tradições.

3. O DISCO DE VINIL E OS SEUS DIVERSOS SIGNIFICADOS NA ERA DA CONTEMPORÂNEIDADE

Entre as várias nuances e significados que o vinil representa, podemos perceber a existência de uma relação de recordação dos discos de vinil através das músicas, que revelam momentos de nostalgia, ao mesmo tempo, por meio visual, as capas dos discos em sua arte refletem os estilos de modismo social vivenciados, estimulando vínculos afetivos que se entrelaçam o passado e o presente. Para continuação da propagação da memória e dos vínculos sociais nas instituições. Segundo (Stein, 1995) o desenvolvimento de atividades de memória em organizações poderia ajudá-las a manter uma direção estratégica ao longo do tempo e fortalecer a identidade nas organizações.

Na era da tecnologia e contemporaneidade, o disco de vinil desempenha uma função que ultrapassa sua utilidade estritamente técnica de reprodução sonora, ele se converte em um mediador de afetos, memórias e identidades culturais. A crescente volta das vendas dos vinis em espaços urbanos, favorece o aparecimento de lojas especializadas, feiras de coleção, eventos culturais, revelam um fenômeno que resulta em práticas de colecionismo e consumo cultural são reinterpretadas sob o prisma da experiência sensorial, o ato de escutar vinil, proporciona uma experiência que envolve manipulação física, observação da capa, leitura de encartes e atenção concentrada. As divergências do contraste da imaterialidade do streaming, em contrapartida da experiência musical, vivenciada pelos colecionadores que continuam a ouvir o vinil na atualidade, embora tenham que enfrentar constantes desafios de manter suas coleções de discos, percebemos outro público que busca consumir os vinis são os DJs que procuram os discos em sebos e lojas especializadas. Para tanto, o vinil é a única mídia que se apresenta em crescimento significativo nas vendas nos últimos anos esse aumento ocorre em parte, também por um pequeno grupo de jovens compradores e fies colecionadores (Lea, 2005). Embora, algumas pessoas vejam os vinis como antiquados e obsoletos, observamos um ressurgimento deste artefato, segundo Mourão e Leite (2023), um público seletivo, que anseio por viver

momentos já passados, onde os vinis afloram um sentimento de romantismo, nostalgia e afetividade, estes estão ligados ao romantismo e o nascimento da cultura de massa na metade do século XIX. Segundo (Nora, 1989). A noção de memória está ligada as sensações boas, que guardamos com o passar dos anos, ligando-se assim ao sentimento de nostalgia. Para Fleck (2008), a nostalgia é uma estratégia utilizada pelo marketing, levando as pessoas a prática de consumo atrelado as suas preferências particulares e experiências vividas, levando à segmentação de um variado mercado de vendas e um público entusiasmado.

A nostalgia é a coluna que sustenta e ampara as demais subseções desta pesquisa e interage com o colecionismo, as capas dos discos e com o retromarketing. O sentido da volta do vinil, foi associando então aspectos do retrô com o marketing, originando o retromarketing, uma definição da palavra seria “termo genérico utilizado para descrever atividades de marketing que capitalizem e explorem o passado para comercializar produtos e serviços atuais” (Fort-Rioche, Ackermann, 2013, p. 497).

No que diz respeito ao retromarketing, trata-se de uma dinâmica que articula memória, identidade, estética e consumo, na qual o retromarketing desempenha papel central. O retromarketing, ou melhor, o uso estratégico de elementos do passado para gerar valor simbólico no presente tem sido amplamente mobilizado pela indústria fonográfica e por marcas vinculadas ao universo musical, reconfigurando o vinil como produto cultural, afetivo e de prestígio. Nesse contexto, o vinil passa a ser reposicionado não apenas como suporte físico de gravação, mas como objeto com uma simbologia, materialidade e autenticidade. Por outro lado a noção de “retorno ao passado” como prática de mercado é discutida por (Brown, 2017), que destaca o retromarketing como um conjunto de estratégias destinadas a despertar familiaridade, nostalgia e confiança por meio de signos históricos.

Trata-se de uma dinâmica que articula memória, identidade, estética e consumo, na qual o retromarketing desempenha papel central. O retromarketing é entendido como o uso estratégico de elementos do passado para gerar valor simbólico no presente e tem sido amplamente mobilizado pela indústria fonográfica e por marcas vinculadas ao universo musical, reconfigurando o vinil como produto cultural, afetivo e de prestígio.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto aos discos de vinis, podemos observar uma regresso do consumo, não só por parte dos colecionadores, mas também por jovens adolescentes entusiasmados além de grandes empresas entusiasmadas com a compra e a venda deste objeto. Os discos de vinil possuem assim, um valor agregado e uma representatividade social.

Portanto, existe um contexto na representação das capas dos vinis, nas roupas, no cenário, em que eles foram produzidos, contam uma história revelada, através dos vinis a cada época passada, conforme os seus diferentes estilos musicais de geração em geração.

Observa-se ainda, que o ano de 2019, foi marcado pela pandemia do covid-19, que resultou no isolamento social e na suspensão de shows e festivais culturais, o que resultou em um processo de reviver as memórias, onde as pessoas se voltaram para as suas recordações e hobbies de outrora.

Ao mesmo tempo que sob uma perspectiva de mercado, o retromarketing, surge voltando-se para o vinil funciona como estratégia de diferenciação em relação aos conteúdos digitais.

O vinil se reinventa como objeto híbrido, remete-se ao tempo passado e assumindo no presente: um papel, simbólico, estético, artesanal, informacional, cultural, relacionando-se com a memória e as identidades sociais.

REFERÊNCIAS

BROWN, Steven. **A Joint Prosodic Origin of Language and Music**. *Frontiers in psychology*, v.8, 2017, Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2017.01894>. Acessado em: 05 de jun. de 2025.

FORT-RIOCHE, Laurence; ACKERMANN, Claire-Lise. Consumer innovativeness, perceived innovation and attitude towards “neo-retro”-product design. **European Journal of Innovation Management**, v. 16, n. 1, 2013.

FLECK, João Pedro Santos dos. **O colecionador de vinil: um estudo vídeo-etnográfico**. 2008.

GOMES, Rodrigo. **Do fonógrafo ao MP3: algumas reflexões sobre música e tecnologia**. *Revista brasileira de estudos da canção*, 2014–ISSN, v. 2238, p. 1198.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1990.

INGOLD, Tim. **Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia**. *Educação*, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 407-418, set./dez. 2016.

JARDIM, José Maria. **A invenção da memória nos arquivos públicos**. In: *Ciência da Informação – V. 25, n. 2 – 1995 – Artigos*. Disponível em: <https://revista.ibiciti.br/ciinf/issue/view/52>. Acessado em: 10 de maio de 2025.

LEA, Jason. Vinyl record aficionados keep niche alive. **Plastics News**. v. 17, Issue 25, 2005, p. 15.

MADEIRA, A. C.; FARIA-SANTOS, M. S. **O consumo de música: rankings e playlists, atuações da indústria cultural e da mídia digital personalizada**. *COMFILOTEC*, v. 13, n. 7, p. 4-24, 2021

MELO, M. da M., PRADO, J. W. do, REZENDE, D. C. de, & VALADÃO, J. de A. D. (2024). **Da nostalgia à tendência: uma revisão sistemática do consumo de discos de vinil e perspectivas de pesquisas futuras**. *Revista Brasileira Multidisciplinar*, 27(1), 215-231. <https://doi.org/10.25061/2527-2675/ReBraM/2024.v27i1.2126>

MOURÃO, Pedro Zambelli Loyola; LEITE, Ramon Silva. “NEVER SAY DIE!”: o consumo de discos de vinil e suas imbricações. **Revista Reuna**, v. 28, n. 4, p. 63-86, 2023.

NORA, Pierre et al. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acessado em: 25/06/2024.

PERPETUO, Irineu Franco; SILVEIRA, Sérgio Amadeu. **O futuro da música depois da morte do CD**. São Paulo: Momento Editorial, 2009.

PINSKY, Carla Bassanezi (org) **Fontes históricas**. São Paulo Editora: Contexto 2005. p. 302.

SANTOS, Rochelle Cristina dos. **A História inventando Modo: A influência da memória na criação de coleções de moda com referência no passado**. Modapalavra E-periódico, Ano 3, n. 5, Jan-jun 2010, pp . 5. 16. ISSN 1982-615X.

SILVA, Amanda Ferreira Munhoz da. **O vinil não está morto: documentário sobre a cultura dos colecionadores de discos de vinil em Campo Grande**. 2024.

STEIN, E.W. **Organizational memory: review of concepts and recommendations for management**. International Journal of Information Management, v. 15, n. 1, p.17-32. 1995.

VARGAS, Herom. **Cultura do vinil como cultura de memória**. Revista Triade: comunicação, cultura e mídia, v.12 n. 25 – 2024.

THE VINYL, AN OBJECT FROM THE PAST PERFORMED IN THE PRESENT: CONTEMPORARY ARCHIVAL CHALLENGES

ABSTRACT

This article is the result of a dissertation research currently underway in the Professional Graduate Program in Document Management and Archival Governance - PPGDARQ of the associated academic institutions: State University of Paraíba - UEPB and Federal University of Paraíba - UFPB. This research is characterized as bibliographic and exploratory, with a qualitative approach and ethnographic method that suggests the observation of a society or population; in this case, vinyl records are to be observed as memorial, cultural objects, reflecting nostalgia and affection, among other aspects, questioning their various meanings. We established as the time frame for conducting the research a period between 2020 and March 2025. We used the following research tools: the Brazilian Digital Library database - BDTD, the Archival Database - BDA, and the Sucupira Platform on the Capes Periodicals Portal through the CAFE network – Academic Community. The purpose of this research is to outline the construction of a contemporary archival framework, highlighting the vinyl record as an object that relates to social memory, aligned with popular artistic culture, and at the same time conveys various meanings, characterizing it as a multifaceted object: informational and cultural. We will analyze strategic points regarding the vinyl record, such as nostalgia, retro marketing, collecting, and the representativeness of album covers.

Keywords: Vinyl Record; Ethnography; Social memory; Heritage; Nostalgia.

CAPÍTULO XXXV

ECOS DA INQUISIÇÃO: A TRAJETÓRIA DO CRISTÃO-NOVO DIOGO NUNES NA PARAÍBA COLONIAL

Madalena Pereira Timóteo ¹

RESUMO

O estudo investiga aspectos da Inquisição Ibérica no Brasil durante a visita do Santo Ofício conduzida por Heitor Furtado de Mendonça às Capitanias de Cima (1591–1595), com foco na análise de casos heréticos. O trabalho examina o processo de Diogo Nunes, cristão-novo bem-sucedido da Capitania da Paraíba, alvo das ações do inquisidor. A pesquisa baseia-se no processo inquisitório disponível na plataforma digital do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e nas contribuições de Anita Novinsky (2015), cuja obra é fundamental para compreender a atuação do Tribunal do Santo Ofício e o impacto de sua presença na formação da sociedade colonial brasileira. A metodologia adotada envolve a análise minuciosa dos autos inquisitoriais, confrontando-os com a historiografia recente que revisita a Inquisição sob a ótica das práticas culturais, da religiosidade e da memória. A análise demonstra que, embora Nunes tenha sido julgado e perdido seus bens, escapou das penas capitais aplicadas em Autos de Fé, como a execução na forca ou na fogueira, revelando as ambiguidades do poder inquisitorial na América portuguesa.

Palavras-chave: Inquisição; Paraíba Colonial; Judaísmo; Brasil Colonial.

No século XIII, o Papa Gregório IX (1227-1241), através da bula *Licet ad capiendos*, estabeleceu a criação da instituição inquisitorial *Inquisitio haereticae pravitatis*, que possuía o objetivo de vigiar e punir as pessoas que agiam contra os princípios do catolicismo, e com o passar dos anos, os judeus tornaram-se os principais alvos dessa instituição, sendo julgados através da fundação de um Tribunal que era instaurado em cada território que a Inquisição estivesse em vigor. A ortodoxia católica passou a identificar a religião judaica como uma ameaça ao futuro da fé que eles desejavam tornar predominante no mundo, e, assim, o nível de perseguição e punição aumentou gradativamente. (SILVA FILHO, 2005, p. 51)

A instituição introduziu a palavra “Santa” em seu nome para indicar ligação com a Igreja. Entretanto, não havia nada santo nessa associação, muito pelo contrário, eles assumiram procedimentos que deveriam ser contra os ideais cristãos, pois atentavam contra a vida de pessoas inocentes que eram apedrejadas por não seguir os princípios que estabeleceram pertencer à sua própria religião.

A Inquisição portuguesa foi a que chegou à região das Capitanias de Cima, mas esta seguia os moldes da Inquisição espanhola que foi iniciada no ano de 1478. Entretanto, como o Brasil não

¹ Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Email: madalenampt@gmail.com

possuía um Tribunal, o processo de investigação e julgamento era diferente de como acontecia na corte lisboeta, fazendo os cristãos-novos terem a falsa esperança de que tinham mais liberdade em uma colônia que não havia uma instituição inquisitória. (NOVINSKY, 2015, p. 55).

Sobre a questão da imigração judaica para o Brasil Colônia, temos a carta de Pietro Rondinelli¹, datada de 3 de outubro de 1502, em que ele aborda a cláusula contratual que o rei de Portugal arrendou a terra recém descoberta para os cristãos-novos e, por causa disso, a partir daquele momento, tinham a obrigação de todos os anos enviar 6 navios para desbravar o lugar (LIPINER, 1969, p. 15). Dessa forma, eles estabeleciam o desenvolvimento econômico e social do local.

Nesse processo para iniciar a colonização, temos a figura do navegador Cristóvão Colombo como a figura responsável por conquistar e ocupar territórios americanos para a Espanha. O embarque de Colombo foi feito através da proposta apresentada aos reis e financiada por Luis de Santángel e Gabriel Sánchez, ambos judeus conversos. Novinsky apresenta a possibilidade do explorador ser descendente judeu, pois, possui um caráter estranho o fato de que ele:

[...] propositadamente, ter mudado o horário de partida das naves para embarcar judeus convertidos é uma das evidências de sua descendência. A primeira frase de seu diário de bordo é muito significativa: “No dia em que os judeus foram expulsos da Espanha, eu iniciei minha viagem”. A primeira menção de Colombo sobre a descoberta da América não foi ao rei, mas a seu amigo Luis de Santángel. Colombo deixou todos os seus bens para amigos conversos que moravam no gueto. (NOVINSKY, 2015, p. 39-40).

No momento em que Portugal instaurou a Inquisição em seu reino, também estabeleceu em seus domínios. Como já mencionado anteriormente, o Brasil foi uma exceção em que os casos não poderiam ser julgados no território, pois eles nunca instauraram um Tribunal do Santo Ofício nesta terra – existiram projetos para trazer a instituição para o Brasil, mas esse plano nunca saiu do papel² –, mas quando chegava ao conhecimento deles sobre possíveis casos heréticos nesta colônia, eles mandavam representantes para fazer Visitações Oficiais nas capitanias. Sendo assim, devido a essa ausência, os judeus acreditaram que não seriam perseguidos com a mesma intensidade e decidiram migrar para o território brasileiro, com o objetivo de construir um novo futuro para si, sem importunação, torturas e ameaças (SILVA FILHO, 2005, p. 36-37).

O Santo Ofício realizou diversas Visitações no Brasil, mas não se sabe ao certo a quantidade exata de visitas efetuadas, pois muitos documentos que foram produzidos nessa época estão desaparecidos e alguns, até o momento, não foram explorados pelos pesquisadores, ou seja, existem

¹ Pietro Rondinelli era um agente veneziano, ou seja, trabalhava em nome da República de Veneza (VASCONCELOS, 1995, p.71)

² Não foi possível estabelecer um Tribunal do Santo Ofício no Brasil, devido a sua estrutura complexa, por isso que a Igreja Católica optou por enviar inquisidores periodicamente para investigar supostos casos heréticos. Disponível em: FAPESP. Como a Inquisição atuava no Brasil. AGÊNCIA FAPESP, 2014. Disponível em: <<https://agencia.fapesp.br/como-a-inquisicao-atuava-no-brasil/18403>>. Acesso em: 1o dez. 2024.

inúmeros registros sobre esses povos que viveram e prosperaram em território brasileiro, apenas esperando para ser estudado. Apesar disso, tivemos três Visitações que receberam maior destaque na história e em alguns casos, é visto que devido à alta quantidade de denúncias feitas contra a apenas um indivíduo, alguns Inquisidores encontraram dificuldades em definir uma pena para o herético – quando o caso era muito grave, eles mandavam o réu para ser julgado em Lisboa.

Na única visitação feita à Paraíba, é possível notar que esse território possuía um alto número de denúncias de práticas judaizantes e a várzea do Rio Paraíba tornou-se o alvo principal de investigações, o que ocasionou na migração de muitos para o interior da Paraíba, os sertões. A visitação nesta capitania recebe destaque, por causa do pedido feito pelo padre, solicitando que as penas estabelecidas não fossem tão graves. O vigário, no meio religioso, tinha conhecimento de como funcionava o trabalho da Inquisição e temia pela vida do povo daquela região.

No dia 6 de janeiro de 1595, o Visitador Heitor Furtado de Mendonça chegou à Paraíba para a primeira Visita Inquisitorial. Na cidade de Filipeia de Nossa Senhora das Neves, ele foi recebido com entusiasmo por Feliciano Coelho de Carvalho, “[...] capitão e governador com os principais e muitos de a cavalo e de pé saiu fora a recebê-lo e nela foi bem recebido por todos” (PINTO, 2006, p. 181).

A chegada do Santo Ofício deveria ser anunciada e essa foi marcada para dois dias depois da chegada do Visitador, realizando uma procissão da Igreja da Misericórdia até a Igreja Matriz de Nossa Senhora das Neves. Logo após efetuar a colagem do Ato de Publicação da Visitação do Santo Ofício, seguiu-se a celebração de uma missa com todos os rituais pertencentes à Igreja Católica (SILVA FILHO, 2005, p. 53-54). Nessa cerimônia, o padre vigário João Vaz Salem concedeu explicações sobre os próximos dias na capitania e pediu que as punições não fossem tão brutas:

Acabado o sermão subiu ao púlpito o dito padre vigário e em alta e inteligível voz leu e publicou o edito da fé e monitório geral e o edito da graça e o alvará de Sua Majestade do perdão das fazendas. No edito da fé dá o Senhor Visitador 15 dias de termo para de toda a dita capitania da Paraíba virem perante ele denunciar o que por qualquer modo souberem que qualquer pessoa tenha dito, feito ou cometido contra nossa Santa fé Católica e o que tem a Santa Madre Igreja. E no edito da graça concede o dito Senhor 15 dias de graça e perdão, para que, os que neles vierem de toda a dita capitania da Paraíba perante ele confessar suas culpas e fazer delas inteira e verdadeira confissão, sejam recebidos com muita benignidade e não se lhes dê pena corporal nem penitência pública, nem se lhes sequestrem, nem confiscem seus bens (PINTO, 2006, p. 182).

Depois da cerimônia, Mendonça iniciou as atividades em que entre os dias 9 e 23 de janeiro do mesmo ano foram registrados 25 depoimentos, sendo as seguintes acusações: cinco homens acusados de sodomia, três homens e uma mulher por crime de bigamia, dois homens e duas mulheres por blasfêmia e três suspeitas de judaísmo. Após analisar os pecados, o Visitador aplicou as penas

para cada indivíduo e retornou para Portugal. Entretanto, essa ida de Mendonça não significa que os cripto-judeus denunciados ficariam em plena paz, muito pelo contrário, pois com as denúncias que foram feitas, eles passariam a ser cada vez mais vigiados (SILVA FILHO, 2005, p. 54-55).

Em relação às sentenças aplicadas durante o período de atuação da Inquisição na Paraíba, a maioria das condenações foram “[...] a pena de uso temporário ou perpétuo do hábito (sambenito) e certas formas de penitências (práticas públicas ou privadas de devoções)” (SILVA FILHO, 2005, p. 66). Já os indivíduos que recebiam punições mais graves, tinham todos os seus bens confiscados – sendo impossibilitado de deixar herança para seus filhos ou familiares, deixando-os em uma situação de vulnerabilidade, plena miséria –, condenação à morte nas fogueiras dos Autos de Fé (normalmente aconteciam em Portugal, mas há registros de que também ocorreu na Bahia e em Pernambuco) (SILVA FILHO, 2005, p. 70, 71) – essa cerimônia coordenada pelos Inquisidores e autoridades civis (SILVA FILHO, 2005, p. 66-71), era feita em rua pública para amedrontar cidadãos e objetivando cumprir o que acreditavam: o fogo poderia ser o purificador de suas almas pecadoras (SILVA FILHO, 2015, p. 36).

Sendo assim, nessa leva de judaizantes para Portugal, houve uma recaída no comércio de cana-de-açúcar, pois os grandes senhores de engenhos foram capturados pela Inquisição, impossibilitando o negócio açucareiro de crescer a nível nacional e internacional. A família Nunes Correia são um exemplo de que as denúncias tiveram impacto nos negócios familiares.

Diogo Nunes era um cristão-novo, solteiro, nascido no ano de 1551¹, em Castro Daire, uma pequena vila de Portugal e no período de colonização do território brasileiro, ele decidiu migrar para as Capitanias de Cima, construindo um engenho de açúcar na Paraíba².

No ano de 1593, o primeiro senhor de engenho da Paraíba foi denunciado por cinco depoentes, sendo acusado de cometer heresia contra a fé católica. O visitador Heitor Furtado de Mendonça registrou diversos fatores que iam além das denúncias que foram feitas contra Diogo, como o fato de que, durante a investigação, ficou evidente que João e Diogo tinham uma relação conturbada. E, no momento das confissões, o réu tinha consciência de que estava sendo julgado pelo seu discurso herético e que, com um deslize, sua família poderia ser investigada por conter traços judaicos – com essa percepção, durante o seu depoimento, omitiu informações sobre os Nunes Correia (SEIXAS, 2019, p. 58-59).

¹ É comum encontrar documentos inquisitórios que não apresentam muitas informações pessoais sobre os réus, pois nas sessões de confissões, eles costumavam ocultar alguns dados, o que nos deixa com a ideia de que faziam isso com o intuito de proteger outros membros da família, evitando investigações, ou seja, respondiam apenas o necessário, não sentiam a necessidade de aprofundamento.

² Diogo Nunes Correia, Diego Núñez Correa". In: *Base de Dados BRASILHIS: Redes pessoais e circulação no Brasil durante o período da Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Disponível em: <https://brasilhis.usal.es/pt-br/node/102>. Data de acesso: 08/10/2024.

O número do processo de Diogo Nunes era o 6344, ocorrido entre 1593¹ e 1594. Este processo em específico, ganha destaque, devido ao fato de que o clã Nunes recebia notoriedade em sociedade por possuir alto rendimento capital e por dispor dessa atenção, deveriam agir com respeito em relação às leis da Igreja. Além disso, Diogo ter ligação direta com João também foi prejudicial – o visitador repudiava o comportamento de João em sociedade, e, por não ter sofrido nenhuma consequência ao ser julgado em Lisboa, o inquisidor esforçou-se para conseguir mais informações que pudessem incriminar o mercador herético, por isso tentou puxar todos os dados da família através de Diogo –, pois o parentesco fez com que Mendonça fosse mais rigoroso, ao ponto de aplicar uma pena que nem mesmo o Conselho Geral do Santo Ofício aprovou (ASSIS, 2007, p. 25).

Em um processo anônimo, os denunciante Lopo Soares; Adriam de Gois; Pedro Alvares; Miguel Landim e o Padre Antonio Andre prestaram queixas contra Diogo Nunes, seja de forma voluntária ou involuntária, a mesa certificava que os relatores eram bons cristãos e reprovavam o comportamento do acusado. A população era a própria vigilante da sociedade e com as denúncias em estado de sigilo, as pessoas não tinham medo de sofrer retaliação.

A primeira denúncia aconteceu em 22 de novembro de 1593, na Vila de Olinda, Capitania de Pernambuco, o denunciante chamava-se Lopo Soares, cristão-velho e amigo dos irmãos João e Diogo. Em seu depoimento afirmou que o acusado defendia a ideia de que dormir com mulher solteira não seria pecado, além de expor o episódio em que o Diogo açoitou um negro amarrado e explanou que “Jesus Cristo lhe não havia de valer” (ANTT-TSO-IL, proc. 6344. p. 6), revelando-se cruel e blasfemo.

[...] vindo da sua roça por esta vila que Diogo Nunes, cristão-novo, irmão do dito João Nunes, lhe dissera que a fornicção de dormir carnalmente um homem com sua negra ou com sua mulher solteira, não era pecado [...]. (ANTT-TSO-IL, proc. 6344. p. 5).

A segunda denúncia foi feita por Adriam de Gois, pedreiro e cristão velho, em 29 de janeiro de 1594, também na Vila de Olinda, Capitania de Pernambuco. O denunciante revela informações de um episódio que será o de maior destaque no processo de Diogo, o fato dele afirmar que não seria pecado mortal dormir carnalmente com uma mulher, se ela fosse paga por isso.

[...] disse que há três anos pouco mais ou menos [...] Parayba, na fazenda de Diogo Nunes, cristão-novo, irmão de João Nunes, onde ele denunciante estava fazendo obras de seu officio, um dia pela mansão [...] estando ele denunciante na casa do dito Diogo Nunes, [...] ambos acabando de almoçar, [...] dito Diogo Nunes disse que bem podia ele dormir carnalmente com qualquer negra da aldeia e que não pecava nisso [...] lhe dava sua camisa ou qualquer outra coisa, então ele denunciante contra disse [...] que sim, era aquilo pecado mortal e o dito Diogo Nunes, ele o responde que não

¹ Em 1593, Mendonça registrou as denúncias contra Diogo e quando foi chamado para comparecer à Mesa Inquisitorial, encontrava-se debilitado. Sendo assim, as confissões foram iniciadas apenas no ano de 1594.

era pecado mortal e que dormir carnalmente com sua mulher solteira não era pecado mortal pagando lhe seu trabalho, [...]. (ANTT-TSO -IL, proc.6344. p. 11-12).

Adriam de Gois afirma que Diogo Nunes sustentou a declaração, repetindo 10 vezes que não era pecado mortal dormir com mulher solteira e, o pedreiro, além de informar que seria pecado mortal, acrescentou que o ato poderia condená-lo ao inferno. Como Diogo não mudou sua visão e apenas os dois estavam no ambiente, decidiram ir à casa de engenho para consultar outras opiniões:

[...] e dali, foram ambos à casa de seu engenho da mesma fazenda onde estavam. Miguel Landim, carpinteiro, e seu irmão Pedro Alvares, ambos carpinteiros que estavam trabalhando, os quais ora lhe parecem morarem nesta vila e deles poderão dar a versão [...] e ele denunciante disse então aos ditos carpinteiros que o dito Diogo Nunes que presente estava dizia e afirmava que não ser pecado mortal dormir carnalmente com mulher solteira, pagando lhe seu trabalho, então o dito Pedro Alvares disse que sim era pecado mortal, estando todos quatro presentes, então o dito Diogo Nunes se calou e sem dizer mais nada se apartou e não falaram mais nisso [...]. (ANTT-TSO-IL, proc. 6344. p. 12-13)

O denunciante informou a presença de outros indivíduos que poderiam confirmar o episódio ocorrido na fazenda de Diogo Nunes, mas também acrescenta que no espaço do engenho havia outro carpinteiro, chamado Jerônimo Matteus, mas comunica não ser de seu conhecimento se o trabalhador estava atento ao diálogo que aconteceu naquele momento. Assim, como mais nada foi acrescentado, Mendonça questiona “[...] estava o dito Diogo Nunes bêbado ou fora de seu juízo, com alguma perturbação [...].” (ANTT-TSO-IL, proc.6344. p. 13-14). O visitador tentava certificar que o senhor de engenho estava cometendo heresia de maneira consciente ou inconsciente, mas o pedreiro responde que o acusado apresentava plena consciência.

Em 21 de fevereiro de 1594, o carpinteiro Pedro Alvares comparece à Mesa Inquisitorial após o visitador Mendonça solicitar a sua presença. O trabalhador, além de relatar o mesmo acontecimento que Adriam de Gois, também esclarece que todos foram contra ao pronunciamento de Diogo Nunes, indicando que os três tinham conhecimento dos pecados da fé que seguiam. Então, ele acrescenta que Diogo, diante de três pessoas discordando dele, apenas se calou e não repetiu mais. Em seguida, o denunciante diz que não lembra mais de outros episódios que podem ter acontecido naquele momento, mas depois completa que “[...] disse o dito Diogo Nunes que já que todos eles diziam contra ele em contrário do que ele dizia, que não queria aporfiar com eles e que se queria calar” (ANTT-TSO-IL, proc. 6344. p. 20-21).

Na versão do pedreiro, Adriam de Gois, podemos perceber que todos foram contra Diogo Nunes, e, este apenas se calou e foi embora, mas, é visto no testemunho do carpinteiro, Pedro Alvares, que o senhor de engenho não encontrou apoiadores e por não desejar discussão com os três trabalhadores, decidiu se retirar do recinto.

O carpinteiro recebeu o questionamento se Diogo Nunes estava bêbado, sofrendo com qualquer perturbação ou fora de seu juízo, para certificar que o cristão-novo estava cometendo heresia em sua consciência, e, assim como o pedreiro, ele respondeu que o senhor de engenho apresentava estar ciente ao proferir falas heréticas.

No dia 22 de fevereiro de 1594, sob pedido do visitador Mendonça, Miguel Landim, irmão de Pedro Alvares, comparece nas casas da morada do visitador do Santo Ofício, na Capitania de Pernambuco. O denunciante apresentou o mesmo depoimento, afirmando que as três pessoas que estavam presentes diante Diogo afirmaram que era pecado mortal o ato de se relacionar carnalmente com uma mulher, mesmo pagando-lhe por isso, e que o senhor de engenho continuou sustentando sua declaração, escandalizando os homens presentes.

Mas, Miguel Landim acrescenta algo que não foi comentado em nenhuma das outras denúncias, o fato de que ele proferiu que “[...] isto era pecado, mas que não era pecado mortal, porque as ditas mulheres solteiras viviam daquilo [...]” (ANTT-TSO-IL, proc. 6344. p. 28), o que nos mostra que aquele herético tinha conhecimento de que era pecado, mas, para ele, o ato não se enquadra como um pecado mortal. Nesta declaração contraditória, ele expõe que está se referindo a dormir com mulheres específicas, ou seja, com prostitutas.

O carpinteiro, incrédulo com a situação, se colocou contra a exposição de Diogo Nunes “[...] dizendo-lhe que sim era pecado mortal [...] ainda que lhe pagassem [...]” (ANTT-TSO-IL, proc. 6344. p. 28). E, assim, como foi dito por Pedro Alvares, eles apartaram a discussão que estava para ser iniciada e não falaram mais sobre isso.

O visitador Mendonça, talvez com a intenção de acrescentar mais fatores ao processo, perguntou: “[...] se por ventura, era a questão se podiam as mulheres solteiras levar o que lhe davam por respeito do ajuntamento carnal [...]” (ANTT-TSO-IL, proc. 6344. p. 28) e o denunciante prontamente respondeu que não seria essa a questão do caso, mas era se o ato condizia ou não como pecado mortal (SEIXAS, 2019, p. 68).

No depoimento de Adriam de Gois, podemos perceber a forte determinação de incriminar Diogo Nunes, no momento em que ele afirma que a declaração havia sido feita cerca de 10 vezes. Entretanto, Miguel Landim esclarece que após todos discordarem de Diogo, o ouviu repetir apenas uma ou duas vezes.

O último testemunho é do padre Antonio Andre, vigário do Santo Amaro. No dia 1 de maio de 1594, na vila de Olinda, Capitania de Pernambuco, ele compareceu de forma voluntária nas casas da morada do visitador do Santo Ofício. A informação que o padre leva até à Mesa Inquisitorial não seria de uma situação vivenciada por ele e, além disso, não era um elemento inédito a ser adicionado ao processo. O vigário relata que em uma conversa com Jerônimo Fies, carcereiro da cadeia pública

daquela vila, referiu-se ao episódio que aconteceu na casa de engenho de Diogo Nunes. O depoimento nos oferece uma ideia das vivências da época – uma sociedade vigilante, repleta de boatos – e que a maioria estava motivada a denunciar, mas ofereciam os mesmos fatores que não acrescentavam ao processo.

Após as denúncias movidas contra o senhor de engenhos, o visitador Heitor Furtado de Mendonça solicitou a presença de Diogo Nunes à Mesa Inquisitorial, mas esse encontrava-se enfermo, doente de boubas¹ e impossibilitado de comparecer à sessão de confissões. Sendo assim, no dia 14 de fevereiro de 1594, o inquisidor envia uma notificação, proibindo que o réu pudesse sair da Capitania sem a sua autorização.

E por este réu estar doente de boubas, lhe mandou o senhor visitador notificar aos quatorze de fevereiro do ano presente de 94, se não saísse desta Capitania sem sua licença por quanto estava se caminho para a Paraíba e assim lho notificou [...]. (ANTT-TSO-IL, proc. 6344. p. 35).

Assim, Diogo Nunes só compareceria à Mesa para a primeira sessão de confissão no dia 15 de julho de 1594, quase 5 meses após a notificação do visitador. Nas sessões de confissão, Diogo declarou ser um bom cristão que acredita no cristianismo e não carrega culpa de nada, mas ao falar que não se recorda se em algum momento chegou a manifestar algo que fosse contra a fé cristã, ele permite que o visitador seja mais incisivo em suas perguntas, o que é feito de imediato, quando ele indaga “[...] onde ouviu ele tratar acerca da fornicção simples, se era ou não era pecado mortal dormir um solteiro com sua solteira pagando lhe seu trabalho [...]” (ANTT-TSO-IL, proc. 6344. p. 38).

O réu foi sincero ao responder que não recordava ter ouvido determinada declaração de qualquer pessoa, mas indica não entender se é pecado mortal ou não a fornicção com mulher solteira, e afirma que o mesmo já dormiu com mulheres solteiras, pagando-as pelo seu trabalho.

Quando questionado se no momento que fez o ajuntamento carnal, não sabia se era pecado e o réu respondeu que sempre em suas confissões foi dito que o ato carnal, seja como mulher solteira branca ou negra, era pecado mortal. No entanto, nunca chegou a perguntar em consultas com o padre espiritual, se seria pecado pagar pelo trabalho, e, por essa razão, não entendia se que era pecado mortal o ajuntamento carnal com o pagamento final, evidenciando ao visitador que ele realmente não possuía entendimento sobre o assunto.

No final da sessão, o acusado revela não lembrar se o pedreiro estava contra ao que ele dizia e, novamente, comenta sobre não saber quem eram as outras pessoas que estavam presentes, mas sabia que elas afirmavam que era pecado. Por fim, diante da Mesa Inquisitorial, ele pede perdão e

¹ A doença de boubas é uma patologia que afeta a pele do indivíduo, causando feridas sobre a pele, atingindo também o rosto, dificultando a alimentação.

misericórdia, reconhecendo suas falas heréticas e com a esperança de não ser penalizado pela Inquisição de Lisboa.

Nunes, além de expor que reconhecia a heresia em seu discurso, também mostra arrependimento ao declarar ignorância, por isso pede perdão e misericórdia, admitindo não ter reconhecido anteriormente que a fala ofendia a verdade da Santa Madre Igreja.

[...] estava ignorante simplesmente [...] ele réu, entende e confessa que errou e que disse mal sustentando e afirmando não ser pecado dormir carnalmente com mulher e negra solteira se lhe pagavam seu trabalho e que disso pede misericórdia nesta mesa e perdão porque não entendia quando disse as ditas palavras e sustentou a dita opinião herética [...]. (ANTT-TSO-IL, proc. 6344. p. 44).

Para comprovar tamanho desgosto contra sua própria atitude, o réu afirma que nunca foi sua intenção ofender ou contrariar a fé cristã e quando lhe é indagado de quem aprendeu ou ouviu a fala herética, responde que ninguém o ensinou, mas o visitador deseja inteirar-se sobre o episódio passado e pergunta por quanto tempo durou a discussão e quais seriam as circunstâncias que o fez sustentar aquelas falas, o que Nunes responde não recordar a duração exata, devido ao fato de que já havia muito tempo desde o acontecimento do incidente e repetiu mais uma vez que lembrava apenas da presença do pedreiro Adriam de Gois – ele deveria ter lembranças mais recentes do pedreiro, pois tinha consciência de que aquele indivíduo sempre estava falando sobre Nunes, como uma forma de vingança pela suposta dívida que não havia sido paga quando Adriam o encontrou na Bahia.

Retomando a discussão sobre o processo de Nunes. O visitador Mendonça, após ouvir as confissões do acusado, estabeleceu uma sentença para Diogo Nunes. A Mesa votou e analisou que ele como um cristão-novo era obrigado a saber que estava proferindo heresias ao afirmar várias vezes que não era pecado dormir carnalmente com mulher ou negra solteira pagando por seu trabalho. Então, em 4 de agosto de 1594, foi feita a consideração final:

[...] o réu vá ao Auto Público e corpo descoberto cingindo com uma corda e uma vela acesa na mão e faça abjuração *de Levi* suspeito na fé, em que trinta dias continue com o religioso que lhe será nomeado para o instruir do que se relena para salvação de sua alma, ele se imponham penitências espirituais de se confessar e comungar as festas principais de um ano, e pague em cruzados para as despesas do Santo Ofício, e as custas. (ANTT-TSO-IL, proc. 6344. p. 52).

Portanto, Diogo Nunes intimado, seguiria a sentença em duas etapas, em que primeiro deveria participar do Auto de Fé em Olinda, para fazer a abjuração *de Levi* e depois tinha o dever de estudar com um religioso – que ainda seria determinado pela Inquisição – os preceitos da religião que iam possibilitar a reconciliação do cristão-novo com o cristianismo. Além do mais, foi determinado atividades que deveriam ser feitas com frequências, ou seja, penitências espirituais e confissões nas principais festas do ano, ou seja, Natal, Páscoa, Espírito Santo (SEIXAS, 2019, p. 76).

A partir do momento que a Igreja identificou o judaísmo como a ameaça mais forte a ser combatida, as forças inquisitoriais trabalharam intensamente para apagar a presença judaica de seus domínios. A trajetória dos judeus nas Capitanias de Cima recebe destaque na História, devido suas habilidades para o comércio, possibilitaram a prosperidade econômica do território, o açúcar produzido nos engenhos de Paraíba e Pernambuco eram de alta qualidade, o que atraía olhares de investidores europeus. Inegavelmente, tiveram atuação decisiva na constituição da região, uma vez que cooperaram com o seu desenvolvimento social, cultural e econômico. Contudo, a intolerância religiosa tornou-se um empecilho para o crescimento econômico da localidade e a terra lucrativa terminou quebrando.

REFERÊNCIAS

Base de Dados BRASILHIS: **Redes pessoais e circulação no Brasil durante o período da Monarquia Hispânica (1580-1640).**

Processo de Diogo Nunes, número 6344 - Arquivo Nacional da Torre do Tombo - DigitArq. Arquivos.pt, 2024. Disponível em: <<https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2306392>>.

ASSIS, Ângelo Adriano Faria de. **O Licenciado Heitor Furtado de Mendonça, inquisidor da primeira visitação do Tribunal do Santo Ofício ao Brasil.** ANPUH - XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - LONDRINA, 2005.

ASSIS, Ângelo Adriano Faria de. **Os infortúnios e heresias do cristão-novo Diogo Nunes, senhor de engenho da Paraíba quinhentista nas malhas da inquisi o.** Revista Eletr nica de História do Brasil. Volume 09, Número 02, Jul-Dez de 2007.

LIPINER, Elias. **Os judaizantes nas capitanias de cima (estudos sobre os cristãos novos do Brasil nos séculos XVI e XVII).** São Paulo: Editora Brasiliense. 1969.

MELLO, José Ant nio Gonsalves de. **Gente da Na o: Cristãos-novos e judeus em Pernambuco, 1542-1654.** Apresenta o de José E. Mindlin – 2.ed. - Recife: FUNDAJ, Ed: Massagana, 1996.

NOVINSKY, Anita. **Os judeus que constr iram o Brasil: fontes inéditas para uma nova visão da história.** São Paulo: Planeta do Brasil, 2015.

OLIVEIRA, Elza Régis de. **A Paraíba na crise do século XVIII: Subordina o e autonomia.** 2^a ed. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

PINTO, Zilma Ferreira. **A saga dos cristãos-novos na Paraíba.** Natal: Sefarad, 2020.

RAMALHO, Maria de Lourdes Nunes. **Raízes ibéricas, mouras e judaicas do Nordeste** - João Pessoa: UFPB. Editora Universitária, 2002.

SILVA FILHO, Severino Barbosa da. **Marranos na ribeira do Paraíba do Norte.** Campina Grande: Agenda, 2005.

VAINFAS, Ronaldo. **Jerusalém colonial: Judeus portugueses no Brasil holandês.** Rio de Janeiro: Civiliza o Brasileira, 2011.

ECHOES OF THE INQUISITION: THE TRAJECTORY OF THE NEW CHRISTIAN DIOGO NUNES IN COLONIAL PARAIBA

ABSTRACT

The study investigates aspects of the Iberian Inquisition in Brazil during the visitation of the Holy Office conducted by Heitor Furtado de Mendonça to the *Capitanias de Cima* (the northern captaincies of colonial Brazil) (1591–1595), with a focus on the analysis of heretical cases. It examines the trial of Diogo Nunes, a successful New Christian from the Captaincy of Paraíba, who became a target of the inquisitor's actions. The research is based on the inquisitorial proceedings available on the digital platform of the *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, as well as on the contributions of Anita Novinsky (2015), whose work is fundamental for understanding the role of the Tribunal of the Holy Office and the impact of its presence on the formation of colonial Brazilian society. The adopted methodology involves a detailed examination of the inquisitorial records, confronting them with recent historiography that revisits the Inquisition through the lenses of cultural practices, religiosity, and memory. The analysis demonstrates that, although Nunes was tried and deprived of his property, he escaped the capital punishments commonly imposed during *Autos-de-Fé* (acts of faith), such as execution by hanging or burning at the stake, thereby revealing the ambiguities of inquisitorial power in Portuguese America.

KEYWORDS: Inquisition; Colonial Paraíba; Judaism; Colonial Brazil.

CAPÍTULO XXXVI

“QUEM CONTA A HISTÓRIA”: ESTUDO DO DOCUMENTO FOTOGRÁFICO COMO DIREITO À MEMÓRIA

Maria Cristina Balbino Ribeiro Cabral ¹
Prof. Dr. Vancarder Brito Sousa ²

RESUMO

Este artigo investiga, por meio de uma abordagem interdisciplinar que articula a Arquivologia, a História, a Ciências Sociais e outras ciências afins, o papel da fotografia como documento e instrumento de construção de narrativas históricas, centrando-se na questão 'Quem conta a história?'. Parte-se do pressuposto de que o documento é uma construção que reflete relações de poder, e o estudo demonstra como narrativas hegemônicas são frequentemente moldadas por grupos dominantes, silenciando memórias marginalizadas. É através da função social que o documento, nos arquivos permanentes cumpre o papel colaborar com a formação do cidadão. A análise percorre a evolução da historiografia, do positivismo para a história social da Escola dos Annales e a institucionalização dos arquivos públicos. Argumenta-se que a fotografia, durante muito tempo foi marginalizada nos arquivos e tratada como mera ilustração, deve ser recontextualizada como documento de arquivo pleno, possuidor de valor de prova e testemunho. O artigo adota a metodologia de pesquisa bibliográfica. E, através de exemplos fotográficos: A Casa da Pólvora (João Pessoa) e no filme 'Aquarius', o artigo ilustra como a correta interpretação de documentos visuais é crucial para compreender a complexidade histórica dos patrimônios e para resistir a narrativas únicas. Conclui-se que a utilização rigorosa e ética de acervos fotográficos é um ato político fundamental para o direito à memória e para a construção de uma democracia substantiva, garantindo a inclusão de vozes diversas no contar históricas.

Palavras-chave: Arquivo permanente. Fotografia. Direito à memória.

1. INTRODUÇÃO

Contar histórias permeia um campo interdisciplinar, estabelecendo um diálogo entre áreas do conhecimento, como a Arquivologia, a História, a Biblioteconomia, a Sociologia, a Antropologia, a Arqueologia, a Ciência da Informação, o Direito, entre as demais ciências que estudam as relações humanas. Essa convergência de saberes é essencial para investigar, preservar e interpretar os registros documentais que sustentam as memórias coletivas e as narrativas sobre o passado.

No contexto do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística da UEPB/UFPB (PPGDARQ), tais discussões contribuíram para uma pesquisa (em desenvolvimento) sobre o acervo fotográfico paraibano, custodiado pelo IPHAN-PE, aplicando essa abordagem interdisciplinar. Essa investigação crítica encontra eco nas reflexões de Le Goff (1990, pp. 6-10), para quem a narrativa constitui o início da história, e o documento é uma construção, impregnada de relações de poder, assim, ocorre com o monumento.

O autor adverte para a intenção de “construir” lembranças e memórias a partir de escolhas e seleções operadas por determinados grupos sociais, modelando uma sociedade conforme padrões

estabelecidos. Nessa perspectiva, o cuidado com os “grupos dominantes” torna-se central para compreender como as narrativas são construídas e como as memórias coletivas são adaptadas. Trata-se de reconhecer que a história não se compõe de fatos neutros, mas de versões narrativas construídas por aqueles que detêm o poder de contar a história.

No cerne da discussão sobre a narrativa histórica e pelo direito à memória, encontra-se os arquivos com a gestão dos documentos que a sustentam. Neste sentido, o trabalho de Lacerda (2012, p. 288), que percebe as fotografias como documentos únicos, é fundamental ao demonstrar que esse documento, quando tratado nos arquivos apenas por seu valor informativo e não como evidência de uma ação em seu contexto original, perde sua potência testemunhal e reforça visões hegemônicas do passado. Este artigo parte dessa premissa para investigar possibilidades de contextualização arquivística de acervos fotográficos no interesse de servir como ferramenta de resistência democrática, garantindo que memórias marginalizadas não sejam silenciadas pela descontextualização.

No que diz respeito à História, observa-se que ela vem exigindo aspectos práticos e técnicos da arquivista no contexto da conservação documental, que pode ser percebida, especialmente em Arquivos permanentes, ao qual, segundo Bellotto (2006, p. 23), evidencia que a distância entre a administração e a história é, sobretudo, uma questão de tempo, onde a preocupação com a preservação da memória é um dos objetivos principais.

A discussão sobre o direito à memória foi cenário do Congresso Internacional “Patrimônio Histórico e Cidadania”, e Se, como afirma Paoli (1991, p. 25), uma sociedade que pensa o passado de forma abstrata é “destituída de cidadania”, então a reapropriação crítica dos arquivos fotográficos - compreendendo-os em sua dimensão política e social, configura-se como ato de cidadania cultural. A interrogação sobre “quem conta a história” através das imagens torna-se, assim, questão central para uma democracia substantiva.

Segundo Paludo, Santos e Taddei (2018, p. 398) por democracia substantiva, entendemos os processos concretos que, apesar de se desenvolverem no interior da sociedade capitalista, possibilitam avançar significativamente na direção da soberania nacional, da justiça social e do respeito às diferentes culturas e identidades. Este conceito transcende a dimensão meramente formal e procedimental da democracia, focando nos resultados efetivos em termos de igualdade e emancipação social.

Conforme Bellotto (2006, p.23) o tempo estabelece a relação administrativa e a continuidade histórica, é um divisor de funções, pois permite que a função social do arquivo permanente se torne fonte histórica. Essa função social se concretiza na guarda, conservação e preservação documental, e

na garantia de acesso democrático, na contextualização das fontes e na promoção da transparência da informação, colaborando com a formação cidadã.

Neste cenário, partindo do questionamento "Quem conta a história?", a análise da relação interdisciplinar entre a Arquivologia, a História e Ciências afins revela-se indispensável, pois permite desvelar as relações de poder inscritas nos processos de preservação e interpretação documental. Este estudo, portanto, apresenta como os arquivos fotográficos podem servir de instrumentos de disputa pelo direito à memória.

2. UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR DE “QUEM CONTA A HISTÓRIA”

A pesquisa científica percorre caminhos que devem ser seguidos por métodos, pois essa maneira garante a execução da pesquisa. Segundo Demo (1985, p. 22), “a atividade básica da ciência é a pesquisa”. Neste artigo, a adoção de uma **abordagem qualitativa**, articulada a uma **perspectiva interdisciplinar**, oferece os fundamentos necessários para examinar as relações de quem “Conta a História” entre documentos fotográficos, memória e democracia.

Reconhece-se que a ciência, predominou por um longo tempo, refletindo poder e práticas sociais, está evoluindo de um modelo fragmentado (disciplinar) para um modelo interdisciplinar, embora sem abandonar completamente as bases do conhecimento disciplinar.

E segundo Paoli (1991, p. 25) a prevalência de um pensamento que concebe a história como 'um processo acabado e fechado', onde o passado é frequentemente reduzido à condição de 'antigo', um resquício superado pela 'construção do novo'. Nessa perspectiva, a preservação é subjugada a 'critérios exclusivamente estéticos ou àqueles ditados pela racionalidade do mercado', negando o papel do registro documental como suporte de uma experiência coletiva contínua. Esta é uma vivência que nos pertence, pois envolve momentos e situações singulares, tornando o aspecto coletivo propício para ser transmitido em conversas e diálogos entre gerações.

Nesse contexto, torna-se importante compreender a breve trajetória das fontes documentais, base para conhecer e contar histórias fundamentadas na escrita, nesse artigo. Segundo Schmidt (2012, p. 104) os documentos na Grécia e Roma, século V e IV a.C., como: Leis, atas, decretos, durante a antiguidade, refere-se ao século V, eram guardados em palácios e templos das civilizações, era uma história que se aproximava a administração.

Foi no século XVII, com a desconfiança em relação aos "documentos medievais", que surgiu a diplomática. Essa disciplina foi estabelecida, segundo Bellotto (2006, p. 46), após o clássico *De Re Diplomática*, de Jean Mabillon. Segundo Le Goff (1990, p. 544), depois desse momento investigativo dos documentos, os historiadores passaram a ser mais críticos e se aproximaram da diplomática.

Após a Idade Média, os arquivos evoluíram e assumiram novas funções: administrativas, jurídicas e de fonte de informação. Segundo Marques e Tognoli (2016, p. 69), o princípio de respeito aos fundos foi consolidado no século XIX, momento em que surgiram os primeiros tratados de base jurídica. A gestão de documentos surgiu com o interesse dos Estados pela documentação, o que levou à definição dos documentos de domínio público e histórico (Séc. XVIII).

Posteriormente, a centralização dos documentos durante a Revolução Francesa, sob a influência do Iluminismo, fez com que os arquivos passassem a ter um novo significado para a administração pública. O Estado tornou-se responsável pela preservação do patrimônio documental e pelo direito público de acesso aos arquivos. As teorias arquivísticas tiveram os princípios como base, a partir de 1841. Na França, a criação dos Archives Nationales em 1794 e a abertura dos arquivos ao cidadão e à pesquisa histórica favoreceram as ciências auxiliares, à saber: Paleografia, Diplomática, Arquivologia e Heráldica (Marques e Tognoli, 2016, p. 70).

Marques e Tognoli (2016, p. 70) refletiram de maneira crítica sobre a relação interdisciplinar da Arquivologia, especialmente no movimento pós-Revolução Francesa. A concepção de "Estado-nação" fez com que o arquivo auxiliasse o saber histórico. Além disso, a criação da École Nationale des Chartes, em Paris, em 1821, formou arquivistas-paleógrafos, aproximando a Diplomática, a Arquivologia e a Paleografia.

Diante desse cenário de renovação historiográfica iniciada no iluminismo, é essencial destacar que, segundo Burke (1997, p.17) a história factual, positivista, que geravam documentos para contar histórias “tradicionais”, sofreu um rompimento. Uma nova forma de escrever a história emergiu, com uma narrativa que passou a ir além dos reis e batalhas. comprometida com a reconstituição da experiência coletiva. A evolução dos arquivos de depósitos estatais a espaços de direito público e o surgimento de disciplinas como a Diplomática e a Arquivologia foram fundamentais para assegurar a base metodológica dessa mudança. A abordagem inaugurada pela Escola dos Annales consolidou esse novo paradigma, ao privilegiar as estruturas sociais, os costumes e os sujeitos historicamente silenciados. Dessa forma, compreender “quem conta a história” e por meio de quais documentos revela-se não apenas uma exigência acadêmica, mas um gesto político essencial para a preservação da memória e o fortalecimento da democracia.

3. DOCUMENTOS VISUAIS, A FOTOGRAFIA: NOVOS OLHARES SOBRE A HISTÓRIA SOCIAL

No contexto apresentado, entende-se que a fotografia, no processo de contar histórias, permaneceu à margem durante longo tempo, ainda que seja essencial para evocar lembranças e memórias. Segundo Lacerda (2012, p. 284), “a diferença de linguagem e a falta de vinculação de

origem dos documentos visuais às técnicas e procedimentos administrativos aprofundaram a lacuna entre esses documentos e os textuais”.

O presente artigo, que aborda o documento fotográfico como direito à memória no contexto de “quem conta a história”, permite compreender que as fotografias são portadoras de narrativas. Conforme Kossoy (2021, p. 12), a Antropologia e a Etnografia foram pioneiras em validar a fotografia como ferramenta científica, enquanto outras áreas demoraram a reconhecer seu potencial.

As complexidades inerentes às lembranças são destacadas por Halbwachs (1990, p. 14), para quem as memórias emergem a partir de objetivos tanto individuais quanto coletivos. Grupos com mais recursos e influência podem, assim, manipular a narrativa histórica para legitimar suas ações e marginalizar outros. As memórias coletivas podem ser moldadas para fortalecer identidades, construir consensos ou mesmo justificar desigualdades. Como compreender, então, as relações históricas da Casa da Pólvora, em João Pessoa, sem considerar seus contextos específicos?

Esse movimento culminou com a fundação da *Revista dos Annales* em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch, que inaugurou uma história com estrutura centrada nos costumes da sociedade e nos personagens que até então permaneciam à margem das narrativas criadas para sustentar regimes autoritários.

Portanto, a trajetória da pesquisa histórica e do tratamento documental evidencia uma profunda transformação: da história positivista, ancorada em documentos oficiais que sustentavam narrativas de poder, para uma história interdisciplinar e crítica,

Contar histórias sobre patrimônios culturais como a Casa da Pólvora ultrapassa a simples narração de eventos passados: exige conhecimento aprofundado e suporte documental. Scocuglia (2003, p. 102) observa que a cidade “guarda suas relíquias e suas ruínas”. Bezerra (2016) define “reliquia” como objeto que testemunhou acontecimentos históricos ou esteve em contato com personagens relevantes.

O que pode revelar a Casa da Pólvora, esta edificação militar setecentista? Que histórias, pessoas e transformações sociais testemunhou? Para responder a tais questões, é fundamental tratar as fontes, inclusive as imagéticas, com rigor metodológico. Como adverte Lacerda (2012, p. 285), é preciso “aplicar às fotografias os mesmos princípios de proveniência e organicidade usados para documentos textuais”, para que não sejam vistas como meras ilustrações, mas como documentos de arquivo contextualizados.

Figura 1: Casa da Pólvora – João Pessoa



Fonte: Arquivo do IPHAN – 1969

Dessa forma, narrar a história da Casa da Pólvora ou de qualquer patrimônio, exige não só a preservação material, mas também a organização e interpretação crítica de registros visuais, assegurando que as narrativas construídas tenham fundamento documental e correspondam à complexidade histórica que representam, segundo Jardim (1995, p. 3), documentos permanentes são instrumentos ativos e essenciais para a vida democrática e social.

Assim, a narrativa sobre a Casa da Pólvora transcende a mera descrição arquitetônica. O tratamento arquivístico rigoroso de suas fotografias, resgatando sua proveniência, contexto de produção e os atores sociais envolvidos em sua história transforma esse acervo visual em um instrumento de disputa pelo direito à memória. Ele possibilita contestar narrativas unificadoras que apagam camadas históricas (como seu uso militar, abandono e posterior ressignificação), e assegurando que a memória do espaço seja polifônica ao abranger as experiências sociais a ele vinculadas.

Outra perspectiva para analisar a fotografia como narrativa visual aparece no filme *Aquarius* (2016), de Kleber Mendonça Filho. A trama, iniciada nos anos 1980, convida à reflexão sobre a construção da identidade por meio do espaço e da memória.

Figura 2: Cena do filme - AQUARIUS



Fonte: Filme “Aquarius” (2016) Brasil - Kleber Mendonça Filho

A personagem principal, uma viúva de 65 anos, resiste a vender seu apartamento a uma construtora que planeja demolir o edifício para erguer um empreendimento moderno. Sua memória afetiva, preservada por meio de objetos familiares e fotografias, revelam a importância do espaço na

construção de uma vida, suas relações, valores e histórias compartilhadas. As imagens, aqui, atuam como elo entre o individual e o coletivo, entre a lembrança e a resistência de grandes incorporadoras.

O filme “Aquarius” oferece uma reflexão para o debate arquivístico. As fotografias e objetos pessoais da protagonista não são apenas recordações afetivas; são arquivos de resistência. Eles materializam uma memória íntima e coletiva que se opõe à narrativa hegemônica do progresso e da especulação imobiliária. Nesse sentido, o acervo privado torna-se público em sua luta, ilustrando como a preservação e a contextualização de documentos visuais pode fundamentar uma disputa concreta pelo direito à memória do lugar e à própria narrativa histórica da cidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo discute o papel da fotografia como documento e ferramenta para 'contar histórias', evidenciando que, por um longo tempo, seu potencial foi marginalizado devido à falta de integração com os procedimentos arquivísticos. Reafirma-se que fotografias são portadoras de narrativas e constituem um direito à memória, com valor científico reconhecido pioneiramente pela Antropologia e Etnografia (Kossoy, 2021, p.12).

Aborda como as memórias, seja; individuais e coletivas, podem ser moldadas por grupos com mais poder, influenciando narrativas históricas. A Casa da Pólvora (João Pessoa) é um exemplo, enfatiza a necessidade de contextualização e do tratamento arquivístico adequado aplicando princípios técnicos adequados, para compreender plenamente a história que vai além de patrimônios culturais.

Assim, o estudo ilustra a relação entre imagem, memória e identidade com o exemplo do filme 'Aquarius', onde fotografias e objetos pessoais sustentam a resistência afetiva de uma moradora, reforçando que a preservação da memória exige rigor metodológico e uma abordagem ética para incluir todas as vozes na narrativa histórica.

Dessa forma, Este artigo defende que a fotografia, quando tratada com rigor arquivístico e interpretada criticamente, deixa de ser uma simples ilustração para se tornar uma ferramenta essencial na disputa pelo direito à memória.

Conclui-se que a análise interdisciplinar aliada à gestão ética de acervos fotográficos constitui um pilar essencial para o fortalecimento da democracia substantiva. Essa abordagem arquivística não apenas desafia as narrativas hegemônicas historicamente impostas, mas também cumpre a função social de integrar vozes silenciadas, colaborando ativamente para a construção de uma memória coletiva mais transparente e inclusiva.

REFERÊNCIAS

- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. FGV editora, 2006.
- BEZERRA, Rafael Zamorano. Dicionário do Patrimônio Cultural: Relíquia. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4. Disponível em: Dicionário do Patrimônio Cultural: Relíquia - IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Acessado em: 02 out. 2025.
- BURKE, Peter. **A revolução histórica francesa: a escola dos anais 1929-2014**. Fundação Editora da UNESP, São Paulo, 1997.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006. Disponível em: A Memória Coletiva (usp.br). Acessado em: 15/06/2024.
- JARDIM, José Maria. A Invenção da Memória nos Arquivos Públicos. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 25, n. 2, p. 1-13, maio/ago. 1996. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/659>. Acesso em: 26 out. 2025.
- KOSSOY, Boris. Fotografia e história: as tramas da representação fotográfica. **Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 70, 2021.
- LACERDA, Aline Lopes de. A fotografia nos arquivos: produção e sentido de documentos visuais. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 283-302, jan./mar. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702012000100015>. Acesso em: 03 out. 2025.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**; Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 1990.
- MARQUES, Ana Amélia da C.; TOGNOLI, Natasha Barbieri. ENTRE A ARQUIVOLOGIA E OUTRAS DISCIPLINAS: promessas de interdisciplinaridade? **Páginas a&b: Arquivos E Bibliotecas**, Porto, n. 4, p. 65-83, 2016. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/1546>. Acesso em: 19 out. 2025.
- MENDONÇA FILHO, Kleber (Diretor). **Aquarius** [Longa-metragem]. Brasil: Cinemagia, 2016. 1 DVD (146 min.), son., color.
- PAOLI, Maria Celia et al. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH. v. 99, p. 5-8. 1992.
- PALUDO, Conceição; SANTOS, Magda Gisela Cruz dos; TADDEI, Paulo Eduardo Dias. **Atualidade brasileira: a democracia substantiva e a Pedagogia do Oprimido**. **Educação**, v. 42, n. 3, p. 396-407, 2019. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/34086/19291>. Acesso em: 29 out. 2025.
- SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações**. São Paulo - SP, 2012. 320 f. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. DOI:10.11606/T.27.2012.tde-02072013-170328. Acesso em: 9 out. 2025.

SCOCUGLIA, Jovanka Baracuhy Cavalcanti. **Sociabilidades, espaço público e cultura: usos contemporâneos do patrimônio na cidade de João Pessoa**. João Pessoa – PB, 2003.394 f. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9825>. Acesso em: 26 out. 2025.

“WHO TELLS THE STORY”: A STUDY OF THE PHOTOGRAPHIC DOCUMENT AS A RIGHT TO MEMORY

ABSTRACT

This article investigates, through an interdisciplinary approach that articulates Archival Science, History, Social Sciences, and related fields, the role of photography as a document and an instrument for constructing historical narratives, focusing on the question 'Who tells the story?'. It starts from the premise that the document is a construct that reflects power relations, and the study demonstrates how hegemonic narratives are often shaped by dominant groups, silencing marginalized memories. It is through its social function that the document in permanent archives fulfills the role of collaborating with citizen education. The analysis traces the evolution of historiography, from positivism to the social history of the *Annales* School and the institutionalization of public archives. It argues that photography, long marginalized in archives and treated as mere illustration, must be recontextualized as a full archival document possessing evidential and testimonial value. The article adopts the methodology of bibliographic research. Through photographic examples, the Casa da Pólvora (João Pessoa) and the film *Aquarius*, the article illustrates how the correct interpretation of visual documents is crucial for understanding the historical complexity of heritage and for resisting single narratives. It concludes that the rigorous and ethical use of photographic collections is a fundamental political act for the right to memory and for building a substantive democracy, ensuring the inclusion of diverse voices in the telling of histories.

Keywords: Permanent Archives; Photography; Right to Memory.

CADERNO DE RESUMOS

DESDOBRAMENTOS DO GÊNERO: DESFAZENDO SENSO COMUM E APROFUNDANDO CONCEITOS

Clara Freitas Santos ¹

RESUMO

O artigo em questão discute o conceito de gênero como uma construção social, cultural e política em constante transformação. O objetivo é historicizar e aprofundar a compreensão do gênero, analisando como o termo foi apropriado e distorcido por discursos conservadores que o tratam como ameaça, conforme aponta Judith Butler (2024), para sustentar projetos autoritários e patriarcais baseados no medo. A pesquisa adota-se utiliza da revisão bibliográfica, fundamentada em autoras como Butler (2022, 2024), Scott (1995), Piscitelli (2008), Côrrea (2001), Hollanda (2019), Collins e Bilge (2021), para reconstruir o percurso do gênero desde o feminismo norte-americano até sua incorporação nos estudos brasileiros, mostrando sua relação com a militância política e o enfrentamento do determinismo biológico. A pesquisa destaca que o gênero, ao ser concebido como categoria relacional e performativa, permite compreender as dinâmicas de poder e as desigualdades estruturais. Com base na interseccionalidade, evidencia-se que gênero, raça e classe se entrecruzam, especialmente na realidade das mulheres negras, revelando opressões múltiplas e específicas. Diante do exposto e retomando Butler (2022), é possível afirmar que o gênero não é um estado fixo, mas um processo contínuo de construção e desconstrução. Assim, compreender o gênero criticamente é uma forma de superar o senso comum e reafirmar o direito à pluralidade e à existência sem medo ou discriminação.

Palavras-chave: Gênero; Feminismo; Interseccionalidade.

¹ Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Campina Grande e pós-graduação em andamento em História Afro e Historiografia Brasileira – clara.freitasn@gmail.com

ENTRE O CHORO E O MICROFONE: A CONSTRUÇÃO MIDIÁTICA DE ADEMILDE FONSECA NA IMPRENSA RADIOFÔNICA

Raimundo César Vaz Neto ¹

RESUMO

Este trabalho investiga a representação da cantora Ademilde Fonseca (1921–2012), consagrada como “Rainha do Choro”, em dois periódicos da imprensa especializada: *Revista do Rádio* (1948–1970) e *Radiolândia* (1953–1963), disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira. A pesquisa, situada no campo da História Cultural e na perspectiva da História e Música, analisa os discursos midiáticos sobre a trajetória profissional da artista e os papéis atribuídos às mulheres no universo radiofônico. Atuante nas Rádios Mayrink Veiga, Tupi e Nacional, Ademilde destacou-se no cenário artístico do Rio de Janeiro durante a era do rádio, contribuindo significativamente para a consolidação do choro como gênero musical. O estudo dialoga com autores como Alcir Lenharo (1995), Lia Calabre (2002), Tânia Regina de Luca (2008), Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário Cunha Peixoto (2009), buscando compreender como essas revistas contribuíram para reforçar ou tensionar as representações de gênero no campo midiático e artístico da época.

Palavras-chave: Ademilde Fonseca; imprensa especializada; gênero e música; era do rádio; representação feminina.

¹ Doutorando em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Orientadora: Maria Izilda Santos de Matos. Bolsista parcial da CAPES. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1201482390413983>.

ARQUIVOS PESSOAIS DE MULHERES COMO ESPAÇOS DE MEMÓRIA E RESISTÊNCIA: O CASO DE MÁRCIA STEINBACH SILVA KAPLAN NA MEMUS PB

Lesleyanne Rodrigues de Lima ¹

Ana Cláudia Cruz Córdula ²

Carla Maria de Almeida ³

RESUMO

Os arquivos pessoais de mulheres configuram-se como espaços de afirmação identitária, resistência e construção da memória social. Inseridos em um campo historicamente marcado por silenciamentos e ausências, esses acervos revelam modos singulares de viver, criar e registrar o mundo. O presente artigo propõe uma reflexão sobre o arquivo pessoal de Márcia Steinbach Silva Kaplan, em processo de doação à Associação de Memória Musical da Paraíba (MEMUS PB), analisando-o como um espaço de memória e expressão cultural. A pesquisa integra o contexto de um projeto de mestrado vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ – UEPB/UFPB). Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em pesquisa documental e na análise do conjunto documental que compõe o arquivo pessoal de Márcia Kaplan, buscando compreender como sua trajetória pessoal se inscreve na história cultural da Paraíba. O levantamento preliminar de arquivos pessoais institucionalizados em João Pessoa (PB) revelou a presença reduzida de acervos de mulheres, o que reforça a relevância do presente estudo. Assim, o artigo contribui para o debate sobre gênero, memória e arquivo pessoal, evidenciando o papel desses arquivos como instrumentos de preservação, visibilidade e resistência.

Palavras-chave: arquivos pessoais; memória; gênero; cultura; Márcia Kaplan.

¹ Mestrada em pelo programa de pós-graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ) pelas universidades Estadual e Federal da Paraíba, João Pessoa (PB) - Brasil. lesleyrodrigues01@gmail.com.

² Doutora em Ciência da Informação. Professora do Departamento de Ciência da Informação na Universidade Federal da Paraíba e professora do PPGDARQ- UEPB/UFPB, João Pessoa (PB)- Brasil. acccordula@gmail.com

³ Doutora em Ciência da Informação. Professora do Departamento de Ciência da Informação na Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa (PB)- Brasil. carlaa_almeida@hotmail.com

NOS ATOS DO CORAÇÃO: REPRESENTAÇÕES DO RAPTO NA DRAMATURGIA VIGENTE NO CEARÁ ENTRE AS DÉCADAS DE 1900-1940

Sandra Alves Santiago¹

RESUMO

O rapto da mulher amada foi uma prática relativamente comum no Ceará entre as décadas de 1900-1940, tendo deixado seus rastros nos arquivos judiciais e religiosos, mas também na literatura e na arte. Trata-se de um combinado entre o casal, quando o enlace amoroso encontra-se proibido pela família, por algum motivo. O roteiro dessas histórias é quase sempre o mesmo, ou seja, um rapaz e uma moça se apaixonam, um dos pais se opõe ao namoro e, assim, o rapto da jovem começa a ser planejado pelo casal; a fuga costuma acontecer à noite e, geralmente, os apaixonados seguem em companhia de terceiros, contando ainda com a ajuda de alguma família para abrigar a raptada, enquanto espera o casamento. Partindo dessas questões, a presente pesquisa tem por objetivo analisar as representações do rapto na dramaturgia vigente no Ceará entre as décadas de 1900-1940, buscando pensar questões relacionadas ao feminino e ao masculino, a partir dos códigos sociais que permeavam as noções de amor, honra, sedução e casamento, presentes nos palcos de muitas maneiras, inclusive a através do cômico. Seleccionamos para este trabalho três peças no formato textual, que foram encenadas em teatros cearenses ao longo do período citado, e que, de alguma forma, abordam o rapto, são elas: “As rosas de nossa senhora”, de Celestino Silva, e “O Calú” e “Os Piratas”, de Carlos Câmara.

Palavras-chave: Rapto; Amor; Dramaturgia; Ceará.

¹ Doutoranda em História Social, UFC. Bolsista FUNCAP.

REPRESENTAÇÕES FEMININAS NAS REVISTAS DOS ANOS DOURADOS: UMA ANÁLISE DE GÊNERO, CLASSE E ETNIA NA REVISTA JORNAL DAS MOÇAS (1950 – 1959)

Renally Helena Gomes de Brito¹
Nicole Monroe Andrade²

RESUMO

Durante a década de 1950, no período pós-Segunda Guerra Mundial, o Brasil vivenciou um crescimento urbano, industrial e de consumo, acompanhando tendências internacionais de modernização, mas também de retorno aos papéis femininos tradicionais e conservadores, voltados ao lar e à maternidade. Nesse contexto, as revistas direcionadas ao público feminino tratavam de questões que enfatizavam o modelo tradicional de família a ser seguido, além de abordar temas como normas, comportamento e beleza. Dentro desse viés, a interseccionalidade entre gênero, classe e etnia pode ser observada por meio da representação da mulher branca e da invisibilidade da mulher negra nessas publicações. Dito isso, o presente trabalho propõe analisar e discutir os papéis de gênero difundidos durante os Anos Dourados e como essas representações se relacionam com os fatores de classe e etnia, tomando como objeto de estudo a revista *Jornal das Moças* e utilizando autoras como Lélia Gonzalez, Carla Bassanezi, Bebel Nepomuceno e Tania Regina de Luca. Os resultados iniciais da pesquisa indicam que o periódico apresenta problemáticas às representações femininas, ensinando as mulheres, direta ou indiretamente, a seguirem normas impostas por uma sociedade baseada no patriarcado, além de estabelecer uma comunicação voltada à classe média e branca da sociedade brasileira da década de 1950.

Palavras-chave: Anos dourados; Revistas; Gênero; Classe; Etnia.

¹ Graduada em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e bolsista pelo PET História. Email: renally.helena@estudante.ufcg.edu.br

² Graduada em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e voluntária do PET História. Email: nicole.monroe@estudante.ufcg.edu.br

EXPERIÊNCIAS TRANSGRESSORAS EM ITABAIANA – PB: VIVÊNCIAS DE SOCORRO COSTA

Flaviano Batista Ferreira

RESUMO

As mulheres lésbicas do município paraibano de Itabaiana (PB) ocupavam diferentes espaços da vida cotidiana, ainda que historicamente silenciadas ou socialmente marginalizadas. Um desses exemplos é Socorro Costa, uma mulher intelectual que atuou como poeta, jornalista e política em Itabaiana. Com comportamentos associados a uma performance masculina de gênero, ela frequentava espaços do cotidiano tradicionalmente reservados aos homens, como sinucas, bares e cabarês, sendo respeitada por seus pares, que a consideravam como um deles. Nesse sentido, este trabalho busca recuperar as nuances da trajetória dessa interlocutora, evidenciando sua importância para a história local e regional em um período que compreende as décadas de 1950 a 1980, destacando seu protagonismo social e suas estratégias de resistência diante de uma sociedade local conservadora, na qual ousar declarar suas paixões por outras mulheres representava um risco real de marginalização e de reforço dos silenciamentos afetivos. Para o escopo metodológico, utilizam-se a noção de gênero de Butler (2018), os estudos do cotidiano de Certeau (1998) e a noção de lesbianismo de Swain (2004).

Palavras Chaves: Reconhecimento Social; História local; Mulheres lésbicas; Itabaiana-PB.

“O DESTINO DE OFÉLIA”: REPRESENTAÇÕES, CONSIDERAÇÕES E REFLEXÕES SOBRE A LOUCURA FEMININA NO SÉCULO DEZENOVE

Layse Félix Oliveira
Antônio Clarindo Barbosa de Souza

RESUMO

No período vitoriano a personagem de Shakespeare, Ofélia, aparece como tema bastante recorrente nas pinturas dos artistas pré-rafaelitas, a romantização da loucura feminina via arte evidencia uma faceta fetichista da vulnerabilidade feminina. Na medicina, em hospitais especializados como o francês *Salpêtrière*, médicos e psiquiatras fotografaram e reproduziram em tela imagens de mulheres contorcidas que, segundo a análise da época, evidenciam os sintomas físicos da histeria. A loucura também foi associada a comportamentos compreendidos como desviantes como a lesbianidade e a prostituição. Na literatura, escritoras como Charlotte Perkins Gilman em seu emblemático “O papel de parede amarelo” externalizam através da escrita às condições dilacerantes que causavam o adoecimento psíquico de mulheres que desejavam mais para si mesmas do que a condição de feminilidade oitocentista poderia lhes proporcionar. Neste ensaio a partir de uma revisão bibliográfica e utilizando às artes e o discurso médico como fonte, levantamos reflexões sobre as diferentes formas de representações sobre a loucura feminina ao longo do século dezenove com o objetivo de refletir sobre os processos de patologização que não podem ser compreendidos apenas dentro de termos biológicos, mas sempre associados aos fenômenos históricos e culturais de seu tempo.

Palavras-chave: Representação, histeria, saúde-mental, século dezenove.

OPERAÇÃO TARÂNTULA A PARTIR DE FERNANDA FARIAS DE ALBUQUERQUE: UMA PUTA HISTÓRIA

Olivia Cézar da Silva Ferreira¹
Rosilene dias Montenegro²

RESUMO

O presente trabalho analisa o controle dos corpos em zonas de prostituição no período de 1982 a 1987, da transição do regime militar para retomada da democrática no Brasil, período marcado por intensas perseguições morais e políticas. O objetivo central consiste em investigar como as relações de poder e a necropolítica incidiram sobre corpos de travestis negras e prostitutas. Para isso, utiliza-se uma metodologia qualitativa baseada na análise da obra autobiográfica "A Princesa", de Fernanda Farias de Albuquerque, em diálogo com registros dos periódicos 'Diário de Pernambuco' e o jornal carioca 'O Dia'. Os resultados demonstram que a atuação estatal e social operou uma lógica de extermínio, identificada pela autora como 'matança', que visava a higienização dos espaços urbanos. Conclui-se que a escrita autobiográfica de Albuquerque provoca dismantelamentos das normas de gênero e das estruturas do sistema, transformando o relato do cotidiano em uma afirmação política e ética de resistência frente à desumanização Sistêmica.

Palavras Chave: Necropolítica; Travestilidade; Autobiografia.

¹ Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), período no qual participei do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) vinculado ao departamento de História, tive uma experiência no PIBIC com a produção de fontes e a metodologia da História Oral. Mestre em História pelo Programa de Pós graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH-UFCG), na Linha de Pesquisa História Cultural das Práticas Educativas; com ênfase nas práticas educativas informais; e, participação no Grupo de Pesquisa "História e Memória da Ciência e Tecnologia" (DGP - CNPq), na linha de pesquisa "História e Memória da Ciência e Tecnologia" Cultura, Mulheres Gênero e Sexualidade, desenvolvendo atividades de estudo, criação, manutenção e catalogação de arquivos e fontes.

² Professora Titular em História da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG (2018). Formou-se Bacharel em História pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB (1989). Tem mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB (1993), doutorado em História pela Universidade de Campinas - UNICAMP (2001), e Especialização em Arquivologia pela Universidade de São Paulo - USP (2006). Realizou estágio Pós-Doutoral na linha de pesquisa Dinâmicas territoriais do desenvolvimento e regionalização no Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo/UFPE (2020) onde desenvolveu a pesquisa "Desenvolvimento e gênero: dados sobre a presença das mulheres nas ciências e tecnologias (1996-2018)".

TRAJETÓRIAS DE FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DOCENTE: OS MEMORIAIS DE PROFESSORAS DE HISTÓRIA DA USP E DA UNICAMP (2000 – 2015)

Rafaela Duarte Vieira ¹

RESUMO

O trabalho analisa os memoriais de livre-docência e de titularidade de professoras dos departamentos de História da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), produzidos entre 2000 e 2015. O objetivo é compreender como essas docentes constroem e representam suas trajetórias acadêmicas e intelectuais, evidenciando a articulação entre formação, pesquisa e atuação institucional. A análise organiza-se em três eixos principais: a graduação, a pós-graduação e as atividades de gestão. No primeiro, examina-se como as professoras narram sua formação inicial e de que modo os contextos políticos, em especial o regime civil-militar, incidiram sobre sua formação intelectual. No segundo, investiga-se o processo de consolidação como pesquisadoras, observando o impacto das etapas de mestrado e doutorado na definição de temas, métodos e abordagens historiográficas. Por fim, busca-se compreender como as experiências de docência, pesquisa e gestão são mobilizadas na construção de uma memória institucional e disciplinar, revelando os modos pelos quais essas professoras inscrevem suas trajetórias na história recente da universidade brasileira.

Palavras-chave: memoriais acadêmicos; trajetórias intelectuais; docência universitária; mulheres na universidade.

¹ Mestre pelo Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Ciências e Letras de Assis, pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Brasil.

ENTRE NARRAR O PASSADO E ESCREVER PARA O FUTURO: O PROTAGONISMO POLÍTICO DE UMA COMBATIENTE CUBANA

Carla Cristina Nacke Conradi¹

RESUMO

Esta comunicação versa sobre uma parte de minha pesquisa de pós-doutoramento na Universidade Federal da Paraíba, em que analisei o apagamento histórico e político dos protagonismos e agenciamentos femininos na escrita da história da Revolução Cubana. Ao entrevistar as chamadas *combatientes*, a partir da metodologia da História Oral, observei como elas questionam esses lugares quando narram suas vidas e, assim, no ato de contar sobre si, constituem subjetividades políticas, colocando à prova narrativas históricas consolidadas, as quais, como sabemos pelos estudos de gênero, privilegiam os papéis exercidos pelos homens em detrimento daqueles desempenhados pelas mulheres. Nesta comunicação evidenciarei o protagonismo de Roxana de La Cruz, entrevistada na cidade de Holguín, parte oriental do país, e a constituição do seu livro *Nuestra Historia*. A estrutura da narrativa de Roxana está centrada na sua participação no Batallón Feminino Clodomira Acosta Ferrals, da Milicia Nacional Revolucionaria de Holguín. A análise da memória dessa *combatiente* evidencia significados múltiplos que têm relação direta com sua posição no momento da entrevista, de guardiã da memória do Batallón. Roxana, ao falar sobre si, narrou sua luta pelo reconhecimento do Batallón e das “clodomiras” na história de Cuba, questionou o prestígio recebido pelas *combatientes* da capital e o esquecimento das atuações femininas no restante da ilha, mas também avaliou as condutas do Batallón no recrutamento de mulheres, os treinamentos militares para a proteção do país, e o cerceamento da sexualidade das mulheres *combatientes*.

Palavras-chave: História das mulheres; Revolução Cubana; Memória; Gênero.

¹ Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná, com pós-doutorado pela Universidade Federal da Paraíba. Professora associada da Graduação e Pós-graduação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste).

“NÃO NOS ESTIGMATIZEM”: O EDIFÍCIO DA POLÍCIA CIVIL DO RIO DE JANEIRO COMO SÍMBOLO DA REPRESSÃO PARA ALÉM DA DITADURA MILITAR

Lavínia Izidoro Martins ¹

RESUMO

Este trabalho busca apresentar alguns resultados parciais de uma pesquisa sobre a disputa pelo prédio da Polícia Civil do Rio de Janeiro onde, durante a ditadura militar, funcionou a sede do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Em uma disputa que evidencia a necessidade do trabalho com a memória e os usos possíveis do passado para diferentes grupos, nos chamou a atenção o medo apresentado pela Polícia Civil de que um museu da ditadura naquele espaço levasse à estigmatização da corporação, argumentando que a repressão representa apenas uma parte dos 100 anos do prédio. Diante disso, o que pretendemos discutir nesse trabalho é o caráter de lugar de memória da repressão que o prédio apresenta e, ainda, elaborar a hipótese de que essa repressão não se reduz ao DOPS, mas pode ser identificada na história do espaço desde a sua fundação, bem como na história da polícia enquanto instituição. Esse é um argumento levantado, inclusive, pelos próprios movimentos sociais: o museu em questão seria o primeiro memorial nesse sentido criado no Rio de Janeiro e, na verdade, existem sim diversos outros espaços que poderiam abrigá-lo e que foram espaços de violações dos Direitos Humanos. A escolha e reivindicação por este, no entanto, leva em conta o fato de ele ter sido palco da repressão e da violência em diversos momentos da história brasileira.

Palavras-chave: Polícia Civil; Ditadura; Memória; DOPS.

¹ Doutoranda em História Social, PPGHIS - UFRJ. Instituição de fomento: CAPES.

A HERMENÊUTICA JURÍDICA E CRÍTICA HISTÓRICA SOBRE OS CRIMES DA DITADURA MILITAR: UMA ANÁLISE DA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL N°. 153 E A LEI DE ANISTIA DE 1979

Herry Charriery da Costa Santos ¹
Inglid Lima Ferreira ²

RESUMO

Há muito a hermenêutica trouxe à história o seu lugar de dignidade no processo compreensivo, ao ponto de Gadamer (2011, p. 331) enfatizar que “a hermenêutica pode fazer justiça à historicidade da compreensão”. O jurista e o historiador são profissionais que olham para o passado e buscam interpretá-lo. O historiador procura compreender o passado com a racionalidade que lhe é própria, enquanto o jurista olha para o passado tendo a atualidade como preocupação central. O presente trabalho busca realizar uma abordagem crítica do voto do relator do acórdão, Min. Eros Grau, proferido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n°. 153 (ADPF-153), cujo objeto era a arguição de inconstitucionalidade de dispositivos da Lei n°. 6.683, de 28 de agosto de 1979 (Lei de Anistia). O objetivo é analisar o voto proferido pelo Ministro, especificamente em relação à narrativa histórica e à articulação técnico-jurídica dos episódios reconstruídos no texto do acórdão, para elaborar uma compreensão crítica acerca dos argumentos por ele utilizados. Busca-se também, compreender como o contexto histórico narrado foi (re)construído a partir de uma descrição seletiva dos fatos históricos que ocorreram no final dos anos 70, o que permitiu a conclusão da votação e a promulgação da Lei n°. 6.683/1979, o fruto de um acordo político extenso que envolveu todo o país e que seria ilegítimo para o STF rever, à luz da Constituição de 1988, os termos de um tal “acordo histórico”.

Palavras-chave: Hermenêutica Jurídica; História; Democracia; Anistia.

¹ Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Graduado em História pela Universidade Federal de Campina Grande. Professor do Curso de Direito da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

² Graduanda do 5º Período do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Bacharela em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Tocantins (UFT).

O QUE RESTOU DO SISTEMA DE JUSTIÇA E DA SEGURANÇA PÚBLICA APÓS DITADURA MILITAR? UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO E OS LIMITES DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL

Genilson Galdino da Silva ¹

Herry Charriery da Costa Santos ²

RESUMO

Com o advento da nova ordem constitucional e a retomada do regime democrático no Brasil com o fim da ditadura militar (1964-1985), pode-se afirmar que a transição do período de exceção para o regime democrático ocorreu de forma controlada e, portanto, incompleta, permanecendo na estrutura do Estado brasileiro elementos autoritários no interior do poder judiciário e do sistema de segurança pública. Observam-se, nesse sentido, resquícios autoritários no âmbito de tais sistemas institucionais que respondem a um ambiente político, econômico e social de graves violações de direitos humanos, fomentando ainda hoje uma cultura institucional alheia à garantia e à defesa dos direitos humanos no Brasil. Essa transição incompleta significa o convívio cotidiano com práticas autoritárias e excludentes que atingem direitos e garantias fundamentais, assim como o desrespeito às normas e princípios presentes em documentos internacionais de proteção aos direitos humanos. Considerando esse diagnóstico, parece necessário reconhecer a extensão do papel e das ações de agentes estatais e entidades da sociedade civil que colaboraram com o regime autoritário, com o intuito de reformar e adequar as instituições públicas aos preceitos de um Estado Democrático de Direito. Nesse sentido, por meio de uma pesquisa bibliográfica, sustentada por análises normativas e documentais, o presente artigo busca apresentar um estudo orientado pelas categorias analíticas da Justiça de Transição, em especial a noção de reformas institucionais aplicadas ao cenário institucional do poder judiciário e do sistema de segurança pública de modo a suscitar uma avaliação sobre os limites dos processos de reformas institucionais orientadas para a sua refuncionalização e adequação ao regime democrático vigente.

Palavras-chaves: Justiça de transição; Reformas institucionais; Poder Judiciário; Segurança pública.

¹ Graduando do Curso de Direito, 7º Período, do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

² Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Graduado em História pela Universidade Federal de Campina Grande. Professor do Curso de Direito da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

ENTRE A LAN HOUSE E O CANAVIAL: JUVENTUDE NEGRA, GÊNERO E A GEOGRAFIA DA MORTE NA PARAÍBA

Kelton Mark Araújo Marinho ¹

RESUMO

O trabalho analisa o feminicídio de Karolina Oliveira Gomes, adolescente negra potiguar de 16 anos, encontrada morta em um canavial no município de Capim, Paraíba, como expressão da violência de gênero e racial que estrutura condutas de dominação e manutenção de padrões coloniais na ocultação de corpos na Zona da Mata Paraibana. Com efeito, o estudo se fundamenta em autores como Sueli Carneiro, Maria Lugones e Achille Mbembe, compreendendo o corpo negro feminino como atravessado por epistemicídio insidioso e padrões coloniais de dominação. A partir de uma abordagem qualitativa e analítica, realiza-se uma leitura crítica do caso e de sua repercussão midiática, observando como a narrativa pública e institucional reforça uma masculinidade colonial que silencia e submete corpos negros femininos. Na discussão sobre memória, direitos humanos e necropolítica, busca-se compreender como o ceifamento de vidas é lembrado, naturalizado ou apagado pelas estruturas de poder e pelos meios de comunicação. Sendo assim, ao recuperar o desenho criminal do caso Karolina, o trabalho reivindica a construção de uma memória coletiva que confronte o esquecimento e reafirme o papel das universidades públicas como espaços de resistência, denúncia e reconstrução simbólica da dignidade humana.

Palavras-chave: Feminicídio; Violência de gênero; Direitos humanos e Necropolítica.

¹ Graduando do Curso de Direito, 5º Período, do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

O ANTICOMUNISMO BOLSONARISTA E A DESLEGITIMAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

Renata Cavalcante Cordeiro ¹

Clara Freitas Santos ²

RESUMO

O artigo analisa como, no bolsonarismo, a cidadania esteve em constante ataque a partir da ridicularização dos direitos humanos, que se baseando em uma política anticomunista, esvaziada de significado material, coloca o comunismo como uma ameaça a ser combatida. Jair Bolsonaro, com um forte discurso violento e anticomunista, chega na presidência do país como uma alternativa, proposta pela autocracia burguesa, aos partidos tradicionais de direita que não conseguiram alcançar números consideráveis nas eleições presidenciais de 2018. O anticomunismo aparece aqui não só em oposição ao comunismo, mas como uma verdadeira ideologia política que age na tentativa de criar um inimigo interno, desviando o conflito de classes e deslegitimando os direitos humanos como instrumentos de atuação dos comunistas. Dessa forma, a pesquisa tem por objetivo analisar como a atuação bolsonarista contribuiu para a perpetuação do senso comum em torno da ciência política do comunismo e negação dos direitos humanos. Para isso, a pesquisa usa do apoio de clássicos textos sobre os assuntos propostos, além de realizar uma análise de postagens retiradas da rede social “X”, do perfil do ex-presidente, seguindo ferramentas metodológicas específicas para tratar de fontes advindas da internet. Assim, revendo essas publicações, é perceptível que, no bolsonarismo, os direitos humanos, que deveriam ser fundados na universalidade e na proteção da dignidade, são recodificados como instrumentos de “subversão”.

Palavras-chave: Bolsonarismo; Anticomunismo; Direitos Humanos.

¹Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Campina Grande – renatacavalcante2024@gmail.com

²Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Campina Grande e pós-graduação em andamento em História Afro e Historiografia Brasileira – clara.freitassn@gmail.com

GETÚLIO VARGAS EM DISPUTA: O USO POLÍTICO DO EX-PRESIDENTE

Filipe Daniel Reis de Deus ¹

RESUMO

Este estudo, parte de minha pesquisa, utiliza a História Pública e a Historiografia sobre Getúlio Vargas para analisar representações do ex-presidente em produtos culturais digitais, com destaque para os materiais produzidos pelo grupo Brasil Paralelo. A investigação busca compreender como essas narrativas constroem uma imagem de Vargas alinhada a valores neoliberais, articulando discursos de empreendedorismo, meritocracia e antipolítica. Pretendo examinar as estratégias de comunicação e marketing que tornam essas produções amplamente acessíveis e atraentes, bem como seus possíveis efeitos na formação da memória histórica nacional. A hipótese é que o sucesso dessas narrativas se deve ao uso eficiente de recursos audiovisuais e à capacidade de simplificar debates complexos, o que contribui para reforçar visões ideológicas específicas sobre a história do Brasil. Assim, a análise propõe uma reflexão crítica sobre o papel do ambiente digital na construção de sentidos históricos e sobre os riscos sociais e políticos que essas representações possivelmente podem gerar.

Palavras-chave: Getúlio Vargas; Brasil Paralelo; História Pública; Neoliberalismo; Representações históricas.

¹ Mestrando em História, Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Órgão fomentador: CAPES.

NECROPOLÍTICA E O ATO INSTITUCIONAL Nº 5: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS MORTES DOS GRUPOS VULNERABILIZADOS DURANTE O PERÍODO DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA (1964 – 1985)

Genilson Galdino da Silva ¹

Laura Maria Gomes Soares ²

Herry Charriery da Costa Santos ³

RESUMO

O Brasil vivenciou um dos períodos mais conturbados de sua história recente, o regime ditatorial que iniciou através de um golpe militar em 31 de março de 1964 e findou em 15 de março de 1985. Acerca do período, constata-se três fases da ditadura militar, a envergonhada, escancarada (Elio Gaspari, 2002), e a derrotada (Elio Gaspari, 2003). Ao longo desses ciclos, nota-se a institucionalização das mortes dos grupos vulnerabilizados, sobretudo, por meio da institucionalização do Ato Institucional nº 5 na data 13 de dezembro de 1968 pelo presidente marechal Artur da Costa e Silva, o qual viabilizou a suspensão de direitos políticos de quaisquer cidadãos, mandatos eletivos, além de ter suspenso Habeas Corpus, entre outros direitos fundamentais, legitimando ações autoritárias. Ademais, associado aos modos operantes dos ditadores golpistas, o conceito de Necropolítica (Achille Mbembe, 2003), mostra-se extremamente visível a partir do uso do poder político a fim de determinar, por meio de ações ou omissões, quem pode permanecer vivo e quem deve morrer. Assim, o Ato Institucional nº 5 manifesta a consolidação da legalização da política de morte, sobretudo sobre os grupos vulnerabilizados. Dessa forma, o presente artigo relaciona a institucionalização da Necropolítica (Mbembe, 2003) como fundamento de repressão dos grupos vulnerabilizados, sendo, naquele contexto fático, opositores políticos, os quais, mediante a cultura de desumanização, eram submetidos ao descarte, aos estigmas, ao apagamento e ao extermínio.

Palavras-chave: Necropolítica. Ditadura Militar. Ato Institucional nº 5. Grupos vulnerabilizados.

¹ Graduando do Curso de Direito, 7º Período, do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

² Graduanda do curso de Direito, 6º Período, do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

³ Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Graduado em História pela Universidade Federal de Campina Grande. Professor do Curso de Direito da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

REPARAÇÃO DAS MEMÓRIAS INDÍGENAS BRASILEIRAS: READEQUAÇÃO DAS NARRATIVAS EXPOSITIVAS E ESPAÇOS DE SABERES DA EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL NO MUSEU PEDAGÓGICO DA UESB

Tayara Barreto de Souza Celestino (UESB)¹

RESUMO

O artigo objetiva apresentar o Museu Pedagógico da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) em narrativas de reparação de memórias indígenas e reconstrução de memórias narradas através das falas dos próprios indígenas, encontradas em espaços de exposição que reposicionam narrativas sobre processos de colonização brasileira. Para análise e reflexão desse artigo, foi investigado em campo empírico a exposição “Povos Indígenas e Livros Didáticos no Brasil”, organizada por professores e pesquisadores da UESB, dispostas no Museu Pedagógico da UESB e Casa Padre Palmeira. A exposição foi desenvolvida com a intenção de trazer narrativas comunicadoras a respeito de livros didáticos sobre a temática indígena brasileira, trazendo contrapontos nos livros didáticos, na literatura e na arte, fazendo repensar processos de colonização com a reorganização destas memórias indígenas com seus relatos pessoais e ancestrais. A medida contribui com a reparação do ponto de vista dos direitos humanos na América latina de narrativas históricas destes povos e faz ressurgir novas formas de se entender a cultura e as identidades indígenas. Estes lugares oficiais que afirmam a memória como os museus em exposições e salas de aula podem ser modificados através de novas formas de expor e ver o mundo para a inclusão e reparação e inserindo-se na perspectiva da decolonialidade.

Palavras-chave: Museus pedagógicos; Memórias indígenas; Direitos Humanos; Decolonialidade.

¹ Pós-doutoranda do Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Bolsista pós-doc pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Integrante do Laboratório de Estudos Urbanos e Culturais (Labeurc-CNPq-UFS).

A OMISSÃO QUE CONDENA: ANÁLISE DA FALHA ESTATAL NA AÇÃO PENAL DO CASO MANOEL LUIZ DA SILVA

Luís Filipe Ventura Mendonça ¹
Lara Beatriz Araujo Cabral Limeira ²

RESUMO

A inércia do aparato estatal na condução da ação penal de crimes contra defensores de Direitos Humanos no âmbito rural é uma realidade no corpo jurídico brasileiro. Nesse contexto, este trabalho, advindo do projeto de pesquisa OBUNTU da Universidade Federal da Paraíba, examina o assassinato do trabalhador rural Manoel Luiz da Silva, membro do MST, ocorrido em 1997 na Paraíba. Para além do crime em si, o foco recai sobre a subsequente e sistêmica falha dos mecanismos estatais em promover a devida ação penal. A tese central é que a omissão na condução processual de casos envolvendo trabalhadores do campo não são acidentais, mas sim uma estratégia funcional para garantia da impunidade. A análise da condução da ação penal, marcada por múltiplos erros que resultaram em nulidades processuais, falhas na produção de provas cruciais e a não consideração do contexto de violência agrária, revela a convivência institucional do Estado com crimes contra defensores dos Direitos Humanos. Ao conectar este caso aos eixos de memória, direitos humanos e transição, demonstramos como a inércia estatal se converte em uma segunda condenação, essa imposta à família da vítima, que sofre a violação continuada de seu direito à verdade e à justiça, atuando como um poderoso mecanismo de apagamento das lutas sociais.

Palavras-chaves: Direitos Humanos; Omissão estatal; Violência no campo; Paraíba.

¹ Graduando em Direito na Universidade Federal da Paraíba, lfvm@academico.ufpb.br

² Graduada em Direito na Universidade Federal da Paraíba; lara.cabral@academico.ufpb.br

GUEVARA DE BATINA: A TRAJETÓRIA DE ALÍPIO CRISTIANO DE FREITAS E SUAS RECONSTRUÇÕES DE MEMÓRIA (1962-1964)

Alicia Moreira Felix ¹

RESUMO

Este trabalho examina a trajetória política de Alípio Cristiano de Freitas (1962–1980), sacerdote português naturalizado brasileiro que rompeu com a Igreja para integrar organizações de esquerda durante a Ditadura Civil-Militar. Foi padre, professor em São Luís/MA, guerrilheiro e, por fim, jornalista. Ativo nas Ligas Camponesas e posteriormente na Ação Popular Marxista-Leninista (APML) e no Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), Alípio construiu uma trajetória marcada pela militância clandestina, pela prisão e pela tortura no Rio de Janeiro (1970-1979), além do exílio no México e em Cuba. Considerado à época como “Guevara de batina”, Alípio foi perseguido, preso e torturado pelo regime militar. Entretanto, após sua morte, em 2017, passou a ser celebrado por alguns setores da imprensa como herói. A partir da análise qualitativa documental e bibliográfica, busca-se compreender o papel de Alípio como um sujeito singular que, ao romper com o Clero e se inserir na APML, encarnou uma nova utopia, esta, de natureza política. A trajetória será dividida em três eixos: 1) o rompimento com a Igreja e a entrada na militância política (1962); 2) o período de resistência durante o regime militar (1964-1985) e 3) as reconstruções de memória após a sua morte (2017). O trabalho insere-se no campo da História Política e Social, abordando também as relações entre Biografia, Memória e Direitos Humanos.

Palavras-Chave: Ação Popular Marxista-Leninista (APML); Memória; Trajetória.

¹ Graduada em História (UFMA). Mestranda em História (UFPR) com financiamento da CAPES. Simpósio temático: 02-Memória, Direitos Humanos e Transições na América Latina.

MEMÓRIA E INVISIBILIDADE DO TROPEIRISMO SUÍNO DE JAGUARIAÍVA: UM OLHAR SOBRE A HISTÓRIA LOCAL E O ENSINO DE HISTÓRIA

Eugenio Bassani Neto ¹

RESUMO

O presente trabalho analisa a invisibilidade do tropeirismo suíno de Jaguariaíva, no Paraná, no ensino e na historiografia brasileira. A pesquisa parte do reconhecimento de que a história local e regional é frequentemente marginalizada nos currículos escolares, em favor de narrativas centradas nos grandes eventos e personagens da história nacional. Ao investigar as práticas dos “porcadeiros” — tropeiros responsáveis pelo transporte de porcos e banha até o frigorífico das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo —, busca-se compreender como essa atividade moldou a economia, o território e a cultura da região entre os séculos XIX e XX. A análise documental e bibliográfica, associada às percepções de professores da rede pública, permite problematizar o apagamento dessas experiências na formação histórica dos estudantes. O estudo propõe a inserção do tropeirismo suíno no ensino de História como estratégia de valorização da memória coletiva, da educação patrimonial e da identidade local, fortalecendo o vínculo entre conhecimento histórico, comunidade e pertencimento.

Palavras-chave: Tropeirismo suíno; Ensino de História; Memória local; Patrimônio cultural; Jaguariaíva.

¹ Mestrando em Ensino de História (PROFHISTÓRIA/UEPG). Professor da Rede Estadual de Ensino do Paraná. Agência Financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

ESTRUTURAS DE PODER NO IMPÉRIO ULTRAMARINO PORTUGUÊS: AS FALHAS DA LEGISLAÇÃO DO TRANSPORTE DE ESCRAVIZADOS E AS OMISSÕES NAS PUNIÇÕES DOS CONDENADOS C. 1723 – C. 1738

Erykles Natanael de Lima Vieira ¹

RESUMO

O objetivo deste artigo é investigar como as estruturas do Estado burocrático português foi utilizado como mecanismo para dificultar e atrasar a aplicação das condenações de comerciantes de escravizados que burlavam a legislação que regulamentava o comércio de cativos no período entre 1723-1738. Nos últimos quarenta anos a historiografia da escravização negra vem expandindo com novas abordagens, este trabalho busca somar neste campo, ao analisar as estruturas de poder no Império Ultramarino: caso da América Portuguesa; a legislação do transporte de escravizados; e, a omissões e atrasos na aplicabilidade de condenações de descumprimento das arqueações: no caso do processo de Marcos Gomes da Silva. Para isso, foram arroladas documentação do Arquivo Ultramarino Português, também foram usados os dados do site The Slave Voyages. A metodologia utilizada foi qualitativa-quantitativa, empregada análise documental criteriosa e análise quantitativa dos dados referente ao comércio de escravizados anos analisados. Os conceitos utilizados para operacionalizar o debate é de Estratégia e Tática de Michel de Certeau (1998), Experiência por Edward P. Thompson (1981), Estado Corporativo de Antônio Manoel Hespanha (2012). Podemos observar que as diversas estruturas de decisões de poder local e metropolitana que impactavam os indivíduos na América Portuguesa, se faziam morosas por fatores de corrupção, leniência, e estrutura burocrática ao caso de descumprimento das arqueações.

Palavras-chave: Transporte de escravizados. Estado Moderno. Burocracia. Século XVIII.

¹ Doutorando em História Social na linha de pesquisa Escravidão e Invenção da Liberdade do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia orientado pelo Prof. Dr. Alex A. Costa e coorientado pela Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima N. Pires. É Mestre e Graduado em História pela Universidade Federal de Campina Grande e Especialista em Docência pelo Instituto Federal de Minas Gerais. Bolsista de Doutorado do Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq. eryklesufcg@gmail.com

SOB O MANTO DOS SANTOS: COR, PODER E CARIDADE NAS IRMANDADES DE SANTO ANTÔNIO E SANTA IFIGÊNIA, BAHIA (1765-1834)

Rafaela Sousa Vieira ¹

Grayce Mayre Bonfim Souza (Orientadora) ²

RESUMO

A pesquisa investiga as irmandades de Santo Antônio e Santa Ifigênia, instaladas no povoado de Mato Grosso (Rio de Contas - Bahia), no alto sertão baiano. O estudo mostra, de modo comparativo, as irmandades, com ênfase nesta última, a partir de três conjuntos documentais: o Livro de Entradas das Irmandades (1762–1834), o de Entradas da Irmandade de Santa Ifigênia (1765–1769) e o Livro de Contribuições. A análise ilumina como esses espaços confrariais articulavam fé, sociabilidade e economia em uma região periférica da Capitania da Bahia. Essa documentação inédita revela que, mesmo no sertão minerador, as irmandades não eram apenas espaços devocionais, permitindo sustentar a hipótese de que, mesmo em um contexto sertanejo, distante dos grandes centros urbanos da colônia, as irmandades também atuavam como espaços de afirmação identitária, especialmente em contextos marcados pela presença de africanos escravizados, libertos e descendentes. Serão empregadas abordagens da micro-história, articulando categorias como etnicidade, economia devocional e redes sociais. Nesse sentido, este estudo reforça o papel das irmandades como espaços de negociação, integração e resistência em uma sociedade marcada por profundas desigualdades raciais, econômicas e jurídicas e com isso, contribuir para a historiografia sobre religiosidade no sertão baiano, ressaltando a agência das populações negras na construção do espaço sagrado e das relações sociais no contexto minerador do Antigo Regime.

Palavras-chave: Irmandades religiosas; Sertão baiano; Santa Ifigênia; Santo Antônio; Século XVIII.

¹ Discente do curso de Licenciatura em História do DH/UESB- Campus Vitória da Conquista (Universidade Estadual da Bahia).

² Docente do Departamento de História DH/UESB.

REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO NO IMPÉRIO ULTRAMARINO PORTUGUÊS: CATARINA JULIANA E A CONSTRUÇÃO DA MULHER COMO FEITICEIRA (SÉCULO XVIII)

Tauânderson da Silva de Jesus ¹

RESUMO

A presente proposta investiga as representações de gênero e poder no Império Ultramarino Português, tomando como eixo o processo inquisitorial de Catarina Juliana, mulher forra africana acusada de feitiçaria no século XVIII. A pesquisa busca compreender como o discurso colonial e religioso construiu a mulher como sujeito de desvio, transgressão e ameaça à ordem cristã, evidenciando as intersecções entre gênero, raça e religião. Por meio da análise de documentos inquisitoriais, o estudo discute de que forma práticas culturais e espirituais de matriz africana foram reinterpretadas como manifestações demoníacas, legitimando mecanismos de controle moral e político sobre os corpos femininos negros. Amparado no paradigma indiciário de Carlo Ginzburg e nas contribuições de autoras como Mariana Cândido, Laura de Mello e Souza, Silvia Liebel e Selma Pantoja, o trabalho propõe uma releitura do caso de Catarina Juliana como expressão da agência e da resistência simbólica das mulheres africanas diante da dominação patriarcal, racial e colonial que estruturou o mundo atlântico no século XVIII

Palavras-chave: Gênero; Feitiçaria; Mulheres africanas; Império Ultramarino.

¹ Graduado em História, Universidade Federal de Sergipe. Tauandersonsilva93@gmail.com

ENQUADRAMENTOS DO GÊNERO E DA DIVERSIDADE SEXUAL NO JORNALISMO DIGITAL DE JUAZEIRO (BA)

Maria Eduarda Moret Araújo Moreira de Souza ¹
Fábio Ronaldo da Silva ²

RESUMO

O presente trabalho é resultado de pesquisa realizada no projeto “Observatório de Mídias, Gênero e Diversidade Sexual” desenvolvida com apoio do PICIN/UNEB e que, em 2024 analisou publicações do Instagram veiculadas pelos canais *Preto no Branco* e *Juá Notícias*. As postagens foram catalogadas e classificadas em categorias temáticas: violência e segurança (policial), pública, educação, política, cultura, saúde e esportes, para permitir uma leitura sistemática dos conteúdos. No total, foram examinados 1.383 posts, sendo 1.269 do *Preto no Branco* e 114 do *Juá Notícias*. A pesquisa adotou uma abordagem multimodal e quali-quantitativa, utilizando o método de análise de enquadramento proposto por Mendonça e Simões (2012) para examinar a relação entre as imagens e as manchetes das matérias. O referencial teórico dialogou com as perspectivas feministas de bell hooks (2004), Joan Scott (1989) e Judith Butler (1998), além de contribuições recentes dos estudos queer. Os resultados indicam que, em Juazeiro (BA), mesmo entre iniciativas que buscam alternativas ao jornalismo tradicional, ainda se observam práticas narrativas que reproduzem estruturas simbólicas associadas ao discurso patriarcal.

Palavras-Chave: Enquadramento; Jornalismo; Gênero; Diversidade.

¹ Discente do Curso de Jornalismo em Multimeios - UNEB, email: dudalol555@gmail.com

² Professor do Curso de Jornalismo em Multimeios - UNEB, email: fabiosilva@uneb.br

MARIA LACERDA DE MOURA: DEGENERAÇÃO E O CORPO FEMININO NA VITRINE DO CAPITAL NAS PROPAGANDAS DA REVISTA FEMININA (1917–1920)

Deivison Barreto da Silva Filho ¹
Pedro Guilherme Martins Dias De Lima ²

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar discursos midiático através da Revista Feminina de São Paulo (1917-1920), exercendo um comparativo com o livro “A Mulher é uma Degenerada”, da autora anarco-feminista Maria Lacerda de Moura. Tendo em vista a problemática do controle médico sobre o corpo feminino, o artigo busca dialogar diretamente com as áreas de Saúde Feminina e propaganda na ótica de um estudo segmentado entre gênero e classe. Usando como recorte o governo do então governador do estado Altino Arantes Marques e a política caduca da república Café-Com-Leite, o trabalho usa da Revista para destacar a importância das narrativas propagandistas de produtos farmacológicos por um viés domesticador e patriarcal, exibindo o feminino na vitrine do capitalismo mercantil. Para isso tem-se como objeto o livro emancipatório da autora mineira e sua crítica ao sistema médico determinista e racista que se encontrava no contexto higienista da nova república. No referencial teórico usaremos Tania Regina de Luca (2005), para análise das fontes apresentadas Telles (2017), sobre feminismo e história da mulher no Brasil, Saffioti (1976) sob a perspectiva de gênero dentro da questão de classe no Brasil, Miguel Arias (2018) para história política e econômica do país, Helena Capelato (1989) para história da imprensa no Brasil e sobre cultura usa-se Sevcenko (2021). Espera-se que este trabalho fomente discussões historiográficas dentro do estudo sobre gênero na perspectiva de classe.

Palavras-chave: saúde da mulher, gênero, Brasil República.

¹ Graduando em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Email: deivison.barreto@estudante.ufcg.edu.br

² Graduado em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Email: guilherme.dias@estudante.ufcg.edu.br

TÁ PASSADA? REPRESENTAÇÕES MIDIÁTICAS E MITIZAÇÃO DE SILVETTY MONTILLA NO IMAGINÁRIO LGBTQIA+ BRASILEIRO

Deivide Eduardo de Souza Gomes ¹

RESUMO

Identidades sexuais dissidentes produzem relações simbólico-afetivas com seu público nas quais o marcador da sexualidade se faz presente em suas narrativas. No entanto, mesmo que os meios de comunicação de massa possuam tendências a homogeneizar experiências, há sujeitos que se constituem em processos de mitização de sua imagem pública pela comunidade LGBTQIA+ brasileira. É o caso de Sílvia Cássio Bernado, conhecido por personificar a *drag queen* Silvetty Montilla. Sílvia é ator, humorista e apresentador. Durante mais de 30 anos atuando com a arte do transformismo no Brasil, Sílvia já transitou por diferentes meios de comunicação, alcançando espaços de mídia do grande público. Pensando nisso, que este trabalho tem o objetivo de rastrear e categorizar diferentes representações midiáticas de Sílvia Cássio que podem sustentar a ideia de mitização do sujeito no imaginário LGBTQIA+ no Brasil, ao mesmo tempo que estabelece relações de interlocução com as causas sociais das sexualidades dissidentes. Faremos uma incursão exploratória e bibliográfica em diferentes produtos midiáticos em que a presença de Silvetty Montilla se faz presente. Como resultados esperados, essa pesquisa buscará compreender tais representações midiáticas na mitização da imagem pública de Sílvia Cássio para o imaginário popular *queer*, além de compreender as relações simbólicas da vida social do artista com o sua audiência.

Palavras-chave: Representação midiática; Silvetty Montilla; Drag queen; LGBTQIA+.

¹ Mestrando em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba (PPGC-UFPB).

COBERTURAS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NA MÍDIA DIGITAL DE JUAZEIRO (BA): RESULTADOS DO OBSERVATÓRIO DE MÍDIAS

Fábio Ronaldo da Silva ¹

Maria Eduarda Moret Araújo Moreira de Souza ²

RESUMO

O presente trabalho apresenta resultados da pesquisa “Observatório de Mídias, gênero e diversidade sexual em Juazeiro (BA)”, desenvolvida com apoio do Programa Institucional de Iniciação Científica da Universidade do Estado da Bahia (PICIN/UNEB). O estudo teve como objetivo examinar as representações de gênero e diversidade sexual em conteúdos jornalísticos publicados no Instagram do perfil *Juá Notícias*, no período de janeiro a agosto de 2024. Foram analisadas 114 notícias, com base em uma abordagem quantitativa e qualitativa, fundamentada na análise de conteúdo categorial (Sampaio; Lycarião, 2021). As publicações foram organizadas conforme editorias e padrões discursivos, o que possibilitou identificar a recorrência de coberturas relacionadas à violência de gênero, geralmente pautadas por uma abordagem episódica e descontextualizada das dimensões estruturais do problema, além da quase ausência de matérias voltadas às experiências e pautas da população LGBTQIA+. Os resultados parciais indicam uma tendência à reprodução de narrativas tradicionais sobre gênero e sexualidade, evidenciando a necessidade de ampliar o debate sobre diversidade nas práticas jornalísticas locais.

Palavras-chave: Jornalismo digital; Representações de gênero; Narrativas jornalísticas.

¹ Professor do Curso de Jornalismo em Multimeios - UNEB, email: fabiosilva@uneb.br

² Discente do Curso de Jornalismo em Multimeios - UNEB, email: dudalol555@gmail.com

NEGROS BIOGRAFADOS: TENDÊNCIAS HISTORIOGRÁFICAS E PRODUÇÃO BIOGRÁFICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio¹

RESUMO

A ascensão das perspectivas decoloniais vem impactando significativamente o mercado editorial brasileiro, impulsionando a produção de biografias de pessoas negras. Historicamente marginalizadas, essas narrativas agora ocupam um espaço cada vez mais destacado na historiografia contemporânea, reconfigurando entendimentos culturais e desafiando os legados coloniais na construção de histórias. A decolonialidade questiona os paradigmas eurocêtricos que tradicionalmente dominaram a produção intelectual, defendendo a inclusão e a valorização do conhecimento produzido por e sobre grupos historicamente marginalizados. Esse movimento tem inspirado um foco crescente em figuras negras da história do Brasil – indivíduos que contribuíram para as artes, as ciências, a literatura e a justiça social, mas que foram frequentemente excluídos ou minimizados nas obras historiográficas tradicionais. Essa tendência reflete mudanças sociais mais amplas, incluindo o ativismo pela igualdade racial e políticas de inclusão social, que criaram novos espaços para vozes negras. Editoras brasileiras expandiram seus catálogos para incluir biografias de figuras como Carolina Maria de Jesus, Maria Firmina dos Reis, Abdias do Nascimento, Dandara dos Palmares, entre outros. Essas obras não apenas buscam consolidar o legado dessas personalidades, mas também inspirar novas gerações ao destacar a riqueza das contribuições afro-brasileiras para a identidade nacional. O protagonismo dado às biografias negras converge com os esforços decoloniais para preencher o vazio entre o apagamento histórico e a recuperação da memória. Ao trazer para o centro histórias antes excluídas das narrativas hegemônicas, esse movimento expõe as desigualdades sistêmicas na produção cultural e amplifica vozes frequentemente silenciadas pelas histórias dominantes. No Brasil contemporâneo, marcado por um racismo estrutural profundo, a ampliação da literatura biográfica negra desempenha um papel essencial ao promover o diálogo, empoderar comunidades marginalizadas e reescrever narrativas nacionais para torná-las mais inclusivas e representativas. Ao adotar essa abordagem decolonial, o gênero biográfico se torna um ato de resistência, resiliência e renovação da identidade cultural.

Palavras-chave: biografia, historiografia, negros, Brasil.

¹ Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor de educação básica pelo Governo do Estado da Paraíba. Desenvolve estágios de pós-doutoramento na Universidade Federal de Campina Grande e Universidade Federal de Sergipe.

O DISCURSO POR TRÁS DAS CÂMERAS: REPRESENTAÇÕES INDÍGENAS NA TV ABERTA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 80 E 90 E SEUS IMPACTOS NO IMAGINÁRIO SOCIAL

Wueslen de Souza Moreira

RESUMO

O presente trabalho investiga as representações indígenas em programas da TV aberta brasileira nas décadas de 1980 e 1990, examinando como tais imagens contribuíram para a consolidação de estereótipos e estigmas no imaginário social. Amparado em referenciais de Goffman (estigma), Foucault (discurso) e Baczko (imaginário social), analisa-se a televisão como espaço de poder que não apenas entretém, mas também produz narrativas de subalternização. O corpus inclui quadros dos programas *Os Trapalhões*, *Xou da Xuxa* e *Casseta & Planeta*, nos quais os povos indígenas aparecem ora infantilizados, ora sexualizados ou representados como selvagens e primitivos. Tais construções discursivas, veiculadas em rede nacional, reforçam a colonialidade e legitimam percepções racistas, naturalizando a exclusão desses sujeitos no campo simbólico da sociedade brasileira. Assim, a pesquisa evidencia a centralidade da mídia na formação de sentidos sociais e na perpetuação de imaginários estigmatizados sobre os povos originários.

Palavras-chave: Representações indígenas; Discurso; Imaginário social; Estigma; Mídia

AS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS NA OBRA “IDEIAS PARA ADIAR O FIM DO MUNDO” DE AILTON KRENAK

Ayrton Matheus da Silva Nascimento ¹

RESUMO

Este estudo aborda a emergência da autoria indígena na contemporaneidade como um movimento crucial para a reestruturação epistemológica frente à crise das relações humanidade-natureza sob a égide do capitalismo. A análise foca na obra "Ideias para Adiar o Fim do Mundo" de Ailton Krenak, investigando a posição de sujeito indígena e seu funcionamento ideológico como elemento de denúncia das relações antagônicas que promovem a dissociação entre o mundo natural e as concepções de humanidade, culminando na degradação da Terra. A metodologia empregada é a Análise de Discurso (AD), conforme as formulações de Pêcheux e Orlandi, utilizada como dispositivo teórico-analítico para compreender os sentidos em circulação. Os resultados parciais indicam que a obra expõe uma relação socioeconômica mantida pela acumulação de capital que ameaça a sobrevivência da espécie humana e a integridade dos ecossistemas. Conclui-se que a perspectiva indígena, historicamente inscrita na obra de Krenak, configura-se como uma alternativa ético-política fundamental para adiar o fim do mundo diante das atuais desestruturas sócio-metabólicas e da crise civilizatória.

Palavras-chaves: Ecologia. Sustentabilidade. Cosmovisões Indígenas.

¹ Doutorando em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (PPGECOH/UNEB).

A ESCRAVIDÃO QUE NOS CIRCUNDA: NOTAS INTERPRETATIVAS E PROBLEMATIZADORAS DA OBRA ÚRSULA DE MARIA FIRMINA DOS RÉIS

Maylon Rick Domingues Costa ¹

RESUMO

Esse artigo visa discutir as temáticas sócio-históricas que permeiam a literatura de escrita feminina negra. Nele, apresentamos a primeira produção literária abolicionista, o romance *Úrsula*, criado e escrito por Maria Firmina dos Réis (1822-1917), primeira romancista negra do Brasil e da América Latina, cujas escritas serviram de pontapé inicial para denunciar as pernósticas atrocidades da escravidão. A obra supracitada fora publicada pela primeira vez em 1859. Nosso objetivo é apresentar o respectivo romance, enquanto uma representação de um Brasil escravocrata, nas visões e perspectivas da escrita literária de uma mulher negra. Além de destacar como o elemento da escravidão ainda pode se ramificar através das bases estruturais do racismo, que Além de perpetuar a cultura da violência, do preconceito e da discriminação, ainda se encarrega de trabalhar no apagamento proposital da imagem da autora como figura essencial na nossa historiografia. Relegando-a a uma figura desimportante que beira a um protótipo de ostracismo racial póstumo e remanescente. Para a desenvoltura deste artigo, utilizamos a metodologia da pesquisa bibliográfica e documental, tendo como fontes a obra supramencionada e sites universitários, acerca da temática. Nos aportamos nos estudos de algumas autoras como referencial teórico que dentre elas temos: Evaristo (2005), Duarte (2005), Lima (2022) e Krachenski (2018). Considera-se que a obra *Úrsula*, enquanto romance inaugural, apresenta uma potencial explicação sobre a sociedade brasileira, na experiência e representação da autora entela. Este romance, do ponto de vista dos estudos étnicos, permite compreender as questões relativas ao crime de escravidão e tráfico negreiro na perspectiva de uma mulher negra, cuja perspicácia de colocar personagens escravizados que fizessem essa denúncia dentro de um romance “despretensioso”, fosse classificado como uma audácia que transcende as barreiras impositivas de uma cultura estruturalmente racista e misógina. O circular da obra, ainda escancarava as funestas formas de vivência da sociedade do Brasil Imperial, tornando o romance, um verdadeiro precursor abolicionista, uma literatura ficcional permeabilizada de vividas memórias que conscientiza sociedades e muitas outras realidades, que ainda sentem na pele, o agouro das múltiplas marcas da escravidão que sempre nos circunda.

Palavras-chaves: Literatura afro-brasileira; Escritora Negra; Sociedade Brasileira.

¹ Graduando em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI).

A COLONIALIDADE NA MÍDIA: ANÁLISE DA CRIMINALIZAÇÃO DA NEGRITUDE NO TELEJORNALISMO POLICIAL BRASILEIRO

Naine da Silva Ferreira ¹

RESUMO

Este trabalho analisa a criminalização da negritude no telejornalismo policial brasileiro, tomando como referência o programa Brasil Urgente. O estudo parte de uma matéria em que o apresentador José Luiz Datena comenta o episódio em que bombeiros teriam sido impedidos de atuar devido à realização de um baile funk em uma comunidade periférica. A partir dessa cobertura, observa-se como o discurso midiático constrói sentidos que associam corpos e práticas negras à desordem, à violência e à ameaça à ordem pública. Fundamentado na perspectiva decolonial de Aníbal Quijano (2005) e Walter Dignolo (2017), o trabalho compreende o racismo como herança da modernidade e expressão contínua da colonialidade do poder. Metodologicamente, utiliza-se a análise de discurso proposta por Eni Orlandi (2012), que entende a linguagem como prática social, histórica e ideológica. O diálogo com autoras e autores negros, como Cida Bento (2022), Grada Kilomba (2019), Silvio Almeida (2019) e Djamila Ribeiro (2019), permite compreender como a branquitude opera como um regime de memória branca, responsável por naturalizar privilégios e reiterar narrativas que marginalizam a negritude. Conclui-se que, ao transformar manifestações culturais periféricas em indícios de criminalidade, o telejornalismo policial atualiza, no tempo presente, as lógicas discursivas da modernidade colonial, reforçando um imaginário racializado que estrutura a sociedade brasileira e dificulta o reconhecimento da memória negra.

Palavras-chave: Colonialidade; Racismo estrutural; Branquitude; Regime de memória; Telejornalismo policial.

¹ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH/UFCG).

POVOS CIGANOS E SUA INCLUSÃO EDUCATIVA NAS AULAS DE HISTÓRIA: EXPERIÊNCIA DO PIBID

Raissa Evelyn Lacerda de Araújo ¹
Patrícia Cristina de Aragão ²

RESUMO

Os estudos sobre os povos ciganos na educação básica ainda são pouco debatidos, principalmente nas aulas de história, isto porque ainda se observa lacunas sobre estes povos nos livros didáticos de história e nos conteúdos programáticos da disciplina na escola. Por outro lado, verifica-se que a nova geração de alunos/as que estão chegando às escolas são públicos cada vez mais diversos e exigem por si só a inclusão das diversidades culturais brasileiras no contexto da história ensinada. Tal perspectiva fica nítida quando observamos as maneiras e modos com as crianças e adolescentes no fundamental, anos finais, quando ouvem falar sobre uma determinada cultura, povo e sua tradição ou um modo de viver diferente do seu. Portanto, este artigo parte de um relato de experiência na educação escolar e tem por objetivo buscar evidenciar como que na prática do chão de sala de aula, os professores de história conseguem incluir o estudo sobre os povos ciganos de forma intrínseca aos conteúdos já estabelecidos, e que já fazem parte do currículo escolar, possibilitando assim uma aula mais rica e diversa na perspectiva da inclusão social e educativa de culturas negadas, como observa-se com as culturas dos povos ciganos. Este artigo surgiu a partir de uma experiência docente, vivenciada na Escola Cidadã Integral Técnica Prefeito Willian de Souza Arruda, na turma única de oitavo ano, do fundamental II, anos finais. A ação pedagógica foi proporcionada através do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, da Universidade Estadual da Paraíba, Campus I. Toda ação foi baseada nas leituras de Paulo Freire (1996) como aporte pedagógico e a leitura de Lourival Andrade Júnior (2013) como aporte para a história dos povos ciganos. Os resultados da experiência foram positivos e os alunos se mostraram muito empolgados e curiosos sobre a cultura de outros povos, com uma cultura diferente da deles. Assim, este relato de experiência tem como proposta incentivar outros professores, não apenas os de história, mas também os professores de outras disciplinas, a ampliarem suas aulas para inclusão de outras culturas, assim se alcançará uma educação mais diversa e inclusiva.

Palavras-chave: Ciganos; Ensino Básico; História; Inclusão.

¹ Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba. Integrante do PIBID-História, UEPB, Campus I.

² Professora do Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba.

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E O ENSINO SUPERIOR: ANÁLISE DAS PERMANÊNCIAS E DESIGUALDADES NAS TRAJETÓRIAS DE ESTUDANTES COTISTAS DA UFCG

Jhuly Ane de Sousa Silva ¹

Marcos Vinícios Almeida Abrantes ²

RESUMO

Este trabalho analisa a presença de dados socioeconômicos nos relatórios de dados abertos da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), com foco nos estudantes que ingressaram por meio da Lei de Cotas (Lei 12.711/2012) no período de 2013 a 2024. Lélia Gonzalez é tomada como referência por seus temas sobre questões das desigualdades e por sua crítica à epistemologia colonialista. A pesquisa levanta a questão de como a falta de dados socioeconômicos acessíveis pode prejudicar o entendimento do percurso dos discentes. Este estudo também nasce fruto do desenvolvimento do projeto de pesquisa PIBIC-AF "Estudantes Cotistas: Ingresso, Permanência, Desafios", que visa aprofundar o entendimento da trajetória de estudantes cotistas na UFCG através de dados coletados pelo sistema Eureka. Durante a coleta, foram aplicados filtros socioeconômicos para analisar dados de alunos cotistas no período especificado, revelando lacunas importantes: embora os cotistas tenham alcançado uma presença significativa no ingresso, sua participação não se mantém proporcional entre os concluintes em diferentes cursos. Além disso, o elevado percentual de estudantes que não informam raça/cor expõe limitações na base de dados. Dessa forma, a pesquisa contribui para ampliar o debate sobre o papel das ações afirmativas, mostrando que o acesso é apenas o primeiro passo e que a permanência exige transformações institucionais mais profundas.

Palavras Chaves: Cotas; Dados; Socioeconômicos.

¹ Graduanda em História-Licenciatura, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), jhullyane23@gmail.com

² Graduando em Arte e Mídia, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), vinicios.abrantes17@gmail.com

QUEM MORRIA DE “PESTE BRANCA”? PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS TUBERCULOSOS NA CIDADE DA PARAHYBA DO NORTE, DÉCADA DE 1920

Rafael Nóbrega Araújo

Doutor em História

Professor do Departamento de História (UEPB)

RESUMO

O presente trabalho nasce da inquietação em torno da inserção da temática étnico-racial nas agendas de pesquisa, visando contemplar o que estabelecem as leis 10.639/03 e 11.645/08 com relação à história afro-brasileira e indígena. Com base nos dados compulsados dos *Anuários Demográficos da Paraíba* para os anos de 1912, 1921, 1922 e 1923, documentação produzida pelo Serviço de Estatística Demógrafo-Sanitária da Paraíba, meu objetivo é compreender quem eram as pessoas que adoeciam e morriam de tuberculose na capital paraibana no início da década de 1920. Este trabalho é fruto minha pesquisa de doutorado, na qual estudei a história da luta contra a tuberculose na Parahyba do Norte/João Pessoa. A partir das informações coletadas na documentação e analisadas à luz de uma abordagem histórica, foi possível traçar um “perfil epidemiológico” considerando sexo, estado civil, faixa etária, cor da pele e profissão/ocupação das vítimas da doença provocada pelo bacilo de Koch. Embora a noção de “perfil epidemiológico” não fosse utilizada na época, seu emprego serve como instrumento analítico que permite evidenciar e reconstituir as características sociais, etárias, raciais e ocupacionais da população atingida pela tuberculose na década de 1920. Com base na análise feita, argumento pelo contrassenso de qualificar a tuberculose como “peste branca” (Gill, 2007). Historicamente conhecida como “peste branca”, a tuberculose recebeu essa designação tanto pela palidez associada aos sintomas da doença (Sontag, 2007), como pela grande quantidade de óbitos provocados entre negros e pardos que, em decorrência de viver em piores condições econômicas e sociais, eram as principais vítimas do flagelo. É que, dizimando os negros, a tuberculose – uma doença vinda da Europa – embranquecia a população brasileira. Chalhoub (2017) demonstrou que as autoridades sanitárias no Brasil imperial escolheram cuidar de determinadas doenças em detrimento de outras considerando o fator racial. Por esse motivo, a tuberculose foi negligenciada enquanto a febre amarela foi tratada com prioridade, uma vez que afetava majoritariamente os imigrantes brancos que ocupariam o lugar dos negros nas lavouras de café. Na Paraíba, a pesquisa apontou para as vítimas da tuberculose constituídas majoritariamente por mulheres, negras ou pardas, solteiras, residentes na zona urbana da cidade da Parahyba do Norte, com idade entre 20 e 30 anos. Em síntese, longe de se configurar como uma doença que afetava igualmente todas as classes sociais, como queriam os médicos, a pesquisa histórica revela que a tuberculose possuía gênero, raça, idade, estado civil e classe social.

Palavras Chaves: Biopolítica. Sanitarismo. Epidemiologia. História da Tuberculose.

POLÍTICAS CULTURAIS ENTRE MEMÓRIA E NARRATIVA: ALGUNS TÓPICOS PARA REFLEXÃO

Anderson Albérico Ferreira ¹

RESUMO

O presente trabalho propõe uma abordagem de pesquisa em políticas culturais, enfatizando a memória e a narrativa como categorias centrais para compreender disputas de sentido no campo cultural. O objetivo é analisar como narrativas oficiais, silêncios e apagamentos moldam a constituição histórica, simbólica e a operacionalização das políticas públicas de cultura, revelando processos de poder, hegemonia e legitimação. Argumenta-se que as premissas políticas não se sustentam apenas em dados objetivos, mas também em *narrativas míticas* que carregam valores e símbolos, funcionando como dispositivos de consenso. Essas narrativas implicam causalidades e agência, muitas vezes atribuídas aos gestores culturais. O texto propõe a adoção de uma perspectiva crítico-hermenêutica para examinar documentos institucionais, discursos, registros memoriais e relatos de agentes. A proposta apoia-se em Ricoeur (2008; 2012), que entende a memória como prática interpretativa, seletiva e política, e em Pollak (1989), que destaca os silêncios e esquecimentos como constitutivos da memória coletiva, determinados por disputas sociais. Essa abordagem busca evidenciar como determinados atores, linguagens e períodos históricos são valorizados, enquanto outros permanecem invisibilizados, e propõe (re)pensar a agência dos atores culturais na produção de sentidos, memórias e categorias no interior das políticas públicas de cultura.

Palavras-chave: pesquisa narrativa; políticas culturais; memória; esquecimento; hermenêutica.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura. Universidade Presbiteriana Mackenzie. Bolsa Mérito pelo Instituto Presbiteriano Mackenzie.

LIÇÕES E MEMÓRIAS EM TORNO DO 27 DE MAIO DE 1977: NARRATIVAS, USOS DO PASSADO E REFLEXÕES SOBRE A ANGOLA CONTEMPORÂNEA

Fáeton Costa Malavoloneke ¹

RESUMO

Este trabalho analisa os usos do passado na construção da identidade nacional angolana, com foco no projeto político-cultural de Agostinho Neto (1956–1979) e na memória traumática do 27 de maio de 1977. A partir do campo da Cultura Histórica, mobilizam-se debates sobre memória coletiva, esquecimento, trauma e lugares de memória. Argumenta-se que a edificação da nação envolveu não só a luta armada, mas também a produção de uma memória oficial centrada na figura heroica de Neto. Nesse contexto, o episódio de 27 de maio, tentativa de golpe atribuída a Nito Alves, seguida de repressão violenta, foi silenciado historicamente. Milhares de pessoas foram mortas ou desapareceram, e os campos de extermínio como Camama e São Nicolau permanecem esquecidos. A repressão é vista como momento de consolidação do poder do MPLA por meio da eliminação de dissidentes. Com base em autores como Nora, Ricoeur, Rüsen e Pollak, o estudo mostra como essa memória foi soterrada, mas recentemente reemergiu com discursos oficiais de reparação, como o pedido de perdão feito por João Lourenço em 2021. O trabalho apoia que o 27 de maio é um marco crucial da história contemporânea angolana e que sua reinterpretação sob a perspectiva da cultura histórica permite analisar os mecanismos de silenciamento e manipulação da memória por parte do Estado, ao mesmo tempo que aponta para a necessidade de uma narrativa mais plural, justa e comprometida com a dignidade das vítimas.

Palavras-chave: Memória coletiva. Agostinho Neto. Cultura histórica. Usos do passado.

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal de Campina Grande, (PPGH-UFCG), Campina Grande, Paraíba, Brasil. Este trabalho contou com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES

CABULA - LUGAR DE AFASTAMENTO DOS MALES: TERRITÓRIOS E MEMÓRIAS DE TERREIRO 1976-1986 (SALVADOR-BA)

Amanda Cunha da Silveira ¹

RESUMO

O território do Cabula é circunscrito em processos históricos de ocupações com diversidade étnica que marcaram sua toponímia referenciada no tronco linguístico Bantu, Cabula - como “Lugar de Afastamento dos Males”. Nesse sentido, a pesquisa tem como objetivo compreender a constituição das memórias e saberes afro-diaspóricos nos territórios que compõem o Cabula, em 1976-1986 na cidade de Salvador- BA. Levando em consideração, as experiências que reportam a memória e patrimônio da diáspora africana na constituição do território. A metodologia adotada descritiva e a história oral ao mergulhar na bibliografia específica com o cruzamento das demais fontes: impressas, iconográficas, cartografias e entrevistas semi-estruturadas com povo-de-santo Cabula. Dessa forma, o trabalho busca contemplar as áreas da história Afro brasileira e memória, contribuindo na valorização das trajetórias individuais dos sujeitos envolvidos na construção do território.

Palavras-chave: Cabula; Memória; Candomblé; Território afro-indígena;

¹ Mestranda do Programa de Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras - PPGEAFIN da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Bolsista CNPQ

MEMÓRIAS EM TRÂNSITO NO DOCUMENTÁRIO *LIBERTÁRIOS*

Alexsandro Araújo Oliveira ¹

RESUMO

Em 1972, Lauro Escorel Filho iniciou as pesquisas do que se tornaria o documentário *Libertários*, lançado em 1976. O filme procura explicar a formação da classe trabalhadora no Brasil. Mas é também um documentário que expõe uma contradição fundamental na relação entre memória, classe e poder: parte da memória dos trabalhadores sobreviveu até aqui por conta dos arquivos das elites. Tanto é assim que um ponto relevante do documentário de Escorel diz respeito ao fato dele ter usado, entre outras, imagens saídas dos arquivos privados das famílias Crespi, Matarazzo e Ermírio de Moraes, entre as principais fontes. Com esta informação em vista, o que discutimos é a memória operária e as implicações de abordá-la a partir de arquivos produzidos pela burguesia e por grandes empresas, questionando os limites e possibilidades de reconstruir a experiência dos trabalhadores a partir de materiais que carregam em grande parte o olhar do poder. Tendo como objeto de análise justamente o documentário *Libertários*, o que propomos é discutir como o filme transforma arquivos da burguesia empresarial brasileira em imagens de resistência ao reinterpretar as imagens dos trabalhadores ali presentes e de suas condições. Para isso, o conceito de memória em trânsito orienta a reflexão, enfatizando o movimento, a circulação e as disputas que configuram a memória quando ela atravessa diferentes contextos sociais e políticos.

Palavras-chave: Memória em trânsito; Documentário *Libertários*; Classe; Poder.

¹ Mestrando em História. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). alex.ao.hal@gmail.com. Agência Financiadora: Fundação Araucária.

MEMÓRIA ORGANIZACIONAL NA PESQUISA BRASILEIRA EM ADMINISTRAÇÃO: UM MAPEAMENTO DOS ENQUADRAMENTOS TEMÁTICOS E DA OFERTA EDITORIAL

Antonio Reinaldo Silva Neto ¹

Jairo Simião Dornelas ²

RESUMO

O estudo teve como objetivo mapear a oferta editorial e os principais enquadramentos temáticos da memória organizacional (MO) nos periódicos nacionais de Administração, analisando como o tema é acolhido, interpretado e difundido na ciência brasileira. Foi realizada uma análise exploratória e descritiva das linhas editoriais e das publicações efetivas dos periódicos da área, considerando tanto o enquadramento institucional (intenção editorial) quanto a prática científica (artigos publicados). A estratégia metodológica consistiu na leitura dos escopos e no levantamento das ocorrências do termo “memória organizacional”. Os resultados indicam que a maioria dos periódicos adota uma perspectiva instrumental ligada à gestão do conhecimento, mas há evidências de abordagens mais amplas, contemplando dimensões identitárias, culturais e estratégicas. Destacam-se estudos sobre esquecimento e vulnerabilidade organizacional, que ressaltam a memória como elemento crítico de reconfiguração e desaprendizagem. O ineditismo do estudo reside em mapear o potencial de acolhimento editorial da temática, oferecendo um panorama inédito que contribui para a consolidação do campo e o fortalecimento de abordagens socioculturais da memória nas organizações.

Palavras-chave: Memória Organizacional. Categorias Temáticas. Espaço Editorial.

¹ Programa de Pós-Graduação em Administração – PROPAD/DCA/CCSA/UFPE, Recife, Brasil. antonio.silvaneto@ufpe.br.

² Programa de Pós-Graduação em Administração – PROPAD/DCA/CCSA/UFPE, Recife, Brasil. jairo.dornelas@ufpe.br.

A CONSTRUÇÃO DO OBSERVATÓRIO DE ARQUIVOS PESSOAIS DA CIDADE DE JOÃO PESSOA-PB: UMA FERRAMENTA DE DIFUSÃO

Francisca Juciane Alexandre da Silva ¹

Ana Claudia Cruz Córdula ²

RESUMO

Considerando a relevância das ações de difusão para a ampliação da visibilidade e do acesso aos acervos arquivísticos pessoais, este artigo busca discutir a contribuição dos sites como uma ferramenta de difusão. Para tanto, propomos uma discussão teórica sobre o contexto das ações de difusão em arquivos pessoais, passando pela identificação das possibilidades e das ferramentas digitais disponíveis atualmente e em evidência na construção de sites. Essa reflexão é exemplificada pelo processo de desenvolvimento do *Observatório de Arquivos Pessoais da Cidade de João Pessoa-PB*, produto técnico-científico que vem sendo desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação profissional em Gestão de Documentos e Governança Arquivística- (PPGAARQ), programa associado entre a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Nesse sentido, a análise busca refletir teoricamente sobre a questão da difusão nos arquivos pessoais, bem como apresentar um panorama do que se pretende com o Observatório, com destaque para o potencial deste site em contribuir com a democratização e a divulgação de memórias individuais que, ao serem compartilhadas, possibilitam construção de memórias coletivas. Portanto, refletir sobre a os sites como ferramenta na difusão desses arquivos é pensar sobre como ferramentas tecnológicas podem contribuir e ampliar o alcance dos arquivos enquanto espaço de preservação e democratização da memória e construção de cidadania e conhecimento.

Palavras-chave: difusão; site; observatório; memória; democratização.

¹ Graduada em História e Arquivologia e Mestranda do Programa de Pós-Graduação profissional em Gestão de Documentos e Governança Arquivística- (PPGAARQ) UEPB/UFPB. chicajuciane12@gmail.com

² Doutora em Ciência da Informação. Professora do Departamento de Ciência da Informação na Universidade Federal da Paraíba e professora do PPGAARQ- UEPB/UFPB, João Pessoa (PB)- Brasil. acccordula@gmail.com

O ADVENTO DA MODERNIZAÇÃO EM PEDRA LAVRADA (PB)

Ricardo Pereira da Silva ¹
Olindina Ticiane Sousa de Araújo ²

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apresentar a chegada de signos modernos em Pedra Lavrada, Paraíba, na primeira metade do século XX, analisando as dimensões socioculturais e as mudanças cotidianas ocasionadas pela incorporação de novidades, como a presença do automóvel, a exibição de filmes pelo cinema itinerante e a aquisição de luz elétrica nos espaços públicos e privados. Contudo, pretende-se, também, problematizar a manutenção das relações entre o tradicional e o moderno a partir de estudos sobre a modernização de cidades pequenas no estado da Paraíba, conforme a perspectiva da História Cultural com destaque para os estudos sobre cidades, com vista a compreender as particularidades experimentadas pelo recorte espacial em questão. No que diz respeito ao uso de fontes e metodologia, o trabalho adotou a seleção, análise e catalogação de estudos sobre o tema por meio da revisão bibliográfica e consultou produções locais que trataram tangencialmente da modernização em Pedra Lavrada, a exemplo de Albuquerque (1996), Guedes (2018) e Souto (2022), dando ênfase aos registros memorialísticos de Albuquerque (1996) como fonte importante acerca dos signos mencionados. Por aporte teórico-conceitual, tem-se as contribuições de Aranha (2005), Rezende (1997), Mariano (2010), pensando o moderno e a modernização em cidades; Candau (2012) com o conceito de memória; e Pesavento (2007) para elucidar discussões sobre o urbano, sensibilidades e cotidiano. Por fim, estruturado o texto em dois momentos discursivos articulados, por resultado preliminar, pode-se dizer que Pedra Lavrada-PB experimentou a modernização, principalmente, nos espaços urbanos, em convivência com os aspectos tradicionais adaptados e ressignificados com o passar dos anos, levando este artigo a contribuir com uma visão plural, descentralizada e inclusiva do processo de modernização na Paraíba e, consequentemente, no Brasil.

Palavras-chave: Cidades; Paraíba; Signos Modernos; História local.

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em História pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, silvaricardopb@gmail.com;

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, ticianeposgraduacao@gmail.com.

O MASSACRE DA PRISCA: UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA DE INDÍGENAS E ESCRAVOS NO ALTO TOCANTINS

Gleisson Ferreira¹

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma história de resistência à escravidão e luta contra a ocupação de terras indígenas no norte de Goiás, região do Alto Tocantins, confluência dos rios das Almas, Maranhão e Bagagem. Tal fato leva à concretização de uma aliança entre parte dos escravizados da Fazenda da Prisca, em Lavrinhas de São Sebastião (no atual município de São Luiz do Norte, à época, pertencente ao Julgado de Pilar) e indígenas Avá-Canoeiro que atacam em conjunto a fazenda matando a todos os que lhes opõem resistência e fogem em direção às selvas do rio Maranhão/Tocantins. Tal feito demonstra a capacidade dos escravizados e indígenas na articulação e organização de resistência à opressão colonial, o que objetivamos analisar. Tal relato foi recolhido das memórias registradas na correspondência do advogado paulista Carlos Pereira de Magalhães em 1919 e postumamente publicado no livro “Cartas de Goiás.”

Palavras-chave: Memória, identidade, resistência, colonialismo.

STORYTELLING E A GESTÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL: NARRATIVAS, PERTENCIMENTO E EFEITOS PROSPECTIVOS NA PROCURADORIA DA UNIÃO EM SERGIPE

Vanderléa Nóbrega Azevedo Cortes ¹

Valéria Aparecida Bari ²

RESUMO

O artigo analisa o storytelling como metodologia aplicada à gestão da memória institucional, com base na intervenção realizada na Procuradoria da União em Sergipe (PU/SE), unidade vinculada à Advocacia-Geral da União, com o objetivo de identificar seus impactos e efeitos prospectivos na consolidação de práticas de preservação da memória. Vinculado ao campo da Ciência da Informação, o estudo examina como a coleta e a sistematização de narrativas de memória contribuíram para a preservação da identidade institucional e para o aperfeiçoamento das práticas de gestão da memória. A investigação articula os conceitos de memória organizacional e memória institucional, examinando como as narrativas, em suas dimensões temporais e informacionais, sustentam processos de construção da memória nas organizações. Fundamenta-se nos estudos contemporâneos do storytelling organizacional e nas chaves conceituais da memória na Ciência da Informação, em diálogo com a tradição teórica francesa, que entende a emergência dos lugares de memória como fenômeno social, identitário e de salvaguarda da memória coletiva. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e interventiva, baseada em testemunhos e relatos que conformaram a arquitetura do storytelling organizacional. Conclui-se que o storytelling constitui método de mediação e governança da memória, ao articular dimensões simbólicas e pragmáticas, podendo promover laços de pertencimento, fortalecimento da identidade institucional, preservação de saberes tácitos e valorização da trajetória organizacional.

Palavras-chave: storytelling; memória institucional; narrativas; gestão da memória; identidade organizacional.

¹ Doutoranda em Ciência da Informação; Universidade Federal de Sergipe (UFS).

² Professora Doutora em Ciência da Informação; Universidade Federal de Sergipe (UFS); Universidade Aberta do Brasil (UAB).

ENTRE O PASSADO E O FUTURO: MEMÓRIA ORGANIZACIONAL E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO CONTEXTO EDUCACIONAL

Amanda Gabrielly Soares de Souza ¹

Antonio Reinaldo Silva Neto ²

RESUMO

Este artigo investiga a memória organizacional (MO) em instituições educacionais de Pernambuco, analisando sua estruturação e as possibilidades abertas pela integração da inteligência artificial (IA). A MO, entendida como recurso estratégico para guiar decisões e sustentar a inovação, é revisitada no contexto da IA, que promete maior dinamismo na recuperação e atualização do conhecimento. O estudo, de caráter descritivo, utilizou um questionário estruturado com 37 respondentes. Os resultados revelam um paradoxo: embora haja ampla percepção da importância da MO, sua prática é fragilizada por dificuldades de acesso às informações. A IA é reconhecida como potencial facilitadora, mas seu uso efetivo é incipiente, prevalecendo uma distância entre expectativa e prática. Conclui-se que a consolidação da MO requer não apenas tecnologia, mas, fundamentalmente, engajamento humano, processos e políticas institucionais.

Palavras-chave: Memória organizacional. Inteligência artificial. Instituições educacionais.

¹ Programa de Pós-Graduação em Administração – PROPAD/DCA/CCSA/UFPE, Recife, Brasil. antonio.silvaneto@ufpe.br.

² Programa de Pós-Graduação em Administração – PROPAD/DCA/CCSA/UFPE, Recife, Brasil. jairo.dornelas@ufpe.br.

O LUGAR DA MEMÓRIA E OS LUGARES DE MEMÓRIA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS E FÚNEBRES EM NOVA PALMEIRA-PB

Olindina Ticiane Sousa de Araújo ¹

RESUMO

O presente texto tem por finalidade mapear e analisar os locais destinados à representação da memória e os lugares de memória construídos nos espaços públicos e nos territórios da morte, tendo como recorte espacial Nova Palmeira, cidade de pequena localizada no interior da Paraíba. Além disso, objetiva-se analisar como a ausência de monumentos comemorativos em espaços de movimento livre e público, a exemplo de praças e repartições de circulação popular, pode revelar e acelerar a perda de memória coletiva de uma sociedade. Sendo representados por esculturas, estátuas e marcos, os sintomas de pertencimento e identidade local podem surgir entre os habitantes a partir da intervenção desses objetos, fazendo as pessoas lembrarem do passado. Por outro lado, ainda que os monumentos celebrativos não sejam edificados, outros tipos de monumentos irão existir com a intenção de fazer lembrar: as construções fúnebres nos espaços da morte. Os monumentos fúnebres são um tipo de manifestação cultural que tem o desejo de memória como principal exaltação. Portanto, o texto se constrói a partir da perspectiva qualitativa, por intermédio das observações de campo como ferramenta metodológica, cujos principais eixos conceituais norteadores irão de encontro com os seguintes autores, a saber: Maurice Halbwachs (1990), pensando memória coletiva; Joel Candau (2012), no exercício de problematizar memória e identidade; Pierre Nora (1993) para investigar o lugar da memória e os lugares de memória nos espaços da morte.

Palavras-chave: Memória. Lugares de Memória. Monumentos. Espaços fúnebres. Nova Palmeira.

¹ Graduada em licenciatura em história pela Universidade Estadual da Paraíba. Especialista em estudos de história local pela Universidade Estadual da Paraíba. Mestranda em história e cidades pelo PPGH da Universidade Federal de Campina Grande.

RESUMO

O presente trabalho concentra-se na investigação da atuação da Brasil Paralelo (BP) em relação às mulheres. O tema central aborda os conteúdos audiovisuais e os projetos ideológicos da BP, buscando entender como eles se articulam com os interesses da nova direita para disputar a hegemonia no Brasil contemporâneo. O estudo visa compreender como essas produções contribuem para a construção e manutenção dessa hegemonia e qual é o impacto desses discursos sobre a sociedade e as estruturas do Estado. A pesquisa se insere no debate mais amplo sobre a reprodução social do trabalho e as estratégias ideológicas contemporâneas. O objetivo geral é investigar a atuação da BP no que tange às mulheres como parte integrante da estratégia hegemônica da nova direita. Os objetivos específicos incluem mapear e analisar as pautas centrais sobre as mulheres nos conteúdos da BP, como maternidade, aborto e feminismo, identificando padrões, recorrências e enfoques estratégicos. Além disso, busca-se investigar os interesses de classe e os projetos de sociedade articulados nos discursos, e analisar o alcance e impacto social e político dessas produções, mapeando seu público-alvo e estratégias de circulação.

Palavras-chave: Brasil Paralelo; Mulheres; Nova Direita.

¹ Graduada em História e Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em História - UNIOESTE. Bolsista CAPES.

QUANDO O SAMBA FALOU VERMELHO: O PAPEL DO PCB NA FORMAÇÃO DA UNIÃO GERAL DAS ESCOLAS DE SAMBA

Pedro Guilherme Martins Dias de Lima ¹

Renata Cavalcante Cordeiro ²

RESUMO

Em ascensão no Brasil desde a década de 1930, as escolas de samba do Rio de Janeiro passaram por diversas transformações em sua organização e na realização de seus carnavais, propagando manifestos artísticos em uma época onde os temas de seus desfiles giravam em torno da exaltação dos símbolos nacionais de um país que almejava se tornar moderno. Nesse mesmo período, o Partido Comunista Brasileiro, fundado em 1922, se consolidava como a principal força de esquerda dentro da política e do debate cultural do país, atuando de maneira estratégica na valorização das expressões artísticas populares. Inserido nos contornos políticos de suas “células”, o PCB soube reconhecer no carnaval um espaço privilegiado de agitação cultural e de comunicação com o povo. Nesse sentido, a pesquisa pretende analisar a influência do partido comunista sobre as escolas de samba de 1945 a 1947, demonstrando o forte viés político propagado pelo carnaval. Para isso, e levando em conta a crítica marxista sobre cultura no aspecto da luta de classes, este artigo, para realizar o estudo, se fundamenta em autores como Bakhtin (2010), Gramsci (2011) e outros. Além disso, a pesquisa foi realizada também usando o periódico *Tribuna Popular*, para recolher e analisar as notícias sobre a relação entre partido e carnaval. Assim, considera que todo esse movimento culminou na criação da União Geral das Escolas de Samba, uma iniciativa que estabeleceu uma relação direta entre os comunistas e o universo carnavalesco.

Palavras-chave: Comunismo; Cultura Popular; Carnaval.

¹Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Campina Grande – guilherme.dias@estudante.ufcg.edu.br

²Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Campina Grande – renatacavalcante2024@gmail.com

O VIVER NORDESTINO: A CULTURA REGIONAL EXPRESSA NA ARQUITETURA E O PROCESSO DE PERDA DO REGIONALISMO ARQUITETÔNICO NO BRASIL

Bianca de Sousa Alves ¹

RESUMO

Este trabalho, de caráter inicial e em desenvolvimento, propõe uma reflexão histórica sobre o processo de perda das características regionais da arquitetura nordestina, compreendida como expressão da cultura e um lugar da memória coletiva do seu povo. O “viver nordestino”, outrora contornado por casas coloridas, dotadas de varandas, portas bipartidas e janelas que se abriam para a rua, evidenciava um modo de vida adaptado ao clima, ao solo e às relações sociais locais. Contudo, a partir das décadas de 1950 e 1960, nota-se uma crescente padronização das casas brasileiras, impulsionada por processos de urbanização e modernização, e pelas tendências arquitetônicas globais. Utilizando os conceitos de memória coletiva (HALBWACHS, 2006), lugares de memória (NORA, 1993) e nas discussões de Jacques Le Goff sobre as relações entre memória e esquecimento (LE GOFF, 1990), este estudo compreende a casa nordestina como um pilar simbólico da memória social. Deste modo, essa pesquisa aponta que a substituição dessas formas vernaculares por modelos padronizados representa não apenas uma mudança estética, mas o apagamento de uma identidade cultural e de um modo de habitar que constitui um significativo elo entre o passado e o presente. Buscamos compreender a padronização arquitetônica como um fenômeno histórico de homogeneização cultural, no qual se dissolve a memória do “viver nordestino” enquanto prática e expressão identitária.

Palavras-chave: Memória coletiva; Arquitetura vernacular; Cultura nordestina; Regionalismo; Modernização.

¹ Graduanda em História – Universidade Federal de Campina Grande.

O PAPEL DO MUSEU DE ARTE POPULAR DA PARAÍBA NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA E PATRIMÔNIO EM CAMPINA GRANDE – PB

Danielly de Sousa Henrique ¹
Júlia de Souza Silva ²

RESUMO

A pesquisa a qual realizamos, se dispõe a analisar o papel do museu em relação ao patrimônio e a construção da memória de seus visitantes, buscando analisar a dinâmica presente entre estes. É de suma importância ressaltar que a pesquisa é vinculada ao Programa de Ensino Tutorial em Antropologia (PET Antropologia). Para isso, escolhemos o Museu de Arte Popular da Paraíba (MAPP) - popularmente conhecido como Museu dos Três Pandeiros - por estar localizado em um dos cartões postais da cidade, o Açude Velho, possuindo uma linha pautada entre o tradicional e o moderno. Realizamos observações e entrevistas, as quais tiveram 11 participantes entrevistados, sempre buscando compreender a importância do museu, como artefatos presentes naquele espaço podiam os remeter a memórias, vivências, a dinâmica que o museu engendra em relação a construção da memória e do patrimônio e como os visitantes experienciam aquele espaço museológico. Logo, buscar compreender as nuances presentes nesse espaço e como as memórias de seus visitantes são construídas se tornou um ponto de grande importância a ser pesquisado e analisado. Pois, devemos levar em consideração que ao observarem os utensílios, as obras presentes no museu o visitante vem a dialogar com as suas memórias e com a sua maneira de observar diversos âmbitos da sua existência.

Palavras-chave: Museu; Memória; Patrimônio; Visitante.

¹ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
daniellysousa79895@gmail.com

² Graduanda em Ciências sociais Pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
Juliasouzzas02@gmail.com

A ERA DIGITAL E O ENSINO DE HISTÓRIA: IMPACTOS DA EXPOSIÇÃO MIDIÁTICA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DAS JUVENTUDES

Maysa Feliciano Aranha ¹

RESUMO

O presente trabalho acadêmico tem por objetivo compreender os impactos da Era Digital no processo de ensino-aprendizagem de jovens, no contexto do ensino de História, por meio da exposição midiática exacerbada da contemporaneidade. Nesse sentido, através da pesquisa de campo do estágio supervisionado, pela Universidade Estadual da Paraíba, foi possível refletir sobre como os jovens presentes no contexto escolar estão sendo afetados pelas mídias digitais utilizadas em sala de aula, em especial os alunos inseridos no Ensino Médio. Assim, três perspectivas são fundamentais para o debate abordado: devemos refletir sobre o contexto histórico em que estamos inseridos, o perfil da juventude atual dentro das escolas e, principalmente, como o Ensino de História e ensino geral estão sendo impactados na conjuntura recente. Além disso, metodologicamente, utilizamos relatos orais para a composição da pesquisa, a fim de promover um melhor entendimento do vigente cenário, o qual proporcionou resultados significativos perante os depoimentos de professores e alunos sobre a exposição midiática dentro do cenário de ensino-aprendizagem e as recentes mudanças que reverberam com a promulgação da Lei nº 15.100. Dessa forma, evidenciamos resultados que corroboram com a proposição dos impactos midiáticos na vida social e escolar dos jovens através da pesquisa oral e constatação dos depoentes, demonstrando o atual impacto da enraizada exposição midiática dentro da Era Digital.

Palavras – chave: Era Digital; Ensino de História; Juventudes; Lei nº 15.100.

¹ Graduada em Licenciatura plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba: maysa.aranha@aluno.uepb.edu.br.

O MEME DE INTERNET COMO FERRAMENTA DE ENSINO E APRENDIZAGEM HISTÓRICA

Jessica Kelly Filismino Noberto de Souza ¹
Maria Auriane Otávio Cabral ²

RESUMO

Os memes de internet estão cada vez mais presentes em nossa sociedade digital (Barros, 2022), tornando-se relevantes tanto na cultura quanto na disseminação de informações e no debate público. A partir desse entendimento, a presente proposta tem como objetivo refletir sobre o uso dos memes como ferramentas de ensino-aprendizagem de história, destacando seu potencial para aproximar os estudantes de debates históricos e políticos por meio de uma linguagem próxima à sua experiência cotidiana. A partir da definição proposta por Limor Shifman (2014), os memes são entendidos aqui como itens digitais que, por meio da conjugação de linguagens multimídia, possibilitam a construção de narrativas e aprendizados. Para alcançar o objetivo proposto, metodologicamente se aplica essa proposta na Escola Cidadã Integral João da Silva Monteiro, situada no município de Gado Bravo – PB, com a turma do 1º ano “A” do Ensino Médio. A proposta seguiu algumas etapas: inicialmente, foi promovido um debate com os estudantes, com o objetivo de identificar seus conhecimentos prévios acerca do conceito de “meme”. Em seguida, e de forma complementar, foi apresentada uma explanação sobre a origem dos memes, sua relevância no contexto digital contemporâneo e os principais desafios relacionados ao consumo de conteúdos que, simultaneamente, exercem função de entretenimento e transmitem informações sobre a história. E, de forma subsequente, os discentes foram convidados a criar seus próprios memes, selecionando uma temática histórica, elaborando legendas adequadas e explicando o contexto histórico evidenciado.

Palavras-chave: Ensino de história; Memes de internet; consciência histórica.

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal de Campina Grande – jessicasouzza100@gmail.com; Bolsista CAPES.

² Mestranda em História pela Universidade Federal de Campina Grande – mariaauriane@gmail.com.

O VINIL, OBJETO DO PASSADO PERFORMADO NO PRESENTE: DESAFIOS ARQUIVÍSTICOS CONTEMPORÂNEO

Janaína Lima dos Santos ¹
Vancarder Brito Sousa ²

RESUMO

Este artigo é resultado de uma pesquisa de dissertação ora em andamento do Programa Profissional de Pós-graduação em Gestão Documental e Governança Arquivística - PPGDARQ das instituições acadêmicas associadas: Universidade Estadual da Paraíba - UEPB e Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Esta pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e exploratória, com abordagem qualitativa e método etnográfico que sugere a observação de uma sociedade ou população, no caso deste a observaremos os discos de vinis, como objetos memorialístico, culturais, contemplativos de nostalgia e afetividade, entre outros indagando os diversos significados, empregamos como recorte temporal estabelecemos um período entre (2020 a 2025), utilizamos como bolear de pesquisas os seguintes buscadores: banco da biblioteca digital brasileira - BDTD, a base de dados arquivística - BDA e a Plataforma Sucupira do Portal da Caps. A finalidade desta pesquisa é traçar uma construção de um arcabouço arquivístico contemporâneo, evidenciando o vinil como objeto que se relaciona com a memória social, alinhado a cultura artística popular e ao mesmo tempo que se denota diversos significados, caracterizando-o como objeto multifacetado: informacional e cultural, além de ser um arquivo sonoro, especial. Analisaremos pontos estratégicos acerca do objeto disco de vinil, tais como: o retromarketing, o colecionismo e a representatividade das capas dos discos.

Palavras-chave: Disco Vinil. Etnografia. Memória social. Patrimônio. Nostalgia.

¹Mestranda do Programa (Profissional) Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística - PPGDARQ - das instituições associadas - Universidade Estadual da Paraíba - UEPB e Universidade Federal da Paraíba - UFPB.

² Professor Doutor da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB.

ECOS DA INQUISIÇÃO: A TRAJETÓRIA DO CRISTÃO-NOVO DIOGO NUNES NA PARAÍBA COLONIAL

Madalena Pereira Timóteo ¹

RESUMO

O estudo investiga aspectos da Inquisição Ibérica no Brasil durante a visita do Santo Ofício conduzida por Heitor Furtado de Mendonça às Capitanias de Cima (1591–1595), com foco na análise de casos heréticos. O trabalho examina o processo de Diogo Nunes, cristão-novo bem-sucedido da Capitania da Paraíba, alvo das ações do inquisidor. A pesquisa baseia-se no processo inquisitório disponível na plataforma digital do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e nas contribuições de Anita Novinsky (2015), cuja obra é fundamental para compreender a atuação do Tribunal do Santo Ofício e o impacto de sua presença na formação da sociedade colonial brasileira. A metodologia adotada envolve a análise minuciosa dos autos inquisitoriais, confrontando-os com a historiografia recente que revisita a Inquisição sob a ótica das práticas culturais, da religiosidade e da memória. A análise demonstra que, embora Nunes tenha sido julgado e perdido seus bens, escapou das penas capitais aplicadas em Autos de Fé, como a execução na forca ou na fogueira, revelando as ambiguidades do poder inquisitorial na América portuguesa.

Palavras-chave: Inquisição; Paraíba Colonial; Judaísmo; Brasil Colonial.

¹ Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Email: madalenampt@gmail.com

“QUEM CONTA A HISTÓRIA”: ESTUDO DO DOCUMENTO FOTOGRÁFICO COMO DIREITO À MEMÓRIA

Maria Cristina Balbino Ribeiro Cabral ¹
Prof. Dr. Vancarder Brito Sousa ²

RESUMO

Este artigo investiga, por meio de uma abordagem interdisciplinar que articula História, Arquivologia e Ciências afins, o papel da fotografia como documento e instrumento de construção de narrativas históricas, centrando-se na questão 'Quem conta a história?'. Partindo da premissa de Le Goff de que o documento é uma construção que reflete relações de poder, o estudo demonstra como narrativas hegemônicas são frequentemente moldadas por grupos dominantes, silenciando memórias marginalizadas. A análise percorre a evolução da historiografia, do positivismo para a história social da Escola dos Annales e a institucionalização dos arquivos públicos. Argumenta-se que a fotografia, durante muito tempo marginalizada nos arquivos e tratada como mera ilustração, deve ser recontextualizada como documento de arquivo pleno, possuidor de valor de prova e testemunho. Este artigo adota como metodologia a pesquisa bibliográfica. E através de exemplos, como a Casa da Pólvora (João Pessoa) e a breve análise da fotografia no filme 'Aquarius', o artigo ilustra como a correta interpretação de documentos visuais é crucial para compreender a complexidade histórica dos patrimônios e para resistir a narrativas únicas. Conclui-se que a utilização rigorosa e ética de acervos fotográficos é um ato político fundamental para o direito à memória e para a construção de uma democracia substantiva, garantindo a inclusão de vozes diversas no contar históricas.

Palavras-chave: Fotografia. Interdisciplinaridade, Direito à memória.

